



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ICS – Instituto de Ciências Sociais
ISCSP – Instituto de Ciências
Sociais e Políticas
ISEG – Lisbon School of Economics
and Management



NOVA FCSH – Faculdade
de Ciências Sociais e
Humanas



IIFA – Instituto
de Investigação
e Formação
Avançada



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FE – Faculdade de Economia

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia
Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas

Rompendo o armário político na internet e nas ruas:
Os ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil (2013-2020)

Rodrigo Rodrigues da Cruz

Orientador: Professor Doutor José Alberto de Vasconcelos Simões
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – NOVA FCSH

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia
Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas

Rompendo o armário político na internet e nas ruas:
Os ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil (2013-2020)

Rodrigo Rodrigues da Cruz

Orientador: Professor Doutor José Alberto de Vasconcelos Simões
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – NOVA FCSH

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia
Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através da concessão
de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/137606/2018), financiada por
fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Júri:

Presidente: Rui Manuel Leitão da Silva Santos, Professor Associado com Agregação do
Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade NOVA de Lisboa

Vogais: Doutor Gustavo Gomes da Costa Santos, Professor Adjunto de Sociologia na
Universidade Federal de Pernambuco;
Doutor Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Professor Catedrático
de Antropologia no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa;
Doutor Tiago José Ferreira Lapa da Silva, Professor Auxiliar no Departamento
de Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa;
Doutora Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglês, Investigadora Principal no ICS –
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
Doutor Ricardo Marnoto de Oliveira Campos, Investigador Principal no
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade
NOVA de Lisboa;
Doutor José Alberto Vasconcelos Simões, Professor Auxiliar no Departamento
de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade
NOVA de Lisboa (orientador).

Grau atribuído com a classificação de: Aprovado com Distinção e Louvor

Rompendo o armário político

No terreno político cotidiano, as disputas sobre a sexualidade e sua regulamentação estão geralmente ligadas a visões de instituições sociais e normas do tipo mais básico. Toda pessoa que chega a uma auto compreensão queer sabe, de uma forma ou de outra, que a sua estigmatização está intrincada com gênero, família, noções de liberdade individual, Estado, discurso público, consumo e desejo, natureza e cultura, amadurecimento, política reprodutiva, fantasia racial e nacional, identidade de classe, verdade e confiança, censura, vida íntima e exibição social, terror e violência, assistência médica e normas culturais profundas sobre o porte do corpo. Ser queer significa lutar sobre essas questões o tempo todo, localmente e aos poucos, mas sempre com consequências. Significa ser capaz, de forma mais ou menos articulada, de desafiar o entendimento comum sobre o que significa a diferença de gênero, ou para que serve o Estado, ou o que significa “saúde”, ou o que definiria justiça, ou o que seria uma boa relação com o meio ambiente. Queers fazem uma espécie de reflexão social prática apenas para encontrar maneiras de ser queer. Como alternativa, muitas pessoas investem as melhores partes de suas vidas tentando evitar essa auto compreensão e a reflexão social que isso implicaria [tradução minha].

Michael Warner (1991) Introduction: Fear of the queer planet

Agradecimentos

Entre os aspectos mais estranhos que marcam a experiência de um doutoramento (e acredite, eles são muitos), o sentimento de solidão que nos acomete em várias etapas da investigação parece ser o mais contraditório, visto que se trata de um percurso feito, em grande parte, coletivamente. Um percurso que tem início muito antes da confecção de um projeto de pesquisa, dos seminários de discussão entre pares e do trabalho de terreno, movido pela força dos encontros, das trocas e dos afetos. Gosto de pensar esta interdependência constitutiva das relações humanas sob a perspectiva da filosofia africana Ubuntu: compreendendo que eu sou porque nós somos. E que eu só pude percorrer este caminho porque outros percorreram-no comigo. Sou com os outros e caminho com os outros, nunca sozinho.

Agradeço a todos os professores que inspiraram a minha trajetória escolar e académica. Foram vários os que contribuíram para o meu interesse pelas Ciências Humanas e Sociais, pela leitura, escrita e debate crítico. Da escola, lembro com carinho de: Cibele, Arlinda, Andrade, Reginey, Roberta, Yeda, Eliana e Jonas. Da graduação em Comunicação Social, Rosaly Brito, Luciana Costa, Juana Bertha (*in memoriam*), Waleiska Fernandes, Lázaro Magalhães e o meu orientador Fábio Castro. Do mestrado em Ciências Sociais, a minha orientadora Débora Alves Maciel, professora e pesquisadora tão instigante, e tão fundamental para a minha introdução intelectual na Sociologia, bem como Cristina Pompa, supervisora do estágio de docência na Unifesp/ EFLCH e André Singer (USP). Do doutoramento, toda a equipe do programa OpenSoc, particularmente Rui Santos, Ana Nunes de Almeida, Vitor Sérgio Ferreira, Ricardo Campos e Paula Campos Pinto, pelos comentários e contribuições ao projeto, *papers* e comunicações que deram origem a esta tese. Finalmente, agradeço ao meu orientador, o Prof. José Alberto de Vasconcelos Simões, pelo apoio, paciência, confiança, sensibilidade, disponibilidade e interesse genuíno em contribuir com este trabalho. Em nossas conversas, o Professor, com a sua calma e sabedorias habituais, foi um dos principais responsáveis por tornar este percurso menos solitário, mas também por estimular a minha autonomia intelectual. Lembrarei sempre com carinho destas trocas valiosas e da oportunidade de poder aprender com um investigador que tanto admiro.

Agradeço aos meus colegas de doutoramento do OpenSoc, Andreia Nascimento, Carla Nogueira, Cesar Moraes, Elanir Isabelle Amorim, Fábio Augusto, Helia Alves, Leonor Castelo Mariana Souto Maior e Vanda Gorjão, por terem sido grandes companheiros de jornada, leitores atentos das versões preliminares deste trabalho e por se mostrarem sempre dispostos ouvir e ajudar. Um agradecimento especial à Carla pela introdução à técnica da Análise de Redes Sociais, Cesar pelo apoio no momento da elaboração do projeto e na operacionalização das análises estatísticas, Leonor e Fábio pelas inúmeras trocas e Mariana pela amizade, carinho, apoio, comentários e sugestões que se mostraram fundamentais para este trabalho. No OpenSoc, também encontrei um amigo muito especial e inspirador chamado Emerson Pessoa e outras pessoas queridas como Catarina Moreira e Juliana Rodrigues. Agradeço ainda aos trabalhadores das universidades, faculdades, institutos e centros de investigação que compõem o consórcio OpenSoc pelo apoio administrativo ao longo destes mais de seis anos, especialmente os da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Ficam registrados os meus agradecimentos especiais a Susana Mota (ICS), Maria Goretti Matias (ICS), Fernanda Vicente (UNL) e Sara Recharte (UNL).

Agradeço também ao Prof. David Paternotte, supervisor do meu estágio doutoral no Atelier Genre(s) et Sexualité(s) (AGS), centro de investigação ligado ao Institut de Sociologie da Université Libre de Bruxelles (Bélgica), por ter me recebido de forma tão acolhedora e pelas palavras de incentivo, observações, recomendações e contatos (como Fanny Vrydagh e Patrick Wielowiejski). Também agradeço às e aos investigadores do AGS pelo acolhimento, companheirismo, amizade, sessões de pomodoro, *les apéros* e contribuições para esta pesquisa: Anne-Sophie Crosetti, Aurélie Bouvart, Aurélie Aromatario, Agnès Chetaille, Audrey Aegerter, Alexandre Donnen, Alexandra Ana, Amandine Lauro, Emery Kalema, Gustavo Gomes da Costa Santos, José Barrera Blanco, Leila Fery, Louise de Morati, Ovidiu Cristian Norocel, Piotr Godzisz e nossa mascote Herculine Carlin. Também agradeço o apoio técnico e profissional de Françoise Detournay. Em Bruxelas, fiz outros amigos como Kostia Lennes, Emma Sarter, Sal Harris e The Many e reencontrei Thyago Ohana, pessoas que inspiram sentimentos de alegria e gratidão. *Un très grand merci à toutes et à tous !*

Dos muitos comentadores deste trabalho (agradeço a todos sem exceção), David M. Halperin, Sébastien Chauvin e Jaqueline Moraes Teixeira foram aqueles que mais desestabilizaram certezas, fizeram as perguntas mais difíceis de serem respondidas e inspiraram reflexões poderosas. *Thank you, merci beaucoup e obrigado!*

Do Brasil, agradeço aos amigos de sempre Felipe Cruz, Glenda Marinho, Juliana Maués, Fábila Martins, Mateus Moura, Ingrid Rodrigues, Renata Ferreira, Maurício Boba Filho, Leandro Oliveira e Haroldo França por se fazerem presentes mesmo estando fisicamente tão longe. Também agradeço Luka e Rosa Franca pelo amor, carinho e suporte familiar; Tulio Bucchioni, Remom Bortolozzi e William Santana Santos pela amizade inestimável; assim como as queridas e queridos Patrícia Jimenez Rezende, Luciana Araújo, Renata Rodrigues, Thales Carnio, Jéssica Ruiz, Adriana Andrade, Diana Alarcon, Walber Neves, Michel Pena, Cesar Fernandes, Nadja Carvalho, Helena Martins, Diego Moscou, Jaqueline Nikiforos, João Filipe Cruz, Danilo Guiral Bassi, Miguel Haoni, Rodrigo Benevides, Sérgio Marino, Suellen Barbosa, Ana Cristina Carvalhaes, Evelyn Silva, Rafael Rodrigues, Brenda Taketa, Paloma Franca, Joy Shimura, Gui Mohallem, Alciana Paulino, Gabriel Braga e Mathilde Everaere. Obrigado pelas trocas e encontros nestes últimos anos! E aos que partiram, Thyago, Leon e Jana, sinto-me grato pelos nossos momentos juntos. Ao Maurício, que provavelmente vai ler isso em algum momento, muito obrigado pelo apoio profissional!

Deste lado do Atlântico, agradeço Joachim Bouquardez pela amizade, companheirismo e apoio durante os primeiros anos do doutoramento (obrigado por cuidar da Ângela e do Billy). Também agradeço aos amigos de Marselha: Adrián Saiz, Karam Al Kafri, Kevin Seisdodos, Didier Guitton, Rami Soto e Jean-José Mesguen. *Je suis ravi de vous avoir rencontrés !* Outros encontros nessa cidade foram igualmente marcantes: Érika, Paulo, Valentina, Ana, Perlla e Maria, obrigado! Dos amigos dispersos por este e outros continentes, agradeço Jean Abreu e Julian Cole, bem como Carla, Mimosa, Olivia, Nina, Maria Fernanda, Sérgio, Rena, RJ, Peter e Terry. Em Lisboa, algumas pessoas foram fundamentais para que eu pudesse fazer desta cidade uma morada. Agradeço António Ramalho pela amizade e apoio, Ricardo Diogo pela

confiança e hospitalidade, assim como Breno Cuim, Juliana Amorim, Sándor Marazza, Victor Gonçalves, Angélica Magrini, Jéssica Aguiar, Antonio Artinfantes, Ana Verena Menezes e os grandes Pedro Menezes e Carla Colares. Reservo um agradecimento especial aos velhos amigos com quem tive a oportunidade de me reconectar em Portugal: Joana Vidal e Livino Neto, não há espaço suficiente para agradecer todo o apoio recebido ao longo dessa jornada. Obrigado por serem a minha família.

Família, para mim, possui um sentido que ultrapassa os laços sanguíneos. Tenho a sorte de ter várias famílias, mas a primeira ainda é responsável por muito daquilo que sou. Agradeço à minha mãe Maria Sueli, pois se não fosse a sua trajetória corajosa como ser humano, mulher, mãe e trabalhadora, eu jamais teria conseguido reunir as ferramentas necessárias para perseguir os meus sonhos e objetivos. Eu não seria possível sem você. Obrigado pelo amor, carinho e apoio! Também agradeço a minha irmã Pauline, meus sobrinhos Théo e Manuela, minha Tia Nazaré, minha avó Paulina, Clóvis por despertar o interesse pela leitura e pelo cinema e, sob o risco de esquecer alguns nomes: Alexandre, Bruna, João Victor, Lídia, Sandra, Sônia, Marília, Paulo, Dênis, Ana Cleide, Leonardo, Lorena, Maria Luiza, Sidney, Rodolfo e meu avô Clarindo (*in memoriam*). Finalmente, agradeço à família que me acolheu como membro nestes anos de intenso trabalho e transformações: Ben, Daan, Greta, Alain, Sarah, Francis, Roos, Simon, Karolien e Filip: *Bedankt!* Especialmente ao Daan, por ter suportado a minha indisponibilidade para as partidas de UNO, Monopoly e futebol, e ao Ben, o meu maior suporte nos momentos decisivos dessa longa jornada. *I hou van jou! No semantics.*

Finalmente, agradeço aos meus interlocutores, ativistas liberais e conservadores que aceitaram, de boa vontade, submeter as suas inquietações, reflexões e experiências ao escrutínio da análise sociológica. Obrigado pela confiança, recomendações, aprendizados e, sobretudo, pela oportunidade de ouvi-los.

Resumo

Esta tese busca compreender o processo de constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil entre os anos de 2013 e 2020. Indo ao encontro das essencializações comuns ao debate público, que tendem a tomar estes ativistas como portadores de uma “falsa consciência” de si mesmos, optei por uma abordagem compreensiva preocupada em reconstituir os pontos de vista dos atores. Teoricamente orientado pela Sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, em especial pela abordagem do Confronto Político, em articulação com uma Sociologia de tradição disposicionalista e com teorias e conceitos dos estudos de gênero e sexualidade, adotei uma perspectiva multinível com o objetivo de: identificar as variáveis do ambiente político e cultural que ofereceram incentivos a estas mobilizações (nível macro); examinar as dinâmicas relacionais que atravessam a ação coletiva (*offline*) e conectiva (*online*) dos atores e seus agrupamentos, com ênfase nas formas de organização, ação e produção de sentido (nível meso); e analisar as contribuições de ordem biográfica (na forma de disposições individuais, valores e crenças incorporadas ao longo de suas trajetórias) que são mobilizadas para dar forma e sentido a estes ativismos (nível micro). Para atingir estes objetivos, recorri a uma triangulação de dados empíricos produzidos a partir de uma pesquisa documental nos meios de comunicação social, imersão etnográfica *online* e entrevistas compreensivas com 18 ativistas (homens cis e trans auto identificados como homossexuais, bissexuais e assexuais) associados a diferentes grupos políticos à direita e residentes em diferentes regiões do Brasil. Os resultados sugerem que o contexto de oportunidades políticas e culturais aberto pela crise dos governos do Partido dos Trabalhadores, o ciclo de protestos de junho de 2013 e a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015/2016 provocou deslocamentos relevantes no campo do confronto político. Este cenário favoreceu o recrutamento de novas gerações de ativistas por parte de antigas e novas organizações liberais e conservadoras, criando um ambiente permeável à circulação de novas ideias e comportamentos que ofereceu estímulos à ruptura do *armário político*. Estes ativistas encontraram-se uns aos outros nos espaços de socialização política à direita na internet (*fanpages*, canais, grupos privados de discussão), formando agrupamentos específicos para pessoas LGBTQIA+ e dando forma a dois *estilos de ativismo* distintos, mas com algum grau de semelhança: um de cariz liberal e outro de feição conservadora. Do ponto de vista das trajetórias individuais, o engajamento político à direita permitiu que os atores pudessem: tentar compatibilizar as várias identidades (ex.: “gay”, “católico”, “negro”, “conservador”, “patriota”) e papéis sociais (ex.: “filho”, “marido”, “fiel” e “trabalhador”), acumulados ao longo dos seus percursos de vida; expressar a rejeição às esquerdas e aos movimentos e espaços de sociabilidade LGBTQIA+; criar uma autoimagem positiva e ressignificar e negociar suas identidades sexuais nos meios sociais considerados significativos para as suas existências, nomeadamente a família, a igreja e os espaços de ativismo.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Brasil; ativismo conservador; ativismo liberal; armário político

Abstract

This thesis seeks to understand the emergence of right-wing LGBTQIA+ activism in Brazil between the years 2013 and 2020. Confronting the essentialist discourse, common to the public debate, that tends to frame these activists as carriers of a “false consciousness” of themselves, I opted for a comprehensive approach reconstituting the actors' points of view. The theoretical basis is the sociology of collective action and social movements, particularly the contentious politics approach. The sociology of dispositional and contextual plurality and gender and sexuality studies provided additional theoretical contributions and concepts. Based on this theoretical framework, I resorted to three dimensions of analysis. On a macro level, I tried to identify the variables of the political and cultural environment that offered incentives for these mobilizations. On a meso level, I examined relational dynamics behind the collective (offline) and connective (online) action of the actors and their groups, emphasizing the organizational forms, repertoires of action, and framing process. Finally, on a micro level, I analysed the contributions of their biographies (in the form of individual dispositions, values, and beliefs incorporated along their trajectories) mobilized in the shaping and meaning of this activism. To achieve these goals, I triangulated empirical data produced from documentary research in the media, online ethnography, and comprehensive semi-structured interviews with 18 activists (cis and trans men self-identified as homosexual, bisexual, and asexual) of different political right-wing groups living in different regions of Brazil. The results suggest that the political and cultural opportunities opened by the crisis in the Workers' Party governments, the June 2013 protest cycle, and the Dilma Rousseff impeachment campaign in 2015/2016 caused crucial shifts in the Brazilian political landscape. These changes enabled both new and old right-wing organizations to recruit new generations of activists, creating an environment open to new ideas and behaviours that stimulated the coming out of the political closet. The newly recruited activists met each other in right-wing internet fora and created specific LGBTQIA+ groups, shaping two distinct styles of activism: one identified as liberal and the other one with a conservative profile. Finally, their political engagement in right-wing movements and political parties allowed them to try to reconcile different identities (e.g.: “gay”; “Catholic”; “black”; “conservative”; “patriot”) and social roles (e.g.: “son”; “husband”; “faithful”; and “worker”), accumulated throughout their biographies, while expressing their rejection of the left, LGBTQIA+ movements and milieu, as well as to create a positive self-image. These new experiences also enabled them to re-signify and negotiate their sexual identities within the social environments they consider significant for their lives, namely the family, the church, and the political circles.

Keywords: LGBTQIA+; Brazil; conservative activism; liberal activism; political closet

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: Saída pela direita	1
Tensões na literatura	5
Problema de investigação, contornos do objeto e argumento principal	12
Objetivos da investigação	16
Termos e definições	18
Organização da tese	24
 CAPÍTULO 1: Um ativismo na intersecção entre as direitas e a causa LGBTQIA+: questões de ordem teórica e conceitual	 28
LGBTQIA+ e “de direita”: efeitos de uma intersecção	29
Sociologia da ação coletiva e o estudo das direitas	34
Sociologia da ação coletiva e o estudos dos movimentos LGBTQIA+	37
Sociologia da ação coletiva e o estudo dos ativismos <i>online</i>	40
Construindo um quadro teórico e conceitual	45
Sintetizando a abordagem do confronto político	47
Investigando as dimensões individuais da ação coletiva	51
Construindo conexões com os estudos de gênero e sexualidade	57
Conclusão do Capítulo 1	65
 CAPÍTULO 2: Investigando entre o <i>online</i> e o <i>offline</i>: questões de ordem metodológica	 66
Questões de ordem epistemológica	67
Posicionalidade em relação ao objeto de investigação	71
Contexto de produção da tese	78
Desafios e estratégias de acesso ao terreno	82
Métodos, técnicas e procedimentos	88
Pesquisa documental na imprensa	90
Imersão etnográfica online	92
Entrevistas compreensivas	96
Perfil dos entrevistados	104
Construindo as dimensões de análise	108
Conclusão do Capítulo 2	110
 CAPÍTULO 3: Reconstituindo o confronto político: Oportunidades políticas e culturais para a emergência de um ativismo LGBTQIA+ à direita no Brasil	 111
Operacionalizando o conceito de oportunidades políticas e culturais	112
Origens do movimento LGBTQIA+ no Brasil	116
Transformações do movimento LGBTQIA+ durante a Nova República	121
O ambiente político do confronto	130
Oportunidades políticas para o ativismo LGBTQIA+ à direita.	138
O descontentamento com as esquerdas e os movimentos LGBTQIA+	139
O processo de renovação geracional e estratégico das direitas	142
O papel do discurso antigênero	150
Um parlamentar “gay de esquerda” chega ao Congresso Nacional	153
Oportunidades culturais para o ativismo LGBTQIA+ à direita	158
O engajamento prévio em redes de mobilização à direita (<i>online</i> e <i>offline</i>)	159
A circulação transnacional de modelos de ativismo LGBTQIA+ à direita	166
Conclusão do Capítulo 3	169

Rompendo o armário político

CAPÍTULO 4: Rompendo o armário político: espetáculo em um prólogo e três atos	170
Decompondo a ação coletiva e conectiva	171
Prólogo: “Não queremos destruir a sociedade...” (2009-2013)	173
Primeiro ato: Do armário às telas (2013-2015)	178
Segundo ato: Das telas às ruas e aos parlamentos (2015-2018)	185
Terceiro ato: Nas redes, o espetáculo nunca termina (2018-2020)	295
Mapeando o ativismo LGBTQIA+ no Facebook	201
Conclusão do Capítulo 4	211
CAPÍTULO 5: Um ato de rebeldia contra os “esquerdistas”, “lacradores” e o “politicamente correto”: conceituando os estilos de ativismo LGBTQIA+ conservador e liberal	212
Duas <i>fanpages</i> , dois grupos, dois estilos de ativismo	213
“Conservative and Proud”	216
“Tô na internet pra fazer propaganda neoliberal”	225
Recompondo a ação coletiva e conectiva	235
Dando forma à ação	236
Definindo “um jeito de fazer as coisas”	240
Dando sentido à ação	248
Defesa do capitalismo	255
Rejeição aos movimentos e ao “meio” LGBTQIA+	258
O indivíduo em detrimento do grupo	259
Os perigos da abordagem do “gênero”	261
Preservação da cultura ocidental	263
Conceituando os estilos de ativismo liberal e conservador	268
Conclusão do Capítulo 5	270
CAPÍTULO 6: Um trabalho de si sobre si mesmo: As componentes biográficas dos ativismos LGBTQIA+ à direita	272
Dos estilos de ativismo às variações estilísticas	274
Retratos Sociológicos dos ativistas LGBTQIA+ à direita	281
Retrato 1: “Liberal na economia, Gay nos costumes”	282
Retrato 2: “Eu pertenço a esse lugar”	294
Retrato 3: “Uma vida transcendente”	302
Retrato 4: “Sempre um estrangeiro”	312
Conclusão do Capítulo 6	322
CONSIDERAÇÕES FINAIS	325
Oportunidades para romper com o armário político	328
Entre novos e antigos dilemas	331
Rearticulando esferas da vida	333
Medos privados em lugares públicos	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	338
APÊNDICES	371
ANEXOS	387

TABELAS

Tabela 1: Etapas do Terreno.....	83
Tabela 2: Palavras-chave utilizadas para a identificação de páginas relacionadas ao universo LGBTQIA+ à direita no Facebook e outras redes sociais online.....	85
Tabela 3: Informações sociodemográficas gerais sobre os entrevistados.....	107
Tabela 4: Sistema de Códigos.....	109
Tabela 5: Partidos, associações e movimentos que funcionaram como “antessala” ou como suporte para a formação de um ativismo LGBTQIA+ à direita.....	161
Tabela 6: Páginas, canais, fanpages, grupos e websites citados como fontes de informação pelos ativistas LGBTQIA+ à direita ouvidos no terreno.....	164
Tabela 7: Blogs, páginas, canais e fanpages LGBTQIA+ à direita mapeados ao longo da imersão online realizada entre 2018 e 2020.....	179
Tabela 8: Tipologia das redes de ação coletiva e conectiva.....	237
Tabela 9: Comparativo entre duas redes mistas de ação conectiva.....	239
Tabela 10: Classificação dos repertórios, táticas e estratégias mobilizados pelos ativistas de cada fanpage.....	247
Tabela 11 – Enquadramentos interpretativos comuns entre os grupos “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”	254

FIGURAS

Figura 1: Representação do Modelo Teórico.....	46
Figura 2: Cronologia: Constituição dos ativismos LGBTQIA+ à direita.....	173
Figura 3: Página inicial do Blog Gays de Direita.....	176
Figura 4: Exemplo de meme publicado pela página “Gay de Direita”	181
Figura 5: Vinheta dos vídeos de Smith Hays no Youtube.....	183
Figura 6 – Cópias de écran do canal “Smith Hays” publicadas pela fanpage “Gay de Direita” no Facebook.....	184
Figura 7: Logotipos da fanpage “Movimento Liberdade e Diversidade - MLD”	187
Figura 8: Logotipo original (2018) e segundo logotipo (2021) adotado pelo grupo “Gays com Bolsonaro”	197
Figura 9: Imagem de capa (2015) e visão da página inicial do “Gay de Direita” (início de 2021)	217
Figura 10: Exemplos de publicações propositivas da página “Gay de Direita”	223
Figura 11: Exemplos da articulação de uma estética kitsch e da “política do choque” em memes publicados pela página “Gay de Direita”	224
Figura 12: Logotipo original (2018) e segundo logotipo (2021) da <i>fanpage</i> “Boteco Liberal LGBT”	226
Figura 13: Imagem de capa (2020) e visão da página inicial do “Boteco Liberal LGBT” (início de 2021)	227
Figura 14: Exemplo de meme do “Boteco Liberal LGBT”	228
Figura 15: Evolução dos memes produzidos pelo “Boteco Liberal LGBT”	229
Figura 16: Comparativo entre memes publicados pelas fanpages “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”	244
Figura 17: Exemplos de memes correspondentes ao primeiro enquadramento interpretativo comum.....	257

Figura 18 – Exemplos de memes correspondentes ao segundo enquadramento interpretativo comum.....	259
Figura 19: Exemplos de memes correspondentes ao terceiro enquadramento interpretativo comum.....	260
Figura 20 – Exemplos de memes correspondentes ao quarto enquadramento interpretativo comum.....	263
Figura 21 – Exemplos de memes correspondentes ao quinto enquadramento interpretativo comum.....	264

GRÁFICOS

Gráfico 1: Criação de páginas voltadas para o público LGBTQIA+ à direita no Facebook entre os anos de 2012 e 2020.....	206
Gráfico 2: Rede de fanpages LGBTQIA+ à direita no Facebook.....	208
Gráfico 3: Distribuição posicional dos casos e agrupamentos por clusters.....	277
Gráfico 4: Distribuição dos pontos categoriais correspondentes às variáveis ativas e suplementares.....	278

Introdução: “Saída pela direita”

Uma última coisa talvez: as palavras “reconhecimento” e “luta por reconhecimento” supõem uma forte dimensão subjetiva. Significam que as pessoas querem reivindicar algo de particular sobre o que elas são. Ora, acho que não se pode reduzir tudo à imagem que as pessoas têm do que são. É mais ou menos o que acontece com a noção de identidade, que me incomoda. É um conceito interessante para situações políticas de reivindicação identitária, para pessoas que dizem, por exemplo, “nós somos gays, e queremos ter os mesmos direitos que os outros”, ou “nós somos negros e queremos ser tratados como todo mundo”, etc. Mas é um conceito político; de certo modo, é a reivindicação do direito à diferença, ou do direito à indiferença, para dizer “nós existimos e parem de nos estigmatizar, parem de nos tratar mal”, etc. Não se pode compreender tudo do mundo social se baseando unicamente nessas reivindicações de identidade. Os homossexuais que reivindicam em uma parada gay são, por outro lado, operários, engenheiros, universitários, e isso contribui amplamente para determinar seus comportamentos. No entanto, não carregam um cartaz com os dizeres “Eu sou um operário gay da fábrica Renault, da terceira geração de imigrantes, etc.”. Eles são realmente definidos (no sentido de determinados) por tudo isso, mas só expressam o que é um problema do ponto de vista político. Portanto, há uma dimensão fortemente subjetiva, até mesmo subjetivista, na ideia de identidade.

Bernard Lahire (2015) Entrevista: Bernard Lahire

Os movimentos coletivos, ao darem aos indivíduos um meio para constituírem-se enquanto sujeitos da política, oferecem-lhes ao mesmo tempo as categorias com que podem ver-se a si mesmos. Essas grelhas de leitura de si aplicam-se, bem entendido, ao presente, mas também ao passado. Os esquemas teóricos e políticos precedem e dão forma ao modo como cada um pode pensar-se e criam assim a possibilidade de uma memória ao mesmo tempo coletiva e individual: é a partir da política contemporânea que se olha para trás a fim de refletir sobre o modo como se exerceram os mecanismos da dominação e da submissão e como se operam as reformulações de si produzidas pelos processos de resistência, quer estes tenham tido consciência de si próprios, quer tenham sido simplesmente postos em prática no dia a dia. Mas, e (Maurice) Halbwachs chamava já atenção para esse ponto, se é certo que a memória coletiva, a do grupo a que pertencemos, ou com o qual nos identificamos, contribuindo assim para o criar, é condição da memória individual, é igualmente verdade que cada indivíduo se inscreve em vários grupos. Aconteça isso sucessiva ou simultaneamente. Esses grupos coincidem por vezes, mas evoluem sempre e transformam-se sem cessar. De modo que a “memória coletiva” e, com ela, as memórias individuais e o passado dos indivíduos são, não apenas plurais, mas também variáveis. Elaboram-se em espaços e temporalidades múltiplos, heterogêneos, que seria inútil pretender reconduzir à unidade ou procurar hierarquizar, decretando quais são importantes e quais não são.

Didier Eribon (2009) Regresso a Reims

São Paulo. Av. Paulista. Novembro de 2014. Em um protesto de rua contra a corrupção e pelo impeachment de Dilma Rousseff, no topo de um carro de som, um manifestante anuncia o discurso de um ativista chamado “Júnior”: “Já vou começar dizendo que aqui não tem essa divisão, brancos e negros, homossexual e hetero. (...). É isso o que o PT quer fazer com a gente. Agora vai falar o Júnior”. Enrolado em uma bandeira do Brasil, Júnior recebe o microfone e inicia a sua intervenção:

“(...) Eu queria dizer aqui que eu sou gay sim, só que esse não é o meu maior orgulho não. O meu maior orgulho é ser brasileiro [interrompido por aplausos do público]. Esse partido (o PT), vai entrar pra lata do lixo da história. Organização LGBT não quer direito nenhum! Organização LGBT é braço do partido comunista! E é isso o que eles estão fazendo, degradando a nossa sociedade. E isso não vai passar! Aqui nós estamos todos juntos. É o Brasil unido. O Brasil unido numa causa. Eu quero dar um recado pro Jean Wyllys, que se ele acha que ele tá representando muito os gays, engano dele. Ele não tá representando nada!

Ele é um comunista travestido. Jean Wyllys não me representa. Organizações LGBT, vocês não me representam! O meu país é o Brasil (...) e eu sou brasileiro acima de tudo. O hino nacional me faz chorar. Essa é a minha bandeira [segurando a bandeira do Brasil e ela não vai ser vermelha! [Aplausos do público, que grita repetidamente: *A nossa bandeira não é vermelha!*] (Caderno de Campo, 16 de novembro de 2018, transcrição do vídeo “3º Ato pelo Impeachment de Dilma Rousseff Histórico discurso de Smith Hays”, disponível no canal “Gente Direita”, YouTube)¹.

Conhecido nas redes sociais online² pelo pseudônimo Smith Hays, Júnior, autor do discurso que animou as massas antipetistas naquela tarde de novembro de 2014, tornou-se, nos anos seguintes, um dos principais representantes daquilo que os meios de comunicação social consagraram no debate público como o ativismo “gay de direita”. Estes ativistas emergiram na cena pública a partir de 2013, com a criação de páginas, canais e fóruns de discussão voltados para um público LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais e assexuais)³ à direita nas redes sociais online, num contexto de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson e Meyer, 1996) amplamente favoráveis à mobilização de movimentos situados à direita do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Contrariando estereótipos que tendem a associar a homossexualidade, a bissexualidade e as identidades trans a uma posição política à esquerda, estes ativistas se notabilizaram pela rejeição à esquerda e aos movimentos LGBTQIA+ — aos quais se opõem e/ou pretendem rivalizar. Em pouco tempo, tornaram-se figuras recorrentes nos media, saíram às ruas, criaram grupos formais de ativismo, tornaram-se interlocutores do poder público federal e lançaram candidatos aos parlamentos municipais e estaduais, elegendo representantes em 2016, 2018 e 2020 (Cruz, 2021).

Esta tese tem como objetivo compreender o processo de constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil entre 2013 e 2020. Para responder a estas questões, adotei uma perspectiva multinível, orientada para a construção de conexões entre a análise do contexto de oportunidades políticas e culturais (dimensão macro), das redes de mobilização e organizações (dimensão meso) e dos processos de engajamento individual, particularmente de

¹ Direita, Gente [Gente Direita]. (2014, 1º de Dezembro). *3º Ato pelo Impeachment de Dilma Rousseff Histórico discurso de Smith Hays*. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Y3sQ0HP2Mf0&t=30s>

² Para referir-me a plataformas digitais como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter, utilizarei preferencialmente ao longo desta tese o termo “rede social online” em detrimento de “rede social”, de modo a evitar confusões semânticas com o conceito sociológico de “rede social” (presente no Capítulo 4), o qual designa “o conjunto complexo das relações por meio das quais os indivíduos e os grupos sociais dos quais eles fazem parte interagem uns com os outros” (Mercklé, 2016, p. 7 e 8).

³ No Brasil, o movimento ainda utiliza oficialmente a sigla LGBT, adotada em 2008 como resolução da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Brasília. Ao longo deste trabalho, utilizarei, a sigla LGBTQIA+ de modo a dialogar com uma literatura mais atual que tem buscado incorporar ao debate acadêmico outras identidades políticas (como intersexuais e assexuais) que ganharam maior relevância no debate público na última década.

homens (cis⁴ e trans⁵) de várias orientações sexuais (gays, bissexuais e assexuais) em movimentos sociais, partidos políticos e iniciativas de ativismo LGBTQIA+ à direita (dimensão microsociológica). Valendo-me de uma abordagem compreensiva, preocupada em reconstituir os pontos de vista dos atores, proponho um estudo focado na análise da ação coletiva (*offline*) e conectiva (*online*) (Bennett & Segerberg, 2012) dos atores e seus agrupamentos, entendendo os ativismos como práticas sociais (Crossley, 2003) que podem ser analisadas a partir das rotinas, esquemas de percepções e dinâmicas de engajamento dos seus protagonistas.

Indivíduos abertamente homossexuais associados a movimentos, organizações e partidos da direita liberal e conservadora não são uma novidade no debate público. No Brasil, o estilista e apresentador de tevê Clodovil Hernandez (eleito em 2006 pelo Partido Trabalhista Cristão - PTC e, posteriormente, filiado ao Partido da República - PR), primeiro deputado federal assumidamente homossexual a ser eleito para ocupar uma cadeira na Câmara Federal, é lembrado constantemente como o exemplo pioneiro no cenário político nacional. “*Não me orgulho de ser gay. Orgulho-me de ser eu mesmo*”⁶, disse certa vez, diante de uma plateia de ativistas que acompanhavam o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros em Brasília, em 2007. Em outros

⁴ O termo cisgênero (ou simplesmente “cis”) é utilizado neste trabalho como antônimo de transgênero. De acordo com Bereni et al (2012), este termo designa pessoas “cujo sexo, corpo e identidade de gênero são consistentes em relação às normas históricas de uma determinada sociedade”. Em outras palavras, as pessoas “cis” são aquelas que não são transgênero. O conceito foi criado no campo da crítica transfeminista aos estudos de gênero com o objetivo de desafiar a noção de transgeneridade como desvio, posicionando a identificação com o gênero atribuído ao nascer como uma entre as muitas possibilidades de identificação possíveis. Trata-se, portanto, de “um conceito desessencializante, pois retira do marco biológico a referência para a identificação sexo-genérica e a inscreve no plano político” (Martello, 2016). O termo teria sido utilizado pela primeira vez nos anos 1990 pelo ativista transexual Carl Buijs e teorizado na década seguinte pelas transfeministas Emi Koyama e Julia Serano (Martello, 2016).

⁵ Inspirado em Beaubatie (2021), optei por utilizar ao longo deste trabalho o prefixo “trans” em vez dos termos “transexual”, de origem médica, ou “transgênero”, de origem militante, de modo a evitar as controvérsias que geralmente opõem profissionais e ativistas. Sendo assim, o termo “trans” é empregado aqui para se referir às pessoas que se identificam com um gênero distinto daquele que lhes foi atribuído compulsoriamente ao nascimento em função da morfologia genital externa (Beaubatie, 2016). Geralmente, este termo não inclui apenas pessoas que se identificam com o gênero masculino (homens trans) ou feminino (mulheres trans), servindo como uma espécie de termo “guarda-chuva” para referir-se a identidades alternativas como as travestis, identidade trans feminina amplamente observada no contexto brasileiro e latino-americano (Kulick, 2008), e pessoas não binárias, aquelas que recusam as categorias binárias de gênero. Devido às disputas políticas em torno da amplitude e aplicabilidade do termo “trans” no contexto do terreno que dá sustentação a este trabalho, utilizarei o termo “trans” para me referir sobretudo às pessoas que se identificam como trans e travestis, referindo-me às pessoas “não binárias” ou “trans não binárias” separadamente. Esta distinção permitirá explorar as tensões existentes entre as identidades trans e travestis, percebidas pelos meus interlocutores como “inteligíveis” e, portanto, “aceitáveis”, e as identidades trans não binárias, percebidas como “ininteligíveis” e “pouco credíveis” por rejeitarem o sistema binário de gênero.

⁶ “Clodovil diz não ter orgulho de ser gay”, *O Estado de São Paulo*, 22 de março de 2007 [acessado em 25 de novembro de 2020]. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/clodovil-diz-nao-ter-orgulho-de-ser-gay,20070322p28397>

países, a presença de políticos “fora do armário” no campo político da direita também tem se tornado um fato recorrente nos últimos anos: Adolfo Mesquita Nunes, ex-vice-presidente do CDS em Portugal, Alice Weidel, líder do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) e Florian Philippot, antigo braço direito de Marine Le Pen no *Front National* francês e atual presidente do *Les patriotes*, são apenas alguns exemplos de uma lista mais extensa, que percorre diferentes tendências, forças políticas e vertentes ideológicas. Um recuo no tempo sugere que esta relação possui raízes ainda antigas. Como demonstrou Hancock (1998), mesmo o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, possuía entre seus quadros um dirigente assumidamente homossexual, o oficial alemão Ernst Röhm, um dos fundadores da *Sturmabteilung* (SA), a Divisão de Assalto do Partido Nazista (NSDAP). Röhm acabou assassinado pelo regime de Adolf Hitler em 1934, durante a chamada “Noite das Facas Longas”.

Estes exemplos, no entanto, ilustram casos individuais. Quando observamos as iniciativas de ação coletiva, este cenário se revela ainda mais complexo. Em âmbito internacional, os grupos Log Cabin Republicans (ligado ao Partido Republicano dos Estados Unidos) e LGBT Conservatives (ligado aos Conservadores do Reino Unido), são alguns dos exemplos internacionalmente mais conhecidos e duradouros — o Log Cabin, para se ter uma ideia, foi fundado em 1977. No Brasil, o advento de políticas públicas de direitos humanos voltadas à população LGBTQIA+ e a tentativa de transformação da agenda pela igualdade de gênero e cidadania sexual em “questão de Estado” a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), abriu novas oportunidades para a implementação de políticas públicas em âmbito federal, intensificando a presença de ativistas LGBTQIA+ em partidos políticos a partir dos anos 2000 (Pereira, 2017). Nesse contexto, agremiações de direita e centro-direita, como o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) criaram setoriais LGBTQIA+ com o intuito de incorporar demandas do movimento, seguindo uma tendência há muito observada entre os partidos de esquerda (Santos, 2016).

Contudo, estas iniciativas se distinguem em grande medida dos ativismos que constituem o objeto desta investigação. Enquanto os ativistas em estudo promovem uma associação explícita entre identidade gay e uma identidade política “de direita”, os grupos, setoriais e candidatos anteriormente observados no contexto brasileiro buscavam atuar dentro dos marcos políticos do movimento (orgulho, visibilidade, direitos), rejeitando a reputação “de direita” ou “conservadora” imputada por outros ativistas LGBTQIA+ e militantes de esquerda (Cruz, 2020). Este era o caso do grupo Diversidade Tucana, setorial de “diversidade sexual”

do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), conhecido como primeiro agrupamento LGBTQIA+ criado fora do campo da esquerda no Brasil, em 2006. Os membros desse coletivo buscavam sobretudo combater o que percebiam à época como a “partidarização do movimento” e sua suposta cooptação pelo PT (Cruz, 2020), elemento ainda muito presente nos discursos dos ativistas ouvidos ao longo do meu trabalho de terreno. Como veremos mais adiante, o Diversidade Tucana possui um legado relevante neste cenário de mobilização LGBTQIA+ à direita no período pós-2013, tendo alguns dos seus antigos membros participado, direta ou indiretamente, do processo de formação política dos novos ativistas “gays de direita”. Isto posto, e antes de avançar para a delimitação do meu objeto de investigação, me parece pertinente revisitar o lugar da discussão político-ideológica na literatura sobre os movimentos LGBTQIA+ no Brasil e em outros países.

Tensões na literatura

Embora raramente colocada em causa pela Sociologia, a questão das preferências políticas de indivíduos que se identificam como homossexuais esteve no âmago do primeiro estudo sociológico sobre a homossexualidade no Brasil. Conduzido no final da década de 1950 por José Fábio Barbosa e Silva, a monografia de especialização *Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário*⁷ foi considerada pioneira para a época ao tratar os homossexuais como “mais um grupo social da grande metrópole” (Green e Trindade, 2005, p. 30) e não mais como criminosos ou doentes, como eram abordados até então por disciplinas como a criminologia, a psicologia e a medicina psiquiátrica. Este estudo teve como ponto de partida uma hipótese levantada pelo orientador de Barbosa, o renomado sociólogo Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo (USP), também o principal incentivador do trabalho. Florestan estava interessado em saber se havia algum potencial político contestatório entre os homossexuais. Em entrevista à Green (2005), Barbosa explicou:

Florestan queria saber se existia uma contraestrutura, se havia uma dimensão política, se os homossexuais tinham uma simpatia pela esquerda. Essa contraestrutura era considerada uma convergência de marginais. Se eram marginais, talvez se interessassem pelo socialismo. Florestan era socialista e queria saber se os gays simpatizavam com a esquerda ou se já podiam ser ativistas. (Entrevista concedida à James Green em 10/01/2000, In: Green e Trindade, 2005, p. 36)

⁷ Além do texto original lançado em 2005 por James N. Green e Ronaldo Trindade, um artigo com os principais achados empíricos da investigação foi publicado no final dos anos 1950 pela revista *Sociologia* com o título *Aspectos Sociológicos do Homossexualismo em São Paulo* (Barbosa e Silva, 1959).

Com uma passagem prévia pelo campo das artes plásticas, onde havia tentado a carreira de pintor, Barbosa dispunha de contatos privilegiados entre a intelectualidade e as elites culturais paulistanas da década de 1950. O entrosamento com algumas figuras chave deste universo, como o artista plástico Darcy Penteado, pioneiro da arte homoerótica no Brasil, o levou a restringir sua pesquisa ao universo dos homens de classe média que mantinham uma aparência pública “discreta”. Durante seis meses, realizou cerca de setenta entrevistas e aplicou um questionário com aproximadamente oitenta e duas questões. Seus achados empíricos o levaram a concluir algo bem diferente daquilo que pressupunha o seu orientador: que os homossexuais daquele estrato social específico eram, em sua maioria, bastante conservadores e tinham pouco ou nenhum interesse em transformar a sociedade que os discriminava. O trabalho foi defendido por Barbosa em 1960 diante de um júri composto por figuras como o sociólogo Octavio Ianni e o futuro Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, desapareceu dos arquivos da Faculdade de Filosofia da USP após o Golpe Militar de 1964 e seu conteúdo foi publicado na íntegra somente em 2005, por iniciativa do historiador James N. Green e do antropólogo Ronaldo Trindade.

Seis décadas depois, as contribuições do estudo conduzido por Barbosa continuam a contrariar expectativas. Tanto no debate público quanto na literatura sociológica, os indivíduos que se identificam como LGBTQIA+ são frequentemente associados a um posicionamento político “progressista” ou “de esquerda”. Esta ideia ganhou força a partir do final dos anos 1960, quando emergiram no ocidente os movimentos contemporâneos de afirmação e visibilidade homossexual (Belmonte, 2021). Em muitos países, ainda que de forma desigual, a mobilização de ativistas LGBTQIA+ contribuiu para a politização de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, provocou mudanças nas atitudes sociais e impulsionou um conjunto de reformas legais que resultaram, entre outras coisas, na descriminalização da homossexualidade e no reconhecimento de direitos civis como o casamento igualitário, a adoção de crianças e a autodeterminação de gênero. Estes avanços também estimularam, ao longo do tempo, a mobilização massiva de setores da sociedade que se opõem às políticas de igualdade (Kuhar & Paternotte, 2018), colocando a defesa dos direitos sexuais, reprodutivos e de gênero no centro do debate político contemporâneo. Em algumas democracias ocidentais, particularmente na Europa e na América do Norte, a garantia dos direitos LGBTQIA+ tornou-se um vetor político importante, que opõe frequentemente diferentes projetos de poder ancorados nas ideias de “progresso” e “tradição”.

A sociologia dos movimentos sociais acompanhou o desenvolvimento deste fenômeno, abordando os movimentos LGBTQIA+ enquanto forma de ação contenciosa impulsionada por uma “situação de desvantagem social” (Polletta & Jasper, 2001). Esta perspectiva esteve relacionada ao contexto de produção dos primeiros estudos sobre o movimento nas décadas de 1970 e 1980, quando os teóricos dos chamados “novos movimentos sociais” (TNMS) elegeram grupos socialmente marginalizados (mulheres, negros, indígenas, jovens, idosos, homossexuais e ambientalistas) como os “novos agentes” da mudança social (Alonso, 2009). Inspirados pela mobilização da juventude e outros setores da sociedade no final dos anos 1960, autores como Touraine (1989) Habermas (1981; 1984; 1987) e Melucci (1980) argumentaram, cada um a seu modo, que os conflitos redistributivos característicos das sociedades industriais teriam sido “diluídos” pelas instituições democráticas, deslocando o cerne do conflito social do mundo do trabalho para o “mundo da vida” (Habermas, 1987). Sob esta abordagem, caberia aos “novos movimentos sociais”, portadores de um projeto de democratização da sociedade e de suas estruturas valorativas, e não mais ao operariado industrial, o papel de resistir aos novos padrões de dominação capitalista, ancorados na expansão da racionalidade instrumental, monetarização das interações sociais, controle da informação e burocratização do sistema político (Alonso, 2009). Mesmo críticos ao marxismo, os autores desta linhagem acabaram aproximando-se de Marx ao partirem de uma análise macroestrutural da mudança societária para sugerir, agora em detrimento do proletariado industrial, a emergência de um novo “sujeito revolucionário”.

No Brasil, a literatura sobre os “novos movimentos sociais” ganhou contornos bastante específicos. Sob a influência dos estudos sobre marginalidade e dependência dos anos 1960, os investigadores desta geração focalizaram a ação dos chamados “movimentos populares” ou “movimentos sociais urbanos” (Evers, 1982; Cardoso, 1984; Sader, 1988), percebidos como os grandes protagonistas da resistência ao regime militar (1964-1985). Com a retomada do sistema democrático, a mobilização dos “movimentos populares” entrou em declínio, deslocando as análises em direção às formas de participação política mediadas pelo Estado e, posteriormente, nas décadas de 1990 e 2000 aos chamados “movimentos identitários” ou “pós-materiais” (mulheres, negros, homossexuais) (Alonso, Costa e Maciel, 2007). Esta leva de estudos não foi recebida como parte da literatura sobre os “novos movimentos sociais”, muito embora ecos desta abordagem possam ser percebidos em vários trabalhos sobre a gênese do movimento homossexual no Brasil (MacRae, 1990; Facchini, 2005; Simões e Facchini, 2009): a ideia de que esses movimentos seriam caracterizados por uma postura de oposição às normas

vigentes, indiferença em relação ao Estado, e o entendimento de que funcionavam como agentes de pressão social, atuando sobretudo para a transformação da sociedade.

Como herança da abordagem dos “novos movimentos sociais”, a literatura sobre o movimento homossexual brasileiro evitou vincular o movimento à esquerda ou à direita, focalizando nos aspectos culturais do ativismo que esbatiam as clivagens político-ideológicas habituais. Destacou, desde o princípio, as tensões entre grupos organizados de gays e lésbicas com atores de todos os lados do espectro político (MacRae, 1990; Green, 2000; Facchini, 2005; Simões e Facchini, 2009, Green e Quinalha, 2014). Dispensou, no entanto, tratamentos diferentes para cada uma das partes. Enquanto a direita foi retratada como principal opositora às iniciativas político-institucionais voltadas para a ampliação dos direitos da população LGBTQIA+ (Green e Quinalha, 2014, Santos e Melo, 2018), a esquerda foi abordada sob diferentes ângulos. De aliada antiquada, machista e heteronormativa, dada à cooptação de ativistas (MacRae, 1990; Facchini, 2005; Simões e Facchini, 2009), passou a principal aliada na arena política institucional no curso do processo de redemocratização (Cruz, 2015; De La Dehesa, 2010; Câmara, 2002), aliança que ganharia novos contornos a partir dos anos 2000, com chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República e a implementação de políticas públicas de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em âmbito federal (Irineu, 2014; Pereira, 2017).

Entre dois pesos e duas medidas, a literatura acabou por cristalizar a ideia de um movimento fundamentalmente “progressista”, relegando para segundo plano a análise de experiências de ativismo LGBTQIA+ ideologicamente dissonantes. Essa tendência ajuda a compreender o baixo interesse acadêmico pela análise de grupos, setoriais, campanhas e programas eleitorais encabeçados por atores políticos LGBTQIA+ no campo político da direita, fenômeno que apenas recentemente começou a receber a atenção das Ciências Sociais no Brasil. Estes trabalhos, entretanto, nem sempre tiveram o tema como objeto principal: em minha dissertação de mestrado (Cruz, 2015), eu apenas mencionei a presença de candidatos abertamente homossexuais em partidos de direita no início dos anos 1980; Santos (2016) e Pereira (2021) identificaram uma tendência crescente de criação de setoriais LGBTQIA+ em partidos de centro e direita nas duas últimas décadas, Daniliauskas (2017) detectou a emergência de um discurso liberal entre jovens ativistas LGBTQIA+ na periferia de São Paulo e Estevão-Rezende (2021) analisou as percepções de usuários de um grupo de discussão no Facebook sobre as emergentes identidades LGBTQIA+ à direita. Em suas dissertações de mestrado, Cruz (2020) e Melo (2022) lançaram análises mais robustas no campo da sociologia

política ao investigarem, respectivamente, o grupo Diversidade Tucana e as campanhas eleitorais de candidatos autodeclarados “gays de direita” no ciclo eleitoral de 2020⁸.

Se no Brasil o tema começou a despertar maior interesse de investigação apenas na década passada, a literatura internacional na área das Ciências Sociais vem abordado experiências de ativismo LGBTQIA+ em movimentos liberais, conservadores ou de extrema direita pelo menos desde os anos 1990 (Rogers & Lott, 1997; Duggan, 2002; Cimino, 2007; Chouinard, 2015; Durand, 2018, Wielowiejski, 2020; Dickey & Van Klingerren, 2022). Esses estudos têm contribuído para evidenciar uma diversidade de lógicas de mobilização por trás destes movimentos, confrontar concepções essencialistas sobre as identidades LGBTQIA+, escrutinar os processos de assimilação dos movimentos LGBTQIA+ e ressaltar as intersecções do fenômeno com a chamada política antigênero (Kuhar & Paternotte) e a ascensão de novas formas de nacionalismo sexual (Jaunait et al., 2013). Enquanto nos Estados Unidos esses trabalhos possuem uma história mais antiga, ligada sobretudo às disputas internas ao sistema político bipartidário e às dinâmicas geopolíticas pós-11 de setembro, na Europa o contexto de produção tem a ver com os desdobramentos da crise econômica e migratória pós-2008, a ascensão de movimentos racistas, xenófobos e nacionalistas neste mesmo período e o sucesso das campanhas e mobilizações antigênero (Kuhar & Paternotte)

Estas contribuições podem ser divididas em duas tendências principais. A primeira, focada nas construções identitárias dos ativistas, tem se mostrado recorrente no contexto estadunidense (Rogers & Lott, 1997; Cimino, 2007; Chouinard, 2015; Dickey & Van Klingerren, 2022). Os ativistas LGBTQIA+ do Log Cabin Republicans, particularmente os gays e lésbicas, tem sido os mais escrutinados pelos investigadores. Os estudos constataram que este agrupamento é composto majoritariamente por indivíduos identificados como brancos, cristãos, altamente escolarizados e pertencente às classes dominantes, cuja principal (senão única) fonte de discriminação (no caso dos homens gays) seria a identidade homossexual. Cimino (2007) verificou que a socialização primária e secundária em meios sociais privilegiados teria sido responsável por reforçar uma tendência à seleção de identidades sociais menos estigmatizadas (baseadas em classe, raça e posição no mercado de trabalho) em detrimento da orientação sexual, colocada em segundo plano. Nesse sentido, Rogers e Lott (1997) argumentaram que a hostilidade em relação aos espaços de sociabilidade homossexual e ao movimento gay e lésbico expressas por estes ativistas seriam expressão de um conjunto

⁸ Trabalhos de outras disciplinas como a filosofia também têm proposto reflexões sobre o tema (ex.: Coppelli, 2020).

de frustrações relacionadas a possibilidade de perda de privilégios e *status*, resultado da interação entre complexas matrizes de dominação (Collins, 2000). Chouinard (2015) acrescentou que estes ativistas tendem a perceber a si próprios como uma “exceções gays”, demonstrando pouca ou nenhuma preocupação com os indivíduos LGBTQIA+ menos favorecidos. Interessados na construção de identidades homonacionalistas, Dickey e Van Klinger (2022) afastaram-se dos ativistas republicanos para analisar publicações de um fórum online “alt-right” americano. Constataram que os indivíduos LGBTQIA+ “de direita” procuram resolver suas tensões identitárias criando uma imagem de grupo positiva, contrapondo-se às pessoas *queers* e não-binárias “degeneradas” e substituindo o cristianismo pelo Islã como o principal adversário externo anti-LGBTQIA+.

Uma segunda tendência, mais heterogênea, representada pelos trabalhos de Duggan, 2002; Durand, 2018 e Wielowiejski, 2020 procurou observar não as identidades, mas os discursos, estratégias políticas e lógicas de ação por trás da mobilização dos ativistas LGBTQIA+ à direita nos Estados Unidos e na Europa. Ao analisar as discussões de uma conferência nacional do Log Cabin Republicans no final dos anos 1990, Duggan (2002) descreveu a emergência de “uma nova política sexual de tipo neoliberal” baseada “em uma cultura gay privatizada, despolitizada e ancorada na domesticidade e no consumismo” a qual denominou *homonormatividade* (Duggan, 2002, p. 179). Essa “nova política gay *mainstream*” estaria relacionada ao acesso cada vez mais comum a instituições sociais como o casamento, o livre mercado e o patriotismo. Seus defensores não estariam interessados em contestar as instituições políticas dominantes, mas sobretudo reforçá-las, opondo-se simultaneamente ao conservadorismo anti-gay e aos “radicalismos de esquerda”. Esses ativistas propunham ainda desmistificar a imagem de “agentes radicais da mudança social” atribuída às pessoas gays e lésbicas, apresentando-se como uma voz em defesa da inclusão, igualdade legal e respeito social nos marcos de uma sociedade civil capitalista (Duggan, 2002, p. 175). Para a autora, essa formulação não marcaria somente a emergência de uma nova corrente dentro do movimento gay estadunidense do final dos anos 1990, mas também a constituição de parte fundamental do cenário político e cultural do neoliberalismo contemporâneo (Duggan, 2002, p. 177)⁹.

Na França, Durand (2018) investigou a mobilização de ativistas homossexuais contrários à aprovação da chamada “Lei Taubira”, que regulamentou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção homoparental naquele país, apresentado à Assembleia

⁹ A fim de evitar anacronismos, mantenho o termo “movimento gay” como utilizado pela autora, que baseia suas reflexões em uma série de eventos e publicações do final dos anos 1990.

Nacional em 2012. Reunidos em um grupo denominado Homovox, um “coletivo de homossexuais contrários ao casamento para todos, ao PMA, ao GPA”¹⁰, estes ativistas se notabilizaram pelo engajamento nas manifestações da direita católica contra a aprovação desta lei, movimento conhecido no contexto francês como *La Manif pour Tous* (Della Sudda, 2022). Oriundos dos mais variados estratos sociais, mas principalmente da burguesia católica, estes ativistas seriam movidos por uma rejeição ao ativismo LGBTQIA+ institucionalizado e a uma certa representação da homossexualidade encarnada por estas organizações. Como forma de “compensar” uma orientação sexual que compreendem como “desviante”, eles atuariam no sentido de evidenciar as suas identidades socialmente mais valorizadas (de classe, gênero e credo). O engajamento na *Manif pour Tous* estaria relacionado, deste modo, a uma tentativa de demarcar o pertencimento ao círculos ativistas católicos e antigênero mais tradicionais.

Por meio de uma investigação etnográfica, Wielowiejski (2020) analisou as duas principais vertentes discursivas mobilizadas pelos ativistas homossexuais que atuam no partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD, do alemão *Alternative für Deutschland*): o discurso contra a abordagem do “gênero” e a suposta “islamização” da sociedade alemã. Concluiu que a presença destes ativistas nas fileiras do AfD permite ao partido e à direita, de forma mais ampla, substituir antigas posições anti-gay por uma política antigênero baseada, simultaneamente, no recrutamento e celebração de seus membros abertamente homossexuais e na oposição intransigente a qualquer abordagem teórica ou política que tenha como objetivo desnaturalizar as bases essencialistas que organizam a ordem binária de gênero e sexualidade. Os ativistas homossexuais da AfD se apresentam então como porta-vozes de uma identidade gay “bem definida”, “inofensiva” e “respeitável” contra os *queers* “radicais” que teriam como objetivo destruir os papéis de gênero, a família e as tradições.

Esses pesquisas oferecem inúmeras contribuições para pensar os ativismos que proponho discutir ao longo desta tese, particularmente os trabalhos de Duggan (2002) e Wielowiejski (2020). Contudo, para além das diferenças contextuais entre as realidades brasileiras, europeia e estadunidense, e apesar da circulação transnacional de repertórios, enquadramentos e estilos de ativismo que inspiraram os ativismos brasileiros, o estudo que proponho não focaliza os processos de construção de identidades e nem se limita a analisar os

¹⁰ A sigla PMA (procriação medicamente assistida) designa um conjunto de técnicas e tratamentos que visam favorecer a ocorrência de uma gravidez em casais inférteis ou com fertilidade reduzida, ou em mulheres sem parceiro do sexo masculino, ao passo que a sigla GPA (do francês *gestation pour autrui*) se refere a um conjunto de métodos em que o embrião é implantado no útero de uma outra mulher (informalmente conhecido como “barriga de aluguel”).

discursos dos ativistas, mas procura compreender os sentidos por trás da ação *coletiva* e *conectiva* dos atores. Deste modo, aproxima-me da segunda tendência de estudos, convocando para a análise as dimensões biográficas do ativismo, recurso explorado por Durand (2018), e assinalando os processos de construção de lógicas de mobilização e políticas sexuais, como observado nos trabalhos de Duggan (2002) e Wielowiejski (2020). Tudo isso a partir da abordagem sociológica da ação coletiva e dos movimentos sociais.

No Brasil, o terreno no qual estes ativismos emergem está marcado por intensas disputas em torno do legado político dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), das esquerdas e dos movimentos sociais percebidos como “progressistas” ou “socialistas”. Não por acaso, a retórica anti-esquerda constitui o ponto comum entre todos os meus interlocutores e grupos analisados ao longo desta investigação. Trata-se de um cenário bastante diferente daquele observado nos Estados Unidos e na Europa, marcado por discussões como a imigração e o lugar do Islã, que nem sempre possuem o mesmo peso no debate público brasileiro. Diante deste cenário, penso que a grande contribuição deste trabalho seja a possibilidade de abordar este objeto a partir do contexto latino-americano marcado pelo declínio da chamada “maré rosa” (Panizza, 2006) dos anos 2000¹¹ e, mais ainda, durante os primeiros anos de um governo abertamente “de direita” e anti-esquerda, o governo Jair Bolsonaro (2018-2021).

Problema de investigação, contornos do objeto e argumento principal

Considero ao longo deste trabalho que, tal como as pessoas cisgêneras e heterossexuais, as pessoas LGBTQIA+ são politicamente plurais. Longe de serem determinadas exclusivamente por suas orientações sexuais e identidades de gênero, suas preferências e identidades político-ideológicas são resultado de uma multiplicidade de experiências de socialização nos meios sociais e contextos de ação e interação pelos quais circularam ao longo de suas vidas, em articulação contínua com marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) como classe, raça e/ou etnia, religião e geração. Sendo assim, o posicionamento à direita de indivíduos LGBTQIA+ não constitui, *a priori*, um problema sociológico em si mesmo. O objeto desta investigação só toma forma quando observado a partir de uma moldura sócio-histórica: no Brasil, assim como em outros países, as direitas constituíram historicamente o

¹¹ O termo “vaga rosa” (originalmente “maré rosa”) foi proposto por Panizza (2006) para designar um período de mudança caracterizado por sucessivas vitórias eleitorais da esquerda no continente latino-americano. Este período teria iniciado com a eleição de Hugo Chávez em 1998 na Venezuela e continuado por toda a primeira década do século XXI em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai.

principal campo político de oposição às liberdades individuais e à garantia dos direitos civis da população LGBTQIA+ (Green e Quinalha, 2014; Santos e Melo, 2018). Isto posto, interessa compreender o processo de constituição destes novos ativismos, questionando por que estes ativistas se engajam em movimentos, partidos políticos e iniciativas específicas de ativismo que, a princípio, parecem atuar na contramão de seus próprios interesses.

Recorrendo a enquadramentos interpretativos (Tarrow, 2009; Snow e Benford, 2000) e repertórios de ação (Tilly, 1978, 1995, Tarrow e Tilly, 2005) variados, os ativistas que encontrei no terreno se mobilizam para combater a imagem supostamente “degradante” das pessoas LGBTQIA+ produzida pelo movimento e pelos frequentadores do chamado “meio gay”. Eles não se opõem frontalmente aos direitos LGBTQIA+, embora mostrem-se críticos àquilo que percebem como tentativa de imposição de um “estilo de vida” minoritário ao conjunto da sociedade. Contrariamente à imagem produzida pelo senso comum, de que seriam homossexuais “mal resolvidos”, os meus interlocutores vivenciam as suas sexualidades de forma assumida e falam sobre o assunto sem grandes constrangimentos. Como a maior parte das pessoas LGBTQIA+, passaram por experiências de violência (particularmente em casa e na escola), isolamento e crises de autoaceitação. Tendem a ser mais favoráveis ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo do que às demandas relacionadas ao “gênero” (direitos trans e debate de gênero nas escolas) e consideram os discursos discriminatórios de seus pares à direita como manifestação do direito à “liberdade de expressão”. Condenam a suposta impermeabilidade à crítica por parte do movimento e da “comunidade” LGBTQIA+, espaços considerados excludentes, “tóxicos” e normativos, no qual a opinião discordante seria sistematicamente tratada como “homofobia” e “transfobia”.

Outro alvo importante deste ativismo são as esquerdas políticas, percebidas como um amplo espectro de movimentos sociais (com destaque para os movimentos de minorias políticas), sindicatos, organizações não-governamentais e partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). Este campo político é acusado de ter cooptado a causa LGBTQIA+ e transformando-a em uma “ferramenta de combate à moralidade” para alcançar o seu “projeto de dominação política”. Convencidos de que “o movimento LGBTQIA+” e a “esquerda” encontram-se atualmente amalgamados, estes ativistas tendem a ignorar a diversidade interna à cada um destes atores políticos, bem como as tensões históricas que perpassam a relação entre os dois. Desprovidos da aceitação dos pares e sem identificação com uma cultura política que consideram incompatível com seus princípios, viram-se diante de um outro tipo de “armário”: o *armário político*, o qual esforçam-se agora para romper.

Por meio de uma lógica organizacional *internet supported* (Van Laer e Van Aelst, 2009), estes ativistas trabalham para produzir uma *política de visibilidade* (Milan 2015) em torno de enquadramentos interpretativos, identidades e estilos de ativismo que não encontravam maior ressonância nos espaços de sociabilidade LGBTQIA+ *offline* (bares, festas e grupos de amigos). Contudo, esta espécie de contramobilização (Lo, 1982; Banaszak e Ondercin, 2010) ao movimento LGBTQIA+ e à esquerda, cujo palco principal são as redes sociais online, constitui apenas uma parte da ação empreendida pelos grupos de “gays de direita”. Eles também realizam encontros face a face para lazer, acolhimento e formação política, interagem com a imprensa, organizam campanhas e desempenham o papel de “consultores informais” de famílias que buscam apoio *online* para lidar com a homossexualidade dos filhos. Combinam assim elementos da ação coletiva tradicional com outros típicos da *ação conectiva* (Bennett & Segerberg, 2012; 2013) reapropriada dos movimentos de jovens liberais surgidos no Brasil pós-2013, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e dos movimentos sociais de contestação da crise econômica internacional de 2008, como o *Occupy Wall Street* os Indignados da Espanha.

Entre as ruas e a internet, estes ativistas constroem redes de interação de larga escala que envolvem participantes de várias regiões do país com diferentes níveis de engajamento, mantém uma relação pragmática com os partidos políticos e outras organizações de movimento social e constituem pequenos núcleos de gestão orientados para a produção de conteúdo online. Neste universo *online*, destacam-se os memes políticos de humor corrosivo (Santos & Chagas, 2018), que funcionam como veículos para a disseminação de enquadramentos interpretativos de ação coletiva (Gamson et al., 1982) e de modelos generificados de engajamento que contribuem para corporificar os *estilos de ativismo* liberal e conservador representados por estes grupos. Como parte de uma tendência anteriormente verificada na literatura sobre os ativismos online, estes enquadramentos são moldados na forma de narrativas personalizadas sobre a política com forte potencial de inteligibilidade, adaptação e compartilhamento (Bennett & Segerberg, 2012; Milan, 2015).

O foco no indivíduo em detrimento do grupo encontra-se no cerne das preocupações desta geração de ativistas. Os títulos das *fanpages* de Facebook¹² que encontrei ao longo do terreno são bastante reveladores desta tendência: *Gay de Direita* (no singular), *Sou gay de*

¹² *Fanpage* ou Página de fãs designa um tipo de página pública que pode ser criada dentro do Facebook para a publicação de conteúdos por parte de empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, movimentos sociais, figuras públicas e organizações com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com o público ou com seus clientes por meio desta rede social.

direita, Gay Reação e Gay de Direita, Gay Direito. No caso do meu objeto de investigação, esta componente expressa a face mais visível de uma crítica à política identitária dos movimentos LGBTQIA+ e tem por objetivo desautorizá-los enquanto porta vozes políticos e produtores de uma representação “única” das pessoas LGBTQIA+. Contudo, essa crítica, não é feita sem recurso a um certo identitarismo. Um dos meus interlocutores, o ativista conservador Febo Werneck (professor de língua portuguesa da rede pública, homossexual, 32 anos)¹³ admite que a utilização da categoria “gay” no debate público remete, de fato, “*a uma segmentação identitária típica da esquerda*”, mas essa estratégia teria se revelado necessária para mostrar à sociedade que os homossexuais “*podem ser o que eles quiserem*”.

Mas se políticos abertamente homossexuais e “de direita”, como o falecido deputado federal Clodovil Hernandez, e organizações situadas em partidos de centro-direita, como o Diversidade Tucana, do PSDB, existiam desde os anos 2000, o que teria acontecido, nos últimos anos, para que esse tipo de ativismo finalmente ganhasse uma expressão coletiva, nacional e assumidamente à direita? Sustento como argumento principal deste trabalho que a crise dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o ciclo de protestos de junho de 2013 e a campanha pelo impeachment da ex-presidenta¹⁴ Dilma Rousseff (2015/2016), inauguraram um novo contexto de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996) para a mobilização de movimentos sociais situados à direita do governo do PT. Este cenário favoreceu um processo de ressignificação das identidades políticas associadas às direitas, anteriormente vinculadas à memória “envergonhada” do regime militar (Madeira e Tarouco, 2010) e a renovação social e geracional das bases e quadros de organizações antipetistas. Em um ambiente permeável à circulação de novas ideias, discursos e estilos de ativismo, os jovens ativistas recém-recrutados identificaram a oportunidade de romperem com

¹³ Como forma de garantir o anonimato e o direito à privacidade dos meus interlocutores, foram criados nomes fictícios para a maioria dos participantes da investigação. Da mesma forma, as referências a outras pessoas, lugares ou situações foram anonimizadas ou modificadas. Contudo, entre os 18 entrevistados, dois ativistas optaram por conceder entrevista sem contrato de confidencialidade e autorizaram a utilização de seus nomes verdadeiros. Foi o caso do professor Febo Werneck e do advogado Tiago Pavinatto, ativistas com projeção midiática cujas ações, intervenções nos meios de comunicação e narrativas biográficas poderiam, efetivamente, apresentar dificuldades acrescidas ao processo de anonimização. As outras duas exceções foram o vereador Fernando Holiday (São Paulo) e o Deputado Estadual Douglas Garcia (também de São Paulo), dois agentes públicos cujas trajetórias têm sido amplamente midiáticas, o que tornaria muito pouco eficiente as minhas tentativas de anonimização. Todas as entrevistas foram concedidas mediante consentimento informado. Uma discussão mais robusta sobre a aplicação desta técnica está presente no Capítulo 2.

¹⁴ Embora o uso do substantivo “presidente” na forma flexionada (para adequar-se ao gênero feminino) tenha sido objeto de divergência entre gramáticos, jornalistas e opinião pública ao longo dos governos de Dilma Rousseff, o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), editado em conjunto pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, considera corretas ambas as formas (presidente e presidenta). Esta tese opta pelo uso da forma flexionada.

o armário político, questionarem o suposto monopólio das esquerdas sobre o debate das questões de gênero e sexualidade e distinguirem-se dos estigmas associados ao “meio gay” e ao “movimento LGBTQIA+”. Encontraram-se uns aos outros na internet e formaram grupos específicos de ativismo LGBTQIA+, identificando-se, nesse processo, como conservadores ou liberais. Estes grupos passaram a funcionar como círculos de reconhecimento (Mische, 1997), espaços de apoio mútuo, ação e socialização política que permitiram aos ativistas compatibilizarem as várias identidades (ex.: “gay”, “católico”, “negro”, “conservador”, “patriota”) e papéis sociais (ex.: “filho”, “marido”, “fiel” e “trabalhador”) acumulados ao longo de suas trajetórias, criarem uma autoimagem positiva, e ressignificarem e negociarem suas identidades sexuais nos meios sociais considerados significativos para as suas existências.

Objetivos da investigação

Esta tese se propõe compreender a emergência de um ativismo LGBTQIA+ à direita no Brasil entre os anos de 2013, quando surgem nas redes sociais *online*, especialmente no Facebook, iniciativas de mobilização baseadas em uma identidade gay orgulhosamente “de direita”, e 2020, quando algumas dessas iniciativas começaram a ganhar uma contraparte *offline*. Do ponto de vista teórico, recorro principalmente ao patrimônio teórico-conceitual da Sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, particularmente a abordagem do Confronto Político (McAdam et al., 2009; Tarrow, 2009; Tilly & Tarrow, 2015) e os estudos contemporâneos sobre ativismos *online* (Bennett & Segerberg, 2012; Milan, 2015; Simões & Campos, 2016; Campos et al., 2018; Simões & Campos, 2020), em articulação com uma sociologia de tradição disposicionalista (Crossley, 2003; Lahire, 2002; 2004) e contributos teóricos dos estudos de gênero e sexualidade (Sedgwick, 1998, 2007; Brah, 2006; Duggan, 2002; Rahman, 2010; Puar, 2012, 2013; Eribon, 2012; Avanza, 2019). Valendo-me de uma abordagem compreensiva e indutiva, lanço mão de uma estratégia de triangulação de dados empíricos recolhidos por meio de técnicas e métodos qualitativos, nomeadamente a pesquisa documental (utilizando os meios de comunicação social em formato digital como fonte principal para o mapeamento de atores e eventos), a imersão etnográfica *online* (Hine, 2015; Simões, 2012) e a realização de entrevistas semiestruturadas de cariz compreensivo (Kaufmann, 1996; Ferreira, 2014). Para completar este desenho metodológico, mobilizei quatro tipos de análise em diferentes momentos da tese (análise de conteúdo, análise descritiva, análise de redes sociais, e análise de correspondências múltiplas).

Com o intuito de oferecer uma compreensão relacional e multinível da ação coletiva e conectiva, optei pela adoção de uma perspectiva multinível (*macro, meso e micro*) inspirada em Castelli Gattinara e Pirro (2019). Compreendo que a opção por essa perspectiva multinível permite responder ao meu problema de investigação de forma mais robusta, adicionando maior complexidade às minhas análises e constituindo um quadro analítico atento tanto aos contextos políticos, históricos e culturais nos quais decorrem a ação *coletiva* e *conectiva* quanto à singularidade das experiências coletivas e individuais que caracterizam esse processo de ruptura com o *armário político*, conceito proposto por mim e discutido mais detalhadamente nos momentos finais do primeiro capítulo.

Sendo assim, em um primeiro momento (nível *macrossociológico ou contextual*), através da operacionalização dos conceitos de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996), analiso as variáveis do ambiente político e cultural pós-2013 que teriam favorecido o engajamento político à direita de indivíduos abertamente LGBTQIA+. Em um segundo momento (nível *meso sociológico*), discuto o surgimento das páginas e grupos de “LGBT de direita” na internet e nas redes sociais online. Este nível de análise contempla as formas organizacionais (Bennett & Segerberg, 2012; 2013), os repertórios de ação coletiva (Tilly, 1978) e os processos de enquadramento interpretativo (Gamson et al., 1982) engendrados pelos atores no decurso do confronto político. Destaco, nessa dimensão, a produção de dois *estilos de ativismo* (Alonso, 2015) identificados no terreno por meio da análise das dinâmicas de engajamento observadas em duas *fanpages* de Facebook que servem como palco e vitrine para dois grupos: “Gay de Direita” (representante de um estilo conservador) e “Boteco Liberal LGBT” (representante de um estilo liberal).

Em um terceiro momento (nível *microsociológico*), com o intuito de identificar as contribuições biográficas dos atores para a construção dos referidos estilos de ativismo, proponho uma análise de quatro trajetórias individuais na forma de *retratos sociológicos* (Lahire, 2004). Este dispositivo metodológico permitiu analisar o modo como os diferentes tipos de socialização anteriores à participação nos espaços de ativismo político (socialização primária e secundária), em articulação com as desigualdades estruturais e os marcadores sociais da diferença (pertencimento étnico-racial, religioso, de classe, gênero e orientação sexual), produziram *patrimônios de disposições individuais para a ação* (Lahire, 2002) fundamentalmente plurais, com impactos relevantes nos processos de subjetivação dos ativistas e no acesso e incorporação dos recursos simbólicos e cognitivos necessários para o engajamento político à direita. A reconstrução das narrativas biográficas dos ativistas permitiu

ainda compreender os sentidos de suas práticas políticas e discutir as maneiras pelas quais a adesão aos movimentos e partidos políticos à direita provocaram mudanças substanciais em seus modos de vida e na constituição dos seus patrimônios de disposições.

Finalmente, as discussões apresentadas nesta tese pretendem dialogar e contribuir com algumas áreas disciplinares específicas. Creio que a mais patente seja a Sociologia Política, em especial a abordagem do Confronto Político, com a qual mantenho uma relação de proximidade desde o mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Embora esta tese se proponha a analisar um tipo específico de ativismo, creio que os resultados apresentados nos próximos capítulos podem contribuir para uma compreensão mais ampla sobre o processo político brasileiro recente. Como fazem questão de nos lembrar por meio de suas práticas ativistas, os meus interlocutores não são apenas homossexuais, mas também jovens, trabalhadores, ativistas, fieis, maridos, filhos e colegas de trabalho. São parte de uma geração que identificou na direita um conjunto de ideias, valores e crenças compatíveis com suas aspirações e projetos de vida. Não são muito diferentes, portanto, de outros milhares de brasileiros que foram às ruas e às redes sociais online para protestar contra a corrupção ou pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse sentido, a articulação entre os estudos de gênero e sexualidade e uma sociologia de tradição disposicionalista, que convoca para a análise as múltiplas formas de socialização e seus efeitos, tem a ver com a busca por essa postura dialética, que reconhece a especificidade das identidades LGBTQIA+ expressas pelos indivíduos sem, no entanto, reduzi-los a estas especificidades. Isto posto, antes de introduzir os seis capítulos que compõem esta tese, apresento na próxima seção alguns dos termos e definições centrais para a leitura deste trabalho e análise do meu objeto de investigação.

Termos e definições

Ao longo do texto, termos como “de direita”, “de esquerda”, “gays de direita” são apresentados entre aspas, a fim de indicar o modo como os próprios atores se definem ou como têm sido nomeados no debate público por outros atores políticos e pelos meios de comunicação social. Os termos “de direita”, “liberal” e “conservador” são mobilizados como categorias êmicas, assumindo a autodefinição política dos atores. Essa opção tem como intuito explicitar o modo como essas categorias são agenciadas pelos ativistas e como eles articulam-nas com suas identidades sexuais produzindo, deste modo, novos significados. Isso implica em dizer que não tenho interesse em discutir se meus interlocutores se encaixam ou não em categorias políticas consagradas como “liberal” e “conservador”, como muitos comentaristas políticos

têm procurado fazer, mas compreender o que significa, para eles, ser um indivíduo homossexual “liberal” ou “conservador” no contexto brasileiro atual. Em resumo, parte dos meus interesses de investigação residem precisamente na compreensão destas disputas e na produção de significados que emergem do confronto político: é por meio da ação contestatória que eles ressignificam, concomitantemente, o que é ser “liberal” e “conservador” e, em grande medida, o que significa ser homossexual.

Esta posição em relação ao objeto não implica em uma indiferença relativamente ao sentido atribuído a estas categorias na Sociologia e na Ciência Política. Ao contrário, como veremos mais adiante, os meus interlocutores demonstraram grande interesse pelos debates políticos e filosóficos sobre o liberalismo e o conservadorismo modernos. Eles leem autores clássicos como Edmund Burke e outros mais contemporâneos como Ludwig von Mises, apropriando-se de suas contribuições e articulando-as com seus patrimônios intelectuais e contextos de ação. Tais categorias possuem, portanto, um conjunto específico de significados para os meus interlocutores e esse processo de significação possui implicações importantes para a análise. Diante disso, seria improdutivo empregar categorias como “esquerda”, “direita”, “centro-direita”, “extrema-direita”, “fascismo”, “reacionarismo”, “conservadorismo”, “neoconservadorismo”, “liberalismo” ou “fundamentalismo” de modo arbitrário, como se fossem auto evidentes e a-históricas. Sobretudo porque, em vários momentos do texto, mobilizo categorias como “liberal” e “conservador” em discussões de ordem teórica ou contextual que não se referem diretamente ao modo como os atores em estudo se identificam.

Isto posto, parece-me pertinente elucidar a minha compreensão destes termos enquanto analista. Inspirado no quadro reflexivo lançado por Samuel Huntington, teórico conservador norte-americano, Almeida (2020) propõe a apreensão do termo *conservadorismo* em seu sentido prático, situado e relacional. Huntington (1957) elenca três linhas de entendimento mais frequentes do que ele definiu como “conservadorismo como ideologia”: a identificação histórica com um segmento social específico (a aristocracia), interpretação que o autor considera redutora dado que os princípios conservadores não são monopólio de uma classe social particular na história; a definição autônoma em relação à experiência histórica a partir de algumas propriedades mais constantes, que ele considera falha por desconectar o conceito dos processos históricos e, por último, a perspectiva situacional, que assinala as situações históricas em que um desafio fundamental é dirigido às instituições e dos valores estabelecidos, incitando a ação de seus partidários e simpatizantes. Seguindo a opção de Huntington (1957) pela terceira interpretação, Almeida (2020) argumenta que o conceito deve ser tomado de

forma situada e relacional, pois “a conceituação interessa mais como ferramenta do que como um indexador de experiências históricas” (2020, p. 427).

O procedimento sugerido por Almeida (2020) me parece satisfatório, na medida que evita “partir de uma de uma definição conceitual para depois aferir a realidade empírica ou, inversamente, utilizá-la como ilustração do conceito” (2020, p. 427). Entretanto, a aplicação automática deste mesmo expediente para a compreensão do termo “liberalismo” pode apresentar dificuldades adicionais. Isso porque Huntington (1957) considera o conservadorismo como uma ideologia posicional, no sentido de que consiste, fundamentalmente, na resistência às mudanças institucionais e sociais, e não como uma ideologia ideacional, do tipo que possui um conteúdo substantivo predeterminado, como o liberalismo, a democracia, o socialismo e o fascismo.

Embora eu esteja inclinado a concordar, ao menos parcialmente, com a posição do autor sobre o conservadorismo (o qual, do meu ponto de vista, pode estar associado à construção de certos projetos de poder e não somente à uma posição reativa), acredito que sua interpretação acerca das ideologias ideacionais acaba por tomar o liberalismo como uma ideologia impermeável e a-histórica, cujo conteúdo (visões sobre o papel do Estado e outras instituições, distribuição do poder e valores na sociedade, relações entre estruturas econômicas, políticas e militares etc.) não seria alterada mediante as mudanças históricas. De fato, o liberalismo não pode ser definido, como o conservadorismo, exclusivamente por seu caráter de resistência às mudanças, mas isso não elimina a sua potencialidade reativa. Em contextos históricos particulares, seus defensores podem assumir uma postura reativa caso identifiquem um conjunto consistente de ameaças às instituições fundamentais para o exercício da liberdade econômica e individual.

Da mesma forma que Huntington (1957) admite o cariz modular e situacional do conservadorismo como ideologia, acredito que o liberalismo também possa ser compreendido à luz de sua plasticidade e reatividade, pois sua definição não se circunscreve nem a identificação com classes sociais específicas (a burguesia e as classes médias) nem a caracterizações autônomas baseadas em propriedades constantes (o que implicaria em pressupor que os liberais latino-americanos e estadunidenses atuais, por exemplo, são cópias fieis dos liberais ingleses do século XVIII). Sendo assim, a compreensão do liberalismo enquanto ideologia ideacional não exclui sua compreensão relacional, pois trata-se de um conjunto de ideias, visões e valores que circulam no tempo e no espaço, são transformados,

reelaborados e adaptados pelos atores sociais no decorrer do processo político e implicam na formação de alianças e oposições que variam de acordo com as situações históricas.

Por fim, estas ideologias também interagem, disputam espaço com ideologias modulares e segmentadas como o neoliberalismo, o libertarianismo e o anarcocapitalismo (Freeden, 2003) e acabam por modificar-se mutuamente no decurso do confronto político, tornando complexa a tarefa de defini-las com precisão. Especialmente nas últimas décadas, tem-se observado uma acentuada convergência entre dispositivos neoliberais¹⁵ e princípios neoconservadores (Brown, 2019). Essa combinação teria sido gestada na segunda metade do século XX, por pensadores como Friedrich Hayek e políticos neoliberais como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, dando forma a uma nova racionalidade política ancorada na *moral* e no *mercado* — duas forças capazes de gerar “uma ordem e evolução espontâneas” em nossas sociedades (Brown, 2019, p. 21). Diferente tanto do conservadorismo moderno baseado na “prudência” e na mudança gradual quanto do neoliberalismo clássico que propunha a separação entre política e mercado, esta formação política teria o propósito de instituir uma agenda de ataques ao Estado e à justiça social em nome de uma liberdade de mercado ancorada na moralidade tradicional. Como veremos nos próximos capítulos, a conceptualização proposta por Brown (2019) pode ser uma ferramenta interessante para analisar as conexões entre o ideário liberal e conservador identificadas ao longo das minhas análises.

Em relação à diáde direita-esquerda, Madeira e Tarouco (2013, p. 152) argumentam que devido à complexidade do cenário político contemporâneo, atravessado pelo neoconservadorismo, por um conjunto complexo de questões pós-materiais (etnicidade sexualidade, ambientalismo, nacionalismo) e pelo esmorecimento das fronteiras entre as bases sociais de classe dos partidos, este esquema binário se mantém como objeto de polémica entre especialistas. Por exemplo, um mesmo partido político ou movimento social pode ser percebido como de esquerda ao lutar por melhores salários e condições de vida, ao mesmo tempo em que se mostra contrário a medidas de apoio e regularização de trabalhadores imigrantes, dificultando tentativas de categorização. Ao mesmo tempo, uma multiplicidade de atores políticos pode reivindicar uma identidade política de “esquerda”, mas apresentar grande

¹⁵ Para definir neoliberalismo, recorro à Dardot e Laval (2016), que identificam nesta doutrina socioeconômica a defesa de um papel ativo do Estado como promotor do livre mercado, diferentemente do *laissez-faire* observado no liberalismo clássico. O processo de elaboração dos pressupostos neoliberais nas décadas de 1930 e 1940 por intelectuais pró-mercado como Friedrich Hayek esteve relacionado tanto às revisões das teses liberais face aos efeitos da crise econômica de 1929 quanto a uma posição contrária às políticas estatizantes de influência socialista e às políticas socialdemocratas de influência keynesiana (Holanda, 2001; Rocha 2018).

diferença em relação aos seus repertórios de ação coletiva, sendo percebidos pelo público expectador do confronto como distintos ou mesmo como rivais (ex.: socialistas e anarquistas).

Por esse motivo, ao mencionar as direitas políticas e suas organizações, movimentos e partidos políticos, utilizo preferencialmente os termos “o campo político da direita”, “direitas” no plural ou “à direita”, este último geralmente a partir de um referencial específico¹⁶. Procuro, sempre que possível, descrever os atores políticos de forma mais pormenorizada, a fim de evitar categorizações estanques. Esta estratégia também procura dar conta da pluralidade de atores que compõem o referido campo político (ex.: liberais, conservadores laicos e religiosos, intervencionistas, “lava jatistas”) e distinguir o posicionamento adotado por determinados setores num dado momento do processo político (ex.: “a oposição à direita do governo Dilma Rousseff”). Longe de rejeitar a validade analítica da diáde direita e esquerda, o que certamente implicaria no apagamento de uma dimensão relevante do conflito aqui analisado (a identidade assumida pelos atores), pretendo conferir maior profundidade à análise de um processo dinâmico, carregado de particularidades e, por vezes, contraditório. Como disse Miguel et al (2017, p. 241), “a atribuição de posições no espectro esquerda-direita é complexa em si mesma, uma vez que reduz a disputa política a uma escala bidimensional [...]”.

Em se tratando de partidos políticos, atores institucionais onipresentes nesta discussão, as minhas escolhas conceituais acabaram tomando um rumo diferente. Sob o risco de incorrer em um certo nível de generalização, recorro à proposta de classificação em três grandes grupos ideológicos (direita, centro e esquerda) sugerida por Codato et al. (2018) com base nas siglas que apresentaram candidatos à Câmara Federal nas últimas cinco eleições (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014). Segundo os autores, devido ao modo pragmático como as carreiras políticas dos legisladores se desenvolvem face ao sistema partidário brasileiro, não há consenso entre especialistas sobre o modo como as legendas em atividade deveriam ser classificadas do ponto de vista ideológico. Contudo, a aplicação sistemática de um conjunto de métodos de catalogação e agrupamento em função do eixo esquerda-centro-direita produziu algum acordo em torno do “posicionamento relativo das principais siglas nacionais” (Codato et al., 2018, p. 875)¹⁷. Como seria particularmente difícil fazer referência aos partidos políticos sem

¹⁶ Esta proposta tem como inspiração o trabalho de Alonso (2017), que propôs descrever os campos de ação estratégica em disputa nos ciclos de protestos de 2013, 2014/2015 e 2016 sempre em relação ao posicionamento apresentado face ao governo do Partido dos Trabalhadores (ex.: oposição à direita, oposição à esquerda do governo).

¹⁷ Um debate de maior fôlego sobre as diferentes metodologias em Ciência Política utilizadas para adaptar os modelos classificatórios internacionais para a realidade brasileira pode ser encontrado em Tarouco e Madeira (2013).

caracterizá-los do ponto de vista programático, sobretudo para uma tese que pretende alcançar um público em língua portuguesa fora do Brasil, optei pela adoção da referida proposta, que considero satisfatória do ponto de vista teórico e metodológico. Para mitigar o problema, tentarei descrever, sempre que possível, os partidos políticos de forma pormenorizada.

Em relação ao movimento LGBTQIA+, procuro, sempre que possível, fazer referência ao movimento no plural (“os movimentos LGBTQIA+”), de modo a enfatizar a pluralidade de identidades, correntes, estilos de ativismo, organizações e indivíduos que o compõem. Essa estratégia tem como objetivo estabelecer uma diferença em relação ao modo unidimensional como os meus interlocutores tendem a referir-se a estes movimentos (“esquerdista”, “radical”, “extravagante”, “autoritário”), motivo pelo qual as referências no singular (“o movimento LGBTQIA+”) geralmente têm origem em excertos de entrevista, paráfrases de documentos ou postagens de redes sociais online e discursos indiretos produzidos por mim (entre aspas).

Para dar conta da relativa pluralidade de identidades, reflexões e classificações da experiência afetivo-sexuais e de gênero observadas ao longo da narrativa biográfica dos meus interlocutores, optei pela utilização do acrônimo LGBTQIA+ no título do trabalho e ao longo de todo o texto, ainda que os meus entrevistados sejam pessoas identificadas com o gênero masculino (cis e trans) e de orientação homo, bi e assexual. Não constam, portanto, entre os meus interlocutores, mulheres lésbicas, trans, bissexuais, queers, assexuais ou intersexuais, muito embora ativistas auto identificadas com algumas destas identidades participem deste universo e sejam mencionadas ao longo das análises. Por esse motivo, acredito que seria improdutivo não fazer referência à pluralidade dos ativismos em estudo. Os dilemas envolvendo a seleção dos entrevistados e as dificuldade de acessar um grupo mais amplo de ativistas são discutidos no Capítulo 2. Por fim, cabe mencionar que os meus interlocutores, particularmente os autodeclarados conservadores, raramente utilizam o acrônimo LGBTQIA+ para referirem-se a si mesmos. Rejeitam esta sigla e, em alguns casos, fazem piadas com a ideia de multiplicação de identidades que ela representa. Sendo assim, assumo os riscos relativos a esta escolha, tentando sempre que possível respeitar o modo como os meus interlocutores identificam-se individualmente e compreendendo que o exercício da escrita implica, ele próprio, em definições inevitavelmente limitantes.

Finalmente, antes de passar à apresentação dos capítulos, creio ser necessário elucidar, à exemplo de Pessoa (2020), as particularidades da “escrita híbrida” (entre o Português europeu e o Português brasileiro) que caracteriza este texto. Como muitos colegas brasileiros que realizaram seus doutoramentos do lado de cá do Atlântico, fui impactado, em alguma medida,

pela experiência cotidiana do português falado e escrito em Portugal. Ao compartilhar as inúmeras versões *working in progress* desta tese (e do projeto que lhe deu origem) com meus amigos, colegas e professores portugueses, percebi que seria necessário realizar ajustes para facilitar a recepção e o debate em torno dos meus textos. Esse processo me levou a desenvolver a habilidade (atualmente involuntária) de substituir algumas palavras comumente utilizadas no português brasileiro por outras mais correntes na variante europeia. Como resultado, palavras como “caráter” ou “perfil” são substituídas por “cariz”, “contribuições” por “contributos” e “apoadores” por “apoiantes”, ainda que nem sempre de forma sistemática.

Nos trechos em que são reproduzidos os testemunhos dos meus interlocutores, todos eles falantes da variante brasileira da língua, recorro a notas de rodapé para explicar termos e gírias de difícil compreensão para pessoas portuguesas, incluindo aquelas oriundas do dialeto *bajubá*¹⁸. Em relação às regras de acentuação, optei, assim como Pessoa (2020), pela utilização da norma estabelecida pela gramática brasileira. A conjugação dos verbos também segue, na maior parte do tempo, os parâmetros do português do Brasil. O resultado, como se pode perceber, acaba por funcionar como um pequeno registro histórico dessa experiência linguística, acadêmica e pessoal muito particular que possibilitou a materialização deste estudo.

Organização da tese

Esta tese está dividida em seis capítulos. O primeiro apresenta as questões de ordem teórica e conceitual. Como ponto de partida, dou continuidade à construção do meu objeto a partir de um debate crítico do conceito de *posição social interseccional* (Rahman, 2010), de modo a introduzir o aspecto fundamentalmente multidimensional do meu objeto de investigação: na intersecção entre as direitas e a causa LGBTQIA+, reivindicando pertencimento ao primeiro e em oposição ao último. Em seguida, procuro situar este o meu objeto entre os diferentes contributos da sociologia da ação coletiva produzidos em torno do

¹⁸ O dialeto *bajubá* (ou *pajubá*) é dialeto resultante da união entre o português informal e vocábulos de línguas africanas, mais especificamente dos grupos étnico-linguísticos nagô e iorubá. Ele funciona como uma espécie de linguagem codificada cujo objetivo inicial era proteger as pessoas LGBTQIA+ (principalmente travestis e transexuais) da repressão policial. Ainda hoje, as gírias provenientes do *bajubá* atravessam os mais variados tipos de interações sociais entre pessoas LGBTQIA+ (ativismo, lazer, namoro). Devido ao seu elevado grau de informalidade, termos como *lacrar*, *gongar* e *babado* acabaram ultrapassando os limites deste grupo social e tornando-se amplamente utilizados no cotidiano dos brasileiros, especialmente na internet. Em alguns momentos desta tese, recorrerei a notas de rodapé como esta para explicar o significado de vocábulos empregados pelos meus interlocutores e cujas origens remetem a este dialeto, que apesar de não ser muito popular no universo em estudo, acaba sendo empregado para promover a combinação entre elementos da cultura LGBTQIA+ e o ativismo à direita. Como a maior parte dos estudos acadêmicos sobre o *bajubá* concentra-se na área da linguística, recomendo, como forma de introdução geral aos seus vocábulos, a leitura de *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada* (2006) de Vitor Angelo e Fred Libi.

estudo das direitas, dos movimentos LGBTQIA+ e dos ativismos online. Finalmente, apresento o meu quadro teórico e conceitual. No centro, estão as teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais, em especial a abordagem do confronto político (McAdam et al., 2009; Tarrow, 2009; Tilly & Tarrow, 2015), mobilizadas em articulação com uma sociologia de tradição disposicionalista (Crossley, 2003; Lahire (2002; 2004) e com os contributos dos estudos de gênero e sexualidade (Sedgwick, 1998, 2007; Duggan, 2002; Brah, 2006; Puar, 2012, 2013; Eribon, 2012). Sem promover uma discussão exaustiva sobre teorias e conceitos, este primeiro capítulo apenas introduz e fundamenta as minhas opções teóricas, destacando conceitos chave que serão retomados posteriormente, no decorrer das análises.

No segundo capítulo, discuto os métodos e técnicas utilizados, bem como os critérios de construção dos casos, o perfil dos meus interlocutores, os constrangimentos e oportunidades de acesso ao terreno, as questões éticas envolvidas nas várias etapas da pesquisa e a realização das entrevistas compreensivas *online* e *offline*. Proponho também um debate acerca da minha posicionalidade em relação ao objeto, explicitando os desafios inerentes a uma investigação sobre temas sensíveis e discutindo questões como objetividade e neutralidade nos processos de produção do conhecimento científico.

O terceiro capítulo corresponde ao nível *macrossociológico* da análise. Em um primeiro momento, apresento um breve apanhado histórico do debate público sobre a questão LGBTQIA+ no Brasil, da distensão do regime civil-militar (1964-1985) até o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), tendo como fio condutor as transformações experimentadas pelo movimento em função dos embates com atores da sociedade civil e do Estado. Sem a pretensão de apresentar um histórico minucioso, são destacados os pontos-chave deste percurso com base na literatura disponível, de modo a contextualizar o ambiente histórico, político e social que antecederam a emergência dos ativismos abordados nesta tese. Em seguida, a partir da operacionalização do conceito *oportunidades políticas* (Tarrow, 2009) e *culturais* (Gamson e Meyer, 1996), analiso as dimensões formais e informais do ambiente político que teriam favorecido a constituição dos ativismos LGBTQIA+ no Brasil a partir de 2013. Com base na triangulação de dados empíricos recolhidos/produzidos a partir de uma imersão etnográfica *online*, pesquisa documental em veículos de comunicação brasileiros e entrevistas semiestruturadas, identifiquei pelo menos seis variáveis que teriam contribuído para alterar a percepção dos ativistas acerca das oportunidades e constrangimentos para a ação coletiva e conectiva.

O quarto capítulo introduz a primeira parte do nível *meso* sociológico da análise. Recorro à abordagem dramatúrgica de Benford e Hunt (1992) para decompor o processo de constituição política dos ativismos LGBTQIA+ à direita num recorte espaciotemporal específico (redes, ruas e instituições entre os anos de 2013 e 2020), demonstrando de que modo a internet e as redes sociais online funcionaram como *palco* e vitrine para estes ativismos e como eles se beneficiaram de um intenso interesse mediático em torno de suas identidades, reclames e reivindicações. Em seguida, com recurso à metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS) (Wasserman & Faust, 1999), discuto a presença destes ativismos no Facebook, plataforma que concentrava, à época da imersão etnográfica (2018-2020), o maior número de páginas dedicadas ao público LGBTQIA+ à direita.

O quinto capítulo dá continuidade ao nível *meso* sociológico da análise. Por meio da análise de duas *fanpages* que servem como palco e vitrine para dois grupos ativistas “Gay de Direita” (representante de um *estilo de ativismo* conservador) e “Boteco Liberal LGBT” (representante de um *estilo de ativismo* liberal), discuto as dinâmicas de engajamento destes ativistas no Facebook, o modo como articulam as lógicas de ação coletiva e conectiva em suas práticas cotidianas (Bennett & Segerberg, 2012; 2013) e os processos altamente contingentes de construção identitária, compreendidos a perspectiva do conceito de política de visibilidade proposto por Milan (2015). Em seguida, para compreender como são forjados os dois *estilos de ativismo* que emergem deste processo, proponho uma análise dos principais atributos da ação coletiva e conectiva destes dois grupos: as formas organizacionais (Bennett & Segerberg, 2012; 2013), os repertórios de ação coletiva (Tilly, 1978) e os enquadramento interpretativos (Gamson et al., 1982). Uma seção final procura definir os estilos de ativismo LGBTQIA+ conservador e liberal à luz dos atributos analisados ao longo do capítulo.

O sexto e último capítulo corresponde ao nível *microsociológico* da análise. De modo a conferir maior profundidade aos estilos de ativismo verificados no terreno, recorri à técnica da Análise de Correspondências Múltiplas (Bertoncello, 2016; Teixeira, 2016; Kluger, 2018) para identificar possíveis variações internas a cada estilo. Com base nos resultados desta análise, selecionei quatro casos correspondentes a cada uma destas *variações estilísticas* e confeccionei quatro retratos sociológicos (Lahire, 2004) com o intuito de identificar os *patrimônios de disposições individuais para ação política* que funcionam como “molas” de sustentação para os processos de engajamentos destes ativistas. A reconstrução destas narrativas biográficas procurou captar os efeitos dos múltiplos processos de socialização a que foram submetidos os meus interlocutores enquanto transitavam por entre universos sociais tão

dinâmicos quanto contraditórios (família, igreja, escola, espaços ativistas e “meio” LGBTQIA+). São observados ainda os “momentos de ruptura biográfica” (Lahire, 2002), como a saída do *armário sexual e político*, e o modo como diferentes marcadores sociais da diferença (Brah, 2006), se articularam ao longo destes percursos, produzindo situações de desigualdade que impactam os processos de acumulação de *disposições e competências* para a ação.

Nas considerações finais, procuro colmatar os principais resultados da investigação, adicionando reflexões complementares, assinalando aspectos que não foram explorados e levantando oportunidades que podem ser úteis para futuras investigações. Espero que a estruturação da tese em três diferentes níveis de análise possibilite ao leitor uma *compreensão* multifacetada do objeto de investigação sobre o qual me debrucei nos últimos anos, oferecendo não uma, mas muitas respostas possíveis para as questões levantadas nesta introdução. Sem mais, apresento, nas próximas páginas, os meandros dessa “saída do armário” pela direita.

Capítulo 1

Um ativismo na intersecção entre as direitas e a causa LGBTQIA+: questões de ordem teórica e conceitual

[...] entre as pessoas das quais depende a existência da Sociologia, há cada vez mais pessoas para perguntar para que serve a Sociologia. De fato, a Sociologia tem mais probabilidade de decepcionar ou de contrariar os poderes do que cumprir sua função propriamente científica. Essa função não é a de servir a algo, ou seja, a alguém. Pedir à Sociologia para servir a algo é sempre um modo de lhe pedir para servir ao poder. Enquanto sua função científica é compreender o mundo social, a começar pelos poderes; operação que não é neutra socialmente e que preenche sem nenhuma dúvida uma função social. Entre outras razões, porque não existe poder que não deva uma parte – e não a menor delas – de sua eficácia ao desconhecimento dos mecanismos que o fundam.

Pierre Bourdieu (1984) Questões de Sociologia

Este capítulo se propõe a discutir criticamente as perspectivas teóricas e conceituais mobilizadas ao longo deste trabalho. No centro do debate estão os fundamentos teóricos de cada um dos patrimônios teóricos convocados (Sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, Sociologia disposicionalista e estudos de gênero e sexualidade), os principais conceitos selecionados, revisões críticas e seus desdobramentos. Eventualmente, outras perspectivas teóricas são referidas com o intuito de enriquecer, confrontar ou mesmo apontar as limitações de algumas das minhas escolhas teóricas e conceituais. Dado que estas mesmas teorias e conceitos serão retomados ao longo da análise, as próximas páginas não foram escritas com o intuito de promover um debate teórico-conceitual exaustivo. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de reconstituir, justificar e discutir o processo reflexivo que resultou na construção de um quadro teórico particular, ancorado na combinação de diferentes perspectivas sociológicas e orientado para responder a um conjunto de objetivos específicos.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira corresponde à discussão em torno dos atores que estão no centro do processo que constitui o meu objeto de investigação. Parto de um debate crítico em torno do conceito de *posição social interseccional* presente em Rahman (2010), cujas bases remetem ao conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1991), para pensar como estes atores se constroem na intersecção entre as direitas e a causa LGBTQIA+, reivindicando pertencimento ao primeiro e em oposição ao último. Em seguida, procuro situar o meu objeto de investigação entre os diferentes contributos da sociologia da ação coletiva produzidos em torno do estudo das direitas, dos movimentos LGBTQIA+ e dos ativismos online. Na segunda parte do capítulo, discuto a elaboração do meu quadro teórico e conceitual. Ao longo de três seções, procuro justificar as minhas opções e pensar articulações

entre a abordagem do confronto político (McAdam et al., 2009; Tilly & Tarrow, 2015), oriunda das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais; uma sociologia de tradição disposicionalista (Crossley, 2003; Lahire, 2002; 2004); e os contributos de uma crítica *queer* (Sedgwick, 1998, 2007; Duggan, 2002; Eribon, 2012) e pós-colonial (Puar, 2012) aos estudos de gênero e sexualidade.

LGBTQIA+ e “de direita”: efeitos de uma intersecção

Estudar um ativismo encabeçado por pessoas auto identificadas como LGBTQIA+ e “de direita” estabelece o desafio de promover algum diálogo entre os estudos sobre as direitas e os movimentos LGBTQIA+. Não que as direitas tenham estado ausentes dos estudos sobre os movimentos LGBTQIA+ no campo das Ciências Sociais. Os trabalhos sobre a gênese do movimento no Brasil (MacRae, 1990; Facchini, 2005; Simões & Facchini, 2009), assim como as contribuições mais recentes sobre o período do regime militar e da redemocratização (Green & Quinalha, 2014; Quinalha, 2017; Santos & Melo, 2018) e da Nova República (Pereira, 2021; Casado, 2022) posicionam as direitas como atores políticos importantes no confronto político em torno das questões LGBTQIA+. Mas com exceção do estudo conduzido por João Filipe Cruz (2020), estes trabalhos tendem a apresentar as direitas políticas como uma das principais adversárias do movimento, nunca como aliadas.

Da mesma forma, os estudos mais recentes sobre as direitas brasileiras têm sido categóricos em reiterar os discursos heterossexistas, conservadores ou religiosos que perpassam os seus processos de mobilização (Solano, 2018, Alonso, 2019, Miguel, 2021), sem considerar a permeabilidade deste campo à presença de pessoas LGBTQIA+ e os efeitos políticos deste engajamento. Isso não significa, de modo algum, que esses estudos promovam uma distorção da realidade. Ao contrário, cumprem com a função a qual se propõem, de documentar e investigar um aspecto importante das mobilizações em torno de questões como gênero, sexualidade e reprodução no Brasil, nomeadamente o engajamento de setores à direita em torno de uma agenda moral. O meu problema de investigação, no entanto, exige observar por entre as frestas deste conflito. Mas como fazer dialogar de modo diferente literaturas que parecem tão bem-posicionadas uma em relação à outra?

Em *Quadros de guerra* (2015), Butler discute um argumento que me parece pertinente para pensar o modo como certos “enquadramentos” (agenciados aqui à maneira de Goffman, 2006) produzem polarizações e naturalizam identidades no contexto dos conflitos político-

culturais contemporâneos. Tendo como ponto de partida uma crítica desenvolvida pelo sociólogo britânico Chetan Bhatt à sociologia e aos estudos culturais, a autora questiona o modo como os processos de produção de identidades subjacentes aos enquadramentos normativos multiculturais, liberais e de direitos humanos pressupõem um “campo de verdades” e de inteligibilidade teórica que, embora contestado, pretende compreender ou descrever “o *self*”, “o outro”, o sujeito, a identidade e a cultura.

Tomando como exemplo os conflitos que opõem pessoas muçumanas e homossexuais em contextos multiculturais, Butler (2015) argumenta que os enquadramentos mobilizados para construir essa oposição pressupõem “tipos específicos de sujeitos que podem ou não corresponder aos modos de vida que se dão no tempo presente” (2015, p. 196), estruturando as posições dos atores políticos e sociais no debate público e promovendo a ordenação e regulamento dos sujeitos a partir de regras pré-estabelecidas. A autora conclui que as chamadas “políticas de reconhecimento” têm como “efeito colateral” a fixação de certas identidades em antagonismo a outras identidades, na medida em que “selecionam” aquilo que deve ser reconhecido — no caso dos homossexuais, uma homossexualidade que se posiciona sempre em oposição a comportamentos religiosos tradicionais.

A pessoa homossexual em questão pode ou não ser muçulmana, e a pessoa muçulmana em questão pode ou não ser homofóbica. Todavia, se o enquadramento de conflito cultural (gay *versus* muçulmano) determina o modo como concebemos essas identidades, então o muçulmano será definido por sua homofobia ostensiva, e o homossexual será definido, dependendo do contexto, tanto como presumivelmente anti-islâmico quanto como alguém receoso da homofobia muçulmana. Em outras palavras, ambas as posições se definem em termos da relação supostamente conflitiva entre elas, situação em que ficamos sabendo pouca coisa a respeito de cada categoria ou dos *loci* de sua convergência sociológica. De fato, o enquadramento da tolerância, até mesmo da imposição da tolerância, ordena a identidade de acordo com as suas exigências e apaga as complexas realidades culturais das vidas gays e religiosas (...). Afinal de contas, entender essa relação implicaria considerar um certo número de formações em que a sexualidade e a religião funcionam como veículos uma para a outra, algumas vezes em antagonismo, outras não. Afirmar que existem regras contra a homossexualidade dentro do Islã não significa definir como as pessoas vivem em relação a essas regras ou esses tabus, ou como essas regras e esses tabus variam em sua intensidade ou centralidade, dependendo dos contextos e práticas religiosos específicos em questão (Butler, 2015, p. 203 e 204).

Curiosamente, o exemplo mobilizado por Butler em *Quadros de Guerra* (muçumanos *versus* homossexuais) também está presente em Rahman (2010), em um artigo dedicado à problematização do paradigma dominante das identidades LGBTQIA+, presente no discurso dos direitos humanos. O autor também questiona a ideia do “choque de civilizações”, que opõe as identidades muçumanas a uma gama de valores considerados “ocidentais”, como as liberdades sexuais e de gênero. Partindo de uma articulação entre a teoria *queer* e a abordagem

interseccional (nomeada por ele como *queer intersectionality*), o autor discute o caso dos homossexuais muçulmanos, os quais, ele argumenta, possuem uma *posição social interseccional* (2010, p. 945) entre duas culturas políticas e sociais percebidas como fundamentalmente opostas, sofrendo pressões e opressões de ambos os lados.

Sugiro que os muçulmanos gays estão igualmente situados dentro e fora (*inside/out*) pelo fato de estarem em uma localização interseccional em plena medida, desafiando tanto a categoria “muçulmano” (situada em uma posição de subordinação em relação à identidade nacional, hierarquias étnicas e muitas vezes de classe) e a categoria de “gay” (novamente, situada em uma posição de subordinação em relação à 'matriz heterossexual'). (Rahman, 2010, p. 952, tradução minha).

Segundo Rahman (2010), enquanto a abordagem interseccional desafia a compreensão monolítica e exclusiva da cultura e das identidades ao privilegiar a análise de sujeitos sociais situados entre múltiplas matrizes de dominação (Collins 2000), a teoria *queer* contribui para a exame daquilo que o autor chama de “incerteza das categorias identitárias”. Com base em um conjunto de contributos teóricos de inspiração foucaultiana (Laurentis, 1987; Sedgwick, 1998; Butler, 2003) que se dedicaram a investigar como as ontologias são socialmente produzidas e mantidas por meio de operações disciplinares de produção de conhecimento, as teorias *queer* têm estimulado a desconstrução de uma série de “oposições binárias” e “universalismos” (Rahman, 2010). Para o autor, o diálogo entre estas duas tradições oferece uma compreensão mais matizada das experiências genuinamente vividas pelas pessoas LGBTQIA+, especialmente aquelas que estariam levando “vidas aparentemente impossíveis”.

Neste trabalho, mobilizo os contributos propostos por Rahman (2010) para pensar os ativistas autoproclamados “gays de direita” como ocupantes de uma *posição social interseccional* entre duas culturas políticas *a priori* distintas. Com isso, pretendo colocar em causa, ao mesmo tempo, a categoria “gay” (situada no cruzamento de um conjunto de matrizes de dominação como classe, raça, gênero e sexualidade, mas também produtora ela própria de uma certa normatização política dos sujeitos aos quais se refere) e a categoria “direita” (percebida como essencialmente *anti-gay* devido ao histórico de atuação de atores políticos deste campo nos processos de reiteração da matriz de dominação heterossexual, produtora de constrangimentos que afetam, sobretudo, as pessoas não-heterossexuais). Sugiro ainda que a ação destes atores não pode ser compreendida exclusivamente a partir de suas identidades sexuais e de gênero nem a partir de suas autodefinições políticas, mas por meio da análise dessa posição interseccional, ou seja, das tensões e constrangimentos advindos de ambos os lados.

O desenvolvimento dessa proposta exige algumas elucidções do ponto de vista teórico e conceitual, particularmente em relação ao conceito de interseccionalidade mobilizado por Rahman (2010) com base em Collins (2000). Este por sua vez remete à conceptualização proposta por Crenshaw (1991), advogada, professora e ativista negra estadunidense que o elaborou com o intuito de capturar os efeitos da interação entre duas ou mais formas de subordinação. À época, a autora estava interessada em demonstrar como as experiências das mulheres negras eram permeadas pelos resultados da articulação entre as categorias raça e gênero e como a noção de “sobreposição de opressões”, ou seja, a ideia de que a mulher negra era “duplamente oprimida”, limitava a compreensão das situações de discriminação específicas vividas por este grupo social. Sob este ponto de vista, a experiência do racismo para mulheres não-brancas seria diferente daquela vivida por homens não-brancos, da mesma forma que o sexismo experimentado por mulheres não-brancas seria distinto daquele vivenciado por mulheres brancas (Pessoa, 2020).

O conceito de interseccionalidade tem sido amplamente debatido desde os anos 1990 por teóricas feministas, *queer* e pós-coloniais, promovendo diálogos entre diferentes disciplinas e produzindo múltiplas abordagens e perspectivas críticas. Entre estes contributos, destaco os desdobramentos construcionistas propostos por McKlintock (1995) e Brah (2006), pois acredito que suas reflexões iluminam “os aspectos dinâmicos e relacionais das identidades sociais” (Piscitelli, 2008, p. 267). Informadas pela noção de poder enquanto lutas contínuas em torno da hegemonia como proposto por Gramsci, essas autoras compreendem a interseccionalidade como forma articulação entre identidades sociais que acabam por modificar-se como resultado da prática articulatória. Esta abordagem confere maior relevância às possibilidades de agência concedidas aos sujeitos em detrimento da forte componente sistêmica presente nas discussões iniciais sobre o conceito. Sob esta ótica, marcadores sociais como gênero, classe, raça e etnicidade não devem ser tomados apenas como formas limitantes de categorização, mas também como fonte de recursos que possibilitam a ação. Para Piscitelli (2008, p. 268): “os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito”.

Puar (2013) tece uma crítica relevante às análises interseccionais ao argumentar que a utilização deste conceito tem contribuído para reificar a diferença sexual, racial e de gênero. Ela afirma que a diferença se tornou um elemento que precede e define a identidade, produzindo novos sujeitos de investigação que “multiplicam infinitamente a exclusão para

promover a inclusão” (2013, p. 352). Estas análises também seriam problemáticas porque, à luz das recentes mudanças geopolíticas, as diferenças seriam facilmente absorvidas e acomodadas pelo pluralismo típico do capitalismo neoliberal. Nesse sentido, a “fabricação” de sujeitos dotados de incontáveis especificidades identitárias teria como consequência não apenas a intervenção nas estruturas legais que instituem as chamadas políticas de reconhecimento (Fraser, 2006), mas também a reprodução dos dispositivos disciplinares e aparatos de segurança, pensados aqui à maneira de Foucault (1986). Este aspecto estaria contribuindo ativamente para revigorar os processos por meio dos quais “as sociedades de controle apreendem e produzem corpos como informação” (Puar, 2013, p. 366). Em diálogo com Haraway (1985), a autora propõe o conceito de agenciamento (*assemblage*), deslocando o foco da abordagem interseccional do estado das coisas (essência) e da mera afirmação (enunciação) para as múltiplas conexões, deslocamentos e arranjos conceituais promovidos pelo diálogo entre diferentes identidades.

Deste modo, ao mobilizar o conceito de *posição social interseccional* proposto por Rahman (2010), proponho uma compreensão da interseccionalidade alinhada aos desdobramentos críticos propostos por McKlintock (1995) e Brah (2006) e articulada ao conceito de *assemblage* de Puar (2013), assinalando o modo como estes indivíduos constroem relações, conexões, negociações e reelaborações a partir da intersecção entre categorias identitárias. Entretanto, a adoção dessa perspectiva conceitual possui consequências do ponto de vista teórico e metodológico. Em primeiro lugar, se o conceito de interseccionalidade proposto por feministas negras para compreender as especificidades das experiências de discriminação vividas por mulheres racializadas, não seria, de algum modo, inadequado mobilizar este mesmo conceito para analisar os ativistas em estudo nesta tese?

Avanza (2019) oferece pistas instigantes para tentar responder a esta pergunta. Em um estudo etnográfico sobre o movimento pró-vida italiano, a autora argumenta que a compreensão dos movimentos conservadores exige vincular suas reivindicações políticas às identidades sociais de seus ativistas, como seria o caso de uma investigação sobre qualquer outro movimento social. Estas identidades sociais são tão complexas e interseccionais como qualquer outra, pois “as identidades de um ativista pró-vida branco de classe alta não são menos interseccionais do que as de uma feminista negra de origem pobre” (Avanza, 2019, p. 1). Nesse sentido, a autora defende que a interseccionalidade, enquanto instrumento teórico e metodológico, pode ser útil para demonstrar que não existe um movimento pró-vida único, da mesma forma como outros investigadores utilizaram-na para evidenciar a pluralidade do

movimento feminista. Reconhecer a diversidade interna ao movimento pró-vida e suas consequências do ponto de vista político não implicaria em sugerir que as participantes deste movimento são, de algum modo, feministas, nem que há uma tendência conservadora inerente ao feminismo. Ao contrário, seria uma oportunidade de “parar de medir a distância ou proximidade das mulheres conservadoras em relação aos padrões políticos feministas” (Avanza, 2019, p. 3) para começar a entendê-las a partir de seus próprios termos.

Em segundo lugar, ao admitir a existência de uma dupla fonte de tensionamentos que perpassa o agenciamento destas duas identidades (“gay” e “de direita”), procuro justamente chamar a atenção para as *margens de agência* (Piscitelli, 2008) desses ativistas, assinalando os aspectos de suas ações que não se limitam à mera incorporação, defesa e reprodução de valores percebidos como “de direita” ou à simples oposição à agenda de reivindicações do movimento LGBTQIA+. Essa posição interseccional possui um caráter produtivo, no sentido de permitir aos atores, desde suas posições “dentro e fora”, repensar o próprio significado das categorias “gay” e “de direita”. Isso não significa, de modo algum, uma tentativa de obliterar da análise as relações de poder e subordinação às quais estes indivíduos estão sujeitos (daí o recurso ao conceito de *margens de agência*).

Como veremos nos próximos capítulos, os meus dados empíricos indicam que essa experiência interseccional acaba por converter-se na produção de uma nova *política sexual* (Weeks, 1981), que apresenta diferenças tanto em relação à agenda de *direitos sexuais* (Carrara, 2015) institucionalizada pela atuação dos movimentos LGBTQIA+ quanto às políticas abertamente heterossexistas associadas às direitas. Do meu ponto de vista, esta nova política sexual está ancorada em uma tentativa de redefinir as noções de público e privado que atravessam as políticas de igualdade. Esta formulação ajuda a compreender por que parte importante da ação destes ativistas consiste no desafio público aos movimentos LGBTQIA+, percebidos como concorrentes em termos de visibilidade, legitimidade e acesso aos recursos e instituições que determinam a implementação e o sujeito alvo das políticas públicas.

Sociologia da ação coletiva e o estudo das direitas

Tradicionalmente, a sociologia e a ciência política abordaram a ação contestatória das direitas por meio das chamadas teorias do colapso, ao passo que esquerdas foram analisadas a partir das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais (Caiani & Della Porta, 2018). Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, fenômenos como o nazismo alemão e os

nacionalismos, conservadorismos e movimentos de superioridade racial foram teorizados por meio de abordagens psicologicamente orientadas (ex.: Adorno et al, 2019). Esses estudos interpretaram os referidos movimentos como manifestação coletiva de uma soma de distúrbios individuais de personalidade (Blee & Creasap, 2010) ou como “comportamentos de crise” (Caiani & Della Porta, 2018), resultado de uma ampla gama de expectativas sociais frustradas e sentimentos de privação face ao desfecho de ciclos de bem-estar econômico. Prevaleceu, por muito tempo, a ideia de que estes atores sociais não *agiam*, mas *reagiam* de maneira não refletida aos períodos de crise social. Foram pouco discutidos como os mecanismos *macro* contextuais interferem no plano *micro* sociológico das ações e comportamentos. Também ficaram por analisar as dinâmicas organizacionais, formas de ação e os processos de enquadramento interpretativo deste tipo de movimento (Caiani & Della Porta, 2018).

Nas últimas décadas, diante da crescente mobilização de segmentos conservadores, religiosos, dominantes ou de extrema-direita — que teriam “ressurgido” nas ruas com *repertórios de ação coletiva* diferentes do usual — parte da literatura sociológica tem se voltado para a investigação destes atores coletivos enquanto movimento social (Castelli Gattinara & Pirro, 2019). Em sua tese de doutoramento sobre os movimentos pró-impeachment no Brasil, Vrydagh (2020) enumera algumas das mobilizações recentes observadas pela literatura internacional, entre as quais os protestos liderados pelo Tea-Party norte-americano a partir de 2008 (Parker & Barreto, 2014; Skocpol & Williamson, 2016); o movimento Alt-right (Hawley, 2017; Nagle, 2017); as chamadas mobilizações antigênero na Europa (Kuhar & Paternotte, 2018) e na América Latina (Amaya, 2017, Correa & Kalil, 2019); as ações de movimentos identitários franceses contra as expressões do islamismo em território nacional (Cutaia, 2013); os movimentos de juventude à direita, como o italiano *CasaPound* (Froio et al., 2020) e as mobilizações contra os governos “progressistas” latino-americanos que antecederam o período de agitação política e social no Brasil, nomeadamente os casos da Venezuela, Bolívia e Argentina (Cannon, 2016; Luna & Kaltwasser, 2014). Eu acrescento a esta lista os estudos sobre o ressurgimento de uma direita abertamente nacionalista em Portugal sob o abrigo do partido *Chega* (Madeira et al., 2021) e as mobilizações *online* e *offline* de setores à direita no Brasil pós-2013 (Alonso, 2017; Rocha, 2017; Santos & Chagas, 2018).

Vrydagh (2020) aponta que estas mobilizações compartilham inúmeras similaridades, nomeadamente o recurso às novas tecnologias digitais, que remete, em alguma medida, aos protestos globais contra os efeitos da crise econômica de 2008 (Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, Geração à Rasca, entre outras). Suas ações coletivas decorrem principalmente no espaço

público e seus repertórios incluem manifestações, campanhas de denúncia, convocações para referendos *online* e performances pacíficas (Kuhar & Paternotte, 2018). Esta disrupção “à luz do dia” tem funcionado como um elemento de “quebra de expectativas”, dado que as direitas costumam ser associadas a ações de tipo “subterrâneo”. Essa compreensão está relacionada à percepção, susceptível de questionamento, de que este campo político seria composto exclusivamente por segmentos dominantes da sociedade, cujo acesso privilegiado a recursos materiais os eximiria de recorrer à pressão das ruas (Agrikolansky & Collovald, 2014).

Soma-se a esta renovação dos repertórios de ação coletiva uma estratégia de recuperação dos registros discursivos associados, no senso comum, às demandas da esquerda. Este fenômeno tem sido amplamente observado pela literatura política e sociológica (M. J. Taylor & Bernstein, 2019; Nagle, 2017; Della Sudda, 2022) e interpretado como uma tentativa de revalorização, no plano cultural, dos valores tradicionais defendidos pela direita (Vrydagh, 2020). Como constataram M. J. Taylor e Bernstein (2019) a partir da observação de discussões internas à um grupo de ativistas do Tea-Party estadunidense, os membros daquela organização costumam reformular seus posicionamentos de modo a evitar qualquer tipo de associação com um racismo “antiquado” ou vulgar, com vistas à construção de uma “identidade positiva” perante a opinião pública. Paralelamente, alguns estudos têm explorado o modo como a internet e as redes sociais online têm contribuído para este processo de “reframing” ou “rebranding” (Santos & Chagas, 2018; Froio & Gattinara, 2018, Froio & Ganesh, 2019; Guenther et al., 2020). Esse diagnóstico da literatura evidencia que a ação contestatória dos movimentos à direita se aproxima em muito da dinâmica atribuída aos movimentos sociais “progressistas”: eles respondem a oportunidades e constrangimentos políticos, selecionam repertórios de ação culturalmente disponíveis de acordo com as condições do ambiente político, enquadram suas mensagens, forjam identidades coletivas e servem como fonte de inspiração para novas ideias e estilos de vida (Stein 2001).

Face a este quadro, o conceito de movimento social me parece pertinente para examinar alguns dos aspectos centrais desta investigação. Compreendo, neste estudo, que os movimentos sociais consistem em um desafio coletivo levado a cabo por pessoas com propósitos comuns em interações sustentadas de longo prazo com as elites, oponentes e autoridades, as quais se mobilizam por meio de redes formais ou informais de indivíduos, associações e organizações constituídas em torno de uma identidade coletiva e relações de solidariedade (Diani, 1992; Tilly, 1994; Tarrow, 2009). Embora essa definição tenha sido largamente utilizada na sociologia para investigar movimentos sociais caracterizados por um perfil ideológico

determinado (transformador, progressista, contra o *status quo* ou de esquerda) e/ou vinculados a um segmento social específico (os chamados grupos subalternos, dominados ou “minoritários”) (Silva & Mazzilli Pereira, 2018), a conceptualização proposta por esse conjunto de autores não aponta diretamente para o conteúdo ideológico dos propósitos e mudanças que constituem esse desafio coletivo.

Outras opções disponíveis na literatura são os conceitos de contramovimento ou contramobilização (Lo, 1982; Meyer & Staggenborg, 1996; Banaszak & Ondercin, 2010), formas de contestação que “se constroem em relação de oposição e conflito com movimentos sociais que desafiam ou ameaçam interesses, valores, modos de vida, posição social, entre outros aspectos, de determinado segmento da sociedade” (Silva & Mazzilli Pereira, 2020, p. 32). Embora tenha acordo com a perspectiva relacional invocada por este conceito, creio que, no caso dos ativismos analisados nesta tese, a adoção do conceito de *contramovimento* explicaria apenas parcialmente as dinâmicas de mobilização observadas no terreno. A lógica da contramobilização ajuda a compreender elementos que incentivam o engajamento destes ativistas e como se posicionam em relação ao Estado e os movimentos LGBTQIA+, mas acaba por ofuscar aspectos igualmente relevantes de suas ações como os encontros de lazer e formação política, as atividades de acolhimento e fortalecimento de uma identidade individual e coletiva, o trabalho de “sensibilização” sobre a questão da homossexualidade junto às famílias e o envolvimento em campanhas e protestos não diretamente vinculados à questão LGBTQIA+ (contra a corrupção, contra o aborto etc.). Deste modo, proponho analisá-los como organizações inseridas em redes de mobilização de *movimentos sociais* conservadores e liberais, articulando os contributos da sociologia dos movimentos sociais que examinam a ação contestatória de atores à direita, os estudos dos movimentos associativos LGBTQIA+ e da chamada *ação conectiva* (Bennett & Segerberg, 2012). Passemos a uma breve discussão sobre a literatura sociológica em torno destes campos de estudo.

Sociologia da ação coletiva e o estudos dos movimentos LGBTQIA+

Enquanto as ciências médicas e psicológicas interessaram-se pela homossexualidade desde meados do século XIX, as ciências sociais mostraram-se relativamente indiferentes ao tema até à segunda metade do século XX. Os chamados “pais fundadores” da Sociologia (Marx, Durkheim e Weber), por exemplo, foram todos contemporâneos dos primeiros discursos psiquiátricos sobre a homossexualidade, mas não chegaram a abordá-la diretamente

em suas obras, nem mesmo naquelas em que questionavam o corpo, a família e as relações sociais entre os “sexos” (Chauvin & Lerch, 2013). Com a virada interacionista dos anos 1950, a homossexualidade entrou de vez na agenda de investigação sociológica. Os primeiros estudos distanciaram-se da ambição etiológica observada na medicina (origem genética, hormonal ou anatômica), na psiquiatria (doença congênita) e na psicanálise (resultado de disfunções familiares), deslocando o foco do *porquê* do desvio homossexual para o *como* viviam as pessoas auto identificadas homossexuais (suas práticas, modos de vida e subculturas).

A influência da Escola de Chicago se faz notar pelo estudo sistemático das biografias dos “sujeitos desviantes” (herança direta do trabalho de Becker sobre as *carreiras desviantes*), compreendidos aqui não como “degenerados”, mas como sujeitos construídos a partir de uma série de interações sociais com outros agentes e instituições. Ainda que tenha tomado a categoria homossexual como uma realidade histórica invariável, a perspectiva interacionista promoveu avanços ao tratá-la como um *fato social* e não mais como uma “evidência biológica” a ser examinada e corrigida (Chauvin & Lerch, 2013). Ao mesmo tempo, permitiu que o binômio norma/desvio fosse questionado, na medida em que os resultados das investigações colocavam em discussão as próprias condições sob as quais as noções de norma e desvio eram constituídas (Miskolci, 2005).

Essa mudança de abordagem foi aprofundada nas décadas seguintes, com a publicação dos contributos teóricos e metodológicos de Michel Foucault nos anos 1970 e, posteriormente, com o desenvolvimento interdisciplinar dos estudos gays e lésbicos nos anos 1980, pelas mãos de investigadores americanos como Gayle Rubin, Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa de Lauretis, Judith Butler, John D'Emilio, David M. Halperin e Adrienne Rich. Ao reconstituir a história da loucura e da sexualidade, Foucault favoreceu a historicização de categorias antes tomadas como naturais, oferecendo as ferramentas críticas para questionar as práticas sociais de controle e normalização (Miskolci, 2005). Face a estes avanços, a Sociologia incorporou a historicização da categoria homossexual (Chauvin & Lerch, 2013) e a compreensão de que as figuras do “desvio sexual” tendem a variar de acordo com os contextos históricos e culturais: a *bicha* e o *bofe* brasileiros (Fry, 1982), a *bakla* filipina (Garcia, 2008) e a figura do *dândi* inglês do século XIX (Hawkins, 2017) constituem bons exemplos nesse sentido.

Os estudos sociológicos interessaram-se por múltiplos aspectos da homossexualidade. Da mobilidade geográfica às trajetórias sociais, passando pelos consumos, gostos, territorialidade, mundialização, família, saúde, conjugalidade e práticas sexuais, os sociólogos buscaram compreender não apenas como a cultura molda a sexualidade, mas também a maneira

como, a partir dessas sexualidades, elaboram-se culturas originais, subculturas e modos de vida (Chauvin & Lerch, 2013). Também entraram em debate a pluralidade de mecanismos sociais que organizam, enquadram e regulam os desejos entre pessoas do mesmo sexo (Perreau, 2003; Fabre & Fassin, 2003), as matrizes de dominação que atravessam o espaço de identificação homossexualidade (classes sociais, pertencimentos étnico-raciais e religiosos, geracionalidade) (Simões et al., 2010) e o modo como as desigualdades de gênero impactam as constituição das identidades homossexuais masculina e feminina (Rich, 1981). Central para esta tese, a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais interessou-se pelo modo como as subculturas gays e lésbicas funcionaram como redes de sustentação para os movimentos políticos e associativos surgidos em meados dos anos 1960 (Chauvin & Lerch, 2013).

Sob o ângulo da teoria dos novos movimentos sociais (TNMS), os movimentos gays e lésbicos foram percebidos como parte do ambiente de contestação dos anos 1960 e 1970, que incluía ainda os movimentos feminista, negro, pacifista e ambiental. Autores como Touraine (1989), Habermas (1981; 1984; 1987) e Melucci (1980) identificaram nestes movimentos uma visão renovada da justiça social, que privilegiava a mudança cultural em detrimento da derrubada de governos, além de formas organizativas horizontais, descentralizadas e informais. Estes movimentos seriam alinhados com ideias progressistas, assentes em uma crítica à “velha esquerda” preocupada unicamente com as questões de classe, e composto por estratos sociais com elevado capital cultural (Chauvin & Lerch, 2013). Entre as muitas críticas à aplicação deste modelo ao estudo dos movimentos homossexuais está a percepção de que a TNMS enfatizou apenas as dimensões imateriais do conflito (fortalecimento de identidades, construção comunitária e expressão cultural), quando muitas das reivindicações em jogo apontavam para questões jurídicas, econômicas e infra estruturais que afetam as condições materiais dos indivíduos (Chauvin & Lerch, 2013).

Nesse sentido, Bernstein (2002) vai ao encontro da oposição entre “cultural” e “político” que perpassa os estudos sobre os movimentos sociais ao argumentar que os movimentos gays e lésbicos alternam ou mesmo mobilizam simultaneamente objetivos políticos (com desafios às autoridades legislativas e judiciais) e culturais (desafiando as normas e valores vigentes), transformando a própria identidade em objeto político. A autora sugere que parte dos “mal-entendidos” relacionados à análise dos chamados “novos movimentos sociais” dos anos 1960 e 1970 reside em uma certa incorporação, por parte dos estudiosos, do discurso identitário e da crítica aos “velhos” movimentos, propagada pelos ativistas desta geração. Como demonstraram Calhoun (1995) e Pichardo (1997), os movimento operários de inspiração

marxista e socialista dos séculos XIX e XX já apresentavam muitas das preocupações com a identidade apontadas como específicas dos “novos movimentos sociais”.

Com o intuito de evitar análises essencialistas, Bernstein (2002) argumenta que uma compreensão mais precisa dos movimentos gays e lésbicos passa, de um lado, pela superação de uma abordagem predominantemente cultural assente em noções estáticas de identidade e, por outro, pela adoção de uma perspectiva analítica que observe igualmente as redes de mobilização, os recursos disponíveis e os fatores estruturais e contextuais que informam e moldam a ação dos ativistas. Ela sugere que a política de identidade seja percebida como parte do *repertório de ação coletiva* do movimento, conceito empregado nos termos de Tilly (1978, 1995): “(...) as diversas construções identitárias observadas na arena política geralmente constituem respostas estratégicas dos ativistas e organizações para o contexto político e para os problemas internos aos movimentos” (Bernstein, 2002, p.568).

Nas últimas décadas, os estudiosos dos movimentos LGBTQIA+ têm recorrido a outros modelos teóricos como a teoria da mobilização de recursos (McCarthy & Zald, 1977), do processo político (McAdam, 1982) e do confronto político (McAdam et al., 2009; Tilly & Tarrow, 2015) para explicar a variedade de formas de mobilização, estratégias e objetivos desses movimentos em diferentes contextos nacionais (ex.: Barton-Kriese, 1997; Fillieule & Duyvendak, 1999; Brewer, 2002; Anderson, 2005; Souza, 2013; Currier & Cruz 2017), contribuindo para o desenvolvimento de instrumentos teóricos e conceituais capazes de apreender os aspectos políticos e culturais da ação coletiva. Procuro situar a presente investigação junto a este conjunto de contribuições, combinando a análise dos aspectos políticos e culturais que atravessam as dinâmicas de mobilização em estudo.

Sociologia da ação coletiva e o estudo dos ativismos online

À primeira vista, o ativismo político contemporâneo não difere muito das formas mais consagradas de protesto político que estiveram no centro da formação do Estado moderno (Tarrow, 2009; Tilly, 1978): encorajadas pela percepção de um conjunto de ameaças e oportunidades ou simplesmente movidas por interesses, valores e crenças, as pessoas entram em grupos, forjam identidades coletivas, constroem interpretações da realidade social e empregam uma variedade de estratégias de ação que podem ir do protesto de rua às campanhas eleitorais (Bennett & Segerberg, 2013). No quadro da ação coletiva tradicional, o acesso aos media digitais teria como vantagem tornar menos dispendiosa, mais fácil e rápida a

comunicação entre as organizações de movimento social e seus membros e apoiadores, favorecer a difusão transnacional do protesto e dar visibilidade a causas, campanhas e mobilizações que dificilmente ganham evidência nos média tradicionais (Marmura, 2008; Van Laer & Van Aelst, 2010; Bennett & Segerberg, 2013). Contudo, quando observamos mobilizações recentes como o *Occupy Wall Street*, os Indignados na Espanha e a Primavera Árabe, percebe-se que os media digitais parecem desempenhar também o papel de organizar e mobilizar a ação dos manifestantes, assumindo, em alguns casos, o protagonismo antes pertencente às organizações de movimento social (Bennett & Segerberg, 2013).

Desde a rebelião zapatista de Chiapas em 1994, quando a mobilização pela autonomia dos povos indígenas do Sul do México ganhou grande impulso na internet, muito em função do apoio de uma ampla rede de movimentos nacionais e internacionais contrários à globalização neoliberal (Cleaver 1998; Martinez-Torres 2001), a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais tem debatido a relação entre internet e mobilização política. Os intérpretes mais otimistas do fenômeno argumentam que os medias digitais equalizam, de um lado, as relações de poder entre ativistas, e de outro, as relações entre ativistas, autoridades estatais e elites corporativas, oferecendo novas ferramentas para difundir ideias e mobilizar apoiantes à escala global (Della Porta & Mosca, 2006). Castells (2013) inscreve-se nesta linhagem de estudos, colocando acento na suposta horizontalidade das redes de “autocomunicação de massa” (termo do autor), definidas por ele como “espaços de autonomia” mais difíceis de serem controlados pelos governos ou corporações. Para este autor: “Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público (...), numa manifestação de autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (Castells, 2013, p. 7-8).

Diversos estudos têm contestado essa visão “tecno-otimista”, assinalando as limitações da ação *online* em função da desigualdade de acesso à rede e aos dispositivos digitais (Van Laer & Van Aelst, 2010); a continuidade das “hierarquias ativistas” (Dalton 1996) no interior dos grupos e mobilizações *online* (Slavina & Brym, 2020); a não neutralidade e o funcionamento algorítmico das plataformas (Gillespie, 2010; Latzko-Toth, 2014); além dos riscos relacionados à vigilância, privacidade e controle estatal e corporativo dos dados produzidos nestes ambientes (Gillespie, 2010; Milan, 2015; Simões & Augusto, 2019). Outras investigações têm chamado a atenção para a formação de “câmaras de eco” (Khosravini, 2017), “bolhas” digitais formadas por indivíduos com ideias semelhantes e cujo desenvolvimento mantém esses grupos longe de interações significativas e contraditórias,

mesmo entre si. Há ainda quem questione as expectativas em torno do potencial democrático e emancipatório da internet, demonstrando como seus espaços relativamente pouco regulamentados tornaram-se um terreno fértil para a proliferação de grupos e subculturas de direita e extrema-direita (Caiani & Parenti, 2009; Blee & Creasap, 2010; Stier et al, 2017).

Parte da literatura também tem buscado relativizar a dicotomia *online* e *offline* que fundamentou, por algum tempo, a investigação sobre internet e mobilização política. Indo ao encontro das interpretações iniciais que tomavam os media digitais como mero complemento à ação *offline* dos movimentos sociais, Van Laer e Van Aelst (2010) apontam que a internet contribuiu tanto para adaptar formas conhecidas de protesto *offline* para o digital quanto para estabelecer novas formas de mobilização *online*, ampliando e transformando os repertórios de ação coletiva dos movimentos (Tarrow, 2009; Tilly, 1978) e criando novos terrenos de intervenção. Simões e Campos (2016) afirmam que esse processo estaria associado à crescente combinação de práticas ativistas *online* e *offline*, que permite ampliar tanto a comunicação entre ativistas como as interações com o público expectador do confronto. Diante da crescente sobreposição *online* e *offline*, alguns investigadores têm questionado, mais recentemente, a separação analítica entre as duas dimensões. Nesse sentido, autores como Castells (2013) e Treré (2019) têm argumentado que o protesto contemporâneo se desenrola em um ambiente híbrido, interdependente e mutuamente constituído. Os domínios do *online* deveriam, portanto, ser interpretados enquanto mais uma dimensão da realidade, “parte inseparável dos processos econômico, social e cultural” (Lovink, 2011, p. 69) e, evidentemente, político.

Sem ignorar os debates críticos que atravessam os estudos sobre internet e mobilização política, fundamentais para a construção de um quadro analítico sobre o tema, proponho explorar com maior profundidade, ao longo deste estudo, as teorias e conceitos que têm buscado compreender as *lógicas de mobilização* por trás da ação contestatória ancoradas na internet. Esta abordagem me parece pertinente na medida em que procura enfatizar as componentes que diferenciam e aproximam a mobilização política *online* das formas clássicas de ação coletiva, contribuindo para uma compreensão mais nuançada sobre o modo como o *online* tem sido articulando com o *offline* nas tramas do confronto político.

Destaco, nessa perspectiva, a teoria da *ação conectiva* proposta por Bennett e Segerberg (2012; 2013) para descrever uma lógica organizacional, mediada pelas tecnologias digitais de comunicação, que não prescinde dos princípios fundamentais da ação coletiva clássica. Segundo os autores, o processo de mudança nos padrões da ação contestatória contemporânea estão relacionados à emergência de públicos altamente individualizados, compostos por um

grande contingente de pessoas, que compartilham problemas comuns e buscam por soluções a partir da mobilização política. Sob a lógica da ação coletiva, estas pessoas estariam suficientemente maduras para ingressarem em grupos orientados para o protesto convencional, mas estes públicos não se mostram inclinados (ou mesmo capazes) de ingressar em organizações políticas tradicionais, preferindo não adotar definições de seus problemas “que exijam trocar crenças pessoais por identificações de grupo” (Bennett & Segerberg, 2013, p.1).

Esta perspectiva compreende as redes sociais online como a própria infraestrutura organizacional que sustenta a ação dos movimentos sociais e não como um simples instrumento para a coordenação de atividades e transmissão de informações. Em contraste com as formas hierárquicas que caracterizaram a ação coletiva tradicional (liderança, identidade coletiva, mobilização de recursos e laços de solidariedade fortes), a ação conectiva beneficia-se da grande fluidez, baixo custo e relativa maleabilidade e das redes sociais online, dispensando o forte controle organizacional, afinidade ideológica ou mesmo a construção simbólica de um “nós” homogêneo (Bennett & Segerberg, 2012, p. 748). Este modelo organizacional pode combinar, em maior ou menor grau, aspectos de ambas as lógicas (*ação coletiva e conectiva*), constituindo assim um ambiente de protesto híbrido e descentralizado (Treré, 2019).

Bennett e Segerberg (2012) argumentam que a lógica da ação *conectiva* teria como base de sustentação os processos de produção, curadoria e integração de informações, conteúdos e recursos, os quais devem estar acessíveis a todos os participantes de uma determinada rede. Um elemento chave neste ambiente seriam os enquadramentos pessoais de ação (*personal action-frames*), cuja elaboração faz referência direta ao conceito de *collective action frames* (Tarrow, 2009; Snow & Benford, 2000), que os teóricos dos movimentos sociais emprestaram de Goffman (2006). Os enquadramentos pessoais consistem em narrativas personalizadas sobre a política que abrangem “diferentes razões para contestar uma situação que precisa ser mudada” (Bennett & Segerberg, 2012, p. 744). Entre os exemplos deste tipo de enquadramento estão o slogan “I am the 99%” consagrado pelo movimento *Occupy Wall Street* e “Eu derrubei o PT” utilizado pelos movimentos de jovens liberais brasileiros para celebrar os resultados da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff (Santos & Chagas, 2018). Devido ao seu forte potencial de inteligibilidade, compartilhamento e adaptação ao contexto individual de cada participante (Santos & Chagas, 2018), os enquadramentos pessoais de ação circulam com grande facilidade entre diferentes públicos *online*, auxiliando tanto na coordenação descentralizada dos protestos quanto na construção de uma imagem pública necessária à ação *conectiva*. Bennett e Segerberg (2012, p. 754) acrescentam que a transmissão da expressão

pessoal por meio das redes sociais online pode ou não se tornar massiva, estável e variada, a depender dos tipos de tecnologia social projetadas e apropriadas pelos ativistas e das oportunidades políticas para a mobilização de um público mais amplo.

Milan (2015) dá um passo adiante na compreensão da *ação conectiva* ao argumentar que redes sociais online como Facebook, Twitter e Instagram, a partir de suas lógicas particulares de funcionamento, têm contribuído progressivamente para moldar os repertórios e os enquadramentos interpretativos dos movimentos sociais e seus ativistas. Conscientes de que atuam em um espaço híbrido de contestação entre as ruas e as redes, os atores adaptam suas mensagens e performances políticas ao formato das redes sociais online, produzindo *slogans* previamente orientados para a personalização e a customização, elaborados para condensar reivindicações “em poucos caracteres”. Predomina o cariz emotivo, a lógica sarcástica do meme (Santos & Chagas, 2018) e a simplificação do debate político substantivo. Com o apoio de dispositivos móveis, os ativistas partilham suas mensagens simultaneamente nas ruas e nas redes sociais online, permitindo que outros usuários acessem, repliquem e tornem-se coparticipantes da ação de acordo com as suas disponibilidades individuais, alterando, deste modo, a própria temporalidade do protesto (Milan, 2015).

Como alternativa para a análise dos processos de formação de identidade coletiva no ambiente digital, Milan (2015) propõe o conceito de *política de visibilidade*. Se nas teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais a identidade coletiva era baseada na “recorrente ativação das relações que unem os atores” (Melucci, 1996, p. 70) por meio de experiências compartilhadas, interações face a face e criação de laços emocionais, a *política de visibilidade*, consistiria na “personificação digital e presença *online* de indivíduos e grupos acompanhados de seus significados associados, que são (e precisam ser) constantemente negociados, revigorados e atualizados” (Milan, 2015b, p.6). Os indivíduos trariam consigo seus próprios antecedentes, experiências e reclamações, adaptando-os continuamente por meio de interações dialéticas com seus pares, “amigos” ou “seguidores”. Estas interações não seriam constituídas por “fortalezas ideológicas impermeáveis às interpretações individuais” (Milan, 2015b, p. 6), mas por “denominadores comuns mínimos maleáveis”. Ainda de acordo com a autora:

[Nas redes sociais online] os usuários podem selecionar, se apropriar e repassar (por exemplo, retweetar ou partilhar) os elementos que melhor correspondem à sua identidade, história e sentimentos, criando assim “identidades personalizadas” (em alusão à ideia de *personal action-frames* de Bennett & Segerberg, 2012), contribuindo ao mesmo tempo para a representação coletiva de “quem somos”. Mas, ainda assim, a nuvem ativa continuamente os relacionamentos que alimentam a ação conjunta, em vez de apenas permitir que essas

identidades personalizadas surjam - o que qualifica o processo como *identidade coletiva em formação* (Milan, 2015, p. 6, tradução minha).

Em outras palavras, o que muda é a compreensão do papel desempenhado pelo grupo, pois a *política de visibilidade* aciona um processo que começa e termina no indivíduo, e não um processo no qual o indivíduo dissolve-se no grupo. O grupo continua sendo necessário, pois “a identificação automática também deve obter reconhecimento social” (Melucci, 1996, p. 73), mas torna-se um estágio intermediário, com a *política de visibilidade* criando “indivíduos no grupo” e não “grupos de indivíduos” (Milan, 2015).

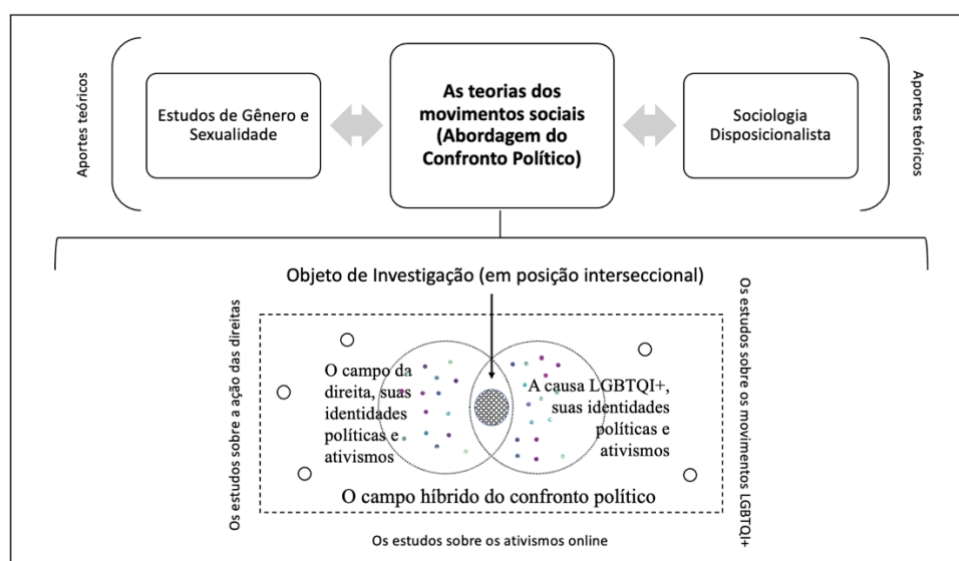
Construindo um quadro teórico e conceitual

À luz dos contributos teóricos da sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais que buscaram compreender a ação contestatória das direitas, dos movimentos LGBTQIA+ e dos ativismos online, discuto nesta seção a elaboração de um quadro teórico e conceitual voltado para a análise do meu objeto de investigação, apresentando um conjunto mais amplo de teorias e conceitos que considero pertinentes para o exame das problemáticas que atravessam esta tese. Em resumo, as minhas questões de investigação giram em torno de três eixos principais:

- a) Identificar as variáveis do ambiente político e cultural pós-2013 que teriam favorecido o engajamento político à direita de indivíduos abertamente LGBTQIA+;
- b) Compreender as dinâmicas relacionais que caracterizam estes processos de mobilização entre o *online* e o *offline* a partir da análise dos principais atributos da ação coletiva e conectiva (formas de organização, ação e enquadramento interpretativo);
- c) Recorrendo à reconstituição das biografias individuais dos ativistas, analisar as componentes biográficas (na forma de disposições, valores e crenças) que funcionam como “molas” propulsoras deste tipo de mobilização.

A figura a seguir apresenta o modelo teórico proposto para a análise das problemáticas mencionadas, incluindo a construção do objeto e os contributos teóricos mobilizados:

Figura 1: Representação do modelo teórico



Fonte: Elaboração própria

A parte inferior do esquema corresponde à construção do meu objeto de investigação. Sua composição coincide com o percurso realizado na primeira parte deste capítulo teórico: tendo em vista o aspecto interseccional do objeto em análise (entre duas esferas sociais e políticas distintas) e a combinação de elementos próprios da ação *coletiva* e *conectiva* em um campo de confronto híbrido, apresentei os contributos teóricos da sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais sobre o estudo das direitas, dos movimentos LGBTQIA+ e da mobilização política na internet que me pareceram mais pertinentes para a análise e discussão do meu objeto de investigação.

O objeto no centro da intersecção entre o campo político da direita e as identidades LGBTQIA+ possui um contorno circular bem delineado, indicando que o recorte proposto nesta tese diz respeito a uma parte deste universo, mais precisamente as suas frações ativistas. O campo político da direita aparece permeado por pequenos pontos coloridos, que representam os diversos atores coletivos que o compõem. Utilizei o mesmo tipo de representação para indicar a pluralidade do campo ativista LGBTQIA+, suas causas e identidades. O campo híbrido do confronto político possui um contorno tracejado que indica a sua permeabilidade. Os pequenos círculos em seu interior representam os atores com os quais interagem os ativistas no decurso do confronto político: Estado, partidos políticos, meios de comunicação, tribunais, corporações, movimentos aliados e o público espectador do confronto.

A parte superior do esquema apresenta os aportes teóricos mobilizados para a análise do meu objeto de investigação: no centro, as teorias dos movimentos sociais, com destaque para a abordagem do confronto político (McAdam et al., 2009; Tilly & Tarrow, 2015), uma sociologia de tradição disposicionalista (Lahire, 2002; 2005; Crossley, 2003) e os contributos oriundos dos estudos de gênero e sexualidade (Sedgwick, 1998, 2007; Duggan, 2002; Puar, 2012; Eribon, 2012). A seguir, discuto estes aportes teóricos de forma mais pormenorizada.

Sintetizando a abordagem do confronto político

Pelo menos desde a década de 1960, os estudiosos dos movimentos sociais perceberam que a identificação de interesses comuns era insuficiente para explicar a emergência da ação coletiva (Tarrow, 2009). Diversas perspectivas teóricas buscaram, desde então, desvendar os mecanismos por trás da ação contestatória. Os adeptos da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (McCarthy & Zald, 1977) seguiram uma tradição racionalista, enfatizando a *decisão de agir*, os aspectos organizacionais e os cálculos acerca das oportunidades, restrições e incentivos percebidos. As Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria do Processo Político (TPP) buscaram contemplar o enquadramento macrohistórico do fenômeno, mas o fizeram cada uma a seu modo. Enquanto a primeira seguiu uma linha culturalista, destacando os elementos culturais inerentes à ação coletiva (crenças individuais, construção de lealdades, identidades coletivas), a TPP optou por um viés estruturalista, combinando sociologia histórica e processual com a lógica organizacional da TMR, adicionando à mescla alguns pressupostos culturais (Alonso, 2009). Ainda assim, em muitos contextos nacionais, o debate entre essas tradições seguiu relativamente apartado. De um lado, a cultura. De outro os processos, estruturas e organizações. Como explicar a ação coletiva sem fazer dialogar aspectos tão fundamentais da investigação sociológica?

Responder às questões de investigação que fundamentam esta tese requer uma análise da ação coletiva que considere tanto o seu aspecto contencioso, processual e relacional quanto as suas dimensões culturais, históricas e subjetivas. Nesse sentido, o repertório conceitual proposto pela abordagem teórica do *confronto político* (ou *contentious politics*) apresenta contribuições importantes para o exame de muitas das problemáticas apresentadas. Na tentativa de construir uma síntese entre diferentes perspectivas teóricas sobre a ação coletiva, e com base num diálogo entre os estudos sobre movimentos sociais, revoluções e violência política, autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam têm promovido uma espécie de

“reformulação autocrítica da TPP” (Silva & Mazzilli Pereira, 2020), diluindo seu viés estruturalista por meio da incorporação de pressupostos relacionais e culturalistas. A noção de *política contenciosa* está no centro desta abordagem:

A política contenciosa envolve interações nas quais os atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores, levando a um conjunto de esforços coordenados em defesa de seus interesses ou programas compartilhados, nos quais os governos podem ser tanto alvos quanto iniciadores de demandas, ou ainda terceiros interessados. Sendo assim, a política contenciosa reúne três características familiares da vida social: contenciosidade, ação e política. (Tilly & Tarrow, 2015, p.7).

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, aliadas a cidadãos mais influentes, unem forças para fazer frente às elites, autoridades, grupos opositores ou códigos culturais (Tarrow, 2009), estabelecendo *desafios coletivos* baseados em um objetivo comum. Os desafios coletivos se caracterizam por “interromper ou tornar incerta as atividades dos outros” (Tarrow, 2009, p. 21), geralmente de forma pública, como no caso do protesto, mas também na forma de resistência pessoal coordenada ou da afirmação coletiva de novos valores (Melucci, 1996). Os episódios de confronto são desencadeados quando há mudanças nas dimensões formais ou informais do ambiente político. Estas dimensões constituem oportunidades (vulnerabilidade dos oponentes, potencial para alianças, acesso às instituições vigentes) e restrições políticas (fechamento dos canais de participação política, ineficácia das formas de ação mais convencionais) ou mesmo culturais (produção, circulação e consumo de bens culturais) que, uma vez detectadas, encorajam as pessoas com interesses comuns a se engajarem em ações coletivas. Como nem todos os indivíduos possuem acesso aos recursos culturais e cognitivos que permitem a percepção das oportunidades políticas e incidem sobre as capacidades de interpretação e escolha (Poletta, 1999), esta literatura tem procurado observar os *contextos de micromobilização*, ambientes de sociabilidade e/ou socialização política que favorecem a percepção das oportunidades e restrições para a ação, a construção de reivindicações, lealdades e identidades coletivas (Mueller, 1992).

Sob a perspectiva do confronto político, as interações contenciosas ocorrem em uma ampla arena de disputa na qual interagem, em um determinado recorte espaciotemporal, movimentos sociais, contramovimentos, meios de comunicação, Estado e público espectador do confronto (McAdam et al., 2009). Os atores que visam obter influência sobre o governo ou acesso aos recursos por ele controlados são chamados de “desafiantes”. Eles agem através de *repertórios* de confronto culturalmente disponíveis, “formas pelas quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (Tilly, 1995, p.41) e que são continuamente

expandidos, adaptados e remodelados por meio de *performances* públicas, cujo alvo são os “opositores” ou “detentores do poder” (Tarrow, 2009). Tilly (1978) emprestou da música o conceito de *repertório* para assinalar relação intrínseca entre as formas possíveis de confronto e os grandes processos de transformação social, política, cultural, econômica e demográfica. Um exemplo dessa relação seria a emergência das greves como forma de apresentação de demandas coletivas, que esteve relacionada ao desenvolvimento das sociedades industriais no século XIX (Tilly, 1978). Este conceito também sugere que as mudanças conjunturais costumam pressionar os atores sociais a fazerem escolhas contínuas, baseadas na percepção das oportunidades e restrições políticas (Alonso, 2012).

Ao atuarem por meio de um leque conhecido de formas de agir, os movimentos tornam-se “pontos focais que transformam oportunidades externas em recursos” (Tarrow, 2009, p. 43), criando novas oportunidades e afetando outros movimentos, sejam eles complementares, competidores ou hostis. Quando o choque entre desafiantes iniciais e opositores resulta na ampliação de oportunidades e se espalham informações sobre a susceptibilidade do sistema político, pessoas comuns, e não apenas ativistas, começam a se alinhar de um lado ou de outro do confronto, testando os limites do controle social. Na abordagem do confronto político, estes episódios são descritos por meio do conceito de *ciclos de protesto* ou *confronto*:

Entendo *ciclos de confronto* como uma fase de conflito acentuado que atravessa o sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com criação de enquadramentos interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada, e com sequências de fluxos intensificados de informação e interação entre desafiantes e autoridades. Esse confronto tão disseminado produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permite que superem a fraqueza na sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação de ambas. E ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados (Tarrow, 2009, p. 182).

O movimento social ganha forma quando o confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores, apoiada por redes sociais, organizações e estruturas conectivas e produz símbolos culturais e identidades coletivas devidamente orientados para a ação (Tarrow, 2009). Deste modo, a abordagem do confronto político procura colmatar tanto as componentes macrosociológicas, estruturais e contextuais da ação coletiva (as mudanças no conjunto de oportunidades e restrições políticas), quanto os aspectos organizacionais (a constituição de grupos transitórios, profissionalizados, descentralizados, hierárquicos, grupos de interesse, campanhas ou coalizões) e os elementos culturais associados aos processos de produção de sentido, unidade e dinamismo inerentes à formação dos movimentos sociais.

Central para o nível *meso* de análise desta investigação, o conceito de enquadramentos interpretativos de ação coletiva (*collective action frames*)¹⁹ busca dar conta dos significados simbólicos e culturais da ação coletiva. Refere-se aos conjuntos de crenças e significados que motivam as pessoas engajarem-se na ação coletiva (Gamson, 1992). Uma vez imersos na dinâmica do confronto, ativistas e suas organizações envolvem-se no trabalho de “nomear” descontentamentos, salientar situações de injustiça e “codificar seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado” (Snow & Benford, 1992, p. 137), criando esquemas cognitivos, discursivos e interpretativos que simplificam e condensam a complexidade do mundo social. Quando compatível com as predisposições culturais de uma população, este processo de produção de sentido auxilia os movimentos sociais a definirem novos problemas, ganhar legitimidade social e construir identidades coletivas (Benford & Snow, 2000). Como resultado, os ativistas e suas organizações acabam por “redefinir como injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável”, além de enviar uma mensagem uniforme para os opositores e detentores do poder (Snow & Benford, 1992, p. 132 e 136).

Da combinação de diferentes repertórios, enquadramentos interpretativos, formações identitárias e lógicas organizacionais testadas pelos atores ao longo do confronto político, surgem *estilos de ativismo*, isto é, “estratégias modulares de ação [compartilhadas], estilizadas e transponíveis que cada grupo adapta diferencialmente a seu contexto local” (Alonso, 2015, p.484). Funcionam como “roteiros vagos” sobre formas de fazer política que, uma vez adaptados, dão origem a variações que outros podem duplicar (Alonso, 2015). Para Favareto et al. (2010), os *estilos de ativismo* consistem em modelos de engajamento que estruturam as interações contenciosas e funcionam como mediadores do conflito, transformando recursos materiais e cognitivos em formas mais ou menos estruturadas de ação coletiva.

Com base nos contributos teóricos de Charles Tilly (1998) para a abordagem do confronto político, Favareto et al. (2010) propuseram um modelo analítico para identificar os vários estilos de ativismo presentes no seio de um mesmo movimento social. Os autores

¹⁹ Inspirado por Vrydagh (2020), que recorreu à utilização do termo *cadrages* ao invés de *cadres* (em sua tese de doutoramento sobre os movimentos de jovens brasileiros pró-impeachment, redigida em francês) optei por utilizar, ao longo deste trabalho, o termo *enquadramentos* em detrimento de *quadros* interpretativos de ação coletiva, na tentativa de expressar o dinamismo que pretendo imprimir ao uso deste conceito. Em inglês, o termo *frame* se refere tanto a um objeto/estrutura quanto ao próprio ato de emoldurar. Segundo Vrydagh (2020, p. 91), os estudos que recorreram inicialmente à utilização do termo *frame* foram muito criticados devido à rigidez subjacente à ideia de quadro, levando outros investigadores a optarem pela adoção do termo *framing*. Este, por sua vez, remete ao momento da delimitação da imagem a ser capturada, mostrando-se mais adequado para traduzir o aspecto dinâmico dos processos de enquadramento (*framing process*).

argumentam que, mesmo funcionando dentro de um quadro institucional semelhante, e eventualmente partilhando de objetivos comuns, atores individuais e coletivos pertencentes a um mesmo movimento social tendem a desenvolver formas diferentes de interagir com seus opositores. Estes modos de interação não seriam aleatórios, mas *estruturados* e *estruturantes*, funcionando como uma espécie de membrana entre indivíduo e sociedade. Três fatores seriam decisivos para a constituição de um estilo de ativismo: a trajetória social das lideranças, as redes de mobilização nas quais estas lideranças estão inseridas e a regulação do conflito por parte do Estado e dos governos.

Enquanto o segundo e terceiro fatores estão diretamente relacionados com os níveis *meso* e *macro* da análise dos movimentos sociais, o primeiro remete ao nível *micro*, indicando a relevância das trajetórias individuais dos ativistas, particularmente das lideranças, para a compreensão da diversidade interna aos movimentos sociais. Para Favareto et al. (2010), a análise destas trajetórias precisa observar a constituição daquilo que Bourdieu (1977) chamou de *sistemas de disposições individuais*, propriedades sociais incorporadas ao longo dos processos de socialização, assinalando o modo como estas mesmas disposições impactam a ação coletiva na qual os indivíduos se engajam.

Investigando as dimensões individuais da ação coletiva

Grande parte das análises sobre a ação coletiva tende a privilegiar os movimentos sociais e as suas organizações como as principais unidades de análise (Nunes et al., 2016), negligenciando, deste modo, os processos de engajamento individual (Silva & Ruskowski, 2014). Entretanto, são os indivíduos que, associados uns aos outros, saem às ruas para protestar, dão sentido aos seus descontentamentos e criam organizações de movimento social (Nunes et al., 2016; Fillieule, 2010). Esta “ausência” do indivíduo remete à problemática da *agência individual* na teoria dos movimentos sociais e à dificuldade destes estudos para integrar diferentes níveis de análise. Enquanto a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) recorreu a uma abordagem racionalista, que raramente questionava a origem das reivindicações dos movimentos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) enfatizou as explicações macroestruturais, legando a análise da agência individual ao conceito de *identidade coletiva* (Melucci, 1994). As Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria do Confronto Político (TCP) buscaram compensar a escassez de agência com “repertórios” e “frames”, sem no entanto

vincular estes conceitos aos aspectos objetivos e subjetivos que interferem na seleção dos “repertórios” e na construção dos “enquadramentos” (Crossley, 2002)²⁰.

Diante deste quadro, a literatura vem apontado a necessidade de superar os impasses relacionadas à integração entre agência e estrutura na compreensão dos fenômenos sociopolíticos (Morris, 2000; Morris & Staggenborg, 2004; Mische, 2008, Lerbach, 2014). Quatro perspectivas têm animado, nas últimas décadas, o estudo dos processos de engajamento individual (Silva & Ruskowski, 2014): *disposicionalista* (Crossley, 2003), *retributiva* (Olson, 1999), *identitária* (Johnston & Klandermans, 1995) e *relacional*, esta última dividida em duas abordagens, uma focada no conceito de carreiras militantes (Fillieule, 2010; Sawicki & Siméant, 2011; Agrikoliansky, 2017) e outra no papel desempenhado pelas redes sociais de relações e significados para a sustentação do engajamento (Diani & McAdam, 2003; Mische, 2008). De acordo com Silva e Ruskowski (2014, p. 194), “Estas perspectivas não são necessariamente excludentes, encontrando-se, em maior ou menor grau, presentes nos modelos de análise encontrados na literatura”.

Nesta tese, optei pela adoção de uma perspectiva *disposicionalista*, articulando contribuições de autores como Crossley (2003) e Lahire (2002; 2004). O primeiro, em especial, me parece uma adição particularmente adequada ao meu quadro conceitual, na medida em que este propõe justamente uma diálogo entre as teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais e a sociologia de tradição disposicionalista, dois dos patrimônios teóricos compõem a minha moldura analítica. Esta escolha também se justifica pela necessidade de compatibilizar os níveis *meso* e *micro* da análise: a reconstituição das trajetórias individuais dos meus interlocutores terá como objetivo perceber como foram constituídos os *sistemas de disposições individuais* (Bourdieu, 1977) mobilizados para dar forma aos *estilos de ativismo* (com base no modelo proposto por Favareto et al., 2010) analisados no nível *meso* sociológico (nos capítulos 4 e 5). Comparada às demais perspectivas mencionadas por Silva e Ruskowski (2014), a *disposicionalista* tende a colocar maior acento sobre os atributos objetivos (posições estruturais que os agentes ocupam no espaço social) que funcionam como mediadores do acesso aos recursos, contextos e redes de interações necessárias ao engajamento. Esta característica me parece congruente com as minhas preocupações analíticas em compreender tanto as “condições que predisõem à ação” (e que portanto impactam as formas de engajamento), quando as

²⁰ Nesse sentido, Tarrow (2013) propôs os conceitos de modularidade estratégica e ressonância simbólica para enfatizar o papel dos agentes na apropriação de “repertórios” e produção de “enquadramentos”. Contudo, estes conceitos ainda conferem pouca importância às propriedades sociais adquiridas pelos agentes por meio de suas trajetórias pregressas, as quais contribuem ativamente para moldar suas práticas militantes.

“contingências situacionais” que estimulam a ação (a forma como a percepção das oportunidades políticas e culturais e a circulação de determinados frames e discursos ressoam em determinados indivíduos).

Isto posto, considero que os movimentos sociais são constituídos por meio de práticas sociais (Crossley, 2003), sendo possível investigá-los a partir das rotinas, esquemas de percepções e competências que contribuem para moldar o *patrimônio de disposições individuais* (Lahire, 2002) dos indivíduos em movimento. Para compreender esta perspectiva, retomo o conceito de *habitus*, central para a Teoria da Prática de Bourdieu (1996, 2007), enquanto um sistema durável e transponível que corresponde ao resultado da incorporação das experiências sociais por parte dos agentes, sendo ao mesmo tempo estruturado (pelos meios e experiências sociais do passado) e estruturante (devido às ações e representações do presente). Trata-se de uma noção mediadora “que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a *interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade*” (Wacquant, 2007, p. 66). Em outras palavras, este conceito busca apreender o modo como a sociedade “torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições” gerando um “princípio não escolhido de todas as escolhas” (Wacquant, 2007, p. 66).

Tendo em vista a problemática da agência nos estudos sobre os movimentos sociais, Crossley (2002; 2003), inspirado por McAdam (2012) propõe o conceito de *habitus militante*²¹ para designar o modo como os atores sociais incorporam, ao longo de suas biografias individuais, os processos históricos, as formas de ação coletiva e as apreciações subjetivas dos eventos vividos. Para Crossley (2003, p. 61), os movimentos sociais “dependem, em primeira instância, de agentes dispostos a envolver-se neles; 'disposição', nesse caso, implica em uma maneira particular de perceber e entender o mundo, um *ethos*, uma inclinação para lutar e o conhecimento necessário para fazê-lo”. Sob este ponto de vista, somente algumas pessoas se tornam ativistas porque “apenas algumas desfrutaram de exposição biográfica às experiências formativas que aumentam a probabilidade de adquirir a disposição de fazê-lo” (Crossley, 2003, p.53). Embora não teorize sobre a constituição de *habitus militantes* específicos (socialista, anarquista, conservador), o autor admite que, em alguns casos, a noção de um *habitus específico do movimento* pode se mostrar analiticamente relevante (Crossley, 2003, p.53).

À semelhança de Bourdieu (1996, 2007), Crossley (2003) confere ao *habitus militante* um cariz estruturado e estruturante, pois “assim como a exposição a obras de arte gera uma

²¹ Crossley (2002, 2003) fala originalmente em *radical habitus*, mas utilizo aqui a tradução para o português europeu verificada em Nunes et al (2016) por considerá-la mais adequada.

motivação para um maior consumo artístico, também o envolvimento em ambientes políticos gera uma motivação para um maior engajamento” (Crossley, 2003, 52). Trata-se, portanto, de uma “estrutura estruturada e estruturante”, gerada por “práticas de movimentos estruturados” e geradora de “movimentos estruturados de práticas” (Crossley, 2003, 51). Indo além, o autor enumera algumas das propriedades específicas do *habitus militante*:

(...) esquemas perceptivo-cognitivos que dispõem os agentes a questionar, criticar e desconfiar das elites e processos políticos, (2) o *know-how* político para transformar essa desconfiança e crítica em ação, (3) um *ethos* que encoraja o engajamento (como Parkin [1968] e Eder [1985] discutiram em relação aos participantes dos “novos movimentos sociais”), ao qual vincula-se um senso de significado e valor individual; (4) e um certo “sentimento” pelo protesto e outras formas de ação política, o qual permite aos agentes encontrar nessa prática não apenas um objetivo, mas também algum nível de satisfação, um sentir-se “à vontade” em fazê-lo (Crossley, 2003, p.52, tradução minha).

Sendo assim, o conceito de *habitus militante* também procura acomodar os sentidos das práticas. “A participação em certas rotinas [associadas ao ativismo] ajuda os indivíduos a criarem uma autoimagem positiva, incorporando papéis sociais desejáveis” (Pérez, 2019, p.163), de tal maneira que as ações não apenas refletem o senso de moralidade de um indivíduo, mas também contribuem para construí-lo (Winchester, 2008). A ação política satisfaz importantes necessidades existenciais e morais na forma de “incentivos seletivos” (Olson, 1971; Crossley, 2003), permitindo que as pessoas se intitulem membros de uma categoria social considerada valiosa e estabeleçam “limites morais” (Lamont, 2000) em relação a grupos de status social inferior. Por conseguinte, ao servir-se de sua participação em um movimento para encarnar o seu próprio *devoir* ou projetar certa imagem de si para os outros, os indivíduos podem acabar tomando a ação política enquanto um fim em si mesmo (Pérez, 2018).

Este aspecto da Teoria da Prática me parece particularmente valioso, pois incorpora à análise as chamadas retribuições simbólicas, muito discutidas na perspectiva *retributiva* da investigação sobre o engajamento individual (Olson, 1999, p. 72). Sob este ângulo, o engajamento político pode estar relacionado tanto ao desejo de prestígio, reconhecimento e pertencimento a uma coletividade quanto à uma tentativa de reconstrução de si, para si mesmo e para os outros. Este debate também coloca em evidência aquilo que a perspectiva *relacional* das redes sociais têm chamado de *círculos de reconhecimento* (Mische, 1997), espaços nos quais ocorrem os processos de identificação necessários para sustentar a ação dos movimentos sociais. Dado que cada rede possui um repertório próprio de reconhecimentos coletivos que dão sentido aos laços sociais, diferentes tipos de rede (trabalho, bairro, escola, família) “dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo,

entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas” (Mische, 1997, p. 139). Sendo assim, não são apenas as posições estruturais do indivíduo que determinam a identidade, mas também “as experiências e orientações coletivas dentro de um contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (Mische, 1997, p. 139).

Em um diálogo crítico com a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, Lahire (2002) introduz o argumento de que, nas chamadas sociedades “complexas, plurais e em constante transformação” (2002, p. 49), a condição humana estaria marcada por situações constantes de crises entre as disposições incorporadas ao longo de processos heterogêneos de socialização e a multiplicidade de relações intersubjetivas, contextos de ação e domínios sociais aos quais os indivíduos são expostos em suas vidas cotidianas²². Este cenário exigiria dos atores sociais a aptidão para assumir uma variedade de papéis sociais ao longo de suas trajetórias de vida (“filho ou filha”, “aluno ou aluna”, “pai ou mãe”, “fiel de uma igreja”, “colega de trabalho”, “trabalhador/a”), além de uma crescente habilidade para o acionamento de códigos associados a contextos e domínios sociais específicos (Velho, 2003, p. 29). Partindo destes pressupostos, Lahire coloca em causa o aspecto “sistemático” e “unificador” (2002, p. 18) verificado no conceito de *habitus* proposto por Bourdieu, alegando que o resultado de quadros de socialização cada vez mais dinâmicos, híbridos e multideterminados seriam, por excelência, a incorporação de *esquemas de ação e modos de pensar* destituídos de um *princípio único e geral*. Assim, opta por um modelo de ator social caracterizado pela singularidade, dissonância e permeabilidade “ao atrito da mudança” (Lopes, 2012, p. 10). Para Lahire (2002):

Um *ator plural* é, portanto, produto da experiencia - amiúde precoce - de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. No curso de sua trajetória ou simultaneamente no curso de um mesmo período de tempo, participou de universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes (Lahire, 2002, p. 36).

Esta abertura para o aspecto múltiplo e incongruente das individualidades não implica um abandono, do ponto de vista analítico, das posições objetivas ocupadas pelos atores na estrutura social, mas antes numa preocupação em captar as particularidades, irregularidades e exceções que constituem estas posições. O quadro reflexivo lançado por Lahire confere importância às *desigualdades de percurso* (Costa e Lopes, 2009), pois os lugares ou posições

²² Comentador habitual da obra de Lahire (2002), Lopes (2012), faz uma crítica ao uso do termo “sociedades complexas”, evocado por Lahire (e outros autores como Velho, 2003), para referir-se às sociedades contemporâneas. Ele argumenta que esta terminologia possui um viés evolucionista, substituindo-a, em alguns dos seus textos, pela expressão “sociedades intensamente relacionais e diferenciadas”. Ao fim de evitar suposições de cariz macroestrutural, incorporo a partir daqui esta formulação mais nuançada.

a que as práticas constantemente remetem (lugares de classe, gênero, raça/etnia) são profundamente clivados, não havendo posição com efeito estrutural puro (Lopes, 2012, p. 9).

Sob esta ótica, certas práticas, hábitos, gostos ou estilos de vida observados no mundo social podem não se referir a lugares de classe bem determinados como supunham Bourdieu e Wacquant (1992). Os atores sociais podem incorporar crenças (normas, modelos, valores, ideais) sem ter os meios (materiais e/ou disposicionais) para as respeitar, concretizar, atingir ou cumprir, gerando situações de frustração temporária ou permanente (Lahire, 2005a, p.18). Um exemplo clássico deste *habitus* “cindido” e “dissonante” seriam os chamados *trânsfugas de classe* (Hoggart, 1973; Bourdieu, 2008), indivíduos com uma trajetória social de mobilidade ascendente marcada pela incorporação de hábitos, gostos e pontos de vista que remetem aos diferentes universos sociais pelos quais circularam:

Geralmente, o ator terá de ser submetido, de maneira bastante precoce, a experiências socializadoras sistematicamente contraditórias. A situação pode ser interna a um universo (por exemplo, o dilema exercido dentro do próprio universo familiar, e não necessariamente representado pelo pai e pela mãe) ou pode pôr em cena dois grandes universos contraditórios (por exemplo, o universo familiar popular e o universo escolar), no caso dos "bolsistas" que se tomam "trânsfugas de classe". (Lahire, 2002, p.42).

Tendo em conta a pluralidade das disposições incorporadas no quadro destas sociedades “intensamente relacionais e diferenciadas” (Lopes, 2012, p. 11), Lahire propõe a substituição do conceito de *habitus* em favor de *patrimônio individual de disposições*, compreendidos como esquemas de ação adquiridos mediante a exposição a uma situação contextual, repetição sistemática e de longa duração. Estes esquemas podem ser acionados de acordo com o contexto social (abrindo espaço para a transformação do patrimônio de disposições), transferidos de um contexto para o outro ou mesmo colocados em estado de vigília, à espera de uma situação ou contexto que possibilite a sua utilização. As disposições tendem a possuir graus desiguais de robustez, pois dependem diretamente de sua gênese, do modo como foram incorporadas e das posições sociais dos indivíduos.

Fundamentalmente, a *sociologia à escala individual* de Lahire (2002) interessa-se pelo modo como os esquemas incorporados no passado são mobilizados, despertados e consequentemente atualizados pelos agentes diante dos contextos, situações e encruzilhadas do presente. A resposta às situações cotidianas, entretanto, não ocorre de forma mecânica ou irrefletida. Afastando-se dos automatismos, Lahire enfatiza a agência e a reflexividade dos atores sociais relativamente aos hábitos incorporados e às ações empreendidas, argumentando que as disposições, uma vez incorporadas, não atuam segundo uma lógica própria, mas a partir

do exercício de reflexão permanente que pressupõe um retorno contínuo às situações do passado (Lahire, 2002, p. 148 e 149). Deste modo, o ator plural estabelece uma relação particular com o mundo social interiorizado (o qual nunca corresponde à realidade do mundo social), reconstruindo-o de maneira singular a partir das interações com outros atores, contextos e objetos. “Longe de ser na unidade mais elementar da sociologia, o ator é sem dúvida a realidade social mais complexa a apreender” (Lahire, 2002, p. 198).

Para compreender os processos de engajamento individual dos ativistas autodeclarados LGBTQIA+ e “de direita” e identificar as contribuições biográficas mobilizadas para dar forma aos seus estilos de ativismo (nível micro analítico), procurei reconstituir suas biografias individuais atentando para os processos de constituição dos seus *patrimônios de disposições para a ação política* (conceito que utilizarei em substituição ao *habitus militante* proposto por Crossley [2002; 2003]), observando tanto os efeitos das múltiplas socializações que precederam o engajamento político (família, igreja, escola) quanto os impactos biográficos da participação em protestos, grupos de discussão online e organizações de movimento social. Inspirado por Lopes (2012) e Pessoa (2020), as minhas análises procuram articular ainda os chamados marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) (identidades, posições sociais e pertencimentos) que tendem a impactar e mediar os processos de constituição dos *patrimônios de disposições para a ação política*.

Dois momentos de crise ou “ruptura biográfica” (Lahire, 2002, p. 50), revelaram-se cruciais para a compreensão das trajetórias destes ativistas. O primeiro, geralmente anterior ao engajamento político, diz respeito à “saída do armário” sexual (ou de gênero) perante amigos, familiares, vizinhos e colegas de trabalho. O segundo, relacionado diretamente ao ativismo, refere-se ao que optei por chamar de *saída do armário político*, isto é, a assunção de uma identidade política “de direita” (“conservadora” ou “liberal”) associada aos processos de engajamento neste campo político.

Construindo conexões com os estudos de gênero e sexualidade

Ao propor uma investigação sociológica sobre a emergência de um ativismo LGBTQIA+ associado ao campo político da direita no Brasil, encontrei-me diante de um desafio bastante curioso: o de analisar um ativismo que se contrapõe a muitos dos repertórios, enquadramentos interpretativos e agendas de reivindicação dos movimentos LGBTQIA+, ao mesmo que convoca, para o centro de sua construção identitária, a questão da identidade gay,

propondo assim um *desafio público* (compreendido aqui à maneira de Tarrow, 2009) que remete ao modo como as nossas sociedades percebem as diferentes formas de viver o gênero e a sexualidade. Há, portanto, uma forte dimensão subjetiva no agenciamento desta identidade, pois no contexto da política contenciosa, os atores sociais tendem a trazer à baila aquilo que eles consideram um problema do ponto de vista político.

Face a este quadro, passei a questionar se seria possível analisar este fenômeno sem recorrer aos contributos teóricos dos estudos de gênero e sexualidade. Uma das questões inquietantes acerca dessa possibilidade tinha a ver com o fato de que muitos dos meus interlocutores nutrem grande desconfiança em relação a este campo de estudos, dada a relevância dos discursos antigênero (Kuhar & Paternotte, 2018) que circulam em seus contextos de ação. Ao longo das entrevistas, não foram poucos os comentários críticos que ouvi a respeito da “*teoria do gênero*”, “*teoria queer*”, do “*gênero*” como “*construção social*” e dos seus impactos supostamente negativos nos debates dos movimentos LGBTQIA+. Poderia eu, na posição de analista, ignorar os aspectos referentes ao gênero e à sexualidade que notoriamente atravessavam este confronto? Faz sentido mobilizar os estudos de gênero e sexualidade para compreender a ação de atores políticos que atuam, em grande parte, para reforçar o *status quo* e as hierarquias sociais de gênero e sexualidade?

Começamos pela primeira pergunta. Dado que os próprios ativistas trazem a categoria “*gay*” para o centro do debate, não faria sentido, do meu ponto de vista, fechar os olhos para o papel desempenhado pelo gênero e pela sexualidade na estruturação do confronto político que proponho analisar. A questão da sexualidade pode parecer mais óbvia, dado que a categoria “*gay*” se refere, à priori, a uma orientação sexual. Contudo, quando observamos quem são os principais porta-vozes deste tipo de ativismo, o “*gênero*” solta aos olhos: são principalmente homens gays, e não mulheres lésbicas, que estão na linha de frente dos grupos, iniciativas *online* e ocupação dos espaços institucionais. Esta dinâmica se repete quando observamos o conteúdo de suas atividades contestatórias. Como veremos nos próximos capítulos, os ativistas em estudo tendem a ser mais favoráveis aos direitos LGBTQIA+ que beneficiam os casais homossexuais (casamento e adoção) e mais refratários em relação aos direitos relacionados ao “*gênero*” e à cidadania das pessoas trans.

Para responder a segunda pergunta, faz-se necessário lembrar que os estudos de gênero e sexualidade (em diálogo ou não com a Sociologia), não se limitam a investigar apenas as formas individuais e coletivas de resistência às matrizes de dominação (Collins, 2000) masculina e heterossexual. Em inúmeras investigações, as teorias e conceitos elaboradas no

âmago dos estudos feministas e das teorias *queer* têm sido largamente mobilizados para desconstruir os discursos heterossexistas contemporâneos que atuam no sentido de promover, difundir e naturalizar as desigualdades entre os gêneros e as sexualidades. Segundo Chauvin e Lerch (2013), estes discursos podem ser de ordem religiosa (Kuhar & Paternotte, 2018), mas com certo recurso à uma gramática secular (Vaggione, 2012); em defesa de uma “ordem simbólica” (Perreau, 2003) ou mesmo pautados em supostos valores “republicanos”, contrários à “fragmentação identitária”, ao “particularismo”, ao espectro do “comunitarismo” e do “multiculturalismo à moda americana” (Mangeot, 2003).

Longe de constituir um campo homogêneo, os estudos de gênero e sexualidade são atravessados por árduas controvérsias (Kuhar & Paternotte, 2018), problemáticas de pesquisa, perspectivas teóricas e abordagens teórico-metodológicas. Tendo em vista esta diversidade, e considerando os meus objetivos de investigação, recorri a três “tendências” presentes nesta literatura. A primeira, com raízes nos estudos gays e lésbicos, mas considerada seminal para o desenvolvimento da chamada teoria *queer*, debruça-se sobre a questão da formação da subjetividade das dissidências sexuais. Esta linhagem de estudos enfatiza o modo como diferentes estruturas sociais, regimes, dispositivos, discursos, normas e regras contribuem para regular, moldar e construir as subjetividades e identidades sociais das pessoas gays e lésbicas, bem como os processos de assujeitamento, negociação e resistência que daí derivam.

Em *Reflexões sobre a questão gay* (em alusão ao ensaio político *Reflexões sobre a questão judaica* de Jean-Paul Sartre), o sociólogo francês Didier Eribon (2012) defende que os indivíduos cuja expressão de gênero difere da norma tomam consciência da sua diferença (homo)sexual por meio do *insulto*. Antes mesmo de adentrar os processos de descoberta e exploração da sexualidade, eles são confrontados com a xingamentos e injúrias relacionadas ao sexo e ao gênero. Para Eribon (2012), estes termos pejorativos não cumpririam uma função meramente descritiva, mas também informativa, no sentido de comunicar aos indivíduos sobre quem eles são e o papel que ocupam na estrutura social. Estabelece-se assim uma relação de poder assimétrica, na qual uma das partes detém a prerrogativa da revelação, nomeação e estigmatização do outro, reduzindo-o a algo ou alguma coisa à sua completa revelia.

“Viado” (paneleiro) e “sapatão” (fufa)²³ não são meras palavras lançadas *en passant*. São agressões verbais que marcam a consciência. São eventos traumáticos experimentados de

²³ Ao traduzir os termos *pédé* e *gouine*, expressões pejorativas amplamente utilizadas em contextos francófonos para designar, respectivamente, indivíduos homossexuais do sexo masculino e feminino, optei por apresentar respectivamente os dois termos mais comuns nas variantes brasileira e europeia do português. Na variante brasileira, o termo *viado*, utilizado vulgarmente para fazer referência aos homossexuais masculinos, é escrito com

forma mais ou menos violenta quando acontecem, mas que permanecem na memória e no corpo (pois a timidez, o medo, o constrangimento e vergonha e a incerteza de si são atitudes corporais produzidas por um mundo exterior hostil). Uma das consequências de insulto é moldar a relação que se tem com os outros e com o mundo e, assim, moldar a personalidade, a subjetividade e o próprio indivíduo em questão (Eribon, 2012, p.25, tradução minha).

Influenciado pela sociologia bourdieusiana, mas sempre em diálogo com os contributos dos estudos gays e lésbicos e da teoria *queer*, nos quais pode-se reconhecer a influência de Michel Foucault, Eribon (2012) concebe o insulto como uma espécie de *veredito social*, uma condenação perpétua com a qual o indivíduo deverá conviver (Eribon, 2012, p. 25 e 26). Esse aprendizado sobre si pressupõe a incorporação de uma percepção dolorosa sobre si mesmo, com efeitos de longa duração, cuja lição principal é a tomada de consciência, por parte do indivíduo insultado, de que terceiros detém o privilégio de lançar olhares, comentários, julgamentos e discursos estigmatizantes sobre si.

Nesta tese, proponho pensar o insulto enquanto enunciado performativo que demarca não apenas o enunciador e o insultado, mas também aqueles que testemunham o insulto, mesmo que com intensidades distintas. O indivíduo alvo do insulto se torna o exemplo do estigma indesejado — estigma compreendido aqui nos termos de Goffman (1992), como um “atributo profundamente depreciativo” que torna o indivíduo “inabilitado para a aceitação plena”. Uma vez que o insulto (ou uma sequência consistente de insultos) estabelece o estigma, ficam prescritos, naquele contexto, os modos de agir, falar e pensar socialmente aceitos ou expectados em função do sexo/gênero atribuído aos indivíduos. Trata-se de uma estrutura disciplinadora que regula a relação dos corpos com a sexualidade e os usos atribuídos a eles (Preciado, 2014) e também de um mecanismo de assujeitamento operado de forma mais ou menos orquestrada por diferentes atores e instituições sociais (Eribon, 2012).

Para aqueles que experimentam o veredito social do insulto na forma do estigma, esconder, gerir ou negociar toda e qualquer forma de expressão individual que ultrapasse os limites prescritos pelas normas de gênero e sexualidade torna-se uma rotina. Essa tentativa de ocultamento e/ou gerenciamento caracteriza aquilo que conhecemos pelo nome de “armário”. Para Sedgwick (1998), o armário configura um regime de controle da sexualidade que rege e mantém a divisão binária hetero-homo e por meio do qual estão organizadas as sociedades ocidentais desde o final do século XIX. Ele se caracteriza por um conjunto de normas nem sempre explícitas, mas rigidamente instituídas, responsáveis por tornar o espaço público

“i”, muito provavelmente como derivação do termo *transviado*. Difere-se, deste modo, da grafia atribuída ao mamífero veado, este escrito com “e”.

sinônimo de expressão da heterossexualidade, relegando ao privado as relações entre pessoas do mesmo gênero (Sedgwick, 1998; 2007; Miskolci, 2009b).

A autora argumenta que nem mesmo a emergência de um movimento pela liberação gay e lésbica em países ocidentais a partir do final dos anos 1960 e a consequente emergência de paradigmas como o “orgulho” e a “saída do armário”, foram suficientes para aplacar este regime regulatório. Ao contrário, para o conjunto da sociedade, “o frescor de cada drama de revelação gay (especialmente involuntária) parece algo ainda mais acentuado em surpresa e prazer” devido à “atmosfera cada vez mais intensa das articulações públicas do (e sobre o)” amor entre pessoas do mesmo sexo (Sedgwick, 2007). Deste modo, mesmo as pessoas mais assumidamente gays estariam sujeitas a permanecer no armário para alguém que é pessoal, economicamente ou profissionalmente importante para elas, “entrando e saindo” diariamente das mais variadas formas de armários.

[...] como Wendy em *Peter Pan*, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. É igualmente difícil adivinhar, no caso de cada interlocutor, se, sabendo, considerariam a informação importante. No nível mais básico, tampouco é inexplicável que alguém que queira um emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visita, proteção contra violência, contra “terapia”, contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insultuoso, contra a interpretação forçada de seu produto corporal, possa escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos de sua vida (Sedgwick, 2007, p.22).

O armário, tanto quanto o insulto e o estigma, podem ser compreendidos como aspectos fundamentais da vida social dos indivíduos que se reconhecem enquanto homossexuais, bissexuais ou trans (Brás, 2018). Sedgwick (2007) acrescenta que “poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas”, podem dizer que o armário não seja ainda “uma presença formadora em suas vidas” (2007, p.22), pois o armário está longe de ser uma escolha individual, e a decisão de abandoná-lo tampouco depende da “coragem” ou “capacidade” dos indivíduos. Miskolci (2009b) lembra que em contextos heterossexistas (e eles são numerosos), “sair do armário” pode significar expulsão de casa, rejeição da família, perda de emprego ou, em casos extremos, até a morte. Por esse motivo, a experiência do armário costuma estar associada, para muitos indivíduos, a um sentimento de isolamento, solidão, vergonha, medo, culpa e sofrimento.

Tendo como principal fundamento o aspecto modular e multissituado do conceito de armário proposto por Sedgwick (2007), sugiro, como parte do argumento central desta tese,

que o processo de constituição do ativismo aqui analisado beneficiou-se da ruptura, por parte dos meus interlocutores, com aquilo que optei por chamar de *armário político*. O armário político consiste em uma das muitas versões possíveis do armário conceptualizado por Sedgwick (1998). Todo o armário possui uma dimensão política, mas este se refere à política enquanto atividade contestatória, exercício do poder, expressão do pensamento e estilo de vida. Ele geralmente é acessado por pessoas não heterossexuais (ou não cisgêneras) que, uma vez fora do armário sexual ou de gênero, precisam gerir as incongruências, incompatibilidades e desconexões entre as representações e percepções sociais das identidades LGBTQIA+ e os modos particulares por meio dos quais elas próprias incorporam, experimentam, compreendem e politizam as suas identidades sexuais e de gênero.

A noção de armário político sugere, deste modo, uma relação não linear entre sexualidade, identidade e política, colocando em evidência tanto o cariz reificador e regulador da identidade quanto aquilo que Descombes (2015) denominou “o constrangimento da identidade”, isto é, as suas limitações conceituais para descrever, de forma qualitativa, as variadas formas de pertencimento social de um indivíduo. Uma identidade, mesmo quando assumida com o intuito de desconstruir um estigma, não encerra os conflitos que lhe são constitutivos, podendo mesmo estimular a produção de novos embates. Ao sugerir que não há uma relação automática, auto evidente ou natural entre reconhecer-se como pessoa LGBTQIA+ e possuir uma disposição “à esquerda”, a noção de armário político não desconsidera o papel desempenhado pelos constrangimentos estruturais que interferem nas escolhas, preferências e afinidades políticas por parte dos indivíduos. Ao contrário, procura enfatizar, à maneira de Lahire (2002), o modo particular como estes indivíduos internalizam, compreendem e gerenciam estes constrangimentos (ex.: as pressões exercidas pela ordem cisgênera e heterossexista) face às contingências (históricas, políticas, culturais) da vida em sociedade.

Em resumo, ao “saírem do armário” (sexual ou de gênero), os indivíduos assumem ou são associados, de forma mais ou menos voluntária, a uma identidade “gay” ou “trans”. Tendo em vista que as identidades LGBTQIA+ têm sido sistematicamente associadas, em vários contextos históricos, políticos e culturais, à luta por justiça social e ao questionamento das normas de sexo e gênero, a assunção destas identidades tende a vinculá-los a uma posição política de oposição ao *status quo*. A depender de suas crenças, valores e preferências políticas, estes indivíduos podem vir a deparar-se com um outro tipo de armário, baseado em expectativas sociais de “coerência” identitária e política. Em várias situações, contextos e domínios sociais, a revelação ou a simples possibilidade de tornar pública suas posições políticas torna-se motivo

de apreensão, frustração, sofrimento, isolamento e rejeição, com impactos significativos nos processos de identificação entre pares, mas gerando também oportunidades para a criação de novos círculos de reconhecimento (Mische, 1997).

Durante o terreno, meus interlocutores relataram situações de conflito, rejeição e isolamento nos espaços de ativismo e sociabilidade LGBTQIA+ decorrentes da manifestação (involuntária ou intencional) de suas opiniões políticas. Estas situações geraram um sentimento de decepção permanente em relação a uma “comunidade” atravessada por discursos de “aceitação”, “diversidade” e “pluralidade”, sobretudo após as dificuldades e custos biográficos impostos pela saída do armário sexual e de gênero. Face a este quadro, o engajamento na igreja, nos grupos juvenis, nas comunidades *online*, nos movimentos de bairro e nas organizações liberais e conservadoras serviram como “refúgio” temporário ou permanente para muitos destes indivíduos. A sensação de não pertencimento à “comunidade” só foi amenizada quando encontraram, por meio da internet, outros indivíduos assumidamente LGBTQIA+ com ideais semelhantes, com as quais criaram laços de amizade, cooperação e solidariedade que possibilitaram a criação de grupos de discussão e ativismo político.

Por este motivo, os processos de rompimento dos armários “sexual” (ou de “gênero”) e, posteriormente, do armário “político”, conformam dois pontos de inflexão fulcrais para a compreensão das trajetórias de vida dos meus interlocutores. Os períodos de crise costumam revelar os desajustes entre as incorporações do passado e as situações de presente, pois neles multiplicam-se as interrogações, hesitações e reflexões que colocam em xeque os nossos modos de pensar, agir e sentir, incitando atualizações significativas no patrimônio de disposições individuais (Lahire, 2002).

O paradigma da interseccionalidade constitui a segunda “tendência” teórica, por assim dizer, procedente do campo dos estudos de gênero e sexualidade (e mais especificamente dos estudos feministas), que mobilizo ao longo desta tese. Este conjunto de contribuições (Crenshaw, 1991; Collins 2000, Rahman, 2010) foi debatido no início deste capítulo, à luz de seus desdobramentos posteriores (McKlintock, 1995; Brah, 2006) e também de suas revisões críticas mais proeminentes (Puar, 2013), tendo sido fundamental para a teorização do meu objeto de investigação. Deste modo, a interseccionalidade se faz presente no núcleo central deste trabalho, aparecendo novamente, com alguma relevância, no nível *micro* da análise, associada ao instrumental teórico do ator plural (Lahire, 2002). Por fim, importa dizer que, neste trabalho, eu utilizo a interseccionalidade enquanto paradigma orientado para a análise e

reflexão teórica, e não como ferramenta política para a emancipação de atores que vivenciam múltiplas situações de opressão (Hancock, 2007; Avanza, 2019).

A terceira e última tendência da literatura que mobilizo, em diferentes momentos desta tese, é a chamada crítica *queer* e pós-colonial aos estudos de gênero e sexualidade. Estas contribuições chamam a atenção para o modo como o ambiente político de reconhecimento legal dos direitos LGBTQIA+ (especialmente em países ocidentais) e a conversação global sobre questões de gênero e sexualidade têm incitado um conjunto de transformações, adaptações e atualizações de antigos mecanismos de dominação, levando à crescente acomodação dos movimentos e das identidades LGBTQIA+, particularmente das identidades gay e lésbica. Para Oliveira (2013), este dilema seria uma espécie de “resultado ambíguo” da luta política dos movimentos LGBTQIA+ no contexto das sociedades neoliberais, pois a ocupação da esfera pública com base na politização da sexualidade teria possibilitado tanto a conquista de um conjunto de normativas jurídicas quanto a normalização e a assimilação necessárias para habitar essa mesma esfera pública heterossexualizada (2013, p. 76).

Nesse sentido, as teorias *queer* e pós-colonial, a partir de suas convergências com os chamados estudos subalternos (Guha & Spivak, 1988; Chakrabarty, 1988; Rabasa, 1993; Spivak, 2010), têm produzido inúmeras reflexões para uma crítica à globalização, aos modelos ocidentais de identidade sexual, à normalização dos corpos e das identidades LGBTQIA+, aos limites da política identitária, e às tendências assimilacionistas, colonialistas e homonormativas (no sentido instituído por Duggan, 2002) que permeiam as mobilizações pela igualdade sexual e de gênero (Belizário, 2016, p. 389). Estes contributos têm sido mobilizados desde as primeiras páginas deste trabalho, a exemplo do conceito de *homonormatividade* (Duggan, 2002), referido na introdução, e das apropriações *queer* e pós-coloniais do paradigma interseccional (Rahman, 2010; Butler, 2015), discutidas e reapropriadas por mim na primeira seção deste capítulo. Outros conceitos oriundos desta linhagem de debates serão agenciados no decorrer da análise, a saber: o de *homonacionalismo* (Puar, 2012), *excepcionalidade sexual* (Bracke, 2011; Paternotte, 2019), *gay international* (Massad, 2002) e *outridade*, cuja origem remonta mais diretamente ao campo dos estudos pós-coloniais (Fanon, 1979; Mudimbe, 1998).

Um dos principais ganhos do diálogo estabelecido com as teorias *queer* e pós-colonial é a incorporação de uma postura analítica de suspeição relativamente aos pressupostos normativos que orientam os vários lados do confronto político em análise. Ainda que estas duas tradições teóricas carreguem, em suas bases, uma forte dimensão política de resistência aos processos históricos, políticos e culturais de assimilação, colonialidade e silenciamento

epistemológico, neste trabalho, procuro explorá-las enquanto uma espécie de “analítica da normalização” (Miskolci, 2009a). Deste modo, ao invés de analisar os ativistas “LGBTQIA+ de direita” tão somente a partir da distância ou proximidade em relação ao ativismo LGBTQIA+ “progressista”, como se estes últimos constituíssem o referencial absoluto e a “régua moral” para suas condutas e concepções de mundo, procuro entendê-los a partir dos seus próprios termos, valendo-me das fissuras teóricas que emergem desta análise para colocar em causa as várias concepções e pontos de vista que sustentam o confronto político.

Conclusão do Capítulo 1

Este capítulo procurou apresentar, discutir e justificar as perspectivas teóricas e conceituais que serão mobilizadas no decorrer deste trabalho. Parti de uma discussão sobre a *posição social interseccional* (Rahman, 2010) ocupada pelos ativistas em estudo. Em seguida, revisei diferentes contributos da sociologia da ação coletiva produzidos em torno do estudo das direitas, dos movimentos LGBTQIA+ e dos ativismos *online* para dar conta dos múltiplos aspectos teóricos e conceituais que circundam o meu objeto de investigação. Na segunda parte do capítulo, discuti a elaboração do meu quadro teórico e conceitual, justificando as minhas escolhas e apresentando as minhas estratégias para a articulação destas teorias e conceitos. A abordagem do confronto político (McAdam et al., 2009; Tilly & Tarrow, 2015), oriunda das teorias dos movimentos sociais, foi convocada pelo seu potencial em promover sínteses entre diferentes perspectivas teóricas presentes nos estudo da ação coletiva, particularmente entre as abordagens mais culturalistas e estruturalistas. A sociologia de tradição disposicionalista (Crossley, 2003; Lahire, 2002, 2004) foi convocada para viabilizar a análise dos processos de constituição das *disposições individuais para a ação política* dos ativistas e compreender como estas são agenciadas para dar forma aos *estilos de ativismo* forjados no decurso do confronto político. E os contributos dos estudos de género e sexualidade (Sedgwick, 1998, 2007; Duggan, 2002; Eribon, 2012; Puar, 2012, entre outros) mobilizados para refletir sobre os dilemas que constituem o confronto em análise, teorizar sobre o meu objeto de investigação e moldar as minhas lentes analíticas ao longo da tese.

Capítulo 2

Investigando entre o online e o offline: questões de ordem metodológica

Ter valores ou não ter valores: a questão está sempre conosco. Quando sociólogos realizam estudos de problemas que têm relevância para o mundo em que vivemos, eles se descobrem no meio de um fogo cruzado. Alguns os pressionam para não tomar partido, para serem neutros e fazerem a pesquisa que seja tecnicamente correta e livre de valores. Outros lhes dizem que seu trabalho é superficial e inútil se não expressa compromisso com uma posição de valor. Esse dilema, que a muitos parece tão doloroso, na realidade não existe, pois um de seus tentáculos é imaginário. Para que ele exista, é necessário que alguém suponha, como alguns aparentemente o fazem, que na verdade é possível fazer alguma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas.

Howard S. Becker (1977) De que lado estamos?

Desde as primeiras discussões em torno do projeto de investigação que deu origem a esta tese, ouvi com alguma frequência perguntas do gênero: “*E como o Rodrigo pretende fazer isto?*”, seguida de “*Pretende entrevistá-los?*” e “*Como vai aceder ao terreno?*”. Colegas, professores e outros comentadores do meu trabalho, a partir de um lugar legítimo de preocupação, alertavam: “*Isto me parece um pouco arriscado*”. O ambiente político do Brasil em meados de 2017 e 2018, de fato, não era particularmente encorajador. O assassinato (ainda sem resolução) da socióloga, ativista e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, mulher negra, LGBTQIA+, nascida e criada em uma favela do Complexo da Maré, assim como os recorrentes episódios de violência política que antecederam as eleições presidenciais de 2018, foram alguns dos elementos conjunturais apontados como objeto de preocupação durante as discussões metodológicas que antecederam a entrada no terreno. Porém, acompanhando pela internet o desenvolvimento do fenômeno, bem como o trabalho de outros cientistas sociais acerca do processo político brasileiro recente, tinha a intuição de que esta investigação, apesar das dificuldades, podia ser operacionalizada. Isso porque, uma vez “fora do armário”, os auto identificados ativistas “gays de direita” pareciam cada vez mais dispostos em se fazerem visíveis. O fato de serem sub-representados no debate acadêmico foi também percebido como uma vantagem. Pensei: “Se querem posicionar-se no debate público, é provável que também queiram dialogar com investigadores como eu”. Não custava tentar.

Este capítulo discute a operacionalização dos métodos e técnicas que tornaram possível o desenvolvimento desta investigação. Primeiramente, apresento as principais questões de ordem epistemológica que orientaram o trabalho. Em seguida, discuto a minha posicionalidade em relação ao objeto de investigação e apresento o contexto de produção da tese, assinalando algumas de suas especificidades: entre Brasil, Portugal e Bélgica, enquanto observador externo

ao campo político reivindicado por meus interlocutores e durante uma pandemia global que restringiu as possibilidades de interação social face a face. Na sequência, discorro sobre os principais desafios e estratégias de acesso ao terreno e discuto o modo como operacionalizei um conjunto de métodos e técnicas de orientação qualitativa, a saber: a pesquisa documental nos meios de comunicação social, a imersão etnográfica *online* e as entrevistas de cariz compreensivo. Ao final, apresento o perfil dos entrevistados e a construção das dimensões de análise. O debate sobre as preocupações e procedimentos de ordem deontológica perpassa todo o capítulo, particularmente a seção sobre métodos, técnicas e procedimentos.

Questões de ordem epistemológica

Apresentadas as discussões teóricas e conceituais que dão sustentação a esta tese, acredito que seja pertinente abrir este capítulo com um breve debate sobre as questões epistemológicas que permeiam o meu trabalho. Nesta investigação, recorro a uma perspectiva mais próxima da Sociologia compreensiva de Max Weber (2006), colocando acento sobre as intenções, motivações, valores e expectativas que orientam as ações dos indivíduos na estrutura social. Isso não significa que as determinantes estruturais são ignoradas, mas que são convocadas com o intuito de compreender as ações dos indivíduos dentro de um quadro analítico mais amplo. Desta proximidade com a perspectiva weberiana decorrem duas questões fundamentais. A primeira tem a ver com a opção pela análise de um fragmento da realidade empírica. Deste modo, procuro evitar a tendência à obtenção de resultados generalizantes. Segundo Weber, esta postura “baseia-se no pressuposto tácito de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que ele será ‘essencial’ no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (2006. p. 44).

A segunda questão diz respeito a busca por uma visão objetiva da realidade empírica, não no sentido da neutralidade do fazer científico, mas da reconstituição empírica do mundo social *como ele é*, e não como ele *deveria ser*. “Uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que *deve*, somente sobre o que *pode* e – eventualmente – sobre o que *quer*.” (Weber, 2006, p. 17). Nesse sentido, a Sociologia disposicionalista de Bernard Lahire ofereceu elementos fundamentais para a construção de um quadro epistemológico capaz de orientar um tipo de pesquisa empírica que não toma os atores a partir de “moldes” ou *tipos ideais*, mas a partir da abertura para a observação de suas singularidades. A este respeito:

Se fosse esperado o contrário (que é o que fazem muitos aprendizes sociólogos mas, digamos também, muitos sociólogos profissionais), então o encontro com as pesquisas (os indivíduos em sua singularidade irreduzível) seria totalmente desconcertante. Quantos estudantes de ciências sociais se lamentam por não terem selecionado, na população estudada, "operários verdadeiros", "quadros verdadeiros" ou "artesãos verdadeiros", acreditando que o problema é metodológico quando de fato se trata de erro de concepção do mundo social? O que fazer com os atores que não combinam a totalidade das propriedades que caracterizam o grupo em seu conjunto? O que fazer com os operários não qualificados que leem muito mais do que esperado e que bagunçam a problemática teórica imaginada sobre os gostos e desgostos de classe? Com aqueles que, em certos pontos, em certos domínios, parecem mais próximos dos empregados ou das profissões intermediárias? (Lahire, 2002, p. 18).

Desde as primeiras discussões sobre esta investigação com meus colegas e professores, eu sabia que estava, pelo menos *a priori*, diante de um desses casos que contrariam o senso comum: ativistas abertamente homossexuais que se reivindicam como sendo “de direita” e rejeitam alguns dos enquadramentos clássicos do movimento LGBTQIA+ contemporâneo (“igualdade”, desafio à norma heterossexual). Tinha diante de mim duas opções: abordá-los com base naquilo que eles *supostamente deveriam ser* ou compreendê-los a partir dos seus próprios termos. Uma abordagem compreensiva aberta às complexidades do mundo social, sem o ímpeto de tomar os atores a partir de julgamentos normativos e modelos pré-estabelecidos, me pareceu mais enriquecedora do ponto de vista empírico. Para Lahire (2002, p. 18): “Não se trata de questionar de novo a existência de atores correspondentes ao modelo do artesão [em referência ao ideal do artesão citado por Bourdieu, 2007] (...), mas de acentuar aqui o fato de que todos os atores não são todos feitos no mesmo molde”.

Esta postura me levou a encarar alguns dilemas do ponto de vista ético. Tão logo dei início ao trabalho de terreno online, fui confrontado com os conteúdos que circulavam entre os usuários que frequentam estes ambientes. Havia notícias fraudulentas (*fake news*)²⁴, discursos que poderiam ferir a integridade de outros grupos sociais e imagens esteticamente perturbadoras. Por algum tempo, tive dificuldade em perceber como colocar em prática uma postura compreensiva nesse contexto de investigação e como eu próprio apresentaria, mais adiante, os dados referentes a esta etapa do terreno. A respeito dos dilemas éticos enfrentados por estudiosos de movimentos à direita, extrema-direita ou conservadores, Blee e Creasap (2010) questionam até que ponto os estudos deveriam “promover” [aspas minhas] grupos considerados socialmente prejudiciais. As autoras lembram que, em alguns casos, os

²⁴ Para fins de conceptualização, adoto aqui a definição de McNair (2017), para quem *fake news* compreende a “desinformação intencional (invenção ou falsificação de fatos conhecidos) para fins políticos e/ou comerciais, apresentada como notícia real” (p. 38). Tendo em vista que as *fake news* não se referem somente à invenção, mas também à distorção de fatos que realmente ocorreram, optei por utilizar, ao longo desta tese, a tradução *notícias falaciosas ou fraudulentas* em vez de simplesmente *notícias falsas*.

investigadores são obrigados a proteger a privacidade de seus interlocutores, mas isso pode ser complicado nos casos em que os sujeitos estão envolvidos em atividades ilegais ou violentas. Por outro lado, quando aceitam participar de uma pesquisa de maneira voluntária e informada, os ativistas compreendem as consequências legais desta decisão.

Para a minha surpresa, após quase um ano de imersão etnográfica nas redes sociais online, visitando quase diariamente páginas voltados para um público à direita, percebi que aqueles conteúdos já não me chocavam como antes. Após apresentar um *paper* sobre o assunto em um evento acadêmico, uma colega demonstrou grande desconforto com alguns dos tópicos levantados pelos meus achados empíricos e perguntou como eu me sentia em relação a isso. Respondi que percebia o incômodo, pois inicialmente havia me sentido da mesma forma. Durante essa conversa, percebi que a minha relação com aquele material havia mudado, e que o desconforto havia sido substituído por uma curiosidade permanente, uma mistura incomum de distanciamento, frieza e interesse intelectual. Os leitores do meu *paper* perceberam que eu não tinha acordo político com os ativistas em estudo, mas a forma como eu apresentava o material passava, para algumas pessoas, a sensação de alguma indiferença moral em relação aos posicionamentos apresentados naquele contexto.

Estas reflexões me remeteram à um relato de Eribon (2013) sobre o convívio com Pierre Bourdieu, de quem foi colega e amigo pessoal por mais de duas décadas. Em meados de 1991, Bourdieu pediu a Eribon, que lesse uma entrevista feita por ele com dois rapazes moradores de um subúrbio parisiense para integrar o livro coletivo *A miséria do mundo*. Ao ler o material, Eribon ficou surpreso com a complacência que Bourdieu parecia manifestar em relação aos seus interlocutores, nomeadamente quando os últimos confessaram usar de alguma violência física contra duas mulheres brancas do bairro, as quais eles consideravam racistas. Insatisfeito, Eribon alertou Bourdieu sobre a parcialidade daquele material, visto que, não somente as mulheres vítimas de agressão por parte dos jovens não haviam sido entrevistadas, como o próprio Bourdieu parecia indiferente à violência e ao sofrimento perpetrado pelos rapazes. Bourdieu confidenciou então que ele havia se reconhecido naqueles rapazes, pois eles lembravam daquilo que ele próprio havia sido na mesma idade: “um adolescente sempre revoltado, muito próximo de uma espécie de delinquência” (Eribon, 2013, p. 42).

Diante da confissão, Eribon compreendeu que aquela “incômoda forma de empatia” havia sido um instrumento necessário para a realização da entrevista, mas insistiu junto ao amigo sobre a necessidade de trazer esta discussão para a análise do material. Pouco tempo depois, quando os primeiros resultados desta investigação foram publicados em um número da

revista *Actes de la recherche en sciences sociales* intitulado “O sofrimento”, Eribon voltou a apontar a contradição entre o título escolhido e o fato de que os sofrimentos de alguns dos habitantes daquele bairro não haviam sido levados em consideração. Em resposta:

[Bourdieu] se explica em dado momento do texto – muito bonito, aliás, e muito poderoso – da apresentação desta entrevista, quando insiste no “efeito destino” produzido pela obrigação de morar em ambientes de relegação social, e na espiral que conduz, por etapas, ao insucesso escolar e à ausência de oportunidades profissionais – “desvantagem social ligada à falta de diplomas e qualificações, ela própria ligada à falta de capital cultural e sobretudo linguístico” – e, posteriormente, à semi-delinquência e à quase inevitável autoafirmação violenta como um meio para cada um destes indivíduos, agarrados a códigos coletivos, adquirirem uma identidade social e existirem diante de seus próprios olhos. Bourdieu também insiste na dificuldade para as pessoas cujas biografias pessoais são muito heterogêneas, de coexistirem nesses mesmos espaços de miséria social – daí os inevitáveis “erros de alvo”: é o vizinho, e portanto o mais próximo socialmente, que se torna “o inimigo”, não políticos ou a divisão da sociedade em classes, entidades muito distantes e muito abstratas para parecerem reais. O que explica por que quando estouram os motins, é a escola e a faculdade para onde vão seus irmãos e irmãs, ou os ônibus que servem seu bairro, que aqueles que se revoltam vão incendiar, pois estes constituem os símbolos das instituições que eles odeiam (o Estado, os poderes) (...) (Eribon, 2013, p. 42, tradução minha).

Em resumo, Bourdieu procurou contornar os problemas apontados por Eribon não a partir da restituição dos pontos de vista dos outros moradores do bairro com o propósito de alcançar uma suposta “imparcialidade”, mas incorporando à análise os contornos macrosociológicos dos vários fenômenos aos quais a entrevista se referia (o papel do Estado e dos poderes na reprodução da violência juvenil, do fracasso escolar e da exclusão social vivenciada pelos habitantes de bairros periféricos). Ao fazê-lo, saiu da esfera das micro relações e dos embates entre os atores sociais para conferir uma moldura sociológica a estes conflitos, retomando as posições dos seus interlocutores enquanto *atores* que agem, em alguma medida, tensionados por determinações e papéis *sociais*. Este movimento não implicou em uma espécie de “branqueamento” ou “desresponsabilização” das ações dos dois rapazes (suas atitudes agressivas não foram removidas do texto) mas antes, no redimensionamento da análise e no abandono de uma postura de árbitro da situação. Sobre este tema, Becker afirmou:

Não há fim possível para isso [a tentativa de se chegar a um “quadro equilibrado” com incorporação de múltiplos pontos de vista à análise, atitude que levaria a uma “regressão infinita”] (...). Podemos, acho, satisfazer as demandas de nossa ciência deixando sempre claros os limites do que estudamos, marcando as fronteiras além das quais nossas descobertas não podem ser aplicadas sem problemas (Becker, 1977, p.135).

A postura de Bourdieu perante o dilema da objetividade sociológica e da identificação/empatia para com o sujeito de pesquisa mostrou-se importante no sentido de consolidar as minhas escolhas teóricas e epistemológicas. No contexto desta investigação, a opção por uma análise multinível tem como objetivo justamente observar o objeto de pesquisa

a partir de diferentes ângulos, de modo a conferir uma moldura sociológica capaz de contrabalancear os pontos de vista dos atores, suas posições sociais e os contextos de ação.

Sobre esta mesma entrevista, Eribon (2013) extrai ainda uma segunda reflexão que considero pertinente para as discussões sobre a minha posicionalidade em relação ao objeto de investigação nesta tese. Ele atenta para o fato de que o mesmo elemento que possibilitou a empatia de Bourdieu para com seus interlocutores foi o que lhe causou uma “rejeição epidérmica” (rejeição que ele próprio admite, foi algo irrefletida, dado que a postura empática de Bourdieu funcionou como instrumento para a realização das entrevistas). Em ambos os casos, empatia e rejeição foram acionadas devido à questão da sexualidade e da relação particular de cada um deles com a masculinidade:

Ele reconhecia neles algo de sua juventude. Eu não, pelo contrário! Eu poderia ter me tornado um adolescente turbulento e brigão: o mundo de onde eu vim me predispôs a isso, e eu tive que viver de acordo com suas expectativas não ditas ou expressas na forma de lembretes para pedir quando não foram cumpridas. “*Tu és uma menininha, uma bicha*” (e outras frases mais vulgares que vou me abster de mencionar). Mas a homossexualidade, sempre referida pelos outros como um contraste, como o que é absolutamente impensável tanto ser quanto parecer ser, rapidamente me distanciou desses papéis que me esperavam e me chamavam. E o jovem gay que eu era, ou melhor, em quem fui me transmutando aos poucos, com medo e trêmulo, mas também vislumbrando outro futuro, teria sido – e porque não o dizer: foi, de fato, e várias vezes – uma das vítimas dessas brutalidades de que os dois personagens do livro de Bourdieu se vangloriavam” (Eribon, 2013, p. 43, tradução minha).

Reconhecendo que as sensibilidades de cada um iluminaram aspectos diferentes acerca de uma mesma situação, Eribon (2013) termina por concordar com a abstração analítica proposta por Bourdieu, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de incorporar à análise sociológica as “verdades perturbadoras” (Eribon, 2013, p. 47) sobre a posição do analista no terreno. Como exemplo do silêncio de Bourdieu sobre o tema da sexualidade, Eribon (2013) menciona a tentativa de autoanálise sociológica do colega em *Esboço de autoanálise* lançado postumamente em 2004, no qual Bourdieu discorre sobre sua juventude sem discutir, mesmo após longas conversas sobre o tema, o papel desempenhado pela heterossexualidade em sua biografia pessoal (incluindo aí a sua posterior carreira como sociólogo).

Posicionalidade em relação ao objeto de investigação

À luz das reflexões encetadas por Eribon (2013), creio que seja pertinente elucidar o percurso reflexivo que consolidou a minha posição relativamente ao objeto de pesquisa e o modo como esta posição se refletiu nas relações intersubjetivas estabelecidas com os meus

interlocutores por ocasião do trabalho de terreno. A questão da objetividade do conhecimento científico é uma discussão antiga nas Ciências Sociais. Weber (2006) ofereceu contributos fundamentais para esse debate ao apontar para a demarcação entre *premissas subjetivas* e o *rigor* no uso do método para a produção do conhecimento científico. Cohn (2006) lembra que, na perspectiva weberiana, não há Ciência Social sem referência aos valores que conduzem o interesse do cientista em direção àquilo que se revelará importante para ele. A subjetividade do investigador está implícita em todo o processo de investigação, desde a seleção de um tema que lhe parece significativo até à análise, organização e exposição do fenômeno social como objeto de pesquisa (Weber, 2006, p. 43).

Em contrapartida, a validação dos resultados da pesquisa dependeria, para Weber, de um certo abandono das referências valorativas que acompanharam o pesquisador desde o início, constituindo “uma busca racional e sistemática do conhecimento que só a ciência permite” (Cohn, 2006, p.12). Assim, Weber concebia o conhecimento científico como “objetivo” nos resultados, mas não na sua gênese, pois os valores do cientista seriam justamente a força motriz da investigação. Havia, nesta formulação, tanto a rejeição de uma postura positivista que promovia a rígida separação entre *fatos* e *valores*, quanto a recusa de uma ciência empírica produtora de valores, normais e ideais. Nesse sentido, caberia ao investigador a aplicação rigorosa do método científico, amparado por uma (auto)reflexão acerca dos valores convocados para a seleção dos fenômenos estudados e da construção do objeto de pesquisa.

Ao abordar o tema, Becker (1977) argumentou que o dilema referente aos valores pessoais dos sociólogos constituiria um falso dilema, pois toda pesquisa social estaria inevitavelmente contaminada por simpatias pessoais e políticas (Becker, 1977, p. 122). O verdadeiro dilema residiria na realização de uma (auto) avaliação crítica dos resultados produzidos, na qual o investigador deveria indagar até que ponto os seus posicionamentos pessoais implicaram em “alguma distorção tão grande” que tenha tornado os resultados da pesquisa “inúteis”. A este respeito: “Nosso problema é ter certeza de que, qualquer que seja o ponto de vista que adotarmos, nossa pesquisa irá satisfazer aos padrões do bom trabalho científico, que nossas inevitáveis simpatias não tornarão os nossos resultados sem validade” (Becker, 1977, p. 133).

Em uma investigação que propõe a análise de um objeto situado no campo da conflitualidade política, especialmente em contextos sociais nos quais a contestação do discurso científico tornou-se parte do próprio conflito, é comum que sejam levantadas questões relacionadas à posição do investigador face ao objeto de investigação. Becker (1977) chamou a atenção para a especificidade deste tipo de investigação, apontando que a definição do

problema de pesquisa em uma situação política tendem a colocar em questão as definições conflitantes da realidade defendidas pelos grupos políticos em análise. Sobre este ponto:

A hierarquia de credibilidade na situação política opera num sentido diferente do que opera na situação *apolítica* [termo do autor]. Na situação política, ela é justamente uma das coisas em debate. Já que a luta política coloca em questão a legitimidade do sistema de ordenação existente, ela questiona ao mesmo tempo, necessariamente, a legitimidade dos julgamentos de credibilidade a ela associados. Julgamentos sobre quem tem direito de definir a natureza da realidade que são tomados como dados numa situação *apolítica*, tornam-se tópicos de discussão (Becker, 1977, p. 130).

Enquanto sociólogo, acredito que não há produção de conhecimento “neutra”. Os nossos valores pessoais e pontos de vista sobre a realidade não só estão na gênese da escolha dos nossos objetos de investigação como também nos acompanham ao longo do terreno. Exigem de nós uma postura de permanente reflexão crítica sobre os nossos juízos de valor e uma busca pela objetividade dos resultados. Busca pela objetividade não implica, entretanto, em uma indiferença moral ou mesmo na dissimulação das relações de poder que atravessam a atividade científica. Como nos lembra Foucault (1986), saber e poder se estruturam mutuamente. Todos os saberes são políticos e a produção de conhecimento científico não se dá num espaço abstrato, imune às variáveis do mundo social que engendram relações de poder e desigualdade, como defendem os positivistas. As assimetrias entre sujeito e objeto estão sempre presentes e as condições objetivas de recolha de informação impactam na produção dos resultados.

Colocando em causa a tradição cartesiana que promove a separação entre sujeito e objeto fundamentada na ideia de um “homem universal”, os estudos de gênero e sexualidade, feministas, *queer* e pós-coloniais, têm oferecido contributos para repensar a produção do conhecimento científico forjado segundo noções de abstração, neutralidade e racionalidade. Ao refletir sobre a sua experiência enquanto feminista e cientista social, England (1994) argumenta que existe um *continuum* entre o investigador e o sujeito de pesquisa. Nesse sentido, o terreno não constitui um mundo sem mediação habitado somente pelos sujeitos em estudo, mas sim um mundo entre o eu e os sujeitos. Esse espaço de mediação é moldado pela biografia dos investigadores, responsáveis por filtrar os “dados” considerados pertinentes, assim como as percepções e interpretações sobre o trabalho de terreno.

Tendo em vista o meu compromisso ético com os resultados da investigação, acredito que seja relevante elucidar a minha posição enquanto sujeito investigador. Esta postura não tem o intuito de me posicionar como o “analista mais apropriado” para esta tarefa, mas de elucidar as condições de recolha/produção e interpretação dos dados. Sou uma pessoa não

branca (de ascendência ameríndia, africana e branca), de sexualidade fluida (lido como gay), reconhecido socialmente enquanto homem cisgênero (mas em constante questionamento em relação ao modo como normas de gênero construíram e ainda constroem a minha subjetividade), nascido e criado em uma família católica de classe média baixa, nos subúrbios de uma grande metrópole brasileira (Belém), em uma região do país a respeito da qual impera o desconhecimento mesmo por parte dos próprios brasileiros (a Amazônia).

Desde a entrada em uma universidade pública federal, aos 17 anos de idade, quando tive os primeiros contatos com o enquadramento do “orgulho” difundido pelos movimentos LGBTQIA+ contemporâneos, identifiquei nesta ideia uma estratégia de (re)subjetivação e combate aos estigmas relacionados à dissidência da norma heterossexual. Deixar de esconder as expressões da minha sexualidade se tornou uma forma de contestação das hierarquias sociais de sexo e gênero, de denúncia das mais variadas formas de assujeitamento a que são submetidas pessoas LGBTQIA+ e de validação da minha existência perante mim mesmo. Junto às questões de classe, raça e gênero que perpassaram a minha trajetória pessoal desde a infância, a causa LGBTQIA+ se mostrou fundamental para a construção da minha autoestima, bem como outras perspectivas políticas orientadas para a superação das desigualdades sociais.

Sou, portanto, um observador externo ao campo político analisado nesta tese, alguém que defende valores, crenças e convicções políticas diferentes daquelas advogadas pelos meus interlocutores. Foi diante da volatilidade da conjuntura política brasileira, da perplexidade a cada manchete de jornal e perante as incertezas sobre os rumos do país que surgiu a vontade de compreender pessoas que pensam e agem movidas por valores, crenças e interesses distintos daqueles que considero fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. O *coming out* dos ativistas autodeclarados “gays de direita” nos meios de comunicação, em meados de 2016, aguçou ainda mais a minha curiosidade acerca da conjuntura brasileira. *Quais as motivações destes ativistas? Por que apoiam políticos cujas falas são abertamente discriminatórias?* Eu acompanhava com algum interesse, naquela altura, o debate acadêmico sobre os nacionalismos sexuais (Jaunait et al., 2013) e o homonacionalismo (Puar, 2012) na Europa e nos Estados Unidos. Queria saber se este fenômeno constituía uma espécie de “homonacionalismo” à brasileira e se era, de algum modo, diferente daquele observado em outros países. Como era de se esperar, a pesquisa tomou rumos diferentes, ainda que essa questão não tenha desaparecido por completo.

O esforço de ver além de alguns dos paradigmas clássicos propostos pelos movimentos LGBTQIA+ contemporâneos acabou se revelando uma experiência sociologicamente

instigante e inspiradora. Como em Avanza (2020), a adoção de uma abordagem compreensiva foi fundamental para tentar “deixar de lado” os meus julgamentos morais normativos e começar a perceber os dos meus interlocutores. Se, de início, fui movido pela diferença, não demorou para que eu fosse confrontado pelas semelhanças. Quando fui ao Brasil realizar uma primeira leva de entrevistas, percebi que os moderadores das páginas de “gays de direita” na internet eram, assim como eu, rapazes vindos dos estratos médios e baixos das classes médias brasileiras. Muitos deles, especialmente os mais conservadores, vinham de famílias católicas. Nem todos se declaravam brancos. Também faziam parte da primeira ou segunda geração da família a entrar na universidade, mas nem sempre em uma universidade pública. Como grande parte das pessoas LGBTQIA+, tinham suas biografias marcadas pela experiência do insulto, do estigma e do armário. E quase sempre sentiam na pele o peso desses marcadores sociais da diferença no acesso à “comunidade” e aos meios de sociabilidade LGBTQIA+.

Inevitavelmente, reconheci muito de mim nos meus interlocutores. Da discriminação por orientação sexual e identidade/expressão de gênero passando quase sempre pelos constrangimentos de classe e, em alguns casos, pelo racismo, muitos dos elementos levantados ao longo das entrevistas remeteram a questões que permearam também a minha biografia pessoal. Encontrei nestas semelhanças um “ponto de identificação” para a construção de uma atitude empática durante as entrevistas. Curiosamente, nem todos reproduziam os discursos radicalizados verificados nas redes sociais online. Em alguns casos, fiquei mesmo surpreso com a diferença entre a persona pública *online* e *offline*. Embora eu fosse constantemente confrontado com opiniões que divergiam das minhas e precisasse manter uma postura compreensiva e interessada, estes “pontos de identificação” permitiram “entrar na situação”, à maneira de Becker (1977), para perceber o ponto de vista dos meus interlocutores. Ainda que em menor grau, acredito que eles também possam ter identificado em mim alguma “proximidade”. Não por acaso, eles quase sempre assumiam que eu era homossexual, mostravam-se interessados em morar no exterior e faziam perguntas a este respeito, além de raramente questionarem as minha posições políticas, talvez por presumirem que o meu interesse pelo estudo das direitas partia de uma identificação pessoal.

No único caso em que fui confrontado com essa questão, no final de uma entrevista, procurei respondê-la da forma mais honesta possível, gerando um sentimento de empatia por parte do meu interlocutor. William (historiador, pesquisador e professor, autodeclarado homossexual, 35 anos) se mostrou grato pela minha disposição em falar abertamente sobre os meus posicionamentos políticos, disse respeitar pontos de vista diferentes dos seus e, nas

semanas seguintes, colocou-se sempre disponível para me apresentar a outros possíveis interlocutores. Suas referências acerca do meu trabalho perante outros ativistas se revelaram fundamentais para acessar atores políticos relevantes para o campo do ativismo LGBTQIA+ à direita (especialmente no meio liberal) e suspeito que, sem aquela conversa ao final da entrevista, muitas portas não teriam se aberto para mim durante o trabalho de campo.

Em relação à identidade do investigador, suas crenças e suas convicções pessoais neste campo de estudos, Blee e Creasap (2010) afirmam que, embora a pesquisa secreta seja incomum nos dias de hoje em função dos regulamentos éticos e da atuação dos conselhos de revisão institucional, os estudiosos desta área costumam atuar nos limites da “autorrevelação”. Em alguns casos, o terreno pode ocorrer de forma “nem completamente aberta, nem completamente encoberta”, mas baseado em “divulgação parcial e sigilo parcial” (Sehgal 2009, p. 336). Stein (2001) cita o exemplo de uma investigadora do movimento anti-gay em Oregon (Estados Unidos) que, preocupada com o efeito que sua identidade como judia e lésbica poderia ter no terreno, decidiu falar sobre o assunto somente quando fosse diretamente questionada. No meu caso, a informação acerca das minhas preferências políticas nunca foi colocada voluntariamente em evidência, mas tampouco foi negada aos interlocutores quando solicitada.

Diante de uma boa recepção no terreno, e da possibilidade de encontrar pontos de identificação com os meus interlocutores, passei a questionar, em um dado momento, se eu não estava adquirindo uma certa simpatia pelos ativistas em estudo. Estaria eu, de algum modo, colocando em causa a interpretação dos resultados? No contexto do trabalho etnográfico com mulheres conservadoras e religiosas, Avanza (2020), afirma que literatura sobre o tema tem revelado um padrão: o da investigadora feminista e não religiosa que decide pesquisar mulheres conservadoras e religiosas (ativistas ou não) para tentar entender por que elas escolheram “o inimigo” (Gasquet, 2015). Durante o terreno, as investigadoras percebem que essas mulheres não são meras “vítimas” do patriarcado atuando sob uma “falsa consciência” (Klatch, 1988). Passam a enfocar a dimensão agenciadora dessas mulheres argumentando, em alguns casos, que elas podem até ser consideradas “um pouco feministas” (Giorgi, 2016).

Essa situação constitui aquilo que Avishai et al. (2012) chamaram de “dilema da etnógrafa feminista”, resultado da tensão entre análise feminista e projeto político feminista. Com base em Gasquet (2015), Avanza (2020) sugere que a única forma de resolver este dilema seria renunciar, no caso específico deste terreno, à pergunta “*Elas são feministas, afinal?*”. Uma vez desfeito este tensionamento, o procedimento mais adequado seria a adoção de uma postura compreensiva, a partir da qual as reivindicações dessas mulheres seriam analisadas em

seus próprios termos, e não mais a partir dos padrões feministas. As reflexões de etnógrafas como Gasquet (2015) e Avanza (2020) se mostraram particularmente importantes para os desdobramentos desta investigação, evitando que eu assumisse como parâmetro ou “grelha de análise” os meus valores pessoais e os padrões políticos estabelecidos pelos ativismos LGBTQIA+ para a compreensão do meu objeto de investigação.

Adicionalmente, havia o risco de enveredar por interpretações românticas e idealizadas baseadas unicamente no potencial agentivo e reflexivo destes ativistas, uma vez que eu havia acessado, durante o trabalho de campo, aspectos que vão ao encontro das representações assentes no senso comum (ex.: “*vítimas da síndrome de Estocolmo*”, “homofobia internalizada”). Poderia apontá-los então como “excluídos” do “meio” e da “política LGBTQIA+”, “críticos às avessas da política identitária”, expressão de um “ressentimento de classe” contra essa mesma política ou “oprimidos resistindo à sua própria maneira”. Em vez disso, procurei prestar atenção nos seus discursos, nos registros das propriedades sociais incorporadas ao longo de suas biografias individuais (origens de classe e trajetórias de mobilidade social, projetos e aspirações profissionais, relação/suporte familiar, elementos disposicionais de gênero e sexualidade), nas formas como incorporaram e interpretam as estruturas sociais (Amândio et al., 2016) e nos sentidos que as suas práticas assumem para eles próprios e nos meios em que circulam.

Finalmente, os meus interlocutores não me deixaram perder de vista as razões que estiveram na base desta investigação: os desdobramentos do processo político brasileiro recente e a degradação das condições econômicas, políticas e sociais do país. Durante as entrevistas, eles faziam referência constante aos programas políticos pelos se mobilizavam, de modo que eu era simultaneamente confrontado com os elementos que me causavam certo fascínio no terreno (a articulação entre as questões de classe, raça, gênero e orientação sexual) e com aqueles que me causavam rejeição (as possíveis consequências desses programas políticos para um conjunto mais amplo da sociedade brasileira). Talvez por isso, eu acredito que pude compreender os pontos de vistas dos meus interlocutores, desenvolvendo alguma simpatia por alguns deles e até concordando em alguns pontos, sem que as minhas convicções pessoais fossem completamente abaladas por estas interações. Em suma, da mesma forma como eu não estava ali para julgá-los, eu também não estava ali para “defendê-los”, “dar voz” ou mesmo “humanizá-los”, até porque possuem voz e estatuto humano independente da minha ação enquanto cientista social. Eu estava ali para ouvi-los, compreendê-los e produzir conhecimento sociológico com base nos dados produzidos ao longo destas interações.

Contexto de produção da tese

Realizar este doutoramento “fora de casa” permitiu alargar o contato com as Ciências Sociais produzidas em língua portuguesa fora do Brasil, confrontar as minhas (poucas) certezas sobre (muitas) coisas, amadurecer profissionalmente e conhecer outras culturas acadêmicas, rotinas e modos de fazer Sociologia. Esta experiência teve impactos na produção desta tese, mais positivos do que negativos, de meu ponto de vista, particularmente a experiência da imigração. Se “brasileiro” no contexto português pode implicar em um conjunto de estigmas específicos, que se articulam com outros marcadores sociais da diferença como cor da pele, gênero e corporalidade, produzindo experiências de mobilidade distintas para diferentes indivíduos de nacionalidade brasileira na sociedade portuguesa (Pessoa, 2020). No meu caso, enquanto pessoa brasileira não branca e não heterossexual, essa experiência foi permeada, muitas vezes, por situações de desconforto.

Ser reconhecido, “decodificado” ou taxado a partir da minha nacionalidade, com todo o “pacote de significados” associados a essa decodificação, foi uma experiência nova para mim. No Brasil, eu estava habituado a ser lido a partir da cor da minha pele, dos atributos relacionados à classe social ou à minha expressão de gênero percebida como pouco masculina. Na França, onde estive por quase um ano antes de vir à Lisboa, as pessoas não conseguiam identificar de onde eu vinha com base no meu sotaque ou características fenotípicas. Uma vez anunciada a minha nacionalidade, o Brasil remetia a clichês coloniais aleatórios que iam das praias à bossa nova, passando pelo corpo das mulheres, carnaval e futebol, mas sem uma conotação particularmente negativa (pelo menos não para aquelas pessoas).

Em Portugal, a partir do momento em que percebiam o meu sotaque, as pessoas quase sempre assumiam, de forma automática, representações sociais relacionadas à pobreza, marginalidade, baixa capacidade intelectual ou hipersexualização (Pessoa, 2020). Quando descobriam que a razão da minha estadia no país era um doutoramento em Sociologia, mudavam de tom, mas questionavam, em alguns casos, como “alguém como o Rodrigo” havia chegado tão longe nos estudos. Inicialmente, procurei restringir as minhas interações sociais ao ambiente acadêmico, onde me sentia mais acolhido. Com o tempo, talvez fortalecido pela posição de privilégio propiciada pelas credenciais acadêmicas, aprendi a lidar com as situações mais desagradáveis. Fato é que a experiência do doutoramento e da imigração se deram de forma concomitante e, por conseguinte, acabaram influenciando-se mutuamente.

Pelo menos três disposições adquiridas a partir da experiência de mobilidade impactaram significativamente o desenvolvimento desta investigação. Primeiramente, foi a partir da possibilidade de ver a mim mesmo fora do meu “habitat natural” (e de observar o meu “habitat natural” com certo distanciamento) que eu pude, ao modo de Velho (1978), *estranhar aquilo que me era familiar* (no caso, o Brasil) e *relativizar aquilo que eu acreditava ser conhecido* (ex.: a língua portuguesa, a minha identidade enquanto indivíduo e cidadão). Em segundo lugar, foi a partir da vivência enquanto imigrante, daquele que é imediatamente “decodificado” a partir de uma categoria social constituída e atribuída à revelia de si próprio, que pude desenvolver uma certa sensibilidade e curiosidade por aquilo que as pessoas vivenciam, pensam e sentem para além daquilo que estas categorias sociais são capazes de descrever. Eu próprio, em um exercício de “autorrevisão crítica”, passei a questionar muitas das identidades sociais que abracei “deliberadamente” ao longo da minha trajetória pessoal. Finalmente, esta experiência me permitiu desenvolver certa habilidade para navegar por entre espaços “desconhecidos”, onde eu não tinha muito a fazer a não ser observar, ouvir e tentar compreender aqueles que eram (ou se anunciavam) enquanto diferentes de mim.

Produzir esta tese fora do Brasil também ofereceu algumas vantagens do ponto de vista do acesso ao terreno. Em novembro de 2019, estive no Brasil por algumas semanas com o intuito de realizar uma primeira leva de entrevistas. Além de aceder ao terreno, tinha a expectativa de recolher contatos para entrevistas posteriores (*online* ou mesmo *offline*, caso fosse possível retornar ao país em 2020) e, quem sabe, fazer algum trabalho de observação. Àquela altura, a situação política e econômica do país não era melhor que em 2015. Com Jair Bolsonaro na Presidência da República a partir de janeiro de 2019, intensificaram-se os ataques de parte da imprensa, movimentos antidemocráticos e do próprio poder executivo às instituições de ensino superior público, ao discurso científico e, particularmente, à produção do conhecimento na área das Ciências Humanas. Ao longo do doutoramento, eu próprio encontrei no continente europeu, por ocasião de congressos e seminários, outros pesquisadores brasileiros da área das ciências sociais que haviam deixado o país após terem recebido ameaças. Esse clima de “caça às bruxas” certamente não favorecia a realização de um trabalho sociológico interessado em entrevistar apoiantes ou simpatizantes do Presidente da República. Durante algum tempo, tive receio de ser recebido no terreno com desconfiança ou hostilidade.

Para a minha surpresa, as coisas não foram bem assim. Tão logo anunciava as minhas credenciais acadêmicas internacionais, os meus interlocutores mais desinteressados mudavam de atitude, respondendo positivamente aos pedidos de entrevista. Essa tendência se repetiu no

caso dos parlamentares, quando os pedidos eram direcionados primeiramente ao assessores e chefes de gabinete. Tanto pessoalmente quanto por telefone, a reação desses funcionários mudava rapidamente quando eu dizia que era pesquisador de uma universidade portuguesa. “Ah, então você está estudando na Europa?”, perguntou um assessor, até então pouco impressionado com os termos “pesquisa”, “entrevista” e “sociologia”. Percebi que o capital simbólico (Bourdieu, 2013) representado por estas credenciais funcionava como uma espécie de código de acesso ao terreno e passei a mencionar, sempre que possível, as minhas filiações institucionais logo após o meu nome.

Essas credenciais permitiram que eu fosse visto como um agente “de fora”, alguém que, apesar da nacionalidade brasileira, não estava imerso no clima de “polarização política” vigente. Consequentemente, eu pouco fui interpelado a respeito das minhas posições políticas pessoais, fato que se mostrou benéfico para a minha circulação no terreno. Também contribuiu para me posicionar como alguém “relevante” em um campo no qual eu era um completo desconhecido e, portanto, dispunha de pouco ou nenhum capital social para acessar determinados espaços (como, por exemplo, os corredores dos parlamentos). Com efeito, é bem possível que essas credenciais tenham ajudado a atenuar uma “primeira impressão” provocada pelos marcadores sociais da diferença que me acompanham e que possuem ressonância no contexto brasileiro: uma pessoa não branca, com um sotaque que não remete ao eixo Rio-São Paulo (centro de poder político, cultural e econômico do país) e sem um apelido/sobrenome que “falasse por si só”. Diante disso, passei mesmo a questionar se a recepção teria sido parecida se eu apresentasse as credenciais de uma instituição de ensino superior brasileira.

A impressão de ser interpretado como um agente “externo” ao contexto político brasileiro foi confirmada ao longo das entrevistas. Os meus interlocutores quase sempre diziam coisas como “*Não sei se você sabe o que tem acontecido aqui*”, “*Vou te explicar porque, como você não está morando aqui...*” ou “*Eu não sei como é em Portugal, mas aqui...*” como se eu fosse uma espécie de estrangeiro sem mesmo sê-lo. Embora acompanhasse a situação do país por meio de noticiários e debates acadêmicos, além de conversas regulares com familiares, amigos e colegas, procurei manter uma postura aberta e interessada a todo o tipo de explicação deste tipo, assumindo que, no limite, não só eu não sabia nada sobre como os meus interlocutores vivenciavam os efeitos daquela crise sanitária, econômica, política e social, como talvez eu não tivesse mesmo ideia do que era viver no país sob certas circunstâncias.

Ao longo das nossas interações, os meus interlocutores também se mostraram pouco críticos à Sociologia ou às Ciências Humanas, talvez porque, nesse caso, praticada por um

investigador vinculado a uma instituição estrangeira (e talvez aqui, faça sentido ressaltar, europeia). Eles revelaram grande interesse por Portugal, pela Europa, pelas condições de vida no exterior, oportunidades de mobilidade acadêmica e minha trajetória profissional. A estas questões, busquei responder com alguma empatia²⁵. A abertura para perguntar sobre tópicos relativos à minha vida pessoal e profissional revelou que, apesar do relativo peso que o capital simbólico representado pelas minhas credenciais acadêmicas possa ter exercido sobre os interlocutores (capital este permeado por noções de prestígio, reconhecimento e idealizações coloniais), foi possível, a partir da adoção de uma postura empática, mitigar situações de violência simbólica, convertendo este capital numa componente vantajosa para a investigação. Eventualmente, eu não estava ali somente para “recolher” dados, mas para trocar informações, estabelecendo uma via de mão dupla que certamente contribuiu para alargar o escopo das nossas interações e aprofundar uma relação de confiança.

Por último, a pandemia do novo coronavírus, decretada emergência global pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020, teve os seus impactos no desenvolvimento desta investigação. Desde as primeiras versões do projeto de tese, as leis de imigração que regulam os deslocamentos para os portadores de visto de estudante de ensino superior no Espaço Schengen apresentavam-se como entrave para que eu permanecesse no Brasil por longos períodos para fins de investigação. Este foi um fator crucial, associado às características do meu objeto de investigação, para que eu incorporasse métodos e técnicas *online* ao meu desenho de pesquisa desde o início. Entretanto, após a imersão bem-sucedida no terreno em novembro de 2019, que permitiu a realização das quatro primeiras entrevistas em um espaço de doze dias na cidade de São Paulo, eu havia considerado a possibilidade de voltar ao país no ano seguinte para dar continuidade às entrevistas pessoalmente, intercalando períodos de terreno *online* e *offline*. Com a chegada da pandemia, estes planos foram frustrados. Não somente as conexões aéreas entre Brasil e Portugal foram interrompidas ou limitadas em vários momentos como a situação pandêmica no Brasil, aliada a má gestão da crise sanitária por parte do governo federal, tornaram estes deslocamentos desaconselháveis. O planejamento inicial, que já previa um certo número de entrevistas *online*, foi retomado, e apesar das dificuldades de

²⁵ Uma pesquisa divulgada recentemente pelos meios de comunicação brasileiros revelou que 56% dos jovens entre 21 e 34 anos morariam fora do país caso tivessem essa possibilidade. Entre os motivos para esta insatisfação estariam os problemas econômicos, a falta de perspectiva e a menor conexão emocional com o país. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2022/08/17/55percent-dos-jovens-brasileiros-deixariam-o-pais-se-pudessem-diz-pesquisa.ghtml>. A pesquisa também pode ser acessada na íntegra em: <https://www.anacouto.com.br/brandingbrasil/>

contactar ativistas de alguns setores políticos pela internet durante a pandemia (abordarei o tema mais adiante), foi possível concluir o terreno de forma remota.

Desafios e estratégias de acesso ao terreno

Quando esbocei as primeiras versões deste projeto de investigação em 2016 e 2017, o fenômeno dos ativismos LGBTQIA+ identificados com o campo político da direita ainda parecia algo incipiente. Três ou quatro páginas haviam “viralizado” no Facebook, alguns vídeos no YouTube tiveram considerável repercussão e alguns ativistas “pioneiros” começavam a atrair a atenção dos media. O tema havia chegado até a mim em meados de 2015, pelo Facebook. Um “amigo” nesta rede social online compartilhou um link para a *fanpage*²⁶ “Gays de Direita”, mostrando-se surpreso com o conteúdo da página. Fiquei interessado e passei a procurar por outras páginas. Encontrei pelo menos mais duas ou três. No ano seguinte, por meio de uma reportagem publicada pela *BBC Brasil*, pude identificar, de forma muito inicial, alguns atores chave daquele universo.

Os materiais recolhidos de forma exploratória na imprensa e nas redes sociais online nesta etapa preliminar constituíram a base para a elaboração do projeto. Paralelamente, dei início a um processo de revisão da bibliografia sobre movimentos sociais, ativismos online e estudos de gênero e sexualidade que perdurou até aos estágios finais da investigação. Dadas as particularidades do fenômeno, organizado principalmente em torno de *fanpages*, grupos de discussão, perfis e canais em diversas redes sociais online como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube, a internet ganhou um *status* plural no desenho da investigação: tornou-se um terreno, um instrumento de recolha de informação e documento para análise. O levantamento documental realizado em jornais digitais brasileiros como *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *BBC Brasil*, *El País* e *Agência Brasil* também foi incorporado à metodologia, uma vez que se mostrou uma fonte importante de informação sobre o tema e contribuiu para o mapeamento de atores, páginas nas redes sociais online, grupos e organizações, conexões com partidos políticos e participação em protestos. O quadro a seguir apresenta as três etapas do terreno com suas respectivas datas de início e conclusão:

²⁶ *Fanpage* ou página de fãs é uma página de acesso público a todos os usuários do Facebook que pode ser criada dentro daquela plataforma para a publicação de conteúdos por parte de empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, movimentos sociais, figuras públicas e organizações com ou sem fins lucrativos que desejem interagir virtualmente com o público ou clientes.

Tabela 1: Etapas do Terreno

	Etapas do Terreno	Duração
1ª etapa	Revisão bibliográfica; Pesquisa documental na imprensa digital brasileira (mapeamento de ativistas, páginas e grupos); Início da construção de uma cronologia de eventos.	De outubro de 2017 a dezembro de 2020
2ª etapa	Fase I: Primeira imersão no terreno <i>online</i> (com observação direta multisituada e recolha dos dados iniciais).	De março de 2018 a março de 2019
	Fase II: Segunda imersão no terreno <i>online</i> (análise de redes sociais, observação e recolha de dados concentrada em duas <i>fanpages</i> específicas, primeiras interações com os participantes, entrevistas exploratórias, construção do guião de entrevistas).	De março de 2019 a dezembro de 2020
3ª etapa	Realização das entrevistas e continuidade da recolha de informação suplementar nas redes sociais online.	De novembro de 2019 a janeiro de 2021

Fonte: Elaboração própria

A etapa exploratória do terreno *online*, iniciada em março de 2018, teve como objetivo dar continuidade ao mapeamento inaugural realizado por ocasião da elaboração do projeto, de modo a obter informações sobre eventos de protesto, temas e reivindicações levantados pelos ativistas e suas formas de ação e performances nas redes sociais online. O pontapé inicial para o terreno *online* foi a criação de um perfil profissional no Facebook com informações públicas sobre a minha filiação institucional. Este perfil foi utilizado exclusivamente para fins de investigação. De início, foram adicionados somente alguns contatos profissionais (previamente avisados sobre os objetivos do perfil) e o acesso à lista de amigos foi ocultada para evitar a exposição dos meus contatos.

A estratégia de criação deste perfil teve como objetivo: a) criar um *feed*²⁷ alimentado somente por páginas voltadas para o público LGBTQIA+ “de direita”, conteúdos publicados por futuros interlocutores e outras páginas relacionadas a este universo que permitissem uma observação mais direcionada, haja vista que a utilização do meu perfil pessoal, enviesado pelo funcionamento algorítmico daquela plataforma, dificultaria a observação de conteúdos relacionados a esta investigação de forma “isolada”, pois estes tenderiam a “competir” com

²⁷ O *feed* corresponde à página inicial do Facebook. Trata-se de uma lista de conteúdos em constante atualização com status, fotos, vídeos, links, atividades de aplicativos e curtidas de pessoas, *fanpages* e grupos seguidos pelo usuário. Estes conteúdos são apresentados de acordo com critérios e cálculos realizados automaticamente pela plataforma (por meio do chamado algoritmo) com base nos comportamentos e preferências do usuário.

outros conteúdos; b) contactar os meus potenciais interlocutores, estabelecendo uma relação baseada na transparência em relação à minha atividade profissional e credenciais académicas.

A pesquisa documental nos meios de comunicação funcionou como porta de entrada para o terreno *online*. Os dados obtidos por meio desta técnica indicaram os sites, páginas e canais que serviram como pontos de ancoragem (Simões, 2012, p. 811), que funcionaram simultaneamente como contexto de observação e documento para análise. Um levantamento inicial realizado nesta etapa exploratória indicou que o Facebook era a plataforma que reunia o maior número de *fanpages* sobre o tema nos primeiros meses de 2018 ($n = 8$). Comecei então a seguir as *fanpages* identificadas, além de páginas “curtidas” por estas mesmas *fanpages* e perfis públicos de personalidades, lideranças e referências políticas frequentemente referidas nestes ambientes (como o então deputado federal e candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro e o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho). A fim de identificar outras *fanpages*, recorri ao mecanismo de busca²⁸ do Facebook (localizado no canto superior esquerdo da página inicial). Utilizei um conjunto específico de palavras-chave que foram selecionadas com base nos resultados preliminares da pesquisa documental e na recorrência de determinadas palavras nos títulos das *fanpages* previamente identificadas. O quadro III apresenta as palavras-chave utilizadas nesta fase do terreno:

É importante salientar que o mecanismo de busca do Facebook oferece resultados enviesados pelo funcionamento algorítmico da plataforma. Sendo assim, apesar da criação de um perfil profissional que buscou imergir exclusivamente no “ecossistema” a ser observado, não é possível afirmar que a utilização desta ferramenta ofereceu resultados exaustivos, ainda que tenha sido útil para identificar outras *fanpages* sobre o tema. Neste primeiro momento, o circuito de ativismo LGBTQIA+ liberal permanecia relativamente invisível para mim, razão pela qual não foram incluídas palavras-chave relacionadas ao ativismo LGBTQIA+ liberal. Isso ocorreu, em grande medida, porque as primeiras imersões no terreno ainda eram muito orientadas pelos dados preliminares recolhidos na imprensa. Como discutirei mais adiante, os meios de comunicação social tendem a privilegiar a cobertura jornalística sobre determinados

²⁸ O mecanismo de busca de redes sociais online como o Facebook, Twitter, Instagram e YouTube permite filtrar os resultados em diversos seguimentos a depender daquilo que se procura. No caso do Facebook, é possível digitar uma palavra-chave como “gays de direita” e selecionar uma variedade de resultados entre “pessoas”, “publicações”, “grupos”, “fanpages”, “fotos”, “vídeos”, “lugares”, “eventos” e “compras”. No caso do Twitter e Instagram, há ainda a opção “hashtags”. O YouTube oferece, entre os resultados, “vídeos” e “usuários”. No caso do Facebook, o meu foco foram as *fanpages*, mas procurei, sempre que possível, averiguar os resultados obtidos em outros segmentos da plataforma na tentativa de encontrar outras pistas relevantes para a observação. No Twitter e no Instagram, o seguimento “hashtags” foi verificado com o mesmo objetivo. No caso do YouTube, os seguimentos “vídeos” e “usuários” foram igualmente observados.

temas e atores políticos, o que pode comprometer a composição do material a ser analisado. Consequentemente, eu só entrei em contato com páginas, grupos e ativistas autodeclarados liberais após meses de imersão no terreno *online*.

Embora tenham se mostrado menos relevantes em um primeiro momento, YouTube, Twitter e Instagram (onde também criei perfis profissionais) continuaram a ser monitorados, conferindo ao trabalho de observação *online* um aspecto multisituado (Simões, 2012). A minha estratégia nestas plataformas (especialmente no Twitter e Instagram) também seguiu o princípio de criação de um *feed* voltado para a observação de conteúdos relacionados ao universo em estudo. Com o intuito de identificar outras páginas, atores ou grupos nestas plataformas, foram mobilizadas as mesmas palavras-chave utilizadas no Facebook.

Tabela 2 – Palavras-chave utilizadas para a identificação de páginas relacionadas ao universo LGBTQIA+ à direita no Facebook e outras redes sociais online:

Palavras-chave gerais	Palavras-chave associadas a uma figura pública relacionada ao universo em estudo
“Gay de direita”; “Gay Conservador”; “Lésbica de direita”; “Lésbica conservadora”; “Trans de direita”; “Trans conservadora”; “LGBT de direita”; “LGBT conservador”; “Gays com Bolsonaro”; “LGBT contra o PT”; “LGBT com Bolsonaro”.	“Clodovil Hernandes”; “Gays com Clodovil Hernandes”; “Homenagem + Clodovil Hernandez”; “Fernando Holiday”; “Apoio + Fernando Holiday”; “Smith Hays”; “Karol Eller”; “Agustin Fernández”; “Douglas Garcia”.

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao YouTube, quatro canais foram inicialmente identificados como pontos de ancoragem (três ativistas autodeclarados gays e uma ativista autodeclarada lésbica). Dado que muitos atores relevantes deste universo também aparecem de forma recorrente em vídeos publicados por outros canais do meio “liberal”, “conservador” ou “de direita”, e que os jornais digitais também publicavam reportagens audiovisuais sobre o tema nesta plataforma, a minha imersão quase sempre excedia os quatro pontos de ancoragem iniciais, levando-me a explorar uma rede mais ampla de canais. Descontando o tempo de busca, o meu trabalho no YouTube consistiu em assistir cerca de 30 horas de vídeos sobre o tema. Foi ainda identificado um blog anônimo lançado em 2009 intitulado *Gays de Direita*, hospedado na plataforma Blogspot.

Durante cerca de um ano, aprofundi o mapeamento do terreno e recolhi informações sobre a mobilização destes ativistas nas cinco plataformas mencionadas por meio de observação direta com frequência de três a quatro dias por semana. Um caderno de campo

(aproximadamente 200 páginas) foi alimentado com impressões, rotinas e anotações sobre a participação dos ativistas em eventos de protesto (*online* e *offline*), temas/reivindicações e formas de ação/performances (*online* e *offline*). Recolhi textos e imagens relacionados ao conteúdo destas anotações e transcrevi os áudios dos vídeos que considere mais relevantes. É importante frisar que os perfis pessoais de alguns dos meus futuros interlocutores só foram adicionados posteriormente e não constituíram pontos de ancoragem para a observação etnográfica em nenhuma etapa da pesquisa, a fim de preservar o direito à privacidade. No caso daqueles cujo ativismo era “visível” por meio de fotos, relatos e vídeos publicados nas fanpages de “gays de direita”, a observação buscou anonimizar as suas ações enquanto ativistas.

Para além avançar no mapeamento do terreno, esta fase exploratória da imersão *online* permitiu ainda identificar a linguagem utilizada pelos meus futuros interlocutores no contexto de suas interações e produção de conteúdo *online*, expertise que se revelou fundamental para uma boa condução das entrevistas compreensivas (Kaufmann, 1996). Com base nos dados obtidos, também foi elaborada uma lista de possíveis ativistas a serem contactados e teve início a confecção do guião de entrevistas a ser utilizado na etapa posterior.

Outro dado importante referente a esta etapa da investigação diz respeito aos grupos privados de discussão ($n=6$) no Facebook. Embora desempenhem um papel fundamental na estruturação deste tipo de ativismo naquela plataforma, a observação destes grupos não foi realizada devido à impraticabilidade de garantir o consentimento livre e informado de todos os membros reunidos nestes fóruns (a maioria ultrapassa 300 participantes), exigência estabelecida em 2018 pelo novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)²⁹ vigente

²⁹ O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que estabeleceu, a partir de maio de 2018, uma nova política de confidencialidade, circulação, tratamento e proteção de dados pessoais (particularmente de dados considerados sensíveis) em território europeu, ainda teria outros impactos para esta investigação. Efetivamente, as mudanças propostas pelo regulamento causaram significativa preocupação na comunidade científica (Dove, 2018), particularmente entre investigadores que realizam pesquisa na internet (Kotsios et al., 2019), pois levantou-se a possibilidade dos novos parâmetros funcionarem como barreira tanto para a inovação científica quanto para a liberdade de investigação na União Europeia (Vayena, 2019). O debate sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e suas implicações para a atividade científica na União Europeia é extenso e suas nuances fogem do escopo desta tese. Uma vez que o texto do RGPD é longo, complexo e não foi redigido tendo como público-alvo os pesquisadores da área das humanidades, autores de diferentes disciplinas como Dove (2018) e Kotsios et al. (2019) têm buscado discutir os pormenores, controvérsias e implicações deste regulamento para a investigação na área das ciências sociais. Após uma longa consulta ao texto original e ao debate na literatura, verifiquei que muitos dos princípios que fundamentam o RGPD (direito ao consentimento e à privacidade; processamento justo, lícito e transparente dos dados; utilização dos dados para finalidades específicas, sem que sejam reutilizados posteriormente para outros propósitos sem permissão; garantia de proteção dos dados recolhidos, ver mais em Kotsios et al., 2019, p.12:6) já são assegurados por outros códigos de ética da investigação sociológica mobilizados no contexto desta investigação (APS, AoIR, Comissão Europeia). Desta forma, apenas adotei providências adicionais no sentido de aperfeiçoar os procedimentos metodológicos da investigação à luz do novo regulamento e resguardar o direito ao anonimato dos usuários das páginas analisadas. Para acessar o RGPD: https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/data-protection-eu_pt

na União Europeia. Deste modo, as dinâmicas ativistas internas a estes grupos foram exploradas ao longo das entrevistas, tendo sido possível obter dados relevantes sobre como funcionam, quais as principais atividades desenvolvidas pelos participantes naquele espaço e a relação entre *fanpages* e grupos privados de discussão.

É importante mencionar que, nesta investigação, foram excluídas quaisquer referências que pudesse remeter à identidade dos moderadores ou usuários das páginas, alguns dos quais se tornaram meus interlocutores. Eventualmente, são mencionadas as *fanpages* de personalidades públicas, como aquelas dos dois parlamentares que me concederam entrevista (Fernando Holiday e Douglas Garcia), mas elas não constituem uma unidade de análise *per se*. Com o intuito de garantir a lisura e legitimidade destes procedimentos, submeti, em outubro de 2020, um pedido de parecer técnico ao Conselho Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Em novembro do mesmo ano, foi emitido, em nome da Prof.^a Rosário Mauritti, Presidente deste Conselho, um parecer favorável às práticas de anonimização de dados *online* adotadas no contexto desta investigação, nomeadamente a utilização de publicações/memes em formato de texto e imagem sem referência direta aos autores, com exclusão da seção de comentários e recurso à paráfrase no caso da reprodução de comentários dos usuários que frequentam as páginas analisadas.

Adicionalmente, optei por direcionar os convites de entrevistas para os ativistas que atuavam como moderadores e seguidores/colaboradores das duas *fanpages*, na tentativa de garantir maior conexão entre o nível *meso* (processo de produção de sentido a nível organizacional) e *micro* (processos de engajamento individual) da análise. Os primeiros contatos com os ativistas foram feitos pelo Messenger, aplicativo de mensagens instantâneas do Facebook. Foram enviadas mensagens privadas diretamente aos ativistas por meio da caixa de mensagens do aplicativo Messenger, localizada no canto superior direito de suas páginas pessoais³⁰. Os primeiros contatos realizados por meio do aplicativo Messenger foram bem-sucedidos e os participantes contatados demonstraram interesse em conceder entrevistas. O trecho a seguir ilustra o tipo de abordagem adotada perante os ativistas no contexto das redes sociais online (e, posteriormente, por e-mail e outros aplicativos de mensagem):

³⁰ Como o Facebook filtra automaticamente as mensagens enviadas por usuários que ainda não foram adicionados como “amigos”, esta abordagem tende a ser altamente desvantajosa caso um convite de amizade não seja enviado na sequência do primeiro contato, a fim de chamar a atenção do destinatário para a mensagem recebida. Caso contrário, a mensagem fica retida em uma caixa de entrada de difícil visualização. Receoso de que estes convites de “amizade” soassem invasivos, eu tentei, sempre que possível, deixar claro para os interlocutores que eles tinham como objetivo chamar a atenção para a mensagem enviada, deixando o caminho livre para que eles decidissem se queriam ou não a minha presença na sua lista de “amigos”. Alguns adicionaram o meu perfil, ao passo que outros preferiram trocar mensagens sem estabelecer uma relação de “amigo”.

Olá (...), tudo bem? O meu nome é Rodrigo Cruz e eu sou doutorando em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Estou desenvolvendo a minha pesquisa de tese sobre homens que se identificam enquanto gays e de direita no Brasil. Cheguei no teu nome porque venho acompanhando várias páginas sobre o tema aqui no Facebook e também algumas reportagens veiculadas recentemente pela imprensa, como aquela publicada no jornal (...). Os estudos sociológicos sobre esse tema são muito escassos e, no Brasil, mesmo inexistente. E eu acredito que é importante trazer esse debate para a academia. Eu estarei em São Paulo em novembro e gostaria muito de conversar contigo e fazer uma entrevista. O que você acha? Cordialmente, Rodrigo (Elaboração própria).

Como eu estava em Portugal à época dos primeiros contatos, aproveitei a oportunidade para conversar, criar alguma relação de proximidade e tirar uma ou outra dúvida sobre as *fanpages* observadas. O contato com os dois parlamentares (Fernando Holiday e Douglas Garcia), por outro lado, precisou ser feito *in loco*. Durante uma estadia de 15 dias em São Paulo, em novembro de 2019, realizei duas entrevistas com ativistas previamente contatados pela internet e intensifiquei os contatos com as assessorias dos parlamentares. Depois de vários telefonemas, e-mails, mensagens no Facebook, idas à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa e até contatos com jornalistas (realizados por meio da minha rede de contatos profissionais na cidade de São Paulo, onde exerci a profissão de jornalista entre os anos de 2010 e 2015), consegui chamar a atenção dos assessores (e eventualmente dos próprios parlamentares), agendando ambas as entrevistas. Neste período, foram realizadas quatro entrevistas presenciais, as outras duas em restaurantes escolhidos pelos meus interlocutores em zonas da cidade que facilitavam os seus deslocamentos.

Com a chegada da pandemia de Covid-19 no primeiro trimestre de 2020, os métodos e técnicas digitais tornaram-se fundamentais para a recolha de informação tanto sobre o *online* quanto sobre o *offline*, de modo que as outras 14 entrevistas foram realizadas pela internet. Sobre esta estratégia de investigação, Simões (2012, p. 793) argumenta “ser possível obter informação acerca da realidade fora da internet através de uma recolha realizada (também) *online*”, recorrendo, com devida atenção às particularidades da internet, a um conjunto de metodologias geralmente utilizadas nos terrenos habituais das ciências sociais.

Métodos, técnicas e procedimentos

Nesta investigação, adotei uma perspectiva longitudinal para compreender o processo de constituição dos ativismos LGBTQIA+ na cena pública. O período analisado vai de junho de 2013, quando surgiram as primeiras páginas dedicadas ao tema na Internet, até os fins de 2020, quando algumas dessas iniciativas começaram a ganhar uma contraparte *offline*. Do

ponto de vista deontológico, busquei fundamentação nos códigos de ética da Associação Portuguesa de Sociologia (APS, 2008), nas diretrizes estabelecidas pela Carta Europeia do Investigador (Comissão Europeia, 2005) e nas mais recentes recomendações éticas da Associação Internacional de Pesquisadores da Internet (Franzke et al., 2020).

Do ponto de vista metodológico, recorri a uma estratégia de triangulação de dados empíricos (Denzin, 1970, 1978; Flick, 2018) produzidos a partir da aplicação de diferentes métodos e técnicas de investigação qualitativas: a) pesquisa documental nos meios de comunicação digitais do Brasil; b) imersão etnográfica nas redes sociais online; c) e a realização de entrevistas compreensivas (Kaufmann, 1996, Ferreira, 2014) com ativistas LGBTQIA+ autodeclarados “de direita”. Foram considerados ativistas os indivíduos com experiência de engajamento político nos domínios *online* e *offline* que se reconhecem como tal (moderadores das *fanpages* selecionadas no Facebook, membros de grupos privados de discussão ligados a estas *fanpages*, membros de organizações de movimentos sociais, parlamentares/ativistas e atores com múltiplas filiações que transitam por este universo). Do ponto de vista analítico, mobilizei quatro tipos de análise (análise de conteúdo, análise descritiva, análise de redes sociais, e análise de correspondências múltiplas)³¹.

Duarte (2009) defende que a estratégia de triangulação de dados empíricos não tem como objetivo produzir uma visão unitária acerca de determinado objeto de estudo, com vistas à obtenção de uma suposta “verdade”. Trata-se antes de integrar diferentes perspectivas (Kelle, 2001), abrir espaço para a descoberta de paradoxos e contradições (Kelle & Erzberger, 2005) e oferecer “uma compreensão abrangente de uma situação social complexa” (Flick, 2018, p. 528). Tendo em vista que a triangulação de dados empíricos implica na integração analítica de diferentes aspectos de um mesmo fenômeno, os investigadores tendem a convocar também múltiplas perspectivas teóricas para dar conta da análise e interpretação (Duarte, 2009). “Mesmo que realizada apenas em parte, essa estratégia pode contribuir para a gestão e promoção da qualidade da pesquisa qualitativa” (Flick, 2018, p. 531).

Ao longo da investigação, dados com origens distintas foram submetidos a diferentes tipos de análise e com objetivos diversos. Em alguns casos, um determinado conjunto de dados foi submetido a mais de um tipo de análise. Por exemplo, os dados obtidos durante a imersão etnográfica serviram como base para uma análise descritiva, para uma análise de redes sociais (ARS) e para uma análise de conteúdo. Já os dados produzidos por meio da realização de

³¹ As técnicas de análise são abordadas de maneira difusa ao longo desta seção e a discussão específica em torno de suas aplicações reaparece no decorrer da tese.

entrevistas (precedida da aplicação de um questionário sociodemográfico) ofereceram subsídios tanto para uma análise de correspondências múltiplas (ACM) quanto para uma análise de conteúdo. A combinação destes diferentes conjuntos de dados foi mobilizada ao longo dos quatro níveis de análise (*macro*, *meso* e *micro*).

Pesquisa documental na imprensa

Nesta investigação, a pesquisa documental nos meios de comunicação digitais brasileiros teve como principal objetivo a reconstituição do ambiente político mais amplo, procedimento fundamental para a análise do confronto político nos moldes propostos pela literatura (McAdam et al., 2009; Tilly e Tarrow, 2015), particularmente para a análise das oportunidades e restrições políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996). Esta técnica também permitiu identificar eventos, atores, repertórios, *frames*, grupos e conexões no interior do universo em estudo, oferecendo pistas importantes tanto para a imersão etnográfica *online* quanto para a elaboração do guião de entrevistas. A opção pela recolha de informação nos meios digitais se deu em função do baixo custo deste tipo de pesquisa, uma vez que o acesso aos meios impressos exigiria uma estadia mais longa em solo brasileiro e também um investimento financeiro mais avultado. Tendo em conta que os textos midiáticos não cumprem apenas a função de informar sobre os acontecimentos relevantes de uma sociedade, mas também emitem juízos, percepções, valores, emoções e tendências editoriais que interferem tanto naquilo que é noticiado quanto no modo como é noticiado, a possibilidade de consultar, num primeiro momento, uma ampla variedade de fontes, se mostrou pertinente no sentido de obter uma perspectiva mais ampla do contexto e da temática analisada.

A captação do material se deu principalmente por meio da criação de um *feed* personalizado, ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Google Notícias, agregador de notícias e aplicativo desenvolvido pelo Google. A fim de ampliar o escopo da pesquisa, foram criados alertas nesta ferramenta com base nas mesmas palavras-chave utilizadas nos mecanismos de busca das redes sociais online. Deste modo, cada vez que uma nova notícia sobre o tema era publicada, um alerta era enviado para o meu e-mail de trabalho. Inicialmente, esta técnica se mostrou pouco produtiva, dado o baixo volume de notícias publicadas. Em muitas ocasiões, eu tomava conhecimento de reportagens sobre o tema pelas redes sociais online antes mesmo de receber um alerta por e-mail, o que às vezes sequer chegava a acontecer. Porém, algumas notícias não teriam sido rastreadas não fosse o auxílio desta ferramenta.

Ao longo de pouco mais de três anos, foram encontrados 63 registros dedicados ao tema no período em análise (2013-2020), uma média de 9 registros por ano, sendo a maior parte ($n=60$) correspondente ao período 2016-2020. Foram selecionados notícias, entrevistas e artigos de opinião que se referiam a um ou mais indivíduos auto identificados como LGBTQIA+ e “de direita” ou que versavam sobre esta temática no período histórico analisado. Todas as 63 notícias foram organizadas em uma tabela no Excel por: palavra-chave; data de publicação; nome do veículo de comunicação; manchete; tipo de media, gênero textual (reportagem, entrevista, artigo de opinião); breve descrição em até 20 palavras; se contém dados relevantes para o mapeamento; se sim, quais e de que tipo; e link para o arquivo em PDF.

Encerrado o período de recolha de informação, verifiquei, a partir da sistematização dos dados, que quatro veículos de comunicação de abrangência nacional concentravam quase um terço das notícias encontradas ($n=25$), a saber: *Folha de S.Paulo/UOL* e *Grupo Globo/Revista Época* (dois órgãos de imprensa originalmente brasileiros) e *El País Brasil* e *BBC Brasil* (versões em língua portuguesa de dois veículos internacionais com escritórios no Brasil). Do ponto de vista qualitativo, também verifiquei que estes quatro veículos foram aqueles que dedicaram maior destaque e espaço para notícias factuais, entrevistas e reportagens sobre o tema. Tendo em conta este diagnóstico, foi constituído um *corpus de análise* de tamanho reduzido, apenas com notícias publicadas nos quatro veículos selecionados. As notícias recolhidas em outros veículos foram utilizadas para efeito de controle da fonte principal.

Para analisar este *corpus* principal, optei pela técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 2006) com codificação em MAXQDA, utilizando um conjunto de variáveis descritivas criadas para este fim: contexto da notícia; evento documentado (caso a notícia fizesse referência a algum evento); local; data; atores envolvidos; tipo de ator envolvido (individual ou coletivo); temas em discussão; reivindicações; motivações; alvos do protesto ou reivindicação; organizações de movimento social envolvidas; partidos políticos identificados; tipo de ação ou performance; tipo de conflito (se era violento, convencional ou simbólico/comportamental), imagens disponíveis; representação midiática (se a representação foi positiva, negativa, mista); e abordagem da notícia (irônica, exotizante, compreensiva). Este procedimento deu origem a uma grelha de análise utilizada principalmente para fins de compreensão do contexto político, mapeamento do terreno e complementariedade das análises biográficas e de *frames*. Embora não constitua o foco principal desta investigação, as representações dos media acerca do fenómeno se mostrou um aspecto pertinente para a compreensão do processo político, particularmente do modo como a imprensa foi alterando o tratamento conferido aos ativistas

na medida em que se alteravam as condições do ambiente político. Segundo Gunter (2000), a análise de conteúdo aplicada ao texto jornalístico pode ser particularmente útil para descrever padrões ou tendências nas representações dos meios de comunicação social, além de examinar a representação de determinados grupos na sociedade.

Imersão etnográfica online

Para adentrar o universo *online* dos ativistas autodeclarados LGBTQIA+ à direita, recorri a abordagem etnográfica (Hammersley & Atkinson, 2000). Em linhas gerais, a etnografia envolve a participação do pesquisador na vida diária de um grupo social particular por um longo período de tempo, observando o que acontece (de forma direta ou participante), ouvindo o que é dito, fazendo perguntas informais e/ou entrevistas formais, produzindo registros audiovisuais ou coletando documentos e artefatos, de modo a reunir qualquer dado disponível que permita lançar luz sobre as questões de investigação (Hammersley & Atkinson, 2000, p. 3). Também costuma envolver a descrição dos processos de recolha e análise dos dados empíricos (Caria, 1999), uma reflexão analítica sobre a posição do investigador (Parreiras et al., 2020), contextualização detalhada e alguma sensibilidade relativamente àquilo que se procura descrever (Ingold, 2017). Para Hine (2020):

Como um método de pesquisa, a etnografia é distinta em seu uso das experiências corporificadas do/a pesquisador/a como um de seus meios primários de descoberta (...). Uma etnógrafa deve imergir no cenário e tentar ver a vida a partir do ponto de vista daqueles que habitualmente povoam aquele cenário. Ao fazer isso, ela pode trazer de volta um *insight* único sobre como a forma de vida que ela estuda faz sentido para aqueles envolvidos na mesma (Hine, 2020, p.2).

Nesta investigação, a abordagem etnográfica foi dirigida principalmente ao terreno *online*, tendo como ponto de partida uma imersão de longa duração no universo *online* dos ativismos LGBTQIA+ à direita no contexto brasileiro (entre abril de 2018 e dezembro de 2020, com incursões adicionais em janeiro de 2021). Esta opção metodológica esteve relacionada às particularidades do meu objeto de investigação, cuja construção apontava, desde o início, para um modo de organização, funcionamento e difusão centrado nas redes sociais online. Posteriormente, com a chegada da pandemia de Covid-19, que limitou a possibilidade de novas incursões no terreno *offline*, esta abordagem ganhou maior relevância para a finalização do estudo. Embora o ativismo LGBTQIA+ à direita não esteja restrito ao *online*, a incorporação desta perspectiva ao estudo permitiu apreender aspectos relevantes sobre as práticas, discursos e percepções dos ativistas em ambos os domínios, uma vez que “interesses e práticas existentes

offline se ramificam e interligam com práticas existentes *online*” (Simões, 2012, p. 797). Tratou-se, portanto, daquilo que Kozinets (2010, p. 64) chamou de investigação *em* uma “comunidade online” e não *sobre* uma “comunidade online”, com um olhar dirigido para aspectos da ação naquele ambiente que informavam sobre o fenômeno social mais amplo.

Embora a distinção *online* e *offline* continue a se mostrar pertinente do ponto de vista analítico, exigindo ponderação no que diz respeito à metodologia aplicada (Kozinets, 2010; Slater, 2002), compreendo, neste estudo, que o campo do confronto político do qual emergiram os ativismos LGBTQIA+ à direita possui um caráter híbrido (*online* e *offline*). Neste ambiente, os atores políticos combinam as lógicas da *ação coletiva* e *conectiva* (Bennett e Segerberg, 2012; 2013), sendo difícil, em várias situações, identificar onde começam e terminam algumas das práticas *online* e *offline* dos ativistas em estudo, pois mesmo as práticas mais significativamente *offline* possuem algum tipo de contraparte *online* e vice e versa.

Diante dos desafios de imergir em um terreno marcado pelo dinamismo, hibridismo e fluxo contínuo de informações, busquei inspiração tanto nos contributos oferecidos pela literatura sociológica e antropológica metodologicamente fundamentada em abordagens etnográficas *online* (Hine, 2000; 2020; Miller & Slater, 2004; Parreiras, 2008; 2009; 2012; Miskolci, 2009; 2016; Simões, 2010; 2012; Adelman et al., 2015; Santos, 2020), quanto nas reflexões acerca da etnografia “clássica” *offline* (Hammersley & Atkinson, 2000; Perlongher 1987; Bourdieu 1979; 2006; Bourdieu & Bourdieu, 2006). Neste quadro, a abordagem incorporada, corporificada e cotidiana advogada por Hine (2000; 2020) assim como a perspectiva multissituada, interdependente e adaptável proposta por Simões (2010; 2012) revelaram-se fontes de inspiração relevantes. Quanto à aplicação da metodologia etnográfica, uma das questões de partida esteve relacionada à minha presença no terreno *online*:

A fim de fazer isso, temos que nos afastar de pensar o “estar lá”, que caracteriza a etnografia, como algo que requer uma forma localizada de presença (BEAULIEU 2010), de modo a focalizar mais claramente os aspectos experimentais da metodologia, em que “experiência” pode ser desenvolvida de múltiplas maneiras, incluindo, dentro de suas atribuições, várias formas mediadas de experiência. Um etnógrafo, mesmo na era da Internet, continua a desenvolver uma forma distinta de conhecimento através do estar, fazer, aprender e praticar e por uma associação próxima com aqueles que fazem o mesmo no decorrer de suas vidas cotidianas. Em um mundo repleto de mídias, a associação próxima pode vir a significar proximidade por meio de interações mediadas e a etnografia precisa estar pronta para se adaptar a essa forma de proximidade tanto quanto à proximidade física — mas sem perder de vista os princípios originais que motivam o engajamento etnográfico e que fazem da etnografia uma forma de conhecimento distinta e perspicaz (Hine, 2020, p. 4).

A noção de “imersão” que utilizo para descrever esta etapa do terreno fundamenta-se na ideia do engajamento em práticas de observação relevantes para a compreensão do universo em estudo, e não necessariamente na presença física num lugar específico do terreno (Hine, 2009, p. 12). Hannerz (1992) sugere que a etnografia, quando interpretada estreitamente como o estudo de um determinado território, pode implicar numa certa injustiça à complexidade cultural das sociedades contemporâneas, pois “como sistemas coletivos de significado, as culturas pertencem principalmente às relações sociais e às redes dessas relações” (Hannerz, 1992, p. 39), referindo-se aos lugares apenas indiretamente e sem necessidade de lógica. Nesse sentido, “quanto menos as pessoas ficam paradas em um lugar, e também quanto menos dependentes suas comunicações são dos contatos face a face, mais atenuada se torna a ligação entre cultura e território” (Hannerz, 1992, p. 39).

Na etapa exploratória do estudo, a distribuição geográfica não constituiu o principal critério de seleção dos casos analisados. Com base na observação preliminar conduzida para fins de construção do projeto, pude verificar que os ativistas em estudo estavam conectados a partir de diferentes regiões do Brasil, às vezes a partir de pontos bastante remotos, o que tornaria eventuais deslocamentos físicos financeiramente dispendiosos. Em vez de tomar esta informação como um constrangimento para a operacionalização do estudo, tentei interpretá-la como um dado fundamental para a compreensão do meu terreno: os ativistas autodeclarados LGBTQIA+ “de direita” organizam-se a partir de uma rede de páginas, grupos e canais entre múltiplas plataformas *online*, conferindo ao fenômeno um caráter descentralizado e que remete a uma multiplicidade de territórios *offline*. Aqui, é a rede quem permite construir significados e estabelecer as relações sociais necessárias à ação política, e não a presença em um território físico particular. Ao contrário, a rede oferece os instrumentos necessários para romper com o isolamento territorial ao qual estão estavam submetidos alguns dos atores.

Dadas as particularidades da internet, a literatura tem argumentado que os ambientes digitais demandam mudanças na forma como os estudos etnográficos são conduzidos (Hine, 2020). Não há, entretanto, um consenso sobre como a etnografia *online* deve ser colocada em prática, pois a fluidez e modularidade da internet tornam complexas quaisquer tentativas de prescrever estratégias capazes de funcionar em todos os cenários (Boellstorff et al, 2012). Por este motivo, a literatura tem focalizado a discussão em torno de estratégias aplicadas com sucesso em casos específicos, em diálogo permanente com os acúmulos oferecidos pela literatura sobre etnografias *offline* (Simões, 2012; Boellstorff et al, 2012; Hine, 2009; 2020).

Esta postura aberta à contingência busca valorizar o caráter adaptável, experimental e “laboriosamente construído” (Amit, 2000) que está no cerne do método etnográfico.

Para Simões (2012), ainda que vários dos princípios epistemológicos e das orientações metodológicas implementadas num estudo *online* sejam compatíveis com aqueles que conhecemos e aplicamos no *offline*, o terreno *online* apresenta particularidades que exigem preocupações específicas. Destacam-se, nesse sentido, a intangibilidade do terreno *online* e os atributos específicos dos seus conteúdos. A primeira diz respeito às dificuldades em delimitar as fronteiras espaciais do objeto investigado na internet. “De facto, as fronteiras de um universo (...) fora da internet e a sua correspondência na internet podem não ser inteiramente claras nem completamente coincidentes” (Simões, 2012, p. 795). A segunda refere-se ao fato dos conteúdos *online* possuírem atributos específicos: caráter fluido; convergência midiática entre textos, imagens, vídeos e áudios; incorporeidade, multiplicidade da presença *online* e a possibilidade de anonimato dos usuários/autores, os quais atuam simultaneamente como produtores e consumidores de conteúdos, tornando porosas, neste contexto, as fronteiras entre produção e consumo (Simões, 2012).

A fim de evitar eventuais problemas metodológicos relacionados às particularidades do ambiente *online*, procurei circunscrever a minha análise a espaços bem delimitados e tipos específicos de conteúdo. Por exemplo, tendo em conta que as fronteiras do universo *online* em estudo são imprecisas e o volume de informação disponível imensurável, a imersão partiu de um mapeamento mais amplo em cinco plataformas *online* (Facebook, YouTube, Twitter, YouTube e Instagram). Posteriormente, selecionei apenas dois casos a serem analisados em profundidade, nomeadamente duas *fanpages* no Facebook, cada uma delas gerida por um coletivo ativista reunido em torno de um grupo privado de discussão na mesma rede social online. As *fanpages* foram selecionadas com base em uma Análise de Redes Sociais (ARS) (Wasserman e Faust, 1999), tomando como critério o volume de relações estabelecidas dentro da rede. Prática comum no contexto da pesquisa etnográfica (Hammersley & Atkinson, 2000, p. 3), a circunscrição do terreno a ambientes mais estreitos tem sido recomendada também no contexto da etnografia *online*, “seja como um fenómeno interessante por si só ou como um *insight* sobre a constituição local de um fenómeno mais amplo” (Hine, 2009, p. 9).

Uma vez que estas *fanpages* criam, publicam e compartilham uma grande variedade de conteúdos em diferentes formatos (texto, foto e vídeo), a análise da totalidade destes materiais exigiria também a combinação de uma multiplicidade de técnicas de análise, o que poderia ainda dificultar a comparação posterior entre os diferentes conteúdos. Considerando o

calendário da investigação e o volume de trabalho, optei por analisar sobretudo os memes políticos em formato de texto e imagem, recorrendo, eventualmente, a trechos específicos de publicações textuais. Deste modo, foi possível submeter um mesmo tipo de conteúdo (o meme político em seus atributos discursivos particulares) a um mesmo tipo de análise (neste caso, a análise de conteúdo), favorecendo a comparação entre duas *fanpages* que, apesar de distintas, atuam dentro de uma configuração específica numa mesma plataforma (o Facebook) e com objetivos mais ou menos parecidos (tornar visíveis os ativismos LGBTQIA+ de cariz liberal e conservador). Essa postura metodológica procurou colocar em prática aquilo que Wacquant (2006) referiu como sendo “a transferência metódica de esquemas conceituais e resultados empíricos de um [lugar] para o outro” no contexto da etnografia multisituada³². Por fim, foram realizadas entrevistas compreensivas com os moderadores e colaboradores das *fanpages/grupos* selecionados, a fim de melhor compreender as dinâmicas organizacionais, repertórios, construções identitárias e produção de sentido no interior destes grupos.

Entrevistas compreensivas

No contexto desta investigação, a realização das entrevistas semiestruturadas teve como inspiração teórica a abordagem metodológica dos retratos sociológicos (Lahire, 2004), com recurso à técnica da entrevista compreensiva (Kaufmann, 1996). Fundamentado em uma teoria da prática assente na gênese plural, contextual e transferível das disposições, o dispositivo dos retratos sociológicos permite reconstruir os processos de interiorização do patrimônio de disposições individuais dos atores sociais com base na recolha de dados sobre seus percursos biográficos, com base nos pressupostos da teoria da pluralidade disposicional discutida no capítulo 1. A especificidade do retrato sociológico reside na elaboração de um guião de entrevista capaz de questionar o ator sobre os seus posicionamentos em diferentes esferas da vida. Esta estratégia está relacionada aos pressupostos da teoria do ator plural, pois Lahire (2002) compreende que os esquemas de percepção da realidade, capacidades cognitivas e inclinações necessárias para agir são continuamente transferidos de um domínio de atividade para o outro. Contudo, não há nesta proposta a ambição de obter uma visão holística do ator social. O que se pretende é favorecer um processo de *objetivação da subjetividade* que permita ao investigador identificar as marcas do social incorporado na ação individual, de modo a estabelecer pontes entre os contextos macro e microsociológicos (Lima e Massi, 2015).

³² Wacquant (2006) refere-se, neste caso específico, às incursões etnográficas de Pierre Bourdieu na Argélia colonial e na França, realizadas no início de sua carreira académica (Bourdieu 1977; 2006).

Diversos estudos (Massi, 2013; Lima & Massi, 2015; Nunes et al., 2016) têm obtido resultados satisfatórios com retratos mais concisos, elaborados a partir de uma sessão de entrevista mais extensa. Em alguns casos, a confecção dos retratos também tem sido complementada com outros métodos e técnicas como o inquérito por questionário (Lopes et al., 2016), a pesquisa documental e a observação etnográfica (Lopes et al., 2010). Quando vários retratos são produzidos em uma mesma investigação, tem sido possível recorrer à comparação entre diferentes casos com o intuito de perceber regularidades sociológicas, contratendências e contradições inerentes a um mesmo universo (Coelho, 2012). Nesta investigação, a abordagem dos retratos sociológicos foi empregada de forma aplicada para compreender as contribuições biográficas que os ativistas carregam consigo de outros contextos de ação para dar forma aos seus estilos de ativismo. Embora tenha integrado muitas das orientações presentes em Lahire (2004), busquei adequar a proposta aos objetivos e recursos disponíveis, produzindo retratos mais curtos, com base em uma ou duas sessões de entrevista, complementados por fontes documentais (como materiais de imprensa) e redigidos a partir de eixos de análise bem definidos, a fim de favorecer a comparação entre casos.

As entrevistas semidiretivas tiveram como objetivo captar diferentes aspectos das trajetórias de vida dos meus interlocutores, incluindo aqueles que precederam o engajamento no campo político da direita. Destaco, entre os objetivos: a) os múltiplos processos de socialização e a constituição dos patrimônios de disposições individuais, particularmente das disposições acionadas no contexto da ação política; b) o papel desempenhado por instituições como família, escola e igreja na estruturação destas disposições; c) os conflitos estruturais de classe, raça, religião, gênero, orientação sexual e família na constituição dos patrimônios de disposições e o modo como estes marcadores sociais da diferença funcionaram como mediadores do acesso a determinados contextos de ação; d) os processos de socialização política, com foco nos diferentes contextos de micromobilização e redes de relações que favoreceram a incorporação de uma disposição individual para o ativismo; e) suas inserções em diferentes redes, partidos e organizações de movimento social à direita; f) a atualização, a adaptação/reprodução ou estado de vigília dos esquemas de ação ao longo dos processos de engajamento político, interações com outros ativistas LGBTQIA+ “de direita” e experiências de acolhimento e discriminação neste campo político; g) as rupturas biográficas, os deslocamentos e as várias posições ocupadas no espaço social ao longo de suas trajetórias de vida h) a autopercepção acerca de seus percursos biográficos, experiências de engajamento, projetos futuros, contexto político e do próprio confronto.

Tendo como inspiração a abordagem dos retratos sociológicos (Lahire, 2004), o guião foi organizado em três blocos³³. O primeiro concentrou-se na biografia individual dos ativistas, levando-os a rememorar, refletir e narrar suas trajetórias de forma multifacetada, revisitando domínios de socialização como família, escola, igreja, ensino superior, trabalho e redes de sociabilidade. O objetivo, neste primeiro momento, foi de captar as continuidades e rupturas, bem como as transferências entre diferentes domínios de ação, com o intuito de identificar os processos de aquisição, fixação e transposição de disposições, além de mecanismos contextuais de ativação ou inibição (Lopes et al., 2014). O segundo bloco foi dedicado à socialização política, a inserção em redes de ativismo, participação em protestos, experiência no campo político da direita e atividades exercidas nos domínios *online* e *offline*. Estes dois primeiros blocos também permitiram captar os deslocamentos e as diferentes posições ocupadas pelos interlocutores no espaço social. O terceiro bloco buscou estimular a reflexividade dos atores, inquirindo sobre o sentido conferido à ação política, identidade pessoal, opiniões acerca da política brasileira, sonhos, expectativas e projetos futuros.

A ordem dos temas abordados em cada bloco foi construída para prefigurar o possível desenvolvimento da entrevista, uma lógica provável de encadeamentos (Combessie, 2004, p.41), mas nunca como uma “amarra”. Deixei a entrevista fluir mais ou menos como uma conversa flexível, alterando o encadeamento das perguntas sempre que necessário. Uma especificidade deste guião residiu na ambição de estimular os interlocutores a relacionarem seus percursos biográficos aos acontecimentos políticos e sociais mais amplos, de modo a captar a percepção das oportunidades políticas e culturais para o engajamento político. Para este fim, incluí em cada bloco perguntas que remetiam à conjuntura de cada período. Por exemplo, na passagem do primeiro para o segundo bloco, quando falávamos sobre os primeiros contatos com o ativismo político, eu sempre perguntava sobre a existência de ativistas na família, se falava-se sobre política em casa durante a infância e adolescência e quais eram os conteúdos das conversas. Quando falávamos sobre as primeiras experiências em protestos, sempre pedia que mencionassem a primeira manifestação de rua da qual haviam participado, as causas envolvidas e o posicionamento político assumido naquele momento.

A técnica de produção de dados mobilizada para captar este conjunto de informações foi a entrevista compreensiva (Kaufmann, 1996), por meio da qual se articulam “formas tradicionais de entrevista semidiretiva com técnicas de entrevista de natureza mais etnográfica”

³³ O guião de entrevista está disponível nos Apêndices desta tese.

(Ferreira, 2014, p. 979). Esta técnica pressupõe um formato aberto, criativo, improvisado e menos padronizado, baseado em uma composição discursiva e intersubjetiva entre as partes envolvidas (Kaufmann, 1996), mas que não prescinde de um planejamento prévio, conhecimento sobre o tema investigado, objetivos bem delineados, adoção de condutas e procedimentos éticos e a construção de um instrumento de recolha de informação. Reconhece-se ainda que os dados produzidos nesta situação não constituem propriamente dados factuais, mas dados narrativos, resultantes de um processo de rememoração reflexiva e interpretação subjetiva dos fatos por parte do entrevistado (Blanchet & Gotman, 1992; Garcia, 2000).

À luz destas reflexões, algumas medidas específicas foram adotadas. Destaco a adoção de uma postura menos distanciada, os meus entrevistados como interlocutores, e não como meros informantes. Assim, tentei garantir que fossem ativamente ouvidos e interpelados “numa relação de diálogo permanente e mutuamente significativo” (Oliveira, 2000, p. 23), buscando “controlar o mais consciente e reflexivamente possível o que pode ser controlado enquanto efeito dessa presença, no sentido de assegurar algumas garantias de empatia compreensiva” (Ferreira, 2014, p. 986 e 987). Em segundo lugar, procurei não impor um ponto de vista baseado em eventuais hipóteses de partida (Arce, 2000, p. 110), mantendo-me aberto às suas formulações discursivas e deixando o caminho livre para a emergência de descobertas e novos achados empíricos. Como recomenda Ferreira (2014), a minha atuação se deu no sentido de fazer emergir o ponto de vista a partir do qual meus interlocutores se posicionam em relação a determinados tópicos, adaptando as questões do guião de forma interessante, de modo a estimular o engajamento na produção de respostas.

De modo geral, a técnica da entrevista compreensiva permitiu a criação de um ambiente confortável para que os meus interlocutores pudessem expressar seus pontos de vista. Também assegurou que eu pudesse refletir sobre os meus julgamentos normativos, intervindo, quando necessário, apenas no sentido de aprofundar as reflexões dos meus interlocutores. Para mais, as observações e informações recolhidas nesta etapa do terreno se mostraram fundamentais para confrontar alguns dos dados obtidos nas etapas anteriores (pesquisa documental na imprensa e online), adicionando complexidade às minhas análises.

Com base nos primeiros contatos realizados no Facebook, foram realizadas 18 entrevistas com ativistas que se identificam simultaneamente como LGBTQIA+ e “de direita”. A técnica da bola de neve se mostrou eficiente no contexto em estudo, permitindo a continuidade das entrevistas por meio de videoconferência após a incursão presencial em São Paulo, em novembro de 2019, a qual resultou na realização das primeiras 4 entrevistas. Com a

chegada da pandemia de Covid-19 em março de 2020, optei por avançar com as entrevistas *online*. Desta forma, foram realizadas 18 entrevistas entre novembro de 2019 e janeiro de 2021, sendo 4 delas presenciais, 13 por videoconferência e 1 por e-mail. Para garantir a diversidade da amostra, procurei abordar ativistas de diferentes idades, identidades, regiões do país, perfis de ativismo (filiação a partidos e movimentos à direita ou exclusivamente atuantes nos grupos LGBTQIA+) e responsáveis por desempenhar diferentes papéis no interior dos grupos (líder, ativista de base etc.). Os convites foram direcionados aos líderes (moderadores) das *fanpages* selecionadas para análise no Facebook ou membros regulares dos grupos *online* que funcionam como base de discussão política para as páginas.

À partida, verificou-se que a taxa de respostas para convites de entrevista direcionados às ativistas do gênero feminino era ínfima quando comparada às respostas obtidas por ativistas do gênero masculino. Essa informação é particularmente importante para compreender o universo em estudo e também tecer reflexões sobre as relações de gênero no trabalho de terreno. De um lado, percebe-se que as mulheres não estão ausentes, mas quem costuma estar à frente da moderação das *fanpages* no Facebook, da organização dos grupos e da cobertura midiática são os homens e, de outro, faz-se necessário questionar os efeitos da minha presença no terreno enquanto pessoa do gênero masculino ou percebida socialmente como tal. Face a este quadro, o estudo acabou por focalizar em ativistas do gênero masculino (cis e trans), autodeclarados homossexuais ($n=16$), bissexuais ($n=1$) ou assexuais ($n=1$), levando-me a adotar uma abordagem teórica mais voltada para o estudo das homossexualidades masculinas e deixando o espaço em aberto para futuras investigações interessadas em analisar as experiências de mulheres LGBTQIA+ atuantes nestes grupos.

A recolha ética dos dados foi assegurada através da aplicação de um Termo de Consentimento Informado (TCI), o qual foi obtido por escrito, por e-mail ou oralmente a depender do entrevistado. Elaborado com a supervisão do meu orientador, o Prof. Dr. José Alberto Simões, este documento foi redigido para apresentar de maneira simples, acessível e concisa as principais informações sobre a investigação (minha identidade profissional, filiação institucional e fonte de financiamento, objetivos do estudo, permissão para a gravação do áudio da entrevista, garantia do anonimato, detalhamento sobre a utilização dos dados). O fato de alguns dos meus interlocutores possuírem formação académica em áreas do conhecimento como educação, direito, letras e história facilitou a compreensão acerca da aplicação desse instrumento. Todos os interlocutores autorizaram a gravação do áudio das entrevistas com a utilização de um gravador, com exceção daquele que optou por responder as questões por e-

mail³⁴. Antes de cada entrevista, foi aplicado também um questionário sociodemográfico com 24 questões. Estas informações permitiram caracterizar os atores do ponto de vista social, econômico e geográfico, além de contextualizar informações recolhidas nas entrevistas³⁵.

A garantia de anonimato mostrou-se fundamental para a obtenção de respostas positivas para as entrevistas. Cerca de dois ou três participantes perguntaram logo nos contatos iniciais se os seus nomes seriam publicados no estudo, dando a entender que esta era uma condição imprescindível para aceitarem o convite. Posteriormente, na fase do tratamento dos dados, procurei anonimizar também as referências a pessoas, lugares ou situações que pudessem colocar em risco a confidencialidade da fonte ou de terceiros. Somente quatro interlocutores não tiveram as identidades anonimizadas. Eles são figuras públicas cujas biografias pessoais podem ser facilmente acessadas por meio de artigos e reportagens previamente publicados pela imprensa, o que tornaria as tentativas de anonimização infrutíferas (ex.: o vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday e o então deputado estadual Douglas Garcia). Os outros dois ativistas solicitaram que seus nomes não fossem anonimizados. Os quatro assinaram um Termo de Consentimento Informado (TCI) sem contrato de confidencialidade.

Em todas as entrevistas, busquei ressaltar o princípio da voluntariedade de fornecimento de informação perante os meus interlocutores, evitando posturas coercitivas e lembrando-os sempre que necessário que poderiam se recusar a responder uma questão caso não se sentissem confortáveis ou não achassem pertinente. Questões sensíveis como a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e a relação com a família, que podem envolver a lembrança de episódios traumáticos, não foram apresentadas nos minutos iniciais da entrevista e sempre foram colocadas de maneira cuidadosa, quase sempre acompanhadas de frases como “*Se você se sentir à vontade para falar sobre isso*”. Em três casos específicos, os interlocutores optaram por não falar a respeito de suas relações com a família. Esta posição foi prontamente acolhida e demos continuidade à entrevista sem maiores prejuízos para os outros blocos temáticos que compunham o guião.

³⁴ O material produzido resultou em aproximadamente 42 horas e 30 minutos de áudio, o equivalente a 842 páginas de transcrição. A entrevista mais curta possui 1 hora e 34 minutos e a mais longa, 5 horas e 18 minutos. Como mencionado anteriormente, algumas entrevistas aconteceram em duas sessões, devido à disponibilidade dos interlocutores. Ao final de cada uma delas, em um ambiente isolado, procedi à gravação de um registro sonoro de cerca de 10 minutos sobre a situação da entrevista, com impressões gerais e detalhes sobre as interações. Estes registros totalizaram cerca de 3 horas de áudio com observações que serviram como complemento ao caderno de campo iniciado na etapa da imersão virtual. Embora não se trate de um corpus de entrevista extenso, acredito que tenha sido possível alcançar um ponto de saturação teórica, com narrativas variadas, mas também pontuadas por similaridades, com diferentes pontos de vista, patrimônios de disposições, motivações e sentidos relacionados ao engajamento político LGBTQIA+ no campo político da direita.

³⁵ O questionário sociodemográfico pode ser verificado nos Apêndices da tese.

Foram realizados dois tipos de entrevistas *online*: síncronas (em tempo real) e assíncrona (não necessariamente em tempo real) (James & Busher, 2009; Janghorban et al, 2014). As entrevistas síncronas foram realizadas com recurso a plataformas de videoconferência (Messenger, Skype, Zoom e WhatsApp), as quais também permitem a troca de mensagens de texto. À partida, eu pretendia estabelecer uma única plataforma a ser utilizada em todas as entrevistas, mas percebi, com o passar do tempo, que os meus interlocutores preferiam conversar por meio de plataformas com os quais eles estavam habituados (geralmente o WhatsApp). A única entrevista do tipo assíncrona foi realizada por e-mail. Bruno, um ativista autodeclarado conservador e previamente identificado em reportagens publicadas na imprensa, foi localizado por meio da técnica da bola de neve. Embora tenha demonstrado interesse em participar da pesquisa, alegou dificuldades para a realização de chamadas de vídeo³⁶. Sendo assim, enviei por e-mail um guião com duas páginas e 32 perguntas, as quais resultaram, 25 dias depois, em 36 páginas de respostas, complementadas com fotos do acervo pessoal do próprio entrevistado. Também trocamos mensagens por aplicativos de conversação instantânea, tendo sido possível elucidar alguns pontos da entrevista nas semanas seguintes.

Segundo James (2007), a entrevista por e-mail oferece a possibilidade de reforçar o exercício reflexivo por parte do entrevistado, fornecendo tempo e espaço para construir suas narrativas e refletirem sobre suas identidades e experiências. Se, por um lado, perde-se a oportunidade de observar a linguagem corporal e outras pistas não verbais geralmente verificáveis na entrevista presencial ou por videoconferência, por outro, esta modalidade permite que o entrevistado construa e reconstrua a sua biografia de maneiras que sejam mais significativas para eles. O resultado final pode ser positivo, pois a ausência de espontaneidade, a riqueza de reflexão e o engajamento na produção das respostas “torna a natureza socialmente construída da realidade mais transparente” (Morgan & Symon, 2004, p.24). Deste modo, o fato de não ter interagido com Bruno pessoalmente ou por videoconferência, bem como a sua predileção por apresentar-se a partir de fotos posadas e previamente selecionadas, foram tomados como dados relevantes para a análise do material. Vale ressaltar que esta entrevista revelou-se mais proveitosa do ponto de vista da análise das motivações, oportunidades e

³⁶ A aplicação de métodos e técnicas digitais exige que o investigador avalie previamente se os participantes da pesquisa possuem acesso à internet, bem como as habilidades necessárias para lidar com as ferramentas escolhidas para mediar essa interação. Há de se refletir, por exemplo, se entrevistados que preferem conceder entrevistas exclusivamente por e-mail o fizeram por não dispor de tempo ou recursos técnicos necessários para a realização de uma chamada de vídeo ou apenas por preferirem não se expor à interação face a face (ainda que mediada por um ecrã) com uma pessoa estranha (o investigador).

sentidos conferidos ao ativismo, tendo sido pouco frutífera relativamente à reconstrução da biografia individual e das disposições individuais para a ação política.

Nesse sentido, merecem destaque as diferenças, vantagens e desvantagens de cada modalidade de entrevista (*online* e *offline*). Nesta investigação, as entrevistas presenciais foram caracterizadas por um ambiente de interação bastante mais formal. Contudo, permitiram observar elementos geralmente indisponíveis no contexto das entrevistas *online*: indumentárias, local escolhido para a entrevista e aspectos mais vastos da linguagem corporal. Ao visitar os gabinetes dos parlamentares, por exemplo, detalhes da decoração ofereceram pistas sobre estratégias de construção de identidade. As entrevistas *online*, por outro lado, foram permeadas por um ambiente de interação mais informal. Os meus interlocutores conversavam comigo a partir de seus quartos, do chão, do sofá ou movendo-se pela casa, instituindo um clima de maior proximidade e possibilitando também alguma observação. Houve momentos de descontração devido à interrupção provocada pelo barulho da rua, a chegada de um animal de estimação ou de um familiar que precisava dizer qualquer coisa. Durante as entrevistas realizadas no período do isolamento social, quando as videoconferências se tornaram uma rotina para muitas pessoas, ficou evidente a enorme disponibilidade dos interlocutores em falar também sobre as suas experiências de confinamento, perguntar sobre a situação da pandemia em Portugal e prolongar o tempo da entrevista.

De modo geral, a aplicação da técnica da entrevista em ambiente *online* permitiu acessar um grupo de indivíduos que dificilmente poderia ser abordado de outras formas devido aos constrangimentos práticos (ativismo descentralizado, custo dos deslocamentos, situação de pandemia), no contexto de uma investigação para a qual também interessa compreender os sentidos atribuídos ao ativismo *online*. Deste modo, creio que o elevado número de respostas positivas para as entrevistas *online* pode estar relacionado ao fato da internet constituir, para estes atores, uma espécie de “habitat natural”, na qual eles desenvolvem uma infinidade de atividades cotidianas como trabalho, estudo e ativismo. Quanto à qualidade das respostas obtidas *online*, a minha experiência revelou uma qualidade semelhante àquelas obtidas *offline*, situação que já havia sido diagnosticada por Deakin e Wakefield (2014, p. 606). Em ambos os casos (*online* e *offline*), foi possível prolongar a interação com os interlocutores por meio de e-mails e mensagens de voz e texto para sanar eventuais dúvidas sobre o conteúdo das entrevistas. Os ativistas também me procuraram várias vezes para enviar *links* com artigos e informações complementares. Nestas situações, busquei sempre pela autorização dos meus interlocutores para utilizar ou não as informações que estavam sendo fornecidas.

Por fim, parece-me pertinente abordar a questão da incorporeidade online, haja vista que a ausência de presença física na internet “separa a linguagem do investigador e dos participantes do contexto social que daria significado às suas palavras” (Mann & Stewart, 2000, p. 197). Como apontam diversos estudos, num mundo incorpóreo, a identidade pode ser mais facilmente manipulada de acordo com interesses individuais por meio de performances e representações ajustadas à ideia que cada um pretende transmitir sobre si mesmo (Baym, 2010, pp. 66-70; Donath, 1999; Danet et al., 1997). A este respeito, Simões (2012) afirma:

Como se depreenderá, este problema não tem resolução absoluta. Qualquer forma de recolha de informação depende, em última instância, da boa-fé de quem a fornece. Há, todavia, um pressuposto falacioso do ponto de vista metodológico na anterior asserção: assume-se como “verdadeira” a informação que se obtém (ou aquilo que se observa) *offline* e como “falsa” a informação que se recolhe (ou aquilo que se observa) *online*, como se a manipulação apenas ocorresse no segundo caso (Slater, 2002, p. 542). Ora, mesmo admitindo que a investigação que decorre fora da internet apresenta uma possibilidade superior de verificação sobre o que se observa ou regista comparativamente com a que podemos assegurar dentro desta, em nenhum dos casos se pode afirmar em absoluto que os dados estão isentos de erros deliberados, omissões ou adulterações (Simões, 2012, p. 800).

Perfil dos entrevistados

Transcritas as 18 entrevistas e tabulados os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários sociodemográficos, foi possível obter um perfil geral dos participantes da investigação. Embora a distribuição territorial não tenha constituído um critério central para a seleção dos entrevistados, uma vez que não era possível saber, *à priori*, se a rede de ativismo estabelecida *online* remeteria a uma certa diversidade regional, foi possível, por meio das 18 entrevistas, contemplar as cinco regiões geoeconômicas do Brasil: sudeste ($n=9$), nordeste ($n=3$), sul ($n=3$), norte ($n=2$) e centro-oeste ($n=1$). A maior parte dos entrevistados ($n=16$) reside em capitais ou regiões metropolitanas, centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes, ao passo que uma minoria ($n=2$) habita em cidades menores, mas relativamente bem conectadas com grandes metrópoles. Pelo menos metade dos entrevistados ($n=9$) reside em uma cidade ou região diferente daquela declarada como sendo a de origem, indicando um histórico de mobilidade interna, individual ou familiar.

Quanto à composição social, Quadros et al. (2013, p. 9) argumentam que não se pode deduzir a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna a partir da distribuição do consumo ou dos rendimentos “sem considerar o desenvolvimento capitalista, a estruturação da sociedade e os padrões e estilos de vida historicamente constituídos”. Estes autores também sugerem que a análise dos tipos de ocupações dos atores (manuais, técnico-administrativas,

intelectuais, liberais) podem ser mais úteis para inferir posições de classe. Sendo assim, a partir de um cruzamento entre os dados sobre renda individual e renda familiar recolhidos por meio do questionário sociodemográfico; dados sobre a ocupação dos meus interlocutores e seus níveis de escolaridade, dados sobre a ocupação dos pais dos meus interlocutores e seus respectivos níveis de escolaridade e suas narrativas sobre biográficas sobre condições de vida passada, atual e os planos e projetos futuros, pude verificar que praticamente todos os meus interlocutores possuem origem nos estratos médio e baixo das classes trabalhadoras brasileiras e trajetórias de mobilidade social ascendente.

De modo geral, os ativistas entrevistados dividem-se em dois grupos. Os primeiros enquadram-se naquilo que Quadros (2010) e Quadros et al. (2013) denominaram “média classe média”, ou seja, professores de nível médio, trabalhadores de nível técnico, bancários e outros profissionais qualificados cuja situação social permite, com razoável sacrifício, reproduzir um padrão de vida parecido com o da alta classe média, mas num nível inferior. Os segundos enquadram-se na chamada “baixa classe média”, estrato da população caracterizado por uma situação de precariedade estrutural relativamente à saúde, habitação, transporte, segurança, alimentação, cultura, e lazer, com acesso a escolas públicas ou particulares com mensalidades mais baixas e menor qualidade de ensino, além de ocupações heterogêneas (professores do ensino fundamental, trabalhadores com ensino superior ou médio na área de comércio e serviços, ocupações técnicas ou manuais). Este último setor beneficiou-se da expansão do crédito ao consumidor nos anos 2000 e, apesar das elevadas taxas de juros, pôde adquirir bens indispensáveis ao conforto doméstico, além de outros itens não essenciais (Quadros, 2010, Quadros et al., 2013).

Os entrevistados possuem entre 21 e 39 anos. Pertencem, portanto, a uma geração nascida a partir dos anos 1980 e muitos deles nasceram e cresceram utilizando as redes sociais online. Do ponto de vista do trabalho, 16 declararam trabalhar, 1 declarou apenas estudar e 1 declarou estar desempregado no momento da entrevista. A maioria ocupa funções não manuais, intelectuais ou de nível técnico como professor de ensino fundamental e médio, jornalista, produtor de audiovisual, designer e bancário. Mas há também parlamentares, advogados e professores de ensino superior. Entre os 18 entrevistados, 11 possuem ensino superior completo. Entre os 7 que não possuem, 6 estavam cursando o ensino superior no momento da entrevista. Dos 17 que concluíram ou estão para concluir o ensino superior, apenas 5 o cursaram em instituições públicas, ao passo que os outros 12 o fizeram em instituições privadas, 11 deles com o auxílio de bolsas. Relativamente à religião, o catolicismo se mostrou predominante

($n=8$), seguido dos sincréticos ou sem religião definida ($n=3$), protestantes ($n=2$), pagãos ($n=2$), ateístas ($n=2$) e judeu ($n=1$). Quanto à autoclassificação étnico racial, pouco mais da metade se declarou negro ou pardo ($n=9$), ao passo que os demais se declararam brancos ($n=8$). Um dos interlocutores informou que estava em processo de reflexão pessoal sobre o tema da ancestralidade, pelo que preferiu não conceder esta informação específica.

A autoclassificação étnico-racial foi obtida tanto por meio das entrevistas quanto pela aplicação do questionário sociodemográfico. No caso das entrevistas, em praticamente todos os casos, os interlocutores recorreram, em algum momento, a categorias étnico-raciais para se definirem ou se diferenciarem de outros grupos étnico-raciais. No caso do questionário sociodemográfico, recorri, com sensíveis alterações, às categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estratégia que vem sendo mobilizada em outros estudos na área das ciências sociais no Brasil (ex.: Nishimura, 2004; Praxedes, 2010) para a classificação da cor ou raça/etnia das pessoas nascidas no Brasil: negro, pardo, branco, indígena, outro ou prefiro não informar. Nesta investigação estas categorias não sugerem a existência “grupos sociais” com uma organização social específica (Nogueira, 1979), apenas indicam a autopercepção dos interlocutores sobre este tema em um contexto social no qual os processos de racialização constituem uma dimensão relevante da vida social. As entrevistas acabaram por reiterar a relevância dessa discussão visto que, ao longo de seus relatos biográficos, parte significativa dos entrevistados mobilizou, de maneira espontânea, categorias étnico-raciais para referirem-se a si próprios.

Os casos consolidados para este estudo não se pretendem representativos *vis à vis* o universo estudado, tampouco o estudo possui a ambição de produzir resultados generalizantes. Trata-se de uma amostra teoricamente relevante, acerca da qual foi possível realizar um conjunto de análises orientadas para responder a perguntas específicas. O quadro V apresenta informações sociodemográficas gerais sobre os entrevistados (nome, cidade e estado, região, profissão, autoidentificação política, principais filiações político-organizacionais, identidade de gênero e orientação sexual)³⁷. Com exceção dos parlamentares Fernando Holiday e Douglas Garcia e dos ativistas Febo Werneck e Tiago Pavinatto, os demais tiveram as suas identidades anonimizadas por meio da criação de pseudônimos.

³⁷ É possível encontrar nos apêndices um quadro com data de realização, modalidade da entrevista (*online* ou *presencial*) e a duração de cada uma delas.

Tabela 3 – Informações sociodemográficas gerais sobre os entrevistados

Caso n°	Nome	Idade	Cidade e Estado	Região	Profissão	Autoidentificação Política	Principais Filiações	Identidade de Gênero	Orientação Sexual
1	Febo Werneck*	32	Santo André (SP)	Sudeste	Professor	Conservador	Gay de Direita (Facebook)	Masculino	Homossexual
2	Fernando Holiday*	23	São Paulo (SP)	Sudeste	Vereador	Liberal	Movimento Brasil Livre e DEM	Masculino	Homossexual
3	William	35	São Paulo (SP)	Sudeste	Professor e Pesquisador	Liberal	Boteco Liberal LGBT e PSDB	Masculino	Homossexual
4	Douglas Garcia*	26	São Paulo (SP)	Sudeste	Deputado Estadual	Conservador	Movimento Conservador	Masculino	Homossexual
5	Marcelo	23	Santo André (SP)	Sudeste	Produtor Multimídia	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Masculino	Assexual
6	Alexandre	27	São Paulo (SP)	Sudeste	Design Gráfico e de interface	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Homens Trans	Bissexual
7	Juliano	27	Curitiba (PR)	Sul	Bancário	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Masculino	Homossexual / Questionando
8	Mateus	26	Florianópolis (SC)	Sul	Estudante de Direito	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Homem Cis	Homossexual
9	Bernardo	25	Fortaleza (CE)	Nordeste	Professor	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Masculino	Homossexual
10	Tiago Pavinatto*	35	São Paulo (SP)	Sudeste	Professor	Liberal	MBL	Masculino	Homossexual
11	Felipe	21	Manaus (AM)	Norte	Estudante de Odontologia	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Homem Cis	Homossexual
12	Marcos	30	Boa Vista (RR)	Norte	Professor	Liberal	Boteco Liberal LGBT (Facebook)	Homem Cis	Homossexual
13	Bruno	39	São Paulo (SP)	Sudeste	Professor	Conservador	Gays Conservadores (WhatsApp) e Gay de Direita (Facebook)	Masculino	Homossexual
14	Ricardo	22	Imbé (RS)	Sul	Jornalista	Conservador	Gays Conservadores (WhatsApp) e Gay de Direita (Facebook)	Masculino	Homossexual
15	Daniel	37	Brasília (DF) / Fortaleza (CE)	Centro-Oeste e Nordeste	Sem emprego	Conservador	Gays com Bolsonaro (Instagram)	Masculino	Homossexual
16	Adriano	26	Sorocaba (SP)	Sudeste	Comerciante / Educador	Conservador	Gays com Bolsonaro (Instagram)	Masculino	Homossexual
17	Eduardo	31	Brasília (DF)	Centro-Oeste	Personal Trainer	Conservador	Gays com Bolsonaro (Instagram)	Masculino	Homossexual
18	João Paulo	31	Fortaleza (CE)	Nordeste	Autônomo	Conservador	Gays com Bolsonaro (Instagram)	Masculino	Homossexual

Fonte: Elaboração própria. O asterisco na segunda coluna indica que o nome do interlocutor não foi anonimizado a pedido dele próprio ou, no caso dos dois parlamentares, devido ao caráter público de suas biografias.

Construção das dimensões de análise

Finalizada a etapa das entrevistas, o material narrativo foi integralmente transcrito, lido e submetido a uma análise prévia. Este contato exaustivo com o material possibilitou a retomada, validação e reformulação de algumas das hipóteses iniciais, o tratamento do texto, a elaboração dos códigos e subcódigos para a análise das entrevistas e a consolidação das três grandes dimensões de análise da investigação (*macro*, *meso* e *micro*). Estas três grandes dimensões emergiram de uma abstração do guião de entrevistas dividido em três eixos principais (trajetória individual; contexto e experiências de engajamento; reflexividade e agência, ainda eixos que não correspondam diretamente às três dimensões de análise). Embora o primeiro e o terceiro eixo estejam mais evidentemente relacionados ao nível *micro* e o segundo aos níveis *meso* e *macro*, há dados relacionados ao nível *macro* que foram obtidos ao longo de diferentes momentos/eixos da entrevista. Isso porque, na situação da entrevista, prevaleceu uma ordem de encadeamento das perguntas que favorecia a criação de um ambiente propício para a reconstrução biográfica, e não necessariamente a ordem das minhas dimensões de análise.

Uma vez tratado o material, anexei a cada uma das transcrições uma pequena ficha de catalogação com dados que considerei relevantes para a interpretação do material, geralmente com base nas minhas gravações pessoais realizadas após cada entrevista. Associada aos dados obtidos por meio do questionário sociodemográfico, esta ficha permitiu traçar as primeiras comparações entre os casos, contribuindo para a identificação de regularidades, tendências e contratendências, além de apontar outros aspectos relevantes para compreender o modo como as múltiplas experiências de socialização dos ativistas (familiar, escolar, profissional e política) favoreceram a produção de patrimônios de disposições individuais variados, que funcionam como suprimento para a ação política.

O material obtido por ocasião das entrevistas foi codificado no MAXQDA com recurso à técnica da análise de conteúdo temática (Bardin, 2006). Durante o processo de codificação, novos códigos e subcódigos foram criados na medida em que novas regularidades ou temas relevantes eram identificados. Em seguida, foram criadas categorias mais amplas para agrupar elementos codificados reunindo características comuns. Procedi então às análises, inferências e contextualização/triangulação dos dados, estabelecendo conexões com informações recolhidas nas etapas anteriores da investigação. O quadro VI apresenta os códigos principais, ao passo que subcódigos são descritos entre parênteses, na sequência:

Tabela 4 – Sistema de Códigos

Sistema de Códigos	
Parte I - Trajetória Individual	
001	Dados de Origem (Família, territorialidade, formas de auto apresentação)
002	Origens Familiares (Classe, valores familiares, questões relacionadas à autodefinição étnico-racial, territorialidade e mobilidade)
003	Religiosidade (Herança familiar, igreja e identidade LGBTQIA+, sentidos da religião, experiências de conversão religiosa)
004	Trajetória Escolar (Escola e classe, preferências e inclinações escolares, discriminação e vivências relacionadas à expressão do gênero e da sexualidade na escola)
005	Ensino superior, trabalho e projetos profissionais
006	Gostos, atividades e preferências culturais
007	Saída do armário sexual (processos de autodescoberta, autoaceitação e discriminação, aceitação familiar e comunitária, relação com pares, amigos e espaços de sociabilidade LGBTQIA+, relacionamentos, armário e formas de viver a sexualidade, percepções sobre os estigmas ligados à homossexualidade)
008	Discursos sobre a “comunidade LGBT”, os movimentos LGBT e o grupo de pares (experiências pessoais negativas, representações sobre o movimento, discursos sobre a abordagem do “gênero” e os movimentos e teorias “queer”)
009	Internet como meio de socialização (Educação, ativismo e vida privada)
Parte II – Contexto Político, internet e engajamento no campo político da direita	
010	Socialização ativista (Primeiras experiências, período/contexto, atores envolvidos, aproximação do campo político da direita)
011	Saída do armário político (Dificuldades relacionadas à “sair do armário” político)
012	Rede social online e ativismo (Participação em páginas e grupos online, sentidos atribuídos à ação online, repertórios de ação, lógicas de mobilização e vínculos transnacionais)
013	O ativismo no campo da direita (Grupos, organizações ou partidos de direita aos quais é ou foi filiado, experiências de ativismo nesses espaços)
014	Contexto Político (Participação em ciclos de protestos como os de 2013 ou 2015/2016, percepção das oportunidades para o engajamento político)
Parte III – Reflexividade e Agência	
015	Autodefinição político-ideológica (Como se define politicamente)
016	Identidade política e Identidade gay (O que significa ser um “gay de direita”? Um “gay conservador”? Ou um “gay liberal”?)
017	Nacionalismo e Homonacionalismo (Representações sobre o Brasil, Representações sobre raça, nação e colonialidade, Oriente x Ocidente, Representações sobre a Europa e os EUA, Sentidos do Nacionalismo)
018	Opiniões sobre Direitos LGBT (Criminalização da Homofobia Casamento Adoção Educação Sexual e Gênero nas Escolas Direitos Trans Outros direitos, Direitos LGBTQIA+ sob uma perspectiva “liberal” ou “conservadora”)
019	Mudanças na trajetória individual provocadas pelo engajamento político
020	Planos e projetos futuros

Fonte: Elaboração própria

Nesta investigação, o instrumental oferecido pela análise de conteúdo foi mobilizado de forma aplicada, revelando-se uma técnica pertinente para examinar as formas de pensar, crer e agir dos indivíduos a partir do conteúdo expresso diretamente pelas falas dos atores, o que contribuiu para que eu pudesse compreendê-los em seus próprios termos.

Conclusão do Capítulo 2

Este capítulo abordou a operacionalização dos métodos e técnicas que possibilitaram a recolha, produção, tratamento e análise dos dados empíricos no contexto desta investigação. Este processo foi descrito e discutido criticamente desde a sua fundamentação epistemológica, passando pelo contexto da realização da pesquisa, acesso ao terreno, mobilização dos métodos e técnicas, interações com os interlocutores e análise dos dados, sempre levantando as questões deontológicas pertinentes que atravessaram todas as etapas da investigação. Procurei ressaltar sobretudo as condições de recolha e produção dos dados, de modo a favorecer a compreensão dos resultados e especificidades da pesquisa.

Os resultados aos quais me refiro, apresentados a partir dos próximos capítulos, só puderam ser totalizados devido à aplicação de um desenho metodológico específico, que combinou diferentes métodos e técnicas de investigação com a finalidade de compreender, sob diferentes ângulos, o processo de constituição dos ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil. Este empreendimento analítico não tem como objetivo lançar generalizações ou conclusões definitivas sobre a problemática analisada, mas sim adicionar complexidade à compreensão do fenômeno, contribuindo para uma literatura mais ampla sobre ativismos LGBTQIA+ e mobilizações políticas à direita no Brasil e em outros contextos nacionais.

Capítulo 3

Reconstituindo o confronto político: Oportunidades políticas para a emergência de um ativismo LGBTQIA+ à direita no Brasil

Caracterizações essencialistas dos movimentos sociais como culturais/expressivos ou instrumentais/políticos ignoram a realidade de que objetivos e estratégias, incluindo a identidade (...), as quais estão relacionados a dinâmicas institucionais concretas e à localização estrutural dos atores. A celebração ou supressão coletiva das diferenças nas campanhas políticas é resultado do acesso político, das interações do movimento com os movimentos de oposição e com o Estado, bem como das interações entre os grupos dentro das comunidades ativistas. A interpretação dos ativistas sobre a relação entre cultura e política dependerá de contra quem eles estão sendo definidos, de sucessos e fracassos anteriores e de suas interações com outros atores políticos (tradução minha).

Mary Bernstein (1997) Celebration and Suppression

Este capítulo corresponde ao nível macrosociológico da análise proposta. Discute, em três momentos, as condições de emergência do ativismo LGBTQIA+ à direita no Brasil a partir de 2013. Na primeira parte, proponho a operacionalização dos conceitos de *oportunidades políticas* (Tarrow, 2009) e *culturais* (Gamson & Meyer, 1996). Em seguida, apresento um breve apanhado histórico sobre o confronto político em torno das questões LGBTQIA+ no Brasil, da liberalização do regime civil-militar (1964-1985) à Nova República (1988-dias atuais). Sem a pretensão de apresentar um histórico minucioso, são destacados os pontos-chave deste percurso com base na literatura disponível, dando ênfase às interações do movimento LGBTQIA+ com o Estado, aliados e opositores e as transformações do ambiente cultural que impactaram este percurso. Essa digressão funciona ainda como instrumento de contextualização histórica oferecendo elementos fundamentais para a análise dos ativismos em estudo. Finalmente, apresento o ambiente do confronto político pós junho de 2013 e analiso as dimensões formais e informais do ambiente político e cultural que alteraram a percepção dos ativistas acerca das oportunidades e constrangimentos para a ação.

O meu argumento, neste capítulo, é de que a crise dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o ciclo de protestos de junho de 2013 e a campanha pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2015/2016), inauguraram um novo contexto de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996) para a mobilização de movimentos situados à direita do governo petista. O cenário político de degradação da imagem pública do PT, percebido naquele momento por amplos setores da sociedade brasileira como um partido “corrupto”, “imoral” e “autoritário”, permitiu que as direitas operassem um processo de resignificação de sua identidade política, desvinculando-a da postura

“envergonhada” associada à memória do regime militar (Madeira & Tarouco, 2010). Esse processo favoreceu a renovação social e geracional de suas bases e quadros políticos, que passaram a contar com a presença expressiva de jovens ativistas recrutados ao longo dos ciclos de protesto de 2013 e 2015/2016, entre os quais indivíduos que se identificam como LGBTQIA+ — especialmente homens gays com idade média entre 20 e 40 anos. Estas redes de mobilização funcionaram como veículo para a circulação de novas ideias, enquadramentos, repertórios e modos de fazer política que inspiraram os ativistas a romperem com o armário político, colocando em causa o suposto monopólio das esquerdas sobre as questões de gênero e sexualidade e a própria representatividade dos movimentos LGBTQIA+.

Operacionalizando o conceito de oportunidades políticas e culturais

Os conceitos que orientam a construção deste capítulo são os de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996). Nas três primeiras seções, mobilizo-os de forma mais flexível, com o intuito de reconstituir a trajetória do confronto político em torno da questão LGBTQIA+ no Brasil e apresentar o ambiente político do qual emergem os ativismos em estudo. Nas duas últimas seções, utilizo-os de forma mais intensiva, para analisar as oportunidades políticas e culturais específicas que contribuíram para a emergência de um ativismo LGBTQIA+ à direita no país. Nas próximas páginas, apresento uma breve reflexão sobre a sua definição, revisões críticas e operacionalização destes dois conceitos, a fim de elucidar o modo como foi empregado no contexto desta investigação.

Recorro à conceituação presente em Tarrow (2009), para quem oportunidades e restrições políticas podem ser definidas como “dimensões consistentes, mas não necessariamente formais ou permanentes, do ambiente político” (p. 105), as quais oferecem incentivos à ação coletiva, afetando as expectativas das pessoas quanto às possibilidades de sucesso ou fracasso de suas ações. Este conceito teria como principal contribuição demonstrar “como a mobilização passa de pessoas com queixas profundas para outras com poucas queixas e menos recursos” (Tarrow, 2009, p.106), transformando o potencial de mobilização em ação. Em outras palavras, “os primeiros que se erguem” revelam a vulnerabilidade de seus oponentes, deixando-os vulneráveis aos ataques de desafiantes mais fracos (Tarrow, 2009, p.106), que podem tanto ingressar em movimentos existentes quanto formar novos.

Entre as principais variáveis de oportunidades políticas levantadas pela literatura estão: a) a abertura do acesso à participação para novos atores na política (institucionalizada ou não);

b) o acesso formal às instituições vigentes por parte dos desafiantes ou de seus opositores; c) a presença de aliados influentes nas estruturas de poder; d) o acirramento de divisões entre as elites políticas; e) processos de realimento político e eleitoral e f) a capacidade do Estado de reprimir, facilitar e tratar os conflitos sociais e implementar políticas públicas (Tilly, 1978; Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996). Com exceção da última variável, que me pareceu menos relevante no contexto desta investigação, as demais foram todas identificadas no decorrer da análise apresentada neste capítulo, algumas com maior importância que outras. Para complementar este quadro, acrescento ainda uma sétima variável: a manifestação de conflitos discursivos na esfera pública. Proponho este acréscimo com base em Sarmento (2012), para quem a circulação de determinados discursos conflitivos na sociedade pode servir como oportunidade política para a conquista de visibilidade e para a vocalização de demandas por parte dos movimentos sociais.

Um dos primeiros expoentes do conceito de oportunidades políticas, Tilly (1978) procurou enfatizar os aspectos racionais e estruturais do conceito, argumentando que a decisão de agir passa por um cálculo dos atores acerca da solidez do bloco político no poder e sua capacidade de oferecer resistência ao protesto. Nesse sentido, os episódios de confronto mais agudos tendem a ocorrer quando as elites estão divididas, quando há fissuras nas coalizões de governo, quando as estruturas institucionais não são capazes de gerir certos conflitos e quando a capacidade de repressão do Estado se revela diminuta. Tarrow (2009), por outro lado, argumentou que as oportunidades e restrições tendem a ser situacionais, com movimentos agindo sob circunstâncias relativamente voláteis para derrubar as barreiras impostas às suas demandas. Essas duas perspectivas não são mutuamente excludentes, pois a fragilidade de um governo para reprimir protestos violentos pode não estar completamente evidente para seus desafiantes até que certas mudanças conjunturais exponham essa vulnerabilidade.

Assim, as oportunidades e restrições políticas não determinam a ocorrência de episódios de protesto, ciclos de mobilização ou formação de movimentos sociais, mas oferecem estímulos para que estes fenômenos ocorram. Como nem todos os atores têm acesso aos recursos culturais e cognitivos necessários para reconhecê-las (Polletta, 1999), tudo depende da capacidade de percepção, interpretação e assimilação dos deslocamentos em curso no ambiente sociopolítico. São fundamentais neste processo interpretativo as redes sociais nas quais os atores estão inseridos (círculos profissionais, associativos, familiares, amigos, igreja, territórios, espaços de lazer), bem como as tradições culturais, princípios ideológicos, tabus políticos e discursos em circulação. Para capturar os pressupostos simbólicos e

institucionalizados que estruturam o estoque de percepções das oportunidades políticas, a literatura do confronto político propôs o conceito de oportunidades culturais (Gamson & Meyer, 1996), que tem sido convocado para compreender como o acesso aos espaços de produção, distribuição, circulação e consumo de determinados bens culturais favorece a politização de determinadas causas em um dado contexto histórico. Neste estudo, recorro tanto ao conceito de oportunidades *políticas* quanto ao de oportunidades *culturais*, pois compreendo, assim como Bernstein (2002), que a oposição entre política e cultura tende a ser infrutífera para a análise dos movimentos sociais, particularmente para a análise dos movimentos LGBTQIA+, cujos objetivos são, frequentemente, tanto políticos quanto culturais. Entretanto, mesmo advogando pela complementariedade destes conceitos, proponho operacionalizá-los de forma distinta, estabelecendo duas dimensões com variáveis específicas, mas interdependentes.

Duas abordagens principais têm orientado os analistas do confronto político no exame das oportunidades e restrições políticas. A primeira compreende os ativistas de movimentos sociais como “empreendedores relativamente racionais” (Meyer & Minkoff, 2004, p. 1463) à espera de sinais a serem emitidos pelo Estado, outros atores políticos ou pela sociedade em geral sobre quais reivindicações apresentar, quando e como. Esse é o modelo presente em Tarrow (2009), ainda que as suas definições do conceito de oportunidades políticas tenham se alterado de maneira sutil ao longo dos anos (Mazzilli Pereira, 2018). A segunda abordagem, mais “estrutural”, encara com ceticismo a crença na percepção e intencionalidade dos atores políticos. Seus defensores (Gamson & Meyer, 1996) sugerem que os ativistas são, por disposição, inadvertidamente otimistas acerca das oportunidades e raramente calculam de forma rigorosa as perspectivas de sucesso ou fracasso. Ao contrário, tendem a se manter mobilizados em qualquer circunstância, testando diferentes repertórios até conseguirem envolver um público mais amplo em atividades de protesto (Meyer & Minkoff, 2004). De certa forma, ambas as abordagens podem ser úteis, a depender dos objetivos da investigação. Enquanto a primeira pode explicar de forma mais satisfatória como os ativistas se mobilizam, desmobilizam e moldam as suas ações a depender das circunstâncias, a segunda pode ser mais vantajosa para explicar os resultados da mobilização (Meyer & Minkoff, 2004).

Tendo em vista que o conceito de oportunidades políticas pode abranger uma quantidade relativamente ampla de fenômenos, sua utilização tem sido alvo de uma série de discussões críticas. Para autores como Gamson e Meyer (1996, p. 275), na tentativa de explicar todos os aspectos relativos ao ambiente político dos movimentos sociais, os analistas do confronto político podem acabar não explicando nada. Tarrow (2009) aponta que uma das

principais inconsistências na aplicação do conceito seria a falta de consenso nos trabalhos empíricos relativamente às variáveis que verdadeiramente afetam o processo político. Mazzilli Pereira (2018) sugere que o conceito tem sido utilizado de forma pouco precisa, sem que sejam definidos quais aspectos da mobilização coletiva são impactados pelas oportunidades políticas, quais atores são afetados por elas, como as oportunidades afetam os movimentos, o que são oportunidades políticas e quais as suas dimensões. O conceito pode se mostrar proveitoso caso os trabalhos indiquem uma conceptualização nítida e apontem “quais os aspectos do confronto político elas afetam e de que forma o fazem” (Mazzilli Pereira, 2018, p. 49).

Nesta tese, compreendo que as oportunidades e restrições políticas podem ser tanto estruturais como contextuais, mas priorizo a análise das variáveis situacionais, que ajudam, na minha perspectiva, a explicar de forma mais satisfatória porque o ativismo LGBTQIA+ à direita emerge em um contexto de oportunidades e ameaças/restrições específico. Também procuro me situar na abordagem conceitual presente no trabalho de Tarrow (2009), que ressalta os processos de sinalização de oportunidades e o modo como estas são percebidas pelos atores políticos. Sem contestar a abordagem mais “estrutural” do conceito, que pode ser pertinente para a análise de outros objetos de pesquisa, compreendo que o primeiro modelo serve à proposta desta investigação porque ajuda a identificar as variáveis que efetivamente estimularam os atores a agir, evitando suposições estruturalistas³⁸.

Para evitar imprecisões, buscarei, nas duas seções finais do capítulo, analisar separadamente as oportunidades políticas e culturais, designando quais aspectos do confronto são afetados (e como são afetados) por cada uma destas dimensões e suas respectivas variáveis. As análises apresentadas na segunda parte deste capítulo foram produzidas com base na triangulação de dados empíricos recolhidos a partir de uma pesquisa documental na imprensa digital, etnografia online e entrevistas com ativistas. As entrevistas, em especial, se mostraram fundamentais para acessar o ponto de vista dos atores e compreender como eles interpretaram determinados episódios como *sinais* de oportunidades e ameaças. Tendo em vista que este *corpus* de análise foi constituído para atender a propósitos específicos, atendendo a critérios de

³⁸ Isso não implica na defesa de uma visão estritamente racional, calculista e onisciente dos atores políticos, tampouco que estes não testem diversas táticas e estratégias antes de obter sucesso em suas mobilizações. Como veremos mais adiante, alguns atores demonstram um elevado e permanente grau de reflexividade em torno das questões referentes às oportunidades e restrições para a ação, ao passo que outros parecem menos preocupados com o processo político ou apenas incorporam esta disposição após engajarem-se politicamente. Da mesma forma, alguns ativistas “gays de direita” estavam mais ou menos mobilizados antes de 2013, fazendo uso dos mesmos enquadramentos de ação coletiva que se difundiram em maior escala quando mudanças nas variáveis de oportunidades políticas passaram a favorecer os setores de oposição à direita do governo do PT.

interesse teórico, sugiro que os resultados apresentados não devam ser generalizados, muito embora possam apresentar pistas e *insights* para futuras investigações sobre o tema.

Origens do movimento LGBTQIA+ no Brasil

Para compreender a emergência do movimento homossexual no Brasil é necessário retornar ao período da liberalização do regime militar (1974-1985)³⁹. Esse processo tem como marco inicial a crise do petróleo no mercado internacional, em 1973, cujos abalos levaram ao fim do chamado “milagre econômico” (1968-1973), período de aceleração dos índices de desenvolvimento do país com base em uma política de expansão dos incentivos estatais. Com a inflação e o aumento da dívida interna, a estabilidade do regime autoritário foi colocada à prova. A vitória da “oposição consentida” (o Movimento Democrático Brasileiro - MDB) nas eleições para o Senado em 1974, sinalizou a perda da hegemonia eleitoral do partido de sustentação do regime (a Aliança Renovadora Nacional - ARENA) e acentuou as divergências internas entre os generais da “linha dura” e os setores “moderados” das Forças Armadas. Assim, em 1974, o general Ernesto Geisel, representante da ala moderada, substituiu a “linha dura” Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, dando início ao relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade, processo definido à época como uma abertura “lenta, gradual e moderada” (Sallum, 1996; Skidmore, 1988). Entretanto, o plano de distensão política

³⁹ Instaurado por meio de um Golpe de Estado que destituiu o governo democraticamente eleito de João Goulart, o Jango (1961-1964), em 1º de abril de 1964, o regime militar brasileiro foi estabelecido com objetivo imediato de impedir a efetivação de um conjunto de “reformas de base” (nacionalização de indústrias multinacionais e as reformas agrária, urbana e fiscal) anunciadas por Jango em março do mesmo ano. Elaboradas com o objetivo de superar as condições de subdesenvolvimento e diminuir as desigualdades sociais no país, estas reformas encontraram forte resistência entre as elites nacionais e os setores do capital estrangeiro que atuavam no Brasil. Sob o pretexto da Doutrina de Segurança Nacional, os militares de alta patente do exército tomaram o poder de modo preventivo, para frear a suposta “ameaça comunista” — relacionada ao contexto de guerra fria e à memória recente da Revolução Cubana de 1959 no continente americano. Os militares receberam apoio de amplos setores do empresariado, latifundiários, governo estadunidense, imprensa, classes médias urbanas e igreja católica — estes dois últimos reunidos, dias antes do golpe, na “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, mobilização de cariz nacionalista, anticomunista e cristã realizada no centro de São Paulo. Juntos, estes setores constituíram as bases sociais daquilo que configurou um regime de natureza *civil-militar* (Dreifuss, 1981) que, embora anunciado como uma “intervenção pontual”, duraria mais de vinte anos. Em dezembro de 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), intensificou-se a perseguição, prisão e o combate às dissidências políticas, nomeadamente políticos ligados ao populismo e ao trabalhismo, intelectuais de esquerda, sindicalistas, organizações comunistas e movimentos estudantis (Skidmore, 1988; Reis Filho, 2000), bem como o controle das atividades culturais e de imprensa por meio do recrudescimento da censura. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade publicados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em dezembro de 2014 (relatório disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>), as atividades repressivas do regime duraram mais de duas décadas e resultaram na destituição de 4.841 representantes democraticamente eleitos de seus cargos, na prisão e tortura de aproximadamente 20 mil pessoas e na morte e/ou desaparecimento de outras 434. O golpe militar de 1964 produziu inúmeras interpretações no campo das ciências sociais, entre as quais a de que teria sido engendrado como forma de derrotar a crescente autonomia e organização da sociedade civil (Fernandes, 1976; Weffort, 1978).

dos militares não tinha a intenção de efetivar um projeto real de democratização da sociedade (Skidmore, 1988). Ao contrário, buscava consolidar e legitimar o regime autoritário (Fernandes, 1976) por meio do isolamento político dos setores mais repressivos das Forças Armadas, recuperação da política econômica nacional-desenvolvimentista e distribuição seletiva de direitos civis, políticos e sociais, de modo a conter o crescente descontentamento da população com os rumos do regime (Sallum, 1996).

Os deslocamentos no andar de cima foram interpretados pelos opositores do regime como sinal de instabilidade, pavimentando o caminho para o confronto nas ruas. A partir de 1974, setores importantes da sociedade civil como estudantes, sindicalistas, feministas, movimento negro, associações de bairro e tendências progressistas ligadas à Igreja Católica, passaram a desafiar o governo com amplas mobilizações, apoiadas por artistas, intelectuais, elites liberais e políticos da oposição. Os militares da ala moderada encontraram dificuldades para conter os protestos, contribuindo, de forma não intencional, para a consolidação de novas redes de associativismo político nas periferias das grandes cidades, fábricas, escolas e universidades brasileiras (Souza, 2013). Como resultado desse processo, teve início no final dos anos 1970 um ciclo de protestos pela redemocratização do país. As greves de trabalhadores da indústria automobilística na região do ABC paulista (municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) em 1978, 1979 e 1980 foram a expressão máxima deste ciclo, despertando a solidariedade de inúmeros movimentos (feministas, homossexuais, estudantes) e inspirando mobilizações pela ampliação dos direitos civis em todo o país.

Foi nesse ambiente de alargamento das oportunidades políticas e culturais, construção de novos laços de solidariedade e renovação dos repertórios de confronto com as autoridades que o movimento homossexual brasileiro começou a tomar forma. O lançamento do jornal alternativo de circulação nacional *Lampião da Esquina*, em abril de 1978, tem sido apontado pela literatura como o marco fundacional do movimento, muito embora autores como Colaço (2012), Morando (2014) e Bortolozzi (2021) refiram-se a mobilizações anteriores, em diferentes escalas e com objetivos distintos. Tarrow (2009) argumenta que a imprensa esteve historicamente relacionada à difusão do associativismo político, contribuindo para a disseminação das formas de ação dos movimentos sociais entre públicos geograficamente dispersos e para a construção de estruturas conectivas capazes de integrar um maior número de pessoas. O caso do *Lampião da Esquina* remete precisamente a esta dinâmica: ao longo de três anos e mais de 40 edições, o jornal cumpriu o papel de conectar ativistas, publicizando a criação de grupos organizados de gays e lésbicas em cidades de diferentes regiões do país, promovendo

a troca de informação e inspirando debates por meio da publicação de artigos sobre temas como homossexualidade, religião, feminismo, racismo, ecologia e prostituição, sempre enfatizando a importância da luta das chamadas “minorias políticas” (Facchini e Simões, 2009).

Pouco tempo após o lançamento do *Lampião*, surgiu em São Paulo o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, formado por quinze ativistas, entre os quais diversos editores do jornal. Inicialmente, as reuniões aconteciam a portas fechadas na casa dos próprios ativistas, que temiam a vigilância dos órgãos de repressão. Diante da intensificação do protesto de rua contra o regime, o grupo logo se voltou para a realização de atividades públicas, como debates em universidades, emissão de moções de repúdio e manifestações de solidariedade a outros movimentos, como o operário, negro e o feminista. Em 1979, o grupo adotou o nome de Somos, consolidando aquele que é considerado pela literatura como a primeira organização de ativismo gay e lésbico do Brasil (McRae, 1990; Facchini, 2005). Neste primeiro momento, o movimento homossexual era relativamente pequeno, pouco coeso e internamente diverso, com grande parte das organizações concentradas nas capitais das regiões Sul e Sudeste do país e com alguma expressão no Nordeste e na capital federal, Brasília (Souza, 2013; Cruz, 2015)⁴⁰. Contudo, a movimentação dos grupos pioneiros em torno da chamada “liberação homossexual” no final dos anos 1970 foi fundamental para estabelecer a causa homossexual como um debate político emergente no contexto da redemocratização, constituindo as bases para a trajetória do ativismo gay e lésbico no Brasil nas décadas seguintes (Souza, 2013).

O regime militar era percebido pelo movimento como um agente de reiteração e institucionalização do preconceito às homossexualidades arraigado na sociedade brasileira, de modo que as reivindicações iniciais se voltaram para a denúncia da repressão policial aos espaços de sociabilidade homossexual (bares, galerias e outros pontos de encontro), o preconceito reforçado pelos meios de comunicação social (MacRae, 1990; Facchini & Simões, 2009) e a censura imposta pelo regime — *Lampião da Esquina*, por exemplo, tornou-se alvo de um inquérito aberto pelas autoridades policiais em 1978 para investigar suposta “ofensa à moral e ao pudor público” (Rodrigues, 2014; Quinalha, 2017)⁴¹. O viés antiautoritário se fez

⁴⁰ Diversos grupos fundados neste período se distinguiam do perfil libertário e autonomista consagrado na literatura. O Libertos, de Guarulhos (SP), era composto principalmente por filhos de operários e tinha uma posição mais favorável às alianças com a esquerda e outros movimentos sociais (Souza, 2013). O Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980, apresentava desde o início uma proposta mais voltada para a atuação institucional (Cruz, 2015). O Adé Dudu - Grupo de Negros Homossexuais, fundado em 1981 na cidade de Salvador, foi o primeiro grupo “afro-gay” do país, antecipando em pelo menos três décadas a abordagem interseccional entre racismo e homofobia que ganharia maior relevo a partir dos anos 2010 (Silva, 2021).

⁴¹ Durante o regime militar, a censura e a repressão também tiveram como alvos privilegiados as dissidências sexuais (Green & Quinalha, 2014). Em uma conjuntura internacional marcada pela emergência da contracultura

notar no primeiro protesto de rua organizado pelo movimento, realizado em São Paulo, em 13 junho de 1978, para denunciar a atuação arbitrária das polícias civil e militar no âmbito da “Operação Limpeza”, responsável pela prisão, fichamento e tortura de cerca de 1.500 prostitutas, travestis e homossexuais na capital paulista (Quinalha, 2017).

Souza (2013) argumenta que a formação do movimento homossexual brasileiro esteve condicionada, de um lado, pela dilatação das oportunidades políticas ocasionada pela liberalização do regime militar e o ciclo de protestos pela redemocratização e, de outro, pelo alargamento das oportunidades culturais, nomeadamente o fortalecimento de um “clima” cultural de contestação orquestrado pela imprensa alternativa e pela contracultura marginal dos anos 1960 e 1970. Embora o regime militar tenha constituído um aparato de repressão política relativamente sofisticado, voltado tanto para o desmantelamento das atividades políticas de oposição ao governo quanto para a censura prévia dos meios de comunicação e manifestações artísticas e culturais, a repressão não se deu de forma contínua e homogênea ao longo das duas décadas — a censura, por exemplo, teve diferentes fases de intensidade e de escolha dos veículos e bens culturais proscritos (Soares, 1999). O caráter descontínuo e “errático” da repressão resultou “num complexo jogo de interações entre desafiantes, membros do governo e elites políticas” (Souza, 2013, p. 51), possibilitando aos opositores inúmeras brechas para explorar diferentes formas de contestação. Para os ativistas gays e lésbicas que irromperam a cena pública no final dos anos 1970, estas “brechas” eram os espaços de produção e difusão de manifestações artísticas contraculturais, os quais ofereceram a linguagem necessária para a politização dos chamados “temas malditos” (corpo, sexualidade e drogas).

Como efeito dessa interação complexa com o ambiente político e cultural da liberalização o movimento homossexual assumiu, inicialmente, um caráter defensivo em relação ao Estado e seus representantes, incorporando um discurso de autonomia face às instituições, desconfiança relativamente às autoridades governamentais e certa rejeição às

e de movimentos pelos direitos civis de “minorias políticas”, a homossexualidade foi arrolada pelos militares como parte de um conjunto de ansiedades subversivas relacionadas ao “perigo comunista”. Particularmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5, que suspendeu uma série de direitos constitucionais e estabeleceu a censura prévia dos meios de comunicação, o regime mobilizou seus aparatos de vigilância, censura e repressão para garantir o controle tanto das manifestações políticas e artísticas no espaço público quanto da vida privada e cotidiana dos cidadãos. Personalidades de televisão considerados “afeminados”, jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas com referências à homossexualidade se tornaram alvo constante dos censores, avessos a tudo o que lhes parecesse “atentado à moral e aos bons costumes” (Fico, 2014, p. 15). A repressão policial também mirou os chamados “guetos” e “zonas morais” das grandes cidades brasileiras, regiões que reuniam homossexuais, prostitutas, michês, travestis e cafetões em torno de um circuito específico bares, boates, cinemas e hotéis (Barbosa de Silva, 1959; Perlongher, 1987). Estes espaços se tornaram palco das famosas “batidas policiais”, sendo a mais famosa a “Operação Limpeza”, ocorrida em São Paulo, em meados de 1978.

formas hierárquicas de organização (Boschi, 1987). Com vistas a validar a ação dos chamados movimentos “identitários”, os ativistas gays e lésbicas também se valeram da linguagem contracultural em circulação para contestar a insistência da esquerda em manter os trabalhadores urbanos e o “povo” como agentes privilegiados da mudança social (Souza, 2013). Em seus slogans e palavras de ordem, prevalecia uma estética, irreverente e ousada, que se contrapunha à rigidez do movimento operário e das organizações da esquerda marxista.

Isso não quer dizer que o Estado e os partidos políticos, particularmente os de esquerda, não tenham desempenhado um papel relevante na formação do movimento. Ao contrário, suas organizações serviram, desde antes do fechamento do regime, em 1964, como espaço de socialização política para toda uma geração pioneira do movimento homossexual (Cruz, 2015), ainda que muitos destes ativistas tenham posteriormente abandonado as fileiras do comunismo e do socialismo para abraçar as ideias de uma “nova esquerda” libertária pós-1968. Como reflexo deste choque de ideias, a politização da homossexualidade enfrentou forte resistência entre as correntes mais tradicionais da esquerda na década de 1970, gerando tensões no interior do bloco de oposição ao regime militar. Parte importante das organizações socialistas considerava as mobilização das “minorias políticas” uma “luta menor”, as questões referentes ao sexo e ao gênero como “secundárias” e a homossexualidade fruto da “degeneração burguesa” (Souza; 2013; Cruz, 2015; Green, 2003).

É somente na virada para os 1980, quando os desdobramentos da transição política impuseram aos movimentos sociais do período o desafio de incidir sobre a crescente abertura dos canais de participação política institucional, que as divergências entre o movimento homossexual e as esquerdas políticas começam a ser diluídas, ainda que parcialmente. Movidos por interesses comuns, agremiações à esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, e o Partido Verde (PV), fundado em 1986, abrigaram candidaturas de ativistas homossexuais para o legislativo municipal, estadual e federal nos ciclos eleitorais de 1982 e 1986 (Cruz, 2015). Durante a Assembleia Constituinte (1987-1988), a esquerda foi responsável por apresentar a proposta, elaborada por ativistas do grupo Triângulo Rosa, de inclusão do termo “orientação sexual” na lista de vedações à discriminação (Câmara, 2002). A iniciativa enfrentou resistência por parte de deputados de partidos de centro e de direita, muitos dos quais representantes de denominações evangélicas. Os opositores classificaram o episódio como uma tentativa do movimento de abrir precedente constitucional para uma futura legalização das uniões homossexuais (Bahia & Santos, 2013, p. 5) e foram bem-sucedidos em impedir a aprovação da proposta em votação no plenário.

De La Dehesa (2010) afirma que, no Brasil, a esquerda serviu como “porta de entrada” para o movimento homossexual na política institucional. De fato, a maior permeabilidade às demandas do movimento neste período por parte de partidos situados à esquerda no espectro político (como PT, PV e PDT), estabeleceu uma tendência político-institucional que se consolidaria nas décadas seguintes: enquanto a esquerda posicionou-se como aliada em potencial, a direita ficou “marcada” como potencial oponente. Esse esquema contribuiu para alimentar a ideia de uma suposta afinidade constitutiva entre a esquerda e os movimentos LGBTQIA+, muito embora as tensões entre a esquerda e o ativismo gay e lésbico nunca tenham desaparecido completamente. A direita, por sua vez, mostrou-se permeável à causa em diversas ocasiões, como veremos nas páginas a seguir.

Transformações do movimento LGBTQIA+ durante a Nova República

A despeito do vigor democrático injetado pela promulgação da Constituição de 1988, a década de 1990 foi marcada pela implementação de um extenso pacote de reformas neoliberais, cujo objetivo era sepultar o projeto nacional-desenvolvimentista de construção do Estado brasileiro, objeto de controvérsias desde os governos de Getúlio Vargas nos anos 1930 (Sallum, 2000). Em conformidade com as políticas macroeconômicas do Consenso de Washington, as medidas de austeridade implementadas pelos governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se deram no sentido de privatizar as empresas estatais, reduzir investimentos públicos, limitar a atuação do Estado e delegar a responsabilidade pelas políticas sociais ao mercado e à sociedade civil. Como resultado, parte dos movimentos sociais assumiram o estatuto de Organizações Não-Governamentais (ONG), substituindo o cariz autonomista e defensivo da década anterior por uma postura colaborativa para com o Estado. Ao mesmo tempo, foram criados conselhos, fóruns, redes e outras formas de articulação entre a sociedade civil e representantes estatais de modo a facilitar a proposição, implementação e gestão de políticas públicas (Gohn, 2004).

O movimento homossexual não passou ileso por este processo mais amplo de mudanças. Com base no acúmulo de experiências, no conhecimento e no acesso facilitado à comunidade, os grupos de ativismo que haviam se especializado no combate e prevenção ao HIV e à Aids nos anos 1980 passaram a se organizar enquanto ONGs. Foram incumbidos de coordenar, de forma inédita, projetos de prevenção financiados por programas estatais (Carrara, 2010), alguns dos quais tornaram o Brasil um dos países pioneiros na resposta comunitária e governamental à epidemia (Bortolozzi, 2021). Essa tendência se consolidou sobretudo a partir

de 1994, quando o governo brasileiro assinou com o Banco Mundial um acordo que previa incentivos para a participação de ONGs na implementação de políticas públicas nesta área. Essa espécie de “virada colaborativa” fez com que as pautas do movimento homossexual adentrassem a agenda política do Estado brasileiro através das políticas de saúde, mais precisamente por meio da política de combate à Aids, e não pelo reconhecimento das demandas por cidadania (Facchini, 2011, Facchini & Simões, 2009).

De fato, o Congresso Nacional permaneceu relativamente impermeável às demandas do movimento após a instauração do regime democrático⁴². Como observaram Santos e Melo (2018), as iniciativas parlamentares para tentar atender às demandas do movimento homossexual nesse período foram poucas (com destaque para a proposta de legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo apresentada pela então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) em 1995) e quase sempre acompanhadas de reações adversas da bancada evangélica e de parlamentares ligados à Igreja Católica. Segundo os autores, remete a este período a consolidação do *modus operandi* dos opositores dos movimentos LGBTQIA+ no parlamento brasileiro, baseado na chantagem ao executivo. Já naquela época, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) era pressionado pelos setores religiosos a ignorar as demandas por cidadania sexual para não perder apoio na Câmara e no Senado em votações importantes para o seu governo.

O contexto de oportunidades políticas e culturais aberto pela liberalização da economia e da sociedade na década de 1990 também permitiu ao movimento ampliar seu leque de repertórios de ação coletiva. Os ativistas intensificaram a participação no movimento nacional e internacional de direitos humanos, a interlocução com a academia, os parlamentos e os organismos multilaterais. Também passaram a investir na realização das Paradas do Orgulho (Facchini, 2010), mistura inovadora de protesto e celebração que passou a reunir um público mais amplo de “simpatizantes” da causa, como os integrantes da subcultura *clubber*, membros de partidos políticos, movimentos aliados, familiares e amigos de ativistas (Facchini, 2011). A

⁴² Com base nos poucos episódios em que projetos de lei relacionados ao tema chegaram a ser votados e na adesão à Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, Santos (2016b) afirma que a filiação ideológico-partidária não parece ser o fator mais seguro para explicar os posicionamentos dos parlamentares relativamente aos direitos LGBTQIA+ no Congresso Nacional. Cita como exemplo o caso do centrista MDB que, durante a Constituinte, esteve dividido quanto a inclusão do termo “orientação sexual” na constituição, tendo sido recordista tanto de votos contrários como favoráveis. Na mesma votação, a esquerda foi a segunda bancada mais favorável à proposta e a direita a segunda bancada com mais votos contrários. Contudo, ao longo dos anos 1990 e 2000, enquanto a esquerda assumiu a dianteira no apoio a matérias e iniciativas ligadas à cidadania LGBTQIA+, a direita, em determinados momentos, ocupou o segundo maior contingente de parlamentares apoiantes da causa. Para Santos (2016b) este quadro pode ser atribuído ao crescente trabalho de conscientização dos ativistas LGBTQIA+ junto aos partidos e ao Estado naquele período e à criação de setoriais voltados para o tema no interior das agremiações.

primeira edição aconteceu em junho de 1997, na Avenida Paulista, em São Paulo, e contou com a modesta participação de 2 mil pessoas (França, 2006). As Paradas foram responsáveis por consolidar no movimento uma política assente nas noções de orgulho e visibilidade massiva, contribuindo para ampliar o debate social acerca da legitimidade das demandas por cidadania LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, tornou-se objeto de inúmeras controvérsias, tanto por parte de setores conservadores, insatisfeitos com o apoio do poder público ao evento, quanto dentro da própria “comunidade”, nem sempre unânime em relação à abordagem “festiva” conferida a esta manifestação.

Os anos 1990 também marcaram aquilo que Trevisan (2018) chamou de “uma definitiva inserção dos homossexuais no mercado”, com o desenvolvimento mais robusto de um comércio específico para o público “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes). Esta sigla, atualmente em desuso no contexto brasileiro, foi criada em meados dos anos 1990 por setores do empresariado para designar a emergência de um mercado voltado para o público homossexual no Brasil, caracterizado pelo surgimento de revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo e namoro orientadas exclusivamente para este público, além da segmentação de outros serviços preexistentes para abranger esta fatia do mercado. De acordo com Trevisan (2018), o acrônimo “GLS” buscava “introduzir num contexto brasileiro a ideia americana de *gay friendly*”. França (2007) observa que a inclusão dos chamados “simpatizantes” também procurava abarcar consumidores que não se identificam como homossexuais, mas que de alguma forma participam desse universo, expandindo as fronteiras do “gueto”.

Para Facchini (2005), a interlocução mais ampla com o Estado e o mercado foi um fator decisivo para que o movimento adotasse um sistema classificatório baseado na distinção por orientação sexual e identidade de gênero. A partir dos anos 1990, observa-se a proliferação de siglas destinadas a nomear os vários sujeitos políticos do movimento, como GLT (gays, lésbicas e travestis) e GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), muitas delas criadas com o intuito de estabelecer um diálogo crítico com outras em circulação, como a anteriormente referida GLS, oriunda do mercado, e HSH (homens que fazem sexo com homens), derivada das políticas de saúde (Facchini, 2005). A conquista de uma maior visibilidade por parte de segmentos específicos reforçou antigas tensões no interior do movimento e estimulou processos de afirmação identitária. Esta tendência tornou-se visível na década de 2000, quando se multiplicaram as entidades representativas focadas em identidades específicas como a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), fundada em 2000, e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003.

Com a eleição do ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) para a Presidência da República em outubro de 2002, tem início no país um novo período político, econômico e cultural. Com base na diminuição do desemprego, aumento real do salário-mínimo e a implementação e ampliação de programas sociais voltados para a diminuição da pobreza e da desigualdade social, como o Fome Zero e o Bolsa Família, o governo Lula (2003-2010) alcançou relativa estabilidade política e econômica. Medidas como a expansão do acesso ao ensino superior público e privado, a ampliação do crédito e o fortalecimento dos canais de participação política foram implementadas sem que fossem alteradas substancialmente as estruturas desiguais de concentração de renda que garantiam o poder econômico, político e ideológico das classes dominantes (Singer & Loureiro, 2017). Por meio desta política conciliatória, o “lulismo⁴³” conseguiu tanto alavancar a inclusão dos mais pobres quanto agradar setores estratégicos das classes dominantes, produzindo aquilo que Singer (2012) chamou de um “reformismo fraco”.

Para o então movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis), a chegada de um partido mais permeável à causa ao Palácio do Planalto sinalizou a oportunidade de ampliação do uso de táticas institucionais orientadas para a gestão pública federal (Mazzili Pereira, 2018). A nova conjuntura favoreceu também a adaptação dos enquadramentos de ação coletiva do movimento, que passaram a qualificar formalmente as pessoas LGBTQIA+ como um grupo social específico ao qual era negado o pleno exercício da cidadania em função da orientação sexual e da identidade de gênero. Esta condição justificaria a garantia um conjunto mais amplo de direitos para além daqueles relacionados à saúde (Mazzili Pereira, 2018; Pereira, 2016). Os ativistas passaram a empregar de forma recorrente do conceito de “homofobia” para designar “o conjunto de discriminações que impedem o pleno exercício dos direitos por pessoas LGBT, enfatizando a violência sofrida por essas pessoas em decorrência de sua orientação sexual” (Mazzili Pereira, 2018, p. 18). Assim, ganhou ênfase a pressão junto ao Governo Federal pelo desenvolvimento de políticas públicas de combate à discriminação e à violência homofóbica e a aprovação de leis que reconhecessem os direitos deste grupo social. Constavam, nessa lista de demandas, a criminalização da homofobia, a união civil, o casamento e a adoção para casais

⁴³ Singer (2012) define o lulismo enquanto espécie de realinhamento eleitoral que desponta entre 2002 e 2006 como resultado de um programa político voltado para atender as necessidades de uma faixa da população que recebe em torno de até dois salários-mínimos de renda familiar mensal. Estes, por sua vez, respondem de forma afirmativa ao sucesso destas políticas, tornando-se a partir de 2006 a principal base de sustentação eleitoral do Partido dos Trabalhadores na disputa pelo executivo federal e promovendo uma mudança no discurso do partido, que se desloca da defesa dos direitos dos “trabalhadores” para a defesa “dos mais pobres”. Uma das características centrais deste subproletariado ascendente seria o desejo por mudanças sem ameaça à ordem estabelecida.

formados por pessoas do mesmo sexo, bem como o reconhecimento do nome social de pessoas travestis e transexuais (Pereira, 2016).

Com a abertura das oportunidades de intervenção junto ao Executivo federal, parte importante do movimento se voltou para a institucionalização desta agenda de reivindicações. Em 2003, foi criada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, sendo renomeada, em 2007, como Frente Parlamentar de Defesa da Cidadania LGBT (FPLGBT), espaço de interlocução entre parlamentares e representantes do movimento. Em maio de 2004, o governo Lula promoveu o lançamento do “Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” primeira iniciativa do Executivo federal dedicada integralmente ao enfrentamento da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (Carrara, 2010; Pereira & Santos, 2016). Construído em parceria com sociedade civil, o programa estabeleceu mecanismos para a promoção da cidadania LGBTQIA+ em áreas estratégicas como saúde, educação, cultura, segurança e trabalho. Observa-se a partir daí “um intenso trânsito e deslocamento de ativistas para a estrutura do Estado” (Pereira, 2018, p. 442), que passaram a atuar como gestores/as das políticas implementadas⁴⁴.

O maior apoio do Estado favoreceu ainda a nacionalização das “Paradas do Orgulho LGBT”, agora parte do calendário oficial das principais capitais brasileiras, chegando também às cidades do interior do país. Além do financiamento público advindo de órgãos de direitos humanos, turismo, cultura e dos programas de combate à Aids, as paradas passaram a contar com maior financiamento privado, inclusive de grandes empresas que não tinham o então segmento LGBT como público específico. Deste modo, consolidaram-se como importante espaço de convergência entre Estado, mercado e ativismo. No ano de 2004, a Parada de São Paulo recebeu o título de “maior parada do mundo”, após registrar a participação de 1,5 milhões de pessoas (Butterman, 2012). Este ambiente de maior visibilidade e discussão pública em torno das orientações sexuais e identidades de gênero na sociedade brasileira não implicou necessariamente na diminuição do preconceito social. Ao contrário, a maior visibilidade alcançada pelos movimentos LGBTQIA+ nos anos 2000 conviveu com o aumento dos casos

⁴⁴ Também durante o governo Lula, ocorreu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2008, em Brasília, que resultou no I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, lançado no ano seguinte. Nesta conferência, o movimento aprovou a adoção da sigla “LGBT”, para valorizar a atuação política das mulheres lésbicas e aproximar a terminologia brasileira daquela predominante em outros países. Duas ações importantes aprovadas na I Conferência tomaram forma nos anos seguintes: a criação, em 2009, da Coordenação Nacional LGBT e, em 2010, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, ambos vinculados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que possuía status de ministério (Pereira, 2016; Irineu, 2018).

de violência e assassinatos motivados por discriminação⁴⁵, provocando debates sobre a aprovação de medidas legais orientadas para a proteção deste grupo social.

A aproximação do movimento com o Estado impactou ainda a morfologia do confronto político, com repercussões dentro e fora dos espaços institucionais. A presença de um governo de centro-esquerda no Palácio do Planalto e sua maior permeabilidade para o diálogo com setores chave do movimento sinalizou uma ameaça tanto para os opositores da causa quanto para setores do movimento mais refratários à uma aliança com o “petismo”. Especialmente após o escândalo de corrupção do “mensalão” em 2005⁴⁶, o governo Lula se viu fragilizado perante a opinião pública, sendo levado a forjar alianças e acordos com setores mais ao centro e à direita do Congresso Nacional (Carreirão, 2007; Rezende, 2016). Como os interesses desses atores (agronegócio, evangélicos, setores armamentistas) quase sempre iam de encontro com o programa político do PT, acirraram-se as tensões entre o Executivo e o parlamento, colocando em cheque a ampla coalização liderada por Lula. Enquanto ativistas LGBTQIA+ se mantiveram ativos em ministérios e secretarias do Governo Federal e nos bastidores da FPLGBT, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) passou a disputar, a partir do Congresso Nacional, estratégias para pressionar o governo a bloquear a aprovação de quaisquer medidas favoráveis a esta população (Mazzilli Pereira, 2018).

Estas disputas também incidiram sobre o crescente processo de pluralização do ativismo LGBTQIA+. Nesse sentido, o grupo Diversidade Tucana (DT), criado em 2006 no interior de um partido de centro-direita, o Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, surge como um dos casos mais emblemáticos. Sem nunca assumir uma identidade política abertamente “de direita”, o DT buscou fazer contraponto àquilo que interpretava como “hegemonia petista”, “cooptação” e “partidarização” do movimento pelo PT (Cruz, 2020), desafiando a ideia de uma direita impermeável ao diálogo sobre as questões de gênero e sexualidade. Nos anos 2000, o antagonismo entre o PT e o PSDB na arena política nacional

⁴⁵ Segundo levantamento realizado anualmente pela ONG Grupo Gay da Bahia, verificou-se, entre os anos de 2006 e 2010, um aumento de mais de 200% no número de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, posicionando o país como campeão mundial de crimes do gênero. Em 2006, foram contabilizados 112 assassinatos do tipo, número que saltou para 260 em 2010. Este levantamento é realizado desde os anos 1980 com base em ocorrências noticiadas pelos órgãos de imprensa em âmbito nacional. Não há estatísticas oficiais divulgadas com regularidade. Fonte: “Relatório GGB 2018”. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>

⁴⁶ De acordo com Miguel e Coutinho (2007), a crise do chamado “mensalão” consistiu em um esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor do governo do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, resultando em uma crise política de grande repercussão em junho de 2005. O nome “mensalão” refere-se à periodicidade mensal das propinas pagas de forma ilícita. Foi atribuído pelo denunciante do caso, o então deputado federal Roberto Jefferson, e posteriormente adotado pelos meios de comunicação social.

impactava as disputas internas ao movimento LGBTQIA+, particularmente no estado São Paulo, onde o DT foi fundado (Cruz, 2020). Como o PSDB chegou a ocupar, simultaneamente, o governo estadual e a prefeitura da capital paulista entre 2005 e 2006, o DT passou a combinar táticas institucionais e não-institucionais, posicionando-se como um ator central para a implementação de políticas públicas em escala regional. Nacionalmente, o grupo trabalhou na sensibilização das bancadas do PSDB na Câmara e no Senado sobre matérias legislativas relacionadas à cidadania das pessoas LGBTQIA+ (Santos, 2016). A exemplo do PSDB e do Diversidade Tucana, outros partidos de “centro” e de “direita” lançaram os seus setoriais de “diversidade sexual” nos anos seguintes: em 2009, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) lançou, no Rio Grande do Sul, o grupo Movimento Diversidade PMDB e em 2010 o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB lançou o Diversidade PTB (Santos, 2016) ⁴⁷.

Com a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República, em outubro de 2010, o PT conquistou o seu terceiro mandato consecutivo para a chefia do Executivo federal. Primeira mulher a ocupar o cargo na história do Brasil, Rousseff recebeu como herança de seu antecessor a tarefa de gerir uma coalizão de apoiadores (representantes do agronegócio, da indústria armamentista, evangélicos) com interesses cada vez mais conflitantes. Essa política ambivalente começou a dar sinais de fragilidade logo nos primeiros meses de mandato. Em maio de 2011, um dos braços direitos de Rousseff, o então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, foi acusado de envolvimento em um esquema de corrupção. Com o apoio de grupos católicos, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), cada vez mais numerosa⁴⁸, ameaçou apoiar a abertura de uma investigação contra o Ministro caso a presidenta não revogasse o projeto “Escola sem Homofobia” (Mazzilli Pereira, 2018). Elaborado pelo Ministério da Educação em parceria com organizações da sociedade civil, o projeto consistia na distribuição de um material

⁴⁷ Embora a institucionalização da causa nestes partidos seja recente, a presença de atores políticos LGBTQIA+ em agremiações fora o espectro político da esquerda não constitui uma novidade, como demonstra o trabalho de Santos (2016a; 2016b) e a minha dissertação de mestrado (Cruz, 2015), que identificou candidatos abertamente homossexuais disputando cargos nos legislativos em 1982 sob o abrigo do Partido Democrático Social - PDS (antiga ARENA, partido de sustentação do regime militar). Da mesma forma, Kátia Tapety, primeira travesti eleita para um cargo político no país em 1992, chegou à Câmara Municipal de Colônia do Piauí, no Piauí, nordeste brasileiro, concorrendo pelo Partido da Frente Liberal – PFL (1985-2007), dissidência do PDS. Estes casos não parecem, entretanto, apontar para uma identificação rígida dos candidatos com a agenda político-ideológica destes partidos. Uma das interpretações possíveis é de estas filiações tinham um caráter principalmente pragmático, fruto da inserção desses atores em redes sociais nas quais estes partidos possuíam bases políticas mais sólidas. Kátia, por exemplo, teria nascido em uma família abastada composta por políticos de significativa influência na região do semiárido nordestino. A trajetória de Kátia Tapety é explorada no documentário “Kátia” (dir: Karla Holanda; 2013; 74'). Para uma discussão sobre as suas muitas identidades e de sua biografia política, ver Gontijo (2014).

⁴⁸ Nas eleições de 2010, a bancada evangélica cresceu de 43 deputados (54ª legislatura, 2007-2010) para 71 (55ª legislatura, 2011-2014), um crescimento de aproximadamente 42% (Dantas, 2011). No Senado, a bancada contava, durante a 55ª legislatura, com 3 representantes: Walter Pinheiro (PT-BA), Magno Malta (PR-ES) e o bispo Marcelo Crivella (PR-RJ) (Fonte: Câmara dos Deputados).

educativo destinado a combater a discriminação por orientação sexual e de gênero entre estudantes do ensino público. Pressionada por aliado, Rousseff optou por revogar a iniciativa. “*Não aceito propaganda de opções sexuais*”⁴⁹, declarou à imprensa. Deste mesmo episódio, emergiu na cena pública um parlamentar do Estado do Rio de Janeiro até então pouco expressivo nacionalmente, o militar da reserva Jair Bolsonaro (à época membro do Partido Progressista - PP). Presença frequente em programas televisivos de entretenimento, para os quais era convidado a dar “opiniões polêmicas” e “politicamente incorretas” sobre temas relacionados à moralidade, família e sexualidade, Bolsonaro foi um dos responsáveis por conferir ao projeto “Escola Sem Homofobia” a alcunha de “kit gay”.

Por meio da crescente produção e difusão de “pânicos morais” (Irineu, 2018) os opositores dos movimentos LGBTQIA+ ampliaram sua influência nas disputas internas à coalizão liderada por Rousseff, impondo uma sucessão de resultados negativos para os movimentos LGBTQIA+ (Mazzilli Pereira, 2018). Em 2011, o projeto de lei que propunha a criminalização da homofobia foi derrotado no Senado Federal, sob a alegação de que o texto ia de encontro à liberdade de discurso religioso (Santos & Melo, 2018). No ano seguinte, uma campanha de prevenção ao vírus HIV voltada para o público LGBTQIA+ no contexto do carnaval teve de ser vetada pelo Ministério da Saúde por pressão de aliados conservadores do governo. Por conseguinte, observou-se ao longo do governo Dilma o progressivo esvaziamento das estruturas de participação consolidadas nas gestões anteriores, a falta de investimento e a demora na implementação de políticas previstas no Plano Nacional LGBT.

Este processo acelerou o desgaste na relação entre os movimentos LGBTQIA+ e a chefia do Executivo (Bulgarelli, 2018). Face ao contexto de mobilizações globais da juventude por democracia e contra as políticas de austeridade, como a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street, ganharam espaço na sociedade civil posicionamentos mais críticos em relação aos sistemas democráticos representativos e à participação política institucional (Bulgarelli, 2018). Por meio das redes sociais online, uma nova geração de ativistas LGBTQIA+ passou a disputar repertórios de ação e enquadramentos interpretativos com setores mais estabelecidos do movimento. Optaram por um ativismo mais referenciado em indivíduos (blogueiros, intelectuais públicos, *influencers*, *youtubers*) do que em grupos, enfatizando as diferenças entre os vários sujeitos políticos do movimento, propondo uma reflexão mais ampla sobre o uso de

⁴⁹ “Não aceito propaganda de opções sexuais”, afirma Dilma sobre kit anti-homofobia, UOL, 25 de maio de 2011 [acessado em 10 de dezembro de 2020]. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/26/nao-aceito-propaganda-de-opcoes-sexuais-afirma-dilma-sobre-kit-anti-homofobia.htm?cmpid=copiaecola>

categorias “para nomear a si e aos outros” (Bulgarelli, 2018, p. 490) e a necessidade de uma mudança individual de comportamento. Entraram em pauta debates como a intersecção entre raça, gênero e sexualidade (Lima, 2016; Falcão, 2017). Percebida por estes atores como um espaço de “liberdade”, em contraposição a um movimento supostamente dependente das estruturas institucionais, a internet tornou-se palco de intensas disputas. Reeditaram-se antigos debates sobre *autonomia* e *cooptação*, sem que, no entanto, fosse questionado o caráter privado e corporativo das plataformas digitais.

Os partidos e as organizações formais, por sua vez, não saíram de cena. Em 2010, foi eleito pelo Rio de Janeiro o primeiro deputado assumidamente homossexual a atuar em defesa da causa LGBTQIA+ no Congresso Nacional, o jornalista, escritor e professor Jean Wyllys, membro do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, então um partido de oposição à esquerda ao PT. A eleição de Wyllys sinalizou para o movimento e para outros partidos políticos a viabilidade de uma experiência eleitoral bem-sucedida com base no agenciamento de identidades LGBTQIA+, impulsionando outras candidaturas do tipo nos anos seguintes.

Também neste período foram homologadas uma série de decisões judiciais favoráveis à população LGBT, permitindo o acesso a direitos até então negados devido à resistência a estes debates no legislativo. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a possibilidade de união estável para casais do mesmo sexo. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça proibiu os cartórios de recusarem a habilitação ao casamento homoafetivo. Outras decisões do STF vieram nos anos seguintes: alteração do nome no registro civil sem a necessidade de intervenções cirúrgicas para pessoas trans (2018), a equiparação da homofobia ao crime de racismo (2019) e a suspensão das normas do Ministério da Saúde que exigiam aos homens bissexuais e homossexuais a abstinência sexual de cerca de um ano para a doação de sangue (2020). Contudo, ao avançar com a deliberação de assuntos de caráter sensível “travados” no poder legislativo, o STF tornou-se alvo de críticas por parte de setores da sociedade que identificaram nesta tendência um processo de “politização do judiciário” (Maciel & Koener, 2002; Santos & Szwako, 2016; Almeida, 2019).

Em resumo, o período dos governos petistas foi marcado por uma complexa teia de oportunidades e restrições políticas na qual os movimentos LGBTQIA+ disputaram espaços, recursos, narrativas e resultados em arenas antes inacessíveis aos ativistas (tribunais, parlamentos, ministérios, media). Este fenômeno foi acompanhado por um processo de intensas transformações culturais, caracterizado pela crescente visibilidade das identidades LGBTQIA+ na sociedade brasileira, pluralização do ativismo, maior espaço conquistado pela produção

acadêmica feminista, *queer* e LGBTQIA+. Estas transformações criaram oportunidades culturais para amplificar discussões outrora rejeitadas ou censuradas no país. Em julho de 2022, enquanto escrevia trechos desta tese, uma pesquisa do Instituto Datafolha sobre o perfil ideológico da população brasileira revelou que 79% dos brasileiros acreditam que a homossexualidade deve ser aceita. Esta pesquisa mostrou que, no intervalo de cinco anos (a última sondagem deste tipo havia sido realizada em 2017), a ideia de que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade passou de 19% para 16%⁵⁰.

O ambiente político do confronto: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro

Com o ciclo de protestos de junho de 2013, aprofundaram-se as tensões internas à coalizão governamental liderada por Rousseff e pelo PT. Embora os dois primeiros anos do governo Dilma tenham sido particularmente intensos em termos de mobilização social (Tatagiba, 2018), junho de 2013 representou a disseminação da conflitualidade política, envolvendo todo o conjunto do tecido social em atividades de protesto. Em 6 de junho, cerca de 2.000 pessoas atenderam ao chamado feito pelo Movimento Passe Livre - MPL nas redes sociais online e foram à Avenida Paulista, uma das principais vias da cidade de São Paulo, para protestar contra o aumento de 7% (o equivalente a R\$ 0,20) nas tarifas de ônibus, metrô e trens metropolitanos aplicado pelos governos municipal (do Partido dos Trabalhadores) e estadual (do Partido da Social-Democracia Brasileira, principal opositor do PT na altura). Os manifestantes eram, em sua maioria, estudantes secundaristas, universitários e jovens trabalhadores precarizados. O repertório de confronto era adaptado dos movimentos de justiça global, combinando organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (incluindo a chamada tática *black bloc*), cujos alvos eram os símbolos dos poderes financeiro e político (bancos, prédios da administração pública) (Alonso, 2017).

Inicialmente, os meios de comunicação social adotaram um tom crítico em relação aos protestos. Porém, em 13 de junho, as imagens da repressão policial contra os manifestantes e jornalistas colocaram a imprensa e a opinião pública a favor dos desafiantes. Em uma semana, o número de manifestantes chegou a 1 milhão em várias cidades do país (Winters & Weitz-Shapiro, 2014). Entraram em cena outros movimentos (feminista, moradia, ambientalista, LGBTQIA+, sindicatos) e setores sociais (uma juventude trabalhadora não organizada em

⁵⁰ “Datafolha: 8 em cada 10 brasileiros acham que homossexualidade deve ser aceita”, *Folha de S.Paulo*, 4 de junho de 2022 [acessado em 4 de junho de 2022]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-8-em-cada-10-brasileiros-acham-que-homossexualidade-deve-ser-aceita.shtml>

movimentos estudantis), que trouxeram pautas como a degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos, o combate à corrupção e o volumoso investimento público na realização de “megaeventos” como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos (Singer, 2013; Alonso & Mische, 2016). Esta confluência de atores e interesses distintos e promoveu aquilo que Singer (2013) chamou de “um cruzamento de classes e ideologias”. Paralelamente, a nacionalização do protesto acabou por transferir as insatisfações de âmbito local diretamente para a gestão federal de Rousseff.

Este ambiente de instabilidade foi reforçado pelas recorrentes denúncias de corrupção envolvendo membros do governo do PT, especialmente após julho de 2013, quando teve início uma nova operação da Polícia Federal destinada a investigar crimes de corrupção, a “Lava Jato”⁵¹. Esta operação recebeu ampla cobertura midiática, estimulando um espírito de “faxina ética” por parte da imprensa e da opinião pública (Alonso, 2017, p. 53- 54). Também intensificou o processo de “judicialização da política” (Singer, 2018) observado pelo menos desde o escândalo do “mensalão”. O julgamento deste último havia ocorrido no Supremo Tribunal Federal um ano antes, razão pela qual a associação entre o PT e a corrupção ainda estava fresca no debate público. Silva (2018) observa que a conflitualidade que emergiu deste processo provocou abalos profundos na sociedade brasileira, gerando um rechaço generalizado em relação à política e aos políticos. O PT e a esquerda, outrora portadores da bandeira da ética na política, foram os principais afetados pela repercussão da Lava-Jato, criando o desejo, por parte de setores da população, por uma alternativa política vinda “de fora” do sistema (Almeida, 2019). Ganhou fôlego o debate sobre a ausência de moralidade pública em todas as esferas da vida em sociedade, da política institucional às dinâmicas familiares, acirrando os ânimos entre apoiadores e opositores do PT. Como resultado deste processo, “padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política” (Alonso, 2017, p. 53).

Em outubro de 2014, a reeleição de Rousseff sinalizou uma nova oportunidade de mobilização para grupos de oposição à esquerda e à direita do governo, com maior destaque

⁵¹ Kerche (2018) observa que, para a condução desta operação, o sistema de justiça brasileiro (ou pelo menos a 1ª instância deste sistema) inspirou-se em uma iniciativa similar levada a cabo na Itália no início dos anos 1990, a operação “Mãos Limpas”. Não apenas as estratégias foram replicadas (delações premiadas, hiper mediatização das prisões), como também o modo de funcionamento interno, com uma aproximação institucional da polícia, promotores e juiz encarregado do caso, num processo que resultou na diluição das fronteiras entre as instituições. Este rearranjo teria tanto facilitado o combate à corrupção quanto fragilizado as garantias constitucionais dos acusados, colocando em risco o sistema político.

para os últimos. Insatisfeitos com o resultado das urnas, o PSDB (partido derrotado no segundo turno) e outros setores de oposição ao PT convocaram, ainda em 2014, as primeiras manifestações contra a corrupção e contra o governo Dilma (Alonso, 2017, p. 54). Em 2015, com a iminência de uma grave recessão econômica, Rousseff viu sua popularidade despencar. Teve início um novo ciclo de protestos que duraria quase dois anos, reunindo “principalmente as classes médias e altas” (Tatagiba, 2018, p. 115), que responderam à convocação de organizações criadas especialmente para intervir nesta conjuntura. Inicialmente, o foco dos protestos foram as denúncias de corrupção na Petrobrás, mas a temperatura do ambiente político logo abriu caminho para a pauta do impeachment. Os manifestantes foram às ruas vestindo as cores da bandeira nacional, bradando contra as políticas de combate à pobreza implementadas pelos governos petistas e levantando a bandeira do Estado mínimo, da livre iniciativa e do livre mercado. No plano moral, investiram na reiteration de valores tradicionais como religião, pátria e família (Alonso, 2017), apontando o PT como responsável pela promoção da “ideologia de gênero”. Criaram assim uma moldura ampla, a partir da qual os governos petistas passaram a ser interpretados, ao mesmo tempo, como “autoritários”, “corruptos” e “imorais”.

No curto prazo, essas mobilizações pavimentaram o caminho para a abertura, em dezembro de 2015, do controverso processo de impeachment de Rousseff, que resultou na destituição formal da petista em agosto de 2016. Dilma foi afastada pelo crime de responsabilidade fiscal, em um processo contestado por especialistas do campo jurídico (Sales, 2016). O clima de “faxina ética” estabelecido pela Operação Lava-Jato, a degradação da imagem do partido e a significativa adesão social à campanha pelo impeachment conferiram contornos políticos ao processo, levando o PT a pagar o preço pela participação no “*modus vivendi*” tradicional da política brasileira” (Singer, 2018, p. 251). Em médio prazo, estas mobilizações tornaram possível a assunção pública, por parte de amplas camadas da sociedade brasileira, de uma identidade política orgulhosamente “de direita”, fenômeno que não se observava no país desde o final do regime militar, em 1985. Neste processo, a outrora “direita envergonhada” (Machado & Tarouco, 2010) retomou o gosto pelos repertórios de protesto (Tatagiba, 2018) — e o fez sem medo de ser associada ao passado autoritário do regime militar. Em vários momentos, esse legado foi agenciado pelos manifestantes por meio do resgate de enquadramentos interpretativos que remetiam ao golpe de 1964 (“ameaça comunista”) ou mesmo reivindicado por simpatizantes de uma nova “intervenção” militar, criando um ambiente oportuno para contestação da memória oficial do regime.

Com a saída de Rousseff, quem assumiu a chefia do Executivo foi o seu vice, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Temer rompeu relações políticas com Dilma pouco antes da abertura do processo de impeachment, posicionando-se como uma alternativa viável para os opositores do PT e aprofundando as cisões internas ao bloco governista. Com o apoio das elites econômicas, aplicou um conjunto de reformas neoliberais, nomeadamente a Emenda Constitucional do “teto dos gastos” aprovada ainda em 2016, que limitou por vinte anos as despesas públicas do governo brasileiro, afetando sobretudo o investimento em setores essenciais como saúde e educação, e a reforma trabalhista, que flexibilizou a legislação laboral vigente no país. Intensificou-se o processo de desmonte institucional de políticas públicas, reduzindo as possibilidades de interlocução da sociedade civil com o Executivo federal. Pereira (2021) afirma que este processo de “desinstitucionalização” impactou fortemente a elaboração, implementação e controle social das políticas públicas para a população LGBTIQIA+. Grande parte das estruturas institucionais criadas nos governos anteriores para atender esta população foram esvaziadas, perderam recursos ou simplesmente deixaram de existir.

O clima de instabilidade política e percepção coletiva de insegurança, combinado com a proximidade das eleições presidenciais de 2018, deslocou parte do debate público para as questões relacionadas à moralidade pública. A moldura principal para estes debates foi o suposto legado de degeneração moral deixado pelo PT: no Estado, a corrupção, o aparelhamento e os gastos públicos excessivos; na sociedade civil, a doutrinação comunista, os ataques à família e a deturpação dos valores morais. O rechaço a todo o tipo de agenda política considerada “petista”, “progressista” ou “comunista” favoreceu as campanhas e mobilizações contrárias à “ideologia de gênero”. Estas mobilizações ganharam maior amplitude durante o governo de Dilma Rousseff, com a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados, em 2014 (Cruz & Rezende, 2020). Na época, um trecho que recomendava a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (Lopes & Brandão, 2018, p. 101) gerou intensos debates entre os parlamentares, levando à supressão de qualquer referência ao termo “gênero” no texto aprovado. Nos dois anos seguintes, embates semelhantes repetiram-se nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais do país durante a votação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, sempre mediante protestos de movimentos contrários à “ideologia de gênero” (Cruz & Rezende, 2020).

Em meados de 2017, estas mobilizações se voltaram contra o campo das artes e da produção acadêmica, reunindo uma ampla coalização formada por atores religiosos,

conservadores laicos, nacionalistas e liberais. Três episódios específicos ganharam projeção nacional: as mobilizações pelo fechamento da exposição “Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira”, em Porto Alegre; a “denúncia” da performance “La Bête”, do artista fluminense Wagner Schwartz, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo e o protesto contra a participação da filósofa estadunidense Judith Butler, referência internacional nos estudos de gênero, em uma conferência realizada na capital paulista (Balieiro, 2018). Estas mobilizações se notabilizaram pelo uso de um repertório de ação disruptivo, performático e violento. Em São Paulo, manifestantes queimaram um boneco com o rosto de Butler em via pública, aos gritos de “queima, bruxa”⁵². Ao deixar a cidade, a filósofa foi agredida por ativistas antigênero no Aeroporto de Guarulhos. Os dispositivos móveis desempenharam um papel importante nesse contexto, permitindo aos manifestantes “flagrar”, registrar e disseminar imagens de obras de arte e performances artísticas com conteúdo alegadamente pornográfico e/ou pedófilo. Diante do relativo apoio popular, fizeram circular também as imagens das agressões físicas e verbais perpetradas contra seus opositores, criando uma espécie de êxtase punitivo permanente. Estes episódios geraram intensos debates acerca da liberdade de expressão artística e acadêmica na sociedade brasileira, levando algumas instituições museológicas a implementarem um sistema de classificação indicativa para a exposição de obras contendo nudez. Estabeleceu-se um clima de perseguição ao debate sobre gênero, sexualidade e reprodução, antecipando a perspectiva moralista que daria o tom do ciclo eleitoral do ano seguinte.

Embora a preocupação com as questões de gênero apareça em documentos internos da alta cúpula da Igreja Católica desde os anos 1980, o termo “ideologia de gênero” foi concebido em meados dos anos 1990, como uma espécie de contra estratégia do Vaticano para fazer frente aos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, em Pequim (Chappell, 2006; Corrêa, 2018; Kuhar & Paternotte, 2018). Particularmente após esta última, quando os movimentos feministas emplacaram a substituição da categoria “mulher” pelo conceito de “gênero” no âmbito do sistema de direitos da ONU, o Vaticano passou a investir na elaboração de uma resposta política àquilo que interpretou como estratégia dos movimentos feministas para a promoção do direito ao aborto, ataques à maternidade tradicional e legitimação da

⁵² “Manifestantes protestam contra e a favor de filósofa americana Judith Butler em São Paulo”, *UOL*, 7 de novembro de 2017 [acessado em 9 de maio de 2018]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contrafilosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm?cmpid=copiaecola>

homossexualidade (Kuhar & Paternotte, 2018, p. 518). Por meio da produção de documentos internos, livros e publicações em vários idiomas destinados a alertar sobre os perigos do “gênero”, o Vaticano fez circular a noção de “ideologia de gênero” entre a intelectualidade clerical e laica de vários países. No continente europeu, esta elaboração encontrou apoiadores entre membros de movimentos à direita, particularmente entre populistas conservadores (Kuhar & Paternotte, 2018). Em pouco tempo, este termo passou a animar protestos de rua em várias partes do mundo, favorecendo a formação de coalizões nacionais e transnacionais e oferecendo um enquadramento interpretativo amplo (Snow & Benford, 2000) aos opositores da igualdade de gênero, dos direitos LGBTQIA+ e dos estudos acadêmicos que contrapõem as bases essencialistas das ordens de gênero e sexualidade (Kuhar & Paternotte, 2018, p. 506).

Nas últimas décadas, diversos estudos têm apontado que a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos têm funcionado como veículo para a mobilização política de atores religiosos em vários países. Estes atores buscam conter a secularização da sociedade, as mudanças comportamentais e a consequente perda de influência política, econômica e social das igrejas, particularmente no caso da Igreja Católica (Tricou, 2016; Kuhar & Paternotte, 2018; Almeida, 2019). Na América Latina, o caso do referendo que rejeitou, em 2016, o acordo de paz na Colômbia (Viveiros Vigoya & Rodrigues, 2017) devido à promoção de pânico morais por parte de atores políticos que se opunham às negociações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, bem como as campanhas antigênero que antecederam as eleições de 2018 no Brasil, demonstram o alcance das mobilizações e campanhas antigênero nesta região (entre setores conservadores do catolicismo, conservadores laicos, evangélicos à direita e empresários) e o impacto destas alianças no processo político mais amplo.

No Brasil, onde a separação entre a Igreja e o Estado não implicou nem na rejeição pública da religião nem na sua circunscrição ao mundo privado, a liberdade religiosa favoreceu a participação ativa de atores religiosos na construção e gestão dos espaços públicos de debate (Montero, 2009). Este cenário conduziu ao pluralismo religioso, permitindo que religiões até então não oficiais conquistassem seu espaço na esfera política (Reina, 2019). O protestantismo pentecostal constitui um caso emblemático nesse sentido: menos de um século depois da chegada da Congregação Cristã e da Assembleia de Deus no país no início do século XX, conseguiu afirmar-se no momento da reconstituição democrática do Estado e participar ativamente da elaboração da Constituição Cidadã de 1988 (Reina, 2019), impondo resultados negativos aos movimentos feministas (Rezende, 2016) e homossexual (Santos & Melo, 2018). Esse histórico criou condições para que os evangélicos se tornassem a face mais visível das mobilizações antigênero, muito embora nem todos sejam adeptos de uma agenda conservadora

(Almeida, 2020; Cruz & Rezende, 2020; De Barros, 2022), não apresentem um projeto político comum bem estruturado (Reina, 2019; Luna, 2010) e nem sempre encontrem interesses convergentes com grupos católicos e laicos (Salles & Mariano, 2019). Esta maior visibilidade está relacionada ao caráter “mais proativo e transformador” do movimento evangélico (Almeida, 2019, p. 208) quando comparado a outros ativismos religiosos como o católico, que tende a ser mais “mantenedor” e “discreto”.

Interlocutor habitual da agenda antigênero, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro não teve dificuldades em apresentar-se ao eleitorado brasileiro como legítimo representante da causa no ciclo eleitoral de 2018. Foi bem-sucedido em articular a regulação moral com outros temas em voga na arena política como combate à corrupção, liberalismo econômico e maior ação repressiva e punitiva por parte do aparelho de segurança do Estado (Almeida, 2019), reunindo em torno de sua candidatura os as principais forças sociais à direita do petismo. A ausência de menções ao seu nome na Operação Lava Jato, a vinculação com as Forças Armadas e o atentado político sofrido um mês antes do pleito contribuíram para criar em torno de sua figura o aspecto de imputabilidade moral que a tarefa exigia. Assim, Bolsonaro chegou à disputa presidencial como uma espécie de *outsider* da política convencional, mesmo tendo no currículo uma trajetória de quase trinta anos como parlamentar. Para compensar o pouco tempo de exposição no rádio e na televisão durante a campanha eleitoral, sua equipe privilegiou a utilização de aplicativos de comunicação instantânea como o WhatsApp. O ambiente mais próximo, direto e circunscrito favoreceu o intenso compartilhamento de notícias fraudulentas produzidas para colocar sob suspeição as informações dos meios de comunicação, difundir pânico morais e deslegitimar adversários políticos (Almeida, 2019), ao mesmo tempo em que consagrou a imagem do candidato vindo “de fora do sistema”.

Com a prisão de Luís Inácio Lula da Silva em abril de 2018, em consequência dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, e o posterior indeferimento de sua candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, em setembro do mesmo ano, o PT lançou o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, como candidato à Presidência da República. Ministro da Educação de Dilma Rousseff à época da revogação do “kit gay”, Haddad encontrou forte resistência perante o eleitorado mais religioso e conservador. Fez uma campanha voltada para a defesa da democracia, contra um governo composto pelos militares e pela garantia dos direitos civis estabelecidos pela Constituição de 1988, mas não conseguiu o desgaste imposto pelas acusações e condenações por corrupção que pesavam contra seus correligionários. Bolsonaro venceu as eleições no segundo turno, colocando um ponto final na histórica polarização entre PT e PSDB que havia estruturado os ciclos eleitorais no Brasil desde 1994

(Almeida, 2019). O PSDB, que havia participado da disputa por meio da candidatura de Geraldo Alckmin, terminou o pleito em quarto lugar, cedendo ao novo chefe do Executivo o posto de principal oponente do petismo e da esquerda no cenário político nacional.

Longe de aplacar as muitas crises sociais deflagradas em junho de 2013, o governo Bolsonaro atuou para aprofundá-las. Em um aceno aos setores dominantes, aplicou uma política econômica, agrícola e ambiental voltada para a desregulamentação de estruturas institucionais criadas para a proteção do patrimônio público, do meio ambiente e dos direitos civis. Os anseios militaristas de sua base eleitoral foram atendidos por meio da liberalização da posse e do porte de armas de fogo, além da nomeação de um militar para o comando do Ministério da Defesa, cargo tradicionalmente ocupado por civis desde a redemocratização. Os evangélicos também foram convidados a ocupar cargos de chefia no Executivo, como o Ministério da Educação, Comunicação, Casa Civil e o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, este último criado por Bolsonaro a partir da fusão de antigas secretarias ligadas à proteção dos Direitos Humanos nos governos anteriores. Para comandar a pasta, o presidente convocou a advogada e pastora Damare Alves, antiga assessora parlamentar da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Este ministério deu continuidade ao processo de desinstitucionalização das políticas sociais voltadas para a população LGBTQIA+, ao mesmo tempo em que atuou para institucionalizar as políticas antigênero. Nesse sentido, foram publicadas normas, decretos e portarias com o intuito de restringir o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos previstos constitucionalmente, como por exemplo o aborto em caso de estupro.

Finalmente, contrariando a Organização Mundial de Saúde - OMS, Bolsonaro apostou na propagação do anticientificismo, opondo-se às políticas de prevenção e combate à pandemia do coronavírus a partir de março de 2020, particularmente às medidas de distanciamento social e à posterior campanha de vacinação. Segundo dados computados pelos meios de comunicação social com base em dados divulgados pelas secretarias estaduais de saúde, a política omissiva do governo federal resultou na morte de mais de meio milhão de pessoas por Covid-19 no Brasil até metade de 2021, posicionando o país como o segundo maior em número de mortes pelo vírus, atrás apenas dos Estados Unidos⁵³. A respeito desta forma de governo (e movimento) particulares, que atuam conjuntamente na contramão da busca pelo bem comum, Avritzer (2020) argumenta que Bolsonaro estabeleceu um *modus operandi* cujo objetivo não

⁵³ “Brasil ultrapassa 500 mil mortes por covid-19”, *Viver Bem UOL*, 19 de junho de 2021 [acessado em 19 de junho de 2021]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/19/brasil-ultrapassa-500-mil-mortes-pode-covid-19.htm>

era necessariamente governar, mas destruir políticas públicas e outros políticos (Avritzer et al., 2019)⁵⁴.

Oportunidades políticas para o ativismo LGBTQIA+ à direita

Foi no contexto do aprofundamento da crise dos governos petistas no período pós 2013 que ganharam projeção na cena pública ativistas auto identificados simultaneamente como LGBTQIA+ e “de direita”. Diferentemente do perfil caucasiano, abastado e escolarizado, observado na literatura anglo-saxônica sobre o tema (Rogers e Lott, 1997; Cimino, 2007), esses ativistas destacam-se pelo perfil predominantemente jovem, masculino, racialmente diverso e com origens nos estratos médios e baixos da sociedade brasileira. Em comum, uma forte retórica anti-esquerda, pró-capitalista e contrária à atuação dos movimentos de minorias políticas, incluindo os movimentos LGBTQIA+. Embora geralmente favoráveis à agenda de direitos civis, revelam-se reticentes em relação às demandas por mudanças comportamentais e às abordagens mais “radicais” do movimento, ancoradas em uma perspectiva *queer*. Diferentemente das experiências à direita observadas pela literatura nos últimos anos, como o Diversidade Tucana (Cruz, 2020), não intencionam emplacar a agenda do movimento LGBTQIA+ em partidos e movimentos políticos à direita, mas redefinir os termos do debate e as prioridades do movimento. Deste modo, oscilam entre uma postura de rejeição e rivalidade em relação aos movimentos LGBTQIA+ e à esquerda.

A crescente visibilidade deste novo tipo de ativismo encontrou incentivos materiais e simbólicos em um ambiente altamente favorável aos ativismos no campo político da direita. Nesta seção, concentro-me na análise de quatro variáveis do contexto político que teriam sido fundamentais para alterar a percepção dos ativistas acerca das oportunidades e restrições políticas para o engajamento neste campo político. Na seção seguinte, analiso outras duas variáveis, relacionadas ao contexto de oportunidades culturais. Como referido na seção inicial deste capítulo, esta análise em dois momentos serve principalmente à organização do texto e não pretende estabelecer uma perspectiva apartada da cultura e da política. Ao contrário, defendo que a dimensão política do fenômeno só pode ser compreendida mediante a análise do “clima” cultural, dos espaços discursivos, transformações dos estilos de vida, narrativas e bens culturais que permitiram aos ativistas reinterpretarem as condições do ambiente sociopolítico. Estes dois momentos da análise são, portanto, complementares.

⁵⁴ Sobre os direitos LGBTQIA+ durante o governo Bolsonaro, ver Santos (2022).

O descontentamento com as esquerdas e os movimentos LGBTQIA+

Passada a fase mais aguda de protestos de rua em 2013, o governo de Dilma Rousseff teve de lidar com a intensa midiaticização da Operação Lava Jato e a proximidade da Copa do Mundo de 2014. Diante do crescente descontentamento social com os rumos do governo, havia a expectativa, por parte da oposição, de uma iminente derrota do PT nas eleições presidenciais de 2014. Essa insatisfação encontrou ressonância entre setores da população LGBTQIA+, que identificaram nessa conjuntura os elementos necessários para a elaboração de uma crítica ao projeto político da esquerda e de seus aliados, nomeadamente aos movimentos de minorias políticas. Os discursos de alguns dos meus interlocutores possibilitam lançar algumas pistas importantes sobre o modo como a pauta anticorrupção provocou uma mudança de percepção quanto à efetividade das políticas sociais implementadas ao longo dos governos petistas. Os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo o partido foram interpretados pelos ativistas como evidência de um projeto de poder fisiológico e autoritário, no qual as políticas de combate à desigualdade seriam apenas uma vitrine populista. O discurso de William (professor e pesquisador, homossexual, 35 anos, morador da cidade de São Paulo) é particularmente interessante para ilustrar este aspecto:

William: Ah, a primeira coisa, o que criou o sentimento anti-PT foi a questão da corrupção, né? A corrupção se tornou uma marca do partido, ficou claro com a Lava Jato, né? Que o partido patrocinou um sistema de corrupção, não uma corrupção só pra “ah, beleza, pra sustentar o governo”. Mas uma corrupção visando corromper as instituições, pra que o partido permanecesse no poder... Pra sempre, né? A ideia deles era essa. Era uma espécie de golpe também, né? Um golpe contra a democracia. Eu aparelho as instituições e elas vão estar tão aparelhadas que num certo momento não vai ter ninguém que consiga tirar a gente daqui. Só que o quê? O PT, ele nunca teve o apoio completo das elites, né? Isso é fato, ele não conseguiu isso. As elites apoiavam o PT porque ele estava no poder e ele conseguia mobilizar pessoas. O Lula, ele fez um governo que, ele buscou conciliar com as classes ricas. É engraçado esse lado, né? Aí você começa a ver que a inclusão social que o PT diz que fez foi uma inclusão falsa, uma inclusão de castelo de areia, que não resistiu ao primeiro baque (Entrevista com William, São Paulo, 24 de novembro de 2019).

Embora tenham avançado na implementação de políticas públicas voltadas para a afirmação da diversidade sexual e de gênero, os governos de Lula e Dilma foram percebidos pelos meus interlocutores como pouco atuantes na pauta, dado que muitas das conquistas observadas no período foram obtidas por meio de decisões do Judiciário. O discurso de Mateus (estudante de direito, homossexual, 26 anos, morador da cidade de Florianópolis) expressa uma avaliação negativa em relação ao tratamento conferido pelos governos do PT à pauta LGBTQIA+ e sugere que os acenos do partido a este setor tinham objetivos meramente políticos e eleitorais. Mateus também faz referência à atuação do Deputado Federal Jean

Wyllys, à época membro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), oposição de esquerda aos governos petistas. Esta menção sugere que o seu descontentamento não se dirige somente ao PT, mas ao campo político da esquerda de forma mais ampla:

Mateus: Na parte LGBT, os dois governos pra mim foram horríveis. Porque inclusive também é uma coisa que reforça o meu ponto de vista de que a esquerda trata dos LGBTs só no discurso e não na prática. Que eles ficaram 13 anos no governo e, durante todos esses 13 anos, todas as conquistas que a gente teve foram via Judiciário. Nada foi via Executivo e nada foi via Legislativo. O reconhecimento do casamento civil, do casamento igualitário no Brasil foi via Judiciário. A proibição da cura gay foi via Judiciário, é..., a autorização pra adoção por casais gays foi via Judiciário, foi tudo via Judiciário. Então, assim, nada teve apoio do governo, nada teve participação do governo. O governo do PT, pra pauta LGBT, no Brasil, foi igual todos os outros governos (...). O próprio Jean Wyllys nunca colocou projeto desse tipo em votação (...). Subia na tribuna, fazia o teatro que ele queria fazer (...), mas não propunha projetos aprováveis, digamos assim (...). Então, foi isso, assim, o governo (...) usou muito mais a pauta LGBT como discurso eleitoral pra conseguir votos pra eles. Eles conseguiram uma militância muito forte nesse sentido. Eles conseguiram um apoio muito grande, graças à sinalização de apoio que eles deram na pauta LGBT, mas esse apoio não se concretizou em nenhum dos quatro mandatos deles (Entrevista por videoconferência com Mateus, 1º de maio de 2020).

A relativa garantia de direitos alcançada ao longo da década de 2010 (união civil, casamento e adoção, criminalização da homofobia) também contribuiu para alterar a percepção política dos ativistas quanto aos rumos dos movimentos LGBTQIA+. Relativa porque, como mencionado por Mateus, estes direitos foram conquistados a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e de instituições judiciárias como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não estando, portanto, garantidos por lei. Embora os meandros jurídicos que tornaram possíveis a aprovação destas medidas e as suas implicações legais sejam objeto de intensas disputas entre os ativistas LGBTQIA+ à direita, há certo consenso de que estas decisões foram bem-vindas e que teriam colocado um ponto final nas reivindicações por direitos civis. Por este motivo, os meus interlocutores costumam referir-se aos ativistas LGBTQIA+ como “vitimistas” “barulhentos” ou “inúteis”, com discursos que questionam a imprescindibilidade de suas atuações e apontam para a existência de uma virada “revanchista”:

Mateus: Na minha época, quando eu comecei a pesquisar sobre o movimento que, na época, nem era LGBT, saudades do movimento GLS [risos]. Pra mim parecia que o movimento tinha objetivos muito claros, muito bem definidos e muito bem estabelecidos, que eram: queremos o fim de toda e qualquer diferenciação legal entre pessoas homossexuais e pessoas heterossexuais; queremos direitos civis legais para todos. Era uma coisa muito mais de igualdade formal. Depois que começou essa palhaçada de equidade que aí começaram a falar de luta histórica, de querer culpar uma pessoa pelo que os antepassados dela fizeram, não pelo que essa pessoa fez, aí pra mim já meio que começou a perder o sentido. Principalmente depois que virou LGBT e depois LGBTQ, depois LGBTQI+ (...), pra mim foi meio que perdendo o foco, perdendo o sentido. E deixou de ser um movimento reivindicatório, digamos assim, pra ser um movimento revanchista. Tipo, eu vejo muito sentimento de vingança, muito sentimento de revanche, muito ‘ai, os heteros zoaram a gente durante anos, agora é a nossa vez de ficar zoando com eles’, sabe, eu não acho isso inteligente, até porque

(...) as melhores estatísticas sugerem que 10% da população pode ser gay. Então, assim, a gente é 10 contra 90, saca? Não dá pra gente brincar de revanche, não dá pra gente brincar de toma lá dá cá, não dá pra gente brincar de dar o troco. Isso pra mim não é militância. Isso pra mim não é ativismo. E esse sentimento de vingança e dívida histórica entre aspas não é o tipo de coisa que eu me vejo fazendo, tanto que eu me afastei muito da militância LGBT por conta disso. E isso me fez ter uma outra visão do que deva ser o movimento LGBT daqui pra frente (...) a população LGBT no Brasil, principalmente a comunidade gay, já não tem mais pelo que lutar, sabe? Tipo, a gente já pode se casar, a gente já pode adotar, a gente já tem direitos previdenciários. Tudo que um casal hetero pode fazer um casal gay já pode fazer aqui no Brasil (Entrevista por videoconferência com Mateus, 1º de maio de 2020).

Se para alguns ativistas o PT foi negligente em relação à pauta LGBTQIA+, para outros, partido e movimento estão intimamente ligados. Ignorando as inúmeras tensões históricas que atravessam a relação entre as esquerdas e os movimentos LGBTQIA+, alguns dos meus interlocutores frequentemente promovem uma vinculação entre ambos, sugerindo que a primeira foi responsável pela cooptação do segundo com o intuito de efetivar um amplo processo de transformação social por vias culturais. Durante a imersão no terreno *online*, foi comum deparar-me com discursos referindo-se aos movimentos LGBTQIA+ como “braço do partido comunista”. Da mesma forma, alguns dos meus interlocutores referem-se à implementação dos direitos LGBTQIA+ como processos de “reengenharia social”. A este respeito, Febo, ativista conservador, articula argumentos religiosos e conspiracionistas para apontar como a possibilidade legal de novas conformações familiares oportunizada pelo casamento e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo seria parte de um plano maior, destinado a atacar o modelo familiar heterossexual:

Febo: Eu entendo que tudo é uma engenharia, uma reengenharia social. Eu entendo que dois homens se casarem é uma reengenharia social, por mais que eles se amem e tudo mais. Assim, eu acho que a criança, ela tem um sacrossanto direito de ter um pai e uma mãe. Então, eu sou contra. Porque eu acho que a criança tem o direito de ter um pai e uma mãe (Entrevista com Febo, São Paulo, 15 de novembro de 2019).

Estes argumentos têm como base a teoria conspiratória do “marxismo cultural” — amplamente difundida nas organizações e ambientes online pelos quais circulam estes ativistas — segundo a qual os “comunistas” teriam ampliado a defesa dos “proletários” a novas categorias sociais (mulheres, homossexuais, negros, imigrantes) após a queda do bloco soviético em 1989, devido às crescentes dificuldades encontradas para mobilizar as classes trabalhadoras (Jamin, 2020). Em vez de um processo revolucionário clássico liderado pelo proletariado, os comunistas contemporâneos estariam interessados na efetivação de um processo de mudança cultural de longa duração, baseado na dissolução das hierarquias sociais. Teriam adotado duas estratégias principais para alcançar estes objetivos: a incorporação de uma política acusatória, planeada para transformar adversários políticos em alvo de constantes

imputações de racismo, sexismo, homofobia, antissemitismo, fascismo e conservadorismo; e a ideologia do “politicamente correto” (Rosier, 2020), moldada para reduzir a liberdade de expressão e excluir do debate público temas considerados sensíveis como a imigração e a “islamização” do Ocidente. Nesse sentido, a teoria do “marxismo cultural” se une a outras teorias conspiratórias mais antigas que se referem a uma “nova ordem mundial”, “uma nação global ultra igualitária e multicultural sem alma ou raiz” (Jamin, 2020, p. 52) constituída a partir da destruição da pátria, da família, dos valores cristãos, da autoridade e da moralidade.

Estas duas formas de interpretação da realidade representadas, de um lado, por William e Mateus, para quem o PT e os movimentos LGBTQIA+ deixaram de representar os interesses daqueles que defendia, e de outro, por Pedro, para quem representam uma ameaça à ordem estabelecida, revelam como a corrosão da imagem pública do PT e sua postura ambígua em relação à agenda pelos direitos LGBTQIA+ permitiram aos ativistas posicioná-los como seus principais oponentes. É importante notar que, ao promover uma conexão entre estes dois atores políticos, os ativistas passaram a tratá-los “como uma coisa só”, como se os movimentos LGBTQIA+ fossem politicamente homogêneos e como se a esquerda, particularmente o PT, os tivesse cooptado. Contudo, uma certa percepção da realidade, desagravos, indignações nunca são o suficiente para explicar plenamente a ação coletiva. É preciso reunir pessoas, formar coalizões, confrontar os opositores e garantir a continuidade da mobilização.

O processo de renovação geracional e estratégico das direitas

Devido à percepção de que os governos do PT fracassaram em seus objetivos, muitos dos meus interlocutores passaram a identificar o partido como parte do *status quo*. Essa tendência já havia sido identificada por Alonso e Mische (2016), que analisaram a mobilização estudantil durante o ciclo de protestos de junho de 2013. Nesta investigação, os acontecimentos de 2013 foram referidos diversas vezes pelos ativistas como um “divisor de águas”, momento de ruptura e incertezas responsável por aguçar o interesse pela política. Diante da desilusão com o projeto político das esquerdas, estes jovens passaram a olhar com maior entusiasmo para “o outro lado”. Como discutirei na seção sobre oportunidades culturais, esse processo não se deu de forma homogênea, assumindo diferentes temporalidades e transcorrendo a partir de vias distintas. Por meio de uma diversidade de trajetórias de engajamento, estes jovens transitaram por diferentes organizações de movimento social e espaços de mobilização *online*, em busca de alternativas políticas capazes de atender às suas expectativas no tocante à qualidade de vida,

consumo, moralidade e liberdade individual. Em comum, partilhavam de uma certa “fátiga” em relação ao petismo, às esquerdas, e aos movimentos LGBTQIA+.

Graças a uma inserção bem-sucedida nos ciclos de protesto de 2013 e 2015/2016, organizações políticas do campo da direita puderam recrutar esta nova geração de jovens ativistas, dando início a um processo de renovação geracional de seus quadros políticos. Os estudos conduzidos por Rocha (2017) e Vrydagh (2020) demonstraram que este projeto de renovação etária, social e estética era almejado por setores da direita brasileira pelo menos desde a redemocratização. Havia entre lideranças o diagnóstico de que as direitas possuíam uma imagem antiga, autoritária e elitista perante a sociedade, sendo necessário alterar o perfil dos ativistas e a linguagem mobilizada por suas organizações. Lideranças do meio liberal foram pioneiras nesse projeto, apostando, desde os anos 1980, na fundação de *think tanks* ligados à redes transnacionais pró-mercado como o Instituto Liberal (IL) e o Instituto Mises Brasil (IMB), voltados para a conscientização intelectual de uma nova geração de ativistas (Rocha, 2017). Formados com o apoio destas redes, os movimentos de jovens que estiveram à frente da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff tornaram-se os grandes responsáveis por restaurar as ideias liberais perante a juventude, com destaque para o Movimento Brasil Livre – MBL (Vrydagh, 2020). Utilizaram-se principalmente da internet, espaço privilegiado de diálogo com as novas gerações, valendo-se de uma linguagem jovial, provocadora e repleta de referências *pop* (Chagas e Santos, 2018).

A disponibilidade de uma rede de mobilização permeável à juventude e o desenvolvimento de uma linguagem atraente, “descolada” e sintonizada com as tendências digitais constituíram elementos fundamentais para a ressignificação de uma identidade política “de direita” no Brasil pós-2013, particularmente, a partir da campanha pelo impeachment. Em um ambiente no qual a imagem das esquerdas encontravam-se sob intensa contestação e “ser de direita” estava deixando de ser um tabu, jovens com idade entre 18 e 29 anos, e também uma geração mais velha entre os 30 e os 40, responderam positivamente às possibilidades de engajamento em organizações liberais como o MBL e o Estudantes pela Liberdade – EPL, e conservadoras como o Direita São Paulo (atualmente Movimento Conservador) e agremiações como o Partido Social Liberal – PSL e o Republicanos. Como reflexo de um longo e conflituoso processo de mudança de atitude em relação às identidades LGBTQI+ na sociedade brasileira, a geração recrutada no período pós-2013 mostrou-se mais aberta à presença de indivíduos assumidamente LGBTQIA+ em seus círculos ativistas. Diante da oportunidade de “sair do armário” sem cair no ostracismo político, jovens como o vereador da cidade de São Paulo,

Fernando Holiday (à época, membro do Movimento Brasil Livre - MBL), assumiram sua orientação sexual publicamente, desafiando a ideia de uma direita intolerante em relação à homossexualidade.

Holiday explica que o MBL tratou a questão da sua orientação sexual com “naturalidade”. O ambiente jovem, frequentado por outras pessoas abertamente LGBTQIA+, teria sido fundamental para criar as condições de acolhimento. O relato deste episódio também expõe uma tendência recorrente neste campo político: o processo de *coming out* muitas vezes tem um caráter preventivo, com a finalidade de evitar escândalos que possam macular trajetórias políticas e beneficiar adversários. Este fenômeno indica uma tomada de consciência das direitas acerca das mudanças de atitude em relação à homossexualidade na sociedade brasileira: se a antes a ocultação era regra, agora a revelação voluntária da homossexualidade no espaço público pode ser menos danosa, revertendo-se mesmo em uma espécie de capital político. Não por acaso, a categoria “gay” foi adicionada a outros marcadores sociais frequentemente mobilizados por Holiday para apresentar-se no debate público, como “negro”, “periférico” e “de direita”. Este modelo “interseccional” seria posteriormente adotado pelo Deputado Estadual Douglas Garcia, do Partido Social Liberal – PSL de São Paulo:

Fernando: É interessante (...) o episódio em que eu saio do armário (...). Eu tava numa conversa com o Renan [liderança do MBL] nessa caminhada que a gente fez até Brasília, aí eu tava tendo algumas discussões com – não era namorado, que namorado eu só tive na escola, era um ex-ficante, que tava me enchendo os culhão e tal. E aí eu tava, tipo assim, muito preocupado com as discussões e tal, porque ele dizia que ia falar pra todo mundo que eu era gay, que eu tava escondendo, não sei o quê. Falei, ‘cara, quer saber, eu tenho que falar logo e tal’. E aí eu falo pro Renan. Só que o MBL, ele sempre foi uma instituição, um movimento muito jovem, né, então eu não sabia direito qual ia ser a reação dele, mas eu falei, ‘ah, é todo mundo jovem aqui, acho que a aceitação vai ser melhor e tal’. E a aceitação foi a melhor possível. Foi um episódio extremamente engraçado. Ainda falou ‘ah, por que cê não falou logo e tal? Ah, não sei o que, não tem problema, bababa’. No MBL a gente passou a ter muitas pessoas que eram não só gays, mas também lésbicas. Eu só não me lembro de ter tido algum ou alguma transexual no Movimento. Mas gays e lésbicas a gente sempre teve com muita naturalidade (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019)

Do ponto de vista interno às organizações, a maior permeabilidade à presença de indivíduos abertamente LGBTQIA+ não se deu necessariamente de forma espontânea, homogênea nem consensual. Provocou conflitos dos mais variados tipos (geracionais, ideológicos e de poder) e assumiu múltiplos sentidos a depender dos atores políticos envolvidos. Para grupos como o MBL, cujo projeto político fundacional girava em torno do neoliberalismo econômico (Vrydagh, 2020), a presença destes ativistas fez parte de uma estratégia de “modernização” e disputa das bases sociais historicamente associadas à esquerda.

O ativista Tiago Pavinatto (professor universitário, homossexual, 35 anos, morador da cidade de São Paulo), cuja trajetória inclui também uma passagem pelo Diversidade Tucana, explica como foi recrutado por um antigo colega de movimento estudantil para contribuir com a fundação do MBL:

Tiago: (...) Em 2014, eu não falava com o Renan, fundador do MBL, desde que eu tinha saído da faculdade, em 2007. Sete anos depois, o Renan me liga! Nesse meio tempo, eu já tinha, é, participado do Diversidade Tucana, já, já não estava mais é... Já não estava mais, como é que se diz, presente no Diversidade Tucana. E estava só trabalhando, só advogando, só estudando. Estava fazendo... tinha acabado de terminar o meu Mestrado, em 2014. Não tinha começado o Doutorado. O Renan me ligou e falou: "Olha, a gente está muito insatisfeito com essa reeleição da Dilma, com tudo que está acontecendo no país e acho que a gente devia fazer um movimento de direita! O Brasil carece de um movimento de direita! E uma das pautas, que é dominada pela esquerda é a pauta LGBT. E se eu conheço um gay que pode ser um contraponto do Jean Wyllys, que pode ser, é, um exemplo diverso é você! Eu só conheço você de gay de direita!" (Entrevista por videoconferência com Tiago Pavinatto, 29 de maio de 2020).

O caso do MBL permite observar como ideais de renovação trazidos por uma nova geração de ativistas liberais, combinado à estratégia de “furar a bolha” da esquerda, desempenhou um papel importante na incorporação de um ativismo LGBTQIA+ no campo político da direita. Esta estratégia permitiu que ativistas como Fernando Holiday e Thiago Pavinatto pudessem expressar as suas divergências com a esquerda e os movimentos LGBTQIA+ publicamente e “fora do armário”, sinalizando a outros indivíduos interessados a oportunidade de engajamento em organizações deste campo político. Entretanto, em um ambiente político altamente dinâmico, a estratégia da representatividade logo revelou as suas fragilidades, e os ativistas se viram diante do desafio de reenquadrar os debates pela cidadania LGBTQIA+ sob uma perspectiva “alternativa”, capaz de oferecer um contraponto real ao modelo de justiça social das esquerdas. Estas aspirações acabaram por ir de encontro à crescente influência da agenda conservadora no cenário político, principalmente a partir de 2015, quando as mobilizações contra o debate de gênero nas escolas obtiveram vitórias importantes nos legislativos municipal e estadual. O caso do MBL ilustra bem essas tensões. Embora a incorporação da questão LGBTQIA+ fosse parte do seu projeto fundacional, o grupo engajou-se ativamente em mobilizações antigênero como os protestos pelo fechamento da mostra “Queermuseu”, em Porto Alegre, e denúncia da performance “La Bête” no Museu de Arte Moderna de São Paulo, ambos em 2017. Pavinatto, que diz ter se afastado do grupo à época por razões profissionais, relata desapontamento em relação a esta “virada moralista”:

Tiago: Quando o Renan cria o MBL, ele me liga. O Renan é meu amigo há 20 anos! Ele me liga e fala: "Vamos fazer o movimento de direita e você vai ser o gay de direita!". Então, o MBL já nasce pensando em abordar a causa gay. Agora, o MBL teve a infelicidade de 2017,

2018 se associar com a bancada da Bíblia. E essa infelicidade levou ao MBL a tomar ações como convidar Marco Feliciano para o Congresso deles. E... Fazer aquelas questões de boicote a museu. Eu estava fora do MBL. Porque se eu tivesse dentro também, eu teria saído! E eu voltei para o MBL só porque o Renan foi à imprensa, o MBL todo foi à imprensa e fez um *mea-culpa* e reconheceu seus erros e reconheceu suas cagadas. Ai, quando o MBL reconheceu suas cagadas... de se juntar com Marco Feliciano e, e fazer toda aquela palhaçada (...), aí eu voltei! (Entrevista por videoconferência com Tiago Pavinatto, 29 de maio de 2020).

Entre os setores mais conservadores, o engajamento nas mobilizações antigênero não impediu o recrutamento de ativistas abertamente LGBTQIA+. Para as lideranças conservadoras, a presença destes ativistas ofereceu a possibilidade de contestar as recorrentes acusações de homofobia, lesbofobia e transfobia, além de colocar em causa a representatividade dos movimentos LGBTQI+. O caso do presidente Jair Bolsonaro e dos setores políticos que orbitam em torno de sua liderança expressam bem este aparente paradoxo. Conhecido por suas declarações abertamente discriminatórias (“*Nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay*”, “*Sou homofóbico sim, com muito orgulho*” e “*A sociedade brasileira não gosta de homossexuais*”) e negacionistas da realidade de violência enfrentada por pessoas LGBTQIA+ (“*Não existe homofobia no Brasil*”)⁵⁵, Bolsonaro e seus correligionários passaram a alternar este tipo de declaração com falas produzidas sob medida para sinalizar uma certa receptividade à presença de homossexuais em seus círculos pessoais e políticos.

Estas mensagens dissonantes passaram a compor o repertório discursivo bolsonarista no período que antecedeu as eleições de 2018. Durante a campanha para a Presidência da República, Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do então presidenciável, propôs a liberalização do porte de armas como mecanismo de defesa para as vítimas de homofobia, sob o argumento de que a esquerda não oferecia soluções reais para os movimentos de minorias, pois atua apenas com o objetivo de “dividir para conquistar”. No mesmo período, Bolsonaro explicou em entrevista à Globo News que “*Essa história [de homofobia] começou nos corredores da Câmara quando eu descobri o kit gay*”. Em seguida, negou as acusações de homofobia e colocou em dúvida sua própria orientação sexual: “*Nunca tive problema com homossexual. Alguém sabe se eu sou gay aqui?*”⁵⁶. Flávio Bolsonaro, seu filho mais velho, havia adotado a

⁵⁵ Há inúmeros registros de declarações deste tipo concedidas por Bolsonaro ao longo de sua carreira política, particularmente na última década. Por este motivo, o *corpus* de análise constituído a partir de materiais dos imprensa recolhidos ao longo desta investigação são ricos nestes registros. Para efeito de referência, algumas destas declarações podem ser encontradas na seguinte vídeo reportagem: “O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays”, *El País Brasil*, 7 de outubro de 2018 [acessado em 8 de outubro de 2018]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html

⁵⁶ “Bolsonaro nega ser homofóbico em entrevista à Globo News: “Alguém sabe se sou gay?”, *Observatório IG*, 3 de agosto de 2018 [acessado em 7 de agosto de 2018]. Disponível em:

mesma estratégia nas eleições de 2016, quando concorreu à Prefeitura do Rio de Janeiro. "*Tenho amigos gays. Tenho gay na família*", declarou, mas não sem antes alertar: "*Não vou priorizar dinheiro para parada gay. Está faltando remédio*"⁵⁷. Tudo isso foi complementado por crescentes aparições públicas da família Bolsonaro ao lado de apoiadores abertamente LGBTQIA+, especialmente homens gays e mulheres lésbicas, produzindo imagens amplamente compartilhadas por eles próprios e por seus apoiadores nas redes sociais online.

O caso do maquiador uruguaio Agustin Fernandez, amigo pessoal da primeira-dama Michele Bolsonaro, constitui um caso exemplar nesse sentido. Figura popular nas redes sociais online, apoiador declarado de Bolsonaro (com quem publica fotos e *selfies* de forma regular) e simpatizante de grupos LGBTQIA+ “de direita” como o Gays com Bolsonaro, Agustin atua na fronteira entre a microcelebridade não ativista (Marwick & Boyd, 2011) e a microcelebridade ativista digital (Tufekci, 2013). Em seus perfis nas redes sociais online, combina estratégias de auto apresentação e divulgação do seu trabalho como maquiador para fins comerciais com publicações voltadas para a positivação da imagem do presidente. Nos últimos anos, tornou-se uma figura onipresente em eventos privados da família Bolsonaro e viagens oficiais do mandatário. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, a imprensa noticiou que Jair e Michele Bolsonaro teriam organizado uma festa de aniversário para Agustin na residência oficial do Presidente da República, sem distanciamento social e com a presença de membros da alta cúpula do governo federal⁵⁸.

O esforço em conferir uma certa “nuance” ao conteúdo abertamente discriminatório dos movimentos bolsonaristas pode ter passado despercebido para muitos analistas políticos, mas tiveram ressonância entre os simpatizantes LGBTQIA+ do presidente. Os discursos e práticas de Jair, Flávio e Eduardo Bolsonaro ilustram uma estratégia de positivação da identidade dos movimentos conservadores contemporâneos assente na *negação, desvio e distração*. Com base em um estudo etnográfico sobre o Tea Party estadunidense, Taylor e Bernstein (2019) demonstraram que este movimento estabeleceu um conjunto de estratégias para neutralizar as imputações de racismo por parte de seus adversários e dos media, as quais incluem a negação

<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/bolsonaro-nega-ser-homofobico-em-entrevista-a-globonews-alguem-sabe-se-sou-gay>

⁵⁷ “Tenho amigos gays. Tenho gay na família, diz Flávio Bolsonaro”, *Gazeta Online*, 23 de setembro de 2016 [acessado em 28 de outubro de 2020]. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2016/09/tenho-amigos-gays-tenho-gay-na-familia--diz-flavio-bolsonaro-1013978874.html>

⁵⁸ “Festa de influencer bolsonarista reúne Michelle Bolsonaro e ministros”, *UOL*, 24 de agosto de 2021 [acessado em 22 de agosto de 2021]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/24/michelle-bolsonaro-festa-influencer-sem-mascara.htm?cmpid=copiaecola>

das desigualdades raciais naquele país, condenação pública daqueles que os acusam de cultivar uma identidade racista e recrutamento de porta-vozes não brancos capazes de desconstruir a legitimidade destas acusações. Deste modo, os membros do Tea Party procuram convencer a si próprios e à opinião pública de que não defendem uma ideologia racista ao mesmo tempo em continuam a reproduzi-la publicamente. Segundo as autoras, esta estratégia estaria sendo mobilizada por opositores de outros movimentos, como anti-imigração e anti-LGBTQIA+.

Depois de conquistar a chefia do Executivo federal, Bolsonaro continuou a emitir mensagens dissonantes sobre os homossexuais e sobre a homossexualidade, estabelecendo uma reputação ambígua perante os seus apoiadores. Entre uma declaração “politicamente incorreta” e uma foto publicada nas redes sociais ao lado de uma personalidade abertamente gay, criou-se um ambiente confuso no qual o presidente poderia ou não ser considerado homofóbico a depender do ponto de vista. Setores bolsonaristas puderam, deste modo, construir a narrativa de que o presidente não era realmente preconceituoso, mas uma pessoa “impetuosa” em suas palavras. Reforçou-se a ideia de que estas declarações “polêmicas” eram expressão de uma “opinião” pessoal, garantidas constitucionalmente pelo direito à liberdade de expressão, e que a “verdadeira homofobia” estaria circunscrita à prática dos crimes de agressão e homicídio. Nesse processo, o alvo dos movimentos bolsonaristas e outros atores políticos à direita passou a ser menos o indivíduo homossexual e mais a politização da homossexualidade, sua vinculação com a esquerda e sua constante afirmação no espaço público como um “estilo de vida” e como força política na disputa pelos recursos do Estado.

Se, por um lado, o realinhamento eleitoral que resultou na eleição de Jair Bolsonaro e na ocupação de espaços institucionais por parte de elites políticas aliadas ofereceu novas oportunidades de mobilização para os grupos LGBTQIA+ conservadores, por outro, acirrou as disputas internas a esta coalizão no que diz respeito à incorporação das chamadas pautas “identitárias”. O relato de João Paulo (advogado, homossexual, 32 anos, morador da cidade de Fortaleza), membro do grupo “Gays com Bolsonaro” e filiado ao partido Republicanos, agremiação ligada a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, revela como a abertura para um ativismo “fora do armário” tornou-se objeto de dissenso entre os bolsonaristas:

João Paulo: No movimento conservador... Que eu faço parte hoje... Que realmente... Têm os problemas delas, não, não... Tem preconceito mesmo, né? Não aceitam mesmo... Que falam um monte de besteira mesmo... Mas que... Querendo ou não, eu não tenho medo dessas pessoas. Eu não devo nada a essas pessoas, né? Tem alguns deles que não aceitam. Passou um tempo sem que eu, sem que eu sofresse nenhum preconceito vindo de conservadores, digamos assim, né? Mas aí, de um, de uns tempos pra cá, depois que a base do presidente, depois que PSL rachou, o partido do presidente rachou, que o [Sérgio] Moro rachou com o presidente (...) aí, muitas pessoas que se diziam conservadoras, começaram a atacar a gente,

o movimento [Gays com Bolsonaro]. Dizendo que a culpa era nossa, que a gente tava transformando a agenda do governo em progressista, né? A Damares recebeu a gente pra conversar, a ministra Damares... E... Muitos conservadores atacaram, dizendo que a, a ministra tava... É... Tava... Tornando o governo progressista, e tal, e tal, e tal... Sendo que não. Né? Nós temos demandas, né? Não é porque a gente é contra o movimento LGBT que a gente é... Mas nós temos demandas... Né? Independente de sexualidade ou não, nós temos demandas. A gente não precisa... fugir da realidade, né? (Entrevista por videoconferência com João Paulo, 29 de janeiro de 2021).

Em resumo, o processo de renovação dos quadros políticos do campo da direita e a readequação de seus repertórios e enquadramentos interpretativos no período pós 2013, enviou sinais e criou as condições necessárias para o acolhimento de indivíduos abertamente LGBTQIA+ em organizações liberais e conservadoras. Estabelecendo uma oportunidade de mão dupla, esse processo não se deu de forma espontânea, tendo sido engendrado por lideranças interessadas tanto em promover a positivação da identidade política das direitas quanto em questionar o suposto monopólio da esquerda em torno das políticas de identidade. Essa estratégia encontrou ressonância entre indivíduos LGBTQIA+ identificados com determinadas ideias e valores (liberdade individual, livre mercado, Estado mínimo, moralidade pública) abrindo uma disputa em torno da pluralidade da representação LGBTQIA+ na política e no mundo social. Curiosamente, o elemento contextual que permitiu aos atores envolvidos neste processo construir uma ponte mais sólida entre a divergência com a esquerda e os movimentos LGBTQIA+ e adesão ao campo político da direita foi o mesmo que criou tensões em torno da efetivação deste enlace: o discurso antigênero.

O papel do discurso antigênero

Com emergência do chamado discurso antigênero (Kuhar & Paternotte, 2018) na cena política brasileira, os movimentos LGBTQIA+ foram alçados ao posto de inimigos públicos da “família tradicional”, da “nação” e dos “valores cristãos”. Para compreender o modo como este discurso ofereceu oportunidades para a constituição de um ativismo LGBTQIA+ à direita, é necessário retomar o seu instrumental argumentativo. Marguerite Peeters, uma das mais conhecidas “teóricas” da “ideologia de gênero”, propõe a seguinte “conceituação” do termo:

(...) O processo revolucionário de gênero mina cultural, política e legalmente a identidade constitutiva do homem e da mulher como pessoas: suas identidades como cônjuges, suas maravilhosas complementaridade e unidade no amor, sua vocação e papel educativo específicos, a masculinidade e a feminilidade, o casamento e a família, a estrutura antropológica de qualquer ser humano, construída sobre um amor dado, recebido e compartilhado (Peeters, 2013, p. 9).

Sem me ater aos pormenores desta definição, chamo a atenção para o fato de que a crítica proposta por Peeters se volta contra aquilo que ela entende como um ataque às estruturas heteronormativas da sociedade e aos supostos efeitos das políticas de igualdade e cidadania sexual, e não diretamente aos indivíduos LGBTQIA+, suas existências, identidades e práticas sexuais. Como apontou Wielowiejski (2020) em seu estudo sobre o ativismo homossexual no partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD), embora seja possível argumentar que a homofobia está ancorada na heteronormatividade, o discurso da “ideologia de gênero” coloca em segundo plano antigos argumentos que apontavam os homossexuais como “perversos”, “doentes” e “pecadores” (p.138), deslocando o foco do debate para a demonização das esquerdas, dos movimentos feministas e LGBTQIA+. São estes os novos “inimigos” a serem combatidos, partidários da conspiração “globalista” do “gênero” e responsáveis pela propagação do hedonismo, da laicidade, do relativismo e do hiper individualismo nas sociedades ocidentais.

Ao deslocar o foco dos indivíduos para os movimentos LGBTQIA+, o discurso antigênero ofereceu os elementos discursivos necessários para que setores da população LGBTQIA+ mais descontentes com a atuação destes movimentos operassem uma cisão entre “militantes LGBTQIA+” – supostamente interessados na deturpação dos valores morais dominantes – e indivíduos LGBTQIA+ “normais” e “não militantes da causa”. Essa distinção é frequentemente agenciada pelos ativistas LGBTQIA+ “de direita” em suas aparições midiáticas, quando aproveitam a oportunidade para reforçar suas posições pró-família, antiaborto e contra o debate sobre as questões de gênero nas escolas. Ao exporem publicamente suas divergências com a agenda e as estratégias do movimento, eles aprofundam no debate público os questionamentos à representatividade política de organizações, lideranças e intelectuais e colocam sob suspeita as alianças destes movimentos com as esquerdas.

Em uma análise das estratégias argumentativas adotadas no bojo da produção discursiva sobre “ideologia de gênero” tendo como base publicações disponíveis no mercado editorial brasileiro, Liôncio et al. (2018) demonstram como “argumentos originalmente eclesiais têm sido traduzidos em elaborações pretensamente científicas” (p. 601) de modo a conferir legitimidade a preceitos religiosos num contexto político secular. Esta estratégia esteve presente desde a gênese dos discursos antigênero, quando o Vaticano apostou na difusão por meio da fundação de institutos, experts e publicações destinadas a atingir tanto um público laico quanto religioso (Salles & Mariano, 2019). Escrito por um conjunto de teólogos, cientistas e juristas e traduzido em nove línguas, o dicionário enciclopédico *Lexicon: termos ambíguos e*

discutidos sobre família, vida e questões éticas, lançado pelo Pontifício Conselho para a Família, constitui um exemplo importante deste projeto (Béraud 2013). Nele, argumentos “em defesa da vida” e “antigênero” articulam-se com um “discurso secular, científico e feminista, que reforça a concepção da complementaridade entre os sexos” (Garbagnoli & Prearo 2017, p.58). Como observou Vaggione (2012), este “secularismo estratégico” tem sido mobilizado também pelos movimentos antiaborto, para quem a adoção de argumentos bioéticos tornou-se uma estratégia de adaptação às regras seculares do jogo político.

O revestimento secular destes debates possui um impacto importante no alcance dos discursos antigênero e sua adesão entre diferentes públicos. Se para determinados atores esta pode ser uma plataforma para a expressão de crenças, valores e posicionamentos antifeministas e anti-LGBTQIA+ no espaço público sem que sejam mobilizados argumentos explicitamente doutrinários, para outros, o apelo a uma certa racionalidade argumentativa pode significar a oportunidade de questionar as políticas de igualdade sem assumir o ônus de uma identidade percebida como religiosa, moralista ou antiquada. Em função desta notável plasticidade, o discurso antigênero assume diferentes configurações entre os ativistas LGBTQIA+ à direita. Por exemplo, aqueles identificados com o conservadorismo, foi possível verificar uma defesa mais “clássica” desta política, recorrendo expressamente à utilização do termo “ideologia de gênero” e combinando crenças religiosas com conceitos que aludem ao debate jurídico e psicanalítico, como “direito” e “formação da personalidade”. O discurso de Febo, da página “Gay de Direita” (Facebook), para quem as crianças possuem o direito “sacrossanto” de ter um pai e uma mãe, ilustra essa configuração:

Febo: Tem algumas coisas como a ideologia de gênero (...). Quer dizer, olha o debate que estava acontecendo na ALESP [parlamento do Estado de São Paulo]. Eles estavam discutindo se as crianças poderiam ou não usar bloqueadores de hormônio. Isso nem deveria ser debatido. Isso deveria ser proibido! A criança tem o direito de formar personalidade dela. Então é nesses pontos que eu acho que o movimento LGBT se perde, sabe? (Entrevista com Febo, São Paulo, 15 de novembro de 2019).

Os ativistas autodeclarados liberais, por sua vez, evitam recorrer ao termo “ideologia de gênero” e às referências de fundo religioso, ao mesmo tempo em que reproduzem itens fundamentais desta agenda. O discurso de Mateus, membro do grupo Boteco Liberal LGBT (Facebook), ilustra esta segunda configuração. Ele enxerga com preocupação os ativismos fundamentados na teoria *queer* e coloca em dúvida a perspectiva construtivista dos estudos de gênero, a qual considera um “conservadorismo” com nova roupagem:

Mateus: Com o advento da teoria *queer*... aí pra mim foi a gota d'água. Sabe, tipo, a teoria *queer* pra mim, quando a própria militância LGBT começou a validar o discurso que eu ouvi a minha vida inteira do 'ai, você não nasceu gay, você virou gay por causa das influências', mas com uma nova roupagem, falando que orientação sexual é uma construção social e que ninguém nasce gay ou hetero, mas que isso é construído socialmente, daí eu vi que, pra mim, o movimento LGBT e o movimento conservador podem dar as mãos e sair andando juntos, porque eles têm muito mais coisas parecidas do que diferentes (Entrevista por videoconferência com Mateus, 1º de maio de 2020).

É interessante notar que, para contestar a concepção do gênero socialmente construído e o fantasma das “más influências”, espécie de acusação conservadora frequentemente imputada às pessoas LGBTQIA+, Mateus acena para um posicionamento assente no determinismo biológico, antecipando uma tendência do ativismo LGBTQIA+ liberal que irei explorar com maior profundidade no próximo capítulo: a preocupação em contrapor, simultaneamente, discursos progressistas e conservadores. Nunca cientificamente comprovada, a ideia de que a homossexualidade possui uma natureza congênita serve aqui para afirmar uma identidade pré-determinada, estável e bem definida, que se opõe à contingência do construtivismo social e às identidades fluidas associadas à teoria e aos ativismos *queer*.

O que está em jogo nas duas estratégias argumentativas apresentadas é o questionamento das perspectivas teóricas que confrontam as bases essencialistas da ordem de gênero e sexualidade, assim como dos ativismos que se valem desta abordagem. Ao fazê-lo, os ativistas LGBTQIA+ à direita posicionam-se no debate público como representantes de um identitarismo “seguro”, que se opõe aos outros “perigosos”, “esquerdistas”, “radicais” “lacradores”⁵⁹, “*queer*” e “não-binários”⁶⁰, reproduzindo o expediente político do “nós *versus* eles”. Este processo de outrização (termo que empresto de autores pós-coloniais como Fanon, 1979; Spivak, 2010; Mudimbe, 1998) também foi verificado por Wielowiejski (2020) no contexto alemão, onde ativistas homossexuais de extrema-direita assumem uma identidade gay bem demarcada como forma de contrapor a fluidez identitária associada às teorias e ativismos *queer*. Retornarei a este debate no próximo capítulo, ao abordar a oposição à “abordagem do gênero” como enquadramento interpretativo.

⁵⁹ O adjetivo “lacrador”, termo popularizado pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil como parte do dialeto *bajubá* (ou *pajubá*), é empregado neste contexto de modo pejorativo como um sinônimo de “militante” e “esquerdista”. Este termo advém do verbo “lacrar”, considerado informalmente como sinônimo de “arrasar” ou “mandar bem”. Tem sido usado em contextos de discussão política na internet como uma espécie de crítica irônica às pessoas que promovem um discurso extenso, eloquente e que encerram uma discussão de modo que não pode ser refutado.

⁶⁰ O termo “não-binário” tem sua origem na linguagem neutra reivindicada por ativistas do movimento trans não-binário. A substituição do “o” pelo “e” na última sílaba desta palavra configura uma estratégia linguística de inclusão que consiste em eliminar os marcadores de gênero de substantivos, adjetivos, artigos e pronomes em geral. Entre os ativistas LGBTQIA+ à direita, particularmente nas redes sociais online, o termo tem sido utilizado de forma jocosa para se referir tanto às pessoas não-binárias quanto aos defensores da linguagem neutra, a qual consideram absurda, confusa ou irrelevante.

Um parlamentar “gay de esquerda” chega ao Congresso Nacional

A última variável de oportunidade política a ser analisada nesta seção diz respeito à eleição do jornalista e professor universitário Jean Wyllys para a Câmara dos Deputados, em 2010 e 2014. Filiado a um partido de oposição de esquerda ao PT (o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade), Wyllys tornou-se o primeiro parlamentar assumidamente homossexual a defender a causa LGBTQIA+ na Câmara Federal. Tão logo assumiu o cargo, passou a liderar a articulação em torno da aprovação de projetos relacionados às questões de gênero, sexualidade e reprodução (casamento igualitário, acesso ao aborto), assumindo uma posição central na Frente Parlamentar de Defesa da Cidadania LGBT (FPLGBT). Se antes estas articulações ocorriam principalmente por meio do trabalho de *advocacy* de ativistas LGBTQIA+ junto a parlamentares aliados da causa, o movimento passou então a dispor de um representante legítimo (Mazzilli Pereira, 2018). Esta nova configuração acirrou conflitos partidários no âmbito da FPLGBT e aprofundou o debate público sobre a representação política e a marginalização das dissidências sexuais e de gênero na política institucional.

Dois sinais foram enviados aos desafiantes da causa LGBTQIA+ com a eleição de Jean Wyllys. O primeiro indicou o maior acesso de dois oponentes relevantes (os movimentos LGBTQIA+ e as oposições de esquerda ao petismo, percebidas como politicamente mais radicais) à um espaço institucional antes pouco permeável a estes setores. Considerando que ativistas LGBTQIA+ gozavam, desde o governo Lula, de espaços institucionais específicos no poder Executivo, a chegada ao Legislativo acendeu um sinal de alerta. O segundo foi a associação de Wyllys a um partido socialista, que alimentou as teorias conspiratórias em torno do chamado “marxismo cultural” e configurou uma ameaça para o público LGBTQIA+ identificado com valores e ideias mais alinhados com o campo da direita. Constrangidos com a vinculação pública entre esquerda e representação LGBTQIA+, eles resolveram mostrar que também havia gays “do outro lado”. O espelhamento das estratégias de ação adotadas pelos adversários tem sido apontado pela literatura do confronto político como parte fundamental das dinâmicas de mobilização entre movimentos que se organizam contra e a favor de uma mesma causa (Cannold, 2002; Siegel, 2008; Ayoub e Chetaille, 2017). Este aspecto evidencia que, num primeiro momento, os ativismos LGBTQIA+ à direita assumiram uma dinâmica de contramobilização mais frontal, constituindo-se em oposição aos seus adversários e ainda sem propostas e objetivos muito claros.

Um marco importante para a contestação da imagem pública de Wyllys como representante dos interesses das pessoas LGBTQIA+ no parlamento se deu em 2014, quando integrantes do Movimento Brasil Livre – MBL publicaram no YouTube um vídeo intitulado “*Porque os gays deveriam desconfiar de Jean Wyllys*”⁶¹. Na peça de pouco mais de cinco minutos, o advogado Tiago Pavinatto, do MBL, enumera pontos que considera incoerentes na atuação de Wyllys como figura pública, sugerindo que o parlamentar está mais interessado em fazer “*oba oba com temas polêmicos no Congresso*” do que de fato “*defender as minorias*”. Em tom eloquente, Pavinatto dedica parte considerável do vídeo à crítica de um ensaio fotográfico publicado em 2011 pela versão brasileira da revista *Rolling Stones*, no qual Wyllys aparece caracterizado como o líder revolucionário argentino Che Guevara⁶²:

Me desculpe deputado, eu queria dizer que você não nos representa! Não só porque você é contra a liberdade, mas também porque você é uma pessoa dúbia, você é uma pessoa sem coesão, você é uma pessoa que é capaz de se vestir de uma pessoa racista, machista e homofóbica. Como você se vestiu (ou você já se esqueceu?) de Che Guevara quando a revista lhe deu duas opções de fantasia? Ou você poderia aparecer nessa revista de Harvey Milk, uma pessoa muito importante não só para o movimento gay lá nos Estados Unidos, mas para o movimento LGBT no mundo todo. Uma grande figura, uma grande inspiração para a luta dos direitos igualitários no mundo todo. Mas também lhe deram a opção de se fantasiar de Che Guevara. Ora, deputado! Foi escolher justamente Che Guevara? Uma pessoa que preferia ter o seu filho no paredão de Fidel Castro, seu grande chefe, a ter um filho homossexual. Uma pessoa que, como eu já disse, era racista e machista. Uma pessoa que de fato mandou muitos homossexuais para o paredão. Mas não! Você ainda quis se justificar para a reportagem, dizendo que se fantasiar de Che Guevara seria uma coisa muito mais profícua, porque Che Guevara era um símbolo internacional, conhecido por qualquer pessoa, e que o seu intuito era instigar a esquerda. Eu vou irritar algum nazista se eu me fantasiar de Adolf Hitler? Me responde, Jean Wyllys! Como você quer nos representar se vestindo do que há de pior pra nós? (Caderno de Campo, 10 de Junho de 2020, transcrição do vídeo “Advogado faz sucesso ao explicar por que os gays devem desconfiar de Jean Wyllys”, Disponível no canal Rádio Política, YouTube).

Permeado por imprecisões históricas acerca do tratamento recebido por homossexuais em Cuba após a Revolução de 1959⁶³, o vídeo tornou-se uma espécie de “clássico viral” nos meios virtuais à direita. Em várias ocasiões, os meus interlocutores citaram esta peça como fonte de inspiração para a assunção de uma identidade política homossexual e “de direita”. Com certo entusiasmo, Pavinatto relata que o vídeo foi gravado no mesmo dia em que se reuniu com seu amigo pessoal e líder do MBL, o ativista Renan Santos, para discutir sua participação

⁶¹ O vídeo original foi excluído do canal oficial do MBL no YouTube, mas pode ser visualizado atualmente no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=ZXd0zeK90zM&t=166s>

⁶² “A Cruzada Libertadora de Jean Wyllys”, *Revista Rolling Stones*, agosto de 2011 [acessado em 5 de junho de 2020]. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/artigo/a-cruzada-libertadora-de-jean-wyllys/>

⁶³ Há uma vasta literatura historiográfica sobre este tema. Estes trabalhos mencionam sobretudo o envio de pessoas homossexuais para campos de trabalho forçado no período pós-revolução junto com artistas, clérigos, intelectuais e outras categorias sociais consideradas dissidentes dos valores da Revolução Cubana de 1959. Sobre o assunto, recomendo a leitura de Arguelles e Ruby Rich (1984), Ocasio (2002) e Guerra (2010).

na fundação do grupo. Esta informação demonstra como o desejo de contrapor a figura de Wyllys e de apresentar uma alternativa política aos movimentos LGBTQIA+ estabelecidos estiveram na gênese do projeto fundacional do MBL. Também revela como o estilo eloquente, provocador e performático impresso por Pavinatto nesta peça se tornou o ingrediente principal dos materiais audiovisuais popularizados pelo MBL a partir de então:

Tiago: Ai o Renan me contou de novo da ideia do MBL e falou assim: "Grava um vídeo falando mal do Jean Wyllys". Tinha uma poltrona lá, eu sentei e falei 12 minutos, falei mal do Jean Wyllys, de todas as imposturas dele, de como a militância LGBT, de como o Jean Wyllys nunca tinham feito nada, absolutamente nada, efetivamente nada para a comunidade LGBT. E ele como um parlamentar mais tinha atrapalhado a causa do que ajudado. E colocamos esse vídeo no YouTube. Em 2014. Esse vídeo foi o primeiro vídeo do MBL. Eu, um gay de direita, falando mal do ícone do gay de esquerda e dizendo que era possível ser gay de direita. Era possível ser gay e não ser de esquerda. Esse vídeo, em uma semana, ele bateu a marca de 1 milhão e 500 mil visualizações. Eu não podia mais sair pra balada! Todo mundo me odiava! Eu não podia mais ficar bêbado! Porque as pessoas iam fotografar, iam soltar em blog, iam comentar em blog. Eu passei a ser a bicha maldita, a bicha tóxica! Eu passeia ser o gay homofóbico! Porque eu era de di... porque eu não concordava com o Jean Wyllys! E eu passei a ter uma notoriedade muito louca! Porque ninguém esperava! O primeiro vídeo do MBL teve mil, um milhão e 500 mil visualizações em uma semana! Isso era insanidade! (Entrevista por videoconferência com Tiago Pavinatto, 29 de maio de 2020).

Segundo o então deputado Jean Wyllys, em texto publicado à época em sua página pública no Facebook, a proposta de encarnar o líder da Revolução Cubana em um ensaio fotográfico veio, de fato, da equipe editorial da revista *Rolling Stones*, que considerava o seu mandato “revolucionário”. A ideia era provocar tanto a direita quanto a esquerda, deslocando sentidos historicamente atribuídos aos homossexuais (como a fragilidade) e ao próprio Che Guevara, símbolo da masculinidade revolucionária, particularmente no contexto latino-americano. O texto de Wyllys sobre o ensaio revela uma componente deste embate que geralmente escapa às críticas produzidas por seus oponentes à direita: os ataques discriminatórios que ele recebia dentro da própria esquerda:

O fato de eu encarnar o ícone Che Guevara, portanto, era uma maneira de provocar a direita e a esquerda - e aí está o "algo mais" que esperávamos que as pessoas inteligentes fossem capazes de captar: a direita se irritaria pelo fato de um gay encarnar a figura do homem cuja revolução socialista - norteadas pela ideia de justiça social e pela defesa dos fracos e oprimidos contra a exploração por parte dos ricos egoístas e gananciosos - não foi capaz de ser sensível à condição homossexual; já a esquerda, eivada de homofobia, irritar-se-ia pelo fato de ver justo um gay assumido encarnando uma figura idolatrada por sua virilidade e coragem na condução de uma revolução que libertou os fracos e oprimidos da exploração econômica - a ideia da foto era levar ambos os espectros políticos a refletirem sobre a homofobia comum a eles. (Caderno de Campo, 11 de junho de 2020, transcrição de *A burrice é contagiosa?*, texto originalmente publicado por Jean Wyllys em 17 de novembro de 2014 em sua *fanpage* no Facebook <https://www.facebook.com/jean.wyllys>).

Entretanto, como “imagens se referem a outras imagens” (Schwarcz, 2014, p. 395), o ensaio de Wyllys assumiu sentidos para além daquele que se propunha, remetendo

imediatamente à memória dos campos de trabalho forçado para homossexuais na Cuba pós-revolução. Essa interpretação ofereceu munição adicional para que os ativistas LGBTQIA+ à direita pudessem contestar sua atuação como parlamentar e figura pública. O modo como esta contestação foi colocada em prática pode ser interpretado à luz daquilo que Zald e McCarthy (1987) chamaram de estratégia preemptiva, conceito elaborado para descrever as estratégias de um movimento ou um contramovimento adotadas com o intuito de enfraquecer as bases morais e políticas de seus oponentes, provocando danos permanentes à sua imagem. Estas estratégias recorrem a performances políticas que apelam para a emoção e a dramatização, como no caso do vídeo produzido pelo MBL, no qual Pavinatto, em tom crescente de indignação, aproxima-se da câmera, como estivesse aproximando-se do espectador e do próprio Wyllys.

Outra estratégia mobilizada nos meios virtuais do ativismo LGBTQIA+ à direita para contestar a representatividade do então deputado Jean Wyllys consistiu no regaste da memória do parlamentar abertamente homossexual que o precedeu na Câmara Federal: Clodovil Hernandez, falecido em 2009, cujas posições divergiam das políticas de igualdade dos movimentos LGBTQIA+. O resgate de Clodovil em contraposição a Wyllys precede o episódio do ensaio da revista *Rolling Stones*, como demonstra esta publicação da página conservadora Gay de Direita feita no início de 2014:

A cada dia que passa sinto falta da figura do Clodovil. Homem direito, centrado, propôs a redução do número de deputados, não compactuava com o movimento gay e seus absurdos monumentais. Foi um dos deputados mais votados de São Paulo, e nunca gritou aos quatros ventos "sou viado, votem em mim!". E hoje... temos a figura nefasta de Jean Wyllys nos "representando", reduzindo toda a existência da sociedade a dar a bunda e gostar de pirocas. E mais: se você, homem heterossexual, não gosta de pirocas ou da bunda peluda de outro homem, você é transformado em um monstro "homofóbico", "anormal" e que só gosta de uma boa xoxota por resultado de um "constructo social" induzido pelo cristianismo "opressor". Dá vontade de enfiar a cara na terra (Caderno de Campo, 21 de setembro de 2018, transcrição de publicação da *fanpage* Gay de Direita, originalmente publicado em 5 de janeiro de 2014)⁶⁴.

Por outro lado, os ativistas LGBTQIA+ liberais se mostram mais hesitantes na reivindicação do legado de Clodovil, mas igualmente críticos à figura de Wyllys. Mateus, membro da página Boteco Liberal LGBT, explica como a vinculação entre Wyllys e a esquerda colocou em causa, do seu ponto de vista, a autonomia dos movimentos LGBTQIA+:

Mateus: Depois que o Bolsonaro virou candidato, a galera ressuscitou o Clodovil, começou a falar Clodovil presente, Clodovil não sei o quê. Tenho um respeito muito grande pelo Clodovil, mas eu não tenho uma opinião formada, eu tenho respeito pela trajetória dele, pela

⁶⁴ O trecho contém uma série de termos empregados coloquialmente na variante brasileira da língua portuguesa para se referir ao corpo humano e aos órgãos genitais masculinos e femininos. Isto posto, interessa saber que “bunda” se refere às nádegas, “pirocas” referem-se ao pênis e “xoxota” refere-se à vulva.

vida dele porque ser gay naquela época era muito mais difícil do que ser gay agora. E..., por ele ter sido o primeiro gay a ser eleito como deputado federal no Brasil, né, antes mesmo do Jean. E também teve o fator Jean Wyllys né, o, o fator Jean Wyllys que também, é..., fez o movimento entrar em guerra interna porque existe a galera que gosta do Jean Wyllys, existe a galera que não gosta do Jean Wyllys e o Jean Wyllys também fez isso, ele foi, ele foi um ator muito importante na consolidação do movimento LGBT brasileiro como um movimento de esquerda, não como um movimento independente. Enquanto era um movimento independente, você via gente de esquerda, de direita, que votava no PT, no PMDB, no PSC, no Eymael, no democrata, todos os partidos tinha, só que quando começou a separar por espectro político, daí a galera começou a se afastar e começou a fazer outros grupos, aí surgiu pessoas como o Smith Hays, o Tiago Pavinatto etc. (Entrevista por videoconferência com Mateus, 1º de maio de 2020).

Entre ataques, comparações com Clodovil e a intensa midiaticização de embates com Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, a figura de Jean Wyllys foi transformada numa espécie de contra modelo para a construção identitária dos emergentes ativistas LGBTQIA+ “de direita”, particularmente para homens gays. Finalmente, a campanha de difamação moral à qual foi submetido, por meio da difusão de notícias fraudulentas na internet, que deturpavam a natureza de sua atuação parlamentar e lhe atribuíam a autoria de projetos inexistentes, contribuiu para a erosão de sua imagem pública enquanto legislador. Devido às constantes ameaças à sua vida e de seus familiares, Wyllys renunciou ao seu terceiro mandato e autoexilou-se no exterior em janeiro de 2019, após o início do governo Bolsonaro.

Em que pese a forte oposição enfrentada ao longo de seus dois mandatos, as três eleições consecutivas de Wyllys para a Câmara Federal pelo Estado do Rio de Janeiro (2010, 2014 e 2018), serviram também como efeito demonstração (Zald e McCarthy, 1987) para o ativismo LGBTQIA+ à direita, evidenciando oportunidades para uma atuação “fora do armário” nos parlamentos. Diante da maior permeabilidade dos partidos de centro e direita à participação de figuras públicas abertamente LGBTQIA+, alguns nomes influentes deste meio concorrem a cargos políticos no Legislativo nas eleições de 2016, 2018 e 2020, como Fernando Holiday, eleito para a Câmara Municipal de São Paulo em 2016 e 2020, e Jéssica Ramos Moreno, a “Jêssicão”, eleita vereadora da cidade de Londrina, no Paraná, em 2020.

Oportunidades culturais para o ativismo LGBTQIA+ à direita

Como referido na seção inicial deste capítulo, as variáveis de oportunidades políticas somente afetam as expectativas das pessoas quanto às possibilidades de sucesso ou fracasso de suas ações caso elas tenham acesso aos recursos culturais cognitivos necessários para interpretar as mudanças em curso no ambiente político (Polletta, 1999). Estes recursos encontram-se disponíveis em espaços específicos de produção, distribuição e consumo de

discursos, práticas e bens culturais que podem ser politizados pelos indivíduos em determinados contextos de oportunidades culturais (Gamson & Meyer, 1996). Sendo assim, a ação coletiva compreende tanto uma decisão individual quanto uma conexão com outros indivíduos, pois são nas interações face a face, nas redes sociais e nas estruturas conectivas disponíveis (*online* e *offline*) que os indivíduos encontram os recursos simbólicos para agir e para se manterem mobilizados (Tarrow, 2009). Estas interações possuem propriedades pessoais e socioculturais, na medida em que favorecem uma variedade de processos como a construção de identidades, laços afetivos, lealdades comunitárias, sentimentos de pertença e, não menos importante, interpretações comuns da realidade social (Gamson, 1992).

Para compreender as dinâmicas internas a estes ambientes, nomeadamente o modo como determinados discursos, práticas e bens culturais circulam, são consumidos e politizados pelos ativistas a partir de um conjunto de interações, produzindo o estoque de percepções necessário à interpretação das oportunidades políticas, a literatura sobre a ação coletiva propôs o conceito de contextos de micromobilização (Mueller, 1992). Neste estudo, defendo que dois contextos de micromobilização específicos foram fundamentais para o alargamento das oportunidades culturais que estruturaram a formação dos ativismos LGBTQIA+ à direita: as organizações de movimento social liberais e conservadoras voltadas para um público jovem e as subculturas e ambientes de mobilização à direita na internet. Tudo isso foi permeado por um ambiente cultural mais amplo de crescente projeção do confronto político em torno dos direitos LGBTQIA+ na sociedade brasileira e de maior visibilidade, representação e pluralização destas identidades na política, nas artes e nos meios de comunicação.

Estes dois contextos de micromobilização precederam o engajamento destes ativistas em espaços de mobilização especificamente voltados para um público LGBTQIA+ à direita, servindo como ambientes de aprendizado da prática ativista. Estes microcontextos também foram responsáveis por conectar ativistas antes dispersos e introduzi-los a esquemas de percepção e interpretação da realidade social alinhados às ideologias liberais e conservadoras. Da mesma forma, permitiu que estes ativistas entrassem em contato com quadros interpretativos e repertórios de ação transnacionais que combinam estes princípios ideológicos com discussões relativas ao gênero e à sexualidade. Passemos à análise destas duas variáveis.

O engajamento prévio em redes de mobilização à direita (online e offline)

Tornar-se ativista requer aprendizados (Tarrow, 2009) e a aquisição dos conhecimentos necessários para ingressar no jogo político na condição de desafiante exige acesso a espaços

de interação nos quais esses conhecimentos são compartilhados. Esses espaços não precisam ser formalmente políticos — família, escola, igreja, grupos de amigos, atividades desportivas, espaços de lazer e consumo cultural também oferecem oportunidades culturais aos futuros ativistas. Como demonstrou a literatura sobre a formação dos movimentos homossexuais dos anos 1960 e 1970, as subculturas urbanas constituídas por gays, lésbicas e outras dissidências sexuais e de gênero, permeadas por ideias procedentes da contracultura e da revolução sexual, foram cruciais para a politização da sexualidade e a contestação dos papéis de gênero naquele momento histórico (Stein, 2012; McLellan, 2012; Souza, 2013). Assim, o estudo das oportunidades culturais (Gamson & Meyer, 1996) passa antes pela investigação dos espaços nos quais estas oportunidades podem ser identificadas e politizadas pelos ativistas.

Nesta tese, considero que os ambientes não estritamente políticos como a família, a escola e a igreja funcionaram como espaços de socialização primária e secundária que precederam o contato mais direto dos ativistas com o confronto político, fornecendo disposições que foram ativadas, adormecidas ou atualizadas em dois contextos de micromobilização imediatamente anteriores à formação dos grupos de ativismo LGBTQIA+ à direita: as organizações de movimento social liberais e conservadoras e os ambientes de mobilização à direita na internet. Embora possam ser considerados mais formalmente *políticos*, estes dois *microcontextos* ofereceram aos ativistas as oportunidades *culturais* necessárias para a criação de espaços de discussão e acolhimento específicos para um público LGBTQIA+ identificados com o liberalismo e o conservadorismo, a conexão entre atores geograficamente dispersos e a politização das questões de gênero e sexualidade sob perspectivas condizentes com estas correntes ideológicas. Estes espaços também permitiram aos ativistas imaginarem-se como parte de uma coletividade mais ampla, uma vez que essas discussões raramente encontravam ressonância nos movimentos e nos territórios de sociabilidade LGBTQI+ “offline” (bares, festas e grupos de amigos). Consequentemente, o engajamento político significou, para muitos destes jovens, uma forma de romper com o isolamento social ao qual estavam submetidos.

Como referido na seção sobre oportunidades políticas, as lideranças do campo político da direita souberam aproveitar a crise dos governos petistas e das esquerdas pós-2013 para intensificar o processo de renovação geracional de seus quadros políticos, apostando sobretudo no recrutamento de jovens ativistas. Esta nova geração trouxe consigo novas ideias, comportamentos e competências, entre as quais o domínio da linguagem e dos modelos organizacionais amparados na internet e nas redes sociais online, como no caso do Movimento

Brasil Livre – MBL. Como resultado, renovaram-se também os repertórios de ação e os enquadramentos interpretativos deste campo político. O enredamento dos ativistas em um ecossistema complexo, no qual coexistem organizações convencionais e movimentos *internet supported* (Van Laer & Van Aelst, 2009), demonstra como a emergência deste novo ator coletivo está relacionada tanto com a oxigenação das redes de mobilização do campo político da direita quanto com a constituição de ambiente híbrido de contestação (*online* e *offline*). Os ativistas geralmente possuem múltiplas filiações (partidos, movimentos, organizações não-governamentais e grupos *internet supported*), estabelecendo um duplo movimento de *vai e vem* (entre movimentos e partidos de um lado e entre *online* e *offline* de outro) que resulta na construção de inúmeras conexões, semânticas e organizações.

Com base nos dados empíricos recolhidos ao longo desta investigação, foi possível estabelecer pelo menos três padrões de acesso principais que permitiram aos ativistas LGBTQIA+ à direita conectarem-se às redes de mobilização do campo político da direita: a) organizações, *think tanks* e movimentos convencionais (*offline*), b) internet e redes sociais online c) ou pelas duas vias em simultâneo. Há ainda casos em que uma experiência ativista em organizações à esquerda ou nos movimentos LGBTQIA+ antecedeu o contato mais direto com as direitas. O ciclo de protestos de junho de 2013 pode ser apontado como o marco temporal inicial deste processo de conexão, muito embora alguns ativistas mais velhos estivessem imersos nestas redes de mobilização desde a década anterior. Para todos os meus interlocutores, os ciclos de mobilização de 2013, de 2015/2016 (pelo impeachment de Dilma Rousseff) e o ciclo eleitoral de 2018 constituíram momentos de choque, tomada de consciência ou confirmação de crenças que estimularam a busca por espaços de engajamento político alinhados às suas inquietações políticas, culturais ou intelectuais.

Os percursos ativistas que ilustram estes padrões de engajamento serão explorados de forma mais detalhada nos capítulos finais desta tese, mas as funções desempenhadas por cada um destes contextos de micromobilização ajudam a perceber o modo como tornaram-se a antessala dos ativismos LGBTQIA+ à direita. Enquanto as organizações de movimento social “clássicas” ofereceram recursos materiais, socialização, acolhimento e formação política, além de conexões com antigas gerações de ativistas e elites políticas à direita, as redes sociais online permitiram ampliar esta rede de contatos *offline* por meio da expressão de posicionamentos pessoais em larga escala, contribuindo para a sedimentação de carreiras político-partidárias vindas “de fora do sistema”. Deste modo, o engajamento *online* esteve associado sobretudo à construção de capital político complementar, novas identidades, espaços de discussão e

agendas políticas. Tendo em vista os custos e benefícios de cada um destes espaços, muitos dos meus interlocutores combinam as duas frentes de atuação ao sabor da conjuntura, das suas aspirações políticas e interesses pessoais, promovendo uma sobreposição de estruturas organizativas nem sempre visível a olho nu aos observadores do fenômeno *online*. O quadro a seguir apresenta os partidos políticos, associações e movimentos sociais que pude identificar, com base na triangulação de dados empíricos, como espaços de socialização política e acolhimento para ativistas LGBTQIA+ à direita.

Tabela 5 – Partidos, associações e movimentos que funcionaram como “antessala” ou como suporte para a formação de um ativismo LGBTQIA+ à direita

Partidos Políticos à direita	Partido Social Liberal – PSL; Republicanos; Patriota; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB; Partido Novo; Democratas – DEM (atual União Brasil)
Organizações de movimento social e <i>think tanks</i> especificamente liberais e/ou conservadores	Movimento Brasil Livre – MBL; Livres; Students for Liberty/Estudantes pela Liberdade; Direita São Paulo / Movimento Conservador; Movimento pela fundação do partido conservador “Aliança pelo Brasil”
Organizações, grupos ou setoriais LGBTQIA+	Diversidade Tucana; Movimento Desaquecida; Grupo Dignidade; Projeto Voluntariado Colorido.
Organizações e movimentos sociais não estritamente liberais e/ou conservadores	Movimento Estudantil da Universidade de São Paulo (Grupo Reação e Centro Acadêmico do Direito da USP - XI de Agosto); Movimento Monárquico Brasileiro; Movimentos de Bairro.
Partidos políticos à esquerda ou de centro	Partido Verde – PV; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU

Fonte: Elaboração própria

Esta lista apresenta atores políticos com estatuto organizacional e posicionamento ideológico diverso, pois alguns dos meus interlocutores tiveram suas primeiras experiências de ativismo no campo político da esquerda e/ou nos movimentos LGBTQIA+. Embora ideologicamente mais difuso, este tipo de percurso também ofereceu subsídios para a construção de uma posição crítica em relação aos ideais de justiça social. Particularmente no caso dos partidos, nota-se que ambas as siglas mencionadas pelos meus interlocutores como espaços de socialização política prévia situavam-se como oposição de esquerda ou de centro-

esquerda ao petismo no período analisado⁶⁵. Finalmente, optei por me referir de modo genérico a determinados movimentos sociais (ex.: “movimentos de bairro”) para evitar referências a lugares e contextos específicos nos quais alguns dos meus interlocutores atuam politicamente.

Evidenciando o modo como a política perpassa inúmeras esferas da vida social, o primeiro contato com materiais de propaganda, lideranças, partidos e movimentos à direita tende a ocorrer em espaços não estritamente políticos, como a escola, a universidade e as atividades de lazer. Representantes de uma geração anterior, que frequentou a universidade na segunda metade da década de 2000, o advogado Tiago Pavinatto e o professor William Cavalcante tiveram as primeiras experiências ativistas no movimento estudantil universitário da Universidade de São Paulo - USP, atuando em grupos criados para contrapor “esquerdismo” entre os estudantes daquela instituição. Foram recrutados pelo Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, à época principal partido de oposição ao PT na política nacional, assumindo funções relevantes na estrutura institucional do partido. Integraram ambos, em diferentes momentos, o setorial LGBTQIA+ da agremiação, o Diversidade Tucana.

Como resultado dessa trajetória ativista mais convencional, de experiências profissionais ligadas à política e de um percurso acadêmico mais longo, Tiago e William tornaram-se ambos referências para as novas gerações de ativistas LGBTQIA+ liberais, criando um elo entre as iniciativas pioneiras no estabelecimento de um movimento LGBTQIA+ fora do campo político da esquerda (da qual o Diversidade Tucana surge como principal expoente) e os ativismos em estudo nesta tese. Enquanto Pavinatto contribuiu para introduzir o debate em torno da causa LGBTQIA+ no MBL, William se tornou uma espécie de referência política para os moderadores da página Boteco Liberal LGBT, participando ativamente do grupo de WhatsApp destinado à discussão dos conteúdos publicados para os mais de 20 mil seguidores da página no Facebook. Entretanto, o processo de consolidação desta nova geração de ativistas não se deu somente por obra do acaso e de “encontros” específicos, mas também graças ao trabalho de formação política promovido por *think tanks* e instituições pró-mercado como o Instituto Liberal, o Instituto Mises e a rede internacional Students for Liberty - SFL, esta último responsável por acolher diversos membros do Boteco Liberal LGBT.

O engajamento prévio de ativistas LGBTQIA+ no segundo contexto de micromobilização em análise nesta seção — os espaços de discussão, produção e difusão de

⁶⁵ O PV havia acolhido a candidatura de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, nas eleições de 2010, e votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff, ao passo que o PSTU foi criado no início dos anos 1990 para abrigar uma dissidência à esquerda do PT.

informação e propaganda política à direita na internet —, foi mais nitidamente relevante para as gerações que ingressaram na política após 2013. Este universo composto por centenas de grupos, páginas e canais hospedados em redes sociais online como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter forneceu os recursos simbólicos para o debate político, permitiu a expressão pessoal de valores, posicionamentos e estilos de vida perante uma audiência mais ampla e promoveu a conexão entre indivíduos geograficamente isolados. O acesso a uma rede de comunicação ampla transnacional e difusa, constituída a partir da articulação entre diferentes plataformas digitais como o YouTube, foi peça chave deste processo, oferecendo a uma juventude descontente com o PT, a esquerda e a política convencional uma fonte de informação “alternativa” e acessível. Estes espaços tornaram-se fonte de uma infinidade de recursos culturais, permitindo aos ativistas o contato com lideranças, intelectuais, jornalistas e outras referências teóricas, responsáveis por difundir interpretações da conjuntura política, esquemas de percepção da realidade, teorias conspiratórias (como o referido “marxismo cultural”), notícias fraudulentas e terminologias específicas deste campo político (“ideologia de gênero”, “politicamente correto”, “racismo reverso”, “islamização”, “reengenharia social”).

Em entrevista, o então Deputado Estadual Douglas Garcia (eleito pelo Partido Social Liberal – PSL e atualmente filiado ao Republicanos) relatou como o seu primeiro contato com as redes de propaganda, informação e mobilização bolsonarista na internet se deu no contexto da subcultura urbana do *skate*, quando um amigo o mostrou, através de um dispositivo móvel, um vídeo do então deputado federal Jair Bolsonaro. “*Você acha que em rolê de skate só tem maconheiro? Não! Tem muito conservador nesse meio!*”, garantiu o deputado. Impactado pelo discurso de Bolsonaro, Douglas tornou-se consumidor de canais, *fanpages* e sites de notícia voltados para o público conservador. Cerca de dois anos depois, devido ao sucesso de uma manifestação em apoio a Bolsonaro convocada por ele no Facebook, o jovem chamou a atenção de lideranças conservadoras da cidade de São Paulo. Foi convidado a participar da fundação do grupo Direita São Paulo (atual Movimento Conservador) e filiou-se em seguida ao Partido Social Liberal - PSL, legenda que abrigou a candidatura de Bolsonaro à Presidência da República em 2018, e pela qual ele próprio foi eleito Deputado Estadual no mesmo ano.

Brace (2022) afirma que o rápido desenvolvimento e popularização das tecnologias digitais de comunicação nos últimos vinte anos favoreceu o surgimento de uma grande variedade de subculturas *online* adaptadas a interesses específicos. Estas tecnologias permitem que os membros de uma determinada subcultura se comuniquem de forma anônima, rápida e remota, concedendo-lhes oportunidades de engajamento e compartilhamento de saberes

subculturais com menor risco de rejeição ou detecção em seus meios sociais (Blevins e Holt 2009; Holt e Copes 2010). As subculturas de direita e extrema-direita são um bom exemplo de subculturas preexistentes que se valeram dos atributos particulares na internet para recrutar novos membros, disseminar ideias e fortalecer vínculos transnacionais (Baele et al. 2020).

Nesta investigação, proponho pensar as páginas, canais, *fanpages*, grupos e websites citados como fontes de informação pelos meus interlocutores como parte de uma subcultura *online* à direita, cujo funcionamento se dá por meio de normas, valores, códigos e tradições específicas que se distinguem da cultura dominante. Uma vez imersos em uma subcultura, os indivíduos tendem a adaptar suas crenças e atitudes para melhor corresponder às regras e costumes que regulam estes ambientes (Herbert 1998; Haenfler 2013). Os endereços apresentados no Quadro III são parte desta subcultura *online*, composta por uma extensa rede de informação, propaganda e mobilização com ramificações nacionais e internacionais. Há desde perfis de lideranças políticas, intelectuais, jornalistas, polemistas e microcelebridades ativistas de vários países até páginas de memes, referidas pelos ativistas entrevistados tanto como fonte de “informação” quanto “descontração”.

Tabela 6 – Páginas, canais, fanpages, grupos e websites citados como fontes de informação pelos ativistas LGBTQIA+ à direita ouvidos no terreno

YouTube	Terça Livre; Ideias Radicais; Renova Mídia; Foco do Brasil; Brasil Paralelo; Olavo de Carvalho; Nando Moura; Leandro Ruschel; Bernardo Kunster; Blaire White
Facebook	Livres, Partido Novo; Students for Liberty; Tradutores de Direita; Independentes; Gays for Trump; Garota Conservadora; Fúria e Tradição Liberal de Humanas; Ranking dos Políticos; Corrupção Brasileira de Memes; A Feminista, Jessica; Brasil Paralelo; Te atualizei; Bolsonéas; Embaixada da Resistência; Agustin Fernandez; Alice Weidel; Rob Smith; Jair Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro; Carlos Bolsonaro; Carla Zambelli; Paula Marisa; Rodrigo Constantino; Douglas Garcia; Ana Caroline Campagnolo; Tarcísio de Freitas; Grupo “Panelinha de Direita”.
Twitter	Milo Yiannopoulos; Paul Joseph; Tiago Pavinatto; Jair Bolsonaro.
Instagram	Folha do Brasil; Turning Point USA; Peter Boykin; Candace Owens; Ben Shapiro.
Websites	Instituto Mises; Estibordo; Sociedade Chesterton Brasil; Livraria Cherterton Brasil; Olavo de Carvalho; Go Right News; The Daily Wire.

Fonte: Elaboração própria

Durante a etapa da imersão online do terreno, a criação de perfis em redes sociais online como o Facebook e o Instagram para o acompanhamento destas páginas permitiu identificar os recursos culturais e cognitivos em circulação (esquemas interpretativos, teorias conspiratórias, notícias fraudulentas, referências teóricas, padrões estéticos e terminologias), muitos dos quais são largamente reproduzidos pelos ativistas nas páginas voltadas especificamente para o público LGBTQIA+ à direita.

Os recursos cognitivos em circulação nestes ambientes subculturais *online* tornaram-se acessíveis graças ao estabelecimento de um circuito cultural mais amplo, do qual fazem parte, além das redes sociais online, os media e o mercado editorial (Ornelas Rosa, 2022). A partir da década de 2010, o crescente protagonismo de intelectuais “de direita” na esfera pública como Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (Puglia, 2018) consolidou no país um novo ambiente político, cultural e intelectual, caracterizado pela contestação das ideias de justiça social. Tornaram-se conhecidos devido a posição de destaque em órgãos de imprensa que adotaram a oposição ao petismo como estratégia de negócio, como a rádio *Jovem Pan* e os jornais *Gazeta do Povo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (Fernandes e Vieira, 2019). Posteriormente, passaram a atrair um público cativo também nas redes sociais online. Entre uma polêmica e outra, valeram-se desta crescente audiência para a divulgação de seus livros, ensaios e coleções, lançados por um emergente mercado editorial dedicado à direita. A Editora Record tornou-se a principal expoente deste mercado, mas outras empresas como a É Realizações, a rede editorial CEDET e o conglomerado português Leya, com filiais em países lusófonos como Portugal, Angola e Moçambique, também se destacaram pela publicação de obras e autores filiados ao conservadorismo e ao liberalismo político e econômico (Da Silva, 2018).

Este cenário favoreceu a maior circulação teorias e conceitos de autores clássicos do liberalismo como Ludwig von Mises, Milton Friedman, Friedrich Hayek, Murray Newton Rothbard, John Stuart Mill e John Locke, e do conservadorismo como Edmund Burke, Russel Kirk, Roger Scruton — todos referidos em publicações *online*, entrevistas e outros documentos acessados no terreno. Os meus interlocutores entraram em contato com estas obras pela internet, nas organizações políticas às quais se associaram (movimentos, partidos e *think tanks*) e nas universidades, particularmente em cursos de bacharelado e/ou licenciatura em Direito e História. Entre os ativistas liberais, o romance *A revolta de Atlas*, da autora russa naturalizada americana Ayn Rand, goza de notável popularidade. Trata-se de uma distopia sobre empresários industriais lutando contra a tirania de um governo progressista e corrupto,

interessado na taxação e regulamentação das atividades econômicas. Entre os conservadores, destaca-se o brasileiro Olavo de Carvalho, cujas obras *O Mínimo que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota* e *O imbecil coletivo* são consideradas leituras obrigatórias. A imersão dos meus interlocutores nos contextos de mobilização *online* e *offline* nos quais circulavam estas ideias, discursos e bens culturais, permitiram o acesso aos recursos cognitivos necessários para a produção de determinadas interpretações da conjuntura política e da realidade social. Este processo de socialização e subjetivação política resultou não em uma incorporação rigorosa da agenda e das semânticas dos movimentos LGBTQIA+ convencionais, mas na sua reinterpretação a partir de um filtro teórico, conceitual e cognitivo particular.

A circulação transnacional de modelos de ativismo LGBTQIA+ à direita

Uma vez imersos em microcontextos de mobilização à direita *online* e *offline*, os meus interlocutores criaram e/ou acessaram páginas e grupos privados de discussão voltados especificamente para um público LGBTQIA+ identificado com este campo político. Para muitos deles, a participação nestes espaços permitiu, pela primeira vez, a construção de laços de amizade e solidariedade entre pares. Febo, moderador da *fanpage* Gay de Direita, lembra que a página o colocou em contato com homossexuais conservadores de todo o Brasil, inclusive do Estado de São Paulo, onde reside atualmente. Ele relata que, antes disso, não possuía amigos homossexuais: “*Eu só fui ter amizades gays mesmo de verdade por força da... do ambiente político*”. Para Alexandre (membro do Boteco Liberal LGBT, designer gráfico, 27 anos, homem transexual, morador da cidade de São Paulo), cuja experiência pregressa em grupos de amizade *offline* e espaços de discussão *online* foi marcada por grandes decepções devido à repercussão negativa de seus posicionamentos políticos, a inserção em espaços voltados para um público LGBTQIA+ liberal permitiu a construção de laços de amizade mais estáveis, profícuos e duradouros. Em suma, estas conexões levaram estes ativistas a se perceberem como parte de um grupo social mais amplo, e não mais como dissidentes solitários.

O processo de formação desta nova coletividade foi abastecido pela circulação transnacional, nos contextos de micromobilização à direita, de estilos de ativismo, repertórios de ação e enquadramentos interpretativos de orientação liberal e conservadora sobre as questões de gênero e sexualidade. Graças à crescente visibilidade alcançada na imprensa internacional e nas redes sociais online por ativistas LGBTQIA+ “de direita” como o britânico Milo Yiannopoulos, a estadunidense Blaire White, a alemã Alice Weidel, e do sucesso de campanhas como a “Gays for Trump”, lançada pelo ativista conservador Peter Boykin durante

as eleições americanas de 2016, os ativistas brasileiros encontraram a inspiração necessária para “sair do armário político”. Este referencial é amplamente difundido pelas páginas LGBTQIA+ à direita no Instagram, Twitter e Facebook, onde as imagens de Yiannopoulos, While e Weidel são regularmente evocadas em publicações ou servem mesmo como foto de perfil. Em alguns casos, lideranças brasileiras e estadunidenses teriam estabelecido contato direto por meio de redes sociais online e aplicativos de mensagem. Por exemplo, os moderadores da página Gays com Bolsonaro (Instagram), afirmam ter recebido apoio de Peter Boykin, fundador da página Gays for Trump, para tirar do papel a iniciativa brasileira, cuja criação foi assumidamente inspirada na campanha americana.

Os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva tanto se valem de símbolos, esquemas e arranjos culturais preexistentes quanto adaptam, expandem e criam novos, estabelecendo uma relação dialética com o ambiente político-cultural no qual encontram-se imersos (Olesen, 2015). Fazem-no com o intuito de comunicar crenças, valores e reivindicações, mas também para contrapor e desafiar seus adversários. Os símbolos podem ser “qualquer objeto usado por seres humanos para indexar significados que não são inerentes nem discerníveis do próprio objeto” (Elder e Cobb, 1983, p. 28), não sendo incomum que, no curso do confronto político, “algumas pessoas/indivíduos alcançam status icônico ou simbólico” (Olson, 2015, p. 16) através da associação a certos valores, posicionamentos ou realizações políticas e morais. Assim como movimentos sociais animados por ideias de justiça social, os movimentos sociais associados à direita elegem os seus ícones políticos, difundindo suas imagens e construindo redes físicas e/ou virtuais conectadas por meio de identidades e percepções compartilhadas de injustiça (Olesen, 2015, p.68).

De ícones políticos como Yiannopoulos, White e Weidel, os ativistas brasileiros apreenderam uma diversidade de estilos de ativismo, repertórios de ação e enquadramentos interpretativos. Não os reproduziram *ipsis litteris*, mas extraíram deles as suas componentes principais, adaptando-as à realidade brasileira de acordo com os recursos materiais disponíveis. Do jornalista britânico Milo Yiannopoulos, emprestaram o estilo corrosivo, extravagante e “sem filtro”, utilizando suas identidades sexuais e de gênero como “carta branca” para exprimir publicamente opiniões polêmicas sobre temas sensíveis e grupos socialmente subalternizados. Como Milo, passaram a transitar entre as redes sociais online e os meios de comunicação social, destilando aquilo que Brown (2019, p.149) chamou de uma combinação de “liberdade desinibida e tradição politizada”.

Da americana Blaire White, cujo canal no YouTube possui mais de 1 milhão de inscritos, incorporaram a linguagem dos chamados influenciadores digitais (Abidin, 2015; 2016; Duffy e Hund, 2015; Pedroni, 2016), “líderes de opinião online” (Childers et al., 2018) que conciliam estratégias de autopromoção, autenticidade e expertise em temáticas específicas para a obtenção de visibilidade, prestígio e financiamento comercial (Jiménez-Castillo e Sánchez-Fernández, 2019). Dedicada à contestação dos movimentos LGBTQIA+, particularmente dos movimentos trans, White investe na produção de vídeos caseiros de caráter satírico, extrovertido e sensacionalista, valendo-se de argumentos de autoridade relacionados à sua própria identidade enquanto pessoa trans. “*J.K. Rowling* [autora da série de livros “Harry Potter”] *não é transfóbica, você é apenas muito sensível*”, anuncia em um de seus vídeos mais populares. De Alice Weidel, retratada pelos media como uma liderança firme, bem-sucedida e articulada, incorporaram ideais de respeitabilidade, sucesso e moralidade, além da ambição pela carreira político-institucional. Desta profusão de modelos, retiraram alguns de seus enquadramentos interpretativos principais: defesa do capitalismo, do livre mercado e da livre iniciativa; oposição à “abordagem do gênero” e rejeição aos movimentos LGBTQIA+ e de todo o tipo de “coletivismo” em detrimento da liberdade de pensamento individual.

O caso da página brasileira Gays com Bolsonaro constitui um exemplo interessante de como os ativistas brasileiros absorveram estratégias que combinam o agenciamento de categorias identitárias com uma certa rejeição do “meio” e aos movimentos LGBTQIA+. Tendo como inspiração a página Gays for Trump (Facebook e Twitter), replicaram o modelo organizacional *internet-supported* de Peter Boykin por meio de uma campanha *online* que se transformou paulatinamente em um grupo de movimento social mais duradouro, e cujo ícone é um líder político não LGBTQIA+. Essa estratégia busca enfatizar um “tipo” de homossexual diferente, cujas referências político-culturais encontram-se “fora do meio” — daí a necessidade de evocar duas lideranças frequentemente associadas a valores, crenças e atitudes opostos à causa e ao “meio” LGBTQIA+.

Conclusão do Capítulo 3

Neste capítulo, procurei demonstrar como a crise dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o ciclo de protestos de junho de 2013 e a campanha pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2015/2016), inauguraram um novo contexto político e cultural amplamente favorável para a mobilização de movimentos situados à direita do governo petista.

Esta análise foi desenvolvida tendo como base a operacionalização dos conceitos de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) e culturais (Gamson e Meyer, 1996), transformados aqui em duas dimensões de análise específicas, cujas variáveis foram discutidas separadamente. De modo a evitar imprecisões analíticas, procurei demonstrar como cada uma destas variáveis afetou o confronto político, quais atores foram afetados e quais aspectos do confronto foram efetivamente impactados. Valendo-me da triangulação de dados empíricos recolhidos a partir de uma pesquisa documental na imprensa digital, imersão etnográfica *online* e entrevistas com ativistas, propus uma análise macroestrutural da qual não estão ausentes as organizações e os indivíduos. Com isso, pretendo evidenciar o caráter interdependente das três grandes dimensões de análise que estruturam este trabalho.

Outrora portadores da bandeira da ética na política, o PT e as esquerdas tiveram suas imagens abaladas pelo envolvimento em sucessivos escândalos de corrupção, emergindo deste processo como símbolos da degradação moral e de um suposto autoritarismo. As direitas, por outro lado, souberam aproveitar esta oportunidade para desvincularem-se da postura “envergonhada” associada à memória do regime militar (Madeira e Tarouco, 2010), apresentando-se como um ator político combativo, preocupado com questões de ordem moral e sintonizado com a linguagem e as aspirações das novas gerações. Este processo encontrou ressonância entre indivíduos LGBTQIA+ descontentes com os ideais de justiça social, que identificaram nas redes de mobilização liberais e conservadoras uma alternativa política para dar vazão às suas aspirações no que diz respeito à qualidade de vida, consumo, moralidade e liberdade individual. Estes indivíduos beneficiaram-se dos processos de renovação geracional e estratégica do campo político da direita, que passou a contar, a partir dos ciclos de protestos de 2013 e 2015/2016 com um maior número de quadros políticos jovens, com idades entre 18 e 30 anos. Desafiando a ideia de uma direita intolerante em relação às dissidências sexuais e de gênero, esta nova geração de ativistas mostrou-se mais permeável à presença de indivíduos assumidamente LGBTQIA+ em suas organizações, tendo reconhecido no *coming out* de seus pares a possibilidade de contestar o suposto monopólio das esquerdas em torno dos debates de gênero e sexualidade. Tudo isso sem renunciar aos emergentes discursos antigênero em circulação no debate público nacional.

Capítulo 4

Rompendo o armário político: espetáculo em um prólogo e três atos

(...) movimentos sociais podem ser descritos como dramas nos quais protagonistas e antagonistas competem para afetar as interpretações do público sobre as relações de poder em uma variedade de domínios, incluindo aqueles relacionados a arranjos religiosos, políticos, econômicos ou de estilo de vida. Ativistas de movimento e contramovimento, alvos de mudança e os media apresentam ideias e interpretações divergentes das relações de poder existentes, desejando que algum público aceite e aja de acordo com sua apresentação particular como se fosse inquestionavelmente real [tradução minha].

Robert D. Benford e Scott A. Hunt (1992) Dramaturgy and Social Movements

Este capítulo corresponde à primeira parte do nível mesoanalítico da tese. O foco agora recai sobre os ativistas LGBTQIA+ à direita, suas organizações e redes de mobilização, protagonistas de um processo de interação contenciosa (entre si, com seus aliados e opositores) cujo cenário é o espaço híbrido de contestação *online* e *offline*. Por meio de uma análise cronologicamente organizada e ancorada em categorias analíticas que remetem ao legado interacionista da abordagem do confronto político (*atos*, *performance*, *vitrine* e *palco*), proponho uma interpretação do *processo* de constituição pública dos ativistas LGBTQIA+ à direita no Brasil com base em suas interações ao longo do tempo (2013-2020) entre diferentes arenas — as ruas, as redes sociais online e as instituições políticas. Essa narrativa conecta eventos e atores relativamente dispersos, relacionando-os com as mudanças no ambiente político discutidas no capítulo anterior. Tem como objetivo assinalar os processos de construção, negociação e apresentação dos estilos de ativismo liberal e conservador na cena pública e, simultaneamente, introduzir os elementos que serão examinados em menor escala no capítulo subsequente: modelos organizacionais, definições identitárias, formas de ação e produção de sentido.

A análise que apresento nas próximas páginas se vale amplamente da estratégia de triangulação de dados empíricos, com destaque para os achados empíricos da imersão etnográfica multiplataforma e da análise documental dos media digitais. Esta opção está relacionada às particularidades do meu objeto de investigação e à construção do meu argumento. Como veremos a seguir, as redes sociais online e os meios de comunicação social constituíram dois espaços de disputa centrais para a constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita. Foi por meio da internet que estes ativistas efetivamente romperam com o armário político, construíram suas redes de apoio e mobilização e adquiriram prestígio, voz e visibilidade nos meios de comunicação. Contudo, o meu argumento é de que, embora os

media tradicionais tenham desempenhado um papel decisivo na difusão destes estilos de ativismo, neste caso, a internet é quem constitui o *palco* e a *vitrine* principal do confronto, pois mesmo quando grupos antes exclusivamente *online* (*internet based*) estabelecem uma contraparte *offline* (*internet supported*), as redes sociais online permanecem como o espaço privilegiado de suas ações.

Como todo processo social complexo, a política contenciosa deve ser analisada a partir da sua própria decomposição. Decompor um determinado processo exige um trabalho descritivo rigoroso, ancorado em conceitos capazes de orientar-nos em direção aos atributos fundamentais daquilo que pretendemos analisar: atores políticos, organizações, identidades coletivas, enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva (Tilly & Tarrow, 2015). Sendo assim, este capítulo está dividido em dois momentos. O primeiro recorre à abordagem dramatúrgica de Benford e Hunt (1992) para decompor o processo de constituição política dos ativismos LGBTQIA+ à direita num recorte espaciotemporal específico (redes, ruas e instituições entre os anos de 2013 e 2020), preparando o terreno para a “remontagem” analítica apresentada no capítulo seguinte. Em um segundo momento, com recurso à metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS) (Wasserman & Faust, 1999), discuto a presença destes ativismos no Facebook, plataforma que concentrava, à época da imersão etnográfica (2018-2020), o maior número de páginas dedicadas ao público LGBTQIA+ à direita. Este mapeamento servirá, no capítulo seguinte, para substanciar a análise de dois casos específicos: as *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”, *palco* e *vitrine* para a atuação de dois grupos ativistas, um de estilo conservador e outro de estilo liberal.

Decompondo a ação coletiva e conectiva

Para compreender o processo por meio do qual os ativismos LGBTQIA+ à direita deixaram de ser encarados como uma subcultura *online* para alcançar o *status* de atores políticos, proponho nesta seção uma análise descritiva, dividida em um prólogo e três atos. Cada ato desta periodização corresponde a uma etapa do processo de *saída do armário político* que está no cerne desta tese: a) antecedentes; b) adaptação e experimentação; c) difusão, improvisação e inovação e d) consolidação e formalização. Esta narrativa acompanha uma multiplicidade de indivíduos e grupos *do armário às ruas* (passando também pelos media e parlamentos), sem nunca abandonar o *palco* e *vitrine* que tornaram possível a constituição deste ator político: a internet e as redes sociais online. Neste primeiro momento, não recorro à uma

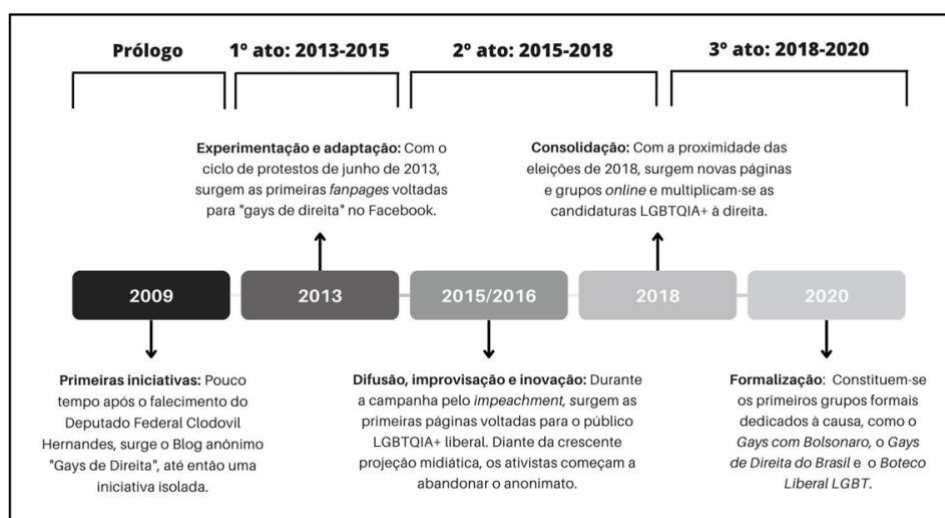
aplicação rigorosa dos conceitos das teorias dos movimentos sociais (McAdam et al., 2009; Tilly & Tarrow, 2015; Benford & Hunt, 1992) ou dos ativismos online (Van Laer & Van Aelst, 2010; Bennett e Segerberg, 2012; 2013; Milan, 2015; Simões & Campos, 2016, Treré, 2019). Interessa-me sobretudo a decomposição do *processo* para, mais adiante, analisar os atributos da ação coletiva e conectiva produzidos no decurso do confronto.

Parto da perspectiva de que a internet atualiza dinâmicas anteriormente exploradas pela literatura dos movimentos sociais que envolvem mobilização e os meios de comunicação tradicionais. Como afirma Tarrow (2009), o jornal impresso desempenhou, por mais de dois séculos, um papel central na constituição dos movimentos sociais modernos. Em meados do século XVIII, os conflitos preexistentes entre autoridades e pessoas comuns foram gradualmente transpostos para as páginas dos jornais na forma de caricaturas, canções ofensivas e guerras de panfletos (2009, p. 66), criando “novo tipo de fórum público” baseado em “comunidades invisíveis de leitores” (Eisenstein 1986, p. 196-197). Impulsionados pela expansão da alfabetização, os clubes de leitura e as sociedades de correspondência surgidos naquele período forneceram aos atores sociais estruturas conectivas informais capazes de ultrapassar localidades heterogêneas e grupos sociais, criando laços relativamente frouxos, mas suficientemente eficazes para gerar alguma ação coletiva coordenada (Tarrow, 2009, p. 77-78).

Assim, muito do ativismo contemporâneo ainda se assemelha ao protesto político dos velhos tempos (Bennett & Segerberg, 2013). Entretanto, a incorporação da internet e das redes sociais online às dinâmicas do protesto contemporâneo tem evidenciado como as tecnologias digitais, em alguns casos, podem assumir o papel de organização e mobilização outrora desempenhado por organizações formais de movimento social (Bennett & Segerberg, 2013), tornando o estudo destas mobilizações especialmente desafiador. Os desdobramentos da análise, particularmente no final deste capítulo e no decorrer do próximo, tratarão de evidenciar estes desafios pois, no cerne do meu argumento, está a ideia de que os ativismos em estudo são parcialmente moldados pela dinâmica da internet e das redes sociais *online*. Paralelamente, esta análise também revela que os meios de comunicação tradicionais (nomeadamente os meios impressos e a televisão), a despeito da emergência dos media digitais, ainda desempenham um papel relevante na dinâmica do confronto político. Com efeito, estes media articulam-se rotineiramente com a internet, seja por meio de mecanismos de convergência midiática, seja por meio da conversão em notícia daquilo que se passa na internet. Mantêm-se, deste modo, enquanto legítimos *gatekeepers*, responsáveis pela seleção, reconhecimento e normalização de causas, agendas e discursos diante de um público mais amplo.

Do ponto de vista analítico, creio ser importante elucidar que a leitura dramatúrgica do confronto político à qual recorro nesta seção não esvazia a sua componente estratégica, tampouco despolitiza a atuação dos movimentos (Dowbor & Szwako, 2013). Ao contrário, oferece um “enquadramento analítico alternativo ao da semântica do confronto e das metáforas bélicas” (2013, p. 45), que permite antever o caráter coletivamente construído, coordenado e dramatizado da ação contestatória. Como os interacionistas simbólicos, os teóricos dos movimentos sociais valeram-se amplamente de termos emprestados da música e do teatro. Por exemplo, os conceitos de repertório e performance foram propostos por Charles Tilly (1975; 1995) para demonstrar como os atores agem por meio de “uma contínua improvisação ao longo de *scripts* previamente existentes” (Brasil, 2016, p. 1) “conforme seus propósitos e circunstâncias” (Alonso, 2015, p. 385). Curiosamente, os próprios movimentos e seus ativistas evocam continuamente termos do universo teatral (“ato”, “bastidores”, “fazendo cena”) para referirem-se às suas atividades. À luz desta introdução, apresento por meio figura abaixo a minha proposta cronológica para a análise deste processo:

Figura 2 – Cronologia: Constituição dos ativismos LGBTQIA+ à direita



Fonte: Elaboração Própria

Prólogo: “Não queremos destruir uma sociedade da qual fazemos parte” (2009-2013)

Em seu trabalho sobre a formação do grupo Diversidade Tucana, do Partido da Social-Democracia-Brasileira – PSDB, primeiro setorial partidário LGBTQIA+ criado fora do campo político da esquerda, na metade dos anos 2000, Cruz (2020) menciona uma série de disputas ideológicas internas aos movimentos LGBTQIA+ em São Paulo. Naquela altura, muito se

debatia sobre a suposta partidarização do movimento promovida pelo PT. Um momento específico desta narrativa permite compreender como este debate permanecia circunscrito aos círculos dos movimentos e dos meios LGBTQIA+ da época. Segundo o autor, diante das inúmeras discussões sobre “*direita vs. esquerda*” que atravessavam os espaços de ativismo naquele momento, o editor de uma revista erótica voltada para o público gay chamada *Sexy Boys* encomendou a um ativista do Diversidade Tucana um texto sobre a relação histórica entre os gays e a direita. O texto, assinado pelo jornalista Ferdinando Martins e publicado em novembro de 2008, discute o apoio crescente de partidos como o PSDB e o DEM à causa LGBTQIA+ no Estado de São Paulo e retoma argumentos como a perseguição às homossexualidades perpetrada por antigos regimes socialistas⁶⁶. Contudo, este texto jamais obteve qualquer repercussão para além das listas de e-mail do movimento e do próprio público da revista. Tratava-se, naquele momento, de um debate subcultural.

Na tradição teatral, o prólogo corresponde à parte anterior ao primeiro ato de uma peça. Originalmente, um narrador declamava ao público uma mensagem do dramaturgo anunciando o tema do espetáculo, tecendo comentários satíricos e pedindo desculpas pelos eventuais problemas técnicos da peça. De acordo com o levantamento *online* realizado no curso desta investigação, os primeiros registros de uma conversação *online* sobre a identificação gay com as direitas no Brasil datam de meados de 2009. Trata-se de um blog de autoria anônima intitulado “Gays de Direita” e identificado por mim ainda na fase de elaboração do projeto de tese. Coincidência ou não, este blog foi lançado em 10 de maio de 2009, poucas semanas após o falecimento do então deputado federal Clodovil Hernandes. Nos anos 2000, Clodovil foi uma das poucas figuras públicas a assumir, uma identidade abertamente gay e um posicionamento político à direita. Assim como Clodovil foi um “pioneiro”, oferecendo as bases para a roteirização de um estilo de ativismo LGBTQIA+ conservador, também este blog parece antecipar, em pelos menos quatro anos, um estilo de ativismo que só ganharia maior amplitude a partir de 2013. Por esse motivo, o “Gays de Direita” funciona nesta seção como um prólogo, uma espécie de “mensagem do dramaturgo” escrita para introduzir o espetáculo que se segue.

Em maio de 2009, quando o blog “Gays de Direita” foi criado, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) estava em seu penúltimo ano de mandato. O seu governo gozava de aprovação recorde entre os brasileiros e os índices de crescimento econômico mantinham-se estáveis a despeito da crise econômica de 2008. Naquela altura, a oposição social ao petismo

⁶⁶ O texto pode ser lido na íntegra no ANEXO I desta tese. Foi gentilmente cedido pelo sociólogo João Filipe Cruz (Universidade de São Paulo).

era diminuta, mas encontrava na internet um terreno de articulação bastante promissor (Rocha, 2017). A primeira publicação pode ser interpretada como uma autêntica “mensagem dos dramaturgos” — cujas identidades nunca são reveladas ao longo dos quase dez anos de atividade do blog. Espécie de manifesto dos editores, autodeclarados membros de um grupo de “gays de direita”, o texto intitulado “Nossa primeira mensagem” responsabiliza a influência da esquerda pela imagem “bizarra” e “perigosa” socialmente atribuída aos homossexuais. Lembra que “governos de esquerda ao redor do mundo mataram centenas de homossexuais ao longo de sua história” e afirma que essa mesma esquerda utiliza os gays como “ferramenta de combate à moralidade” para alcançar seu projeto de dominação política. Ao final, o manifesto, busca lançar as bases para um novo tipo de ativismo “melhor que a simples baderna sexual”:

Não temos que dar as costas a Deus, ignorar nossas religiões e mudar quem somos. Não temos que obedecer a essas pessoas! Podemos impedir que a homossexualidade seja utilizada como ferramenta desumana, insuportável e odiosa. Não queremos destruir uma sociedade da qual fazemos parte (Caderno de Campo, transcrição do texto “Nossa primeira mensagem, Blog Gays de Direita, publicado em 10 de maio de 2009).

Uma análise minuciosa deste blog certamente exigiria um trabalho específico, mas seus elementos estéticos e conteúdo textual merecem alguma atenção. Sem grandes artifícios visuais, o blog apresentava um *template* em tons de branco, bege e bordô, simplicidade que contrastava com as imagens por vezes chocantes que ilustravam os artigos. No canto superior direito, um pôster de rechaço à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT. Logo abaixo, uma sequência animada mostra rapazes com hematomas no rosto acompanhadas de um letreiro com o lema “*Gays armados nunca ficam machucados*”. Ao clicar na montagem, o leitor é direcionado para um artigo sobre como adquirir uma arma de fogo em conformidade com a legislação vigente na época. Se os protagonistas desta performance permanecem ocultos aos olhos do público, seus coadjuvantes são revelados sem maiores cerimônias. Na barra lateral, os editores listam suas principais referências políticas: grupos de ativismo gay conservador como o “Log Cabin Republicans” estadunidense e o “Gay Conservatives” britânico, associações voltadas para o público homossexual católico e organizações conservadoras nacionais e internacionais.

Entre 2009 e 2018, este blog publicou mais de uma centena de textos, entre originais e reproduções oriundas de sites de tendência liberal ou conservadora. Os artigos abordavam temas variados como a perseguição a homossexuais em regimes comunistas como Cuba e em países de maioria islâmica como o Irã, a relação entre homossexualidade e fé católica e teorias da conspiração como a suposta “estratégia gramsciana” do PT, espécie de adaptação da teoria

do “marxismo cultural” para o contexto brasileiro. Crítico de longa data dos movimentos LGBTQIA+, o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho se fazia presente por meio de constantes referências. “*Se você é gay e alguém te constrange por isso, não precisa entrar no movimento gayzista. Eu mesmo defenderei você*”, afirma Olavo em uma de suas muitas citações reproduzidas pelo blog.

Figura 3 – Página inicial do Blog Gays de Direita



Fonte: <http://gaysdedireita.blogspot.com/>

Um número significativo de artigos destina-se a atacar os movimentos LGBTQIA+ e suas reivindicações. “*Nunca fui adepto de nenhum tipo de orgulho*”, declara o autor anônimo de um dos textos. Uma das propostas mais criticadas pelos editores do Blog é a criminalização da homofobia, pauta particularmente relevante para o movimento no final da década de 2000. “*Qual o critério para se determinar o que é realmente homofóbico?*”, questionavam os editores. Na seção de comentários, a reação dos internautas ia da indignação à admiração. Um visitante autodeclarado heterossexual escreveu: “*Fico feliz em saber que nem todo gay no Brasil é revolucionário*”.

Embora tenha permanecido como uma página marginal no cenário político da época, o “Blog Gays de Direita” pode ser considerado uma iniciativa notável em vários sentidos. Em primeiro lugar, a associação entre uma identidade gay não orgulhosa e uma identificação orgulhosa com a direita difere-se da perspectiva observada nos grupos LGBTQIA+ abrigados em partidos à direita e centro-direita na década de 2000, como o Diversidade Tucana (do

PSDB). Estes grupos atuavam dentro dos marcos políticos do movimento (orgulho, visibilidade, direitos), com o intuito de consolidar a pauta LGBTQIA+ no interior das agremiações. Evitavam rótulos ideológicos, muito embora já apresentassem rejeição àquilo que identificavam como uma “hegemonia petista” no movimento. Em segundo lugar, este blog antecipa uma série de temas e preocupações que se tornariam centrais para os ativismos em análise nos anos seguintes (a defesa do capitalismo, o sentimento anti-esquerda, a crítica sistemática à agenda política dos movimentos LGBTQIA+).

Em terceiro lugar, o “Blog Gays de Direita” se destaca pelo pioneirismo do ponto de vista estético: a predileção por imagens chocantes, fotografias pixelizadas, ilustrações com estética *kitsch* e uma linguagem disruptiva, ancorada em ofensas e termos de baixo calão. Rocha e Medeiros (2020) identificaram nesta última uma estratégia de contrapublicidade utilizada de forma intencional por públicos *online* à direita. Denominaram-na “política do choque” e identificaram nela uma estratégia para romper com o decoro de grupos percebidos como dominantes. Exemplos desta performatividade disruptiva podem ser encontrados por todo o blog. Em um artigo destinado a questionar as estatísticas sobre crimes de ódio cometidos contra a população LGBTQIA+ no Brasil, os editores fazem referência a uma notícia publicada à época pela imprensa, segundo a qual um homem teria assassinado outro rapaz por recusar-se a assumir um papel passivo na relação sexual. Emulando os cadernos policiais, a publicação reproduz imagens do acusado e da vítima e acrescenta um título de caráter indecoroso: “*Deu a bunda e sentiu raiva...*”. O texto busca desqualificar as estatísticas produzidas para monitorar a violência contra as pessoas LGBTQIA+ no país, ao mesmo tempo em que transfere para esta mesma população a responsabilidade por tais ocorrências: “*Fato é que estas 250 mortes de gays que são contadas anualmente - TODOS - são casos de gays que matam gays*”.

No quadro da narrativa que apresento nesta seção, o “Blog Gay de Direita” foi responsável por estabelecer aquilo que Benford e Hunt (1992) chamaram de roteirização. Este conceito se refere ao “desenvolvimento de um conjunto de direções que definem a cena, identificam os atores e delineiam o comportamento esperado no decorrer do espetáculo” (Benford & Hunt, 1992, p. 38). Os roteiros de confronto não constituem um texto rígido que os participantes do movimento são obrigados a seguir, mas antes um guia interacional para a ação coletiva. Devem ser suficientemente flexíveis para permitir a improvisação e ligeiramente circunspectos de modo a oferecer “pistas comportamentais perante os eventos imprevistos” (Benford & Hunt, 1992, p. 38). Estão diretamente vinculados aos enquadramentos interpretativos (Gamson et al., 1982), mas enquanto estes apenas oferecem “ideias acionáveis”,

os roteiros tratam de traduzi-los em ação coordenada (Benford & Hunt, 1992, p. 39). Como veremos a seguir, este blog pode ser considerado uma espécie de precursor das páginas de “gays de direita” que surgiriam nas redes sociais online na década seguinte. Não por acaso, algumas *fanpages* de Facebook reproduzem memes e imagens anteriormente publicadas por este blog, sugerindo que a sua existência era notada por uma audiência subcultural significativa.

Primeiro ato: Do armário às telas (2013-2015)

Neste primeiro ato, os atores dedicam-se à experimentação de repertórios de ação, enquadramentos e estilos de ativismos anteriormente testados em contextos nacionais e transnacionais, adaptando-os aos desdobramentos da conjuntura política e à lógica emergente das redes sociais online. O “Blog Gay de Direita” definiu o *Dramatis personæ*: identificou os protagonistas (“gays de direita”) e antagonistas do drama (os movimentos LGBTQIA+ estabelecidos), atribuindo aos últimos as características imorais, más e vilanescas que servem para “galvanizar e focar o sentimento” das audiências (Snow et al. 1986, p. 470). Estabeleceu também um roteiro, estética e temáticas para o espetáculo. O armário político, entretanto, só seria rompido neste primeiro ato, mediante um conjunto de oportunidades políticas e culturais mais favoráveis e a formação de redes de associativismo *online* e *offline* cada vez mais sólidas.

Diante da conjuntura de instabilidade inaugurada em junho de 2013, as oposições à direita do petismo souberam aproveitar as oportunidades políticas para aprimorar suas estratégias de comunicação e propaganda *online*, recrutar ativistas e preparar o terreno para as próximas etapas do confronto. É nesse contexto que surgem as primeiras *fanpages* voltadas para o público LGBTQIA+ “de direita” no Facebook: páginas inicialmente anônimas, focadas em uma agenda conservadora (defesa da família, da pátria e dos valores cristãos), contrárias às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+, voltadas sobretudo para um público homossexual masculino e ancoradas na produção e reprodução de memes políticos com uma estética *kitsch*. Estes memes recorrem ao humor político para ridicularizar adversários, como o ex-deputado federal Jean Wyllys e exaltar antigas referências, como o também ex-deputado Clodovil Hernandez. Saem de cena os longos textos do “Blog Gays de Direita” e ganham protagonismo os textos mais curtos, os memes e os vídeos, pequenas unidades de conteúdo produzidas para gerar “engajamento” (Marques & Nogueira, 2012) e “viralização” (Pereira, 2022).

O quadro II apresenta um levantamento *online* multiplataforma realizado entre 2018 e 2020 que buscou identificar páginas, *fanpages* e canais voltados para o público LGBTQIA+ à

direita criados no período 2013-2020 (com exceção do “Blog Gay de Direita”, criado em 2009). Este levantamento resultou em 82 registros, dos quais 33 no Facebook, 22 no Twitter, 22 no Instagram, quatro no YouTube e um na plataforma Blogspot. Para facilitar a compreensão, optei por classificar os registros em diferentes tipologias. Por exemplo, no caso do Facebook, me parece relevante assinalar a diversidade de *fanpages* encontradas, dado que elas não possuem o mesmo estatuto do ponto de vista analítico (páginas temáticas, de movimentos ou organizações, homenagens ou de personalidades políticas). Também me parece pertinente elucidar que, ao longo do levantamento, encontrei inúmeras páginas na fronteira entre o registro pessoal e o micro blog político, particularmente no Twitter, com pessoas comuns autointitulando-se como LGBTQIA+ e “de direita” (ex. fictício: “Maria – Lésbica de Direita”). Para evitar a exposição desautorizada destes usuários, optei por não incluir estes perfis como parte do levantamento final. Para preservar a identidade de um dos meus interlocutores, uma das *fanpages* de Facebook teve o título alterado no momento da confecção do quadro. Perfis pessoais ou perfis públicos de ativistas LGBTQIA+ à direita dedicados a outras temáticas (Ex.: moda, poesia, música, curiosidades históricas) não foram considerados para este fim.

Tabela 7 – Blogs, páginas, canais e *fanpages* LGBTQIA+ à direita mapeados ao longo da imersão online realizada entre 2018 e 2020

Blogs	Blog anônimo: Gay de Direita
Youtube	Canais: Smith Hays; Karol Eller; Fernando Holiday; Lucas Gay de Direita.
Twitter	Personalidades: Smith Hays; Fernando Holiday; Tiago Pavinatto; Jessicão; Douglas Garcia; Karol Eller; Pedro D'eyrot. Grupos: Gays de Direita Brasil (@GaysdeDireitaBR); Gays com Bolsonaro; Boteco Liberal LGBT; Gays de Direita (@gays_dedireita2). Páginas temáticas anônimas: Gays de Direita - Bolsonaro Presidente (@GaysDireita); Gaydireitei (@GayDeDireita); GAY DE DIREITA BH (@entretendobh); Gays De Direita PE (@gaysdedireitape); Gays de Direita 22 (@SemEsquerda); Gdireita! (@gaydedireita1); Gay de Direita (@wfsousabr); viado de direita (@gay_ngr_direita); Gays Com Bolsonaro RJ (@gaydedireita2); País Democrático (@lgbt_de_direita); Trans De Direita (@transdedireita).
Facebook	Fanpages de Personalidades: Fernando Holiday; Karol Eller; Smith Hays; Smith Hays 2.0; Douglas Garcia; Emerson Zocchi; Elias Soares; Mateus Liberal. Fanpages de Grupos/Movimentos: Gays de Direita do Brasil; Boteco Liberal LGBT; Gay de Direita. Fanpages Temáticas (Causa ou Humor): Gays de Direita; Respeitamos Gays contra LGBTerroristas; Direita Agora; Blog Gays de Direita; Gay de Direita, Gay Direito; Gay de Direita, Gay Direito 2.0; Movimento Liberdade e Diversidade; A Feminista, Jessicão; Sou Gay de Direita; Direita Gay de São

Rompendo o armário político

	Paulo; Gays Fechados com Bolsonaro; Gays que apoiam Bolsonaro; Gay Reaça; Gays de Direita; Lésbicas de Direita – LDD; Liga Liberal LGBT Homenagem à Figura Pública: Clodovil Presente Grupos Privados de Discussão: Liberais LGBT; Gay de Direita; Gays de Direita; LGBT com Bolsonaro; Gays com Bolsonaro.
Instagram	Personalidades: Tiago Pavinatto; Douglas Garcia; Vereadora Jessicão; Douglas Garcia; Smith Hays; Fernando Holiday. Grupos: Boteco Liberal LBGT; Gays com Bolsonaro; Gays de Direita BR; Gays de Direita; GLS Direita Carioca. Páginas temáticas anônimas: GLS de Direita; Gay de Direita; LGBT de Direita; Gay de Direita PB; Gay de Direita BH; Gay de Direita RS; Gay de Direita Santa Catarina; Gays de Direita Santa Catarina; Gay de Direita Belo Horizonte 2; Lésbicas de Direita; Gay de Direita Recife.

Fonte: Elaboração própria

No Facebook, a *fanpage* “Gay de Direita” (no singular) surge como a primeira a trazer explicitamente a associação entre as categorias “gay” e “direita”. Criada junho de 2013, por obra de um usuário anônimo, a página recebeu como primeira imagem de perfil uma placa de sinalização de trânsito com uma seta para a direita. Trata-se de símbolo frequente neste meio — a página “Garotas de Direita”, por exemplo, utiliza a mesma placa sobrepondo-a ao espelho de vênus, símbolo dos movimentos feministas. Esta imagem funciona ao mesmo tempo como um código cifrado para o público iniciado e um convite para um público principiante. Sugere uma “mudança de rota”, numa altura em que Brasil encontrava-se há mais de duas semanas imerso em um intenso ciclo de protestos. Como as redes sociais online, e particularmente o Facebook, haviam se transformado em campo de batalha, tratava-se de um momento oportuno para expor críticas aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), difundir memes contrários aos movimentos de minorias e prestar reverência a políticos como Jair Bolsonaro, Donald Trump e Margareth Thatcher.

Um dos atributos mais notáveis da *fanpage* “Gay de Direita” em seus primeiros anos de atividade é a alternância entre o comentário político e os momentos de descontração, como aqueles em que os moderadores se dedicam à exaltar a beleza do ator estadunidense Logan Lerman, ídolo adolescente da franquia cinematográfica *Peter Jackson*. Com sua combinação inesperada de comentário político, performatividade disruptiva e alguma dose de entretenimento, esta *fanpage* chega a publicar imagens e memes idênticos àqueles verificados no “Blog Gays de Direita”, embora este blog não seja citado diretamente como fonte de informação. Outro ponto estruturante das rotinas discursivas desta *fanpage* é a ampla difusão

daquilo que Maes e Paternotte (2020), à luz do trabalho de Durand (2007), denominaram “os novos lugares comuns da direita”: um vocabulário comum composto por palavras, expressões e sintagmas (“marxismo cultural”, “ideologia de gênero”, “politicamente correto”, “racismo anti-branco”, “islamoesquerdismo”) cujo caráter ideológico acaba por ser esquecido devido à repetição exaustiva no debate público e à subsequente incorporação pelo discurso midiático.

Esta cenografia *online* específica, pautada na fusão entre referências ao universo LGBTQIA+ (personagens, símbolos, gírias) e pontuada por conteúdos, léxicos e estéticas próprias das subculturas *online* à direita, foi replicada dezenas de vezes, nos anos seguintes, nas mais diversas plataformas digitais. No Facebook, outras *fanpages* semelhantes surgiram nos anos seguintes, a maioria anônima: “Gays de Direita” (no plural), “Respeitamos Gays contra LGBTerroristas”, “Gay de Direita, Gay Direito” e Gay de Direita, Gay Direito 2.0” — as duas últimas páginas derrubadas pelo Facebook em meados de 2018. Voltarei a abordar, no próximo capítulo, a *fanpage* “Gay de Direita” e as suas contribuições para a consolidação de um modelo de organização e produção de conteúdo para um público LGBTQIA+ à direita nas redes sociais online.

Figura 4 – Exemplo de meme publicado pela página “Gay de Direita”



Fonte: Gay de Direita (Facebook)

Se no Facebook prevaleceu, ao menos de início, o modelo da *fanpage* anônima, no YouTube as coisas se deram de maneira diferente. Em um contexto no qual o compartilhamento *online* de vídeos *self-made* se tornava comum entre jovens usuários da internet (Lange, 2014; Snelson, 2015 Raby et al., 2018), ativistas LGBTQIA+ à direita encontraram nesta plataforma

as *affordances* necessárias (Gibson, 1977; Norman, 2008; Zhao et al., 2013) para conferir um (ou alguns) “rostos” à causa, de modo a denunciar o armário político do qual se viam reféns. Em 2014, dois ativistas se destacaram nesta plataforma, cada um representando um estilo de ativismo diferente. O primeiro foi o advogado Tiago Pavinatto, do Movimento Brasil Livre - MBL, com seu vídeo “*Porque os gays deveriam desconfiar de Jean Wyllys*”, sucesso “viral” amplamente reivindicado nos círculos de ativismo liberal. O segundo foi o ativista conservador Smith Hays, de São Paulo, cujo canal homônimo no YouTube foi criando em setembro de 2014 para tratar de temas como homossexualidade, política e religião.

Com produção simples, narrativa personalizada e linguagem de influenciador, Hays fala sempre da intimidade daquilo que parece ser o seu próprio quarto, estratégia de aproximação bastante utilizada no universo dos *vloguers* e influenciadores digitais. Em um vídeo publicado em 27 de setembro de 2014, às vésperas das eleições presidenciais daquele ano, o ativista discursa sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, popularmente conhecido como “kit gay”. Aparentando nervosismo, Hays fala a poucos metros da câmera, como se olhasse diretamente nos olhos do espectador. Sua entonação, sempre incisiva, varia ao longo do vídeo. Vai da calma à indignação, com recurso à chamada “política do choque” (palavrões e termos de baixo calão). Inicialmente, o ativista se posiciona contra qualquer tipo de prática discriminatória e ressalta a importância de oferecer às crianças e adolescentes uma educação pautada no respeito à diversidade sexual e de gênero. Em seguida, valendo-se de pânico morais relacionados à pedofilia, argumenta que o referido projeto, revogado em 2011, não teria como objetivo a educação para a diversidade, mas sim a promoção do “ensino do sexo” nas escolas:

O meu posicionamento é o seguinte: Eu sou completamente contra! Entendeu? Completamente contra!. (...) Eu sou contra qualquer tipo de ensinamento sexual dentro das escolas (...). Pra quê você vai ensinar crianças sobre uma coisa que se desenvolve naturalmente na vida? (...). Daqui a pouco as aulas vão ser assim: ‘Ai, vamo lá crianças, tirem suas roupas’. Puta que pariu! (Carderno de Campo, 27 de novembro de 2018, transcrição do vídeo “Gays de Direita – ‘Kit Gay’ e Educação Sexual na Escola”, disponível no canal “Smith Hays”, YouTube).

Diante da repercussão positiva dos primeiros vídeos, Hays aprimorou o trabalho de edição e introduziu uma vinheta de abertura às produções seguintes. Sob um fundo preto, a peça trazia seu pseudônimo ativista no canto superior esquerdo, o tema de cada vídeo no centro e, no canto inferior direito, a placa de trânsito “vire à direita” (a mesma observada na *fanpage* “Gay de Direita”), numa versão customizada com as cores do arco-íris. À esquerda, uma espécie de epígrafe, sem autoria indicada: “*A liberdade individual é o maior bem que o ser*

humano pode ter. Dela advém a verdadeira felicidade”. À primeira vista, esta mensagem pode parecer contraditória no contexto de um canal conservador, mas a liberdade à qual Hays se refere não corresponde nem à ausência total de restrições preconizada pelo individualismo liberal e nem ao autogoverno do ideal republicano (Dombrowski, 2020). Trata-se da liberdade advogada pelo pensamento conservador de Edmund Burke, uma liberdade moderada pelos costumes, pela tradição e pelos padrões morais herdados das gerações passadas. Este ideal de liberdade compreende que o individualismo exacerbado, o estadismo excessivo e o coletivismo tendem a conduzir as sociedades modernas em direção àquilo que afirmam combater: o totalitarismo. Por este motivo, os conservadores tendem a defender as chamadas instituições intermediárias (a família, a Igreja, a comunidade local etc.) corpos “simultaneamente promotores da diversidade local e garantidores das liberdades” (Gahyva, 2017, p. 303) em contraposição à ideia de um Estado moderno, um “agente de uniformidade” cuja busca pela instauração da igualdade política artificial colocaria em risco o “caminho natural”, a “tradição” e a “experiência humana acumulada” ao longo dos séculos (Gahyva, 2017; Dombrowski, 2020). Retomarei essa discussão mais adiante, para explicar como a defesa da família, da tradição e dos valores cristãos se articula com a experiência de uma homossexualidade publicamente enunciada como a de Hays.

Figura 5: Vinheta dos vídeos de Smith Hays no Youtube



Fonte: Canal “Smith Hays” (YouTube)

Em um vídeo que não se encontra mais disponível na plataforma, mas que parece ter sido o primeiro publicado no canal em setembro de 2014, Hays abordou um tema central para o nascente ativismo “gay de direita”: o modo como a imagem dos homossexuais produzida pelos movimentos LGBTQTIA+ teria causado problemas às suas relações interpessoais com

amigos e familiares. O tom pessoal das narrativas foi mantido, sempre tomando como base suas próprias experiências de vida e opiniões pessoais. Trechos deste vídeo foram amplamente reproduzidos nas semanas seguintes por *fanpages* de Facebook como a “Gay de Direita”, revelando a consolidação de circuito de informação e mobilização *online* específico para este público, com características multimidiáticas e multiplataforma. Hays, que também dispõe de uma *fanpage* homônima no Facebook, comentou uma destas publicações: “(...) *Vamos divulgando!!! Avante Direitaaa hahahaha*”. O caráter performático e dramatizado deste vídeo introduz uma trama que se desenrola, invariavelmente, em todas as peças subsequentes veiculadas pelo canal: a inversão de papéis que posiciona a esquerda e os movimentos LGBTQIA+ como ocupantes de uma posição social dominante contra a qual se opõem os ativistas LGBTQIA+ identificados como conservadores ou liberais.

Figura 6 – Cópias de écran do canal “Smith Hays” publicadas pela fanpage “Gay de Direita” no Facebook



Fonte: Gay de Direita (Facebook)

Com uma base relativamente modesta de inscritos (cerca de 3,5 mil), Hays publicou em seu canal cerca de duas dezenas de vídeos entre 2014 e 2019. Nesse meio tempo, tornou-se uma espécie de porta-voz dos “gays de direita” na imprensa. Destacou-se nos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff em São Paulo, tornou-se referência política nos ambientes de mobilização conservadora na internet, estampou reportagens publicadas pelos principais meios de comunicação do país e, em fevereiro de 2016, fez uma aparição no programa de auditório *Superpop*, da Rede TV, ao lado do então deputado federal Jair Bolsonaro.

De acordo com Hays, o convite para participar a atração teria partido do próprio Bolsonaro, de quem teria recebido uma mensagem de WhatsApp. Na ocasião, o ativista sentou-se na primeira fileira da plateia, ao lado de um dos filhos de Jair, o também deputado Eduardo

Bolsonaro. Quando questionado pela apresentadora Luciana Gimenez sobre a aparente contradição entre ser gay e apoiante de Bolsonaro, respondeu: “*Independentemente da questão da sexualidade, a gente tem de ponderar os projetos que são bons para o Brasil*”⁶⁷. Em 2018, Hays concorreu ao cargo de Deputado Estadual pelo Partido Social Liberal – PSL, em São Paulo. A iniciativa teria, novamente, partido de um convite feito pela família Bolsonaro. Obteve 2.404 votos, número insuficiente para garantir uma vaga na Assembleia Legislativa. Contudo, sua contribuição ao emergente ativismo LGBTQIA+ à direita estava dada: com uma câmera na mão, roteiros previamente testados e o apoio significativo de seu grande ídolo, Hays inspirou outros protagonistas deste enredo à romperem com o armário político. Fez aquilo que Benford e Hunt (1992, p. 42 e 41) chamaram de *diálogo e direção*: convenceu um público específico acerca das possibilidades de se afetar as relações de poder (empoderamento) e ofereceu a eles um “vocabulário de motivos” para justificar o engajamento.

Segundo ato: Das telas às ruas, médias e parlamentos (2015-2018)

Neste segundo ato, os atores dedicam-se à difusão dos repertórios, enquadramentos e estilos de ativismo anteriormente experimentados na cena pública. Estas apropriações levam a improvisações e consequentes inovações, acirrando disputas em torno das melhores formas e estratégias de confronto. Esse processo de difusão se deve a um contexto de oportunidades políticas favorável — o ciclo de protestos pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff — que facilitou a circulação de *scripts* pré-estabelecidos sobre *como* fazer ativismo LGBTQIA+ em oposição às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+. O maior protagonismo de organizações *internet supported* associadas ao *métier* liberal (Movimento Brasil Livre - MBL, o Vem pra Rua - VPR e o Revoltados Online – ROL) nas manifestações pelo impeachment (Vrydagh, 2020) impactaram diretamente o processo de constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita. Se num primeiro momento, a maioria das *fanpages* de Facebook reivindicava posicionamentos conservadores, a partir de 2015 surgem também páginas de perfil liberal, como o “Movimento Liberdade e Diversidade - MLD” e o “Boteco Liberal LGBT”, esta última fundada em janeiro de 2018.

Estas *fanpages* defendem uma sociedade capitalista pautada por preceitos do liberalismo político (liberdades individuais, com ênfase na liberdade sexual e de expressão) e econômico (livre mercado, a livre iniciativa, o Estado mínimo). De acordo com seus

⁶⁷ “Gays de direita: o que pensam jovens homossexuais conservadores”, *Revista Época*, 18 de junho de 2018 [acessado em 20 de junho de 2018]: <https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/06/gays-de-direita.html>

moderadores, as democracias liberais seriam o único modelo de sociedade capaz de garantir a plena liberdade às pessoas LGBTQIA+. Neste contexto, as pautas morais cedem espaço às narrativas de sucesso econômico como forma de emancipação individual, mas mantem-se a rejeição às esquerdas, particularmente ao petismo. Em vez de ícones do conservadorismo, são exaltadas figuras emblemáticas do campo liberal como o empresário João Amoedo (fundador do Partido Novo) e o economista Milton Friedman. Os memes políticos também desempenham um papel de destaque, mas a estética distancia-se do *kitsch* observado nas páginas conservadoras, apresentando maior nível de sofisticação técnica. As peças criticam a suposta “ideologização” da causa LGBT, tanto pela esquerda quanto pela direita, ao mesmo tempo em que enquadram as questões relativas às liberdades individuais (mulheres, LGBTQIA) como pautas de origem liberal.

Fundada em fevereiro de 2015, a página “Movimento Liberdade e Diversidade - MLD” disponibiliza em sua página inicial um texto de apresentação particularmente interessante para compreender as preocupações do ativismo LGBTQIA+ liberal: um discurso de autonomia em relação ao Estado, a valorização da liberdade como princípio fundamental, o foco no indivíduo e a recusa em assumir uma identidade coletiva LGBTQIA+:

O Movimento Liberdade & Diversidade tem como interesse a luta pela individualidade e a garantia da liberdade a todos, independente de gênero e sexualidade. Ser ativista LGBT e libertário não é criar segregacionismo no movimento libertário e muito menos buscar privilégios do Estado, pelo contrário, é estar ciente de que os indivíduos são os mais prejudicados pelo Estado e que separar pessoas entre “LGBT” e “não-LGBT” é uma forma de coletivismo. Nós não somos GAYS ou LÉSBICAS (ou qualquer outra forma de sexualidade), somos INDIVÍDUOS que são gays, lésbicas ou qualquer outra coisa que queiramos ser e, a partir dessa ideia, lutamos pela nossa liberdade de forma que não prejudiquemos a ninguém que não iniciou uma agressão contra nós, isso quer dizer, por exemplo, que não devemos pedir que o Estado nos dê nada, afinal, o Estado só se mantém a base da coerção violenta de indivíduos pacíficos. Lutar pela aceitação do indivíduo LGBT na sociedade não é impor nosso ideal e nossa verdade, é apenas buscar que as pessoas aceitem que temos liberdade e responsabilidade sobre nossas próprias vidas e que julgar um indivíduo por ser LGBT ou não é uma forma de coletivizar indivíduos, afinal, como já foi dito no texto, somos INDIVÍDUOS, primeiramente, depois gays, lésbicas, bi etc. Ser ativista gay e ser libertário não só é possível como é uma necessidade diante do quadro socialista que monopolizou a luta LGBT. Precisamos tomar espaço nessa luta e mostrar que a LIBERDADE e a INDIVIDUALIDADE também têm força (Caderno de Campo, 12 de dezembro de 2019, transcrição do texto de apresentação da *fanpage* Movimento Liberdade e Diversidade, Facebook).

Tal como as *fanpages* conservadoras, as liberais estão repletas de simbologias cujos significados nem sempre estão acessíveis a público mais amplo, mas podem facilmente ser compreendidas pelos membros das subculturas liberais (anarcocapitalistas, ordoliberalas, social-liberais etc.). Um bom exemplo são as imagens de perfil do “Movimento Liberdade e Diversidade - MLD”, versões customizadas com as cores do arco-íris da águia-careca ou águia

da cabeça branca, símbolo nacional estadunidense associado ao liberalismo americano e ao social liberalismo. Trata-se de um animal imponente, capaz de alçar voos de altitude elevada e cuja imagem reflete coragem, respeito e vigilância contra aqueles que ameaçam a liberdade.

Figura 7 – Logotipos da fanpage “Movimento Liberdade e Diversidade - MLD”



Fonte: “Movimento Liberdade e Diversidade - MLD” (Facebook)

Como as cores do arco-íris e o título da página costumam atrair também um público progressista, os usuários mais “iniciados” costumam debochar da falta de literacia dos “comunistas”, que tendem a ignorar ou mesmo contestar a figura da águia de cabeça branca. Em uma das imagens com o pássaro, um seguidor da página comenta: *“De olho nos comunistas perdidos que curtem a página e depois vem aqui dizer que águia é símbolo do imperialismo americano”*. Outro usuário completa: *“Adoooooro”*.

Os “mal-entendidos” quanto ao direcionamento desta página e seu alcance relativamente amplo (trata-se de uma das páginas com o maior número de seguidores identificadas ao longo do levantamento, com mais de 45 mil “curtidas” ou “gostos”), ilustram um dos principais dilemas enfrentados pelos ativistas LGBTQIA+ liberais na busca por uma “identidade própria”: a dificuldade em conciliar seus valores morais e ideológicos (autonomia, liberdade e rejeição ao coletivismo) com a construção de uma imagem pública facilmente cognoscível, capaz de diferenciá-los tanto dos conservadores quanto dos “esquerdistas”. De um lado, estes ativistas reconhecem a importância de simbolizar publicamente suas orientações sexuais e identidades de gênero. Compreendem que a supressão desse marcador poderia ser interpretada como um desvio conservador e que a sua exibição permite a expressão concreta do direito à liberdade individual. De outro, recusam-se a enveredar por “coletivismos”, recorrendo a termos que buscam diluir a dimensão coletiva de seus agrupamentos, como “diversidade” e “indivíduos LGBTQIA+”. O emprego destes termos merecem ser analisados

com atenção. O primeiro procura destacar os indivíduos, unidade elementar do mundo social que os ativistas julgam negligenciada pela abordagem “coletivista” das esquerdas. Em uma publicação de junho de 2020, os moderadores da página “Boteco Liberal LGBT” propõem uma distinção entre “movimento LGBTQIA+” e “indivíduos LGBTQI+”, bem como o fim da associação entre orientação sexual e orientação política:

É preciso parar de enxergar LGBTs apenas como movimento e enxergar os indivíduos. Precisamos parar de associar a orientação sexual ou identidade de gênero com viés partidário, a visão política de cada um nada tem a ver com sua orientação sexual. Não existe uma agenda a ser seguida a não ser a liberdade de pensamento livre amparada pela constituição brasileira” (Caderno de Campo, 26 de junho de 2020, transcrição de publicação da *fanpage* Boteco Liberal LGBT, originalmente publicado em 20 de junho de 2020).

O segundo termo (“diversidade sexual”) faz um elogio às diferenças sem aludir às disputas identitárias e aos debates sobre hierarquias, desigualdades e especificidades que atravessam este grupo social. Cruz (2020) identificou uma tendência semelhante em seu estudo sobre a formação do grupo Diversidade Tucana nos anos 2000. O autor afirma que o termo “diversidade sexual” teve suas origens nos debates sobre racismo, discriminação e intolerância no sistema das Nações Unidas, mais precisamente durante a Conferência de Durban em 2001, como derivação de outras terminologias como *diversidade cultural* e *diversidade étnico-racial*. Começou a circular no Brasil pouco tempo depois, inicialmente no vocabulário do governo brasileiro e, posteriormente, entre ativistas universitários, como alternativa às abordagens identitárias que reivindicavam as siglas “GLBT” e “LGBT”. Simpático a ideia da “diversidade humana”, o Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB adotou o termo “diversidade sexual” para a formulação de políticas públicas em São Paulo, inspirando seus ativistas LGBTQIA+ a adotarem a alcunha de “Diversidade Tucana”.

Os significados associados ao termo “diversidade” são variados e precisam ser analisados à luz de cada contexto. França (2006) nota que ele carrega uma conotação política e mercadológica inclusiva, pois sua utilização remete ao período em que as Paradas do Orgulho cresciam e se difundiam no Brasil. De La Dehesa (2010) atenta para uma afinidade eletiva com o discurso do “multiculturalismo neoliberal”, ao passo que Cruz (2000) assinala a proximidade com o discurso de “tolerância às diferenças” expressa pelo antigo acrônimo “GLS” (*gays*, *lésbicas* e *simpatizantes*). Essa categoria, atualmente em desuso no contexto brasileiro, foi criada em meados dos anos 1990 por setores do empresariado para designar o nascente mercado voltado para o público homossexual no Brasil. De acordo com Trevisan (2018), tratou-se de uma maneira bem-sucedida de “introduzir num contexto brasileiro a ideia americana de *gay*

friendly”. França (2007) observa que, ao incluir os chamados “simpatizantes”, esta designação também visava abarcar consumidores que não se identificam como homossexuais, mas que de alguma forma participam desse universo, expandindo as fronteiras do “gueto”. Curiosamente, o termo “GLS” é reivindicado de forma recorrente pelas *fanpages* LGBTQIA+ conservadoras, indicando uma preocupação comum com os ativistas liberais: a recusa à crescente segmentação identitária, a rejeição aos “coletivismos” e o desejo de evidenciar não as diferenças, mas as semelhanças com o restante da sociedade.

Divididos entre a afirmação de uma identidade LGBTQIA+ claramente associada ao liberalismo e a tentação de “diluírem-se” no movimento liberal por meio da negação ao “coletivismo”, os grupos LGBTQIA+ liberais encontraram alguma dificuldade para sobressaírem no debate público. Enquanto os conservadores mostravam-se dispostos a abraçar símbolos, categorias e lideranças capazes de traduzir de forma eficiente suas posições no debate político, os liberais permaneceram relativamente irresolutos quanto às suas próprias definições. Isso não impediu que algumas de suas ideias ganhassem projeção nacional, ainda que por meio de um ator cuja trajetória política não teve como ponto de partida as páginas e grupos LGBTQIA+ *online*.

Depois de chamar a atenção no YouTube com seus vídeos contrários à política de cotas no ensino superior, o estudante Fernando Holiday, foi convidado a integrar o Movimento Brasil Livre – MBL no início de 2015. Jovem, autodeclarado negro, homossexual e morador de um bairro periférico da cidade de Carapicuíba, Região Metropolitana de São Paulo, Holiday tornou-se em pouco tempo uma das principais lideranças da campanha pela destituição de Dilma Rousseff. Consagrou-se pelo estilo discursivo assertivo, performático e “sem papas na língua”, uma variação da “política do choque” disseminada nos meios conservadores. Em 2016, aos vinte anos, filiou-se ao Democratas -DEM e foi eleito o vereador mais jovem da história da cidade de São Paulo, com 48.055 votos. No mesmo ano, passou a falar abertamente à imprensa sobre sua homossexualidade, posicionando-se, posteriormente, como bissexual.

De *youtuber* a vereador da maior cidade do Brasil em pouco menos de dois anos, Holiday legou ao emergente ativismo LGBTQIA+ liberal uma herança complexa e nem sempre unânime entre seus pares. Ao agenciar a intersecção entre uma variedade de identidades subalternas (“negro”, “gay”, “pobre”, “morador da periferia”) com o intuito de posicionar-se como uma voz legítima no combate às políticas de afirmação, o ativista contribuiu para ampliar os limites do repertório discursivo originalmente mobilizado pelas páginas de “gays de direita” na internet. Não efetuou este “empréstimo” teórico, conceitual e político para desvelar as

matrizes de dominação de raça, classe e sexualidade, — como preconizaram as teóricas feministas negras interseccionais —, mas para esvaziá-las de sentido, reduzindo sua dimensão social à uma questão de mudança de atitude individual. Em seus discursos, Holiday procurou responsabilizar a esquerda e os movimentos de minorias pela imposição de uma identidade vitimada às pessoas negras, pobres e LGBTQIA+, convidando-os a rebelarem-se contra esta tutela. Ofereceu como alternativa o ideário liberal meritocrático, a rejeição ao Estado e às políticas sociais e o desprezo às elites intelectuais “progressistas”. Em seu discurso no I Congresso do Movimento Brasil Livre – MBL, em novembro de 2015, o ativista sintetizou essa estratégia de insubmissão e contraestigmatização: *“A esquerda que governou este país só sabe reclamar, só sabe se vitimizar. Mas eu quero dizer que eu, como negro, como pobre, como homossexual, não me vitimizo. Eu venho aqui, eu vou a qualquer lugar...”*.

Ocupando posições políticas de destaque, Holiday levou os repertórios discursivos do ativismo LGBTQIA+ à direita à audiências cada vez mais amplas. Contribuiu deste modo para a consolidação de um estilo performático que se tornaria altamente influente nos anos seguintes. Na abordagem dramatúrgica de Benford e Hunt (1992), performances configuram demonstrações de poder. São representações que permitem aos ativistas concretizarem publicamente o embate entre protagonistas e antagonistas do confronto ao mesmo tempo em que revelam às suas audiências maneiras pelas quais eles podem alcançar, afetar ou preservar relações de poder (1992, p. 45).

Em suas inúmeras aparições nos meios de comunicação social, Holiday procurou, por meio destas performances, desvincular a imagem dos indivíduos LGBTQIA+ de um grupo social politicamente homogêneo, uma crítica à “cultura de rótulos que assola a sociedade”. Em entrevista ao programa “Pânico”, da Rádio Jovem Pan, em junho de 2016, afirmou: *“Ninguém leva em consideração a questão do indivíduo. A mídia trata como um grupo LGBT. É uma tendência de colocar as pessoas em grupos e esquecer dos indivíduos”*. Quando convidado a comentar o atentado à mão armada que resultou, dias antes, na morte de cinquenta jovens na boate LGBTQIA+ “Pulse” em Orlando, nos Estados Unidos, o então pré-candidato à Câmara Municipal de São Paulo evitou relacionar o ocorrido com a discriminação social por orientação sexual e identidade de gênero: *“Não é a comunidade gay que corre riscos, mas todos nós”*⁶⁸.

⁶⁸ “Não é a comunidade gay que corre riscos, mas todos nós”, analisa Fernando Holiday, *Jovem Pan*, 14 de junho de 2016 [acessado em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/nao-e-comunidade-gay-que-corre-riscos-mas-todos-nos-analisa-fernando-holiday.html>

Neste primeiro momento, os discursos de Holiday refletem uma concepção bastante recorrente nos meios ativistas LGBTQIA+ à direita: a de que a temática das minorias políticas não deve ser politizada na esfera pública. Dois elementos ajudam a compreender esta posição. O primeiro tem a ver com a tendência à individualização do debate político. Para os ativistas liberais e conservadores politicamente mais radicais, a sexualidade e os papéis sociais de gênero são atributos individuais. O sexo e o “gênero” (categoria sempre polêmica nestes meios) são constitutivos, mas não definem os indivíduos. Deveriam, portanto, permanecer como questões de foro íntimo e individual. O segundo tem a ver com a questão do “coletivismo” atribuído às esquerdas. Embora não sejam contrários a criação de vínculos coletivos, estes ativistas defendem sua circunscrição às chamadas instituições intermediárias (nomeadamente a família, mas a comunidade local e a igreja também se mostram relevantes). Particularmente nos meios liberais, argumenta-se que não seria necessário criar movimentos associativos para garantir a emancipação das mulheres, pessoas racializadas e LGBTQIA+ porque o liberalismo seria ele próprio um sistema garantidor das liberdades individuais.

Holiday ascendeu à cena pública sustentando precisamente este discurso, mas foi levado a rever suas posições na medida em que adentrou os espaços institucionais de tomada de decisão. Eleito vereador da cidade de São Paulo em 2016, foi alvo de injúria racial no plenário da Câmara Municipal⁶⁹, enfrentou desconfiança por parte de parlamentares mais velhos e bem estabelecidos e precisou lidar com as crescentes cobranças por parte dos movimentos negro e LGBTQIA+. Em meados de 2019, recebeu um convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos para participar de um programa de formação de jovens lideranças LGBTQIA+ naquele país. Em solo americano, conheceu pessoalmente iniciativas de ativismo LGBTQIA+ à direita, como o Log Cabin Republicans, do Partido Republicano, e o Stonewall Democrats, do Partido Democrata. Encantou-se com a ideia de oferecer uma alternativa política “não esquerdista” à população LGBTQIA+. Regressou ao Brasil defendendo, de um lado, um conjunto de direitos civis de cariz familista (casamento, adoção) e, de outro, o sucesso individual como chave para a superação do preconceito e da exclusão social. Em 2021, Holiday abordou o aspecto empreendedor de seus novos posicionamentos em entrevista ao podcast do jornalista Dann Bonfim:

⁶⁹ “Fernando Holiday é chamado de 'macaco de auditório' por vereador na Câmara de SP”, *Folha de S.Paulo*, 5 de setembro de 2019 [acessado em 17 de setembro de 2019]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/fernando-holiday-e-chamado-de-macaco-de-auditorio-por-vereador-na-camara-de-sp.shtml>

Eu acredito que agora o que nós precisamos, enquanto direita liberal, é ampliar as discussões nos mais diversos meios né, tanto na mídia tradicional quanto dentro das universidades, meios de se estimular o empreendedorismo entre a população LGBT para que essa população consiga alcançar a sua autossuficiência, a sua independência, a partir do seu próprio negócio, a partir da sua ascensão social dentro da iniciativa privada. Eu acho que desse modo a direita liberal pode contribuir muito mais pra essas discussões, porque esse sucesso dessas pessoas, dessa população, de certa forma, representa também a superação de um preconceito (Fernando Holiday em entrevista ao podcast *Tudo Gay?*, publicado em 9 de fevereiro de 2021)⁷⁰.

Esta mudança de posicionamento na pauta LGBTQIA+ não implicou em uma virada à esquerda por parte do vereador. Ao contrário, Holiday reforçou ataques às políticas afirmativas, de modo a demarcar sua rejeição às políticas sociais e ao intervencionismo estatal. Seu perfil mais recente no site da Câmara Municipal de São Paulo confirma que o vereador “*É contrário a cotas raciais e outras políticas que menosprezam os afrodescendentes*”⁷¹. Simultaneamente, o vereador passou a combinar a defesa dos direitos civis LGBTQIA+ e sua “empreendedorização” com demandas de apelo moral, como o combate ao aborto e à “ideologia de gênero”, num “flerte” declarado com a agenda conservadora. Esta capacidade de adaptação às contingências do confronto podem ser interpretadas como um mecanismo de circunspeção dramática, pois mais do que “aderir estritamente a todos os detalhes dos roteiros do movimento, os atores devem ser hábeis em criar novas performances de acordo com a cena emergente” (Benford e Hunt, 1992, p. 46). No caso de Holiday, esta estratégia produziu resultados ambivalentes: despertou certa rejeição à sua figura nos meios LGBTQIA+ liberais, menos receptivos à pauta dos costumes, ao mesmo tempo que inspirou outros ativistas a incorporarem posicionamentos mais pragmáticos, que buscam conciliar as ideias de livre iniciativa e livre mercado com um certo nível de regulação moral.

Esta combinação entre receituário neoliberal (desmonte das políticas sociais, empreendedorismo individual) e elementos da agenda conservadora (combate ao aborto e à “ideologia de gênero”) corresponde àquilo que Brown (2019) identificou como uma das marcas distintivas das direitas emergentes nas democracias ocidentais ao longo da última década: o projeto de articulação entre a moral e o mercado. Esta combinação encontra fundamento na crítica neoliberal às noções de social e de sociedade do filósofo austríaco Friedrich Hayek, uma das principais referências teóricas do Movimento Brasil Livre – MBL, grupo responsável pela

⁷⁰ Bonfim, D. (Fevereiro de 2021). Fernando Holiday quer liderar Direita LGBT no Brasil – Entrevista (nº 11). [Episódio de podcast de áudio]. In *Tudo Gay?* Um podcast Anchor.fm e Spotify. Disponível em: <https://anchor.fm/dannbonfim/episodes/Entrevista-Fernando-Holiday-quer-liderar-Direita-LGBT-no-Brasil-eg65dk>

⁷¹ Biografia – Fernando Holiday. *Câmara Municipal de São Paulo* [acessado em 15 de setembro de 2022] Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/>

formação política de Holiday. Hayek argumenta que o conceito de “sociedade” reflete uma nostalgia de tempos antigos, nos quais as relações interpessoais baseavam-se em associações de pequena escala. Estes termos constituiriam uma “fraude”, “um disfarce para o poder coercitivo do governo”, que não dariam conta de capturar a complexidade e a escala das relações impessoais que caracterizam o mundo contemporâneo. Sob esta perspectiva, quando mais indivíduos ou grupos específicos se tornassem dependentes da ação dos governos, mais pressionariam por políticas redistributivas e de “justiça social”. Sujeitado ao controle de grupos específicos, os governos acabariam criando uma espécie de “totalitarismo das minorias” (Hayek, 2012; 2013).

Em alternativa, Hayek defendeu que as relações de interdependência entre indivíduos não surgiriam de um sentimento comum ou da busca comum organizada “em sociedade”, mas do cumprimento de regras de conduta que emanam de forma espontânea dos *mercados* e das *tradições morais* — duas ordens disciplinadoras “naturais” que deveriam ser protegidas da intervenção estatal. Dado que as demandas por justiça social implicam no reforço do Estado e suas instituições, a teoria de Hayek dedica-se a negar as noções de social e de sociedade, atacando deste modo as bases do conceito de justiça social. Esta ideia foi eternizada no debate público por meio de uma declaração da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, admiradora confessa da obra de Hayek: “*A sociedade não existe. Existem homens, existem mulheres e existem famílias*”.

Brown (2019) argumenta que os ataques neoliberais às políticas sociais visam precisamente o desmantelamento da sociedade, pois seus agentes compreendem que “(...) *a linguagem do social é o que torna manifestas as desigualdades; o domínio do social é o local em que sujeições, abjeções e exclusões são vividas, identificadas, contestadas e potencialmente reificadas*” (2019, p.53). Portanto, para a autora, o que está em disputa na afirmação do projeto *moral e mercado* é a própria existência do terreno que torna possível a articulação, enunciação e expressão das demandas por justiça social. Quando combina ataques às políticas afirmativas e demandas por regulação moral com propostas de “empreendedorização” LGBTQIA+, Holiday segue a cartilha de Hayek e Thatcher: atribui ao *mercado* e à *moral* a responsabilidade de gerar uma ordem “espontânea”, capaz de resolver demandas e aspirações “individuais”, ao mesmo tempo em que impõe limites à atuação de um Estado cada vez mais diminuto e transfere o foco do debate para a conduta dos indivíduos, sem importar-se com efeitos e resultados.

Se a agenda conservadora atraiu setores do ativismo LGBTQIA+ liberal, o inverso também ocorreu entre os autodeclarados conservadores. Em 2016, a também *youtuber* Karol

Eller ganhou notoriedade após aparecer ao lado do então deputado federal Jair Bolsonaro em uma reportagem veiculada pelo portal de notícias *BBC Brasil*⁷². Em tom de “novidade”, o artigo intitulado “*O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys*” introduziu ao grande público os jovens ativistas gays e lésbicas insatisfeitos com a suposta predominância do “pensamento de esquerda” nos movimentos LGBTQIA+. Focalizou sobretudo os mais conservadores, entusiastas da candidatura de Bolsonaro à Presidência da República, e descontentes com a atuação de Jean Wyllys como “representante oficial” do movimento LGBTQIA+ na Câmara Federal. Segundo o artigo, estes jovens teriam encontrado nas redes sociais online uma espécie de “espaço seguro” para expressar opiniões consideradas dissidentes nos meios LGBTQIA+. Com quase 250 mil seguidores em sua página no Facebook, Eller foi descrita pelos jornalistas como uma figura próxima a Bolsonaro e “uma das mulheres mais proeminentes desse grupo majoritariamente masculino”.

Nos anos seguintes, Eller se consolidou como uma das principais interlocutoras do ativismo LGBTQIA+ conservador nos meios de comunicação social. Paralelamente, em seu canal no YouTube, alternou a publicação de vídeos sobre a suposta segregação promovida pelos movimentos LGBTQIA+ com outros direcionados ao tema da imigração, emprego e consumo nos Estados Unidos, país onde viveu durante vários anos. O conteúdo relativamente diversificado do canal revela a dupla construção da imagem pública de Eller. De um lado, o conservadorismo político e a rejeição aos movimentos LGBTQIA+ e, de outro, a personificação da *self-made woman* de classe trabalhadora, uma jovem autônoma, proativa e empreendedora, que imigrou para um país anglófono sem falar inglês, “começou de baixo” e “superou as dificuldades”. Com a eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018, Eller retornou ao Brasil no ano seguinte e assumiu um cargo público na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), órgão subordinado ao governo federal, então sob o comando de Bolsonaro⁷³.

Se comparadas, as trajetórias de Karol Eller e Fernando Holiday guardam semelhanças. Os dois ganham notoriedade nas redes sociais online, testando repertórios discursivos e enquadramentos interpretativos de circulação prévia. Foram bem-sucedidos em traduzi-los para os meios de comunicação social e utilizaram-se da visibilidade e do prestígio midiático para acessarem as instituições políticas. Holiday pelo voto, Eller por meio de nomeações. Cada

⁷² “O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys”, *BBC Brasil*, 8 de junho de 2016 [acessado em 8 de junho de 2016]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36475717>

⁷³ Youtuber bolsonarista ganha cargo na EBC, *Época*, 3 de dezembro de 2019 [acessado em 10 de fevereiro de 2020]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/youtuber-bolsonarista-ganha-cargo-na-ebc-1-24114978>

um reivindicou uma ideologia para chamar de sua. Holiday o liberalismo, Eller o conservadorismo, mas não se furtaram em combinar elementos de uma e de outra ao sabor de seus interesses e das mudanças conjunturais. Contribuíram, deste modo, para difundir o projeto *moral e mercado* para um público LGBTQIA+. Embora fizessem um elogio permanente da iniciativa privada, ambos se acomodaram no setor público. Mas a chegada ao Estado não diminuiu o gosto destes ativistas pelos repertórios de ação *online*. Continuaram a investir pesadamente em seus perfis nas plataformas digitais, demonstrando que o confronto contra os movimentos LGBTQIA+ e a esquerda tem *palco* e *vitrine* bem definidos: a internet e as redes sociais online.

Terceiro ato: Nas redes, o espetáculo nunca termina (2018-2020)

Neste último ato, os ativistas atuaram para consolidar seus estilos de ativismo na cena pública, recorrendo para este fim à formalização de suas organizações. Este momento corresponde a um estágio de encenação mais bem coordenado, pois alguma organização torna-se necessária para que as performances sejam melhor apresentadas ao público (Benford & Hunt, 1992). Se, no período anterior, o campo político da direita estava unificado em torno do impeachment, este arranjo foi colocado à prova tão logo Michel Temer substituiu Dilma Rousseff na chefia do Executivo Federal, em maio de 2016. Nos meses seguintes, tiveram início as disputas em torno de um nome (e um projeto político) para disputar a Presidência da República nas eleições de 2018. Estavam todos de acordo com o antipetismo, a retórica anticorrupção e a continuidade da agenda neoliberal implementada por Temer, mas faltava unidade em torno da agenda moral. Os setores conservadores foram hábeis em manter o domínio das cores e símbolos nacionais testados na campanha pelo impeachment, além de colmatar um programa unificado (*mercado e moral*) em torno da pré-candidatura de Bolsonaro. Mas os liberais, linha de frente das mobilizações pela destituição de Rousseff, se dividiram. Grupos como o Movimento Brasil Livre – MBL e líderes como João Amoedo (Partido Novo) capitularam à agenda antigênero, provocando rupturas em suas bases ativistas. Outros optaram por desvincularem-se da pauta conservadora e da “velha política de aluguel”, incentivando outros atores a fazerem o mesmo. Foi o caso do “Livres”, autointitulado “o único movimento político brasileiro que defende a liberdade por inteiro”. Inicialmente uma tendência interna do Partido Social Liberal – PSL, o Livres abandonou o partido em 5 de janeiro de 2018, na sequência da filiação de Bolsonaro à legenda. Terminava uma “lua de mel” de quase quatro

anos, que havia reunido liberais e conservadores sob um mesmo campo de ação estratégica (Alonso, 2017; Alonso & Mische, 2017).

Como reflexo das disputas internas ao campo político da direita, os ativistas LGBTQIA+ liberais e conservadores engajaram-se, neste período, em um intenso trabalho de delimitação de suas identidades e enquadramentos interpretativos. Os conservadores buscaram abrigo no bolsonarismo, movimento amplo, mas com programa, líder e símbolos bem definidos. Os liberais, por sua vez, resolveram separar “o joio do trigo”. Identificaram na candidatura de Bolsonaro a oportunidade de apresentar ao público LGBTQIA+ à direita uma opção moderada, democrática e não bolsonarista — liberal “por inteiro”, como eles próprios costumam dizer. Trataram de afastar-se dos símbolos nacionais, das pautas morais e dos “excessos” bolsonaristas (“velha política”, posições antidemocráticas), apontando o bolsonarismo e o petismo como “duas faces da mesma moeda” (intervencionismo estatal). No primeiro turno das eleições presidenciais, dividiram-se no apoio à candidaturas ligadas ao mercado financeiro, como João Amoedo (Novo) e Henrique Meirelles (MDB), mas também acenaram à figuras mais centristas como Marina Silva (Rede) e Geraldo Alckmin (à época no PSDB). Diante do embate entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), no segundo turno, dividiram-se novamente. Uns defenderam Bolsonaro como um “mal menor”, enquanto outros preferiram o voto crítico em Haddad. Os demais defenderam o voto nulo.

Duas páginas criadas para responder a esta conjuntura sintetizam este clima de dissenso e segmentação identitária. Criada no Facebook em janeiro de 2018, a *fanpage* “Boteco Liberal LGBT” foi concebida para escapar à polarização entre “petistas” e “bolsonaristas”. Segundo um de seus moderadores, o produtor multimídia Marcelo (23 anos, assexual, morador da cidade de Santo André, em São Paulo), “*O Boteco foi criado justamente para abrigar essas pessoas moderadas, que dizem ‘não, não gosto do Bolsonaro, não gosto do Lula [...] não gosto da esquerda, gosto de políticas que funcionam’*”. Uma espécie de “terceira via”, como afirmam alguns dos seus membros.

À semelhança de outras páginas liberais, o “Boteco” apostou na rejeição a categorias consideradas rígidas ou limitantes, como “esquerda” e “direita” em favor de uma propaganda mais ostensiva do liberalismo, apresentando-o como uma espécie de “centro” supostamente neutro. Esquivou-se de símbolos nacionais e adotou as cores da bandeira do arco-íris. Entre 2019 e 2020, o “Boteco” começou a assumir o estatuto de grupo formalmente organizado, por meio da realização de reuniões presenciais para lazer e formação política em cidades como São Paulo e Fortaleza. Este processo de oficialização não impediu que o grupo enfrentasse o dilema

shakespeareano do “ser ou não ser” que assombrou outros grupos e líderes liberais: afinal, faz sentido assumir uma identidade expressamente “LGBT”, promover discussões específicas e mobilizar símbolos de um movimento social quando se é contra toda forma de coletivismo?

Criada no Instagram no mesmo período (início de 2018) a página “Gays com Bolsonaro” ilustra o caminho oposto daquele tomado pelo “Boteco Liberal LGBT”. Indo na contramão de outras páginas conservadoras, geralmente mais “discretas” na apropriação de símbolos do universo LGBTQIA+, os responsáveis pela página emprestaram o nome de seu líder e pintaram a letra inicial do seu nome de família, o “B”, com as cores da bandeira do arco-íris. Segundo os moderadores, houve entre os bolsonaristas quem torcesse o nariz para a associação entre Bolsonaro e o movimento LGBTQIA+, mas a estratégia, em geral, foi bem recebida e mesmo celebrada por algumas lideranças do meio.

Figura 8 – Logotipo original (2018) e segundo logotipo (2021) adotado pelo grupo “Gays com Bolsonaro”



Fonte: Gays com Bolsonaro (Instagram)

Em pouco mais de dois anos, a página “Gays com Bolsonaro” acumulou quase 50 mil seguidores, despertou o interesse dos media e deu origem a um grupo de WhatsApp com mesmo nome com a participação de cerca de cinquenta membros de todas as regiões do país. Em meados de 2020, durante protestos realizados pelos apoiadores de Bolsonaro pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal - STF, o grupo realizou um primeiro encontro presencial em Brasília, assumindo definitivamente um caráter de organização formal. Sem medo de afirmarem-se como “gays conservadores” ou “gays de direita” (apesar de contarem com a participação de mulheres lésbicas em suas fileiras), os membros do “Gays com Bolsonaro” foram bem-sucedidos em definir suas fronteiras, eleger um líder capaz de traduzir valores e princípios e combinar uma variedade de símbolos, repertórios e enquadramentos

anteriormente testados. “*Nossa bandeira não é a sexualidade, nossa bandeira é o Brasil*”, afirmam na biografia do Instagram.

O grupo também soube adaptar-se às mudanças do ambiente político, exigências ideológicas e negociações com os aliados, trocando as cores do arco-íris pelo verde e amarelo em meados de 2021. Como resultado, estabeleceram uma organização formal *internet-supported* (Van Laer & Van Aelst, 2010) que se mantém em atividade mesmo após o fim do governo Bolsonaro, e com o qual mantiveram diálogo permanente nos últimos quatro anos. Em 2020, participaram de uma reunião em Brasília com a Ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Segundo membros do grupo, o encontro teria discutido possíveis iniciativas do governo para a população LGBTQIA+.

Os resultados das disputas em torno de uma política de visibilidade (Milan, 2015) travadas entre ativistas LGBTQIA+ à direita nas redes e nas ruas repercutiram diretamente na cobertura midiática sobre o tema. Com a crescente popularidade de Bolsonaro e a hesitação dos ativistas liberais em assumirem uma identidade mais ostensiva, a imprensa acabou por conferir maior destaque aos ativistas conservadores. Em julho de 2018, a *Revista Época*, publicação semanal da Editora Globo, uma das mais importantes do Brasil, dedicou uma reportagem de capa aos jovens ativistas homossexuais “conservadores”⁷⁴. O texto narrava a trajetória de cinco rapazes autodeclarados “gays de direita”, entre os quais figuras conhecidas do grande público como o vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday e o *youtuber* Smith Hays. Sem traçar diferenças internas a este universo (Holiday e Hays são ambos retratados como conservadores), a matéria explorou sobretudo o perfil socioeconômico dos ativistas: rapazes de classe trabalhadora, nascidos ou criados em bairros periféricos, vinculados ao catolicismo, alguns deles com famílias ligadas às Forças Armadas.

O sucesso dos “gays conservadores” apoiantes de Jair Bolsonaro continuou a cativar a imprensa nos anos seguintes. Em abril de 2019, uma figura próxima a Bolsonaro atraiu os holofotes ao protagonizar um *coming out* tão midiaticizado quanto controverso. O caso ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, durante a discussão de um projeto que propunha “estabelecer o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no estado”. Em resposta a uma intervenção contrária ao projeto, feita pela deputada transexual Érica Malunguinho (do PSOL), o recém-eleito deputado estadual Douglas Garcia (do Partido Social Liberal - PSL, legenda que havia

⁷⁴ “Gays de direita: o que pensam jovens homossexuais conservadores”, *Revista Época*, 18 de junho de 2018 [acessado em 20 de junho de 2018]: <https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/06/gays-de-direita.html>

abrigado a candidatura de Bolsonaro no ano anterior) subiu ao púlpito para declarar que, caso encontrasse uma pessoa transexual no banheiro frequentado por sua mãe ou irmã, “tiraria a pessoa dali a tapa”.⁷⁵ Dois dias depois, Garcia foi “tirado do armário”, a pedido dele próprio, por sua colega de partido Janaina Paschoal, que subiu à tribuna da Assembleia Legislativa para tentar reverter a repercussão negativa do caso. “*Ele tomou uma decisão, e como ele está um pouco abalado, pediu para eu fazer essa comunicação por ele. Porque hoje, depois de 25 anos, ele conseguiu conversar com os pais e dizer que é homossexual*”, disse a deputada⁷⁶.

A estratégia de tornar pública sua orientação sexual deu-se de modo “preventivo”: além da iminência de um processo na Comissão de Ética por quebra de decoro parlamentar, o deputado precisou enfrentar a pressão de rapazes com quem havia se relacionado, os quais condenavam suas falas discriminatórias e ameaçavam expô-lo na imprensa. Instantaneamente, o foco do debate voltou-se para a orientação sexual de Garcia e a intersecção com os outros marcadores sociais de diferença (Brah, 2006) que catapultaram sua carreira política. Sem renunciar às posições discriminatórias que lhe renderam os holofotes, o deputado passou a abordar o assunto em entrevistas à imprensa. Em entrevista ao *El País*, Garcia defendeu soluções da agenda conservadora como alternativa para a população LGBTQIA+: “*As armas podem ajudar os gays a combaterem a violência homofóbica. Não vejo outra opção melhor do que combater a violência, anulando-a em sua fonte*”. À *Folha de São Paulo*, declarou⁷⁷: “*Gay, negro e favelado. Pronto, sou o combo do vitimismo brasileiro*”. O “combo” ao qual Douglas se refere corresponde ao repertório discursivo interseccional experimentado anteriormente por outro parlamentar, Fernando Holiday. Novamente, o objetivo aqui não é iluminar a articulação entre diversas matrizes de dominação, mas assinalar identidades subalternas de modo a contrapor a suposta “vitimização” imposta pelas esquerdas.

Membro do Movimento Conservador (antigo Direita São Paulo), Douglas era ele próprio uma espécie de *influencer* político antes de chegar à política institucional. Sua eleição à Assembleia Legislativa de São Paulo em outubro de 2019 não encerrou, mas incrementou

⁷⁵ “Alesp: deputado do PSL diz que tiraria ‘a tapa’ trans de banheiro feminino”, Política, *Portal UOL*, 3 de abril de 2019 [acessado em 10 de abril de 2019]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/03/alesp-deputado-do-psl-diz-que-tiraria-a-tapa-trans-debanheiro-feminino.htm>

⁷⁶ “Após fala transfóbica, deputado estadual do PSL assume ser homossexual”, 5 de abril de 2019 [acessado em 6 de abril de 2019]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/05/apos-fala-transfobica-deputado-estadual-do-psl-assume-ser-homossexual.htm?cmpid=copiaecola>

⁷⁷ “Deputado do PSL revela ser gay após atrito com deputada trans na Assembleia de SP”, Poder, *Folha de São Paulo*, 5 de abril de 2018 (Acessado em 1º de maio de 2019). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/deputado-do-psl-revela-ser-gay-apos-atrito-com-deputada-trans-na-assembleia-de-sp.shtml>

sua popularidade digital. Dispunha, em dezembro de 2020, de mais de 400 mil seguidores no Twitter, 200 mil no Instagram, 300 mil no Facebook e cerca de 3 mil no YouTube. Uma vez eleito, passou a fazer transmissões ao vivo direto do plenário do parlamento estadual, além de vídeos com estética caseira produzidos diretamente do seu gabinete. No Instagram, o conteúdo político se combina com publicações de *life-style*. Fotos descontraídas mostram o deputado praticando boxe e musculação nas horas vagas, passando o tempo com a família, indo à igreja e ao estádio de futebol. Não faltam *selfies* com Jair Bolsonaro e outras figuras relevantes do meio conservador, como membros do grupo “Gays com Bolsonaro” e a também Deputada Estadual Ana Caroline Campagnolo, de Santa Catarina, ativista antifeminista.

O enraizamento *online* de Douglas, assim como o de Karol Eller, Fernando Holiday e grupos como o “Gays com Bolsonaro”, revela uma tendência patente nesse meio: a centralidade da internet e das redes sociais online como *palco* e *vitrine* principal do confronto político. Estes ativistas mantêm-se fieis às plataformas digitais mesmo após saírem às ruas, tornarem-se figuras recorrentes nos media, filiarem-se a grupos formais e acederem às instituições políticas. Desenvolvem aquilo que Jasper (1997) chamou de *gostos por táticas*: uma espécie de preferência moral, emocional e cognitiva por táticas de ação socialmente disponíveis que acaba por moldar as culturas internas dos movimentos dos quais fazem parte. Mas este enraizamento também pode ser explicado por razões de ordem prática. Primeiramente, a internet oferece um espaço de expressão coletiva e individual acessível, de baixo custo e percebido pelos atores como um meio “alternativo” à imprensa e ao Estado. Em segundo lugar, nestes espaços, os atores podem “falar por si mesmos”, pautar os meios de comunicação e estabelecer vínculos diretos com seus públicos, sem o intermédio de *gatekeepers*. Por último, as redes sociais online representam um ambiente privilegiado de acúmulo de capital simbólico, político e social, (Leitão & Gomes, 2017; Castro, 2022) sem as quais estes ativistas não poderiam negociar suas identidades e nem aceder aos espaços de poder reservados às elites políticas.

Como resultado desta lealdade dramatúrgica (Benford & Hunt, 1992, p. 45) à internet, os ativistas LGBTQIA+ à direita transformam a dimensão *offline* do confronto em uma via de mão dupla. De um lado, a formalização de grupos híbridos (*online* e *offline*) e o livre acesso a outras arenas de confronto (ruas, media e parlamentos) servem para legitimar a passagem de membros de uma subcultura estritamente *online* para a posição de atores políticos “de verdade”. De outro, as ações *offline* são transformadas gradativamente em “conteúdo” a ser consumido incessantemente nas redes sociais online. Do jantar com Bolsonaro à reunião ministerial, passando pela participação em protestos de rua, programas televisivos, noticiários

e podcasts, tudo (ou quase tudo) é estrategicamente formatado para o compartilhamento com seguidores. Deste modo, o *online* pode ser considerado como uma dimensão estruturante das ações destes ativistas, não apenas como elemento facilitador dos seus repertórios. Do armário às telas e das telas às ruas, eles permanecem fiéis às telas, transfigurando a ação coletiva em uma espécie de complemento da ação conectiva. O resultado é um espetáculo que nunca tem fim: nas telas dos computadores e dispositivos móveis, o confronto político é reprisado incessantemente, como num palco onde as cortinas nunca se fecham.

Mapeando o ativismo LGBTQIA+ no Facebook

Quando nos propomos a analisar formas de ação coletiva ancoradas principalmente ou exclusivamente na internet, os desafios analíticos são numerosos. O volume de dados tende a ser imensurável, os conteúdos frequentemente são anônimos e os registros efêmeros, móveis e mutáveis (Coleman 2010). Os atores cruzam um sem-número de plataformas, recorrem a marcadores identitários difusos, e organizam-se de forma descentralizada e (aparentemente) pouco hierárquica, dificultando a delimitação de um objeto de estudo (Simões, 2012; Fominaya, 2019). Conceitos chave da teoria da ação coletiva e dos movimentos sociais também podem requerer reflexão adicional ao serem aplicados, pois as identidades coletivas e os chamados enquadramentos interpretativos tendem a ganhar um contorno mais personalizado neste contexto de trocas e interações incessantes (Milan, 2015). Por todos estes motivos, é importante circunscrever a análise da ação *online* a espaços mais restritos e bem delimitados, que permitam a observação rigorosa dos fenômenos e favoreçam a aplicação de conceitos adaptados às particularidades do objeto de estudo.

Esta seção propõe a delimitação da presente análise ao Facebook, plataforma que acumulou, segundo o levantamento realizado entre os anos de 2018 e 2020, o maior número de *fanpages* voltadas para o público LGBTQIA+ à direita entre as cinco observadas ao longo da imersão etnográfica *online* (as outras quatro foram Blogspot, Twitter, YouTube, Instagram). Em dezembro de 2020, quando concluí este levantamento, o Facebook era a rede social mais utilizada entre os brasileiros. Segundo relatório produzido pelas agências *We are Social* e *Hootsuite*⁷⁸, das 2,7 bilhões de contas ativas globalmente nesta plataforma ao longo daquele

⁷⁸ Amper Energia Humana (Outubro de 2020). *We Are Social e HootSuite - Digital 2020 [Report Completo]* <https://www.amper.ag/post/we-are-social-e-hootsuite-digital-2020-report-completo>

ano, 130 milhões pertenciam a usuários residentes no Brasil⁷⁹. O sucesso do Facebook pode ser explicado pela sua arquitetura amigável a um público leigo (Lerner, 2019), a capacidade de integrar diferentes funcionalidades (interação com “amigos”, troca de mensagens instantâneas, fóruns de discussão, transmissão ao vivo, “stories” e venda de produtos), sua vocação para a convergência midiática (fotos, vídeos e textos) e a possibilidade de manter os usuários conectados com uma ampla rede de contatos (familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, velhos amigos de escola e parentes migrantes) (Miller, 2011), sem entretanto impedir a eventual conexão com desconhecidos.

Sobretudo após os protestos globais contra os efeitos da crise financeira de 2008 (Valenzuela et al., 2017), o Facebook se notabilizou como plataforma relevante para o estudo da mobilização política *online*. Entre as *affordances* (Gibson, 1977; Norman, 2008; Zhao et al., 2013) que potencializam a ação contestatória nesta plataforma estão a criação de *fanpages* e os chamados “grupos de discussão”. As *fanpages* são relativamente semelhantes às páginas de perfil individuais, mas não requerem um pedido de “amizade” para serem acessadas em sua integralidade, pois a conexão é informal e pode ser estabelecida por meio de uma simples “curtida” ou “gosto”. Assim, usuários com interesses compartilhados se tornam “fãs” e possam acompanhar os conteúdos publicados pela página diretamente em seu *feed* de notícias. Os grupos de discussão permitem a criação de fóruns de debate, que podem ser abertos (acessíveis a todos os usuários), privados (requerem um pedido de acesso) ou secretos (acessíveis somente por meio de convite). São organizados por meio de tópicos (publicações) que podem ser iniciados por qualquer um de seus membros e favorecem um tipo de interação mais dialógica (Harlow, 2011).

Ao circunscrever a presente análise ao Facebook, optei por focalizar as *fanpages* direcionadas ao público LGBTQIA+ à direita. Conforme discutido no Capítulo 2, esta escolha esteve relacionada a questões éticas envolvendo a investigação sociológica nas redes sociais online. Tendo em vista que nesse contexto as *fanpages* tendem a representar causas, lideranças e grupos de movimento social, os riscos relacionados a exposição de dados pessoais dos usuários revelaram-se mais facilmente contornáveis. Para além disso, pude constatar ao longo

⁷⁹ Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2021, realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, o país possui 148,4 milhões de usuários de internet, quase três quartos da população total do país (210 milhões de habitantes, de acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Os dispositivos móveis são as ferramentas de acesso mais comuns (64% dos usuários), seguidos de perto pelos televisores (50%) e computadores (36%).

da imersão etnográfica *online* que algumas destas páginas constituem autênticos espaços de articulação da ação coletiva.

Durante a imersão *online*, foram identificadas 26 *fanpages* voltadas para o público LGBTQIA+ à direita no Facebook. Trata-se de um número relativamente modesto se comparado a outros estudos sobre mobilização online (ex.: Lerner, 2019), mas a formalização desta lista foi atravessada por inúmeros desafios. Em primeiro lugar, o Facebook intensificou, em meados de 2018, o combate à disseminação de notícias falaciosas em território brasileiro, removendo neste processo uma centena de *fanpages* e perfis ligados ao campo político da direita. Como resultado, algumas das páginas que identifiquei nas etapas iniciais do levantamento foram excluídas da plataforma, dificultando o acompanhamento equânime dos pontos de ancoragem (Simões, 2012) previamente identificados.

Em segundo lugar, foi necessário estabelecer critérios mínimos para definir quais *fanpages* seriam efetivamente listadas como parte do universo em estudo. Havia, entre as páginas identificadas, uma relativa diversidade de conteúdos, propósitos e orientações ideológicas, de modo que não estava claro, à partida, se fazia sentido incluir no mesmo levantamento *fanpages* temáticas como “Gay de Direita” e outras destinadas a promover a comunicação de um parlamentar com seu eleitorado e a opinião pública, como no caso de “Fernando Holiday”. Em terceiro lugar, o volume de dados produzidos por estas páginas no período analisado (2013-2020) revelou-se bastante significativo. Sobretudo após as mudança na política de extração de dados anunciada pelo Facebook entre 2018 e 2019, tornou-se imperativa a seleção de um número reduzido de casos entre as 26 *fanpages* identificadas, de modo a reduzir o trabalho de recolha e análise de dados.

Embora àquela altura o trabalho de observação tivesse tornado evidente o fato de que apenas um número reduzido de *fanpages* entre as 26 abrigavam iniciativas de ação coletiva, pareceu-me relevante mobilizar uma metodologia capaz de atestar a relevância dos casos selecionados no contexto do “ecossistema” em estudo. Passados quase dois anos de imersão *online*, surgiu também a demanda de conferir alguma visualidade a este “ecossistema” intangível, confuso e fundamentalmente volátil. Comecei a questionar se, em meio àquele ambiente aparentemente “caótico”, havia algum padrão de relação entre os atores ou se algumas daquelas páginas desempenhavam um papel mais central do que outras. Em outras palavras, quis fazer emergir as marcações de palco invisíveis ao público espectador do espetáculo. Inspirado pelos trabalhos de Howard (2002) e Lerner (2019), recorri à Análise de Redes Sociais (ARS) (Wasserman & Faust, 1999) elegendo como critério para a seleção de

casos o volume de relações estabelecidas pelas *fanpages* com outras páginas dentro de uma rede de interações mais ampla.

A Análise de Redes Sociais (ARS) consiste em uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar (psicologia, sociologia, antropologia, matemática, estatística) “cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de propriedades e processos característicos da realidade social” (Souza & Quandt, 2008, p. 31). Fundamenta-se na noção de rede, introduzida na teoria social por autores como Émile Durkheim e Georg Simmel, consubstancializando-a com a análise sociométrica, a matemática formal e os métodos computacionais (Wasserman & Faust, 1999; Scott, 2000; Mercklé, 2016). Sua premissa é relativamente simples: em vez de concentrar-se sobre os atributos individuais, a ARS focaliza as estruturas de relações estabelecidas pelos atores, permitindo a análise gráfica de suas lógicas de ligação. Uma rede é graficamente representada por um conjunto de *nós* conectados uns aos outros por meio de *laços*. Os *nós* podem representar atores, organizações ou páginas de uma rede social online, ao passo que os *laços* representam o tipo de relação estabelecida entre dois *nós*. O modo como esta relação será interpretada depende fundamentalmente do problema teórico a ser analisado (Scott, 2000; Mercklé, 2016).

Os estudos sobre os movimentos sociais tem recorrido sistematicamente à Análise de Redes Sociais (ARS) como método de investigação nas últimas décadas (Diani & McAdam, 2003; Saunders, 2007; Krinsky & Crossley, 2014), tomando os movimentos como *redes informais de interações entre indivíduos e organizações* conforme proposto por Diani (1992). Com a disseminação da internet e das redes sociais online como canais para a interação e mobilização em rede, esta metodologia tornou-se alvo de interesse renovado nos últimos anos, como demonstram os trabalhos de Malini (2016); Ortelado e Ribeiro (2018) e Lerner (2019) sobre os ciclos de protestos de 2013 e 2015/2016 no Brasil. Nesta investigação, além de contribuir com a seleção de casos a serem analisados e permitir a visualização gráfica do “ecossistema” de *fanpages* LGBTQIA+ à direita observado no Facebook, a Análise de Redes Sociais (ARS) serviu para atestar a existência dos dois estilos de ativismo identificados no terreno. Tendo em vista que a maioria das páginas se auto identifica como liberal ou conservadora (ou simplesmente se associa a símbolos e conteúdos explicitamente relacionados a estas duas correntes ideológicas), procurei verificar se esta autoidentificação se traduzia em um conjunto de relações tangíveis ou na formação de nichos específicos dentro de um mesmo “ecossistema”. Relativamente às 26 *fanpages* iniciais (listadas anteriormente na linha “Facebook” do Quadro 7 deste capítulo), foram adotados os seguinte critérios de seleção:

- a) *fanpages* temáticas direcionadas ao público LGBTQIA+ à direita cujo título fizesse referência a pelo menos uma destas identidades e/ou às categorias ideológicas pertinentes à investigação (ex.: “de direita”; “liberal”, “conservador”) e cujas imagens de perfil apresentassem simbologias ou figuras ligadas a um destes universos específicos (ex.: Bolsonaro; Clodovil). Estas páginas podem representar tanto grupos de ativismo (ex.: “Boteco Liberal LGBT”), quanto causas (ex.: “Gays que apoiam Bolsonaro”) e homenagens (ex.: “Clodovil Presente”).
- b) *fanpages* de figuras públicas como parlamentares, ativistas e *influencers* amplamente referenciados no universo em estudo⁸⁰.

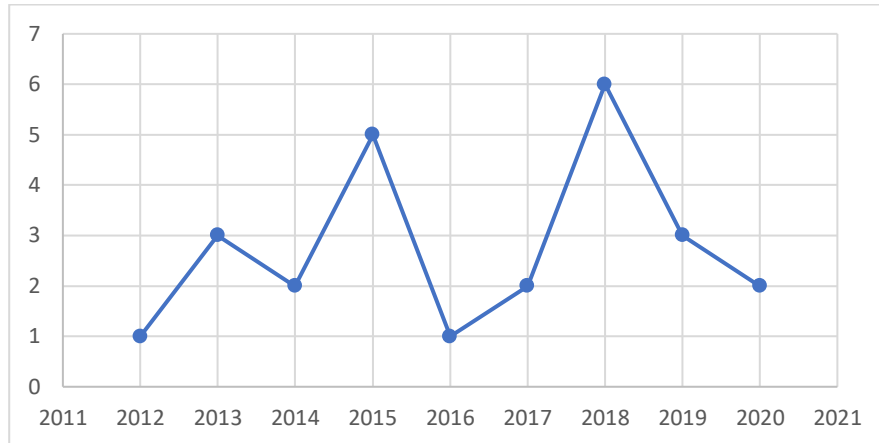
Embora as *fanpages* temáticas e de figuras públicas tenham alcances e propósitos muito diferentes, me pareceu pertinente considerar as páginas de parlamentares/ativistas como Fernando Holiday e Douglas Garcia enquanto *nós* porque, além de serem lideranças reconhecidas neste universo, eles eventualmente relacionam-se com as *fanpages* temáticas por meio do compartilhamento de conteúdo. Tendo em vista as diferenças internas a estas *fanpages*, os *nós* foram classificados de acordo com a seguinte tipologia: tipo de página (temática ou de figura pública); orientação da página (religiosa; cultural; erótica; política-direita ampla; política-conservadora; política-nacionalista; política-liberal; política-progressista) e alcance em termos de audiência (baixa audiência - BA para aquelas com até 1.000 seguidores; audiência intermediária - AI para aquelas que acumulavam entre 1.000 e 10.000 seguidores; grande audiência - GA para aquelas que acumulavam entre 10.000 e 100.000 seguidores e super página - SP para aquelas com mais de 100.000 seguidores).

Quanto à frequência de criação destas *fanpages* (ou *nós*) ao longo do período analisado (2013-2020), o gráfico a seguir demonstra que parte significativa surgiu entre 2015 e 2018, respectivamente no auge da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff e durante o ciclo eleitoral de 2018. Uma página criada em outubro de 2012 (“Direita Agora”, página cujo título não articula as categorias identitárias LGBTQIA+ com o posicionamento político à direita, muito embora os conteúdos publicados o façam) foi incluída pelo interesse teórico. Creio que o contraste entre esta abordagem “dentro do armário político”, quando comparada às páginas

⁸⁰ Foram excluídas do levantamento as *fanpages* de figuras públicas LGBTQIA+ à direita (parlamentares, ativistas e *influencers*) dedicadas a tratar de temáticas não diretamente políticas (ex.: esportes, produção cultural). Também foram excluídas aquelas em que o conteúdo político não constituía o tema principal da página (ex.: Agustin Fernandes). Uma *fanpage* específica teve seu título alterado no momento da confecção da rede a fim de preservar a identidade de um dos meus interlocutores. Um pseudônimo específico foi criado para este propósito (Heitor) de modo a evitar a vinculação entre a página, o ativista e sua participação no estudo enquanto interlocutor.

“fora do armário” criadas a partir de 2013, reforça o meu argumento de que a constituição destes ativismos esteve intimamente relacionada às mudanças conjunturais do período.

Gráfico 1 - Criação de páginas voltadas para o público LGBTQIA+ à direita no Facebook entre os anos de 2012 e 2020



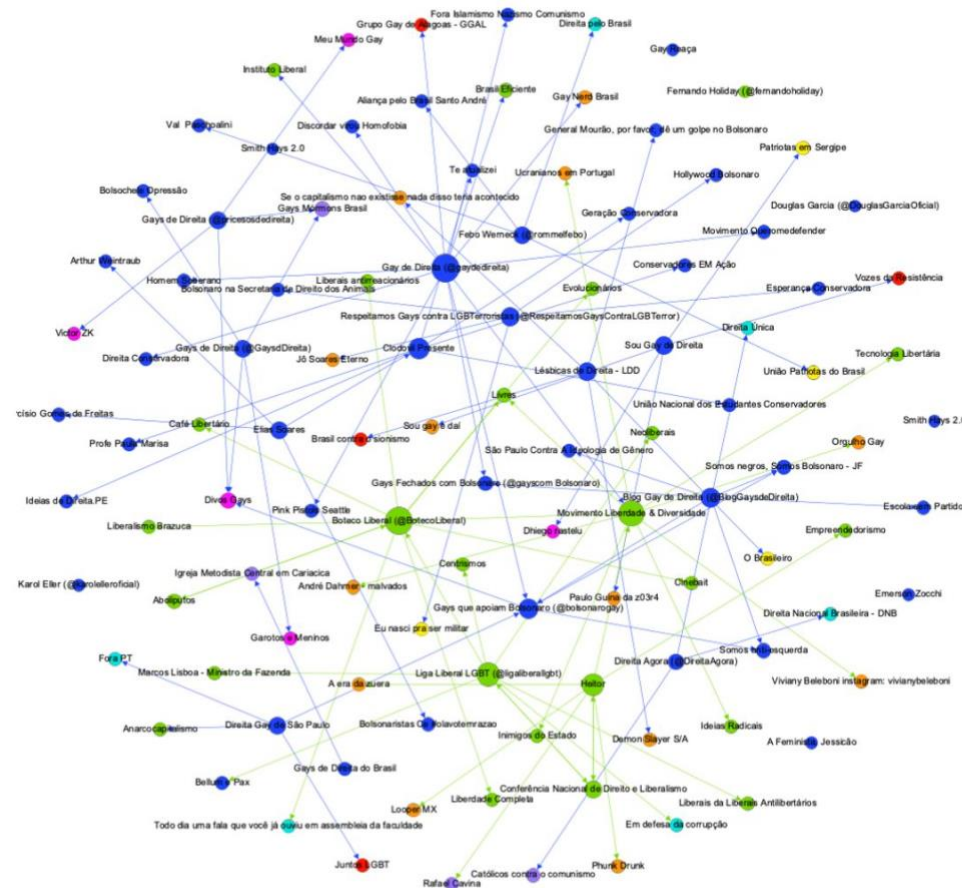
Fonte: Elaboração própria

Como Lerner (2019), optei por montar uma *page like network* ou rede de “curtidas” / “gostos” de página. Para este fim, listei duas “camadas” de nós: as 26 *fanpages* LGBTQIA+ à direita identificadas ao longo do levantamento; e as 84 *fanpages* a quem estas atribuíram “curtidas” / “gostos” (informação disponibilizada na página inicial de cada *fanpage*). Chamarei estas últimas de *ligações primárias*. Esta configuração foi pensada com dois objetivos. O primeiro era captar a rede mais imediata à qual as *fanpages* em análise procuram associar-se, pois compreendo que o ato de atribuir “curtidas” / “gostos” no Facebook implica um processo de construção identitária por meio do qual os usuários exibem publicamente a sua afinidade com objetos, temas e atores aos quais pretendem vincular-se. O segundo objetivo era delimitar a amplitude da rede. Embora eu pudesse construir uma rede mais ampla, acrescentando outras “camadas” de nós (ex.: as *fanpages* “curtidas” pelas *fanpages* “curtidas” e assim por diante), me pareceu pertinente manter o foco neste “ecossistema” mais específico em vez de situá-lo dentro de um universo mais abrangente de páginas voltadas para um público à direita.

Uma particularidade importante da *page like network* é que os *laços* da rede não expressam a intensidade das ligações, apenas indicam a direção das conexões (quem “curtiu” quem e se a “curtida” foi recíproca — reciprocidade, neste caso, pode indicar ligações mais fortes ou mais próximas). Isso porque não é possível inferir o grau de importância atribuído

pelos atores a cada uma destas associações, uma vez que as “curtidas” não são exibidas pelo Facebook em nenhuma ordem de preferência específica. Da mesma forma, o gráfico produzido não enfatiza a audiência das páginas. Embora seja uma informação importante, uma *fanpage* com mais de 10.000 seguidores não necessariamente estabelece um volume significativo de *laços* dentro da rede. Por isso, os números de audiência são mobilizados nesta análise apenas para verificar se há alguma relação entre alcance e ligações estabelecidas. Em síntese, a *page like network* serve sobretudo para demonstrar as preferências de associação de cada *fanpage* e sua centralidade de acordo com o volume de associações estabelecidas (“curtidas” dadas e recebidas). O gráfico 2 apresenta a rede que confeccionei com recurso ao software Gephi versão 0.9.7 (Cherven, 2013):

Gráfico 2 – Rede de *fanpages* LGBTQIA+ à direita no Facebook



Legenda de Cores:

Política - Conservadora	(44,55%)
Política - Liberal	(22,73%)
Cultural	(11,82%)
Política - Direita Ampla	(5,45%)
Erótica	(4,55%)
Religiosa	(3,64%)
Política - Nacionalista	(3,64%)
Política - Progressista	(3,64%)

Métricas: Nós: 110;
 Laços: 103;
 Grau médio: 0,936;
 Densidade do gráfico: 0,009
 Diâmetro da rede: 4
 Modularidade: 0,824
 Comprimento médio de caminho: 1,8
 Coeficiente de *clustering* médio: 0,015

Layout: Fruchterman Reingold;
 Software: Gephi (V. 0.9.7)

Fonte: Elaboração Própria

De maneira geral, é possível afirmar que se trata de uma rede de baixa densidade, pois a proporção de *laços* existentes relativamente ao número total de ligações possíveis é de apenas 0,009 (gráficos densos apresentam medida próxima a densidade máxima 1). O grau médio é de 0,936, o que significa que cada *nó* possui aproximadamente 1 ligação com outro ator da rede. O fato deste número ser inferior a 1 indica que há *nós* sem qualquer ligação com outros atores da rede. O diâmetro da rede é igual a 4, o que implica dizer que a maior distância entre dois *nós* (*fanpages*) é de 4 *laços*. A modularidade da rede é de 0,824 (varia de -1/2 a 1), sendo possível afirmar que se trata de uma rede com um elevada densidade de laços estabelecidos intragrupos e baixa densidade de laços estabelecidos entre grupos. A distância média entre os atores (*comprimento médio de caminho*) é de 1,8 laços. E a probabilidade de dois atores ligados a um mesmo ator estabelecerem uma conexão entre si (*clustering médio*) é de 0,015.

No imagem, os círculos representam os *nós* (*fanpages*) e os *laços* representam as ligações entre os atores. O tamanho dos círculos (*nós*) varia de acordo com o grau médio (volume de relações). Ou seja, depende do número total de ligações (“curtidas” dadas e recebidas em outras páginas da rede). Cada *laço* é constituído por uma seta que indica a direção das conexões (quem “curtiu” quem). Se a “curtida” foi recíproca, então a seta possui dupla direção. Os *nós* foram classificados pelo “tipo de página”. Estão representados a partir diferentes cores, apresentando a seguinte percentagem de presença na rede: política-conservadora (44,55%); política-liberal (22,73%), cultural (11,82%); política-direita ampla (5,45%); erótica (4,55%); religiosa (3,64%); política-nacionalista (3,64%); política-progressista (3,64%). Outro detalhe importante é que os *laços* receberam a cor do *nó* de origem. Como na maioria dos casos em que há reciprocidade os atores pertencem a uma mesma tipologia/grupo, os *laços* de dupla direção possuem uma mesma cor.

O primeiro aspecto a ser destacado é a predominância das páginas identificadas ou auto identificadas como conservadoras (cor azul escura). Embora apareçam em maior número ($n=21$) quando comparadas às *fanpages* liberais (cor verde, $n=5$), as páginas conservadoras possuem menor audiência (baixa audiência ou audiência intermediária). Enquanto as páginas liberais quase sempre ultrapassam a marca dos 10 mil seguidores, as conservadoras costumam ficar abaixo dessa média, com exceção das *fanpages* de figuras públicas (Smith Hays, Karol Eller). Isso significa que os atores auto identificados conservadores possuem alguma dificuldade em alcançar um público mais amplo por meio

de páginas temáticas, ainda que estas sejam numerosas. Seus padrões de relação caracterizam-se por uma acentuada fragmentação, ou seja, criam várias *fanpages* temáticas de baixa e média audiência, priorizando ligações com todos os tipos de atores da rede (liberais, religiosos etc.) em detrimento das relações intragrupo. Como resultado, observa-se no gráfico um certo “domínio” (presença significativa) e “dispersão” (ligações pulverizadas) das páginas conservadoras (azul) face a um padrão de agrupamento mais denso e coeso das *fanpages* liberais (verde).

As páginas conservadoras são as únicas que estabelecem relação com páginas eróticas, nacionalistas e progressistas, ao passo que as liberais preferem estabelecer relações entre si mesmas e com páginas culturais. Ambos (liberais e conservadores) possuem ligações com páginas religiosas. Foi identificada uma ligação entre as páginas liberais e conservadoras por meio de uma “curtida” da página “Gay de Direita” na página liberal “Movimento Liberdade & Diversidade”. Observa-se também que as *fanpages* de figuras públicas como Smith Hays, Karol Eller, Douglas Garcia e Fernando Holiday não possuem quaisquer ligações com a rede, muito embora alcancem amplas audiências. Isso significa que estes indivíduos desfrutam de uma certa autonomia em relação aos demais atores que compõem a rede, mas a ausência de relações estabelecidas não permite que ocupem nela uma posição de centralidade.

Na Análise de Redes Sociais (ARS), o critério do volume e heterogeneidade de ligações é importante porque, quanto maior o número de ligações com outros atores da rede, maiores as vantagens em termos de acesso à informação, recursos e status. Em redes sociais online como o Facebook, ligações em termos de “curtidas” entre páginas podem representar tanto uma preocupação acentuada com a formação de identidade (vincular-se a este ou aquele ator de modo a demonstrar preferência) quanto à possibilidade de partilha, disseminação e gerenciamento da informação. Quando observamos o tamanho dos círculos no gráfico (volume total de relações estabelecidas pelos *nós*), quatro *fanpages* se destacam. Entre as conservadoras, a página “Gay de Direita” (grau médio de 13); e entre as liberais o “Boteco Liberal LGBT” (grau médio de 11), “Movimento Liberdade & Diversidade” (grau médio de 11) e a “Liga Liberal LGBT” (grau médio de 8). Dado que o “Boteco Liberal LGBT” e o “Movimento Liberdade & Diversidade” apresentaram o mesmo número de ligações estabelecidas, adotei a ação coletiva e conectiva como critério de desempate. Em outras palavras, optei pela página que apresentou algum tipo de ação conjunta por parte de duas ou mais pessoas e que pudesse

servir como base para um estudo de caso. Com base nestes critérios, prevaleceram as páginas “Gay de Direita” (conservadora) e “Boteco Liberal LGBT” (liberal).

Conclusão do Capítulo 4

Este capítulo explorou o processo de constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil. Em um primeiro momento, por meio de uma análise descritiva, cronologicamente organizada e assente em categorias analíticas mobilizadas para evidenciar o caráter dramatizado do confronto (*scripts, atos, performances*), procurei evidenciar o modo como a internet se impôs como o *palco* e a *vitrine* principal destes ativismos ao longo do período analisado (2013-2020). Os ativistas valeram-se amplamente das redes sociais online para obter prestígio e visibilidade midiática, saíram às ruas, formaram grupos e acederam às instituições políticas, sem entretanto prescindir das plataformas digitais como um espaço de intervenção central. Os media desempenharam um papel fundamental neste processo, introduzindo os ativistas no debate público, elegendo aqueles que se tornariam seus interlocutores habituais e relegando outros ao segundo plano. Foi o caso dos ativistas liberais que, num contexto marcado pela ascensão política de Jair Bolsonaro, acabaram recebendo menor atenção ou mesmo sendo confundidos com os conservadores. Parte dessa “confusão” tem a ver com deslocamentos dentro do próprio movimento liberal, que em sua maioria apoiou a candidatura de Bolsonaro no segundo turno nas eleições de 2018.

Em um segundo momento, tendo em vista a centralidade do Facebook neste universo, recorri à Análise de Redes Sociais (ARS) com o intuito de conferir visualidade à rede de *fanpages* identificada nesta plataforma, analisar os padrões de relação entre os atores, atestar a hipótese dos dois *estilos de ativismo* e eleger ao menos dois casos para análise, um de cada estilo. Esta análise revelou uma rede de baixa densidade, com predomínio de páginas conservadoras dispersas, capilarizadas e pouco conectadas entre si face a um nicho expressivo de páginas liberais menos numerosas, porém densamente conectadas. Com base no volume de relações estabelecidas (grau médio), foi possível identificar duas páginas centrais neste ecossistema: “Gay de Direita” (conservadora) e “Boteco Liberal LGBT” (liberal), as quais serão analisadas em profundidade no próximo capítulo para fundamentar a conceptualização destes dois estilos de ativismo.

Capítulo 5

Um ato de rebeldia contra os “esquerdistas”, “lacradores” e o “politicamente correto”: definindo os estilos de ativismo LGBTQIA+ conservador e liberal

As trocas nas redes sociais online tornam-se os principais canais pelos quais os ativistas podem moldar na primeira pessoa os significados associados à ação coletiva (...). Essa narrativa coletiva no estilo hashtag é flexível, em tempo real e controlada por multidão. Ela conecta histórias individuais em um contexto mais amplo, que lhes dá significado [tradução minha].

Stefania Milan (2015) When Algorithms Shape Collective Action

Este capítulo corresponde à segunda parte da análise *meso* sociológica. Uma vez dissecados os processos de constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita, proponho agora o escrutínio de suas propriedades fundamentais (formas de organização, ação e produção de sentido). Compreendo que estes atributos são forjados em meio às disputas engendradas pelos ativistas (entre si e com seus opositores) no decurso do confronto político, resultando em combinações relativamente singulares que representam dois estilos de ativismo – o liberal e o conservador. Sendo assim, neste capítulo, procuro caracterizá-los de forma mais sistemática com base no exame de dois casos específicos: as *fanpages* “Gay de Direita” (conservadora) e “Boteco Liberal LGBT” (liberal), duas páginas centrais no contexto de uma *page like network* mais ampla construída ao longo da minha imersão etnográfica no Facebook (e cujo resultado final foi apresentado no capítulo anterior). Estas páginas funcionam como *palco* e *vitrine* para dois grupos de ativismo descentralizados, maleáveis e relativamente incipientes, cuja organização se estende a outros espaços *online* disponíveis no Facebook (grupos privados de discussão), outras plataformas (como o WhatsApp) e atividades *offline* como encontros, reuniões de formação política e participação em protestos.

O capítulo se divide em dois momentos. O primeiro apresenta um breve perfil de cada grupo, no qual são abordados seus históricos, dilemas identitários e padrões de funcionamento, recrutamento e financiamento. O segundo momento apresenta uma análise comparativa dos principais atributos da ação coletiva e conectiva de cada grupo: a forma organizacional (*redes* ou *estruturas conectivas*), os modos de ação (*repertórios*, *táticas* e *performances*) e os processos de produção de sentido (*enquadramentos interpretativos*). Na seção final, estas análises são sintetizadas de modo a estabelecer as principais diferenças e aproximações entre os dois estilos de ativismo, além de introduzir a problemática da heterogeneidade interna que será explorada em profundidade no capítulo final desta tese (nível macroanalítico).

Duas camadas de argumentação atravessam este capítulo. A primeira diz respeito ao modo como as plataformas digitais contribuem para moldar práticas de mobilização, dinâmicas organizacionais, processos de produção de sentido e formação identitária, com impactos significativos na dinâmica do confronto político. Defendo que a arquitetura específica das redes sociais online e suas *affordances* permitem aos ativistas engajarem-se na criação de agrupamentos descentralizados, maleáveis e informais que refletem um dilema de fundo moral e ideológico constitutivo destes grupos: como agir coletivamente ao mesmo tempo em que se tece uma crítica o “coletivismo” das esquerdas e dos movimentos LGBTQIA+?

A segunda camada de argumentação refere-se às tensões identitárias que atravessam a constituição dos ativismos em estudo. Para além de confrontarem-se com a complexa equação entre individual e coletivo, estes grupos situam-se na intersecção entre o campo político da direita e o universo LGBTQIA+ (suas causas, simbologias e identidades). Protagonizam um conflito permanente entre demarcar o pertencimento ao primeiro, desvincular-se do segundo e produzir mensagens, categorias e símbolos capazes de obter ressonância entre ambos os públicos (aliados e opositores). Como resultado, constituem identidades que não podem ser compreendidas unicamente pela relação entre o individual e o coletivo, mas a partir de uma dinâmica na qual o indivíduo torna-se o centro da ação coletiva (McDonald, 2006). Por conseguinte, os ativistas substituem a construção de identidades coletivas bem definidas pela produção de uma política de visibilidade (Milan, 2015) em torno de seus estilos de ativismo. Os estilos funcionam como “roteiros vagos” para a ação constituídos em torno de um modelo de ator social cujas identidades são fundamentalmente contingentes. Tendo em vista que as tensões decorrentes destes dilemas identitários perpassam todas as dimensões da ação coletiva e conectiva analisadas ao longo deste capítulo, optei por não restringir a discussão sobre identidade em uma seção específica. Retomarei este debate na seção final, quando arriscarei uma definição mais refinada dos dois estilos de ativismo.

Duas fanpages, dois grupos, dois estilos de ativismo

Nas páginas seguintes, apresento um breve perfil das *fanpages/grupos* selecionados para análise: “Gay de Direita” (criada em 2013) e “Boteco Liberal LGBT” (criada em 2018). Os perfis foram elaborados para contemplar os seguintes aspectos das páginas/grupos: história, objetivos iniciais, definições identitárias, formas de organização, financiamento e recrutamento, preferências estéticas e afinidades políticas. Para ilustrar as minhas descrições e

análises, recorro a duas modalidades de recursos visuais. O primeiro, mais frequente ao longo dos perfis dos dois grupos, são as cópias de écran produzidas ao longo da imersão *online* com o intuito de capturar detalhes específicos das páginas (apresentação inicial, logotipo, foto de capa). O segundo, presente ao longo de todo o capítulo, com maior destaque na seção dedicada à análise dos enquadramentos interpretativos, são os memes de humor político produzidos, reapropriados e reproduzidos pelas duas *fanpages*. No contexto em análise, os memes possuem considerável centralidade porque funcionam como “blocos de construção de significados ideológicos” (DeCook, 2018), por meio dos quais os ativistas sintetizam, comunicam e difundem seus esquemas de percepção, visões de mundo e concepções identitárias. Constituem, simultaneamente, a face mais visível dos processos de construção dos estilos de ativismo, material de propaganda destinado ao recrutamento e à construção de uma imagem pública dos grupos, unidades de conexão produzidas para favorecer a construção de comunidades interpretativas e facilitar a coordenação descentralizada da ação *online* e objetos digitais que tornam palpáveis os sentidos construídos ao longo deste processo (Milan, 2013).

Considerando que os memes podem ser compreendidos de inúmeras maneiras, penso que faz sentido destacar outras duas acepções centrais para as análises presentes neste capítulo. Em primeiro lugar, os memes podem ser tomados como gêneros midiáticos e repertórios digitais, que no contexto das redes sociais online figuram como um recurso “sedutor e eficaz na captação de potenciais aliados e aparentando ser suficientemente inócuo para ser difícil de silenciar, tornando-se particularmente acutilante do ponto de vista da ridicularização e inversão das lógicas de poder instituído” (Campos, 2021 *apud* Pereira, 2022). Estas peças transpõem para o ambiente da internet a tradição histórica do humor político, da sátira e da performatividade carnavalesca (Pereira, 2022), presentes desde as primeiras apropriações da imprensa por parte dos movimentos sociais e outras formas de ação coletiva (Tarrow, 2009). Estes atributos comunicacionais são amplamente reconhecidos pelos ativistas produtores/consumidores do gênero memético. Nas palavras de Marcelo, um dos moderadores do “Boteco Liberal LGBT”:

Marcelo: Eu sou da comunicação, eu gosto disso, e antigamente se faziam charges de políticos desenhados... Então, eu gosto da internet, porque ela dá essa liberdade, de você fazer uma charge moderna e alcançar um maior número de pessoas do que alcançava antigamente. Sempre que rola uma coisa errada do governo, a gente faz um meme, uma coisa divertida. Porque, pra falar a verdade, quando a gente faz conteúdos sérios, artigos, têm bastante visibilidade até, mas quando é meme, as pessoas começam a compartilhar com mais facilidade, entendeu? (Entrevista por videoconferência com Marcelo, 17 de fevereiro de 2020).

Em segundo lugar, os memes produzidos, reapropriados e reproduzidos pelas *fanpages* também podem ser interpretados como “tecnologias de gênero” (De Lauretis, 1987), produtos culturais atravessados por representações e práticas discursivas (amparadas em instituições como o Estado, a família, os media, as religiões e a cultura popular) que tanto retratam os ideais e valores de gêneros culturalmente dominantes (binário, heterossexual e pautado na dominação masculina) como também os reificam, recriam e adaptam “num sentido que seja funcional para determinados grupos e seus interesses” (Cardoso, 2012, p. 46). Este conceito nos permite compreender como o campo político da direita brasileira não é assim tão homogêneo quanto parece, pois também participam dele atores que disputam representações de gênero não heterossexuais e não cisgêneras, mais ou menos coerentes com a multiplicidade de valores, crenças e convicções ideológicas que perpassam este campo. Estes atores atuam no sentido de inscrever estas representações no imaginário dos referidos meios ativistas e para além deles, recorrendo para isto à reafirmação, recriação e adaptação de tecnologias de gênero — os memes, neste caso, são objetos fulcrais deste maquinário mais amplo.

Assim, no contexto destas *fanpages*, os memes constituem autênticos instrumentos pedagógicos (Zanello, 2020) sobre o que é ser um indivíduo LGBTQIA+ à direita. Eles oferecem tanto um canal de expressão estética para a afirmação dos estilos de ativismo em análise como também instituem um modelo de ator altamente generificado, num processo ambivalente que promove, ao mesmo tempo, a desestabilização de categorias previamente estabelecidas (como “de direita” e “LGBTQIA+”) e a reificação das normas de gênero dominantes. Para De Lauretis (1987), as tecnologias de gênero produzem as categorias *homem* e *mulher* para todas as pessoas, interpelando os indivíduos a absorverem uma representação social como sua própria representação, de modo que esta se torne real para a pessoa que a absorve. Os memes produzidos por estes grupos podem ser lidos precisamente a partir desta chave, na medida em que contribuem para delimitar as normativas de gênero (sempre numa relação específica com a sexualidade) para os indivíduos LGBTQIA+ à direita. Estas normativas levam em conta os valores morais, crenças e convicções ideológicas específicas de cada rede de mobilização, mas podem ser sintetizadas em dois pontos: a) no caso do estilo conservador, o foco em uma masculinidade gay belicista, que se anuncia como seguidora do modelo heterossexual baseado nas hierarquias de gênero; b) e no caso do estilo liberal, um apelo à “diversidade” cujos limites são o binário de gênero masculino e feminino — pessoas trans são bem-vindas desde que possuam identidades de gênero bem definidas.

Duas últimas notas sobre o agenciamento de imagens ao longo deste capítulo. Embora parte significativa destes agenciamentos se dê no sentido de “ilustrar” as minhas análises, as imagens apresentadas não configuram meros “adornos” de conclusões previamente estabelecidas, mas parte fundamental das análises apresentadas (Schwarcz, 2014). Os memes, em particular, foram tratados como documentos no contexto desta investigação, tendo sido fundamentais para a identificação, análise e compreensão de aspectos relevantes acerca das performances *online* dos ativistas. Portanto, ainda que eu não me proponha a fazer uma descrição e exame minucioso de cada uma destas imagens, convido os meus leitores a lerem-nas assim como leem o texto escrito da tese. Por fim, me parece pertinente alertar que algumas destas imagens estão imbuídas de diferentes níveis de violência simbólica (Bourdieu, 1989), dado relevante para compreender sobretudo as dinâmicas de produção e reificação de gênero anteriormente mencionadas.

“Conservative and Proud”

“Gays e de Direita!”. É assim que os moderadores anônimos ~Underwood e ~thomasbarrow (pseudônimos) descrevem a *fanpage* “Gay de Direita” em sua página inicial. Criada em 29 de junho de 2013, esta página contava com 6.620 seguidores em dezembro de 2020 (conclusão do terreno), três vezes mais do que os 2.236 verificados em março de 2018, quando teve início a etapa exploratória da imersão *online*. De lá para cá, o apoio à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República, sua chegada ao Executivo federal e a maior visibilidade midiática em torno dos ativismos LGBTQIA+ à direita contribuíram para alavancar a audiência da página. Entre os seguidores, há pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero com inclinações à direita, com destaque para os conservadores e apoiantes de Bolsonaro, além de um público à esquerda mais curioso. Essa composição heterogênea se faz notar nos comentários das publicações, *palco* de disputas permanentes por meio das quais os seguidores “gays de direita” reforçam ou defendem seus posicionamentos, os “de esquerda” questionam ou retrucam e o público autodeclarado heterossexual presta apoio aos primeiros. Uma seguidora auto identificada como “casada e mãe de dois filhos” intervém em uma dessas discussões para reclamar do “mimimi” dos gays “de hoje em dia”. “*Sinto saudades das “bichonas” dos velhos tempos (...). Gays de direita, amo vocês!*”.

Figura 9 – Imagem de capa (2015) e visão da página inicial do “Gay de Direita” (início de 2021)



Fonte: Gay de Direita (Facebook)

As origens da *fanpage* “Gay de Direita” remetem ao período de turbulência política do ciclo de protestos de junho de 2013, mas os detalhes que envolvem sua criação permanecem muito pouco acessíveis. Um de seus atuais moderadores, o ativista conservador Febo Werneck (professor de língua portuguesa, católico, homossexual, 32 anos, morador da cidade de Santo André, Região Metropolitana de São Paulo) afirma ter assumido a tarefa por volta de 2014, depois de ter conhecido pela internet “*Vários meninos [gays] e várias lésbicas também. Pessoas que tinham opiniões políticas parecidas com a minha*”. O criador original da página eventualmente abandonou a função, levando Febo a assumir o posto de moderador mais antigo. Segundo o ativista, a *fanpage* tem como principal objetivo “*mostrar para a sociedade que homossexuais podem ser de direita, podem ser conservadores, podem ser liberais, podem ser anarcocapitalistas [...], podem ser o que eles quiserem*”.

O percurso que levou Febo até a *fanpage* “Gay de Direita” é particularmente interessante para compreender o perfil do público da página. Ele conta que seu interesse pela política surgiu na internet por volta de 2010, quando moderava um blog de poesia chamado “Poesia Retrô” em parceria com outro rapaz, residente em Brasília. Para divulgar o conteúdo do blog, o então estudante de letras se utilizava de fóruns de discussão no Orkut. Mas a iniciativa nem sempre era bem recebida por um público mais “progressista”:

Febo: Quando eu publicava algumas coisas, alguns sonetos, alguns poemas em estilo mais tradicional eu sofria uma retaliação, um preconceito. E aí eu fui descobrir a origem disso,

não é? Descobri que havia um marxismo cultural. Havia um domínio, né, da esquerda (...). Então, foi muito um processo meu enquanto estudante e professor, enquanto pessoa que se viu desempregada por um tempo, sabe? É... A dificuldade de empreender no Brasil. A dificuldade de muita coisa. Isso me levou a encontrar um caminho que não era o da... o da esquerda, né? Porque esteticamente tudo o que eu gostava é... era o contrário do que a esquerda gostava. Então, paulatinamente, eu comecei a me identificar com a direita. Mas foi tudo pela internet, foram os vídeos do professor Olavo de Carvalho, vídeos de outros influenciadores na internet, páginas de direita que tinham opiniões parecidas com as minhas, né? (Entrevista com Febo, 15 de novembro de 2019).

Depois de uma breve passagem pelo movimento monarquista, ao qual foi introduzido por meio de um ex-namorado, Febo passou a se interessar pelo conservadorismo moderno. Ele argumenta que, apesar de ainda “acreditar piamente” no sistema monárquico parlamentarista, e de nutrir grande simpatia pelos descendentes da antiga família real brasileira, considera que esse movimento se tornou demasiado “anacrônico”, “nostálgico” e “tradicionalista”. O conservadorismo, por outro lado, “*É sobre manter a chama acesa, não sobre venerar as cinzas*”. Entre 2014 e 2015, ao assumir o cargo de professor de língua portuguesa na rede pública municipal de ensino de Santo André, Febo teria sido confrontado com a “hegemonia de esquerda” no setor da educação pública. Segundo o ativista, os alunos eram levados regularmente para visitar acampamentos do Movimento Sem Terra – MST e jornalistas do grupo *Folha de S.Paulo* convidados para dar palestras à comunidade escolar nas quais se referiam ao iminente impeachment de Dilma Rousseff como tentativa de golpe. Por não concordar com a “doutrinação” patrocinada com dinheiro público, teria sofrido perseguição política:

Febo: A área do professor é uma área muito ideológica pra esquerda. Os autores usados, as metodologias. Tudo é muito voltado para esquerda. Existe o fator de que eu sou homossexual e nós estamos falando de uma cidade que é altamente sindicalista, totalmente ligada ao PT, totalmente ligada aos regimes que... de uma esquerda mais tradicional, de uma esquerda bem stalinista. Às vezes atrapalha um pouco. (Entrevista com Febo, São Paulo, 15 de novembro de 2019).

Quando o assunto são os marcadores sociais acumulados ao longo de sua trajetória de vida (gay, católico e conservador), Febo argumenta que nem todos são assim tão contraditórios quanto parecem. Sobre o pertencimento religioso, admite que se trata de um assunto “delicado”: “*Eu entendo que eu sou um homossexual e eu entendo que isso é pecado. De acordo com as normas da Igreja. Assim como também é pecado ser divorciado ou fazer sexo antes do casamento. E as pessoas heterossexuais fazem isso*”. O ativista diz sentir-se bem acolhido nos espaços da igreja. Vai à missa todos os domingos e participa regularmente de outras atividades paroquiais. “*São ambientes que me acolhem muito melhor do que a própria universidade, do que os próprios lugares seculares*”. Febo garante que sua homossexualidade nunca foi tema de

debate nestes espaços, tampouco objeto de conflito com outros fiéis. *“Os meus conflitos são internos. Como qualquer homem que vive hoje, em 2019, na era dos namoros por aplicativos”*.

Já o conservadorismo, segundo o ativista, compreende um certo nível de diversidade humana “natural”, desde que esta não se imponha perante uma estrutura social dominante “previamente testada” (nesse caso, o modelo familiar monogâmico, nuclear e heterossexual) e somente incorpore mudanças sociais de forma muito gradual. Por este motivo, em vez de advogar por uma igualdade “utópica”, os homossexuais deveriam lutar pela preservação de um modelo de sociedade garantidor da individualidade — o título da *fanpage* “Gay de Direita” no singular, expressa justamente essa valorização do indivíduo. O modelo de sociedade ao qual o ativista se refere corresponde ao sistema capitalista vigente. Seus opositores seriam as forças políticas reformistas e revolucionárias, as quais tentam impor uma agenda de mudanças repentinas e “artificiais”. Segundo Oakeshott (2016), mais do que o apego ao passado, os conservadores tendem a agarrar-se ao presente, pois reconhecem nele uma herança ancestral “segura” e “familiar”. Esta concepção pode ser verificada no discurso de Febo:

Febo: O modelo de sociedade que nós temos não é nem o pior e nem o melhor que nós tivemos! Mas, é um modelo que construiu o mundo que a gente tem hoje! Eu acho que o nosso modelo cristão tradicional é civilizatório! E ele precisa ser mantido! Enquanto conservador qual que é a nossa herança? Tem gente que vai dizer que é Bíblia! Não é nem a Bíblia! As heranças são: a filosofia grega, o direito romano e a cristandade. É a contribuição judaico-cristã, a cristandade como um todo. Esses são os nossos pilares! Esses foram os pilares que construíram o mundo que nós vivemos hoje. Então, por exemplo, nós somos herdeiros de Portugal. Nós temos um... Nós temos sangue português em nossas veias. Nós temos uma herança! Né? Nós temos uma colonização que não foi a melhor do mundo, mas com certeza te digo que foi melhor do que a holandesa por exemplo. Por isso que você vive no Brasil e não no Suriname, né? Ou na Indonésia, né? Ou na África do Sul. E a África do Sul ainda teve sérios problemas raciais, né? (Entrevista com Febo, São Paulo, 15 de novembro de 2019).

Uma vez imerso em páginas e grupos voltados para um público conservador, Febo entrou em contato com os ativistas responsáveis por introduzi-lo à página “Gay de Direita”. Em pouco tempo, passou a integrar o grupo de moderadores da *fanpage*, intensificando as interações entre pares. Ele afirma que, antes disso, tinha apenas amigos heterossexuais, em parte porque as representações midiáticas LGBTQIA+ o levaram a crer que não havia outras pessoas homossexuais com valores e posicionamentos conservadores. Segundo o ativista, o maior convívio com pessoas gays e lésbicas abertamente conservadoras representou um marco em sua trajetória. *“Foi muito importante pra mim, mas eu acho que a internet, as redes sociais, elas favoreceram muito as pessoas de direita (...), as conservadoras, as liberais também, com opiniões diferentes da esquerda, para elas se organizarem”*.

Durante os três primeiros anos de atividade, a *fanpage* “Gay de Direita” manteve uma audiência relativamente modesta (pouco mais de 1.000 “curtidas” / “gostos”). Em meados de 2015, com o aumento do número de seguidores, surgiu a demanda por um grupo de WhatsApp para organizar ações mais concretas e também por um grupo de discussão privado (desta vez com a palavra “gays”, no plural), hospedado na mesma plataforma, destinado a promover debates entre os seguidores e moderadores da *fanpage*. Com cerca de 300 participantes (em sua maioria homens gays), esse grupo passou a reunir internautas de todas as regiões do Brasil, interessados em discutir todo o tipo de assunto, da política à religião. Embora o trabalho de campo não tenha incluído a observação de grupos fechados, foi possível acessar a página de apresentação do grupo, então visível para qualquer usuário do Facebook. Nela, um texto intitulado “Estatuto de Boa Convivência e Cordialidade” anunciava as principais regras e objetivos do fórum. Este documento permite entrever um conjunto de valores apontados como centrais pelos ativistas LGBTQIA+ conservadores: a defesa do capitalismo, do livre mercado, e da família heterossexual como modelo a seguir; o apreço pelas tradições e pela liberdade de expressão; a rejeição simultânea aos “comunistas” e “liberais” e a busca por ideal de respeitabilidade moldado para distingui-los dos “frequentadores da parada gay”:

Regras: 1. Este grupo destina-se a reunir população LGBT e simpatizantes heterossexuais com orientação política de Direita sendo que seus membros devem se submeter às regras expostas aqui e estar em concordância com as principais diretrizes da Direita. 2. “Gays de Direita” é um grupo categoricamente propagador do dito Conservadorismo LGBT. São seus principais ideais: - aceitação de vários arranjos familiares, mas a crença da família tradicional como MODELO; - livre mercado, promoção do empreendedorismo e capitalismo e estado mínimo; - defesa da polícia militar, propriedade privada e armamento; - homonacionalismo; - defesa da vida desde a concepção; 3. Por medidas de segurança todos os membros devem ter perfil completo: cidade atual, fotografia visível e perfil com possibilidade de ser adicionado ou receber mensagem da Equipe Gestora; 4. A língua portuguesa ocupa o status de idioma oficial do grupo. Pede-se a conservação da boa saúde da língua. 5. Recentemente fotografias pessoais de vários membros declarando apoio a Jair Bolsonaro foram postadas de modo agressivo em um grupo de esquerda travestido de libertário. Por esta mesma razão a participação de liberais e libertários está vetada pois em um determinado momento nosso grupo foi acolhedor e serviu de espaço para amplo e sadio debate, mas esta prática não ocorreu do outro lado do diagrama de Nolan; 6. É completamente proibida a divulgação de conteúdo nazista, comunista e pornográfico. Se assuntos referentes à saúde sexual masculina precisarem ser tratados, que a linguagem polida, o bom senso e a boa educação prevaleçam. 7. O grupo não é Grindr. Se o objetivo for buscar namoro, ao menos que isto ocorra com o cavalheirismo e a galância que nos distingue dos frequentadores da Parada Gay; 8. Se algo não está bom, apresente soluções reais e sem insistência extrema. Não critique, faça melhor; 9. A liberdade de expressão existe assim como a Gestão tem a liberdade de manter a cordialidade no grupo; 10. A Equipe Gestora pode ser responsabilizada por tudo que venha a ocorrer no grupo. Justamente por isso, sente-se no direito sacrossanto de ter a última palavra e mediar as discussões e expulsar quaisquer membros que desrespeitem as regras acima por motivo de segurança. Todos querem um cargo, mas ninguém quer encargos. 11. O grupo do Facebook é integrado à página Gay de Direita e a um grupo do WhatsApp que, embora não possua natureza pornográfica, não aceita heterossexuais por motivo de segurança daqueles que não são assumidos; 12. O grupo declara apoio à pré-candidatura do

único direitista presidenciável, Jair Messias Bolsonaro. Divirtam-se! (Caderno de Campo, descrição do grupo privado de discussão “Gays de Direita”, 18 de abril de 2019).

Uma vez aceitos no grupo, era permitido aos participantes sugerir assuntos, memes os artigos a serem compartilhados pela *fanpage* “Gay de Direita”. O espaço também era utilizado para organizar a participação em protestos *online* (tuitaços, *mail bombing* e *WhatsApp bombing*) e *offline* (em várias cidades brasileiras) relacionados à agenda conservadora, como o apoio ao Presidente Jair Bolsonaro, vigílias antiaborto e o combate à corrupção e à “ideologia de gênero”. Segundo Febo, esta diversidade de pautas seria uma das principais diferenças entre os grupos de “gays de direita” e os de “gays de esquerda”: enquanto os primeiros interessam-se em debater todo o tipo de assunto, os últimos costumam restringir-se às questões LGBTQIA+. Ele acredita que as divisões por orientação sexual, gênero e cor da pele “não fazem sentido” no campo político da direita e que a criação de grupos específicos para “gays de direita” seria apenas uma estratégia para dar visibilidade às posições divergentes no interior da “comunidade” LGBTQIA+, uma espécie de “provocação” com vistas à desestabilizar categorias previamente estabelecidas:

Febo: Eu te diria o seguinte: que dentro da esquerda, as pessoas LGBT, elas estão lá para exprimir a opinião delas sobre pautas LGBT. Dentro da esquerda, eles tentam criar coisas do tipo... aquela página “Me representa” no Facebook. É bem isso! Eles tentam criar uma coisa muito Suriname no Brasil. Então, é: negros vão votar em negros pra se representar. Lésbicas vão votar em lésbicas pra se representar. Trans votam em trans (...). Na esquerda você tem mais segmentação, entendeu? Você tem grupos só de trans. Você tem grupo só de gays. Você tem grupos só de mulheres. Entendeu? Existem coletivos só de mulheres. Então, na direita isso não... não existe muito. Isso praticamente não existe por força da individualidade (Entrevista com Febo, São Paulo, 15 de novembro de 2019).

É nesse ponto que os ativistas conservadores se aproximam do dilema identitário do “ser ou não ser” verificado nos círculos liberais. Para tentar revertê-lo, recorrem simultaneamente a duas táticas discursivas. A primeira, mais recorrente, consiste no recurso pragmático a definições identitárias como “gay de direita” e “gays conservadores” para referirem-se a si próprios e seus agrupamentos. Estes termos funcionam como uma espécie de “provocação” que visa introduzi-los no debate político e questionar a “hegemonia” das esquerdas e dos movimentos LGBTQIA+ — apontados como os grandes responsáveis por relegá-los à invisibilidade. A segunda tática consiste numa tentativa de secundarizar categorias relacionadas à sexualidade em detrimento de outras relacionadas à filiação ideológica e religiosa ou à nacionalidade. Um bom exemplo é o discurso de Smith Hays presente na introdução desta tese, no qual o *youtuber* afirma, diante de uma multidão verde e amarela nas ruas de São Paulo que, antes de ser *gay*, ele é um “cidadão brasileiro”. Febo, por sua vez,

recorre a uma de suas principais referências políticas, o fundador da página “Gays for Trump”, Guy Benson: *“É muito parecido com o que o Benson fala nos Estados Unidos, né? Eu sou conservador e ser gay é apenas uma parte do meu corpo, apenas uma parte da minha vida”*.

Embora o “Estatuto de Convivência” do grupo de discussão no Facebook aponte para critérios de participação relativamente rígidos, os padrões de vinculação aos espaços de debate e às atividades da *fanpage* “Gay de Direita” costumam ser fluidos e informais, dispensando qualquer processo de “filiação” convencional. Os integrantes vêm e vão e o grupo funciona como uma espécie de “ponto de articulação” entre pessoas auto identificadas como LGBTQIA+ e conservadoras de todo o Brasil para a discussão de pautas e participação em eventos de protesto mais amplos do campo político da direita. Parte significativa dos ativistas transita entre diversos agrupamentos *online* e *offline*, acumulando múltiplas filiações (Mische, 2001). Febo, por exemplo, participa de diversos grupos no Facebook, teve uma breve passagem pela organização conservadora Direita São Paulo e candidatou-se ao cargo de vereador do município de Santo André, em 2020, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB. O que diferencia os espaços do “Gay de Direita” de outros ambientes à direita frequentados pelos ativistas (e mesmo de outros círculos sociais como a igreja) é a proposta de acolhimento e reconhecimento mútuo baseado na orientação sexual.

Mesmo rejeitando o rótulo de “grupo específico”, o agrupamento por trás da *fanpage* “Gay de Direita” se envolve em várias atividades relacionadas às questões LGBTQIA+: reuniões com parlamentares para tratar de pautas como a propagação da “ideologia de gênero”, produção de vídeos e transmissões ao vivo/em direto sobre temas como a “islamização de países europeus e seus riscos para os homossexuais”, aconselhamento e suporte a seguidores conservadores com problemas relacionados à questão da orientação sexual ou identidade de gênero (como acusações de homofobia ou um filho que acabou de “sair do armário”) e encontros presenciais para lazer e participação em protestos. Boa parte dessas atividades são registradas na própria *fanpage* por meio de fotos e vídeos. No caso dos protestos, os participantes costumam comparecer em grupo portando tanto a bandeira nacional quanto a do arco-íris. Segundo Febo, tudo é feito sem financiamento externo e os custos destas atividades são de responsabilidade dos próprios ativistas.

Esta dinâmica de engajamento entre uma agenda conservadora mais ampla e outra mais específica contribui para a elaboração de uma moldura conservadora em torno da temática LGBTQIA+. Em 9 de setembro de 2018, às vésperas das eleições para cargos majoritários e proporcionais em âmbito estadual e federal, uma publicação denominada “Não vote LGBT”

sintetizou algumas das reivindicações mais recorrente na *fanpage*. A peça foi produzida em resposta à campanha “Vote LGBT”, iniciativa criada em 2014 por ativistas da cidade de São Paulo para dar visibilidade e suporte às candidaturas LGBTQIA+ em períodos eleitorais. Entre as reivindicações listadas estão o direito ao porte de armas como estratégia de autodefesa contra a homofobia e restrições migratórias para prevenir a implementação de “leis islâmicas” no Brasil. Para traduzir essas demandas, a *fanpage* aposta na produção de memes e *cards* que conjugam simbologias, códigos e artefatos característicos do universo conservador (as armas, as cores da bandeira brasileira e estadunidense) com outros do meio LGBTQIA+ (como as cores do arco-íris). A imagem do polemista gay e conservador Milo Yiannopoulos, utilizada em um destes memes, personifica essa estratégia:

Figura 10 – Exemplos de publicações propositivas da página “Gay de Direita”



Fonte: Gay de Direita (Facebook)

É por meio dessa intrincada conjugação de simbologias que os ativistas da *fanpage* “Gay de Direita” exploram possibilidades de construção identitária, dramatizam demandas e comunicam seus enquadramentos interpretativos e posições de “duplo pertencimento” (LGBTQIA+ e “de direita” ou “conservador”). Dois aspectos dessa conjugação merecem ser destacados. O primeiro diz respeito aos memes como tecnologias de gênero (De Lauretis, 1987) que possibilitam a criação, recriação e reiteração de performances, discursos e representações sobre um ideal de masculinidade gay conservadora. Este mecanismo se faz notar sobretudo na peça à direita, que reúne duas imagens de um ensaio fotográfico no qual Milo Yiannopoulos carrega uma metralhadora. Na segunda fotografia, o ativista aparece com o torso nu, arma em punho e uma bandeira dos Estados Unidos ao fundo. Milo usa óculos escuros, pois não é tanto

o seu corpo (branco, musculado e sexualmente dissidente) que importa, mas a representação do corpo do homem gay que procura inscrever-se como parte integrante (e protetora) do corpo nacional. De forma mais sutil, a peça à esquerda sugere as mesmas inclinações nacionalistas através de uma moldura nas cores verde e amarela. Este conjunto de símbolos permite entrever o modelo generificado de ator projetado pela *fanpage* “Gay de Direita”: um homem gay forte, avesso ao papel de vítima, insubmisso aos movimentos LGBTQIA+, afeiçoado a um ideal de masculinidade bélica e defensor dos interesses nacionais.

O segundo aspecto diz respeito à identidade visual do estilo de ativismo conservador. No processo de produção, apropriação e difusão memética, os ativistas criam formas de reconhecimento mútuo e estabelecem uma “marca” capaz de distingui-los de seus adversários (os movimentos LGBTQIA+) e concorrentes (os liberais), além de identificá-los perante um público mais amplo. Há nesse processo criativo a incorporação de uma estética *kitsch* (assente na mistura de fontes, tamanhos, cores e padronagens, técnica expressiva amplamente oportunizada pela linguagem memética) em articulação com a “política do choque” (Rocha & Medeiros, 2020) (uso de termos de baixo calão com o objetivo de promover uma “quebra de decoro”). Juntos, a estética *kitsch* e a “política do choque” configuram marcadores que buscam situar a *fanpage* “Gay de Direita” como parte das subculturas *online* conservadoras. Os ativistas agenciam esta combinação para demonstrar, de modo debochado, sarcástico e corrosivo, o desprezo e descontentamento para com as esquerdas e com os movimentos LGBTQIA+. Trata-se, daquilo que Fominaya (2019) chamou de “*way of doing things*”: um conjunto de práticas políticas e culturais moldadas para traduzir o modo particular *de fazer as coisas* que torna um movimento conhecido e produzir um sentido de pertencimento entre seus participantes.

Figura 11 – Exemplos da articulação de uma estética *kitsch* e da “política do choque” em memes publicados pela página “Gay de Direita”



Fonte: Gay de Direita (Facebook)

No caso da *fanpage* “Gay de Direita”, há de se questionar se este “*way of doing things*” é executado intencionalmente ou de forma involuntária, como reflexo de uma possível carência de expertise técnica por parte dos seus moderadores. Contudo, o confronto entre os dados produzidos ao longo da imersão etnográfica *online* e aqueles produzidos durante a entrevista com Febo oferecem algumas pistas relevantes para a compreensão deste quebra-cabeça. Responsável por muitas das publicações veiculadas na página, o ativista apresenta-se como admirador declarado das belas artes, da poesia clássica e do modo de vida das antigas classes dominantes, particularmente das elites inglesas da era vitoriana. Em nossas interações *online* e *offline*, o ativista sempre prezou pela gentileza e polidez, atributos que também são exigidos dos participantes do grupo de discussão privada no “Estatuto de Boa Convivência e Cordialidade”. Como explicar essa aparente dissonância em relação aos conteúdos veiculados pela *fanpage*? Embora possa ser interpretada como manifestação do princípio da não consciência das práticas (Caetano, 2012), creio que, neste caso, o “*way of doing things*” da página “Gay de Direita” consiste em uma performance intencionalmente executada com base em repertórios digitais culturalmente disponíveis. Retomarei essa discussão muito em breve, na seção sobre repertórios de ação.

“Tô na internet pra fazer propaganda neoliberal”

Criada em 5 de janeiro de 2018, a *fanpage* “Boteco Liberal LGBT” contava com mais de 23 mil seguidores em dezembro de 2020. Um breve “passeio” por suas galerias de imagens permite compreender o teor de duas publicações: trata-se de uma página dedicada à vulgarização de ideias liberais com uma boa dose de humor. As piadas têm como alvo um público à esquerda, a chamada “turma da lacração”, mas os conservadores, denominados “bolsominions”, também são alvo de escárnio constante. A estética é jovem, atraente e descolada, com muitas referências ao universo LGBTQIA+ (símbolos, ícones da música pop, termos do dialeto bajubá). Segundo um dos moderadores, o produtor multimídia Marcelo (assexual, 23 anos, Santo André, Região Metropolitana de São Paulo), a *fanpage* foi criada por um amigo, que posteriormente se afastou da tarefa por questões de saúde mental. A ideia era popularizar o debate das minorias políticas a partir de uma perspectiva liberal:

Marcelo: Pra mim, o liberalismo sempre teve mais relacionado às liberdades individuais do que os coletivos socialistas de minorias sociais. Era isso que eu queria resgatar. Não sei, pode ser até uma coisa meio conservadora, de resgatar aquilo que é bom, e mudar aquilo que é ruim. Usando o Burke, Edmund Burke, né, como exemplo, um cara que defendia... As coisas que prestavam, né? As coisas que eram boas... E tentava mudar aquilo que não era bom. Então, acho que a gente no Boteco, a gente tem esse conservadorismo de preservar as

coisas boas. Que são as pautas de direitos humanos, que eram... Que surgiram da pauta liberal, entendeu? (Entrevista por videoconferência com Marcelo, 17 de fevereiro de 2020).

Marcelo atribui parte do sucesso da *fanpage* aos seus conhecimentos sobre redes sociais online — ele possui experiência profissional como *social media manager* — expertise que se faz notar sobretudo no apuro visual dos *cards* e memes publicados pela página. Mas garante que, neste caso, não precisou recorrer a estratégias mais elaboradas de marketing digital porque “*Hoje em dia todo mundo está interessado em política na internet, é só você fazer uma matéria sobre o assunto que tem um engajamento impressionante*”. Como evidência desse perfil mais profissionalizado, o “Boteco” possui um logotipo, que consiste em duas canecas de cerveja suspensas no ar em posição de brinde. Em 2021, o logo sofreu uma pequena, mas importante alteração. As duas canecas ganharam um contorno circular com as cores do arco-íris.

Figura 12 – Logotipo original (2018) e segundo logotipo (2021) da *fanpage* “Boteco Liberal LGBT”



Fonte: Boteco Liberal (Facebook)

O conteúdo “etílico” por trás do conceito do “Boteco” não é casual. No contexto brasileiro, o termo “boteco” refere-se a um tipo de bar pouco arrojado no qual são vendidas bebidas alcoólicas, aperitivos e cigarros. É um espaço de conversas e encontros informais com mesas e cadeiras, caracterizado por sua simplicidade e fluxo constante de pessoas. O “Boteco LGBT” transpõe esse conceito para o ambiente de intensas conexões da internet, oferecendo aos seus seguidores um espaço de debate fluido, descontraído e informal. Como nas famosas “conversas de boteco” dos brasileiros, a ideia é não se levar muito a sério, uma forma de confrontar o “politicamente correto” atribuído às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+.

Figura 13 – Imagem de capa (2020) e visão da página inicial do “Boteco Liberal LGBT” (início de 2021)



Fonte: Boteco Liberal (Facebook)

Embora os membros garantam que o título da página não tenha como objetivo incentivar o consumo de álcool, a página se aproveita desta referência para promover uma discussão sobre livre arbítrio e liberdade individual. Em uma montagem utilizada como foto de capa publicada em 6 de dezembro de 2020, o economista Ludwig von Mises aparece segurando aquilo que parece ser uma taça de vinho branco. Lê-se na mesma montagem uma frase atribuída ao teórico liberal⁸¹: “*Eu não posso dizer que um homem que bebe apenas vinho e nada de água está agindo irracionalmente. No máximo, eu posso dizer que no lugar dele eu não faria isso. Porém, o que ele faz para ser feliz é problema dele e não meu*”.

Os membros do “Boteco” consideram a liberdade individual e de expressão dois princípios fundamentais. Eles acreditam que a internet se tornou um ambiente “tóxico”, no qual a expressão do livre pensamento tem sido sistematicamente censurada pela “cartilha da esquerda”. Por isso, discordâncias são bem-vindas e estimuladas, desde que expressas por meio de argumentos racionais. Mas o discurso da liberdade de expressão e da tolerância ao pensamento divergente costuma ficar restrito ao grupo de pares. Como o título e a aparência da *fanpage* não denunciavam de imediato uma vinculação com o campo político da direita, é comum que os internautas mais distraídos sigam a página sem notar que se trata de um espaço de difusão de conteúdos liberais. Quando um usuário “progressista” reage ao teor das publicações, os moderadores e simpatizantes da *fanpage* não hesitam em responder-lhe por

⁸¹ Como acontece frequentemente entre fanpages analisadas, a referida publicação não apresenta a fonte da citação. Não foram encontradas evidências de que a frase seja, de fato, da autoria de Mises.

meio de textos, *gifs* e memes, transformando o espaço dos comentários no *palco* do confronto entre “comunistas” e “liberais”. Em uma postagem com foto e citação da ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, uma seguidora expressou reprovação: “*Logo logo tão postando frase do Hitler*”. Um dos moderadores retrucou: “*Vou comentar aqui só pro seu comentário burro ficar em destaque*”. Em outro post, a provocação ao público “de esquerda” é fomentada pelos próprios moderadores: “*Marque aqui o seu amigo esquerdista que vai votar no PSOL*”.

Figura 14 – Exemplo de meme do “Boteco Liberal LGBT”



Fonte: Boteco Liberal LGBT (Facebook)

Um meme postado em 6 de julho de 2019 com a personagem Erica Sinclair, da série *Stranger Things*, conhecida por sua inteligência e atitude irreverente, revela o modo como os participantes do “Boteco” concebem o uso político dos ambientes digitais: “*Irmão, se fosse pra debater eu tava no bar, tô na internet é pra fazer propaganda neoliberal*”. Esta peça revela a concepção política dos membros do “Boteco” de que os espaços abertos da internet servem sobretudo para fazer propaganda política e confrontar adversários —debate mesmo se faz entre pares, e de preferência em espaços privados. Não se trata, portanto, de um “Boteco” para todos os públicos e gostos, mas para aqueles que apreciam o debate político sob determinados termos. Esta lógica coincide com a tendência ao espelhamento amplamente observada pela literatura sociológica sobre a internet, segundo a qual “indivíduos semelhantes formam laços uns com os outros” (Colleoni et al., 2014, p. 318), reforçando os mecanismos de formação de bolhas que pré-selecionam os conteúdos visualizados pelos usuários (Flaxman et al., 2016) e contribuindo

para a formação das chamadas “câmaras de eco”, onde atitudes políticas são continuamente confirmadas e amplificadas (Khosravini, 2017).

Embora haja espaço para a publicação de vídeos e textos mais longos, o “Boteco” se destaca pela produção de memes políticos. É por meio destas peças que os moderadores traduzem seus posicionamentos, simplificam o debate político para os seus milhares de seguidores e conquistam novos corações e mentes. Há neste processo um trabalho de reflexão relativamente complexo, que envolve desde a seleção de temas relevantes da atualidade até à vinculação com o pensamento liberal, a inspiração no universo LGBTQIA+, o humor autorreferenciado da internet e a busca por um distanciamento da estética *kitsch* e da “política do choque” observados nas *fanpages* conservadoras — tudo isso sem abandonar o toque de amadorismo que caracteriza o meme como gênero midiático. Por este motivo, o “Boteco” aposta na produção de *cards* e memes com um acabamento mais profissional. Uma visita à galeria de imagens da página permite visualizar a evolução desse empreendimento ao longo do tempo. Não só a qualidade gráfica dos memes foi aperfeiçoada como os moderadores investiram também na criação de uma moldura própria com as cores do “Boteco” e informações relativas à campanha de financiamento coletivo promovida pela página:

Figura 15 – Evolução dos memes produzidos pelo “Boteco Liberal LGBT”



Fonte: Boteco Liberal LGBT (Facebook)

Do ponto de vista estético, pode-se afirmar que o “Boteco” adota a chamada “estética da zoeira” (Vrydagh, 2020), uma linguagem visual marcada pela zombaria, o excesso e a desordem. Sem recorrer regularmente a palavrões e outros termos pejorativos, os ativistas

transformam tudo em uma grande “zoeira”, de modo a fazer com que a esquerda e os conservadores pareçam “tudo a mesma coisa” ou, no limite, “duas expressões diferentes do extremismo”. Por meio do escárnio, ridicularização e desmoralização dos adversários, posicionam-se como uma voz “razoável” no terreno do confronto. Em que pese o clima de deboche, Marcelo explica que tudo no “Boteco” é pensado para provocar uma reflexão, inclusive os memes: “*Nosso meme não é um meme bobinho, a gente quer fazer um meme que faça as pessoas pensarem, entendeu?*”

Segundo os moderadores, o “Boteco” não dispõe de financiamento externo. Com exceção de uma conferência sobre direito e liberalismo organizada em parceria com o Students for Liberty na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em 2019, que teria recebido o apoio de patrocinadores, os custos das atividades geralmente são assumidos pelos próprios ativistas. Para ampliar o alcance da *fanpage*, os moderadores lançaram, em janeiro de 2020, uma campanha de financiamento coletivo na plataforma “Apoia-se”, prometendo recompensar os doadores com o acesso a conteúdos exclusivos. Havia, na época, um debate interno relativamente à possibilidade de monetização da página, mas a ideia não desfrutava de consenso entre os membros do grupo de moderação. Esse grupo mais reservado de administradores, formado por cerca de “quatro ou cinco pessoas”, reúne-se por meio de um grupo de WhatsApp destinado a discutir a manutenção da página no Facebook e em outras plataformas como Twitter e Instagram, estas últimas atualizadas de forma bastante regular. Embora o “Boteco” possua perfis em outras redes sociais online, seu foco e “habitat natural” sempre foram o Facebook.

Tal como a *fanpage* “Gay de Direita”, o “Boteco” também dispõe de um grupo de discussão privado no Facebook denominado “Liberais LGBT”. Em dezembro de 2020, este grupo contava mais de 500 participantes. O ambiente privado permite a troca de referências, textos e informações sobre temas como política, sexualidade e economia, além da organização do trabalho militante (Simões & Campos, 2016), incluindo a seleção dos conteúdos a serem compartilhados na *fanpage* com o público mais amplo de seguidores. O grupo também funciona como um “espaço seguro” para a realização de debates ideológicos mais acirrados, sem a intromissão e o policiamento moral dos “lacradores de plantão” que costumam transitar por ambientes de livre acesso como a *fanpage* do “Boteco”. Nesse ambiente, a maioria dos participantes identifica-se como homem gay, mas há também mulheres lésbicas, pessoas trans e intersexuais. O texto de apresentação permite compreender o “espírito” deste espaço:

Grupo criado para a interação de LGBTs que se identifiquem com o liberalismo clássico e o moderno libertarianismo. Regras do grupo: 1. Nenhum discurso de ódio ou bullying. Todos devem se sentir seguros. O bullying de qualquer tipo não é permitido, e comentários degradantes sobre raça, cultura, orientação sexual, gênero ou identidade não serão tolerados. 2. Sem pornografia. Não serão tolerados pornografias para que o ‘Zuck’ [Mark Zuckerberg, presidente da Meta Platforms] não exclua nosso grupo. 3. Pelo bom ambiente do grupo, procure conversar e entender antes de problematizar e fazer textão. (Caderno de Campo, descrição do grupo “Liberais LGBT”, 3 de março de 2020).

Depois de passar por uma dezena de grupos políticos LGBTQIA+ no Facebook sem nunca se sentir respeitado por suas posições políticas, Alexandre (design gráfico, 27 anos, homem transexual, morador da cidade de São Paulo), defende que o “Boteco” e o “Liberais LGBT” são provavelmente os espaços de debate mais democráticos que ele já conheceu na internet. Não nega que as “tretas” existam, mas garante que estas acontecem de forma civilizada, sem resultar em “cancelamentos”. Reconhecido pelos outros membros do “Boteco” como um figura chave na promoção de debates relevantes no grupo de discussão privado, Alexandre define-se como um “ativista virtual”, tendo em vista que a maior parte de sua trajetória de engajamento político se deu por meio das redes sociais online. Ele acredita que espaços como o “Boteco” são fundamentais para dar voz e oferecer acolhimento às pessoas LGBTQIA+ que “pensam diferente”, desde os conservadores mais ecléticos até aos “recém desiludidos” com a esquerda. O elemento capaz de aglutinar indivíduos tão diferentes seria uma trajetória comum marcada pelo rompimento de pelo menos “dois ou três armários” (o político, o sexual e eventualmente o de gênero, não necessariamente nessa ordem):

Rodrigo: E encontrar o pessoal do grupo Liberais LGBT e do Boteco, fez diferença pra você? Porque pelo que eu tô entendendo, ali cê encontrou uma galera LGBT que, de fato (...), tem mais afinidades políticas com você, né?

Alexandre: Sim..., totalmente. A galera é assim, que nem eu brinco, *todo mundo ali saiu do armário pelo menos umas duas, três vezes, né?* [grifo meu]. Saímos do armário político. E o que eu acho mais bizarro é que, assim, que nem eu falei, não é nem, assim, ‘ai somos um grupo de LGBTs conservadores’. Todo mundo no grupo é *não-esquerda* [grifo meu], então tem de tudo ali. Tem pessoas que são, assim, quase que de esquerda propriamente. Tem vários meios-termos ali. Você tem pessoas que são superconservadoras. Mas em geral, conservador, conservador clássico, quase ninguém é. São simplesmente pessoas que tavam na esquerda até o momento em que cometeram esse pecado mortal inaceitável de discordar de algo. E normalmente, assim, não é a gente que sai dos espaços. As pessoas tiram a gente. Então é engraçado, porque eu falei, ‘poxa, se a gente não se der bem entre a gente aqui nesse grupo, a gente pula da ponte’, porque todo grupo expulsa a gente, por umas coisas muito bestas às vezes (...). É o grupo dos rejeitados, sabe? (Entrevista por videoconferência com Alexandre, 31 de março de 2020).

De fato, os membros do “Boteco” e do “Liberais LGBT” compõem um coletivo bastante diverso. Para além da diversidade ideológica, os participantes também possuem vínculos com diferentes espaços de participação política. Convivem sob o mesmo “teto”

ativistas ligados a organizações liberais como o Livres, o Partido Novo e o Students for Liberty, ativistas virtuais, membros de movimentos comunitários, projetos de voluntariado, Organizações não Governamentais e um público mais “passivo”, interessado apenas em observar as discussões e consumir os conteúdos postados pela *fanpage* e no grupo. Os participantes são principalmente jovens com idade entre 18 e 30 anos, estudantes de ensino superior ou recém-formados, com filiações religiosas variadas e grande interesse pela temática do empreendedorismo individual. Para eles, o grupo pode configurar tanto um primeiro contato com a política quanto uma espécie de “suporte” para modalidades de ativismo que decorrem *offline*. Em cidades como São Paulo, Fortaleza e Florianópolis, essas conexões resultaram na organização de eventos, reuniões presenciais para lazer e formação política e na criação de núcleos locais/presenciais do “Boteco”, tudo documentado por meio de fotos publicadas posteriormente pela *fanpage*.

Não obstante a maior abertura em relação ao “pensamento divergente”, os participantes do grupo fazem questão de afirmar seus vínculos com a ideologia liberal em suas muitas vertentes. Entre os meus interlocutores, por exemplo, encontrei simpatizantes do liberalismo social, do ordoliberalismo e do libertarianismo. Para Marcelo, essas fronteiras ideológicas são importantes no sentido de diferenciá-los dos ativistas conservadores e dos “comunistas”, com quem são frequentemente confundidos. Contudo, os membros do “Boteco” se preocupam em reconhecer “aquilo que há de bom” no conservadorismo e no socialismo. Eles dizem rejeitar “extremismos” e apreciar valores como a “prudência”, a “moderação” e necessidade de incorporar ideias e iniciativas “que deram certo”. Essa posição de “meio termo” entre o conservadorismo “de direita” e o progressismo “de esquerda” resvala no complexo dilema identitário que atravessa a constituição do grupo. Desiludidos com aquilo que consideram um “sequestro” da identidade política da direita por parte dos conservadores, hesitam em assumir-se como parte do campo político da direita, ao mesmo tempo em que recusam o emparelhamento com a esquerda. Enfrentam ainda certa resistência por parte de setores mais ortodoxos do movimento liberal, que não veem com bons olhos a ideia de incorporar o debate das minorias. Esse emaranhado de incertezas abre espaço para definições identitárias fluidas, negociáveis e contextuais:

Marcelo: O grupo reúne pessoas que são moderadas, entendeu? (...) Porque eu não gosto de extremismo. Eu não gosto do Bolsonaro, eu não gosto do Lula... Mas às vezes eu elogio o Bolsonaro e elogio o Lula. O Governo do Lula 1 [2003-2006] foi bom. Teve seus méritos, suas medidas de austeridade e a gente tem que valorizar isso. Mas nós, como liberais, a gente tem que ser contra o populismo, entendeu? Então, às vezes quando você critica o Lula, critica o Bolsonaro, você acaba... É uma polarização tão grande, que você acaba ficando isolado

(...). Eu posso dizer até que a gente não é de direita, a gente é de centro-direita, né? Porque a direita muda conforme o contexto social e contexto histórico. E agora, quem é a direita no Brasil é o Bolsonaro e os olavistas. A gente não tá na mesma vertente deles. A gente tá no centro. A gente às vezes pode concordar com as pautas sobre drogas do PSOL; a gente pode discordar, na questão das drogas, do PSL, Aliança pelo Brasil, entre outras pautas... Então, a gente sempre vai tá nesse centro, né? Sempre tem essa coisa de falar “ai, vocês são de direita? Vocês são de direita?” Eu falo “não, a gente é de centro”. A gente é de centro-direita, no máximo. A gente não tá no mesmo espectro político do Bolsonaro, né? Eu acho que isso atraiu bastante gente. Fez nascer uma... Vamos dizer assim, uma comunidade sólida em prol do bem-estar social das pessoas (Entrevista por videoconferência com Marcelo, 17 de fevereiro de 2020).

O elemento que realmente unifica os membros do “Boteco” é a rejeição ao Estado e às políticas sociais. Os mais moderados defendem um modelo de Estado mínimo, mas há quem coloque em cheque a própria ideia de Estado. Contra as inseguranças da vida material, advogam a favor de uma “comunidade forte”, solidária e resiliente, capaz de garantir as necessidades de seus membros por meio das oportunidades oferecidas pelo livre mercado e pela livre iniciativa. Essa tendência parece ter raízes biográficas. Não por acaso, os membros do “Boteco” com quem tive a oportunidade de conversar apresentam um perfil sociodemográfico e um percurso de ativismo comum: eles têm origem nos estratos médios e baixos das classes trabalhadoras urbanas, inserção precária e instável no mercado de trabalho e socialização prévia em movimentos comunitários, religiosos e de voluntariado. São jovens que não se veem contemplados por políticas públicas, mas por iniciativas de assistência organizadas diretamente pela sociedade civil. Costumam dizer que ninguém ali gosta de “esperar pelo Estado” e que a iniciativa privada faz muito mais pelos cidadãos do que o poder público. Consideram que a esquerda e os conservadores tendem a reforçar igualmente o poder estatal. Enquanto os primeiros trabalham para tornar os cidadãos cada vez mais dependentes do Estado, os segundos transformam as instituições em uma espécie de polícia moral. Por isso, falam constantemente em “liberdade por inteiro”: na economia, na política, na vida privada.

É nesse embate contra o Estado e em defesa da sociedade civil e do mercado que os membros do “Boteco” gestam uma concepção de ativismo LGBTQIA+ assente em dois pilares. O primeiro é a defesa de direitos civis considerados básicos, como o casamento e a adoção. O segundo privilegia o engajamento em ações “concretas”, destinadas a promover a inclusão social como chave para a superação do preconceito por orientação sexual e identidade de gênero. Esta última se traduz na criação de projetos de voluntariado para ajudar “os membros mais necessitados da comunidade LGBTQIA+”, nomeadamente as pessoas trans e intersexo, que enfrentam dificuldades para “montar o próprio negócio” ou aceder ao mercado de trabalho formal.

Um exemplo dessa política pode ser encontrado no próprio grupo. Em Curitiba, o bancário Juliano (27 anos, homossexual) criou o projeto “Voluntariado Colorido”, conduzido em parceria com a Ong Dignidade. Esta iniciativa reúne indivíduos das mais diferentes orientações políticas, unidos em prol de uma “causa maior” e da vontade de “colocar a mão na massa”. Entre as ações do grupo, destacam-se a realização de uma ceia de Natal para pessoas LGBTQIA+ rejeitadas por suas famílias, a distribuição de preservativos durante as festividades de Carnaval e a recolha e doação de alimentos não perecíveis para os membros da comunidade que perderam os meios de subsistência por ocasião da pandemia de Covid-19. Os membros de “Boteco” veem nesta iniciativa um modelo a ser replicado brevemente pelo grupo em outras cidades. Para Juliano, esse projeto demonstra que é possível construir um movimento LGBTQIA+ mais comunitário, solidário e proativo, sem dependência estatal, “proselitismo político” e divisões ideológicas.

Juliano: (...) Eu vejo os Voluntários Arco-íris como um primeiro passo rumo a um tipo diferente de fazer ativismo LGBT, uma atitude interna diferente, um ativismo LGBT comunitário. Eu acho muito legal quando eu vejo, por exemplo, casas abrigo sendo criadas, casas abrigo LGBTs ou casas de passagem e, geralmente, essas casas são não sustentadas pelo Estado, mas por uma organização LGBT local, ou por uma igreja gay, por exemplo, inclusiva, né, que mantém essa estrutura. Não é que eu não ache que o Estado tenha que fazer certas coisas, eu não me importo, se ele tiver que fazer, ele que faça, ele que lute. Eu tenho uma atitude mais pragmática nesse sentido (...) desculpa, libertários, mas a minha posição política não está num campo moral [risos]. Eu acho que a gente tem potencial pra construir nossas próprias organizações, nossas próprias instituições, só que pra isso a gente precisa de uma visão de comunidade. Até chegar nesse ponto, quem sabe daqui a uns 50 anos, 100 anos, que a gente tenha tantas instituições LGBTs que elas consigam oferecer uma rede de apoio por conta própria, de nós por nós. Isso é muito comum em alguns países. Os Estados Unidos é lotado de centros comunitários LGBTs. Isso não é uma cultura comum aqui, mas lá é, porque o pessoal precisou fazer isso, justamente por não ter um apoio estatal tão grande. Sei que pela Europa também tem muitos, muitos espaços. Tel Aviv tem um centro comunitário LGBT que tem 1001 atividades diferentes (...) E eu acho que quanto mais instituições LGBT surgirem, melhor. Menos a gente vai depender dessas outras instâncias (...). (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

O pragmatismo manifesto por Juliano constitui um traço comum entre membros do “Boteco”. Essa tendência se traduz na preferência por tudo o que pode ser considerado “prático”, “concreto” e “previamente verificado” em oposição às abstrações teóricas e radicalismos atribuídos às elites intelectuais, às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+. Eventualmente, essa propensão à objetividade entra em choque com os discursos do grupo sobre as liberdades individuais. Um exemplo são as discussões em torno do gênero e da linguagem inclusiva. Mesmo condenando a retórica da “ideologia de gênero” propagada por ativistas conservadores, os liberais mostram-se resistentes em reconhecer as identidades trans não binárias e a aderir à utilização dos chamados pronomes neutros, empregados com a

intenção de incluir pessoas não binárias ou de gênero fluído. Esta preferência por identidades de gênero bem definidas contrasta com os discurso sobre “diversidade” apregoados pela página. Se na *fanpage* “Gay de Direita” prevalecia a representação de uma masculinidade gay insubmissa, bélica e patriótica, o “Boteco” inclui outras representações de gênero e sexualidade (mulheres lésbicas, pessoas trans, intersexo e bissexuais) sob um pacto de reafirmação do gênero binário, pautado em um ideal de identidade estável, fixo e seguro. Todo ato de rebeldia tem seus limites.

Recompondo a ação coletiva e conectiva

Uma vez apresentados os dois casos selecionados para análise, proponho nesta seção uma análise comparativa com a finalidade de traçar as principais diferenças e aproximações entre os estilos de ativismo *conservador* e *liberal*. Nesta investigação, compreendo que *estilos de ativismo* resultam da combinação de diferentes repertórios de ação coletiva, enquadramentos interpretativos, modelos organizacionais e formações identitárias experimentados pelos atores no decurso do confronto político. De modo a oferecer a outros desafiante um modelo de interação sustentada com opositores e autoridades, estes grupos engajam-se de forma mais ou menos coordenada na construção, negociação e adaptação de estratégias modulares de ação compartilhadas, estilizadas e transponíveis, transformando recursos materiais e cognitivos em “roteiros vagos”, mas relativamente bem estruturados de ação coletiva (Alonso, 2015).

Para dar forma aos estilos de ativismo, os atores se valem do contexto de oportunidades políticas e culturais, das redes de mobilização nas quais estão inseridos e das disposições individuais adquiridas ao longo de suas trajetórias biográficas (Favareto et al., 2010). Com exceção do último aspecto, que será explorado em profundidade no próximo capítulo (nível micro analítico), os demais foram todos abordados ao longo dos capítulos precedentes (nível macro e mesoanalítico). Sendo assim, nas próximas páginas, recorro ao repertório conceitual da abordagem do confronto político e dos ativismos digitais para analisar algumas das propriedades básicas da ação coletiva e conectiva dos grupos que se organizam em torno das *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”: *lógicas organizacionais, repertórios de ação e enquadramentos interpretativos*. O objetivo é identificar os arranjos, variações, adaptações e inovações que caracterizam os estilos de ativismo *liberal* e *conservador*.

Dando forma à ação

Os grupos por trás das *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT” se organizam de forma mais ou menos semelhante. Eles usam suas páginas de Facebook como *vitrine* para suas ideias e ações *offline* e como *palco* principal para o confronto *online* com adversários; utilizam-se de grupos privados de discussão na mesma plataforma para trocar informações e elaborar de estratégias de ação *online* e *offline* e recorrem a aplicativos de comunicação instantânea (como o WhatsApp) para estabelecer grupos dirigentes reduzidos e relativamente informais que assumem a tarefa de manutenção da *fanpage*. Neste processo, constroem interpretações comuns, laços de solidariedade, sentimentos de pertença e conexões de ordem moral, cognitiva e emocional que são mantidas ao longo do tempo por meio de interações *online*, *offline* ou de ambos os tipos. Há, entretanto, algumas diferenças. Enquanto o “Gay de Direita” funciona como um espaço maleável de discussão, mobilização e coordenação de objetivos comuns relacionados ao movimento conservador (ex.: combate ao aborto, à corrupção e à “ideologia de gênero”) com pouca ou nenhuma pretensão de formalidade, o “Boteco Liberal LGBT” atua de modo a promover a criação de núcleos ou iniciativas locais *offline* por meio das quais os participantes possam engajar-se em causas e atividades politicamente significativas para uma rede mais ampla de atores (ex.: projetos de voluntariado).

Em ambos os casos, os atores combinam aquilo que Bennett e Segerberg (2012; 2013) chamaram de lógicas da ação *coletiva* e *conectiva*. Do paradigma “clássico” da ação *coletiva*, os ativistas LGBTQIA+ à direita emprestam mecanismos conhecidos para a produção de desafios coletivos, propósitos comuns e solidariedades: eles recorrem a repertórios de ação convencionais *online* e *offline* (participação em protestos, vigílias, petições), constroem significados a partir da apropriação, adaptação e conjugação de símbolos culturalmente disponíveis e engajam-se em disputas entre si e com seus opositores em torno de definições identitárias.

Do paradigma da *ação conectiva*, emprestam lógicas associativas altamente flexíveis, dinâmicas e informais, utilizando-se de *redes digitalmente habilitadas* (2012, p. 742) para promover a conexão de um grande número de pessoas num dado recorte espaciotemporal. Estas redes substituem organizações formais, ricas em recursos e com liderança bem definida, permitindo que pessoas comuns se comprometam, colaborem remotamente e divulguem a mobilização LGBTQIA+ à direita aos seus amigos, seguidores e conhecidos por meio do compartilhamento de conteúdos *online* (fotos, vídeos, memes) que expressam crenças, opiniões

e histórias de participação pessoal. Tal como as organizações “clássicas” de movimento social, estas redes também servem para monitorar, administrar e difundir os mecanismos internos e externos que funcionam como incentivos para a ação, com a vantagem de tornarem menos dispendiosa, mais fácil e rápida a comunicação entre participantes e apoiadores da ação coletiva.

Levando em conta um espectro que considera a centralidade da comunicação digital e daquilo que eles chamam de enquadramentos pessoais de ação, Bennett e Segerberg (2012; 2013) dividem a ação conectiva em três tipos. Para compreender o modo como se organizam os grupos por trás das *fanpages* “Gay de Direita” e o “Boteco Liberal LGBT”, proponho retomar a referida tipologia como ponto de partida:

Tabela 8 – Tipologia das redes de ação coletiva e conectiva

<i>Ação conectiva auto-organizada em massa</i>	Descreve formas de ação coordenadas por meio das tecnologias digitais de comunicação com pouca ou nenhuma participação de lideranças ou organizações formais preexistentes (movimentos, ONGs e sindicatos). Esta modalidade se caracteriza pela ampla difusão de enquadramentos pessoais de ação e pela expressão político-pessoal compartilhada nas redes sociais online (2013, p. 46).
<i>Ação conectiva habilitada organizacionalmente</i>	Descreve um modelo híbrido entre ação <i>coletiva</i> e <i>conectiva</i> . Ocorre quando organizações preexistentes, com acesso a recursos materiais significativos (ONGs, associações, movimentos), empregam uma ampla variedade de mecanismos digitais para personalizar os modos pelos quais pessoas comuns poderão se engajar em determinadas causas e ações (2013, p. 48).
<i>Ação coletiva mediada organizacionalmente</i>	Descreve redes de larga escala que dependem de organizações intermediárias (<i>brokers</i>) para facilitar o trabalho de cooperação entre diferentes atores. São grandes coalizões que se utilizam da internet para mobilizar, coordenar a ação política e criar consensos em torno de objetivos comuns (2013, p. 46).

Fonte: Bennett e Segerberg (2013)

Um aspecto importante dessa tipologia é o entendimento de que as formas de ação coletiva centradas em organizações de movimentos sociais “clássicas” não desapareceram, mas passaram competir ou mesmo absorver atributos da ação *conectiva*, nomeadamente a utilização das novas tecnologias digitais de comunicação para fins logísticos e organizacionais. Enquanto o primeiro representa o “tipo ideal” de ação *conectiva*, sendo o mais digital, descentralizado e personalizado entre os três; o segundo descreve formas híbridas de ação *coletiva* e *conectiva*,

e o último considera as formas de ação *coletiva* que incorporam seletivamente algumas das vantagens organizacionais oferecidas pela internet. Longe de constituir uma camisa de força, esta tipologia oferece ferramentas analíticas para pensar as inúmeras combinações possíveis entre as lógicas da ação *coletiva* e *conectiva*.

Com base no trabalho de Bennett e Segerberg (2012; 2013), proponho compreender a lógica organizacional por trás das *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT” como um modelo híbrido entre o primeiro (ação conectiva organizada em massa) e o segundo tipo (ação conectiva habilitada organizacionalmente), substanciado com alguns elementos do terceiro (ação coletiva mediada organizacionalmente). Chamarei este modelo de *redes mistas de ação conectiva*: formas organizacionais descentralizadas, maleáveis e baseadas na internet, que envolvem algum nível de liderança informal exercida por um ou mais atores, quase sempre ligados a redes de mobilização preexistentes (partidos, movimentos, ONGs), que permanecem em segundo plano. Os moderadores (líderes informais detentores de expertise técnica e saberes políticos) são responsáveis por coordenar os processos de mobilização, debate e expressão pessoal compartilhada através da produção de enquadramentos interpretativos, que devem ser suficientemente maleáveis para comportar algum nível de personalização. Tal como os outros membros da rede, eles participam deste processo de forma remota, por meio do acesso individual às tecnologias digitais de comunicação.

Estas *redes mistas de ação conectiva* podem ou não dar origem a organizações políticas formais — tudo depende dos objetivos dos atores, das oportunidades políticas e da capacidade de superarem desafios comuns relacionados à escassez de recursos, flexibilidade organizacional, fluidez identitária e tendência à ação descentralizada. Entretanto, como se trata de um modelo intermediário entre o primeiro e o segundo tipo conceptualizados por Bennett e Segerberg (2012; 2013), as *redes mistas de ação conectiva* ainda têm como foco principal a internet. Isso significa que, mesmo quando estes grupos estabelecem uma contraparte *offline*, o *online* continua a funcionar como *palco* e *vitrine* principal de suas atividades. Ou seja, de acordo com este modelo, a internet e as redes sociais online nem de longe constituem meros *instrumentos* para as ações dos atores, mas a própria *estrutura* que dá forma à mobilização.

Embora as *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT” apresentem algumas diferenças importantes em termos de funcionamento, creio que ambas podem ser classificadas como *redes mistas de ação conectiva*. As principais diferenças entre os dois casos estão relacionadas à qualidade da liderança exercida, o foco das ações empreendidas nos domínios *offline* e o modo como os membros da rede encaram a possibilidade de criação de grupos

formais. O quadro a seguir descreve as principais diferenças e semelhanças organizacionais entre os casos analisados:

Tabela 9 – Comparativo entre duas redes mistas de ação conectiva

	“Gay de Direita”	“Boteco Liberal LGBT”
Coordenação	Liderança informal exercida por um ou no máximo dois moderadores	Liderança informal exercida por um grupo de moderadores
Participação	Baseado no acesso individual às tecnologias digitais	Baseado no acesso individual às tecnologias digitais
Conteúdo	Combinação de enquadramentos interpretativos pessoais e coletivos	Combinação de enquadramentos interpretativos pessoais e coletivos
Foco da ação <i>online</i>	Discussão política, acolhimento e expressão pessoal moderada organizacionalmente	Discussão política, acolhimento e expressão pessoal moderada organizacionalmente
Foco da ação <i>offline</i>	Mobilização e coordenação de objetivos comuns relacionados ao movimento conservador	Promoção de iniciativas de mobilização local em torno de causas e atividades significativas para a rede
Nível de formalidade	Sem pretensão de estabelecer organizações formais <i>offline</i>	Com pretensão de estabelecer organizações formais <i>offline</i>
Relação com organizações formais	Conexões com atores formais permanecem em segundo plano em detrimento da expressão autônoma	Conexões com atores formais permanecem em segundo plano em detrimento da expressão autônoma

Fonte: Elaboração própria

Quando observadas à luz de outros casos previamente descritos pela literatura, as *redes mistas de ação conectiva* se destacam no que diz respeito à presença de liderança informal e aos vínculos mantidos com redes de mobilização preexistentes (neste caso partidos, movimentos, institutos e *think tanks* liberais e conservadores). Tanto no caso do grupo “Gay de Direita” quanto do “Boteco Liberal LGBT”, há sempre um ativista ou um pequeno grupo de ativistas que reconhecidamente exercem um papel de liderança, ainda que este termo raramente seja utilizado para descrevê-los. Estas figuras assumem a tarefa de moderação das páginas e dos grupos de discussão, atuando ainda como *brokers* entre estas instâncias e uma rede mais ampla de organizações pertencentes ao meio liberal ou conservador. Em alguns casos, estes vínculos se expressam publicamente por meio de ações conjuntas (como a organização de eventos) ou eventual apoio da *fanpage* a partidos políticos e candidatos em períodos eleitorais.

Definindo “um jeito de fazer as coisas”

Para analisar as formas de ação dos movimentos sociais e outros tipos de ação contenciosa, a literatura do confronto político tem recorrido aos conceitos de *repertórios* (Tilly, 1978), *escolhas táticas* (Jasper, 1997; Polletta & Jasper, 2001) e *performances* (Tilly, 2008; Eyerman, 2006; Jasper, 2014). Estes conceitos podem ser aplicados de modo complementar, tendo em vista que cada um deles se refere a uma dimensão específica da ação coletiva. O conceito de *repertórios* designa formas de ação historicamente estruturadas, sugerindo que “em determinado momento histórico, os atores têm disponível um número limitado de formas de ação para defender suas demandas” (Mazzilli Pereira & Silva, 2020, p. 623). As *escolhas táticas*, por sua vez, referem-se ao modo como atores individuais e coletivos “constroem preferências por determinada forma de ação contemplada por dado repertório” (Mazzilli Pereira & Silva, 2020, p. 625). Finalmente, o conceito de *performances* descreve o “processo de aplicação de roteiros táticos estabelecidos” (Mazzilli Pereira & Silva, 2020, p. 626). Procura, deste modo, focalizar as adaptações e inovações engendradas pelos atores a partir de situações concretas de interação contenciosa (Tilly, 2008; Snow e Moss, 2014). Para autores como Benford & Hunt (1992), Eyerman (2006) e Jasper (2016), as *performances* possuem ainda um caráter dramático, na medida em que comunicam valores, sentimentos e emoções associados à mobilização e funcionam como veículos para a dramatização de demandas e identidades coletivas. Seriam formas de demonstração e afirmação de poder, por meio das quais atores que geralmente sofrem a ação de forças externas encontram a oportunidade de apresentarem-se como protagonistas da ação (Benford & Hunt, 1992).

Quando entram em cena formas de mobilização coletiva que se utilizam da internet e de dispositivos digitais como plataformas centrais para a intervenção política, a aplicação deste quadro teórico e conceitual pode exigir alguma reflexão adicional. Particularmente após o ciclo de protestos globais contra os efeitos da crise econômica de 2008 (Occupy Wall Street, Indignados, Juventude à Rasca, Primavera Árabe etc.), a literatura sobre os ativismos digitais avançou na compreensão de que o espaço de protesto contemporâneo se encontra atravessado por múltiplas formas de conexão entre a internet e as ruas (Castells, 2012; Bennett & Segerberg, 2012; 2013; Milan, 2015; Campos et al., 2016; Treré, 2019). Estes estudos têm chamado a atenção para a emergência de formas híbridas de mobilização “que não poderiam funcionar da maneira que funcionam sem a internet e as complexas interações espaciais e temporais que ela facilita” (Chadwick, 2007). Embora a divisão entre *online* e *offline* ainda possua alguma relevância do ponto de vista analítico, a crescente convergência entre práticas de ativismo

online e *offline* pode tornar complexa as tentativas de impor uma separação rígida entre estas dimensões. Em alternativa, parece mais pertinente tratá-las como ações que decorrem em uma “teia contínua” (Hughes, 1986) “onde a dimensão social da ação humana e os conteúdos das redes sociais online se enredam em um fluxo constante, tanto simbólico quanto material” (Milan, 2015, p.6).

Estas conexões entre *online* e *offline* são construídas pelos próprios atores, que se engajam em processos de transposição e adaptação (de antigos) e criação (de novos) repertórios, táticas e performances. Sob esta perspectiva, a internet pode se tornar palco para tanto para a construção de media alternativos (ex.: blogs), quanto manifestações virtuais (ex.: tuitaços) e táticas disruptivas (ex: ações de hackeamento, vazamento de informações), também conhecidas como “desobediência civil eletrônica” (Rodríguez & Domínguez, 2004). Como nos domínios *offline*, tudo depende da intencionalidade dos atores, ainda que os repertórios digitais sejam tão limitados quanto os “analógicos”. Como a ação *online* depende fundamentalmente do acesso a um conjunto de tecnologias específicas (banda larga, softwares de edição, dispositivos com alta capacidade de processamento) e da literacia digital de seus participantes, a questão tecnológica acaba por impor aos ativistas o desafio de gerir a emergência de novas hierarquias e desigualdades internas aos movimentos (Campos, Pereira e Simões; 2016). Isso explica não somente a proeminência de determinados coletivos na cena pública (que se destacam pelo domínio da “linguagem digital”) como também a existência de lideranças informais no interior dos grupos (a figura dos “moderadores”, que se tornam peças-chave para o funcionamento do grupo em função de suas capacidades técnicas).

Quando observarmos os *repertórios*, *táticas* e *performances* mobilizados pelos grupos que se organizam em torno das *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”, percebe-se que estes grupos surgem a partir de conexões estabelecidas no *online* e atuam no sentido de agregar repertórios “clássicos” de ação coletiva (*offline*) às suas práticas cotidianas. Mais do que isso, a ação *online* representa, nos dois casos, uma espécie de princípio moral que anima os processos de organização e mobilização dos atores. O apego desses grupos às plataformas digitais pode ser explicado por um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, estes grupos dificilmente existiriam na mesma configuração sem o suporte técnico da internet, que diminui os custos do engajamento e facilita a conexão em tempo real entre indivíduos geograficamente dispersos — componente relevante em um país de dimensões continentais como o Brasil. Mesmo nos casos em que as conexões levaram à formação de grupos locais, como ocorreu em São Paulo e Fortaleza, ativistas residentes em uma mesma cidade não possuíam contato prévio

e conheceram-se apenas por meio da associação às *fanpages* e grupos de discussão. Esse formato também permite aos atores participarem temporariamente de uma variedade de grupos e fóruns de discussão *online* de acordo com suas disponibilidades e interesses pessoais, sem a rigidez organizacional de outras formas de ação coletiva como os partidos e movimentos convencionais.

Em segundo lugar, a internet representa para estes ativistas um espaço de “liberdade” face ao Estado e os meios de comunicação tradicionais, discurso recorrente entre os meus interlocutores. Como entusiastas da iniciativa privada, eles tendem a minimizar os debates críticos sobre vigilância, privacidade e controle algorítmico, tomando o *online* como um *lócus* privilegiado de produção, difusão e circulação de contradiscursos, sem os quais não seria possível atingir os “cidadãos comuns” antes desinteressados ou desiludidos com a política. Esta romantização do *online* sustenta a caracterização comum de que os espaços previamente ocupados por movimentos convencionais, como as ruas, os media e os parlamentos, são mais permeáveis à burocratização e devem funcionar como extensão ou complemento da ação *conectiva*. Com efeito, a análise dos repertórios de ação evidencia que estes grupos atuam no sentido de ampliar seus domínios de atividade para além do *online* por meio da transposição de repertórios discursivos para outras arenas de intervenção (ruas, media, parlamentos) e a progressiva adoção de repertórios “clássicos” de ação *coletiva* (eventos, protestos, encontros), sem no entanto prescindir da internet como unidade básica de comando, organização e produção de sentido. Eles entendem que as redes sociais online se tornaram o espaço principal de “curadoria do discurso público” (Gillespie, 2010, p. 347) a partir do qual é possível alterar práticas, discursos e dinâmicas de protesto.

Em terceiro lugar, a internet proporciona aos atores uma complexa experiência do ponto de vista individual e coletivo. De um lado, os ativistas constroem conexões morais, emocionais e cognitivas com uma comunidade mais ampla de pares, superando o isolamento imposto pelo armário político. De outro, engajam-se em um processo de personalização do confronto político, pois nas redes sociais online eles “podem moldar na primeira pessoa os significados associados à ação coletiva” (Milan, 2015, p. 6). Embora os ativistas associem a possibilidade de personalização dos conteúdos com sentimentos de “liberdade” e “autonomia”, trata-se de uma oportunidade programada, pois a tendência à expressão pessoal constitui uma lógica inerente às plataformas digitais. Por meio de um conjunto específico de recursos e constrangimentos, essas plataformas definem o que pode ser feito e como pode ser feito, atuando como mediadoras da experiência *online* dos usuários. Os limites de caracteres do

Twitter, a convergência midiática do Facebook e a “centralidade da imagem no Instagram” (Mendonça et al., 2021) são apenas alguns exemplos de *affordances* (Zhao et al., 2013) oferecidas pelas redes sociais online. Os usuários não detêm o controle do código que rege as plataformas, agindo sempre dentro de um campo de possibilidades previamente arquitetado e com funcionalidades pré-estabelecidas (curtir, compartilhar, comentar, publicar) que podem ser apenas parcialmente remodeladas (Latzko-Toth, 2014). Com efeito, a arquitetura das redes sociais online tende a impactar de forma significativa as formas de sociabilidade, lógicas de ação e enquadramentos elaborados pelos ativistas. No caso dos grupos em análise, isso não chega a ser necessariamente um problema: há nesta configuração individualista uma afinidade eletiva com as crenças, valores e ideologias dos ativistas, que tendem a valorizar o protagonismo individual em detrimento da coletividade.

Os grupos responsáveis pelas *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco “Liberal LGBT” atuam neste ambiente híbrido entre a internet e as ruas, recorrendo a uma combinação permanente de *repertórios clássicos (offline)*, *convergentes (online e offline)* e *digitais (online)* dos mais variados tipos (convencionais, disruptivos, institucionais e discursivos). Os repertórios do tipo discursivo (Steinberg, 1995)⁸² possuem uma posição privilegiada neste esquema, situando-se na matriz dos chamados repertórios convergentes. É por meio da transposição de suas estruturas discursivas do *online* para o *offline* que os ativistas em estudo se constituem enquanto sujeitos políticos, reconfiguram as possibilidades de enunciação em torno da causa LGBTQIA+ e ampliam o terreno do confronto. Discursos contribuem para moldar a realidade, pois a linguagem tem o poder “de produzir uma nova situação ou acionar um conjunto de efeitos” (Butler 2018, p. 35). Não por acaso, estes ativistas investem parte significativa de seus esforços na busca pela visibilidade midiática e consequente amplificação dos seus domínios de representação, transpondo para as páginas dos noticiários dinâmicas discursivas antes restritas às redes sociais online.

Em termos táticos, os grupos analisados demonstram preferência por *táticas online* ou passíveis de veiculação *online*. Como nas plataformas digitais mostrar o que se faz é tão ou mais importante do que fazer, investem naquilo que pode ser transformado em conteúdo digital. Reuniões, encontros informais, participações em protestos, tudo precisa ser registrado, por vezes editado e instantaneamente compartilhado. Estas táticas são executadas por meio de *performances*, elaboradas sob medida para transmitir disposições ideológicas,

⁸² Para Steinberg (1995) os repertórios discursivos são os meios pelos quais “os desafiantes articulam coletivamente sua moralidade de demandas, remédios e visão ideológica mais ampla” (1995, p. 60).

posicionamentos, valores, e parâmetros morais. Estas performances *online* permitem aos ativistas conservadores e liberais distinguir-se uns dos outros, criando comunidades interpretativas (Mendonça et al., 2021) específicas. Enquanto os conservadores recorrem a uma estética *kitsch* e à chamada “política do choque”, os liberais conferem um acabamento mais arrojado à visualidade amadora da internet, trocando o teor disruptivo da “política do choque” pela linguagem da “zoeira”. Esse empreendimento performativo pode ser observado sobretudo a partir da produção e reprodução de memes políticos, componente central dos repertórios digitais de ambos os grupos analisados. Quando postas lado a lado, estas peças permitem antever duas execuções diferentes de um mesmo roteiro tático: de um lado, o meme pautado na “quebra de decoro” e, de outro, a aposta no humor corrosivo. Cada grupo com o seu *way of doing things* (Fominaya, 2019).

Figura 16 – Comparativo entre memes publicados pelas *fanpages* “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”



Fonte: Gay de Direita (à esquerda) e Boteco Liberal LGBT (à direita) - Facebook.

Nesse sentido, o uso de uma estética *kitsch* por parte dos ativistas conservadores merece uma reflexão especial. Desde o princípio da imersão virtual, as montagens com imagens pixelizadas, profusão de fontes, cores e padronagens se tornaram para mim um verdadeiro enigma. Depois de algum tempo questionando se aquelas peças realmente iam ao encontro dos padrões estabelecidos de bom gosto ou se eu apenas tinha dificuldades em processar os meus juízos de valor, uma reportagem publicada em 9 de novembro de 2018 pela versão em língua portuguesa da revista *Vice*, assinada pela jornalista Amanda Cavalcanti, ofereceu um caminho

interpretativo para este quebra-cabeça⁸³. No artigo, a jornalista entrevistou o semioticista e professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) Vinicius Romanini. Especialista em questões que envolvem imagem e tecnologia, o professor argumentou que esta estética “simples e sentimentalista” reproduzida por grupos e políticos conservadores na internet poderia ser classificada como *kitsch*. “Embora pareça tosca, é muito sofisticada do ponto de vista da elaboração lógica”, pois mobiliza ícones do repertório de classes que eles pretendem atingir — religiosos e setores médios da sociedade brasileira.

Segundo Eco (2007), o *kitsch* traduz aquilo que a sensibilidade estética dominante definiu como ridículo ou desagradável. Seus domínios compreendem tudo aquilo que está fora do espectro do “bom gosto” circunscrito pelos artistas, intelectuais e pessoas consideradas cultas. Segundo Romanini, ao dispensar as regras elementares do design gráfico, a direita conservadora associada ao bolsonarismo teria como objetivo expressar sua rejeição a uma estética pré-estabelecida pela intelectualidade ligada ao campo artístico. No Brasil, esta elite esteve historicamente associada ao campo político da esquerda. Da mesma forma, a estética da “zoeira” adotada pelos liberais pode ser interpretada como uma estratégia que pretende tanto destituir a intelectualidade de esquerda da sua posição de “voz autorizada” quanto combater a crescente legitimidade de atores associados ao conservadorismo, posicionando ambos como objeto de riso, zombaria e ridicularização. O que estas duas performances têm em comum é o intuito de promover uma inversão de papéis no debate público, colocando em posição de protagonismo sujeitos que antes consideravam a si próprios como ocupantes de uma posição política e cultural subalterna.

Como os atores adaptam suas formas de ação às diferentes circunstâncias e arenas de disputa, as performances *online* nem sempre correspondem àquelas observadas *offline*. Por exemplo, a “quebra de decoro” pode ter boa aceitação no ambiente da internet, mas nem sempre encontra ressonância nos meios de comunicação social. O quadro na página seguinte apresenta uma proposta de classificação dos repertórios, táticas e performances mobilizadas pelos ativistas das fanpages “Gay de Direita” e “Boteco “Liberal LGBT”.

A comparação entre estes quadros permite traçar algumas diferenças entre as ações dos dois grupos. Se nos domínios *online* suas táticas são bastante semelhantes, à exceção de ações mais disruptivas mobilizadas pelos conservadores, como o *WhatsApp bombing* para pressionar

⁸³ “No governo da nova direita, a crise também é estética”, *Vice Brasil*, 9 de novembro de 2018 [acessada em 13 de dezembro de 2018]. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/vbamdy/no-governo-da-nova-direita-a-crise-tambem-e-estetica>

autoridades a votarem a favor de projetos de interesse do movimento conservador, no *offline* verifica-se alguma discrepância. Em que pense a sua notável informalidade organizativa, o grupo por trás da *fanpage* “Gay de Direta” tende a engajar-se em atividades voltadas para a construção de uma imagem externa (participação em protestos, interações com a imprensa, interlocução com o poder público), ao passo que o “Boteco Liberal LGBT” se dedica em grande parte a atividades internas, orientadas para a formação política e a construção de laços de solidariedade (encontros para fins de lazer e formação política). Essa dinâmica reforça a tese da proeminência dos grupos conservadores na cena pública (maior acesso aos meios de comunicação social e aos espaços institucionais) e revela também diferentes concepções sobre o fazer político: uma mais orientada para a visibilidade e a intervenção institucional e outra mais interessada na formação de redes locais e trans locais de engajamento e ajuda mútua.

Tabela 10 – Classificação dos repertórios, táticas e estratégias mobilizados pelos ativistas de cada *fanpage*:

“Gay de Direita”				“Boteco Liberal LGBT”			
	Tipos de Repertórios	Táticas	Performances		Tipos de Repertórios	Táticas	Performances
Repertórios Digitais (online)	Convencionais	Manifestações virtuais; Realização de debates (internos e abertos ao público); Petições; Participação/coordenação de campanhas <i>online</i> e <i>offline</i> ; Divulgação de ações <i>offline</i> ; Recrutamento; Produção colaborativa de conteúdo (textos, vídeos, memes e fotos); Difusão de símbolos; Compartilhamento de material de formação política; Apoio a candidaturas eleitorais.	Prevalece a “política do choque” e o emprego de uma estética <i>kitsch</i> .	Repertórios Digitais (online)	Convencionais	Manifestações virtuais; Realização de debates (internos e abertos ao público); Petições; Participação/coordenação de campanhas <i>online</i> e <i>offline</i> ; Divulgação de ações <i>offline</i> ; Recrutamento; Produção colaborativa de conteúdo (textos, vídeos, memes e fotos); Difusão de símbolos; Compartilhamento de material de formação política; Apoio a candidaturas eleitorais.	Prevalece o humor corrosivo e a linguagem da “zoeira”, associados a uma estética que emula o amorismo da internet e dos memes.
	Disruptivos	WhatsApp <i>bombing</i> ; E-mail <i>bombing</i> ; Interpelação e confronto com opositores.			Disruptivos	Interpelação e confronto com opositores.	
Repertórios Convergentes (online e offline)	Discursivos	“Nós” x “Eles”; Negativação de símbolos e termos associadas aos adversários; Apropriação de categorias identitárias e interseccionais; Inversão do papel vítima /opressor; Teorias conspiratórias.	Tom moderado e uso de narrativas emotivas e personalizadas.	Repertórios Convergentes (online e offline)	Discursivos	“Nós” x “Eles”; Negativação de símbolos e termos associadas aos adversários; Negação e apropriação de categorias identitárias e interseccionais; Questionamento do papel vítima/opressor; Distorção dos debates políticos dos adversários.	Tom moderado e uso de narrativas racionalizantes e personalizadas.
Repertórios Clássicos (offline)	Convencionais	Participação em protestos; Encontros para lazer; Entrevistas para veículos de imprensa; Participação em debates.	Tom moderado. Os ativistas conjugam símbolos nacionais com outros associados ao universo LGBTQIA+.	Repertórios Clássicos (offline)	Convencionais	Organização de eventos, Encontros para lazer e formação política; Participação em debates; Engajamento em ações comunitárias e de voluntariado.	Tom moderado. Os ativistas preferem performances que reforçam as individualidades em vez de reafirmar símbolos coletivos.
	Institucionais	Campanhas eleitorais; Reuniões com parlamentares.					

Fonte: Elaboração própria

Dando sentido à ação

O conceito de enquadramento interpretativo (*frame*) de Erving Goffman foi apropriado pela teoria dos movimentos sociais no início da década de 1980. À época, predominavam as análises racionalistas e processuais da ação coletiva, de modo que os estudos careciam de instrumentos conceituais para dar conta das dimensões culturais dos movimentos sociais. Por meio de um experimento empírico, o sociólogo estadunidense William Gamson e sua equipe concluíram que a ação contestatória ganhava corpo na medida em que os atores sociais se mostravam capazes de produzir “um sistema de crenças alternativo e mobilizador que apoia a ação coletiva para a mudança” com o objetivo de substituir “um sistema dominante de crenças” (Gamson et al., 1982, p. 15). Para descrever esse processo, os autores recorreram ao conceito de *frames*, transferindo a análise goffmaniana das microinterações sociais para a dinâmica da produção de sentido entre grupos e indivíduos em contextos de dissidência política (Silva et al., 2019).

Desde esta primeira formulação, o conceito de *enquadramento interpretativo de ação coletiva* foi reapropriado pelos estudiosos dos movimentos sociais de diferentes maneiras. Enquanto Gamson focalizou os processos de negociações de sentido entre ativistas, movimentos, meios de comunicação e público espectador do confronto, Snow e Benford (1986; 1992) desenvolveram uma versão mais estratégica do conceito, analisando o modo como os chamados empreendedores de movimentos (Noakes & Johnston, 2005, p.7) trabalham para moldar enquadramentos interpretativos com a finalidade de otimizar os resultados da ação coletiva em termos de adesão e mobilização. Retomando, em alguma medida, as dimensões tácitas e individuais presentes na conceptualização de Goffman, Bennett e Segerberg (2012; 2013) sugeriram o conceito de *enquadramentos pessoais de ação* (*personal action frames*) como alternativa para examinar as formas personalizadas pelas quais atores individuais e coletivos emolduram seus agravos e reivindicações no ambiente polifônico das redes sociais online.

Embora relativamente distintas, todas as acepções deste conceito estão assentes na ideia de que os ativistas “se envolvem profundamente no trabalho de nomear descontentamentos (...) e construir quadros de significados mais amplos que farão sentidos para as predisposições culturais de uma população” (Tarrow, 2009, p. 143 e 144). Klandermans (1997) lembra que a transformação de questões sociais em enquadramentos interpretativos de ação coletiva não ocorre de maneira espontânea, mas por meio de

redefinições operadas diretamente pelos atores sociais. São eles os responsáveis por demonstrar que situações antes socialmente toleráveis configuram fonte inaceitável de injustiça. Ao fazê-lo, oferecem “mapas cognitivos” (Silva et al., 2019, p. 151) aos seus potenciais apoiadores, estimulam a mobilização e enviam uma “mensagem uniforme” a seus opositores (Tarrow, 2009, p. 144).

Com o passar do tempo, o conceito de enquadramento interpretativo de ação coletiva sofreu diversas revisões críticas, inclusive por parte de alguns dos seus proponentes. Suas versões mais estratégicas foram as mais duramente criticadas, pois tenderiam a secundarizar a capacidade reflexiva dos potenciais apoiantes dos movimentos em detrimento de análises centradas unicamente na agência dos “empreendedores” ou lideranças (Silva et al., 2019). Em um exercício de autocrítica, Benford (1997) atentou para os usos retificadores do conceito e reconheceu que a proposta nem sempre contempla aspectos como agência e emoção. Goodwin e Jasper (1999) e Zald (1996) consideraram-no demasiadamente instrumental ao passo que McAdam (1996) e Mische (2001) viram nele o risco de se produzir interpretações excessivamente estáticas, rígidas e idealistas. Em alternativa, Dagnino (2006) propôs o conceito de projetos políticos, entendido como um “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino et al, 2006, p. 38). Embora semelhante ao conceito de enquadramento de ação coletiva, esta noção implicaria em “um horizonte mais ou menos aberto de possibilidades estruturadas culturalmente através das narrativas existentes” (Dagnino et al, 2006, p.39), transformadas por meio da ação consciente dos atores, mas sem a necessidade de produzir formulações, crenças e representações totalizadoras, correntes e sistematizadas (Santos, 2006; Dagnino et al, 2006).

Sem ignorar este amplo conjunto de críticas e buscando incorporá-las sempre que possível, compreendo que o conceito de enquadramentos interpretativos de ação coletiva corresponde aos objetivos e ao formato desta investigação, podendo ser aplicado sem prejuízo à compreensão das nuances e deslocamentos que caracterizam os processos de produção de sentido dos movimentos sociais e outras formas de ação coletiva. Contudo, acredito que certos aspectos devem ser observados para garantir uma operacionalização satisfatória deste conceito. Em primeiro lugar, a análise dos *frames* não pode prescindir de um exame dos processos que levaram à sua produção. Tomemos como exemplo um fotógrafo à procura do melhor enquadramento para o registro de uma situação de extrema

contingência como a guerra. Do ponto de vista sociológico, as condições, impasses e recursos que condicionaram o fotógrafo a optar por um determinado enquadramento são fundamentais para a análise do produto final (a fotografia). Da mesma forma, a experiência da guerra modifica o olhar do fotógrafo e as condições do conflito se alteram ao longo do tempo, incidindo diretamente sobre a maneira como o sujeito irá enquadrar este objeto (ou outros semelhantes) em situações futuras.

Por este motivo, optei por abordar os enquadramentos interpretativos somente após uma descrição mais esmiuçada dos processos que permitiram a constituição pública dos ativismos em estudo. Neste ponto da análise, as disputas engendradas entre atores internos a este universo (liberais e conservadores, atores coletivos e individuais) e com seus opositores (as esquerdas, os movimentos LGBTQIA+) já foram amplamente discutidas. O recorte longitudinal também permitiu explorar a relação entre variações contextuais e mudanças de enquadramentos ao longo do tempo. Basta lembrar como alguns atores irromperam a cena pública defendendo a impertinência do engajamento em grupos e iniciativas especificamente LGBTQIA+, mas acabaram revendo suas posições no decurso do confronto político (ex.: Fernando Holiday), ou como grupos de “gays conservadores” mais recentes (criados entre 2018-2020) se distanciaram de outros pioneiros (criados no período 2013-2015) ao constituírem grupos formais *offline* e engajarem-se na elaboração e apresentação de demandas específicas junto às autoridades (ex.: “Gays com Bolsonaro”). Estes deslocamentos demonstram como o enquadramento interpretativo da rejeição aos movimentos LGBTQIA+ assumiu diferentes acepções para os atores a depender das mudanças conjunturais.

Em segundo lugar, me parece pertinente ressaltar que os enquadramentos interpretativos dependem sempre da perspectiva de quem enquadra. Há nas formulações originais de Goffman um importante aspecto fenomenológico, expresso pela ideia de que os *frames* “têm a ver com a câmera e não com aquilo que a câmera fotografa” (Goffman, 2012, p.24). Em outras palavras, trata-se “da possibilidade de realçar a existência, em nós, de uma atenção seletiva frente à realidade, revelando diferentes mundos (...), outras ordens de existência” (Silva et al., 2019, p. 146) que os nossos interesses podem ou pretendem tornar reais. Estes apontamentos permitem fazer duas observações. Uma tem a ver com o cariz subjetivo do conceito de *frame*, pois as molduras têm a ver com a percepção da realidade. Quando os ativistas LGBTQIA+ à direita se referem às esquerdas

e aos movimentos de minorias como ocupantes de uma posição cultural dominante, eles expressam as suas visões e interpretações da realidade social, não a realidade em si.

Outra observação tem a ver com a transposição do conceito de *frames*, elaborado por Goffman para descrever um processo sociocognitivo individual, para a dinâmica da ação *coletiva e conectiva*. É importante lembrar que nem todos os indivíduos associados a um agrupamento partilham das mesmas concepções substantivas sobre todos os temas que envolvem a ação coletiva. Os ativistas podem agir coletivamente segundo denominadores comuns mínimos e maleáveis (Milan, 2015), sem entretanto possuírem as mesmas definições sobre o movimento e suas prioridades (Fominaya, 2019). Longe de serem narrativas totalizantes, os enquadramentos interpretativos devem ser encarados como processos contingentes, flexíveis e que oferecem aos atores aquilo que Dagnino et al. (2006) chamou de “horizontes de possibilidades”. Nesse sentido, os *frames* apresentados nessa seção constituem uma abstração de um processo de síntese mais amplo e complexo que costuma provocar intensas disputas entre ativistas de uma mesma organização ou movimento social (Snow & Benford, 2000).

Para explorar as diferenças entre os dois grupos selecionados para análise, avançar na caracterização dos estilos de ativismo liberal e conservador e realçar o caráter pluriperspectivado do conceito de *frames*, optei por comparar nesta seção o modo como cada grupo (“Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”) enquadra um mesmo aspecto do confronto político (chamarei isto de *enquadramentos interpretativos comuns*). Para exemplificar esta estratégia, convoco novamente a metáfora do fotógrafo. Pensemos agora em dois fotógrafos diante de uma mesma situação: com suas diferentes subjetividades, equipamentos técnicos e posições ocupadas no tempo e no espaço, eles produzem fotografias distintas de um mesmo objeto. Esta abordagem me parece mais adequada porque permite traçar as diferenças entre os dois grupos a partir de critérios comuns e aspectos comparáveis. Por este motivo, deixarei a análise de *enquadramentos específicos* de cada estilo para futuras oportunidades de investigação. Para mais, a discussão acerca dos perfis de ativismo no capítulo final dará conta de introduzir uma série de outras particularidades relacionadas a estes estilos de ativismo, incluindo algumas que podem ser tomadas como enquadramentos interpretativos específicos.

Uma vez explicitada a minha apropriação do conceito de enquadramentos interpretativos, creio que seja pertinente mencionar alguns dos aspectos teóricos e metodológicos que orientaram o trabalho de identificação e definição dos

enquadramentos interpretativos comuns. Do ponto de vista teórico, compreendo que os *frames* analisados nas próximas páginas expressam sobretudo os valores morais e ideológicos dos ativistas. Isso não significa que os atores careçam de uma visão estratégica, mas que no bojo do esquema analítico apresentado neste capítulo, os *frames* constituem o principal dispositivo para a observação de valores, princípios e convicções. É por meio dos enquadramentos que os atores efetivamente articulam categorias ideológicas estabelecidas como “liberalismo” e “conservadorismo” a outros símbolos e ideias culturalmente disponíveis, moldando-as em direção a um alvo específico e de acordo com seus objetivos (Tarrow, 2009). Nesse processo de articulação, utilizam-se amplamente dos repertórios discursivos apresentados na seção anterior (oposições binárias, inversão de papéis, teorias conspiratórias), os quais funcionam como mecanismos retóricos estrategicamente agenciados para assegurar a expressão simplificada de visões ideológicas e moralidades coletivas (Steinberg, 1996).

Outra característica relevante acerca dos *frames* identificados nesta seção diz respeito à sua modularidade estratégica (Tarrow, 2009), no sentido de serem orientados tanto para a ação *coletiva* como *conectiva*. Considero que são os atores em seus contextos de ação que personalizam ou não os enquadramentos interpretativos segundo seus próprios interesses. Em minhas análises, foi possível verificar um mesmo enquadramento em suas versões coletiva e personalizada (Bennett & Segerberg, 2012; 2013), fato que ressalta o investimento dos atores neste trabalho de moldagem. Com efeito, me parece seguro afirmar que os processos de personalização próprios dos ambientes digitais acabam por repercutir consideravelmente no modo como os atores enquadram as suas mensagens na internet e fora dela. Nos dois casos em análise, o próprio conteúdo ideológico dos *frames* tende a enfatizar as dimensões individuais do conflito. Por fim, dado que optei por realizar entrevistas tanto com lideranças quanto com ativistas de base, foi possível tomar algum distanciamento das abordagens centradas exclusivamente na visão estratégica das lideranças e adotar uma perspectiva mais difusa, coletiva e negociada, baseada em Gamson et al. (1982) e Gamson e Modigliani (1989).

Do ponto de vista metodológico, esta análise valeu-se da estratégia de triangulação de dados empíricos (pesquisa documental na imprensa, etnografia *online* e entrevistas), com destaque para os dados produzidos ao longo da imersão *online* e das entrevistas. No contexto da imersão *online*, os memes políticos de cariz humorístico foram documentos chave para a identificação dos enquadramentos interpretativos. Para acessar o histórico

de memes publicados pelas *fanpages*, recorri à galeria de imagens “Fotos publicadas” de cada página e produzi cópias de écran referentes ao período de 2013-2020 (no caso da página “Gay de Direita”) e 2018-2020 (no caso do “Boteco Liberal LGBT). De um total de 273 cópias de écran da *fanpage* “Gay de Direita”, 48 foram validadas como memes e seleccionadas para compor o *corpus* de análise dos *frames*. Das 820 cópias de écran da *fanpage* “Boteco Liberal LGBT”, 130 foram validadas e seleccionadas para este fim. Nem todos os memes seleccionados apontaram para a produção de enquadramentos interpretativos identificados e comuns aos dois grupos, sendo eventualmente excluídos da análise. Em articulação com a codificação das entrevistas, documentos de imprensa e anotações de cadernos de campo, foi possível chegar aos cinco enquadramentos interpretativos comuns apresentados na página seguinte. O quadro a seguir apresenta os cinco enquadramentos interpretativos comuns classificados de acordo suas dimensões (diagnóstico, prognóstico ou motivacional) e acompanhados de uma breve descrição:

Tabela 11 – Enquadramentos interpretativos comuns entre os grupos “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”

Enquadramento interpretativo comum	Dimensões de enquadramento	Breve descrição do enquadramento
<i>O capitalismo é o sistema econômico mais benéfico para as pessoas LGBTQIA+</i>	Diagnóstico e Motivacional	O capitalismo é apontado como o sistema econômico que oferece as melhores condições de vida para as pessoas LGBTQIA+ (liberdade de expressão, consumo, direitos sociais), em oposição às experiências socialistas (Cuba, Rússia e Coreia do Norte), lembradas pela perseguição sistemática às dissidências sexuais e de gênero. Os ativistas compreendem que as desigualdades e hierarquias sociais são “naturais” e que o capitalismo é único sistema que oferece oportunidades para superá-las ou equilibrá-las.
<i>Rejeição aos movimentos LGBTQIA+ devido à cooptação das esquerdas</i>	Diagnóstico e Prognóstico	Os ativistas LGBTQIA+ à direita contestam a representatividade dos movimentos LGBTQIA+. Eles seriam responsáveis por transmitir uma imagem degradante, radical e vitimista das pessoas LGBTQIA+ à sociedade, contribuindo deste modo para sustentar o preconceito que afirmam combater. Estes movimentos teriam sido cooptados pelas esquerdas, não servindo mais aos interesses dos indivíduos que dizem representar.
<i>Os indivíduos LGBTQIA+ não se resumem às suas orientações sexuais e identidades de gênero</i>	Diagnóstico e Motivacional	Os ativistas LGBTQIA+ à direita procuram combater o “coletivismo” das esquerdas e dos movimentos de minorias políticas. Por isso, engajam-se em formas de ação coletiva que buscam enfatizar o indivíduo em sua singularidade, convocando para o debate outras identidades que julgam tão ou mais importantes que as identidades sexuais e de gênero (nacionalidade, religião, profissão). Eles incentivam outros a rebelarem-se contra aquilo que entendem como tutela, policiamento moral e “vitimismo” dos movimentos LGBTQIA+. Convidam seus apoiadores a “serem eles mesmos”.
<i>Os perigos associados à abordagem do “gênero”</i>	Diagnóstico e Prognóstico	Os ativistas LGBTQIA+ à direita tendem a rejeitar movimentos, comunidades e teorias referenciadas nos estudos <i>queer</i> e na terceira onda do feminismo, mas nesse ponto há diferenças bastante relevantes entre liberais e conservadores. As críticas são dirigidas sobretudo às identidades de gênero não binárias, à possibilidade de autodeterminação de gênero de crianças e adolescentes e a chamada “linguagem neutra”. O “gênero” é entendido aqui como discurso ideológico, não como um conceito científico plural e permeado por tensionamentos.
<i>Preservação da cultura ocidental</i>	Diagnóstico e Prognóstico	Os ativistas LGBTQIA+ à direita compreendem que as chamadas sociedades contemporâneas, democráticas e de matriz ocidental se encontram ameaçadas pelo avanço do “comunismo”, do secularismo ou do Islã. Eles consideram que este é o único modelo de sociedade compatível com seus valores e crenças (liberdade, consumo, valorização do indivíduo) e recorrem a discursos reificantes de fundo orientalista para argumentar que os direitos civis LGBTQIA+ só podem ser concretizados em contextos laicos ou de matriz judaico-cristã.

Fonte: Elaboração própria

Para gerar mobilização, os teóricos do conceito de enquadramento interpretativo consideram que os ativistas e movimentos devem produzir *frames* compostos por três dimensões: diagnóstica, prognóstica e motivacional (Snow & Benford 1988). Os enquadramentos *diagnósticos* devem apontar uma situação considerada injusta, formatar o problema e apontar os culpados; os *prognósticos* oferecer soluções para estes problemas; e os *motivacionais* incitar as chamadas “vítimas da injustiça” a se engajarem em ações orientadas para reverter esta condição. Para que sejam eficazes, os enquadramentos devem ser moldados de maneira a ressoar no sistema de crenças dos potenciais apoiadores e permitir algum nível de aplicabilidade em situações da vida cotidiana (Snow & Benford 2000). Partindo desta classificação e tomando como ponto de partida as descrições da terceira coluna do Quadro VIII, apresento a seguir as diferenças de enquadramento interpretativo entre os dois grupos páginas em análise. Os memes selecionados ilustram o modo como os ativistas se utilizam deste repertório digital para simplificar o debate político perante suas audiências *online*.

Defesa do capitalismo

Este enquadramento identifica uma das questões centrais para o ativismo LGBTQIA+ à direita, situando a liberdade sexual e de gênero como uma marca das sociedades capitalistas modernas e ocidentais, em contraste com as experiências autoritárias do chamado “socialismo real” (dimensão diagnóstica). Este *frame* procura estimular alguma conformidade, adesão e defesa deste sistema (dimensão motivacional) ao fazer referência às “múltiplas possibilidades” oferecidas pelos regimes democráticos (aquisição de direitos e liberdade individual) e pelo livre mercado (empreendedorismo, consumo).

Para os ativistas conservadores, a defesa do capitalismo está relacionada à questão da individualidade como valor fundamental. Seus discursos apontam o socialismo com um sistema caracterizado pela soberania do grupo sobre o indivíduo cujo resultado seria, inevitavelmente, o sufocamento, diluição e supressão das individualidades em detrimento de uma moral proletária de “homogeneização” social. O capitalismo, por outro lado, colocaria o acento sobre o indivíduo e suas escolhas (dentro de um quadro regulado por um conjunto de princípios morais), oferecendo melhores oportunidades para as pessoas LGBTQIA+ negociarem suas individualidades. Estes ativistas reconhecem as hierarquias sexuais e de gênero que estruturam as sociedades capitalistas e consideram-nas como dado “natural” de um sistema baseado na produção e reprodução da vida social. Nesse quadro, a heterossexualidade

se impõe como norma devido ao seu caráter reprodutivo e oferece um “modelo a ser seguido” (monogâmico, nuclear) pelos casais homossexuais. Sob este sistema, os dissidentes sexuais ou de gênero teriam a oportunidade de se provarem como “respeitáveis” e “produtivos” mesmo não estando em conformidade com as normas de gênero e sexualidade, “ganhando o respeito da família” e “ajudando o mundo a girar”.

Há nesta concepção uma profunda divisão entre as esferas do público e do privado, muito próxima daquela conceptualizada por Habermas (2003). Os discursos destes ativistas apontam para uma concepção asséptica da esfera pública, segundo a qual as questões consideradas de foro íntimo (gênero e sexualidade) devem ser remetidas à esfera privada (ex.: o slogan “*A nossa bandeira não é a sexualidade*”). Eles se opõem a determinadas formas de politização da sexualidade no debate público, nomeadamente aquelas inspiradas pelo *slogan* clássico dos movimentos feministas da segunda vaga “*o pessoal é político*”, ao mesmo tempo que precisam recorrer a uma discussão pública sobre o tema para publicizar suas posições, reiterando, em alguma medida, a mesma conversação pública sobre a sexualidade que pretendem combater. Essa manobra complexa se aproxima daquilo que Duggan (2002) chamou de “direito à privacidade em público”: a ideia de que as homossexualidades devem ser encaradas como aceitáveis, desde que não sejam “exibidas” ou “promovidas” em público. Por conseguinte, estes ativistas procuram difundir um modelo de ator contrário à excessiva publicização do privado (“*parada gay só tem promiscuidade*”) e engajado na construção de um “*cordão sanitário protetor das sensibilidades ‘públicas’*” (Duggan, 2002, 181).

Um aspecto fundamental para a compreensão do “direito à privacidade em público” articulada pelos ativistas conservadores reside na ideia de que os espaços de sociabilidade homossexual ofertados pela iniciativa privada funcionam como extensão “segura” da esfera íntima, uma “zona de imunidade face à regulação estatal, a vigilância e a intimidação” (Duggan, 2002, 1981). Febo, moderador da *fanpage* “Gay de Direita”, explica que “*Sem capitalismo você não tem balada. Você não tem sauna! Você não tem nada! Você não tem vida privada! Não tem os direitos individuais... porque querendo ou não, os países comunistas foram países que perseguiram a população LGBT*”. Curiosamente, por meio desta moldura interpretativa, os ativistas conservadores mobilizam estrategicamente a defesa dos espaços de sociabilidade LGBTQIA+ que eles próprios costumam condenar em seus discursos públicos (festas, marchas do orgulho, saunas, carnaval). Deixam entrever, deste modo, as relações complexas que eles próprios estabelecem com o “meio” LGBTQIA+ ao qual se opõem.

Figura 17 – Exemplos de memes correspondentes ao primeiro enquadramento interpretativo comum⁸⁴



Fonte: “Gay de Direita” (à esquerda) e “Boteco Liberal LGBT” (à direita) - Facebook

Para os ativistas liberais, a defesa do capitalismo está relacionada à possibilidade de integração progressiva de grupos sociais marginalizados pela via do consumo, empreendedorismo individual e aquisição de direitos civis. Os discursos verificados na *fanpage* “Boteco Liberal LGBT” enquadram o capitalismo como um sistema democrático e gerador de riquezas, responsável por promover de avanços tecnológicos que impactaram a vida e o bem-estar de pessoas de todas as classes sociais. William, que atuou por um tempo como espécie de “conselheiro” do “Boteco Liberal LGBT”, relaciona essa concepção de progresso com o debate sobre minorias políticas: *“Historicamente, o mercado possibilitou a ascensão de grupos que antes estavam à margem da sociedade. Então, pra mim, o liberalismo é extremamente revolucionário”*. As desigualdades de classe são encaradas como um dado “natural” do sistema, resultado da ampla e livre concorrência, as quais podem ser atenuadas ou mesmo corrigidas pela via da livre iniciativa. Estes ativistas tendem a minimizar o papel desempenhado pelas desigualdades estruturais em detrimento do protagonismo de um indivíduo “sem amarras” cujo principal inimigo é um Estado intrusivo, burocrático e ineficiente. Substituem o discurso do “direito à privacidade em público”, observado entre os conservadores, por noções vagas de “diversidade”, fundadas na ideia do “multiculturalismo neoliberal” (De La Dehesa, 2010) e na reivindicação de um ideal clássico de direitos humanos associada ao liberalismo, tudo isso

⁸⁴ O meme publicado pelo “Boteco Liberal LGBT” (à direita) pede ao público que escolha, por meio de “curtidas” ou “gostos” personalizados, entre o ex-deputado federal Jean Wyllys, à época filiado ao Partido Socialismo e Liberdade, e o aplicativo de relacionamentos Grindr, voltado para o público gay.

permeado por uma “prudência”, necessária à autorregulação moral do sujeito “empreendedor de si”. Referem-se constantemente à ideia de uma “liberdade por inteiro” (econômica, social, individual), de modo a confrontar as versões puramente economicistas da política liberal.

Rejeição aos movimentos e ao “meio” LGBTQIA+

Este enquadramento trata da impertinência dos movimentos LGBTQIA+ e introduz o argumento da perda de legitimidade e representatividade face à suposta cooptação por parte das esquerdas (ecos da teoria do “marxismo cultural”). Reúne uma série de argumentos conflitantes que tendem a obliterar a diversidade interna dos movimentos LGBTQIA+, posicionando-os como agentes passivos face a uma disputa ideológica binária (esquerda *versus* direita), com liberais, por vezes, posicionando-se ao centro. Em síntese, os movimentos LGBTQIA+ teriam “se perdido” em uma luta político-cultural intrusiva (ênfase no “cultural”), proselitista e demasiadamente comportamental. Também seriam muito pouco inclusivos, tolerantes e abertos à diversidade, rejeitando aqueles que não se encaixam em seus padrões estéticos, políticos e comportamentais. Juntos, esquerdas e movimentos LGBTQIA+ seriam parte de uma elite cosmopolita intelectualizada, esnobe e descolada da realidade das pessoas comuns (dimensão diagnóstica). Se à partida os ativistas buscaram sobretudo contrapor a imagem alegadamente “degradante” das pessoas LGBTQIA+ produzida por estes movimentos, logo surgiu a ideia de propor uma solução organizativa capaz de sustentar o confronto (dimensão prognóstica).

Em resposta, os ativistas conservadores se dividiram entre modelos organizativos baseados em *redes conectivas mistas* descentralizadas, flexíveis e mais ou menos formais, sempre reivindicando pertencimento ao movimento conservador. Os ativistas liberais, por sua vez, passaram a defender a necessidade de construir um “novo movimento LGBTQIA+” pautado por princípios liberais como Estado mínimo, liberdade individual, livre mercado e livre iniciativa. Este enquadramento concentra uma série de componentes morais relevantes para ambos os estilos de ativismo: a recusa do papel social de vítima (ainda que este papel seja útil quando se trata de contrapor os adversários políticos), a oposição entre uma elite intelectual progressista e as chamadas “pessoas comuns”, e a rejeição de uma certa permissividade pública atribuída aos movimentos LGBTQIA+ (ex.: “*Uma parada gay só tem promiscuidade*”)⁸⁵. No

⁸⁵ “O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys”, *BBC Brasil*, 8 de junho de 2016 [acessado em 8 de junho de 2016]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36475717>

caso dos conservadores, esta última componente parece articular-se com antigos pânicos morais que relacionam o comunismo a um projeto de perversão moral da sociedade⁸⁶.

Figura 18 – Exemplos de memes correspondentes ao segundo enquadramento interpretativo comum



Fonte: “Gay de Direita” (à esquerda) e “Boteco Liberal LGBT” (à direita) - Facebook

O indivíduo em detrimento do grupo

Este enquadramento mira no coração da política de identidade ao apontar o “coletivismo” das esquerdas e dos movimentos LGBTQIA+ como um constrangimento para os sujeitos que pretendem representar (dimensão diagnóstica). Se, por um lado, os ativistas parecem ignorar os intensos debates dos movimentos de minorias políticas sobre o uso de um discurso hegemônico para fins de afirmação no debate público, aquilo que Spivak (2010) chamou de “essencialismo estratégico”, por outro, chama a atenção o fato de que eles próprios recorrem a uma estratégia semelhante, na medida em que mobilizam as mesmas categorias identitárias (“gay” ou “LGBT”). Os discursos referentes a esta moldura apontam as construções identitárias e representações sociais produzidas pelos movimentos LGBTQIA+ como uma espécie de “prisão” que causaria mais danos do que benefícios (ex.: familiares receosos com a possibilidade do filho homossexual se tornar um frequentador desnudo da parada LGBTQIA+). Sendo assim, convidam seus apoiadores a rebelarem-se contra este suposto desserviço, apresentando modelos alternativos que buscam romper com a lógica da pessoa LGBTQIA+ “vitimista” e “oprimida” (dimensão motivacional).

⁸⁶ Sobre como os antigos discursos anticomunistas tem sido rearticulados na política brasileira contemporânea, particularmente pelo campo bolsonarista, ver Iamamoto et al., 2021).

Trata-se de um enquadramento interpretativo central para ambos os estilos de ativismo em análise, pois permite tanto a expressão de um *way of doing things* (Fominaya, 2019) como a construção e difusão pública de novos modelos identitários. Os ativistas conservadores investem em ambos os caminhos. Nas redes sociais online, encenam um ato de rebeldia contra o “politicamente correto” e recorrem às performances disruptivas do “choque”, da sátira e do humor corrosivo. Por outro lado, em suas aparições midiáticas, enfatizam valores como a prudência, a moderação e a liberdade de pensamento, convocando para o debate outras identidades que consideram tão ou mais importantes quanto as suas identidades sexuais e de gênero (ex.: filho, profissional, brasileiro, católico, conservador).

Figura 19 – Exemplos de memes correspondentes ao terceiro enquadramento interpretativo comum



Fonte: “Gay de Direita” (à esquerda) e “Boteco Liberal LGBT” (à direita) - Facebook

Os ativistas liberais seguem um caminho parecido, mas diferenciam-se no que diz respeito ao tom desse “ato de rebeldia”. Dependendo do ambiente (*online* ou *offline*), transitam entre a estética da “zoeira” (*online*) e uma retórica mais sóbria, assente em noções de “livre iniciativa”, “autonomia”, “neutralidade” e “sofisticação” (*offline*). Nas redes sociais online, recorrem frequentemente à imagem de celebridades e políticos LGBTQIA+ bem-sucedidos para ilustrar o ideal da pessoa LGBTQIA+ que “venceu” e conquistou respeito, espaço e visibilidade sem “vitimismo”, por razões geralmente não relacionadas às suas orientações sexuais e identidades de gênero. Em todos os espaços de intervenção (internet, medias, parlamentos), procuram desvincular o “movimento LGBTQIA+” dos indivíduos LGBTQIA+ — pessoas comuns que têm família e “só querem trabalhar e viver suas vidas em paz”. Estas

performances propõem um modelo de subjetivação pautado na ideia de que os sujeitos devem ser governados, autodisciplinados e reconhecidos com base no poder normativo dos valores econômicos, transpostos da esfera econômica para a vida privada (Dardot & Laval, 2013). Sob esta racionalidade neoliberal profundamente edificante, os indivíduos LGBTQIA+ se tornam respeitáveis por suas capacidades de tornarem-se empreendedores de si mesmos, “membros produtivos de suas comunidades” e capazes de gerir os estigmas relacionados às suas sexualidades e identidades de gênero por meio da adesão à uma lógica de mercado.

Os perigos associados à abordagem do “gênero”

Se o enquadramento interpretativo anterior se dedicava a problematizar a rigidez identitária dos movimentos LGBTQIA+, este se opõe àquilo que Vale de Almeida (2009) chamou de “estilhaçamento de identidades” da teoria *queer*. Os ativistas se opõem às abordagens políticas focadas no “gênero”, apresentando diferentes níveis de rechaço aos movimentos, comunidades e teorias referenciadas nos estudos *queer* e na terceira onda do feminismo. Este é um enquadramento particularmente difícil de ser sintetizado porque ativistas liberais e conservadores o mobilizam de maneiras muito diferentes. Há, entretanto, uma percepção compartilhada de que as políticas relacionadas ao gênero são um assunto “delicado” e divisivo, que envolvem questões de ordem moral como a autonomia corporal das crianças e adolescentes, a diferença entre biologia e cultura e as tensões entre indivíduo e sociedade (dimensão diagnóstica). Os grupos em análise apresentam diferentes soluções para fazer frente a esta suposta ameaça (dimensão prognóstica), que vão desde o engajamento em campanhas e mobilizações antigênero (no caso do “Gay de Direita”) até a oposição seletiva a certas reivindicações como o uso da linguagem neutra e a legitimação social das identidades trans não binárias (caso do “Boteco Liberal LGBT”).

Os discursos dos atores procuram desviar de retóricas comumente associadas à discriminação e exclusão das pessoas trans, ainda que recorram com frequência a argumentos que associam expressões da transgeneridade à doença ou à loucura (ex.: “O ‘*não binarismo*’ é uma *falácia doentia*”, afirma um ativista auto identificado como homem trans em uma publicação do “Boteco Liberal LGBT”). Dizem não ter “nada contra” pessoas trans, mas utilizam-se de argumentos biologizantes e pretensamente científicos (no caso dos conservadores) ou, ironicamente, conservadores (no caso dos liberais). O tensionamento provocado pelo “gênero” também fica evidente quando observados os diferentes níveis de apoio aos direitos LGBTQIA+ entre os grupos analisados. Enquanto as demandas relacionadas

à cidadania sexual como o casamento civil e adoção de crianças por casais homoafetivos tendem a ser praticamente consensuais, aquelas relacionadas ao gênero (direitos das pessoas trans, educação para a diversidade nas escolas) são objeto de notável dissenso. Dado que este enquadramento procura estabelecer um conjunto de sentidos às questões relacionadas ao gênero, os ativistas se aproveitam das disputas discursivas sobre o tema para encenarem seus modelos generificados de ator social: os conservadores apresentam-se como severos defensores de uma ordem de gênero binária, essencialista e heterossexual (fonte dos parâmetros morais a serem replicados no contexto das relações homossexuais), ao passo que os liberais se posicionam como representantes de um pluralismo identitário “fixo”, “coeso” “bem comportado” e “bem delimitado”.

Os ativistas conservadores recorrem ao discurso da “ideologia de gênero”, segundo a qual a substituição do “sexo” pela categoria “gênero” seria parte de um projeto de poder marxista implementado em escala global para dismantelar as bases da sociedade capitalista, judaico-cristã, ocidental e patriarcal. Como se trata de uma retórica religiosa moldada para a disputa política secular (Paternotte e Kuhar, 2018), os discursos antigênero incorporam de forma estratégica argumentos com pretensão de cientificidade (ex.: *“mulheres possuem cromossomos XX e homens possuem cromossomos XY”*). O “caos” provocado pela “troca de sexos”, multiplicação de identidades e vulgarização da agenda feminista seria uma ameaça direta às famílias, à suposta “complementariedade dos sexos” e ao desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes. Os ativistas evocam constantemente em seus discursos o “perigo” de se permitir que jovens menores de 18 anos tenham acesso a tratamentos de afirmação de gênero, sob o argumento de que não estariam capacitados para tomar este tipo de decisão. Este quadro também teria impacto nas relações sexuais e afetivas das pessoas identificadas como homossexuais, na medida em que traria instabilidade à ordem do desejo fundada na relação linear entre sexo e gênero. Nos comentários de uma publicação da página “Gay de Direita” sobre o casamento de um famoso ativista transexual com um homem gay cisgênero, um seguidor declarou: *“É muito incoerente um ‘gay’ se casar com um ‘homem com buceta’. E a gente não pode falar nada porque aí é chamado de ‘transfóbico’”*.

Os ativistas liberais, por sua vez, dizem rejeitar o discurso da “ideologia de gênero”. Consideram-no um “delírio conservador” e uma ameaça ao direito à liberdade individual. Como forma de distinguirem-se dos conservadores, fazem questão de demonstrar simpatia às versões mais liberais do feminismo (ex.: estão sempre a exaltar figuras femininas empreendedoras e de sucesso) e opõem-se de modo seletivo às demandas por igualdade de gênero. São particularmente contrários às identidades trans não binárias e à utilização de

pronomes neutros, que consideram uma “fraude”, “afronta ao indivíduo transexual” e “loucura coletiva da esquerda”. Nesse ponto, os discursos dos ativistas variam entre o mais reticentes (ex.: “*eu não sei, eu acho que o não binarismo ainda precisa ser provado cientificamente*”) até os mais conservadores (ex.: “*Inventar gêneros e pronomes, excluir idiomas que auxiliaram na construção de um povo é nocautear o juízo de valor dos cidadãos, como disse Roger Scruton*”).

Figura 20 – Exemplos de memes correspondentes ao quarto enquadramento interpretativo comum



Fonte: “Gay de Direita” (à esquerda) e “Boteco Liberal LGBT” (à direita) - Facebook

Há ainda a percepção de que a discussão acerca dos gêneros não binários possui um caráter demasiado abstrato, que poderia impactar negativamente os processos de aquisição de direitos por parte dos movimentos trans. “*Há coisas mais urgentes para discutir, como o processo burocrático envolvendo retificação de nome e gênero, os custos das cirurgias necessárias, o psicológico do indivíduo trans e sua família*”, afirma um ativista trans do “Boteco Liberal LGBT” em um texto escrito especialmente para publicação na *fanpage*. “*Mas em vez disso me pego pensando em como mostrar para minha irmã que não existe pronome ‘elu’, e que o gênero importa dentro de uma sociedade saudável e civilizada*”, conclui.

Preservação da cultura ocidental

A ideia de uma “sociedade civilizada”, baseada em propriedades “concretas”, “objetivas” e “previamente verificadas” nos leva ao último enquadramento interpretativo comum, referente às oposições entre Ocidente e Oriente que atravessam os discursos destes ativistas. Este enquadramento interpretativo se refere à percepção geral de que os ideias

defendidos pelas esquerdas e os movimentos LGBTQIA+ ameaçam as bases das sociedades contemporâneas, democráticas e de matriz ocidental (dimensão diagnóstica). Por este motivo, os ativistas engajam-se na denúncia destas “ligações perigosas” entre a esquerda e os movimentos LGBTQIA+ com uma “cultura não ocidental” e na defesa de valores que eles associam ao Ocidente como a democracia, o livre mercado e as liberdades de pensamento, expressão, gênero e sexualidade (dimensão prognóstica).

Figura 21 – Exemplos de memes correspondentes ao quinto enquadramento interpretativo comum



Fonte: Gay de Direita” (à esquerda) e “Boteco Liberal LGBT” (à direita) – Facebook

Embora tenha optado até aqui por utilizar os memes principalmente como ilustração dos processos de enquadramento interpretativo engendrados pelas duas *fanpages*, creio que este último tópico requer uma abordagem sensivelmente diferente, pois neste caso as imagens são particularmente ricas em significados. Portanto, antes de passar à discussão das diferenças de enquadramento entre ativistas liberais e conservadores, falarei brevemente sobre os dois memes selecionados para ilustrar este tópico. O primeiro, retirado da *fanpage* “Gay de Direita”, consiste em uma montagem na qual o rosto da ex-presidenta Dilma Rousseff foi inserido no busto daquele que parece ser um prisioneiro. Esta pessoa está aparentemente de joelhos diante de um segundo indivíduo, este encapuzado e com um punhal em mãos, dando a entender que estamos diante de uma provável execução. O cenário do deserto e a indumentária deste segundo personagem (uma túnica tradicional preta) informa-nos que se trata possivelmente de um terrorista islâmico. A baixa sofisticação técnica do meme serve para emular as propriedades gráficas dos famosos vídeos de decapitação produzidos por organizações terroristas como o Daesh. Lê-se, na parte inferior do quadro, uma fala intuitivamente atribuída à Dilma: “Gente, para com isso, vamos conversar”.

O “diálogo” proposto pela ex-presidenta refere-se às relações políticas e comerciais estabelecidas pelos governos Lula e Dilma com países do Oriente Médio como o Irã, à época duramente criticadas pelas oposições à direita do governo. Perante o punhal de seu algoz, Dilma representa uma esquerda ingênua ou mesmo negligente face ao “risco” representado países árabes e persas, considerados “antidemocráticos”, “bárbaros” e “terroristas”. Em última instância, sua condição reflete a possibilidade dos próprios brasileiros tornarem-se alvo de um Oriente potencialmente “perigoso”. Esta imagem permite ainda uma terceira interpretação, relacionada ao contexto de circulação do meme (véspera das eleições presidenciais de 2014), pois a ideia do “sacrifício” de Dilma Rousseff remete simbolicamente à possibilidade de sua derrota eleitoral ou mesmo à sua destituição em caso de vitória. É nesse ponto que a face oculta do jihadista, aquele que comanda o sacrifício, assume o estatuto de espelho.

O ritual representado nesta imagem evoca a dimensão do “primitivo” comumente associada às culturas e povos não ocidentais por meio de um recurso estético que Preciado (2019) denomina “operador de alteridade”. Para o autor, os registros audiovisuais das decapitações promovidas pelo Daesh não seriam representações do arcaico, mas do *high tech*, visto que são fabricados sob medida para a viralização na internet e ampla difusão dos meios de comunicação social, utilizando-se, na maior parte do tempo, de técnicas audiovisuais consagradas entre o público ocidental. Constituem, deste modo, mecanismos de produção de “novos afetos de terror e de pânico” e instauram “novas formas de gestão da subjetividade política” (Preciado, 2019, p. 98). “São filhos de Wes Craven, John Carpenter e James Wan que fazem um *sampling* com o alcorão” (Preciado, 2019, p. 98).

A segunda peça, veiculada pela fanpage “Boteco Liberal LGBT”, é mais simples na sua oposição entre Ocidente e Oriente. Trata-se da adaptação de um meme amplamente conhecido nas redes sociais online com a protagonista da história em quadrinhos da Turma da Mônica reagindo à declaração de um líder mulçumano não identificado sobre planos para uma suposta expansão do Islã. A personagem encara o público com um sorriso enigmático enquanto lemos na tela do seu computador uma oração com referência a expressões associadas, no contexto da cultura popular brasileira, às religiões protestantes neopentecostais (ex.: “*vai quebrando senhor toda a maldição*”). Essa referência é particularmente interessante se considerarmos que os memes e publicações do “Boteco” costumam satirizar com frequência os chamados “crentes” (seguidores das religiões protestantes) por considerá-los demasiadamente moralistas. Ou seja, diante da suposta ameaça “islâmica”, os ativistas sugerem agarrar-se àquilo que é conhecido, e que talvez não seja assim tão ameaçador.

Com base nos dados produzidos ao longo da investigação, foi possível verificar que os discursos dos ativistas conservadores agenciam com frequência representações homofóbicas e racializadas da figura do terrorista islâmico de modo a apontá-los como os “verdadeiros homofóbicos” (Puar, 2012). Eles também criticam os movimentos LGBTQIA+ por não condenarem veementemente países islâmicos pela perseguição aos homossexuais ou mesmo por supostamente defendê-los, como no caso das disputas em torno do conflito entre Israel e Palestina. Face a este quadro, os ativistas conservadores assumem um discurso pró-direitos LGBTQIA+ mais acentuado do que aquele observado em outros enquadramentos, transferindo para o Oriente parte considerável das acusações normalmente imputadas aos conservadores no debate público. Para dar substância a esta manobra, defendem uma cultura ocidental idealizada, democrática e tolerante em relação às sexualidades dissidentes, sob o argumento de que as religiões de matriz judaico-cristã condenam, mas não impedem os indivíduos homossexuais de viverem as suas experiências afetivas e sexuais. Estabelecem, deste modo, uma associação recorrente entre Ocidente, modernidade, civilização e excepcionalidade sexual *versus* Oriente, atraso, barbárie e repressão sexual.

Estes discursos só podem ser compreendidos à luz das narrativas coloniais que estruturam as interpretações dos atores sobre um ideal de nação brasileira e sua consequente posição no mundo ocidental. Os meus interlocutores associados ao conservadorismo compreendem o Brasil como herdeiro da tradição ocidental judaico-cristã em função da colonização portuguesa, processo que teria contribuído para a “civilização”, “acultramento” e “salvação” dos povos originários por meio da conversão ao catolicismo. “*Eles não vieram aqui só por causa do ouro. Havia uma missão. Que era trazer o cristianismo*”, afirma o deputado estadual Douglas Garcia. Curiosamente, esta defesa da cultura ocidental se constrói, para os ativistas conservadores, num misto de fascínio e desilusão. De um lado, eles ignoram os altos índices de violência contra pessoas LGBTQIA+ verificados em países como Brasil e Estados Unidos para celebrar o suposto excepcionalismo sexual (Bracke, 2011; Paternotte, 2019) como uma marca própria das sociedades ocidentais. De outro, reclamam do hedonismo, da permissividade e da perda de valores e referências que caracterizam estas mesmas sociedades. Febo, um dos moderadores da fanpage “Gay de Direita”, referiu-se a este sentimento de desilusão quando mencionou a sociedade dos “relacionamentos por aplicativos”. Douglas Garcia, por outro lado, menciona o aborto e a legalização das drogas como responsáveis por “*tornar o Ocidente esse ambiente podre (...) de depravação cultural e*

ideologia de gênero”. Consideram, portanto, que há uma ameaça interna (os comunistas) e externa (as culturas não ocidentais).

Se neste ponto os ativistas conservadores flertam com posicionamentos liberais sobre os direitos LGBTQIA+, os liberais fazem o movimento oposto. Em seus discursos, revelam preocupação com os desdobramentos da questão migratória da Europa e demonstram simpatia com as propostas da advogada francesa Marine Le Pen, líder do partido de extrema-direita Rassemblement National, anteriormente denominado Front National. Mateus, ativista ligado ao “Boteco Liberal LGBT”, explica:

Mateus: Uma coisa que fez os gays se posicionarem mais à direita, mais pro lado conservador e mais pro lado liberal, mais pro conservador e tradicionalista mesmo, foi a questão dos muçulmanos. Aqui no Brasil a gente não tem isso, mas na França o que fez a Le Pen ganhar a comunidade LGBT inteira basicamente foi o fato de que ela virou e falou: “olha, vamos fechar as fronteiras e não vamos deixar os Kebab entrarem mais aqui”. E aí, quando isso aconteceu, quando a Le Pen levantou essa pauta, a galera viu o que que a comunidade muçulmana tá fazendo com a comunidade LGBT na Europa. Tem bairros em Londres em que eles tavam espalhando cartazes falando que essa região é controlada pela lei da Xaria. E isso deixou a população LGBT muito assustada porque todo mundo sabe qual que é o tratamento que a gente recebe no Oriente Médio, na Chechênia, na Rússia e tudo o mais (Entrevista por videoconferência com Mateus, 1º de maio de 2020)

Um dos pontos centrais das disputas em torno deste enquadramento recaem sobre a defesa de Israel como “o único país *gay friendly* do Oriente Médio”. Em suas publicações, o “Boteco” se refere à cidade de Tel Aviv como “um oásis gay no Oriente Médio” em oposição a uma Palestina supostamente intolerante. Como as páginas LGBTQIA+ conservadoras também reivindicam Israel como símbolo do excepcionalismo sexual atribuído ao Ocidente, liberais e conservadores tendem a entrar em litígio para decidir quem possui legitimidade para apropriar-se da bandeira israelense. “*Gado do Bolsonaro, sua bandeira é a russa*”, declaram os moderados do “Boteco” por meio de um meme no qual sugere-se que o regime russo, por suas características autocráticas, guardaria mais similaridades com o projeto político de Bolsonaro do que aquele liderado à época pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

A reprodução de discursos que posicionam Israel como um país LGBTQIA+ *friendly* em oposição a um Oriente Médio essencialmente “homofóbico” tem sido amplamente problematizada por uma literatura *queer* e pós-colonial. Puar (2013b) identificou neste aparato discursivo uma estratégia de marketing, turismo LGBTQIA+ e relações públicas que teria sido estrategicamente fabricada pelo do Estado israelense para impactar positivamente a percepção do público internacional sobre a ocupação dos territórios palestinos. Por meio da produção desta “geografia imaginária”, os países ocidentais estariam posicionando-se progressivamente

como “sociedades multiculturais heteronormativas e ao mesmo tempo *gay-friendly*, tolerantes e sexualmente liberais” (Puar, 2012, p. 11) em oposição ao Islã e a um oriente ameaçador. Essa narrativa tende a desconsiderar as experiências de pessoas mulçumanas não heterossexuais e não cisgêneras que reivindicam pertencimento às suas comunidades religiosas (Rahman, 2010) em prol da universalização de um discurso de “direitos gays” (ou LGBTQIA+) como direitos humanos e da imagem de uma identidade *gay internacional* ocidentalizada (Massad, 2002).

Definindo os estilos de ativismo liberal e conservador

Discutidas as propriedades básicas da ação coletiva e conectiva dos grupos “Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”, proponho uma breve conceptualização dos estilos de ativismo liberal e conservador com base nas análises apresentadas nos dois últimos capítulos. Como referido anteriormente, compreendo que *estilos de ativismo* resultam da combinação de diferentes modelos organizacionais, repertórios de ação coletiva, enquadramentos interpretativos e formações identitárias experimentados pelos atores no decurso do confronto político. Com exceção das questões sobre identidade coletiva, discutidas de forma diluída ao longo dos Capítulos 4 e 5, as demais propriedades foram analisadas em seções específicas e de forma comparativa. Optei por definir os ativismos identificados nesta identificação como *estilos* porque, neste caso, me pareceu que os atores se constroem em tensão com a própria ideia de identidade coletiva. Isso não quer dizer que a negação de uma identidade não possa constituir uma identidade em si mesma (Fominaya, 2019). Por exemplo, os ativistas liberais rejeitam comparações com a esquerda, recusam-se a figurar “*no mesmo espectro político do Bolsonaro*” e flertam com uma identidade contingente “de centro”. Eventualmente, consideram necessário “*tomar de volta a direita sequestrada pelos bolsonaristas*”, estabelecendo deste modo um sem-número de possibilidades identitárias possíveis de serem tomadas por seus seguidores como identidades personalizadas.

Mais do que uma identidade coletiva que precede a própria ação, o que os meus dados revelam é um rechaço às identidades coletivas e a convergência entre a lógica organizacional da internet, projetada para potencializar a expressão individual, e as convicções ideológicas dos atores, que tendem a valorizar a dimensão da agência individual em detrimento do chamado “coletivismo”. No contexto da ação *conectiva*, a identidade ainda funciona como o *esprit de corps* que orienta os atores para a ação, mas trata-se de uma identidade coletiva em constante formação “volátil, empiricamente espessa ou simplesmente imaginada” (Milan, 2015b, p. 2). Em alternativa, os atores engajam-se na construção daquilo que Milan (2015) chamou de

política de visibilidade, ou seja, “*a personificação digital e a presença online de indivíduos e grupos e seus significados associados, que são (e precisam ser) constantemente negociados, revigorados e atualizados*” (Milan, 2015, p.6). Sob esta lógica, grupo se torna um meio para a ação coletiva, e não o seu fim, com a política de visibilidade criando indivíduos no grupo em vez de grupos compostos por indivíduos (Milan, 2015). Essa identidade coletiva em formação ou política de visibilidade é apenas mais um atributo da ação coletiva que permeia a formação dos estilos de ativismo liberal e conservador. Colocados lado a lado, estes atributos apontam para a formação de “roteiros vagos”, maleáveis, transponíveis, mas suficientemente estruturados (Alonso, 2015), que oferecem aos potenciais aderentes da ação coletiva e conectiva formas específicas de fazer política.

O estilo *conservador* se caracteriza pela informalidade de suas estruturas associativas (*redes mistas de ação conectiva* altamente flexíveis), multiplicidade de repertórios de ação *online* e *offline* (incluindo os mais disruptivos e institucionais) orientados para a busca de visibilidade externa e a produção de enquadramentos interpretativos assentes na reivindicação de um “direito à privacidade em público” (Duggan, 2002). Estes ativistas procuram desqualificar as bases morais das esquerdas e dos movimentos LGBTQIA+, de modo a fazer recuar à esfera privada um certo tipo de politização do gênero e da sexualidade. Fazem isso por meio de performances disruptivas que buscam implodir o próprio terreno da conflitualidade — a chamada “política do choque” e os memes de estética *kitsch* e humor corrosivo —, um *way of doing things* que caracteriza a intervenção pública destes ativistas. Em suas performances públicas, estes ativistas alternam a ênfase em uma identidade “gay” ou “LGBT” abertamente “de direita” ou “conservadora” com o agenciamento de outras identidades sociais (ex.: *antes de ser gay, eu sou brasileiro*) que lhes permite relegar a sexualidade ao segundo plano. São dados aos discursos nacionalistas, orientalistas e à discussão de pautas morais (contra a “ideologia de gênero”), anticorrupção e pró-armamento e pró-família.

O estilo *liberal* se caracteriza pela construção de *redes mistas de ação conectiva* igualmente informais, flexíveis e descentralizadas, construídas para atender às necessidades associativas de seus membros (sociabilidade, formação política e apoio mútuo) e estimular a criação de redes locais de ação coletiva. Estes ativistas se valem de repertórios de ação *online* e *offline* orientados principalmente para ações internas, mas sustentadas por uma intensa atividade de propaganda digital. Nas redes sociais online, recorrem à implacável estética da “zoeira” (Vrydagh, 2020) por meio da massiva produção de memes políticos tecnicamente sofisticados e amplamente referenciados na cultura pop, nas subculturas juvenis e LGBTQIA+.

Em contextos *offline*, prezam pela “moderação”, “racionalidade” e “bom-senso”. Um *way of doing things* mais “discreto” se comparado aos conservadores, mas suficientemente apelativo — basta verificar o alcance significativo de *fanpages* liberais como o “Boteco Liberal LGBT” (quase sempre acima dos 20 mil seguidores). Seus enquadramentos interpretativos apontam para uma moralização empreendedora dos debates de gênero e sexualidade, transpondo para as questões LGBTQIA+ uma lógica individualizante assente no compromisso, dedicação e eficiência como chaves para a superação individual das desigualdades sociais.

Há nesta concepção uma forte rejeição ao Estado e às instituições, a aposta em um pluralismo identitário “fixo” e “coeso” e a crença de que os indivíduos, suas famílias e comunidades podem atuar juntos para suprir as necessidades não satisfeitas pelo mercado. Não por acaso, os ativistas liberais apontam para ações de voluntariado como uma alternativa efetiva de ação capaz de romper com o “proselitismo político” dos movimentos LGBTQIA+ e impactar de maneira concreta as condições de vida das pessoas LGBTQIA+ mais empobrecidas. Estes ativistas se valem da negação de identidades coletivas “LGBTQIA+” e “de direita” como um horizonte de novas possibilidades de identificação de si e do outro — “liberal” aqui significa uma afirmação da liberdade individual frente a imposição das identidades coletivas homogeneizantes. Embora evitem associações com o conservadorismo e o “progressismo”, mostram-se dispostos a incorporar algumas de suas contribuições. No caso do conservadorismo, o apreço pelo que é “bom”, “concreto”, “objetivo” e “familiar”; e no caso do “progressismo” de esquerda, a (re)apropriação do discurso dos direitos humanos, tomado como norma universal e marca distintiva das sociedades ocidentais. O flerte com a agenda conservadora se faz notar sobretudo na oposição seletiva à abordagem do “gênero”.

Conclusão do Capítulo 5

Este capítulo procurou estabelecer uma definição para os estilos de ativismo LGBTQIA+ liberal e conservador que estão no cerne desta investigação. Para este fim, tomei como ponto de referência a análise dos principais atributos da ação coletiva e conectiva (*modelos organizacionais, repertórios e enquadramentos interpretativos*) de dois grupos organizados a partir de *fanpages* hospedadas no Facebook: “Gay de Direita” (representante do estilo conservador) e “Boteco Liberal LGBT” (representante do estilo liberal). Estes grupos funcionam como *redes conectivas mistas* descentralizadas, maleáveis e relativamente incipientes, mas suficientemente bem adaptadas aos propósitos, convicções e dilemas identitários de seus ativistas. Se, à partida, as categorias êmicas mobilizadas pelos atores para

referirem-se a si próprios (“liberais” e “conservadores”) foram tomadas como parte do processo de compreensão, reflexão e mapeamento do terreno, os resultados dos capítulos mesoanalíticos revelam ser possível classificar os atores em estudo em dois estilos de ativismos relativamente distintos, mas relativamente semelhantes, com base na apropriação particular destas duas categorias ideológicas. Finalmente, creio que as aproximações, ambivalências e mesmo coincidências entre estes estilos devem ser compreendidas como parte importante deste conjunto de análises. Não me parece pertinente “fechá-los” em definições demasiadamente rígidas, pois os estilos de ativismo, conforme Alonso (2015), caracterizam-se justamente pelo seu caráter vago, modular e aberto às improvisações. Para dar conta desta inerente heterogeneidade interna, tratarei de explorar, no capítulo final desta tese, as contribuições biográficas dos ativistas para a constituição destes dois estilos de ativismo.

Capítulo 6

Um trabalho de si sobre si próprio: as componentes biográficas dos ativismos LGBTQIA+ à direita

O que torna os gays diferentes dos outros não é apenas o fato de sermos discriminados, maltratados, considerados doentes ou pervertidos. Este elemento, por si só, não molda a cultura gay. (...). Mas sim o fato de vivermos em um mundo social no qual a heterossexualidade mantém a força enquanto norma. Na verdade, a heterossexualidade é o nome de um sistema de normas que vai muito além da prática relativamente inofensiva de intercursos sexuais entre homens e mulheres [tradução minha].

David M. Halperin (2012) How to be gay

O homem só é humano na medida em que busca se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido por ele. Enquanto não for efetivamente reconhecido pelo outro, é esse outro que permanece o tema de sua ação. É desse outro, do reconhecimento por parte desse outro, que dependem seus valores e sua realidade enquanto ser humano. É nesse outro que se condensa o sentido de sua vida [tradução minha].

Franz Fanon (2015) Peau noire, masques blancs

Nós nunca deixamos de desempenhar papéis, mas existe, apesar disso, uma verdade das máscaras. A verdade da minha era essa vontade de ter uma existência diferente [tradução minha].

Édouard Louis (2014) En finir avec Eddy Bellegueule

Este capítulo final corresponde ao nível microsociológico da análise proposta. Inspirado em Favareto et al. (2010), sugeri um modelo analítico assente na ideia de que os ativistas LGBTQIA+ à direita atuam por meio de modelos de interação relativamente bem estruturados, os chamados estilos de ativismo (Alonso, 2015). Para dar forma aos estilos de ativismo liberal e conservador, os ativistas se valem do contexto de oportunidades políticas e culturais, cujas variáveis foram analisadas no capítulo 3, das redes de mobilização nas quais estão inseridos, destrinchadas ao longo dos capítulos 4 e 5, e das disposições individuais adquiridas ao longo de suas trajetórias biográficas, tema deste derradeiro capítulo 6. Parto do pressuposto de que os ativistas, no decorrer de suas trajetórias sociais, constituem *patrimônios de disposições individuais para a ação política* — uma adaptação do conceito de *habitus militante* proposto por Crossley (2003) à luz dos contributos teóricos de Lahire (2002) — esquemas perceptivos-cognitivos amparados em valores, ideias ou crenças que permitem a interpretação das oportunidades políticas e culturais, favorecem a adesão a certas redes de mobilização, oferecem o *know-how* capaz de transformar o descontentamento em ação. Estas disposições tanto impactam as formas de ação coletiva nas quais os agentes se engajam como são impactadas por elas, pois os ambientes de contestação funcionam, eles próprios, como novos contextos de socialização. Uma vez integrados à dinâmica do confronto, os ativistas atribuem a esta prática

significados específicos, desenvolvem preferências por rotinas de protesto e um “sentimento” de satisfação que transcende os próprios objetivos da ação coletiva.

O meu argumento principal é de que os ativistas em estudo possuem *patrimônios de disposições individuais* fundamentalmente *plurais*, resultado de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, dinâmicos, heterogêneos e contraditórios. Oriundos dos estratos médios e baixos da sociedade brasileira estes jovens pertencem à primeira ou segunda geração familiar a acessar o ensino superior, mantém vínculos relativamente estreitos com suas famílias de origem e almejam posições profissionais capazes de garantir a continuidade das suas trajetórias de mobilidade social ascendente. Seus percursos de vida são marcados pela participação em uma variedade de universos sociais e pelo acúmulo de papéis sociais mais ou menos dissonantes (“filho”, “homossexual”, “católico”, “trabalhador/empreendedor”), sendo possível caracterizá-los como trânsfugas de classe (Hoggart, 1973; Bourdieu, 2008). Como mantém um certo nível de apego material ou simbólico aos meios sociais de origem, a assunção de uma orientação sexual dissidente tende a ser marcada por tensões de ordem individual, familiar e comunitária, pois a atmosfera de crescente politização em torno das questões LGBTQIA+ evoca conflitos sociais a diferentes níveis (ex.: secular/religioso, moral/imoral, norma/desvio, reconhecimento/redistribuição, continuidade/mudança, popular/erudito e direita/esquerda). É nesse contexto que a adesão aos movimentos liberais e conservadores surge como possibilidade de articular diferentes esferas de vida (Lahire, 2002), ressignificar identidades e dar sentido a este conjunto desarmônico de disposições e pertencimentos sociais: assumindo-se como “gay de direita”, “liberal” ou “conservador” estes indivíduos têm a oportunidade de rejeitar o universo das elites intelectuais associadas às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+ e negociar uma identidade homossexual “não combativa”, defensora e mantenedora dos valores e crenças dominantes.

O capítulo está dividido em dois momentos. O primeiro busca estabelecer parâmetros para a seleção das trajetórias a serem analisadas. Para este fim, procuro identificar *variações estilísticas* comuns aos dois estilos de ativismo conceptualizados no capítulo anterior. Dado que estes estilos funcionam apenas como “roteiros vagos” para a ação contestatória, são os atores sociais os responsáveis pelo trabalho de apropriação, adaptação e recriação destes mesmos roteiros, valendo-se para este propósito de um conjunto de componentes biográficas de ordem objetiva e subjetiva. Com a finalidade de identificar estas variações estilísticas, recorri à aplicação da técnica de Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), por meio da qual foi possível verificar, entre os meus interlocutores, a existência de pelo menos quatro

variações estilísticas (dois *tipos* de ativistas liberais e dois *tipos* de ativista conservador). Os *tipos* aos quais me refiro não representam tipos ideais à moda weberiana, mas *perfis* conceptualizados com o intuito de ilustrar uma mesma forma de apropriação de um determinado estilo de ativismo. Dado que estes *perfis* ocupam uma posição semelhante no espaço social, mas os ativistas são individualmente tão diversos entre si, o recurso ao dispositivo teórico-metodológico dos retratos sociológicos (Lahire, 2004) revelou-se uma solução adequada, na medida em que permitiu reconstituir as trajetórias dos ativistas com foco na constituição de suas pluralidades disposicionais.

O segundo momento deste capítulo apresenta, em quatro seções, os retratos sociológicos destes quatro ativistas. De modo a captar as *disposições individuais para a ação política* que caracterizam cada um dos tipos identificados, procuro analisar os efeitos dos processos de socialização em uma multiplicidade de universos sociais como família, igreja, escola e internet, sem esquecer dos espaços de sociabilidade LGBTQIA+ e dos ambientes de mobilização política à direita. Essas experiências se articulam diretamente com os chamados marcadores sociais da diferença (Brah, 2006), nomeadamente os de classe, pertencimento étnico-racial, gênero, sexualidade e religiosidade, os quais funcionam como mediadores dos processos de acumulação de *disposições e competências individuais* para a ação. Dois “momentos de ruptura biográfica” (Lahire, 2002) são decisivos para a compreensão desta narrativa: a ruptura do *armário sexual* e a do *armário político*, momentos de virada que servem como principal estímulo para o engajamento ativista à direita. Ao aderirem aos movimentos liberais e conservadores, estes indivíduos podem, finalmente, reinventarem-se a si próprios e conferirem novos sentidos a um patrimônio de disposições profundamente cindido, plural e multideterminado. Por fim, a conclusão deste capítulo procura colmatar os principais resultados desta análise, preparando o terreno para as considerações finais da tese.

Dos estilos de ativismo às variações estilísticas

Em sua definição do conceito de estilos de ativismo, forjado para analisar as estratégias modulares de ação do movimento abolicionista brasileiro no século XIX, Alonso (2015) apoiou-se sobretudo em formas de ação (lobby parlamentar, associativismo, cerimônias cívicas, ativismo judicial). Reconheceu nas lideranças do movimento (André Rebouças, Joaquim Nabuco, Antônio Bento) representações estilizadas, padronizadas e maleáveis destes diferentes modos de fazer política e verificou que a rápida difusão e a execução simultânea destes modelos de interação em diferentes regiões do país “abriu nichos variados de atuação,

dando espaço para as singularidades” (2015, p. 484). Por outro lado, ao apropriar-me deste conceito, optei por tomar como base não os repertórios de ação coletiva (parlamentar, associativista ou virtual), mas as categorias êmicas de cariz político-ideológico verificadas no terreno (conservador e liberal). Tomei esta posição porque, neste caso específico, me pareceu que os repertórios de ação eram demasiadamente parecidos naquela que é a principal arena do confronto (a internet) e porque o meu objeto de investigação evocava diretamente um conteúdo político-ideológico que parecia impossível ignorar. Não por acaso, foi na análise dos enquadramentos interpretativos, quando entraram em cena as diferentes apreciações do confronto, que os dois grupos analisados no capítulo anterior (“Gay de Direita” e “Boteco Liberal LGBT”) mais divergiram entre si. Creio também que esta proposta se revelou proveitosa na medida em que permitiu explorar como os atores articulam, no decurso do confronto, suas identidades sexuais e de gênero com seus respectivos valores e convicções ideológicas, introduzindo (ou reintroduzindo) no debate público questões como o direito à privacidade em público (Duggan, 2002) e a empreendedorização da política LGBTQIA+.

Sem embargo, Alonso (2015) notou que os processos de compartilhamento, difusão e execução simultânea dos estilos de ativismo abrem espaço para “singularidades”. Dando continuidade às suas reflexões, proponho examinar estas singularidades, partindo da compreensão de que são os atores, a partir de seus respectivos contextos sociais e valendo-se de um conjunto de componentes biográficas de ordem objetiva e subjetiva, os responsáveis pela apropriação destes “roteiros vagos” de ação coletiva e conectiva, gerando aquilo que chamarei de *variações estilísticas*. Por meio deste conceito, pretendo explorar a heterogeneidade interna aos estilos de ativismo liberal e conservador, introduzindo para este fim a correlação entre variáveis igualmente pertinentes para à análise da ação contestatória à escala individual, como por exemplo os vínculos entre repertórios de ação, multiplicidade de filiações e disponibilidade de recursos materiais associados às trajetórias e condições de classe.

Para identificar estas variações estilísticas, recorri à técnica da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), uma “variante da análise geométrica de dados que utiliza dados categóricos (qualitativos) para diferenciar os agentes” (Kluger, 2018, p.68). Em linhas gerais, a ACM permite descrever e analisar um grande número de variáveis e suas categorias (Bertoncello, 2016) com base na sintetização quantitativa de dados qualitativos e na consequente redução da informação a um pequeno número de dimensões capazes de explicar “a estrutura subjacente das relações que se estabelecem entre objetos (indivíduos) e categorias” (Teixeira, 2016, p. 212). A aplicação desta técnica permite projetar os agentes em um plano de

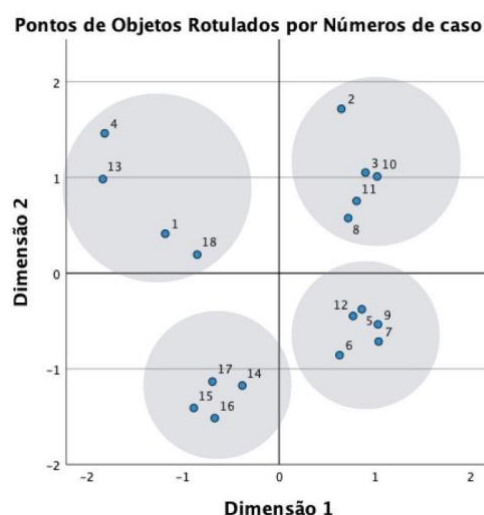
maneira estrutural, multidimensional e relacional (Lebaron, 2010) sempre em função da distribuição desigual de propriedades sociais (capitais, práticas, tomadas de posição), não sendo necessária a existência de interações reais entre eles, como seria no caso de uma rede social (Kluger, 2018). Desenvolvida a partir dos contributos estatísticos de Benzécri (1976), a ACM foi incorporada às Ciências Sociais a partir da década de 1970, tornando-se conhecida sobretudo por meio das obras de Pierre Bourdieu (com destaque para *A distinção* [2007]), para quem a análise geométrica possuía uma “afinidade filosófica” com a concepção relacional subjacente à teoria dos campos (Kluger, 2018).

Entre as vantagens associadas à aplicação desta técnica está a possibilidade de apresentação gráfica dos resultados em um “mapa perceptual” (Hair et al., 2013, p. 520), formado por um par de eixos (X e Y) cujas extremidades representam diferentes níveis de dimensões opostas (Teixeira, 2016). Os agentes e suas propriedades sociais (transformadas em dados categóricos) são representados por “nuvens de pontos” (Lebaron, 2010; Kluger, 2018) dispostas por entre os eixos do gráfico. Para compreender as afinidades, polarizações e discrepâncias inerentes ao universo social estudado, faz-se necessário analisar a “distância entre os pontos e seus padrões de dispersão na nuvem” (Kluger, 2018, p. 69). Como a representação geométrica criada pela ACM projeta os agentes em um espaço relacional e objetivamente estruturado (daí a afinidade com a teoria bourdieusiana dos campos), estes gráficos permitem detectar “padrões de correlação entre as posições sociais dos agentes, suas práticas e tomadas de posição nos mais variados domínios da vida social” (2018, p. 69).

Nesta investigação, a ACM foi mobilizada para identificar possíveis *variações estilísticas* entre os ativistas LGBTQIA+ liberais e conservadores. Inspirado pelo modelo analítico proposto por Favareto et al. (2010), para quem estilos de ativismo podem ser analisados com base em três dimensões de variáveis que incluem a) as trajetórias de vida das lideranças; b) as redes ou estruturas de mobilização na qual eles estão inseridos; c) e a posição em relação ao Estado e aos adversários políticos, tentei perceber se existiam ou não perfis de ativismo diferenciados entre os meus 18 interlocutores (entre os quais constam tanto lideranças quanto os chamados “ativistas de base”, pois a minha abordagem não privilegia tão somente o estudo de lideranças). Para este fim, recorri aos dados produzidos por ocasião das entrevistas semiestruturadas e da aplicação de um questionário sociodemográfico, tomando como base para a construção das variáveis as seguintes dimensões: a) práticas ativistas; b) inserção em diferentes redes de mobilização; c) posições contextuais, definições e percepções sobre a política e d) características sociodemográficas (incluindo dados relevantes sobre suas

trajetórias)⁸⁷. Os dados referentes a estas variáveis foram tratados e/ou tabulados, codificados e transformados em um pequeno número de categorias possíveis de respostas. Optei por um modelo analítico que toma as variáveis relacionadas às práticas ativistas, redes de mobilização e tomadas de posição como variáveis *ativas* ($n=14$) e as variáveis sociodemográficas e de trajetória como *suplementares* ($n=6$) (Bertoncelo, 2016; Teixeira, 2016; Beaubatie, 2021)⁸⁸. A aplicação da ACM com recurso ao software SPSS 28.0 permitiu identificar quatro *variações estilísticas* (duas variações de cada estilo de ativismo) entre os 18 casos que compõem esta investigação. O gráfico 1 (gráfico de casos) ilustra as posições dos ativistas no espaço social e seus respectivos agrupamentos em quatro pequenos *clusters* que correspondem às chamadas *variações estilísticas*⁸⁹.

Gráfico 3: Distribuição posicional dos casos e agrupamentos por clusters



Fonte: Elaboração própria (IBM SPSS Statistics 28.0)

O gráfico 2 ilustra a distribuição dos pontos categoriais correspondentes tanto às variáveis suplementares (sociodemográficas) quanto às variáveis ativas, aquelas que efetivamente contribuíram para distribuir os casos no espaço social. O eixo Y (horizontal) representa os estilos conservador (à esquerda) e liberal (à direita), ao passo que o eixo X (vertical) representa múltiplas filiações e repertórios (no topo) e ausência de múltiplas filiações e baixa densidade

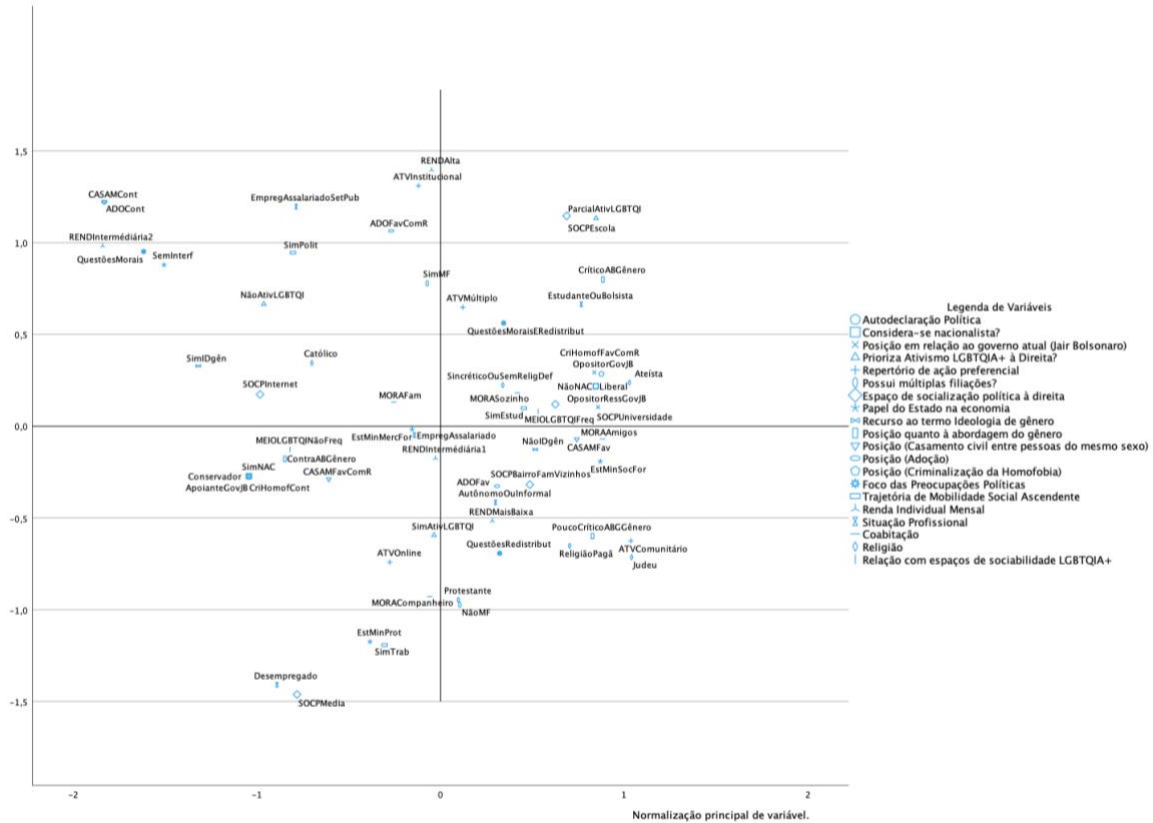
⁸⁷ Um glossário completo com as variáveis ativas e suplementares, códigos de cada categoria e os significados dos respectivos códigos podem ser encontrados no APÊNDICE 5.

⁸⁸ Por variáveis ativas compreendem-se aquelas que são consideradas para a construção dos eixos e cálculo das distâncias relativas (Bertoncelo, 2016), ao passo que as suplementares servem apenas para perceber a relação que estas estabelecem com as variáveis ativas e com as dimensões definidas para o estudo (Teixeira, 2016).

⁸⁹ Os casos (ativistas entrevistados) estão representados por uma numeração de 1 a 18 correspondente à ordem de apresentação dos casos estabelecida no Tabela 3 do Capítulo 2.

de repertórios (abaixo). Cada quadrante reúne propriedades sociais que caracterizam uma *variação estilística* específica, conforme ilustrado no gráfico 1:

Gráfico 2 – Distribuição dos pontos categoriais correspondentes às variáveis ativas e suplementares:



Legenda das Variáveis: Dentre as 20 variáveis listadas no canto direito, as 14 primeiras são variáveis *ativas* e as outras 6 são variáveis *suplementares*. **Fonte:** Elaboração própria (IBM SPSS Statistics 28.0)

Concentremo-nos sobre o gráfico 2. Tendo em vista que as propriedades sociais (variáveis) que mais contribuíram para a posição no eixo de Y (horizontal) foram autodeclaração política (conservador ou liberal), posição face ao nacionalismo e ao governo de Jair Bolsonaro, pode-se afirmar que à esquerda do gráfico encontram-se os conservadores, nacionalistas e pró-Bolsonaro à direita do gráfico os liberais, não nacionalistas e opositores do governo Bolsonaro (ainda que entusiastas de sua política econômica neoliberal). Com menor relevância, outras variáveis ativas parecem contribuir igualmente para a estruturação deste eixo: os conservadores são aqueles que mais se utilizam do termo “ideologia de gênero”, são contrários à abordagem do “gênero” e apresentam maior preocupação com questões de ordem moral. Os liberais, ao contrário, recorrem menos ao termo “ideologia de gênero”, são menos críticos em relação à abordagem de gênero e combinam preocupações morais com

redistributivas. Do ponto de vista das variáveis suplementares, nota-se a predominância do catolicismo entre os conservadores e uma grande pluralidade religiosa entre os liberais.

Em relação ao eixo X (vertical), as propriedades sociais (variáveis) com maior contribuição estão relacionadas à multiplicidade de filiações (partidos, movimentos, grupos online) e de repertórios de ação (digitais, institucionais, comunitários). Na parte superior encontram-se aqueles com maior número de filiações, acesso a diferentes espaços de intervenção e com repertórios mais variados e/ou institucionalizados e na parte inferior àqueles com menor número de filiações, circulação mais restrita e repertórios mais digitalizados e/ou localizados. Outra variável ativa relevante para a estruturação deste eixo (mas com menor relevância) foi o espaço de socialização política: na parte superior encontram-se aqueles que foram socializados em espaços formais como a escola e a universidade, ao passo que na parte inferior encontram-se aqueles socializados pelos meios de comunicação social tradicionais ou entre familiares, vizinhos e amigos. A internet como espaço de socialização política aparece mais ao centro do gráfico, com maior incidência entre os conservadores. Quando relacionada às variáveis suplementares, esta configuração revela uma ligação entre maior circulação e ampliação de repertórios com acesso a recursos materiais (no topo do gráfico) e menor circulação e baixa densidade de repertórios com menor acesso a recursos (na parte inferior).

Face às semelhanças, polarizações e incongruências expressas pelo Gráfico 2⁹⁰, foi possível identificar quatro tipos ou variações estilísticas (cada uma delas posicionada em um dos quadrantes que compõem o diagrama). Com base na correlação entre os eixos X e Y, optei por denominá-las: *liberais intermediadores* (ocupantes do quadrante superior direito), *liberais associativistas* (ocupantes do quadrante inferior direito), *conservadores digitalmente conectados* (ocupantes do quadrante inferior esquerdo) e *conservadores intermediadores* (ocupantes do quadrante superior esquerdo). De forma a orientar a leitura dos retratos sociológicos presentes na seção seguinte, ofereço a seguir uma breve caracterização destas quatro variações estilísticas:

a) *Os liberais intermediadores* atuam como *brokers* entre diferentes organizações liberais (partidos, *think tanks* e organizações de movimento social) e espaços de intervenção (parlamentos, academia, redes sociais online e meios de comunicação), promovendo a maior integração entre iniciativas de ativismo LGBTQIA+ e o movimento liberal. Este trânsito privilegiado tem a ver com o relativo acúmulo de capitais sociais, culturais, econômicos e/ou

⁹⁰ As quantificações referentes à produção do Gráfico 2 (Sumarização do modelo, Histórico de Iteração, Variáveis de Correlação e Medidas de Discriminação) podem ser verificadas no APÊNDICE 6.

simbólicos e com a tendência às múltiplas filiações. Como resultado, verifica-se um perfil de ativismo mais difuso (cujo foco não reside exclusivamente sobre questões LGBTQIA+) e o agenciamento de uma ampla variedade de repertórios de ação. Combinam a defesa de direitos civis “familistas” (como casamento civil e adoção por casais do mesmo sexo) com temas de ordem moral (críticas à abordagem de gênero, aos direitos das pessoas trans e ao aborto) e questões redistributivas (empreendedorismo LGBTQIA+). São majoritariamente católicos, alguns com raízes no protestantismo. A socialização política aconteceu na escola ou na universidade, dois espaços intimamente relacionados às suas trajetórias de mobilidade ascendente. São relativamente autônomos *vis à vis* suas famílias de origem.

b) Os *liberais associativistas* são os grandes defensores da livre iniciativa. Combinam um ativismo LGBTQIA+ *online* de larga escala com projetos de voluntariado, associativismo local e comunitário (que podem ou não ser focados na temática LGBTQIA+). O menor acúmulo de capital econômico, simbólico e social impacta na possibilidade de maior circulação por entre diferentes espaços de intervenção, tornando-os mais dependentes de repertórios de baixo custo (os digitais) e formas de ação mais localizadas (ativismo comunitário). Rejeitam o Estado e os movimentos LGBTQIA+ estabelecidos, mas são também os mais “progressistas” entre os quatro tipos identificados, sendo amplamente favoráveis ao casamento civil e à adoção, à criminalização da homofobia (com ressalvas), pouco críticos à abordagem do “gênero” e bastante favoráveis aos direitos das pessoas trans (aquelas situadas no binário de gênero). São pouco afeitos aos debates morais e mostram grande preocupação com questões redistributivas (trabalho, renda, empreendedorismo). Transitam (ou costumavam transitar) por espaços de sociabilidade LGBTQIA+, são diversos em termos religiosos (ateus, pagãos, judeus, mórmons) e foram apresentados à política por meio de familiares, vizinhos, associações de bairro e universidade. Suas trajetórias de mobilidade ascendente estão relacionadas principalmente ao ingresso no ensino superior, ainda que o acesso ao diploma não tenha garantido uma inserção formal ou instável no mercado de trabalho.

c) Os *conservadores digitalmente conectados* são aqueles cuja atuação concentra-se principalmente na internet, ainda que estas conexões resultem, em alguns casos, na criação de grupos formais de ativismo baseados na articulação entre identidade política e orientação sexual. Como no caso dos *liberais associativistas*, a ausência de recursos, o baixo acúmulo de capitais e a situação laboral instável (informalidade, desemprego) impactam diretamente no acesso às redes de mobilização mais institucionalizadas e limitam o agenciamento de um repertório de ação mais variado — o digital, mais uma vez, aparece como o “meio” de

engajamento mais acessível. Seus posicionamentos tendem a ser difusos: são amplamente favoráveis aos direitos LGBTQIA+ mais “familistas” (adoção e casamento), contrários à criminalização da homofobia (os cidadãos devem ter direito à “liberdade de expressão” e à “liberdade religiosa”) contrários à abordagem do gênero (utilizam-se largamente da retórica da “ideologia de gênero”) e reticentes em relação aos direitos das pessoas trans. Em outras palavras, almejam aceder aos direitos LGBTQIA+ associados à reprodução do modelo heterossexual, mas rejeitam as abordagens e mecanismos jurídicos que colocam em causa as visões biologizantes do sexo e do gênero. Suas trajetórias de mobilidade social estão relacionadas ao trabalho, ocupando funções não manuais, intelectuais ou de nível técnico, mantendo-se muito próximos às suas famílias de origem.

d) Os *conservadores intermediadores* atuam como *brokers* entre diferentes organizações conservadoras (partidos, e organizações de movimento social) e espaços de intervenção (parlamentos, redes sociais online e meios de comunicação), promovendo a maior integração entre iniciativas de ativismo LGBTQIA+ e o movimento conservador. Como no caso dos *liberais intermediadores*, este trânsito privilegiado tem a ver com o relativo acúmulo de capitais sociais, culturais, econômicos e/ou simbólicos e com a tendência às múltiplas filiações. Este quadro produz um ativismo mais difuso (cujo foco não reside exclusivamente sobre questões LGBTQIA+) e o agenciamento de uma ampla variedade de repertórios de ação. São também os conservadores com posicionamentos mais radicais: tendem a ser contrários ao casamento (“união estável” seria mais adequado), à adoção, à criminalização da homofobia, à abordagem do gênero e às demandas dos movimentos trans (não por acaso, são os grandes opositores da chamada “ideologia de gênero”). Não costumam frequentar espaços de sociabilidade LGBTQIA+, mas há exceções. São majoritariamente católicos, com alguma socialização prévia no protestantismo neopentecostal. Foram apresentados à política por meio das redes sociais online. Suas trajetórias de mobilidade ascendente estão relacionadas ao ativismo político ou à obtenção de um diploma de ensino superior. Declaram-se nacionalistas, são apoiadores do governo Jair Bolsonaro e defendem um modelo de Estado mínimo radical (sem qualquer interferência na economia).

Os retratos sociológicos dos ativistas LGBTQIA+ à direita

Uma vez apresentada uma breve caracterização das quatro variações estilísticas identificadas pela ACM, passemos aos retratos sociológicos dos ativistas. Cada seção trará um retrato, construído com base nas mesmas dimensões analíticas (socialização primária e

secundária, ruptura do armário sexual, ruptura do armário político, agência e reflexividade individual) para facilitar a compreensão e as comparações. Os casos transformados em retratos foram selecionados com base no critério de diversidade e potencial para ilustrar a variação estilística em questão. Dado que parte significativa das preocupações teóricas Lahire (2004) residem na questão das variações intra-individuais de disposições, a construção de perfis sociológicos com base na abordagem do ator plural pode parecer, à partida, um contrassenso. Entretanto, como argumentaram Rodrigues e Leão (2012), esta abordagem pode ser útil para apreender os fatores que estão por trás destas variações intra-individuais e aqueles que mais contribuem para a determinação de perfis sociais em discussão. Sendo assim, nas próximas páginas, estarão em causa tanto a *pluralidade disposicional* quanto os fatores comuns à produção desta pluralidade. A ordem de apresentação dos retratos obedecerá a sequência previamente estabelecida: *liberal intermediador (retrato 1)*, *liberal associativista (retrato 2)*, *conservador digitalmente conectado (retrato 3)* e *conservador intermediador (retrato 4)*.

Retrato 1: “Liberal na economia, Gay nos costumes”

Eleito o mais jovem vereador da história da cidade de São Paulo (aos 20 anos) com cerca de 48 mil votos, em 2016, Fernando “Holiday” Silva Bispo nasceu no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), zona oeste da capital, onde sua mãe trabalhava como auxiliar de limpeza. Nunca conheceu o pai, um garçom que desapareceu pouco depois do seu nascimento. Sob os cuidados da mãe, cresceu no bairro da Cohab 5, na cidade de Carapicuíba (Região Metropolitana de São Paulo), um conjunto habitacional fundado nos anos 1970 para funcionar como “cidade dormitório” para os trabalhadores pobres das cidades de São Paulo e Osasco (Almeida, 2008). Para compreender como o estudante secundarista que gravava vídeos caseiros sobre política tornou-se uma das principais lideranças do ciclo de protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff e, em seguida, vereador da maior cidade da América Latina, é necessário retornar à época em que se chamava apenas Fernando Silva. O “Holiday”, homenagem à cantora americana Billie Holiday, de quem é grande admirador, foi adotado à época da sua integração ao Movimento Brasil Livre – MBL⁹¹. Ao lado de seus colegas de movimento, tornou-se um dos percussores do estilo performático que se tornaria a marca registrada da nova geração de ativistas “de direita” surgida na internet: dedo

⁹¹ “Maria Lydia entrevista Fernando Holiday, vereador eleito/DEM”, Jornal da Gazeta, 7 de outubro de 2016 [acessado em 14 de novembro de 2019]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NsyqWBqTons>

em riste, olhar fixo na câmera, oratória eloquente, semblante de indignação e um desprezo latente pela esquerda e os movimentos de minorias políticas (nomeadamente os movimentos feminista, antirracista e LGBTQIA+), o que no caso de Holiday, um jovem autodeclarado negro, bissexual e morador da periferia, causou ainda mais impacto⁹².

Foi em seu gabinete na Câmara que encontrei Holiday, em novembro de 2019, para realizar a entrevista na qual se baseia este retrato. O encontro foi marcado após diversas tentativas por e-mail, telefone, redes sociais online e visitas prévias à Câmara, numa das quais pude apresentar-me ao assessor responsável por sua agenda. Tinha em mente a imagem transmitida por Holiday em seus vídeos e aparições midiáticas: oratória eloquente, algo agressiva, e humor um bocado sarcástico. Tão logo fui convidado a adentrar o seu escritório, um amplo salão com vista para a região da Praça da Bandeira, Holiday fez questão de desfazer o estereótipo construído em torno de sua persona pública. Com um sorriso no rosto, levantou-se gentilmente para me cumprimentar com um aperto de mão. “*Fique à vontade!*”, exclamou. Enquanto conversávamos sobre os objetivos da entrevista e a natureza do Termo de Consentimento Informado (TCI), não pude deixar de notar um adesivo, com as cores do arco-íris, colado em um frigobar à esquerda de sua mesa de trabalho: “*Liberal na Economia, Gay nos Costumes*”. “*Gostou?*”, perguntou Holiday, aos risos, pelo que respondi positivamente. Rimos os dois, garantindo um momento de descontração que se mostraria fundamental para o desenrolar da entrevista.

O talento para a oratória que impressionou audiências Brasil afora constitui uma das muitas competências adquiridas, incorporadas e aprimoradas por Holiday ao longo de sua trajetória como estudante, ativista político e parlamentar. Ele próprio não sabe precisar as origens dessa aptidão, mas a reconstrução dos seus processos de socialização primária e secundária oferecem pistas relevantes nesse sentido. Convidado a rememorar sua infância, emendou quase que de imediato: “*Cresci, digamos assim, no contexto clássico de jovem negro da periferia no Brasil, cercado pela criminalidade, correndo um risco constante e com uma mãe muito evangélica. Nunca fui um aluno de grande destaque*”. Deste período, recorda-se sobretudo das idas regulares ao culto evangélico na companhia da mãe, uma mulher trabalhadora, com ensino fundamental incompleto e cujos esforços físicos associados ao trabalho no setor da limpeza acabariam por resultar em uma aposentadoria precoce.

⁹² Por ocasião da entrevista concedida em novembro de 2019, no âmbito desta investigação, Holiday se declarou homossexual. Em 2021, o vereador alterou essa definição em sucessivas entrevistas à imprensa, assumindo-se como bissexual.

Juntos, mãe e filho transitaram, ao longo do tempo, entre diferentes denominações neopentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD e Igreja Internacional da Graça de Deus - IIGD. Almeida (2011) aponta o chamado “fluxo de fiéis” como um fenômeno comum ao neopentecostalismo brasileiro, cujos adeptos procuram por redes comunitárias de proteção social caracterizadas por vínculos transitórios. Eles circulam constantemente entre igrejas à procura de soluções eficazes (mágico-divinas), serviços (a cura) e bens religiosos (óleos sagrados e outros objetos de eficiência simbólica), estabelecendo com estas congregações uma lógica baseada na “lei da oferta e da procura” (Barbosa, 2010, p.24). Também encontram, nestas igrejas, aquilo que Almeida (2003) chamou de “sincretismo às avessas”: a negação e assimilação simultâneas de elementos simbólicos característicos das religiões afro-brasileiras (entidades, feitiços, possessões), parte importante do imaginário coletivo dos segmentos sociais aos quais estas denominações se dirigem.

Compreender a filiação de Holiday e sua família ao neopentecostalismo significa, em primeiro lugar, perceber as estreitas relações entre religiosidade, desigualdades sociais e processos de racialização no Brasil. Os dados sobre religião do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE já haviam indicado, há mais de uma década, as crescentes transformações no campo religioso brasileiro, caracterizadas pela queda significativa dos adeptos ao catolicismo (declinaram de 89,2% para 64,6% entre 1980 e 2010) e expansão vertiginosa dos evangélicos (saltaram de 6,6% para 22,2% no mesmo período) e dos sem religião (subiram de 1,6% para 8,1%) (Mariano, 2013). Em janeiro de 2020, uma pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha revelou que os evangélicos já representavam 31% da população brasileira⁹³. Os números indicam ainda que este universo é predominantemente feminino (58% são mulheres) e negro (59% declaram-se negros), número superior ao da proporção de cidadãos autodeclarados negros no país (55,8%), de acordo com estimativas do IBGE. Em cidades brasileiras com um modelo de distribuição socioeconômica radial concêntrico como São Paulo, nas quais “os ricos vivem mais próximos do centro da cidade enquanto os mais pobres vivem nas áreas periféricas” (Almeida, 2011, p.126), o imbricamento entre religiosidade evangélica e outros marcadores sociais da diferença como gênero, raça e classe torna-se ainda mais evidente. Entretanto, a literatura socioantropológica sobre o tema tem indicado que, mais do que uma simples “fonte de exclusão e assujeitamento”, estas intersecções também podem funcionar como “plataformas de resistência” (Reis e Teixeira,

⁹³ “Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha”, *Folha de S.Paulo*, 13 de janeiro de 2020 [acessado em 8 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>

2021, p.14), por meio das quais os indivíduos encontram oportunidades para mudar de vida, negociarem algum tipo de reconhecimento social e construir uma subjetividade valorizada (Contins, 2008; Burdick, 2002).

Uma dos principais motores desse processo de empoderamento são os discursos baseados na chamada Teologia da Prosperidade, doutrina surgida nos Estados Unidos nos anos 1940, segundo a qual os fiéis, enquanto “sócios de Deus e financiadores da obra divina” (por meio do dízimo, expressão da fé de quem doa), estão destinados a serem materialmente prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em todos os seus empreendimentos terrenos (Mariano, 1996, p.24), sendo o fracasso responsabilidade “do homem, do Diabo e das legiões de demônios” (1996, p.30). Antônio e Lahuerta (2014) observam ainda que os discursos da Teologia da Prosperidade parecem ter alguma influência nos pressupostos individualistas verificados nos estudos sobre as camadas mais precarizadas das classes trabalhadoras brasileiras. Para Almeida (2011), a Teologia da Prosperidade teria oferecido às camadas mais pobres da população brasileira uma proposta religiosa baseada no tráfego de bens simbólicos, atendendo às necessidades materiais e aspirações mais instantâneas destes setores no contexto das intensas transformações sociais (modernização, urbanização) que marcaram a segunda metade do século XX no país.

Da socialização nas igrejas neopentecostais, Fernando incorporou uma série de competências e disposições que se mostrariam decisivas para a sua trajetória: a tendência ao associativismo pragmático, a crença no sucesso individual, no prestígio e na ascensão social, a retórica da contraestigmatização e a negação do papel de mártir (os neopentecostais rejeitam, por princípio, a ideia de uma vida de sofrimento e privações). Também foi na igreja que Holiday teve um primeiro contato com a oratória performática, emotiva e carismática dos chamados “pastores apresentadores”, cujas performances corporais são peças-chave de um fenômeno mais amplo de mediatização e espetacularização da fé característico de denominações neopentecostais (De Araújo e Meneses, 2018). Porém, antes de transpor estas disposições para os domínios da ação política, Fernando precisou confrontá-las com o processo de integração no espaço secular da escola pública, num percurso mediado por dois marcadores sociais da diferença bastante relevantes para a compreensão da sua trajetória individual: o da sexualidade e o da expressão de gênero.

Dos desafios enfrentados no ambiente escolar, lembra-se sobretudo dos estigmas relacionados à religiosidade — menciona, nesse sentido, um professor “de esquerda” que teria a prática de constranger os alunos mais devotos, independentemente da filiação religiosa — e

do cotidiano marcado pelo *bullying* homofóbico (Santos et al., 2018) dos outros estudantes devido à sua expressão de gênero considerada pouco masculina. A dinâmica entre mestres e pares foi um motor de grandes transformações para Fernando na passagem da infância para a adolescência. Sobre os professores, destaca como a atuação de docentes com posições políticas à esquerda impactou a sua trajetória escolar de diferentes formas:

Fernando: Eu tive um professor, na sexta série eu acho, que me influenciou, hoje acredito, de maneira muito negativa, porque ele constrangia os alunos dentro da sala de aula. Constrangia alunos que tivessem algum tipo de fé. Ele dizia que as crenças religiosas eram coisa de pessoas burras, ignorantes e tudo o mais e que qualquer um que estudasse um pouco mais não teria essa religiosidade. E eu, que já estava tendente a me afastar da Igreja e da fé da minha família, acabei me afastando, ali por volta dos 12 anos de idade. Por outro lado, teve um professor que me incentivou lá no nono ano, no início do ensino médio, final do ensino fundamental, que me inspirou a gostar de política. Era um professor também de esquerda, ligado ao PT, mas não era um professor que me incutia ideias. Era um professor que me incentivava ao debate e me incentivava a formar as minhas próprias opiniões (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Sobre o *bullying* homofóbico, Fernando lembra de tê-lo enfrentado sem recorrer ao suporte familiar e sem o confronto direto com os agressores:

Fernando: Eu sofri muito *bullying*, talvez porque eu tivesse alguns aspectos afeminados, mas era sempre *bullying* de tendências homofóbicas, né, raramente de tendência racista, até porque a maioria dos alunos eram negros. Por exemplo, aconteceu várias vezes de me trancarem no banheiro. Na sétima série, que, hoje, seria, eu acho, o oitavo ano, aconteceu um episódio terrível, tentaram me afogar na privada e tudo o mais. Foram episódios que eu nunca contei pra minha mãe, sempre ficava no âmbito da escola. Eu não diria que eu cheguei a ficar traumatizado por conta disso, apesar de alguns episódios terem sido bem graves (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Já afastado da igreja evangélica (por influência do referido professor), Fernando passou a se interessar pela política por volta dos 14 anos. O ponto de viragem aconteceu em um debate com colegas e professores em sala de aula, quando sentiu-se incomodado com a temática das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. “*Mas eu não tinha base nenhuma pra discutir com os professores. Isso, de alguma forma, me irritava, então eu fui forçado a pesquisar sobre o assunto*”, explica. Como parte de uma geração que cresceu com a internet, os chamados “nativos digitais” (Milkman, 2017, p. 5), Fernando recorreu à rede mundial de computadores. Encontrou um livro intitulado “Ações afirmativas pelo mundo”, do economista Thomas Sowell, figura conhecida do movimento negro conservador estadunidense, cuja leitura ofereceu uma série de argumentos contrários à implementação das cotas raciais. Lembra de ter causado espanto em colegas e professores ao apresentar estes dados para a sala de aula. “*Isso, de certa forma, inflamou o meu ego de adolescente. Falei, caramba, eu tô impressionando o professor! Então eu gostei disso*”. O gosto pelo debate político foi crucial para que pudesse

desenvolver um maior interesse pelos estudos, levando-o à melhora do desempenho escolar e à conquista do respeito e reconhecimento por parte dos pares e mestres:

Fernando: Até os meus 14 anos eu era um aluno dentro da média, não era péssimo, mas estava dentro da média (...). Quando eu comecei a discutir com os meus professores ali com os meus 14 ou 15 anos, a me interessar mais por política, eu percebi que os meus colegas de classe ficavam assustados porque não era um negócio que eles estavam acostumados a ver na escola pública, ainda mais naquele contexto, né? Então eu comecei a ser mais respeitado pelos meus colegas. Conforme as minhas notas foram aumentando, eu comecei a ser mais respeitado também pelos professores porque tem muito disso: o professor quando ele, ele tá na escola pública, ele não tem muita expectativa em relação aos seus alunos. Eu não culpo muito eles porque, depois de anos lidando com aquele sistema, você vai perdendo a esperança (...). Então, eu diria que a escola me influenciou de diferentes maneiras. Primeiro, me influenciou na questão da religião, porque eu acabei abandonando a minha religião por um longo período. Despertou em mim o interesse pela política, inclusive melhorando as minhas notas. E influenciou também na minha sexualidade, porque foi na escola onde eu conheci o meu primeiro namorado (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Nota-se que, para além da escola, a internet também desempenhou um papel socializador importante na trajetória de Fernando rumo ao ativismo político, possibilitando o acesso a materiais, dados e obras às quais ele não tinha acesso em seus meios de circulação cotidiana (escola, bairro, família) e permitindo a construção de referências alternativas àquelas representadas pelos professores “de esquerda”. Como observou Vrydagh (2020, p. 242 e 243) os ativistas pertencentes a esta geração relacionam a “hiperconectividade” e a “independência política” a uma certa necessidade de se diferenciarem de um grupo e de se afirmarem como indivíduos com opiniões próprias, particularmente aqueles nascidos depois de 1995, quando ocorreu a liberalização da Web. No caso de Fernando, a utilização da internet como meio alternativo de informação e socialização política permitiu não apenas um processo de diferenciação dos pares, mas também a conquista do reconhecimento, a continuidade do processo de reconstrução subjetiva iniciado com o afastamento da fé protestante e a possibilidade de expressar, no ambiente escolar, algumas das disposições adquiridas no seio da família e da igreja (o ideal meritocrático, a crença no sucesso individual, a habilidade para falar em público) sem que estas fossem associadas ao estigma da religiosidade evangélica.

Como resultado deste processo, Fernando também se viu diante de condições favoráveis para negociar a sua identidade, à época, homossexual. Se em casa o assunto era evitado, na escola o clima foi aos poucos se tornando mais acolhedor. Sua narrativa sobre este momento demonstra a onipresença do dispositivo regulador do armário no decorrer de sua trajetória:

Fernando: Eu, eu era muito amigo dele [o namorado], né. Ele era meu melhor amigo, isso no segundo ano do ensino médio. Ele tava mais ou menos na mesma fase que eu, no fundo sabia, mas não tinha certeza se deveria seguir adiante com isso. E aí num belo dia, no dia 24

de outubro de 2012, olha só, lembrei [risos], saindo da escola, na hora do almoço, a gente acabou se beijando pela primeira vez. E, num rompante da juventude, a gente acabou decidindo que a gente tinha que namorar, mas em segredo. Só que, aos poucos, os nossos colegas foram sabendo, né, ele foi contando pra uma amiga, eu contei pra outra, que contou pra um amigo, que contou pro outro amigo, até que, num determinado momento, a sala inteira sabia, a escola inteira sabia e aí a gente já não tinha mais por que esconder, pelo menos não na escola. E aí andávamos de mãos dadas e tudo o mais. Isso foi interessante porque outros casais gays que existiam na escola também se sentiram mais à vontade pra, pra sair do armário, digamos assim, e aí a escola ficou conhecida, acho que até hoje é conhecida, na cidade, pelo menos naquela região, por ser uma escola bem diversa, por ter casais gays, por ter lésbicas e tal, que falam isso abertamente e não sofrem nenhum tipo de preconceito, nenhum tipo de *bullying*. Eu acho que, de certa forma, esse meu primeiro relacionamento acabou ajudando um pouco nisso né. Só que depois que acabou a escola, cada um seguiu pelo seu caminho e o relacionamento se tornou inviável. Mas certamente aquilo me tornou muito mais seguro em relação à minha sexualidade.

Rodrigo: E como foi isso pra sua família? E em outros meios, assim, que não a escola?

Fernando: Essa informação é interessante, não sei se eu já cheguei a dizer isso em alguma entrevista, mas eu nunca falei com a minha família sobre isso. Nem mesmo depois que se tornou público. Nenhum tipo de conversa. Zero.

Rodrigo: Interessante mesmo.

Fernando: Pois é. Eu, eu tenho a impressão de que a minha família sabe, mas nunca me perguntaram diretamente. Nem a minha mãe, nem meus tios, né, meus tios e a boa parte dos meus primos são todos do interior da Bahia, né, eles vivem lá até hoje. E nunca se interessaram em saber. Acho que só uma prima minha que, uma vez, me perguntou, e eu conversei com ela bem abertamente sobre isso. Mas eu também nunca senti a necessidade de contar, né, o que é muito estranho porque boa parte dos meus amigos gays e das pessoas que eu conheci sempre sentiram uma necessidade muito grande de falar pra família. E eu..., eu nunca senti essa necessidade. Eu senti já necessidade de falar em público, como já falei, já dei inúmeras entrevistas, já falei em vídeos próprios, vídeos que a minha família assistiu, mas, ahn, por algum motivo eles nunca quiseram saber diretamente de mim (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Pouco depois da conclusão do Ensino Médio, como forma de manter vivo o interesse pela política, Fernando começou a gravar vídeos caseiros sobre temas políticos da atualidade para publicar no YouTube. Enquanto tentava a sorte como influenciador, estudava para garantir uma vaga no curso de Direito e trabalhava como recepcionista de um cursinho pré-vestibular. No início de 2015, um vídeo com críticas o Movimento Passe Livre - MPL (grupo de origem anarquista responsável pela organização dos protestos de junho de 2013) acabou “viralizando” e chamou a atenção de Renan Santos, um dos líderes do MBL. Contactado por Renan, Fernando interessou-se pelo movimento, recém-criado para “promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil”⁹⁴.

Em pouco tempo, passou a integrar com grande destaque as fileiras do MBL, abandonando o “Silva”, considerado “muito comum” pelos colegas de movimento, para adotar

⁹⁴ Descrição disponível no site do Movimento Brasil Livre – MBL: <https://mbl.org.br/valores-principios>

o “Holiday”, pensado justamente para distingui-lo no debate público. O enlace com o MBL revelou-se proveitoso para ambas as partes. Para o grupo, a chegada de uma liderança negra, jovem e vinda da periferia representou a concretização do tão sonhado projeto de renovação do perfil de ativismo à direita (Renan e os demais líderes do grupo possuem origens nas classes médias). Para Holiday, o encontro marcou a descoberta de um ambiente compatível com suas crenças, valores e opiniões, no qual as suas origens populares e pertencimento racial eram valorizados, e uma plataforma à altura de suas aspirações e competências individuais.

Com o MBL à frente dos protestos contra o governo Dilma, Holiday rapidamente se tornou um rosto conhecido no noticiário político nacional. O crescente interesse midiático nas jovens lideranças do movimento antipetista logo se tornou objeto de preocupação para o ativista, uma vez que a entrada na organização não foi acompanhada de uma “saída do armário” perante os novos colegas. Para completar, esta espécie de “retorno ao armário” foi acompanhado de uma reconexão com a própria religiosidade, fruto de uma série de conversas de cunho filosófico com um colega de movimento descrito por ele como “fervorosamente católico”. Holiday, que havia se afastado da igreja no início da adolescência, descrevia-se nesse momento como “fervorosamente ateu”. As trocas com este colega levaram-no a conhecer “*alguns aspectos da história da Igreja Católica*” que ele desconhecia, além de permitir o contato com a produção intelectual de Santo Agostinho, cujos textos tê-lo-iam afetado profundamente. “*Eu tive um insight intelectual de que Deus realmente existiria*”, conta. Tudo isso aconteceu durante a chamada Marcha pela Liberdade, uma caminhada de 33 dias de São Paulo a Brasília promovida pelo MBL para marcar a protocolização do impeachment de Rousseff na Câmara Federal.

Como de costume em sua trajetória, Holiday se viu outra vez confrontado com as disposições previamente adquiridas. Decidiu conversar com os colegas de movimento sobre a questão da homossexualidade e, ao mesmo tempo, abrir-se para a dimensão religiosa que havia negado durante boa parte de sua adolescência. Relata que a notícia sobre a orientação sexual foi bem recebida no interior do MBL e atribui a boa recepção ao fato deste “*ser um movimento muito jovem*”. Diz ainda que o grupo sempre teve diversos membros assumidamente gays e lésbicas. “*Eu só não me lembro de ter tido algum ou alguma transexual no movimento*”, completa. Com o apoio dos colegas, passou a falar publicamente sobre o assunto em discursos públicos e entrevistas à imprensa, rompendo publicamente com os armários sexual: “*Eu fiz um discurso na Câmara dos Deputados [em Brasília]. Era alguma coisa sobre minorias, aí eu falei*

pela primeira vez publicamente é..., que eu era gay. E aí veio uma outra onda de polêmicas. E tudo isso, basicamente, no ano de 2015”.

Nos bastidores, o ativista tentava conjugar esta nova “saída do armário” com a conversão ao catolicismo — religião, segundo ele próprio, bastante comum nos círculos de ativismo liberal. À partida, teria procurado “*seguir as recomendações oficiais da Igreja*”, adotando a prática da abstinência sexual. Comentou o assunto em entrevista à Revista Época, em julho de 2018: “*Se um homem se deitar com outro homem, como se fosse com mulher, ambos terão praticado abominação*”, declarou. Embora as polêmicas em torno desta entrevista tenham-no perseguido por um bom tempo, os esforços para manter-se abastêmio não teriam durado mais do que alguns meses. Em busca de novas estratégias para equacionar o crescente acúmulo de identidades e pertencimentos sociais, encontrou na política, mais uma vez, o centro gravitacional para onde convergem e de onde surgem, de algum modo, as respostas para grande parte de suas inquietações. Foi por meio do ativismo liberal que conheceu outros homossexuais católicos e aprendeu a conjugar religião e sexualidade de maneira mais “tranquila”:

Fernando: Eu comecei a conhecer, muito por conta da minha atuação política, e também por conta da minha exposição, eu conheci muitos outros católicos que também eram gays e frequentavam a Igreja. Alguns não eram abertamente gays. E... alguns padres que conseguiram é... se abster sexualmente. Enfim, ainda são gays, mas se abstêm. Conversando com pessoas como eles, que tinham o perfil muito parecido com o meu, eu cheguei a uma conclusão relativamente recente de que a Igreja, de fato, recomenda a abstinência. Mas a mesma Igreja diz que existem caminhos desconhecidos para a salvação, caminhos que ela mesma não conhece. E que, portanto, não necessariamente você seria condenado somente por ser homossexual porque o julgamento final não é uma foto, é um filme. É nessa esperança, digamos assim, que boa parte dos homossexuais católicos se fiam e eu diria que é nessa esperança que eu também me fio (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Percebe-se que o processo de integração nos círculos de ativismo liberal colocou Holiday diante de uma série de processos de socialização dissonantes (carreira política em ascensão, aceitação da homossexualidade por parte do novo grupo de pares, reencontro com a fé cristã como parte da socialização neste mesmo grupo, ressignificação da sexualidade e posterior descoberta dos grupos de gays católicos) que resultaram em momentos de desajustamento entre situações sociais e disposições previamente incorporadas. Aos momentos de crise, respondeu com tentativas de compatibilização das disposições (nem sempre bem-sucedidas, como no caso da tentativa de abstinência sexual), que se tornaram possíveis graças à crescente inserção na política liberal e seus espaços de sociabilidade.

As transformações engendradas pela experiência ativista ganharam um novo capítulo com a eleição de Holiday para a Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 2016.

Habitado à liberdade das ruas e das redes sociais online, o jovem vereador logo foi confrontado com a necessidade de ajustar suas práticas e discursos às regras do decoro parlamentar. Como parte da bancada do DEM, partido da base parlamentar do prefeito João Dória (PSDB), também se viu diante do desafio de atuar como parte da situação⁹⁵. Ao mesmo tempo, precisou lidar com a desconfiança do novo grupo de pares, representantes de antigas gerações à direita para quem a temática da (homo)sexualidade deveria permanecer como um assunto de foro íntimo. O trecho a seguir revela algumas das hierarquias tácitas que parecem estruturar a atividade parlamentar (ex.: presunção da heterossexualidade, silêncio em relação à sexualidade individual *versus* a autoridade para pautar a sexualidade do outro) e o modo como o Holiday precisou reativar antigas disposições adquiridas no ambiente escolar para lidar com os recorrentes episódios de preconceito de modo não combativo:

Fernando: A renovação política ainda não chegou aqui. Então, pra eles, a questão da sexualidade, politicamente falando, é um desastre falar disso. Eu ouvi muitos comentários, não diretamente pra mim, mas de pessoas falando ‘nossa, como é que é, ele falava que era gay e foi eleito mesmo assim, como isso é possível?’. Teve muito susto. Às vezes têm também referências homofóbicas, mas eu nunca confrontei nenhuma dessas referências porque não são muito, muito claras. Por exemplo, acho que teve uma muito clara, no período que eu tava de licença. O vereador Adilson Amadeu, do PTB, questionou no plenário por que eu tava andando de escolta. Eu andava com escolta por conta de alguns tiros que tiveram aqui na Câmara Municipal, um dia quando eu tava na janela. E aí, por precaução, eu fiquei alguns meses com escolta. E aí, ele questionou: ‘Ah, mas por que o vereador Fernando Holiday precisa de seguranças? Isso provavelmente é pra ficar sendo encoxado, né, porque é *viado*, não sei o quê’. Falou isso no microfone. Só que eu não tava aqui, então acabou não gerando polêmica. Existe um conflito de gerações também. Quando vem esse tipo de comentário, eu percebo, na convivência com a pessoa, que nem sempre é feito na intenção de ofender. Mas é porque, no contexto social que ele vive, na geração dele, aquilo é levado na brincadeira, de forma natural. Então eu nem sempre levo pro mal, mas, assim, tem esses problemas, uma hora ou outra sempre aparece (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Em seus dois primeiros anos de mandato parlamentar, Holiday dedicou grandes esforços a defesa das pautas morais e à fiscalização do ensino público. Datam deste período algumas das suas ações mais controversas como a apresentação de um projeto de lei que propunha recrudescer as regras para o acesso às modalidades de aborto permitidas por lei na cidade de São Paulo e as famosas “rondas” escolares nas quais o vereador visitava, sem aviso prévio, escolas da rede pública municipal em busca de “algum tipo de doutrinação ideológica”

⁹⁵ “Holiday: o ‘coxinha da periferia’ e a difícil estreia parlamentar”, *Veja*, 20 de fevereiro de 2017 [acessado em 21 de fevereiro de 2017]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/holiday-o-coxinha-da-periferia-e-a-dificil-estreia-parlamentar/>

por parte dos professores — tudo devidamente registrado em suas redes sociais online⁹⁶. Em 2019, com o anúncio de que o MBL se afastaria do governo Bolsonaro, procurou moderar o discurso público e as ações do mandato, mas manteve o interesse por algumas agendas conservadoras como o aborto e o combate à “ideologia de gênero”. Por ocasião da entrevista, em novembro de 2019, disse estar imerso em um novo período de transformações pessoais e políticas devido à uma viagem profissional que alterou não apenas a sua percepção sobre a pertinência do ativismo LGBTQIA+, mas também proporcionou as primeiras experiências em espaços de sociabilidade voltados exclusivamente para o público gay:

Fernando: No ensino médio, eu tive muitos amigos gays, por conta do meu namoro e por conta daquele contexto da escola, né? Mas depois daquilo, a imensa maioria das pessoas com quem eu tive algum tipo de amizade eram heteros, tanto mulheres quanto homens. Mas, agora, neste momento específico, aliás, neste dia exato da entrevista, é interessante porque eu diria que eu tô num momento de guinada. Se você analisar o Fernando Holiday até os últimos dias, você vai encontrar um Fernando Holiday que tratava as questões LGBTs não como uma pauta específica do mandato, como algo que necessitasse de discussões específicas. Só que, no início do ano, eu fui selecionado pelo Departamento de Estado Americano pra um programa chamado IVLP (International Visitor Liberty Program), um programa de lideranças pra visitarem o país e estudarem diferentes temas. O meu tema era inclusão social e direitos das minorias, quase que unicamente em relação à população LGBT. E eu fui agora, final de outubro, e fiquei 22 dias viajando por várias cidades dos Estados Unidos, com um grupo de brasileiros — eram 7 brasileiros, todos os outros de esquerda, só eu de direita — visitando diferentes instituições que tratavam do tema. E aí, ao longo dessa viagem, é, foi, pela primeira vez em muito tempo, que eu estive somente com LGBTs. Frequentei bares LGBTs, baladas LGBTs, algo que eu nunca tinha feito no Brasil. Aliás, algo que eu nunca tinha feito na vida. Foi também a primeira vez que encontrei uma direita que trabalha esses assuntos de forma específica, óbvio, sob um viés de direita. Um dos exemplos é o Log Cabin Republicans, a ala LGBT do Partido Republicano (...) e também organizações bipartidárias. E isso mudou um pouco a minha visão (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Nos meses seguintes, Holiday procurou adequar sua atuação política às crenças e disposições incorporadas por conta desta experiência. Em maio de 2020, ao lado do advogado Tiago Pavinatto, anunciou a criação do MBLGBT, espécie de versão LGBTQIA+ do MBL arquitetado para discutir a causa LGBTQIA+ por meio de uma perspectiva liberal⁹⁷. A iniciativa chegou a reunir um grande número de adeptos em grupos de discussão *online*, mas não chegou a ir adiante. Pouco tempo depois, em janeiro de 2021, Holiday anunciou oficialmente a sua saída do MBL. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, revelou que a principal

⁹⁶ “Fernando Holiday do MBL quer aplicar Escola Sem Partido na marra”, *The Intercept Brasil*, 9 de abril de 2017 [acessado em 14 de novembro de 2019]. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/09/fernando-holiday-do-mbl-quer-aplicar-escola-sem-partido-na-marra/>

⁹⁷ “MBL cria movimento para reunir pessoas LGBTQIA+ que não sejam de esquerda ou bolsonaristas”, *Folha de S.Paulo*, 10 de maio de 2020 [acessado em 11 de maio de 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/05/mbl-cria-movimento-para-reunir-pessoas-lgbtqia-que-nao-sejam-de-esquerda-ou-bolsonaristas.shtml>

motivação para a ruptura teria sido a falta de apoio do movimento às duas pautas que ele considera prioritárias: as questões LGBTQIA+ e o combate ao aborto. Sobre a primeira, reafirmou a intenção de desenvolver projetos baseados nos princípios do livre mercado e do empreendedorismo e, sobre o aborto, disse estar empenhado em afastar o tema do debate religioso para discuti-la sob um ponto de vista “*científico e filosófico*”. Juntas, as pautas consideradas prioritárias pelo vereador contribuem para a construção de uma identidade individual e uma imagem pública congruentes com o seu percurso: de um lado, um certo “progressismo liberal” representado pela discussão LGBTQIA+ empreendedora e, de outro, a regulação moral do aborto, considerada fundamental para os círculos ativistas católicos pelos quais ele circula — e que se tornaram para ele um espaço importante de acolhimento.

O interesse de Holiday pela discussão antiaborto sob a perspectiva do secularismo estratégico (Vaggione, 2012) também parece compatível uma tendência previamente observada em sua trajetória (particularmente no processo de socialização secundária): a racionalização das disposições adquiridas nos círculos religiosos e sua posterior transferência para o debate político com uma roupagem liberal, meritocrática e secular. Tendo passado por incontáveis transformações ao longo de sua breve carreira política, Holiday manteve-se, de algum modo, fiel às suas raízes: alcançou sucesso, prestígio e reconhecimento profissional por meio da atividade política e conseguiu conjugar mobilidade religiosa e de classe com uma homossexualidade “fora do armário”, tudo isso sem abandonar os ideais individualistas incorporados na infância. Seu percurso revela como a prática política permitiu compatibilizar as diferentes disposições adquiridas ao longo de sua trajetória, tornando-se para ele um domínio de ação absolutamente central. O engajamento liberal permitiu encetar um projeto de reconstrução subjetiva pautada na ideia de contraestigmatização (de classe, raça, sexualidade e pertencimento religioso), conferiu novos sentidos à expressão da religiosidade no debate público e ofereceu diferentes possibilidades de vivência e politização da sexualidade.

Quando questionado sobre convivência atual com a família e projetos futuros, diz manter uma boa relação com a mãe, com quem morava à época da entrevista, e sonha em finalizar o curso de Licenciatura em História, que frequenta em uma instituição de ensino superior privada. Por conta da agenda complicada, teve de abandonar o bacharelado de Direito, que cursou por cerca de um ano e meio. Convidado a refletir sobre os diferentes modos pelos quais suas concepções políticas liberais influenciam a vivência de uma sexualidade não-heterossexual, resumiu:

Fernando: É... bom, um gay de direita, eu acho que o que une os gays de direita em suas diferentes vertentes é o fato de que nós queremos ter o direito de ser quem somos sem a intervenção do Estado nas nossas vidas. Enquanto, o gay de esquerda, ele é um sujeito que quer ter o direito de ser quem ele é, mas ele não acredita que isso seja possível sem a intervenção do Estado. E nós acreditamos que isso só será possível na medida em que o Estado se afastar, é... das nossas vidas (Entrevista com Fernando Holiday, São Paulo, 22 de novembro de 2019).

Retrato 2: “Eu pertenço a esse lugar”

Juliano tem 27 anos e é o filho mais velho de uma família composta por mais dois irmãos (um rapaz de 17 e uma menina de 7), um pai policial rodoviário de origem judaica, alemã e portuguesa e uma mãe, artista plástica (recentemente formada em enfermagem), de família italiana católica. Nasceu em uma pequena cidade no oeste do Paraná, próxima à tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, mas cresceu em Missal (45 mil habitantes, segundo dados do IBGE), localizada a cerca de 60 quilômetros de Foz do Iguaçu. Da “vida de fronteira”, recorda-se sobretudo das trocas culturais que permitiram, desde cedo, o aprendizado de um “portunhol específico”, falado pelos nativos daquela região, e também de viagens regulares aos dois países vizinhos. Reconhece que sua formação foi profundamente marcada pela diversidade étnica e religiosa da família e pelos fluxos contínuos desse território de fronteira, um retrato, segundo ele *“dessa mistura louca que é o Brasil, esse lugar maluco, esse caldeirão incrível”*.

Juliano cursou jornalismo em uma instituição de ensino superior privada em Foz do Iguaçu e morou com os pais até aos 24 ou 25 anos, quando se mudou para Curitiba, capital do Paraná, em busca de novas oportunidades de trabalho. Diz que vida profissional, marcada por uma grande rotatividade (passou por assessorias de imprensa, jornalismo digital, imprensa local e acabou virando designer gráfico), sempre foi bastante “complicada”, mas garante que a formação como jornalista proporcionou *“Uma base pro mundo e pras coisas que nenhum outro curso daria porque te ajuda a ter uma sensibilidade em relação a tudo”*. De fato, a trajetória de Juliano revela uma variedade de experiências nos mais diversos domínios da vida social (igreja, trabalho, ativismo), as quais se revelam fundamentais para compreender a constituição do seu patrimônio de disposições para a ação política plural, pragmático e ancorado na tendência ao associativismo comunitário e voluntário.

Da infância, lembra de ter estudado, na maior parte do tempo, em escolas da rede privada⁹⁸. Em suas próprias palavras, teria sido um típico *nerd*, um aluno aplicado, com grande

⁹⁸ Demo (2007) e Brandão e Carvalho (2011) apontam que o desempenho das escolas particulares no Brasil supera o das escolas públicas, muito embora estes dois sistemas partilhem de uma mesma política educacional, tendência ao “instrucionismo” e, frequentemente, do mesmo corpo docente. A principal diferença estaria no fato de que a

interesse pelas disciplinas de letras e humanidades, mas com um desempenho bastante razoável em matemática. Diz ter sido pouco confrontado com situações de discriminação. Lembra-se, contudo, de ter sofrido certa resistência por parte dos colegas ao deixar o cabelo crescer. *“Grudaram chiclete no meu cabelo, porque o cabelo representava uma coisa diferente. Pra mim, era uma maneira de experimentar essa inconformidade sexual e de gênero. Mas depois percebi que foi feito com o intuito de me botar no lugar de menino”*. Sobre este episódio, conta que reagiu puxando os cabelos da garota que grudou o chiclete, tendo sido, por este motivo, levado para uma reunião com a direção da escola. Explica que, com o passar do tempo, a percepção da orientação homossexual se tornou motivo de algum sofrimento, muito por conta da falta de representatividade no ambiente escolar. *“Na formatura do ensino médio, ver o pessoal se beijando e não poder fazer isso. Foi uma sensação de privação, de ter sido privado de toda essa adolescência. Isso foi o que mais me doeu”*. Hoje, acredita que gostaria de ter feito diferente, mesmo que isso tivesse custado alguma dor de cabeça. *“Se eu pudesse ter tido a coragem, o prazer de falar com todas as letras...”*, reflete.

Cresceu num lar muito pouco religioso e, ao mesmo tempo, repleto de referências, símbolos e memórias afetivas que remetiam tanto às origens judaicas do pai como à herança católica da mãe. Segundo Juliano, os progenitores compartilhavam de um *ethos* “profundamente religioso”, preocupado com a comunidade local e contrário às injustiças sociais — termos do próprio interlocutor, que se mostrou familiarizado, ao longo da entrevista, com expressões comuns ao jargão das Ciências Sociais. Quando questionado sobre como teria surgido o interesse pelo ativismo político, não hesitou em o relacionar à herança familiar:

Juliano: Ah, eu acho que isso que isso vem de família mesmo. Os meus pais têm um *ethos* religioso misturado, eles compram briga com muita facilidade, sobre coisas que eles consideram injustas. É uma família meio católica e meio judia, uma mistura de dois pesos morais gigantes, de duas culpas incríveis, assim, muito bem elaboradas socialmente [risos]. Os meus pais sempre foram pessoas que, onde eles viam alguma situação de injustiça, eles interviam. Uma vez, a gente tava viajando, a gente parou num restaurante, e a gente viu um garçom sendo maltratado. A minha mãe [risos] chamou o garçom e disse ‘Senhor eu peço desculpa por ter gente arrogante igual essas e te tratar dessa maneira’. Só que ela falou, ela falou num volume um pouquinho elevado, digamos assim, pra pessoa da mesa do lado ouvir. Ela é esse tipo de pessoa [risos de Rodrigo e Juliano]. O fato é que eu sempre vi os meus pais fazendo esse tipo de ação, sempre vi eles se envolvendo muito com a comunidade

escola particular é gerida “pela iniciativa privada, com base na pressão do mercado e dos pais dos alunos” (Demo, 2007, p. 181), resultando em um desempenho mais elevado. Entretanto, pesquisas nacionais conduzidas a partir dos anos 2000 teriam demonstrado que as escolas particulares passam por um momento de crise, com uma queda considerável no desempenho dos alunos (Demo, 2007). A variação em desempenho entre as escolas brasileiras (públicas e particulares) deve-se principalmente a diferenças no nível socioeconômico médio dos seus alunos, refletindo um importante efeito de “seleção da clientela” (Brandão e Carvalho, 2011, p. 511). Nesse sentido, a dicotomia entre pública/privada seria analiticamente pouco explicativa, sendo necessário relacionar os perfis das famílias dos estudantes aos variados modelos pedagógicos oferecidos pelas instituições (bilíngues, confessionais, colégios de aplicação etc.) (Brandão e Carvalho, 2011).

local, sempre estando à disposição das pessoas, sempre sendo voluntários na cidade. E eu acho que isso também é muito forte em cidades do interior, Rodrigo. A sensação que eu tenho pelo menos da minha cidade, sabe, de onde eu cresci, isso era muito comum, isso era muito forte. É muito comum você fazer parte de um Rotary Club, um Lions ou um DeMolay, de uma organização que trata o voluntariado como algo sagrado quase, sabe? Acho que todo esse contexto me ajudou muito a florescer esse lugar e a me comportar de certas maneiras, quase igualzinho a eles. Tem aí muito desse duplo pertencimento religioso complicado e referências que dizem respeito a cuidar uns dos outros, promover o bem comum... uma espécie de uma responsabilidade... não em ajudar, mas em *fazer a coisa certa* [grifo meu] (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

A ausência de referências LGBTQIA+ se tornou, para Juliano, um dos principais dilemas de sua adolescência. Recorda-se que, por volta dos 10 ou 11 anos, viajou ao Rio de Janeiro na companhia dos pais e avistou, na janela de um prédio, uma bandeira do arco-íris. *“Eu meio que sabia, mas ao mesmo tempo não sabia muito bem o que era. Mas lembro de ter visto aquilo e falado ‘Caralho, que legal!’”*, conta. Este quadro só mudou aos 18 anos de idade, quando se mudou para Foz do Iguaçu para começar a faculdade de jornalismo. Desfrutando de maior autonomia em relação aos pais e morando em uma cidade maior, conheceu outras pessoas LGBTQIA+ que o inspiraram a “sair do armário”. No ano seguinte, por conta de um primeiro relacionamento mais sério com um rapaz, decidiu contar para a família. Começou pela mãe, que reagiu levando-o a uma psicóloga *“Porque para ela parecia ser o lugar onde as mães levavam os filhos quando acontecia alguma coisa”*, explica. Ela foi, aos poucos, se acostumando com a ideia e tentando “negociar” [termo do próprio Juliano] algumas “regras” em torno do assunto. Com o pai, tudo ocorreu de forma mais simples:

Juliano: Ahn, com meu pai foi muito mais pragmático. Isso que eu adoro meu pai, assim, de coração, ele é uma pessoa super pragmática. Eu tive que falar pra ele ‘Então pai, eu sou gay’. E ele ‘Ah, tá bom’ [risos de Rodrigo e Juliano]. Eu falei ‘Quê? É sério? Você tem que surtar, essa é a parte que você surta, você não leu o roteiro, não?’ E ele só riu. E disse: ‘Eu não entendo muito bem e..., e... então não sei o que pensar sobre isso, eu só acho que se você for (...) *viver dessa maneira* [grifo meu], eu quero que cê viva em algum lugar onde se estude bastante e tal porque eu sei que você é estudioso, eu gosto de você blábláblá, eu quero que cê vá pra algum lugar onde você consiga viver livre, sabe, viver bem e tal, não aqui [em Missal], porque aqui é horrível’. Basicamente, foi o que ele disse. (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

Os conselhos do pai não saíram da cabeça de Juliano. Porém, antes de deixar a vida entre Missal e Foz do Iguaçu, resolveu colocar em prática dois projetos de grande valor pessoal. O primeiro foi a aproximação com a comunidade judaica, uma maneira de se conectar com a dimensão religiosa e ancestral de sua família paterna. Começou a estudar sobre o tema, envolveu-se com algumas famílias judias de Foz do Iguaçu e manteve conversas mais ou menos regulares com um rabino. Diz ter se sentido acolhido nestes espaços e menciona como um dos elementos mais estimulantes da convivência com outros judeus o fato de não se sentir

discriminado pela orientação sexual. O segundo projeto procurou unir as competências para o ativismo comunitário adquiridas nos processos de socialização primária com a sua identidade gay em pleno processo de afirmação. Em 2015, com a ajuda de amigos LGBTQIA+ residentes em Missal, criou um coletivo chamado “Desaquenda”⁹⁹, uma organização comunitária cuja proposta era oferecer um espaço de sociabilidade para a população LGBTQIA+ da cidade. Este grupo nasceu das inquietações de Juliano e seus amigos sobre a questão da falta de representatividade fora dos ambientes urbanos. Com o tempo, a iniciativa acabou incitando um debate sobre os processos de mobilidade LGBTQIA+ rumo à cidade grande em função da ausência de suporte familiar e comunitário em seus municípios de origem:

Juliano: Pensa, cidade do interior, 45 mil habitantes. Todo aquele *feeling* de interior do Brasil, não se fala sobre o assunto. A gente começou a organizar torneios de queimada nos espaços públicos, começou a fazer cine-debates, começou a fazer memoriais, festas, criando uma cultura LGBT local. E com esse propósito de dar visibilidade, não por um caminho político de ‘Vamos até a Câmara dos Vereadores e vamos aqui protestar contra os nossos direitos’, porque não cabia muito naquele cenário, né? Foi mais uma coisa de ‘Tá, como que a gente pode se reunir, como que a gente pode afirmar positivamente as nossas experiências, vivências, etc.?’ de uma maneira que não fosse política. Sem ignorar o ativismo político e todas as suas... ahn... todos os seus propósitos, né, mas como a gente faz isso aqui no interior? Não tem como a gente levantar bandeira e fazer uma marcha aqui, não vai dar certo no começo [risos]. Talvez mais pra frente dê certo, quem sabe?

Rodrigo: Numa cidade de 45 mil habitantes... Vocês devem ter “causado” muito...

Juliano: Foi muito legal, sabe? As bichas no gramadão da cidade, jogando gaymada. Porque assim, os meus amigos de Missal, que eram gays, que eram lésbicas, que nasceram e cresceram na mesma época que eu, eles não tiveram referenciais. Isso é uma das coisas que a gente conversava, depois que a gente passou por todo o processo de orgulho, de sair do armário e tudo o mais, do quanto a gente não tinha referenciais naquela cidade e que a gente queria muito criar as referências que gente gostaria de ter tido (...). E o que a gente pensou é que a melhor maneira de fazer isso era sendo esse referencial para as bichas mais novas, que estavam crescendo ali naquela cidade do interior. Quando a gente pensou em trazer esses símbolos à luz do dia, um cine-debate, por exemplo, a gente queria construir um espaço comunitário, um espaço de diálogo onde aquilo fosse o tema. E isso acabou oferecendo praquelas pessoas uma sensação de ‘olha, eu pertencço a esse lugar também!’.

Rodrigo: Eu faço parte disso aqui, né?

Juliano: Sim, quer dizer que pra eu ser LGBT, eu preciso sair da minha cidade e ir pra capital? Porque a gente fez uma pesquisa aqui, em Curitiba, numa Ong LGBTQIA+ que eu trabalhei, e mais de 50% dos LGBTs de Curitiba não eram daqui, eram de fora, vieram do interior do Paraná pra cá. Então, há esse êxodo, há essa experiência de um êxodo do interior pra capital, uma sensação de ‘eu posso ir viver na cidade afirmativamente’. E a nossa discussão era ‘Não, espera aí, tudo bem a capital é legal, tem as baladas, e tudo o mais, só que como que eu posso ser aqui onde eu nasci? Por que que existe essa crise de pertencimento onde eu nasço, onde eu cresço?’. E a gente meio que se negou a acreditar que isso era palavra final, falamos ‘Não, vamo escrever mais um parágrafo aqui’. É muito doído saber que uma pessoa, por conta da sua orientação sexual ou identidade de gênero, ela deixa de pertencer ao lugar que ela sempre pertenceu (...). E nessa brincadeira de ‘Como que eu posso pertencer aqui também, sendo quem eu sou?’ o Desaquenda existe até hoje (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

⁹⁹ No dialeto *bajubá*, o termo “desaquenda” significa “liberar, “desgrudar” ou “deixar para lá”.

Juliano conta que a experiência do Desaquenda permitiu que *“todo mundo saísse do armário ao mesmo tempo”* na cidade, possibilitando a formação de novos laços sociais e a emergência de uma cena LGBTQIA+ visível, que reunia membros de vários círculos sociais. *“As pessoas se deram conta de que a gente era a cidade”*, resume. Como a ideia do grupo não era apenas criar um espaço exclusivo, mas promover a integração com a comunidade local, o Desaquenda se engajou em atividades voltadas para o diálogo com outros movimentos sociais e organizações civis do município. Uma das ações mais ousadas do grupo teria sido a recolha de agasalhos durante um cine-debate para contribuir com a campanha de doação promovida por uma igreja evangélica. O relato de Juliano sobre este episódio evidencia o que parece ser uma tendência comum entre os ativistas LGBTQIA+ liberais que encontrei no terreno: a opção por estratégias de enfrentamento ao preconceito pautadas em uma atitude não disruptiva, na conquista do respeito, da confiança e do reconhecimento do outro:

Juliano: Imagina a cena, a gente chegando pra uma Ong evangélica no interior, dizendo ‘Ah a gente veio trazer pra vocês, a gente é um grupo LGBT da cidade’. Eles ficaram sem reação, sabe, porque eles não esperavam que a gente fosse fazer esse tipo de coisa. Eles não esperavam nem que a gente existisse, muito menos que a gente ia fazer esse tipo de coisa. Fomos lá: ‘A gente não quer nada em troca, a gente não quer nem conversar, não precisa fazer isso, a gente simplesmente viu a campanha e a gente queria ajudar, então a gente juntou tudo isso aqui pra vocês’. E foi isso. A gente usou a linguagem deles, a linguagem do interior, onde o voluntariado é uma linguagem comum, é uma maneira de se reconhecer no outro. Foi o nosso jeito de criar uma ponte. E foi uma ponte legal porque não negocia a nossa identidade né, não é defensivo, mas também não é ofensivo. Não ataca, não vai em frente, mas é mais assertivo. Quer dizer, a gente continuou LGBT, eles continuaram evangélicos, mas [risos] a ponte foi criada. E, a partir disso, eles convidaram a gente pra conversar sobre esse assunto. A gente teve diálogos abertos na cidade sobre isso, sabe, do tipo ‘Ah uma roda de conversa sobre religião e sexualidade, vamo conversar sobre isso’, e todo mundo se juntando pra conversar sobre aquilo, sabe, de uma maneira honesta do tipo ‘ah eu tenho dúvida sobre isso, eu não sei como isso funciona, mas tô disposto a conversar’. Isso dos dois lados. Quer dizer, tanto o preconceito das pessoas LGBT em relação à religião, às tradições religiosas, quanto esse preconceito inverso... Tudo isso foi sendo colocado à prova (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

O envolvimento com o ativismo LGBTQIA+ fez crescer em Juliano o interesse pela política. Conta que, no início, não pensava muito sobre os aspectos ideológicos do ativismo porque *“De onde eu venho, do interior, as pessoas eram tipo... de uma direita conservadora misturada com social-democracia. Eles concordam que saúde, educação e segurança são importantes, mas acham que o dinheiro [público] tá sendo tirado delas”*, explica. Ele próprio concorda com esse raciocínio e se refere aos serviços públicos ofertados pelo Estado como *“uma desculpa para alimentar o funcionalismo público e pagar salários absurdos de políticos”*. Teria assimilado, no decorrer de sua trajetória, que a esquerda era fundamentalmente

“humanista”, “preocupada com os pobres” e com “justiça”, razão pela qual se sentia mais próximo de referências políticas à esquerda. Passou a questionar estes pressupostos em 2014, durante a campanha pela reeleição de Dilma Rousseff. Sentiu-se incomodado com o tom acusatório assumido pelo PT no debate contra o candidato à direita, Aécio Neves, do PSDB. Começou a discutir política regularmente com um colega da faculdade e foi apresentado a uma série de textos relacionados ao liberalismo, incluindo as reedições de antigas obras do economista austriaco Ludwig von Mises, e até mesmo uma literatura mais conservadora, como no caso do inglês Roger Scruton. Diz ter reconhecido alguma “sensatez” nas obras desses autores, mas logo percebeu que havia bastante resistência às ideias consideradas “de direita” nos meios ativistas LGBTQIA+. “*Eu pensava: como é que eu posso ser um ativista LGBT e não ser de esquerda?*”.

Diante do impasse, optou por permanecer no armário político. Nesse meio tempo, aproximou-se da organização liberal Students for Liberty, da qual foi coordenador local, e transitou por entre eventos e círculos de ativismo liberal do estado do Paraná, tendo colaborado brevemente com o Instituto Mises. Encontrou no Facebook o grupo “Liberais LGBT” e a *fanpage* “Boteco Liberal LGBT”, onde percebeu que havia uma quantidade significativa de pessoas LGBTQIA+ com os mesmos posicionamentos políticos. Considera que as trocas neste espaço foram importantes para a sua trajetória ativista, mas se diz menos entusiasta do ativismo *online* quando comparado aos colegas do “Boteco”. “*Eu sou um ativista comunitário*”, afirma.

Ele conta que apenas recentemente passou a falar de maneira pública sobre ser um gay com ideias liberais. O relato de Juliano sobre esse processo revela como a saída do armário político de outros indivíduos, particularmente dos mais conservadores, incentivou aqueles que se identificam como liberais a uma tomada de posicionamento:

Juliano: Tem pouco tempo que eu comecei a falar sobre isso abertamente. Foi quando eu percebi a ascensão de gays reacionários, com as eleições, de 2017 pra 2018. Eu não vou falar de gays conservadores, porque pra mim reacionário e conservador são coisas diferentes. Eu não compactuo com esses discursos de maneira nenhuma. Pra mim é uma higienização da identidade, uma negociação de si, são coisas que não me atraem. Quer ser heteronormativo, quer botar seu terninho e brincar de papai e mamãe? Tudo bem, decisão sua, é sua vida, sua individualidade. Mas esse é um lugar, pra mim, parecia ser inegociável, esse lugar de, de se vender, sabe? Tudo bem, você não precisa ser agressivo, defensivo, você pode ser assertivo, você pode dialogar etc.. Mas me incomodava o lugar reacionário. Só que eu percebi é que essas pessoas tinham uma tendência a ser reacionário justamente porque elas não se identificavam com o movimento LGBT. E isso me fez questionar profundamente por que que o movimento LGBT, que diz representar nossa comunidade ou coisa do gênero, não tem espaço pra todo mundo? Por que que essa diversidade que é conversada não abarca também a diversidade política? Foi quando eu percebi onde tá meu desconforto com a esquerda (...). E isso, de alguma forma, fez com que eu comesse a me posicionar mais (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

Os discursos de Juliano sobre a presumida (i)negociabilidade de sua identidade homossexual contrastam tanto com a sua trajetória de ativismo comunitário pautada na negociação das condições de expressão pública da homossexualidade em sua cidade de origem (a construção de uma convivência harmônica com a comunidade local ancorada na ideia de um ativismo LGBTQIA+ participativo, cidadão e solidário) quanto com o seu notável pragmatismo nos domínios do ativismo político:

Juliano: Fazer uma parceria com alguma empresa, hoje, Rodrigo, é regra. Eu não conheço uma organização LGBT que não se vendeu pra Uber ou pra 99. Eu falo isso nesse tom, mas como todo o carinho do mundo [risos]. Em que sentido? Fazer uma negociação com a iniciativa privada parecia pra algumas dessas organizações impossível, algo, algo inimaginável, mas hoje é quase a regra. E independentemente do que se pensa sobre essa relação, sabe, com as empresas, ou o que se propõe com elas, cê pode ter as críticas mesmo dentro desse lugar. Mas o fato de a logomarca que tinha nos adesivos do arco-íris era de partido político, de repente passar a ser a logomarca de uma empresa, essa transição é bem interessante de observar, pelo menos é a experiência que eu tenho com as organizações que eu conheço (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

Depois de algum tempo de formado e tendo voltado a morar com os pais, Juliano resolveu se mudar para Curitiba, seguindo os conselhos do pai, que nunca quis que o filho permanecesse em Missal. Na capital, o mercado de trabalho na área de comunicação mostrou-se difícil, e ele trabalhou como Uber com o carro emprestado pela mãe “*até se estabilizar*”. Costa (2020) afirma que a geração de jovens brasileiros que ascendeu ao ensino superior durante os governos Lula e Dilma foi posteriormente introduzida num mercado de trabalho em plena degradação, marcado por processos de reconfiguração que combinam a flexibilização dos direitos trabalhistas, o autogerenciamento e a revolução tecnológica, cenário caracterizado pela prevalência da chamada *gig economy* e do trabalho mediado por plataformas digitais. Embora tenham obtido um diploma de ensino superior e escapado das ocupações manuais e do “destino operário” (Beaud e Pialoux, 2009) temido pelos pais, estes jovens encontram dificuldades para efetivar as expectativas materiais e simbólicas fomentadas pela formação superior (Costa, 2018). Diante da precarização em larga escala, incorporam o discurso do empreendedorismo popular, do ceticismo em relação às políticas públicas e uma visão geralmente negativa sobre o Estado, tudo isso permeado por um certo “pragmatismo neoliberal” (Costa, 2020, p. 13). O discurso empreendedor seria uma forma de dar sentido à essa situação de instabilidade e de construir uma subjetividade valorizada (Costa, 2020).

Pouco tempo depois, devido ao envolvimento com os movimentos LGBTQIA+ locais, Juliano conseguiu emprego num projeto de testagem e aconselhamento sobre HIV nas ruas do

centro da cidade, temática com a qual ele havia trabalhado na época da faculdade. Bem articulado, mostrou grande facilidade para lidar com o público, chamando a atenção de um colega que trabalhava no mercado financeiro. Os conselhos deste rapaz levaram-no a tentar uma vaga para trabalhar no setor de seguros em uma conhecida instituição financeira. Depois de um processo seletivo particularmente exigente, teve a sua candidatura aceita, dando a início a uma etapa de maior estabilidade financeira e autonomia pessoal. Brinca que o “estudante de humanas” do passado jamais poderia ter imaginado trabalhar com números e reconhece em sua trajetória as disposições pragmáticas que havia atribuído ao pai: *“De uber, virei ativista LGBT. De ativista LGBT, virei bancário. Foi um passo a passo [risos]”*.

Quando conversamos por chamada de vídeo, em abril de 2020, durante a pandemia de Covid-19, Juliano estava engajado em um novo projeto de ativismo comunitário LGBTQIA+ em Curitiba, o “Voluntariado Colorido”, criado por ele próprio para oferecer uma rede de apoio às pessoas LGBTQIA+ que *“não recebem ajuda nem do Estado e nem das suas famílias”*. Por meio de mutirões, Juliano e outros voluntários estavam, naquele momento, coletando alimentos não perecíveis a serem distribuídos entre pessoas LGBTQIA+ que se encontravam em situação de desemprego por conta da pandemia. Utilizando-se do espaço físico cedido por uma Ong *“repleta de bichas de esquerda”*, com as quais ele afirma manter uma boa relação, diz que um dos grandes atrativos do projeto é o fato de acolher todo mundo independentemente da preferência política. *“Não falamos sobre isso”*, pontua. Embora encontre grande satisfação nas atividades de voluntariado, considera que a comunidade LGBTQIA+ às vezes *“não merece”* tantos esforços, uma vez que teria se tornado um espaço de reprodução de inúmeras formas de violência. Cita, como parte de sua experiência pessoal, o antissemitismo entre homens gays. Em Curitiba, manteve-se próximo da comunidade judaica e, de modo a promover uma articulação entre esferas da vida (Lahire, 2002) passou a organizar eventos sobre a temática LGBTQIA+ em parceria com museus e organizações ligadas ao judaísmo.

Contudo, o sucesso do “Voluntariado Colorido” tem um significado especial para Juliano. Diante das inúmeras dificuldades e mudanças (a ida para a cidade grande por incentivo do pai, a conexão com a religiosidade judaica e as transições profissionais), sente que conseguiu manter-se fiel à si mesmo, sem “negociar” inteiramente a sua identidade sexual neste percurso e tornando-se, por meio do ativismo político, uma referência para as novas gerações de pessoas LGBTQIA+ — a referência que ele próprio não teve enquanto crescia. O ativismo comunitário tornou-se uma forma de dar vazão às muitas competências (como o design gráfico e a facilidade para lidar com o público) e disposições (a proatividade, a solidariedade, o

pragmatismo), adquiridas ao longo de sua trajetória individual, de construir uma subjetividade valorizada assente na reprodução de um *ethos* respeitável e solidário e de dar sentido a uma experiência marcada por momentos de instabilidade, ausência de redes de apoio e completa falta de referências. Nesse sentido, apesar de ter seguido o conselho do pai e deixado a cidade onde cresceu para “se tornar alguém”, recusou-se a aceitar a ruptura com o universo da sua infância, atuando para modificá-lo e carregando-o consigo no momento da partida. Conferiu assim um outro sentido à ideia da “diáspora gay” rumo à cidade grande (Eribon, 2012; Andrade, 2015; Wasser e França, 2021). Não menos importante, o engajamento em práticas de voluntariado permite a Juliano dar continuidade à herança familiar e manter o vínculo afetivo com os pais mesmo estando longe, mesmo sendo o filho “diferente”. A importância do reconhecimento dos pais fica evidente em alguns dos seus discursos:

Juliano: Os meus pais têm muito orgulho do trabalho dos ‘Voluntariado Colorido’. Eu vejo o quanto isso tem um significado importante pra eles. Isso me dá uma sensação muito boa, de pertencimento, de orgulho mesmo. O ‘Voluntariado Colorido’ também é uma maneira que a gente encontrou de resolver a nossa relação, sabe? Porque fala numa língua que eles compreendiam e eu tenho percebido também, que algumas pessoas que fazem parte do projeto tiveram essa mesma experiência com as famílias delas. É muito legal construir essa ponte de diálogo. Com todo o respeito, entrando na área mais política, eu acho que é o tipo de diálogo que muitas vezes algumas lideranças políticas mais radicais não conseguiriam estabelecer. Eu não consigo imaginar alguns ativistas LGBTs, de partidos políticos, conseguindo estabelecer esse tipo de comunicação (Entrevista por videoconferência com Juliano, 21 de abril de 2020).

Questionado sobre os próximos passos como ativista, Juliano diz ter planos para expandir o “Voluntariado Colorido”. Os membros do “Boteco Liberal LGBT”, por exemplo, são grandes admiradores do projeto e têm a intenção de replicá-lo em outras cidades brasileiras. Ele acredita que esta iniciativa é coerente com as suas concepções liberais baseadas em responsabilidade individual, mudança progressiva e trabalho árduo. *“Quem prometer mudanças drásticas, milagrosas ou redentoras para as pessoas vai tá mentindo. Não é possível acabar com a fome por meio de políticas públicas”*, defende. Cita como referência filosófica a frase de um psicólogo canadense chamado Jordan Peterson: *“Ele diz que é preciso primeiro arrumar a cama antes de arrumar o mundo. E é nisso que eu acredito”*.

Retrato 3: “Uma vida transcendente”

Daniel nasceu e cresceu em Brasília, Distrito Federal, há 37 anos. É formado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, filho de mãe funcionária pública originária do Piauí, no nordeste brasileiro, e de um pai empresário autônomo, vindo do interior

de Goiás. Com orgulho, conta que os pais são migrantes da geração “que construiu Brasília”, em meados dos anos 1950 e 1960. Embora tenha nascido no Plano Piloto¹⁰⁰, passou boa parte da infância numa Cidade Satélite chamada Taguatinga, no entorno da capital federal. Retornou à região central na adolescência, para morar com a mãe e o irmão mais novo, na época em que seus pais se separaram. Concluído o ensino médio, escolheu o curso de Relações Internacionais devido ao desejo de morar no exterior. Vislumbrava, com esta formação, a possibilidade de uma carreira diplomática fora do Brasil, o que acabou não acontecendo. Depois de concluída a faculdade, morou por algum tempo em Salvador, na Bahia, e depois retornou a Brasília, onde trabalhou na área de comércio exterior por mais de uma década. Quando realizamos esta entrevista, em dezembro de 2020, havia deixado este emprego há pouco tempo, em busca de um reposicionamento profissional. Reside atualmente em Fortaleza, no Ceará, onde possui familiares. Define-se como um homem conservador, católico e muito ligado à família. “*Eu diria que hoje, eu sou bem mais católico do que eram os meus pais*”, pontua.

Quando convidado a rememorar a infância, Daniel quase não fala sobre a convivialidade com os pais, mas diz ter recebido dos progenitores uma educação católica “protocolar” e permeada por valores que ele considera importantes, como respeito e dignidade. Em relação à política, afirma que a família era fundamentalmente “neutra” e “desinteressada” no tema, não tendo acessado neste ambiente qualquer modelo ativista que o tivesse inspirado à ação coletiva. Relata, entretanto, sempre ter nutrido uma certa antipatia pelo discurso “populista” da esquerda, pois reconhecia neste uma tentativa de aproveitamento da situação de “vulnerabilidade” das camadas mais pobres da sociedade. “*Isso me irritava bastante*”. Conta também que sempre discordou da ideia de uma “verdade relativa”, que estaria muito presente nos ambientes acadêmicos, na esquerda e nos meios marxistas. “*Só há uma verdade e ela não é relativa*”, defende. Na escola, precisou lidar com o *bullying* recorrente dos colegas por ter sido um garoto introvertido, que andava sempre na companhia de meninas e não gostava de futebol. “*Eu sofri bastante em toda a idade escolar*”. Esse sofrimento teria servido de incentivo para uma maior dedicação aos estudos, posicionando-se deste modo como um dos alunos mais destacados da turma. “*Talvez fosse até uma forma de compensação, né? De ser apontado com nomes, é, homofóbicos, pejorativos*”, analisa.

¹⁰⁰ “Plano Piloto” refere-se ao projeto urbanístico em forma de avião da cidade de Brasília. Na prática, corresponde ao plano inicial elaborado pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa. Inclui as áreas centrais e administrativas, além dos principais bairros residenciais e da Universidade de Brasília.

Os discursos de Daniel sobre sua infância e adolescência apontam para a valorização de condutas e modelos sociais considerados ideais, “bons”, “virtuosos” ou “corretos”. Seus processos de socialização primária e secundária foram atravessados, de um lado, por uma educação católica “protocolar” em casa e, de outro, pela experiência da discriminação e do assujeitamento no ambiente escolar, ambos permeados por um certo desamparo da família e da escola face a estas situações de violência. Percebe-se, neste processo, a encarnação do tipo ideal do “bom menino” como estratégia de resistência face ao *bullying* homofóbico, construção de uma subjetividade socialmente valorizada e expressão de suas disposições conservadoras mais românticas, pautadas numa mistura de idealismo, iminência do sentimento de perda e resignação diante do tempo presente. Falar em conservadorismo como *disposição* remete, inevitavelmente, às elaborações filosóficas de Oakeshott (2016), para quem o pensamento conservador não deve ser concebido como “um corpo unificado de princípios e normativas coerentes e unificadas” (Trigueiro, 2015), mas como uma espécie de *disposição* assente na ideia de uma “natureza humana” resistente à mudança e à inovação. Nesse sentido, proponho pensar as elaborações de Oakeshott (2016) sob a perspectiva da teoria das práticas, compreendendo as disposições conservadoras de Daniel como parte fundante de um *habitus militante específico* (Crossley, 2003, p.53) constituído ao longo de sua trajetória. Este idealismo e resistência à mudança se fizeram notar em sua primeira grande crise pessoal, aos 16 anos de idade, provocada pela separação dos pais, momento descrito por ele como doloroso. O modo como optou por lidar com essa situação demonstra o confronto entre suas idealizações nos episódios de maior desajustamento:

Daniel: Sobre a separação dos meus pais.... Assim, eu vou responder com o meu entendimento de hoje, né... Porque eu entendo que o ideal é que as pessoas em matrimônio na Igreja permaneçam para sempre até que a morte os separe, né? Então, naquele momento, eu vi dissolver o ideal que eu gostaria que ocorresse, que os meus pais ficassem juntos para sempre. Mas enfim, empiricamente falando, eu via que, enfim, não era possível, por n razões, do pai, da mãe. Então, na medida em que aquilo colapsou, eu vi assim: ‘Nossa, o que eu esperava, o ideal, ele não tá acontecendo, Deus não permitiu que as coisas seguissem no ideal’. Porque o único ideal e perfeito é Deus, então deixa eu me fincar em Deus, olhar pra Deus, buscar mais a Deus, passar mais tempo na igreja, buscar o sacramento da crisma, a confirmação. Porque, em Deus, eu não vou ter essa, essa frustração, né, entre aspas. E aí, eu vejo que foi muito interessante a intervenção da própria providência divina, porque eu sei que muitos jovens, né, nesse momento, quando os pais se separam ou então quando se descobrem gays, eles não vão ter o acolhimento nem da Igreja e nem da família. Então eles se matam, vão pras drogas, sabe? Ficam meio sem rumo. E muitas vezes nem conseguem dizer que estão sem rumo. Eles vão dizer que, tipo, ah, sexo, drogas, *rock and roll* e baladas, eu estou sendo feliz aqui. Mas acho que não é bem assim (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Nos círculos católicos, Daniel encontrou a possibilidade de reafirmação dos ideais que haviam sido abalados pela separação dos pais. O engajamento em uma comunidade católica funcionou para ele como um espaço de acolhimento, sociabilidade e compartilhamento das dificuldades pessoais. *“Isso me serviu de consolo”*, analisa. Com o tempo, tornou-se uma figura chave neste espaço, e anos depois, tendo concluído o bacharelado em Relações Internacionais, foi convidado para atuar como voluntário no serviço de evangelização de jovens desta mesma comunidade em Salvador, na Bahia. Permaneceu na capital baiana por algum tempo antes de retornar à Brasília, em busca de inserção no mercado de trabalho formal. Na época, Daniel lidava com inúmeros questionamentos em relação à sexualidade. Estes conflitos afetaram a sua relação com a igreja, que passou por altos e baixos, com afastamentos e reaproximações mais ou menos frequentes. O processo de autoaceitação veio por volta dos 23 anos, com o apoio de um profissional da área de psicologia. *“Quando a aceitação ocorreu, depois de muito conflito, com ajuda de terapia na época, ela se deu de forma muito vigorosa, sabe? Depois da tempestade, vem a bonança”*.

Daniel lembra que este processo de autoaceitação foi acompanhado de uma melhora progressiva da relação com a mãe e com o irmão. Pouco tempo depois, ele se aproximou de um grupo de “seis, sete ou oito” rapazes gays de Brasília que se tornaram seus amigos e com os quais passou a frequentar, com alguma regularidade, bares, festas e discotecas voltadas para o público LGBTQIA+. Recorda-se ainda de ter ido ao Rio de Janeiro para festejar um carnaval. *“Pra socializar, né, com outros homossexuais”*, explica. Este momento de aproximação do universo LGBTQIA+ foi permeado por um sentimento de desajustamento constante, pois Daniel sentiu dificuldades em adaptar-se a situações, dinâmicas e comportamentos que considerava incompatíveis com seus valores mais rígidos e conservadores. Entre um dos seus principais incômodos com o “meio” LGBTQIA+ está *“a perpetuação da Parada do Orgulho”*. Defende que as Paradas são uma verdadeira *“queimação de filme”* que em nada contribuem para a erradicação do preconceito. O problema, segundo ele, estaria no “reducionismo identitário” típico da esquerda e na imposição de “comportamentos desvirtuados”. Pergunto o que ele pensa sobre estes eventos, pelo que ele responde, sem hesitação:

Daniel: É um festival de promiscuidade, de drogas, um carnaval fora de época. Não tem nada a ver com os meus valores. A esquerda faz uso disso pra superdimensionar situações de preconceito contra as minorias, quando na verdade a igualdade civil... ela já foi conquistada.

Rodrigo: E qual que você acha que seria o caminho, então, pra comunidade LGBT? Ou pros gays, de uma forma específica? Você falou da questão do respeito, né, de demandar respeito e obter respeito e tal... qual que você acha que seria o caminho?

Vi: Eu acho que seria assim, tipo: olha, apesar de sermos homossexuais, né, nós somos também pessoas, somos também filhos, somos também trabalhadores, somos também profissionais, irmãos, maridos, sabe? E buscar de forma mais espontânea transparecer o engajamento, porque nós também somos parte da sociedade (...). O acerto, pra mim, seria ampliar a percepção não só deles, mas fazer com que a sociedade também os veja como partícipes, né, de algo muito maior, como pessoa e como sociedade (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Desiludido com o “meio” LGBTQIA+ e sentindo falta dos espaços de fortalecimento espiritual, Daniel decidiu buscar pela integração das esferas sexual e religiosa de sua existência. Procurou afastar-se tanto dos espaços de sociabilidade gay quanto das leituras mais tradicionalistas da Bíblia, particularmente daquelas que condenam a homossexualidade. Como a sua “saída do armário” não foi bem recebida na comunidade católica da qual fazia parte, passou a frequentar outras paróquias e conhecer outras comunidades em busca de acolhimento. Em 2013, participou da fundação de um grupo chamado Diversidade Cristã de Brasília, espécie de versão brasileira de um movimento de mesmo nome criado originalmente no Rio de Janeiro. À partida, foi atraído pela possibilidade de compartilhar experiências com outros homossexuais católicos, mas logo percebeu que as principais lideranças do movimento eram ligadas à Teologia da Libertação, abordagem teológica cristã de tendência progressista. Frequentou este grupo por cinco anos, afastando-se em 2018, quando aproximou-se do conservadorismo de direita, no auge da campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República. O trecho a seguir revela como Daniel passou a articular o nascente interesse pela política com suas concepções religiosas. Percebe-se a contradição, de um lado, representada pela busca de comunidades religiosas mais abertas à questão da homossexualidade e, de outro, a preferência por vertentes mais rígidas e conservadoras do catolicismo:

Daniel: Eu, eu não conseguia mais. Não me identificava. Interessante que eram pares... Mas eles já vieram do Rio [de Janeiro] com essa mentalidade da Teologia da Libertação, entende? Eram pessoas petistas, do PSOL, estavam na missa achando que Jesus veio pra socializar, pra libertar socialmente. E não é o caso... Então, houve essa minha não identificação com esse grupo católico que eu participava, na medida em que eu tive maior compreensão do espectro político e dessa correlação, né, com a religiosidade, ou da forma que ser cristão deve se refletir (...). Tanto que uma das definições de conservadorismo que eu gosto é aquela que diz que se trata da cosmovisão cristã da política. Uma visão política cristã, ‘cristocêntrica’, baseada nas tradições ocidentais, tudo o que você sabe aí, né, que tange desde a filosofia grega até o direito romano. E a religiosidade cristã, teocêntrica, ela é central pra mim. E eu trago isso comigo desses 18 anos que eu fui católico praticante. Quando eu conheci o conservadorismo como uma... uma possibilidade de expressar politicamente, os meus valores, eu me reconheci muito fácil, sabe? Tipo, já ouvi isso de outras pessoas também. Você se percebe sendo conservador. Você não resolve de um dia pro outro por conta de uma coisa ou outra. Não é assim. É uma questão muito individual, sabe? Na minha vida, a religiosidade é central, tanto que eu tive esse conflito aí um pouco maior, de conciliar a orientação sexual com a religiosidade (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Embora acredite que a constituição de seu *ethos* conservador seja resultado de um processo de longo prazo, Daniel precisou de um elemento disparador e atualizador para se dar conta das dimensões políticas deste mesmo *ethos*. Com a campanha eleitoral a todo o vapor, em agosto de 2018, recebeu de uma antiga amiga de trabalho o *link* para um teste virtual baseado em perguntas sobre “caminhos e propostas para a sociedade brasileira”. O objetivo do teste era correlacionar automaticamente as respostas dos usuários ao programa eleitoral de um dos candidatos à Presidência. Respondeu às perguntas de acordo com as suas opiniões, valores e preferências pessoais (“*as coisas que eu acredito, né, liberdade econômica, defesa dos valores familiares, liberdade religiosa... e a liberdade humana de forma geral*”) e afirma ter “descoberto” uma compatibilidade de cerca de 60% com o candidato Jair Bolsonaro. O relato sobre este momento “de virada”, evidencia, mais uma vez, o papel socializador da internet nas trajetórias dos ativistas em estudo, elemento verificado nos dois retratos anteriores e discutido ao longo das outras dimensões analíticas da tese. Também permite observar como estes processos de socialização mediados por dispositivos tecnológicos estão permeados por mecanismos algorítmicos que tendem a passar despercebidos pelos atores:

Daniel: Quando eu vi que as minhas respostas eram orientadas pro Bolsonaro... Sabe, eu fiquei chocado, porque, na época mesmo, eu tinha um relacionamento com um rapaz que era mais, mais de centro, centro-esquerda. Não gostava do PT, era mais, assim, de centro. Quando começou a modinha do #EleNão, eu fiquei sem entender. Por que que #EleNão? [risos]. E aí me espantou bastante essa energia com discursos reais e propostas reais do candidato Bolsonaro. O debate político foi se acirrando, até que veio a facada, o atentado contra o Bolsonaro. E me chamou muita atenção como a mídia não repercutia de uma forma ideal que algo grave tinha acontecido. Tipo, um candidato à presidência quase foi morto, quase sofreu um assassinato. E era como *mix* de celebração com ignorar o fato, apenas mencionar. E eu quis descobrir o que tava por trás daquilo. Por trás daquela repugnância, do movimento #EleNão, uma postura muito condescendente com uma tentativa de assassinato, [breve silêncio]. Foi ali que, tipo, virou uma chavinha dentro de mim e eu comecei até... com a ajuda de um amigo terapeuta, comecei a conhecer alguns canais de direita na internet que passaram a me dar respostas a essas perguntas que comecei a me fazer (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Daniel cita o canal Brasil Paralelo e os *youtubers* conservadores Nando Moura, Leandro Ruschel e Bernardo Kunster como as tendo sido algumas das suas principais referências neste momento de “revelação”, “esclarecimento” e “descortinamento” político-ideológico [termos do interlocutor]. O consumo regular destes conteúdos logo remeteu à obra do escritor Olavo de Carvalho, à época uma das principais figuras intelectuais do bolsonarismo. “*E aí eu preferi começar a ler Olavo na fonte*”, relata. Neste meio tempo, aproximou-se de um ativista cristão e conservador com quem passou a compartilhar suas inquietações políticas. Conta que antes disso, era um católico mais “discreto” e resignado, que ia à missa quase todos os dias e não expunha publicamente os seus posicionamentos. “*antiaborto, contra a eutanásia, a favor do*

porte de armas... pra que eu possa ter o direito de defender a minha vida, mesmo que, é..., eu chegue, é..., a tirar a vida do, enfim, do bandido, do vilão, do malfeitor". Em contato com o *habitus militante* (Crossley, 2003) de seu novo colega, Daniel percebeu uma "necessidade reprimida" [termos do interlocutor] de falar por si mesmo. *"Eu passei a defender a necessidade de mostrar que, olha, apesar de eu ser homossexual, eu não acredito em ideologia de gênero pra criança"*. O processo de saída do armário político teria sido marcado pelo afastamento de vários círculos de amizade, "amigos de conveniência" ou que preferiam manter-se "neutros" diante do acirramento do contexto político. *"Eu cruzei a fronteira do politicamente correto e comecei a pagar o preço por isso"*, analisa.

Como este novo amigo identificava-se como heterossexual, Daniel passou a questionar se havia outros homossexuais conservadores como ele. Recorreu, mais uma vez, à internet, e numa busca "aleatória" com as palavras-chave "gay conservador", "gay Bolsonaro", "gay de direita", encontrou a página "Gays com Bolsonaro" no Instagram. O contato com o moderador da página e a subsequente criação de um grupo de WhatsApp com simpatizantes para discussão política e criação compartilhada de conteúdos levou à fundação, cerca de um ano e meio depois, de uma organização formal de ativismo com membros em diversos estados brasileiros. O encontro com o novo grupo de pares representou para Daniel a possibilidade de integrar as diferentes esferas da vida (pertencimento sexual, político, e religioso), rompendo com a sensação de isolamento que o acompanhou ao longo de sua trajetória (como o engajamento em uma comunidade católica enquanto vivia no armário sexual, a incompatibilidade de valores experienciada no "meio gay", a entrada em um grupo de homossexuais católicos, mas que eram progressistas, ou a descoberta do interesse político conservador mediada por um amigo heterossexual). Segundo Daniel, no "Gays com Bolsonaro", todos os membros partilhavam, em maior ou menor grau, desta experiência de pertença múltipla: homossexuais, religiosos, conservadores, patriotas e críticos aos valores e pensamentos "de esquerda" predominantes no "meio" LGBTQIA+. O grupo tornou-se, desde modo, um espaço no qual poderiam, finalmente, ser "eles próprios". Sobre a importância deste encontro:

Daniel: Ah... foi super relevante, né, porque, da mesma forma que eu me sentia mais bem acolhido, quando eu saí do armário, digamos assim, sendo de direita... e sendo gay né, por heteros, por cristãos, com consciência... do que por pessoas de esquerda... Da mesma forma, quando eu encontrei pessoas que compartilhavam as duas, é..., realidades, como eu... foi muito bacana, muito mesmo. Tipo, foi sinérgico, né, foi uma sinergia muito grande e, hoje, até hoje, sabe, Rodrigo, é interessante. Essa semana, a gente adicionou dois novos membros no grupo do WhatsApp, é interessante de ver como eles ficam, assim, deslumbrados, encantados de ver tantos outros jovens, né, homens gays, ou meninas, que são menos engajadas, mas, enfim, outros gays com essa pauta, né? De expansão de visão, de personalidade, de identidade, porque a gente se identifica... também no aspecto político, né?

De lutar por uma causa maior. Não só lutar, mas, muitas vezes, representar. No nosso grupo do WhatsApp tem gente do Brasil todo, então é interessante ver isso (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Com os membros do “Gays com Bolsonaro”, Daniel participou de manifestações a favor do agora ex-Presidente em várias cidades brasileiras, reuniões com membros do governo e até passeatas religiosas na companhia de um novo namorado, também conservador. Em muitas destas ocasiões, portando orgulhosamente a camiseta da organização. Diz que o grupo tem sido majoritariamente bem recebido nos meios conservadores, inclusive por membros da família Bolsonaro, parlamentares, jornalistas e *influencers*. O contato com o ativismo conservador favoreceu a incorporação de um *habitus militante* (Crossley, 2003) mais proativo, permitindo a atualização/conversão das disposições conservadoras resignadas de sua juventude, anteriormente orientadas para um trabalho comunitário evangelizador mais “discreto”, em um ativismo *digitalmente conectado* que combina visibilidade pública com acolhimento entre pares. Como parte da sua tendência à articulação entre diferentes esferas da vida (Lahire, 2002), Daniel passou a se interessar pelos aspectos teóricos da discussão sobre homossexualidade e conservadorismo político e, ao longo de nossas interações, mostrou-se interessado em trocar eventuais referências sobre o tema. Quando questionado acerca dos significados da sua identidade como “gay conservador”, menciona a possibilidade de ver a si mesmo sem a lente das “restrições identitárias” supostamente impostas pela esquerda:

Daniel: Eu acho que, sobretudo, é esse valorizar mais uma vida em família, uma vida... transcendente, né? De me ver como pessoa plena, mais ampla do que a restrição identitária que a esquerda faz. Então não precisaria necessariamente dizer, né, que sou um “gay conservador”, apenas dizer: sou um homem conservador. Mas aí alguém ia dizer: nossa, mas você pretende se casar... – se casar, não, mas, enfim –, ter uma união estável com outro homem, constituir família: sim! É a minha orientação não escolhida, mas eu valorizo tanto aquilo que eu recebi, os meus valores, a minha individualidade dentro dessa realidade cristã, de busca da verdade... (breve silêncio), que indefere o fato, né, de eu ser gay ou hetero. Por acaso, né, ao analisarem a minha biografia, vão ver: ah, tá, de todos os aspectos da vida dele, ele preferia, né, homens a mulheres, e nem por isso ele buscou, ter a vida dele pautada por isso, sabe? (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Assim, declarar-se “gay conservador” ou “gay com Bolsonaro” significa a possibilidade de conferir um sentido estabilizador à categoria homossexual, igualmente “vazia e transbordante de significado” (Scott, 2007) como qualquer categoria sexual, num contexto em que a sua articulação com a ação política tende a ser percebida como ameaçadora e contingente. A categoria “conservador” permite, deste modo, afastar as interpretações políticas e culturais da homossexualidade como potencial ameaça a uma suposta ordem “natural” (masculina, patriarcal e heterossexual) e reduzi-la a uma prática sexual sem

qualquer repercussão fora do ambiente privado, uma espécie de bandeira branca endereçada à comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) e à sociedade de forma mais ampla. Pergunto a Daniel onde se encaixa, nesta configuração, o sentimento patriótico expresso pelo “Gays com Bolsonaro”, cujos materiais gráficos agenciam, constantemente, as cores da bandeira do arco-íris com o verde e amarelo da bandeira nacional. Ele responde articulando, de forma bastante reveladora, as categorias de “nação”, “família” e “raízes”, além de indicar o provável sentido por trás da representação atribuída à Bolsonaro:

Daniel: Eu sou conservador, logo, eu prezo pelo aspecto da família, aspecto da religiosidade cristã, mas também inerente ao fator nacional, né, de nacionalidade. Tá relacionado à questão familiar, sabe? Então, assim, a nossa família, cada família, de cada brasileiro, está inserida na realidade daqui, prescindiu daqui, possui a história do Brasil em comum. Então, é super relevante esse sentimento de pertencimento nacional. Nação, vem do termo “nascer” também tem correlação com raízes ali do latim. Então eu vejo até com bons olhos esses colegas, pares homonacionais [refere-se aos ativistas europeus “homonacionalistas” mencionados em algum momento da entrevista], eu acho que tem a ver. Talvez eles destaquem um pouco mais a homossexualidade, mas, é..., é importante que haja pessoas que valorizem esse aspecto, nacional, da cultura nossa, da nossa forma de ver, expressar, de ver o mundo, de língua, né? É muito triste perceber que só o fator de eu ter falado essas palavras, sabe, de valorizar o que é nosso, de como somos, de onde viemos, tem o clichê de ser interpretado como ‘ai, meu Deus, o nacional da extrema-direita fascista nazista’. Sabe, é muito triste isso porque é simplesmente dar menos valor àquilo que as pessoas deveriam dar valor. É completamente deturpar aquilo que, que é belo, que é uma virtude. Então, o “Gays com Bolsonaro”, ele poderia muito bem ser o “Gays com o Brasil”, sabe? (Entrevista por videoconferência com Daniel, 5 de dezembro de 2020).

Percebe-se, nos discursos de Daniel, a compreensão de uma identidade conservadora e nacionalista de caráter integrador, cujo sentido principal seria o de dissolver as fronteiras da diferença representadas pela enunciação de marcadores identitários — neste caso, o da orientação sexual. A “nação”, representada aqui pela figura de Bolsonaro (encarnação de uma suposta identidade nacional), pode ser compreendida como uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2006), sistema de representação cultural por meio do qual os indivíduos passam a imaginar uma experiência compartilhada de identificação com uma comunidade estendida. A integração no corpo nacional oferece a possibilidade de dissolução simbólica da diferença sexual, unindo a todos sob uma mesma “família” — unidade “indispensável para sancionar a hierarquia social dentro de uma suposta unidade orgânica de interesses” (McClintock, 1995, p.45) e também a capacidade de autoproteção, traduzida pela proposta do porte de armas como solução para o combate à homofobia. Por meio do silenciamento dos conflitos sociais, esta narrativa sugere a normalização da chamada “homofobia cordial” (Bento, 2015, num diálogo teórico da noção de “cordialidade” presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda) representada, neste contexto, pela ideia de que os “eventuais” discursos discriminatórios

pertencem à ordem da “liberdade de expressão”, de que o “cidadão de bem” é fundamentalmente generoso e tolerante e de que a “nação brasileira” foi edificada deste o princípio (da colonização) sob o princípio da “harmonia” e da “cordialidade”.

Ao refletir sobre a sua trajetória, Daniel considera que as suas experiências no “meio gay” foram necessárias para perceber que *“não é possível escapar da realidade por meio de soluções sensoriais”*. Reconhece a fé católica como uma espécie de “livramento” de um caminho de “drogas”, “perdição” e “excessos” e se define como um “defensor da liberdade” — não de uma liberdade “sem moralidade alguma”, mas de uma liberdade “moralmente centrada”. Durante o período em que lidei com o tratamento e análise desta entrevista, refleti longamente sobre os muitos sentidos que atravessam a narrativa biográfica de Daniel. Embora ele próprio utilize o termo “compensação” duas ou três vezes para se referir à sua infância, creio que seria reducionista, do ponto de vista sociológico, tentar compreender o conjunto de suas experiências sob a perspectiva de uma busca incessante por identidades compensatórias e legitimadoras (Durand, 2018), como se todas as suas ações fossem movidas por uma vergonha tácita, permanente e imutável da homossexualidade (difícil imaginar alguém nessa posição aderindo um grupo chamado “Gays com Bolsonaro” e frequentando espaços do movimento conservador vestindo uma camiseta com as cores do arco-íris). O estereótipo do homossexual movido tão somente pela vergonha relega Daniel a uma posição estática e desconsidera a sua permeabilidade “ao atrito da mudança” (Lopes, 2012, p. 10). Também contribui para reforçar a ideia da homossexualidade como uma expressão indubitavelmente vergonhosa do desejo sexual quando, em uma sociedade heteronormativa (Warner, 1991), toda a sexualidade tende a ser permeada por sentimentos como medo, culpa e vergonha (Fallon, 2012).

O que a trajetória de Daniel nos revela é a busca por outras formas de vivenciar e simbolizar a homossexualidade. Este processo de negociação e ressignificação é mediado por normas, moralidades e códigos em circulação nos meios sociais percebidos por ele como sendo significativos para a sua existência (nomeadamente a igreja católica e os meios ativistas conservadores). Embora ressinta-se do seu *habitus* cindido, distante dos modelos ideais, Daniel tenta equacioná-lo por meio da aceitação de sua “orientação não escolhida”. Não deixa de ser curioso que, na busca por outras formas de reconhecimento para além da orientação homossexual, este o marcador identitário surja justamente como aquele capaz de conferir a Daniel e seus companheiros um círculo de reconhecimento (Mische, 1997) suficientemente sólido para sustentar as suas ações coletivas e conectivas (o grupo “Gays com Bolsonaro”), além de qualificá-los como parte relevante da narrativa nacional bolsonarista.

d) “Sempre um estrangeiro”

Eleito deputado estadual de São Paulo para a legislatura 2019-2022 aos 25 anos, com 74.351 votos, Douglas Garcia nasceu na Favela do Buraco do Sapo, bairro de Americanópolis, na zona sul de São Paulo. Seu pai ocupou diversas funções ao longo do tempo: porteiro em uma escola de inglês, operário em uma fábrica de alimentos, vendedor ao lado da esposa e motorista de transporte escolar. Sua mãe começou como trabalhadora doméstica, fazendo limpeza na casa de outras famílias, e depois passou a vender bolos no Parque do Nabuco (zonal sul de São Paulo), sempre na companhia da família. Desde período, lembra-se tanto de brincar com o irmão neste mesmo parque enquanto os pais ficavam na porta, vendendo bolos, como das constantes dificuldades financeiras enfrentadas pela família. Ele próprio, para ajudar nas despesas da casa, teria vendido as coxinhas feitas pela mãe ainda na infância, em frente a uma fábrica. Os discursos de Douglas sobre a família enfatizam este clima de união e solidariedade mútua face aos constrangimentos econômicos. *“Os meus pais sempre trabalharam juntos. Quando ele virou motorista [de transporte escolar], ela começou a ajudar ele a levar e trazer as crianças da escola e eles fazem isso até hoje”*, explica. Ressalta, entretanto, que os progenitores não gostam de ser chamados de “perueiros”, como são popularmente designados, no Brasil, os condutores de transporte escolar, por considerarem o termo estigmatizante.

Douglas define-se como *“a personificação daquilo que a esquerda prega”* porque *“afinal de contas, eu sou negro, sou homossexual, nasci na favela, bla bla bla, aquela coisa toda que eles dizem defender”*. Diz, entretanto, que seus valores, crenças e opiniões (a defesa de uma “ordem natural” das coisas, a conformidade com as hierarquias sociais) não poderiam estar mais distantes do ideário “comunista”. Ele atribui esse *ethos* conservador à socialização na igreja protestante pentecostal Assembleia de Deus, frequentada pela família “desde sempre”. Os estudos sobre o pentecostalismo no Brasil têm apontado que os fiéis deste movimento se concentram majoritariamente na base da pirâmide socioeconômica e, se comparados à média da população, são mais negros, pardos e indígenas do que brancos, ocupando sobretudo empregos domésticos e precários (Mariano, 2008, p. 71). Eles recorrem a estas igrejas em busca de serviços mágicos, rituais religiosos e terapias de cura divina capazes de contribuir para a superação das dificuldades cotidianas relacionadas à pobreza e tendem a incorporar uma moral puritana que prescreve maneiras de agir e de lidar com a sociedade (Souza, 1969; Mariz, 1994; Mariano, 2008). Esta doutrina tenderia a estimular em seus fiéis uma série de atitudes e valores específicos como a iniciativa pessoal, o voluntarismo, a autoestima, o sentido de valor pessoal,

um importante ascetismo do ponto de vista cultural e a construção de redes protetoras de apoio mútuo (Martin, 1990).

O trecho a seguir permite observar como os discursos de Douglas entrelaçam crenças religiosas, com atitudes políticas e autopercepção da homossexualidade. A religião aparece também como uma espécie de “porto seguro” moral, no sentido de evitar uma vida “sem rumo”, concepção muito semelhante àquela observada no retrato de Daniel:

Douglas: Minha família inteira é evangélica - meus pais são da Assembleia de Deus. E na igreja também eu tive muitos valores que eu aprendi. Foi na igreja, através do cristianismo, que eu acabei sendo regado por valores, por exemplo, contra o aborto, contra a legalização indiscriminada de drogas (...). Então, tem uma imensidão de coisas que eu aprendi e que eu trouxe como valores através do cristianismo que está presente na vida da maior parte da população brasileira, né? Então... Não vejo nenhum tipo de... Como é que eu posso dizer? Ahm, como é o nome da palavra mesmo? Não é nenhum contrassenso... você... Ser homossexual e acreditar em Cristo – eu acredito em Cristo com todas as minhas forças. Entendo o que a Bíblia diz a respeito do tema, mas... Por acreditar nele e saber que a sociedade hoje, a população, ela é regada por uma ordem moral... E quando eu digo ordem, eu não digo leis... Mas eu digo que existe uma ordem natural nas coisas que precisa ser seguida. E que, se a gente simplesmente destruí-la, a gente fica sem rumo. E o cristianismo, ele é uma das colunas que mantém essa ordem de pé, né? Então, por defender esses posicionamentos, eu fui eleito deputado estadual e hoje eu tou aqui na Assembleia tentando fazer com que essa casa respeite o mínimo do mínimo da família (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

De terno e gravata, sentado em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Douglas me recebeu para uma entrevista no intervalo entre duas sessões em plenário. Enquanto esperava em uma espécie de recepção, depois de passar por um segurança, não pude deixar de notar os quadros na parede com as fotografias de algumas das suas principais referências políticas: Donald Trump e Jair Bolsonaro. Pouco depois, eu adentrava o seu escritório, onde fui recebido com cordialidade. Em dado momento, perguntou sobre Portugal e disse ter grande interesse em conhecer o país, para conhecer a “nossa herança cristã”. De fala enérgica, se mostrou muito semelhante à persona pública provocativa que construiu para si nas redes sociais online. Às vezes, fazia uma brincadeira “politicamente incorreta”, sorrindo com cumplicidade para um assessor que observava a entrevista, provavelmente à espera de alguma reação da minha parte. Esta dinâmica foi se tornando menos habitual na medida em que ficou evidente o meu desinteresse em refutar qualquer fala mais polêmica. Pouco a pouco, mostrou-se disposto a falar sobre a sua trajetória pessoal — quase sempre sem grandes pudores.

Questionado sobre o seu percurso escolar, Douglas conta que começou a estudar em uma escola pública na região da Favela do Buraco do Sapo, que era um bom aluno, mas muito introvertido, e que preferia ficar sozinho a refletir sobre qualquer coisa do que juntar-se aos

colegas para as atividades de esporte e lazer. “*Eu não era uma criança comum*”, defende. Gostava das aulas de História e abominava Educação Física (“*Eu era forçado a jogar futebol*”) e inglês (“*Os professores de escola pública não sabem ensinar inglês*”). Sua narrativa sobre este período remete às suas origens de classe, ao desejo de escapar deste universo permeado pela pobreza e a violência e ao insulto (Eribon, 2012) como experiência mediadora do seu processo de autopercepção da homossexualidade. Conta que sofria *bullying* recorrente devido ao seu comportamento introvertido, percebido pelos colegas como fora dos padrões de masculinidade, e que este teria sido um dos motivos para deixar as “escolas de favela”:

Douglas: Aí o que me levou a sair das escolas de favela... Porque eu sempre estudei em escola pública. Mas eu era extremamente “bullyingnado” até o... Até o... Oitava série.

Rodrigo: E era... Era *bullying* de quê?

Douglas: Porque... Você tem um garoto... Que não gosta de futebol, que é quieto, que gosta de ficar no mundo da lua e que tira ótimas notas em absolutamente tudo. Aprendeu a escrever com cinco anos, seis anos de idade. Eu já cheguei na sala... Basicamente, já formado, no primeiro ano. Eu não precisava estudar no primeiro ano, porque eu já sabia tudo [risos]. Então, na medida que foi passando o tempo, eu fui... Me distanciando das pessoas, eu digo... Eu tive, no ensino fundamental, um pouco dessa questão antissocial, porque eu não conseguia encontrar pessoas que tinham o mesmo perfil que o meu nas favelas. Eu não conseguia me comunicar da mesma forma que eles, era muito difícil você encontrar pessoas assim. É claro que, em colégios particulares ou em colégios de bairros diferentes, você tem outras pessoas assim, mas a realidade nas favelas não é, não é. Eu cresci lá, eu sei como é que funciona. Os meninos, eles... Ficavam dando risada por coisas... Tão bestas, que pra mim não tinha a menor graça! Não tinha, pra mim, não era interessante. Ficar contando piadinha de coisas sem graça. Até porque, a maior parte delas, eu não entendia. Eu só entendia piadas mais inteligentes [risos]. Aí, eu... Mudei de escola, depois que aconteceram muitos fatos comigo de bullying etc. Mudei de escola. Eu fiz meu último ano do ensino fundamental em uma escola municipal, que até então só estudava em escola estadual. Só que essa escola onde eu comecei a estudar, que fica ali em Interlagos, é um bairro muito bom, de classe média alta. Então, o público que eu comecei a frequentar, que começou a frequentar ali, era completamente diferente. Completamente, era outro mundo. É... A conversa era outra, você não tinha só futebol na Educação Física [risos]. Foi aí que eu comecei a praticar Educação Física. E tinha uma coisa maravilhosa... Tinha uma biblioteca!

Rodrigo: Ah...

D: Tinha uma biblioteca, aí eu comecei a ler a partir dali. Foi na oitava série que eu submergi no mundo dos livros, e lia, e lia... O Caçador de Pipas... E a saga Crepúsculo inteira, li também porque não tinha outra coisa pra ler, só tinha aquilo ali. Harry Potter, eu li, e literatura infanto-juvenil li todos, O Ladrão de Raios, O Vendedor de Sonhos... Eu lia que era uma beleza no ensino fundamental. E a minha personalidade mudou também porque as pessoas começavam a vir falar comigo e isso não existia antes. Eu comecei a ter um... Contato maior, conversa maior, né? (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

Se, inicialmente, Douglas relacionava a ocorrência do *bullying* homofóbico com um suposto “perfil de favela” dos alunos que frequentavam a escola anterior, um episódio

específico o fez mudar de opinião. Com isso, ele passou a associar os episódios de violência com a sua capacidade individual de confrontar os agressores:

Douglas: Nessa época... eu também fiquei um pouco mais... Não é agressivo, mas reativo, não deixava mais ninguém fazer bullying comigo, né? Inclusive, esse negócio de bullying mudou pra mim depois que eu taquei o menino de cima da escada. Depois que eu taquei ele de cima da escada, nunca mais ninguém me “bullyingnou” em absolutamente nada. Nada, nada, nada. Então, eu percebi que o problema não era só o meio onde eu vivia, mas eu mesmo, entende? Era por uma questão de convivência. Hoje, se eu voltar a estudar em qualquer lugar, pra mim tá tranquilo. Não deixo mais montarem em mim da mesma forma que montavam antes. Mas isso mudou muito a minha personalidade e inclusive molda a forma como eu trabalho aqui na Assembleia ainda hoje. Porque, se eu não passasse por tudo que eu passei, se eu não sofresse tudo que eu sofri, eu jamais seria uma pessoa com coragem pra poder fazer o que eu faço aqui. Teria medo de um “ah”. Sairia correndo! [risos] (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

Percebe-se nestes discursos um processo de fortalecimento subjetivo relacionado tanto à mudança para uma escola de bairro “de classe média alta”, que possibilitou o usufruto de bens culturais ausentes na “escola da favela” e uma maior integração à comunidade escolar, como também a reelaboração da experiência do insulto por meio de uma mudança de estratégia baseada no uso da força física. Em uma nova escola, Douglas se viu perante a oportunidade de um novo começo, marcado pela adoção de uma performance de masculinidade mais defensiva e a imposição de um certo respeito perante os pares. Este caso permite observar como a experiência do *bullying* escolar (que inclui outras formas de violência para além do insulto) pode ser processada, enfrentada e ressignificada de diferentes maneiras pelos atores sociais ao longo do tempo. Os retratos apresentados ao longo deste capítulo evidenciam diferentes estratégias de resistência face ao *bullying* homofóbico, algumas delas mais passivas (aceitação inicial), silenciosas (tornar-se o melhor aluno da classe; converter-se em um aluno politicamente contestador) e outras mais reativas (puxar o cabelo da agressora ou jogar o colega da escada). Em retrospectiva, os atores tendem a interpretar essa vivência como uma espécie de aprendizado que os converteu em pessoas “mais fortes” ou “mais dedicadas”, muitas vezes negando o possível aspecto traumático destas violências. Mais do que transformá-los em indivíduos eternamente dependentes de formas de reconhecimento assentes no olhar do outro sobre si próprios (na forma de um olhar do outro incorporado), a descoberta da diferença (homo)sexual por meio do insulto (Eribon, 2012) e a consequente elaboração de estratégias de resistência, possibilita aos sujeitos o aprendizado da *gestão do estigma*. Diante do pouco suporte familiar e institucional, estes indivíduos compreendem que os estigmas sociais (sejam eles de classe, raça, religião ou sexualidade) podem ser, de algum modo, geridos a partir de

mudanças de atitudes individuais, sem que estes marcadores sociais sejam necessariamente ocultados, abandonados ou permanentemente negados.

Concluída a oitava série, cursou o ensino médio em uma escola pública perto de Indianópolis, outro bairro nobre de São Paulo. Como esta escola era ainda mais longe, acordava cedo, por volta das quatro da manhã, para enfrentar uma viagem de quase duas horas de ônibus. *“Eu preferia acordar cedo. Um milhão de vezes melhor do que ter que estudar na favela.”*, afirma. O convívio com alunos de estratos socioeconômicos privilegiados reforçaram em Douglas o desejo de ingressar no ensino superior, projeto que também era apoiado pelos pais. O cotidiano dividido entre trabalho e estudos não permitiu que ele se preparasse para o vestibular numa instituição pública, optando, deste modo, por cursar Relações Internacionais em uma instituição privada. Observa-se, neste ponto, que o desejo de mobilidade social expresso pelo projeto pessoal e familiar de ingresso no ensino superior, percurso expectável para um aluno com desempenho acima da média, como parece ter sido o caso de Douglas, vem acompanhado de uma notável desidentificação com as classes populares, nomeadamente com o aspecto territorial deste pertencimento (“a escola das favelas”, “os alunos das favelas”). Entretanto, este sentimento não parece afetar a representação que este mantém da família, particularmente dos progenitores, que continuam a ser referidos como fonte de afeto e suporte. Nesse sentido, Douglas parece ir de encontro a ideia do trãsfuga de classe (Hoggart, 1973; Bourdieu, 2008) que, diante da pluralização do seu patrimônio de disposições individuais, tende a “detestar a parte popular de si” (Lahire, 2005b). Sendo a família parte dessa herança popular, me parece haver uma tendência a renegar partes específicas desta herança, nomeadamente aquelas que não condizem com as disposições e valores incorporados nos processos de socialização primária entre a igreja e a casa dos pais.

Douglas conta que o interesse pela política surgiu na passagem do ensino médio para o ensino superior. Recordar-se que o clima político naquele período era de grande instabilidade, com a emergência do ciclo de protestos de junho de 2013 e o crescente descontentamento com o governo de Dilma Rousseff. O relato sobre este momento revela uma certa impermeabilidade de Douglas aos discursos políticos de transformação social em circulação no ambiente universitário, a sua desconfiança em relação aos partidos políticos “de esquerda” e a rejeição por parte do novo grupo de pares, que passou a identificá-lo como “reacinha”:

Douglas: Eu comecei a fazer Relações Internacionais nessa faculdade particular. Foi bem na época em que as manifestações do passe livre eclodiram no Brasil. E eu percebi que, no meio universitário, a maior parte deles eram... Todos comunistas, né? A maior parte era comunista, inclusive tinha uma menina, que ela tava, foi a primeira vez que eu vi um ato desses dentro

de uma universidade privada. Ela tava com uma camiseta do PCdoB [Partido Comunista do Brasil] chamando o pessoal pra poder fazer manifestações por melhorias na universidade, mas é claro que não era isso. A gente tava num momento em que eles estavam fazendo uma manifestação pelo passe livre, então a única coisa que ela queria era aproveitar da situação pra conseguir agitar a universidade, dentro e fora, com pautas diversas, né? E fazer com que o pessoal despertasse esse ânimo de rebeldia, revolução, aquela coisa toda. E eu percebi que eu não gostava dessa ideia de sair às ruas quebrando tudo... Arregaçando tudo... É... Sendo rebelde e... Rebelde com causa. Sempre achei isso muito ridículo. Eu sempre achei que... Pra você conseguir mudar alguma coisa ou... Ou... Aliás, a premissa não é nem isso. Não é nem a mudança, mas melhorar. Por que como é que eu posso mudar aquilo que eu não conheço? A maior parte dos jovens hoje não conhece como funciona o mundo. Antes de querer mudá-lo, você precisa pelo menos entendê-lo e nenhum deles entendem, eles simplesmente vão pras ruas gritando... Um monte de asneiras, sem saber aonde ir, sem saber aonde chegar (...). O jovem precisa ter muito cuidado. Quando eu entrei na universidade, eu sempre tive esse cuidado. Quando eu entrei na universidade, eu sempre tive essa... Essa preocupação de não deixar ser levado como... Um... Idiota, né? E eu era... Sozinho. Eu sofria pra caramba. Era chamado de “ah, lá vem o racinha” (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

Pouco tempo depois, em 2015, Douglas conheceu Bolsonaro por meio de um colega com quem praticava skate, pessoa responsável por apresentá-lo aos vídeos do deputado no YouTube. “*Virei fã dele, virei fã*”, explica. Como nos retratos anteriores, a internet desempenhou neste caso um papel socializador fundamental, provendo uma formação política “autodidata” e mediada por mecanismos algorítmicos. Depois de se tornar consumidor assíduo de conteúdos online relacionados ao conservadorismo político, criou no Facebook, em meados de 2016, um evento contra a cassação do mandato de Jair Bolsonaro (que havia dedicado seu voto favorável ao impeachment de Dilma Rousseff ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe dos centros de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura militar). Por ocasião deste protesto, Douglas entrou em contato com os ativistas conservadores que viriam a fundar o Direta São Paulo (atualmente Movimento Conservador), organização da qual faz parte desde então. Quando se refere à esquerda, afirma que a sua desidentificação está, sobretudo, num plano moral (aborto, drogas, “ideologia de gênero”) e que sua identificação com o conservadorismo está relacionada à sua inconformidade com a ideia de “ser dominado”. Essa última assertiva parece indicar que, para além de uma simples defesa de formas de regulação moral, Douglas recusa a ver a si próprio como ocupante de um papel de vítima:

Douglas: Desde quando eu me identifiquei como conservador, desde quando eu comecei a defender Bolsonaro... E um dos aspectos que me fez chegar aonde eu estou, acredito... Foi essa transformação que eu passei durante a minha época de, de... Período educacional. Essa mudança do meu comportamento, de aprender a ser mais reativo, me trouxe isso na política também. Porque eu num... *Detestava a ideia de ser dominado* [grifo meu]. Entende? Eu detestava a ideia de ser... É... Obrigado a pensar de uma determinada forma. E eu enfrentava isso muito na universidade, eu percebia... Eu percebia e eu repudio isso. Eu não gosto de pessoas que tentam mandar nas outras nesse sentido. Você tem que... É, seguir o movimento LGBT, porque senão você é um homofóbico. Você tem que seguir o movimento negro, porque senão você é um racista. Eu não tou nem aí pra vocês, espero que vocês se explodam.

Né? Então... Pelo fato deles serem radicais... Eu fui tão radical quanto na defesa daquilo que eu acredito. Então, eu fui me posicionando... E o meu posicionamento foi sem medo, sem nada. “Mas você não tem medo de morrer?” Não. “Você não tem medo de num sei que?” Não. “Você não tem med...?” Não tenho. Pode fazer o que vocês quiserem. Não tenho medo. Então... Pelo fato de eu me posicionar, sem medo, e enfrentá-los dessa forma... E ser exatamente aquilo que eles defendem, mas o contrário... Né? É... Que eles ficam com um ódio enorme de mim (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

No início de 2018, Douglas ganhou projeção nos meios de comunicação ao tentar organizar, em São Paulo, um bloco de carnaval chamado “Porão do Dops”¹⁰¹ Delegacias de Ordem Política e Social, criado para homenagear os assassinos e torturadores da Ditadura civil-militar brasileira, como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Paranhos Fleury. O bloco não chegou a desfilar por conta de uma liminar da justiça, tendo havido também uma ampla reação da sociedade civil e das entidades de defesa dos Direitos Humanos¹⁰². Na esteira da repercussão deste episódio, Douglas se tornou candidato a Deputado Estadual pelo Partido Social Liberal – PSL, legenda que também abrigou Jair Bolsonaro naquele pleito. Sua candidatura foi apontada pela imprensa como evidência do avanço da direita na periferia, espécie de “conservadorismo da favela”, como classificou a *Folha de S.Paulo*¹⁰³. Para esta reportagem, concedeu entrevista e posou sorridente, vestindo uma camiseta preta na qual se vê o rosto de Bolsonaro com os dizeres “Honra, Moral e Ética” e uma bandeira do Brasil em mãos, no que parece ser a laje de sua casa, com a favela do Buraco do Sapo ao fundo. A busca por uma vaga na Assembleia Legislativa incluiu ainda momentos conturbados, como quando foi impedido de fazer campanha na faculdade onde estudava por membros do movimento estudantil local.

Percebe-se, neste momento, que Douglas parece desenvolver uma relação ambivalente com seus pertencimentos e marcadores identitários (particularmente com a lugar onde nasceu e cresceu), que se tornam alvo de ressignificação por meio da prática e dos discursos políticos (“pobre não precisa ser de esquerda”) ao mesmo tempo em que se convertem em uma espécie de ativo político capaz de transformá-lo em uma figura singular e relevante num contexto de renovação, pluralização e emergência de uma direita conservadora de perfil mais ativista.

¹⁰¹ A Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS (1937 – 1945) foi um órgão de repressão do Estado brasileiro criado na década de 1920 e que funcionou principalmente durante o Estado Novo e o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

¹⁰² “Justiça arquiva ação contra deputado do PSL que criou bloco Porão do Dops”, *Folha de S. Paulo*, 27 de setembro de 2019 [acessado em 14 de novembro de 2019]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/justica-arquiva-acao-contra-deputado-do-psl-que-criou-bloco-porao-do-dops.shtml>

¹⁰³ “Direita avança nas periferias a reboque do ‘conservadorismo da favela’”, *Folha de S.Paulo*, 2 de outubro de 2018 [acessado em 2 de outubro de 2018]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/direita-avanca-nas-periferias-a-reboque-do-conservadorismo-da-favela.shtml>

Como no caso da relação com os pais, que se mantém relativamente inalterada apesar das suas aspirações de mobilidade ascendente, circulação por entre círculos de classe média e desprezo pelos ambientes da periferia, Douglas parece manter-se mais ou menos apegado às suas origens de classe, atitude que se expressa sobretudo pela rejeição aos ideais progressistas verificados na universidade e na constante reivindicação de seus valores cristãos pentecostais. Nesse sentido, mais do que simplesmente obliterar o passado e os estigmas associados às origens de classe, observa-se uma tentativa de conferir a esta herança outros significados que permitam alguma forma de distinção, contraestigmatização e reconhecimento. Enquanto narrativa de ascensão social produzida para o consumo de um público conservador, parece mesmo congruente que este passado não seja completamente apagado, mas vivido por Douglas como um presente no qual os sentidos foram apenas parcialmente deslocados, de modo que as hierarquias que sustentam a ordem social permaneçam inalteradas.

Esse mecanismo voltaria a ser observado meses depois quando, eleito Deputado Estadual, Douglas chegou à Assembleia Legislativa de São Paulo, em março de 2019. Diferentemente dos casos analisados nos outros retratos, Douglas ingressou no ativismo político sem ter rompido com o armário sexual, mantendo as suas relações com outros rapazes como parte de uma vida privada, vivenciada sem o conhecimento da família e dos amigos. Poucas semanas após o início das atividades legislativas, depois de ter afirmado em plenário que “*tiraria ‘no tapa’ uma transexual que usasse o mesmo banheiro feminino que sua mãe ou sua irmã*”, foi acusado de transfobia pela Deputada Érica Malunguinho (PSOL), que entrou com um processo no Conselho de Ética por quebra de decoro¹⁰⁴. Em meio a repercussão negativa, foi pressionado por alguns dos rapazes com quem havia se relacionado, os quais reprovavam o conteúdo do seu discurso. Para evitar a exposição pública por terceiros, conversou inicialmente com os pais, que se mostraram acolhedores, e pediu à colega de partido, a Deputada Janaína Paschoal, que o “*tirasse do armário*”, em um discurso realizado poucos dias depois, no plenário da Assembleia. Douglas conta que antes disso, sua vida sexual e afetiva acontecia por meio de redes sociais online e aplicativos, de forma apartada dos outros domínios de atividade cotidiana. O relato sobre a reação dos pais mostra que a revelação da diferença sexual, antes bastante temida, acabou por fortalecer a relação com a família:

Douglas: Por causa daquilo que era veiculado na imprensa... Alguns relacionamentos que eu tive no passado me procuraram, falaram ‘Eu vou expor você, porque você é um hipócrita, você é isso, você é aquilo outro...’ Não, peraí! Eu não sou hipócrita. Eu não sou homofóbico.

¹⁰⁴ “Alesp: deputado do PSL diz que tiraria ‘a tapa’ trans de banheiro feminino”, Política, *Portal UOL*, 3 de abril de 2019 [acessado em 10 de abril de 2019]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/03/alesp-deputado-do-psl-diz-que-tiraria-a-tapa-trans-debanheiro-feminino.htm>

Gosto de homem? Gosto, mas eu não gosto do que o pessoal da militância LGBT faz. Eu sinto nojo, eu sinto repulsa, eu sinto ojeriza. Eu tenho nojo da militância LGBT. Que é diferente de dizer que eles fazem parte da população LGBT. *De um lado você tem a população, d'outro lado você tem a militância* [grifo meu]. Eu sinto repulsa! E eles não me representam (...). Nesse dia que eu pedi ajuda da Janaína pra falar na Assembleia, antes de ir pra lá, eu conversei com os meus pais. Eles me abraçaram, choraram... Disseram que me amam, aquela coisa toda, de que eles me amam independente de qualquer coisa. Eles são da igreja evangélica, né, então... Eu tinha medo de... De fazer com que a fé deles ficasse enfraquecida de alguma forma. Ou medo de... Deles serem olhados de uma outra forma na igreja. Mas... Parecia que eu não conhecia meu pai e minha mãe, de fato. Eles são exatamente o oposto daquilo, eles reagiram de uma forma extremamente oposta daquilo que eu imaginei que eles fossem reagir. Eu pensei que eu ia ser expulso de casa. Mas não, o meu pai... Nunca me tratou com tanto carinho e continua me tratando com total carinho, a minha mãe também. Meus irmãos, nem se fala. Meus avós, meus primos, meus tios... De uma forma que eu realmente não imaginava. Porque eles são evangélicos, a maior parte deles é evangélica, 95% da minha família é evangélica. E aí eu imaginava que eu fosse perder o contato com todos eles. Eu imaginava que eu fosse... Embora, entendeu? Mas não pelo fato d'eles serem... É... D'eles serem... [pausa]. De criarem esse tipo de preconceito que, que tentam disseminar no Brasil. (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

Douglas garante que, antes deste episódio, “não sentia necessidade” de trazer a público a sua orientação sexual, mas que nem por isso se considera uma pessoa “mal resolvida”. *“O fato de uma pessoa ser homossexual encontrar dificuldade de se assumir, ou não sentir a necessidade de expor isso em público, não significa que nós vivemos em um sistema repressor”*. Ele conta que o processo de autoaceitação da sexualidade durou muitos anos, passando por conflitos internos, tentativas de relacionamentos com mulheres e episódios de depressão, mas que hoje se considera “bem resolvido”, particularmente após a conquista do suporte familiar:

Douglas: Eu já tive relacionamento com mulher várias vezes, vários relacionamentos com mulheres... Mas eu sabia que, desde sempre, que eu era gay. Há muito [estala dedos] tempo, nem me pergunte quanto, que eu não vou saber te dizer. Pelo fato de eu ter nascido na igreja, pelo fato d'eu ter alguns princípios cristãos em mim... Eu não considerava aquilo como certo. Então, eu brigava e me afastava o máximo possível... Contra esse instinto, vou dizer assim. E tentava me negar ao máximo possível, eu me negava ao máximo possível. Mas não existe, no mundo, sacrifício maior – à exceção do de Cristo, eu considero – não existe no mundo sacrifício maior do que passar cada hora, cada minuto, cada segundo tentando ser quem você não é. Tentando negar a si mesmo em nome de uma força maior. Em nome de um amor maior, em nome... É, da própria religião em si. Não tou dizendo que eu num... Que eu não abriria mão de mim mesmo para Cristo, mas que isso é extremamente doloroso, é. Porque você vai ter que lembrar a cada segundo da sua vida de que o que você está pensando, de que o que você está fazendo, daquilo que você é, é errado na visão cristã. É errado. Então, eu sofria muito com isso. Sofria tanto, que você não tem noção. Eu fazia de tudo pra, pra tentar... É... Me afastar desse comportamento. Teve a época lá que eu, que eu... (estala dedos) Há uns quatro, cinco anos, eu fiquei depressivo por causa disso... Nossa, já fiquei extremamente triste por causa disso, eu me negava, falava que eu era ninguém, queria acabar com a minha vida. Mas chegou um momento em que eu comecei a me aceitar, falei “meu... Pra mim, já que eu tou nesse mundo, e que eu sou assim... O que me resta é ser uma boa pessoa, continuar acreditando em Cristo e ser absolutamente feliz”. Pra mim, eu quero ser absolutamente feliz e é isso que me importa. O resto que se dane! (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

Contudo, a revelação da orientação sexual não foi a única concessão, por assim dizer, realizada por Douglas em consequência do ingresso nos meios conservadores e na vida pública. Durante o processo de socialização política, foi apresentado aos filósofos cristãos clássicos como Tomás de Aquino e Santo Agostinho e confrontado com referências teóricas conservadoras majoritariamente católicas, a exemplo do escritor brasileiro Olavo de Carvalho. Relata que, no início, devido à sua criação protestante pentecostal, mostrou-se resistente a estas referências porque “*há uma certa repulsa a algumas características do catolicismo dentro do meio evangélico*”. Diz que a leitura destes autores contribuiu para mitigar alguns essa resistência inicial e, no momento da entrevista, declarou estar num período de transição religiosa, uma transição que ele próprio “não sabe definir muito bem”. Como no caso de Fernando Holiday, o processo de mobilidade ascendente de Douglas por meio do ativismo e da política institucional parece estar condicionado, em alguma medida, ao abandono das raízes neo e pentecostais (diretamente relacionadas às suas origens de classe) através de um processo filosófico, intelectual e racional estimulado pelo novo grupo de pares. Os discursos de Douglas permitem verificar como ele próprio identifica a igreja católica como uma instituição secularizada, muito diferente do pentecostalismo “emotivo” no qual ele foi socializado. Este momento de desajuste entre as disposições incorporadas no ambiente familiar e nos meios ativistas revela um sentimento de “não pertencimento” que parece acompanhá-lo nos mais diferentes momentos de sua trajetória:

Douglas: Ah... Porque o protestantismo, eu entendo, o protestantismo... Pelo menos na base em que eu fui criado, ele é muito mais emotivo. Muito mais emotivo! Assim, num nível de emoção surreal. Já o catolicismo, ele tem uma base racional... Muito grande. A fé, eu sei que dá pra você provar através da razão... Mas o catolicismo, ele tem um preparo maior do que o protestantismo. Mas tem algumas coisas que eu realmente num... Não, não concordo. Que eu realmente não... Eu... por mais que me expliquem... Deve ser pelo fato de eu não ter crescido ali no meio, faz com que eu me sinta... *Sempre um... Um estrangeiro nessa terra.* [grifo meu]. Sempre alguém que não é dali, não pertence àquele meio. Então, eu fico nesse meio termo entre: eu pego o que é bom dos dois lados e uso pra mim. Mas tem uma coisa que pra mim é inegociável que é a fé em Cristo. Eu acho que ela é a base e a tese de todo cristianismo (Entrevista com Douglas Garcia, São Paulo, 26 de novembro de 2019).

A percepção de si mesmo como “um estrangeiro”, para se referir ao catolicismo, pode ser interpretada como produto desta complexa tentativa de Douglas de articular e compartimentar seletivamente as suas esferas de sua existência, gerir um patrimônio heterogêneo de disposições individuais (marcado sobretudo pela incongruência entre os processos de socialização primária e secundária) e a ressignificar os seus múltiplos marcadores identitários. Navegando entre estes muitos universos (família, igreja, universidade, política), ele enfrenta dificuldades para se sentir “em casa”. Neste cenário, a família de origem, vai ao

encontro da suposta oposição entre o universo evangélico e as identidades LGBTQIA+, na medida em que continua a funcionar como um espaço de acolhimento relevante para Douglas, no qual ele é apreciado por suas características individuais, pela compatibilidade com os valores familiares e posição profissional prestigiosa.

Finalmente, pergunto ao deputado se ele tem mantido contato com grupos de gays conservadores na internet. Responde que, embora conheça pessoalmente alguns ativistas envolvidos, a atividade parlamentar acaba não permitindo que ele assuma outros compromissos. Diz, no entanto, fazer parte de um grupo privado no Facebook voltado para o público “gay de direita” denominado “Gays Vaporwave”¹⁰⁵, mas que este fórum seria mais dedicado à “zoeira” entre pares do que necessariamente ao ativismo político. Sua prioridade, segundo ele próprio, seria “a defesa do Brasil”, para que este seja “*um país sério, um país que você possa respeitar*”. Preocupa-se com a “doutrinação comunista” e a suposta disseminação da “ideologia de gênero” em sala de aula, fala da necessidade de proteger as crianças e garante que o Brasil não é um país homofóbico: “*Alguns casos de homofobia não transformam o país inteiro em homofóbico*”. Observa-se, nesta trajetória, que a prática ativista passar a ocupar o lugar inicialmente atribuído ao projeto de mobilidade ascendente pela via dos estudos, oferecendo a Douglas a possibilidade de construir uma subjetividade e identidade valorizadas enquanto transita por entre territórios nos quais se sente como um eterno estrangeiro.

Conclusão do Capítulo 6

Este capítulo apresentou uma análise microsociológica dos ativismos em estudo, colocando ênfase sob os aspectos biográficos que contribuem para dar forma aos *estilos de ativismo* LGBTQIA+ liberal e conservador. Com o intuito de aprofundar a compreensão destes dois estilos, recorri a uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), por meio da qual foi possível verificar, entre os meus interlocutores, pelo menos quatro *variações estilísticas* (dois *tipos* de ativistas liberais e dois *tipos* de ativista conservador). Para reconstituir as

¹⁰⁵ Nascida do ramo da música eletrônica, a estética *vaporwave* consiste numa espécie de “futurismo retrô”, caracterizado pela combinação de arte antiga com elementos gráficos nas cores neon, paisagens diatópicas saídas de filmes ficção científica e imagens que remetem a uma televisão mal sintonizada ou fita VHS antiga. Este mosaico improvável parece, de algum modo, enviar uma mensagem de que o passado e futuro estão em plena convergência. Nos últimos anos, a estética *vaporwave* tem sido apropriada por grupos de direita e extrema-direita na internet como elemento de construção e reconhecimento identitário mútuo, tendo sido observada, no contexto desta investigação, sobretudo na forma de “filtro” para as fotos de perfil dos usuários de redes social online que circulam por entre as páginas e grupos para pessoas “LGBTQIA+ de direita”. Há poucas referências teóricas sobre o tema, mas o assunto tem sido discutido nos meios de comunicação social: “O que é vaporwave, a estética criada na música eletrônica e apropriada pela nova direita”, *Folha de S.Paulo*, 10 de junho de 2019, [acessado em 30 de novembro de 2019]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/06/o-que-e-vaporwave-a-estetica-criada-na-musica-eletronica-e-apropriada-pela-nova-direita.shtml>

trajetórias de quatro ativistas (um representante de cada *variação estilística*), mobilizei o dispositivo teórico-metodológico dos retratos sociológicos (Lahire, 2004). Esta abordagem permitiu compreender os efeitos das experiências socializadoras heterogêneas e o modo como os ativistas constroem os seus patrimônios de disposições individuais para a ação, transpondo-os com frequência para os domínios da ação política. O vai e vem entre família, igreja, escola, grupo de pares e outras instituições, os conflitos relacionados à descoberta da orientação sexual, a socialização no ativismo político, as trajetórias de mobilidade ascendente e o inevitável confronto com o universo sociocultural da família de origem, foram alguns dos aspectos revisitados ao longo destes retratos. As variações intra-individuais das disposições para a ação política também foram observadas considerando a heterogeneidade, interseccionalidade e agenciamento dos pertencimentos sociais (classe, religiosidade, sexualidade e identidade racial com maior destaque) que medeiam os processos de socialização e o trânsito destes indivíduos entre diferentes universos sociais. Por meio desta configuração analítica, procurei entender as lógicas por trás dos diferentes percursos de construção subjetiva e identitária e os sentidos que as práticas ativistas tendem a assumir nas trajetórias dos meus interlocutores.

Os casos analisados demonstram que, face aos seus *patrimônios de disposições individuais* fundamentalmente *plurais*, resultado dos processos de socialização múltiplos e incongruentes, que se desdobram quase sempre em tensão com a cultura familiar de origem, os ativistas tendem a buscar uma maior articulação entre as diferentes esferas da vida (Lahire, 2002): desejam “ser alguém na vida” sem negar as heranças familiares, “sair do armário sexual” sem ter de romper com a família, a igreja ou cidade de origem, assumirem-se homossexuais sem ter de lidar com os estigmas sociais normalmente associados a esta identidade. Procuram, deste modo, por uma efetiva interpenetração entre as esferas da vida em detrimento de uma compartimentação estanque (Lahire, 2002; 2004), ressignificando, neste processo, a própria identidade homossexual (não vitimada, cidadã, “patriota” e “bem resolvida”).

Neste cenário, a adesão aos movimentos liberais e conservadores permite a estes indivíduos equacionar, em alguma medida, este conjunto desarmônico de disposições, identidades e pertencimentos. Os grupos de “gays de direita” oferecem um espaço de reconhecimento mútuo singular, no qual estes indivíduos podem expressar por completo a multiplicidade de papéis sociais que acumulam (ex.: gay, religioso, nacionalista, de direita), afastando-se da ideia de “um fragmento de si mesmos”. Paralelamente, ao assumirem-se como “gay de direita”, “liberal” ou “conservador” eles têm a oportunidade de rejeitar o universo das elites intelectuais associadas às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+ e negociar, nos

espaços pelos quais circulam, uma identidade homossexual “não combativa”, engajada na defesa e reprodução dos valores dominantes.

Entre os muitos elementos biográficos mobilizados pelos ativistas (na forma de disposições, crenças e valores) para dar forma os estilos liberais estão a tendência às associações pragmáticas, a desconfiança face ao Estado, a crença na livre iniciativa, na força da sociedade civil organizada (por meio de redes de solidariedade baseada na família e no território) e no sucesso individual como ferramenta de contraestigmatização. No caso dos ativistas conservadores, destacam-se as disposições conservadoras para crer, pensar e agir, a resistência à mudança, o apego aos modelos de conduta considerados ideais, os esquemas cognitivos baseados em dualismos (ex.: bem/mal; mocinho/bandido), a naturalização das hierarquias sociais e uma rejeição à cultura “mundana” e ao hedonismo representado pelo “meio” LGBTQIA+. Entre os ativistas conservadores, há também o desejo comum de encontrar outras formas de reconhecimento social que não sejam baseadas na orientação sexual, ainda que alguns sejam grandes entusiastas dos círculos de reconhecimento (Mische, 1997) que se constituem a partir dos grupos LGBTQIA+ à direita *online* e *offline*. É principalmente nestes espaços de engajamento específico (mas também nos círculos de ativismo à direita de forma mais ampla) que eles se percebem como parte de uma coletividade mais ampla, articulando fragmentos de suas existências e alterando suas autoimagens, num trabalho de si sobre si próprios (Eribon, 2019).

Finalmente, se o peso das socializações primárias (família e igreja, em especial) não chega a surpreender, há de se destacar a relevância da continuidade dos laços familiares mesmo após a saída do armário, aspecto que vai ao encontro das narrativas sobre o “exílio” gay verificadas na literatura, o choque entre as disposições adquiridas na família e na igreja e aquelas incorporadas nos espaços seculares da escola e da universidade, o papel socializador da internet nas relações pessoais e políticas e as múltiplas formas como os conflitos anteriormente mencionados impactam a construção da subjetividade homo e bissexual. Suas identidades sexuais foram observadas na intersecção com outros marcadores sociais da diferença (particularmente raça, classe e religiosidade), com ênfase nas suas *margens de agência* (Piscitelli, 2008) e estratégias de contraestigmatização, estas nem sempre pautadas na narrativa do “orgulho” prescrita pelos movimentos LGBTQIA+, mas na moralização empreendedora e religiosa dos meios ativistas dos quais eles fazem parte.

Considerações Finais

Capital foi pois para mim a frase de Sartre no seu livro sobre Genet: “O importante não é o que fazem de nós, mas o que nós próprios fazemos daquilo que fizeram de nós”. Depressa, ela se transformou no princípio que preside à minha existência. O princípio de uma ascese: de um trabalho de si sobre si próprio”

Didier Eribon (2019) Regresso à Reims

Esta tese buscou compreender o processo de constituição pública dos ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil entre os anos de 2013 e 2020. Para este fim, adotei uma perspectiva multinível, orientada para a construção de conexões entre a análise do contexto de oportunidades políticas e culturais (dimensão macro), das redes de mobilização e organizações (dimensão meso) e dos processos de engajamento individual de homens (cis e trans) de várias orientações sexuais (gays, bissexuais e assexuais) em movimentos sociais, partidos políticos e iniciativas de ativismo LGBTQIA+ à direita (dimensão microsociológica). Por meio de uma abordagem compreensiva, preocupada em reconstituir os pontos de vista dos atores, foi possível identificar as variáveis do ambiente político e cultural que ofereceram incentivos a estas mobilizações; examinar as dinâmicas relacionais que perpassam a ação coletiva (*offline*) e conectiva (*online*) dos atores e seus agrupamentos, com ênfase nas formas organizacionais, de ação e produção de sentido que contribuem para estruturar os dois *estilos de ativismo* engendrados nestes processos (liberal e conservador); e analisar as contribuições de ordem biográfica (na forma de disposições individuais, valores e crenças incorporadas) que os ativistas mobilizam para dar forma a estes *estilos de ativismo*.

Longe de oferecer uma visão absoluta do objeto de investigação, esta configuração em diferentes níveis procurou adicionar complexidade às minhas análises. Como um operador de câmera, propus um movimento *zoom-in*, na tentativa de desvelar, a cada capítulo, novos elementos para consideração, análise e reflexão. No cinema, um movimento de câmera tende a denunciar a intervenção daquele que filma, propondo ao expectador um direcionamento do olhar. Da mesma forma, procurei fazer-me presente durante este percurso como investigador, sociólogo/etnógrafo e narrador ciente da não objetividade das minhas lentes. Como nos lembra Bourdieu (2008, p.10), o analista “deve ao mesmo tempo declarar-se sem a menor dissimulação e trabalhar sem cessar para fazer-se esquecer”, apresentando as suas análises e casos de estudo numa ordem que permita, sempre que possível, o confronto entre diferentes pontos de vista. A conexão entre os diferentes níveis de análise foi construída nesse vai e vem (*zoom in* e *zoom out*) entre contexto, redes/organizações e atores: todas estas componentes foram recrutadas, em

alguma medida, nos três momentos da análise, mas com diferentes graus de protagonismo. Um objeto de investigação em constante movimento exige, afinal, que as lentes de seu analista estejam elas também em constante movimento.

Do ponto de vista teórico, recorri às teorias dos movimentos sociais, valendo-me sobretudo da abordagem do Confronto Político (McAdam et al., 2009). A noção de política contenciosa (Tilly e Tarrow, 2015), permitiu posicionar os atores em estudo como parte de um campo de conflitualidade mais amplo, no qual interagem continuamente e de forma mais ou menos coordenada, com movimentos opositores, aliados, partidos políticos, Estado, governos e meios de comunicação. Para situá-los como parte deste ambiente, foram analisadas algumas das principais mudanças nas dimensões formais e informais do contexto político brasileiro entre 2013 e 2020 e a inserção destes atores em redes de mobilização específicas que viriam a moldar as suas formas de ação e produção de sentido. Deste modo, foi possível compreendê-los como sujeitos políticos constituídos no confronto uns com os outros. Nessa dinâmica contenciosa, eles incorporam e/ou mobilizam os aspectos contextuais, meso-organizacionais e biográficos disponíveis, moldando e sendo moldados pelas práticas ativistas, construindo, reconstruindo e apropriando-se de identidades, discursos e modelos de ativismo em circulação na arena política nacional e transnacional. Esta análise revelou a emergência de dois estilos de ativismo (um liberal e outro conservador), dotados de uma notável heterogeneidade (as chamadas variações estilísticas), pragmatismo, plasticidade e algum nível de semelhança.

Para dar conta destes três níveis de análise, mobilizei um conjunto específico de conceitos: no nível *macro*, o conceito de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996); no nível *meso*, as metáforas dramatúrgicas de Benford e Hunt (1992), as lógicas da ação coletiva e conectiva (Bennett & Segerberg, 2012; 2013), repertórios de ação (Tilly, 1978), táticas (Jasper, 1997; Polletta & Jasper, 2001), performances (Tilly, 2008) e enquadramentos interpretativos (Gamson et al., 1982); e no nível *micro*, a articulação entre as teorias dos movimentos sociais e a teoria das práticas, por meio dos conceitos de *habitus militante* (Crossley, 2003) e patrimônios individuais de disposições para a ação (Lahire, 2002). Convoquei ainda teorias e conceitos relevantes dos estudos de gênero e sexualidade, nomeadamente os contributos de uma crítica *queer* (Sedgwick, 1998, 2007; Duggan, 2002; Eribon, 2012), pós-colonial (Massad, 2002; Rahman, 2010; Bracke, 2011; Puar, 2012) e interseccional (Crenshaw, 1991; Collins, 2000; Brah, 2006; Puar, 2013; Avanza, 2019), fundamentais para a construção do meu objeto de investigação (caso da noção de *armário político*, proposta num diálogo teórico com Sedgwick, 1998, 2007) e para o desenvolvimento

de um olhar sensível face às principais questões que atravessam esta tese (caso do debate interseccional presente em autores como Rahman, 2010; Brah, 2006 e Avanza, 2019).

Do ponto de vista metodológico, recorri a uma estratégia de triangulação de dados empíricos (Denzin, 1970, 1978; Flick, 2018) produzidos a partir da aplicação de diferentes técnicas e métodos qualitativos, nomeadamente a pesquisa documental (utilizando os meios de comunicação social *online* como fonte principal para o mapeamento de atores e eventos), a imersão etnográfica online (Hine, 2015; Simões, 2012) e a realização de entrevistas semiestruturadas de cariz compreensivo (Kaufmann, 1996; Ferreira, 2014) com ativistas LGBTQIA+ autodeclarados “de direita” (moderadores e apoiantes das *fanpages* selecionadas no Facebook, parlamentares e outros atores chave para a estruturação deste universo). Do ponto de vista analítico, mobilizei quatro tipos de análise (análise descritiva, análise de redes sociais, análise de conteúdo e análise de correspondências múltiplas) em diferentes momentos da investigação e com diferentes objetivos. Como nos recomenda Pais (2014) em suas reflexões sobre a produção artesanal da sociologia, procurei me valer simultaneamente do rigor das convenções disciplinares e do pleno exercício da curiosidade crítica, da “capacidade de conectar o interconectado, com imaginação e plasticidade de pensamento, vendo outra coisa para além do que parece ser” (2014, p. 55), promovendo conexões teórico-metodológicas (e também empíricas) como quem monta um *puzzle*, para usar as palavras deste mesmo autor.

O risco que corro ao tentar oferecer conclusões para este trabalho é o de tomar os meus achados de investigação como sendo definitivos. Observando-os, nesta etapa final, percebo que são parciais, no sentido de responderem tão somente a um conjunto específico de questões, mas também por abrirem espaço a novas perguntas, as quais muito provavelmente só serão respondidas em trabalhos posteriores. Há de se retomar, portanto, as questões iniciais de pesquisa, com o intuito de confrontá-las, respondê-las e de apontar as possíveis lacunas a serem exploradas em futuras investigações. Conforme levantado na introdução, esta tese buscou investigar a emergência dos ativismos LGBTQIA+ à direita no Brasil contemporâneo (2013-2020) analisando a) as variáveis do ambiente político e cultural pós-2013 que teriam favorecido o engajamento político à direita de atores individuais e coletivos auto identificados como LGBTQIA+; b) os processos de produção de sentido, modos de ação e organização resultantes destas dinâmicas de engajamento e c) as contribuições biográficas que estes ativistas convocam para o confronto político na forma de *disposições e competências individuais para a ação*, as quais funcionam como “molas” propulsoras deste processo de engajamento. Sendo assim,

discutirei nas próximas páginas alguns dos principais resultados obtidos ao longo desta tese, acrescentando elementos para reflexão e apontado para as eventuais lacunas de pesquisa.

Oportunidades para romper com o armário político

Os resultados da minha análise macrosociológica demonstraram que a crise dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o ciclo de protestos de junho de 2013 e a campanha pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2015/2016), inauguraram um novo contexto de oportunidades políticas e culturais (Tarrow, 2009; Gamson & Meyer, 1996) para a mobilização de movimentos situados à direita do governo petista, estimulando os atores em estudo a romperem com o armário político. Nesse sentido, pode-se afirmar que os processos de politização e engajamento destes ativistas esteve relacionado a um contexto mais amplo de degradação da imagem pública do PT, percebido naquele momento como um partido “corrupto”, “imoral” e “autoritário”, e de um processo de ressignificação das identidades políticas “de direita”, que foram progressivamente afastando-se da postura “envergonhada” associada à memória autoritária do regime militar (Madeira & Tarouco, 2010).

Esse processo favoreceu a renovação social e geracional das bases e quadros políticos de organizações com diferentes níveis de formalidade como o Movimento Brasil Livre – MBL, Students for Liberty, Livres, Partido Novo, Partido Social Liberal - PSL e Movimento Conservador. Estes grupos, partidos e movimentos foram responsáveis pelo recrutamento de centenas de jovens ativistas ao longo dos ciclos de protesto de 2013 e 2015/2016, entre os quais indivíduos auto identificados como LGBTQIA+ — especialmente homens gays e bissexuais com idade média entre 20 e 40 anos. Estas redes de mobilização funcionaram como veículo para a circulação de novas ideias, enquadramentos, repertórios e modos de fazer política que inspiraram os ativistas a assumirem-se como “gay” e “de direita”. Funcionaram, deste modo, como antessala para as iniciativas coletivas de ativismo LGBTQIA+ à direita que surgiram nos anos seguintes, colocando em causa a representatividade dos movimentos LGBTQIA+ e o suposto monopólio das esquerdas sobre as questões de gênero e sexualidade.

A análise das variáveis de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) revelaram alguns dos recursos externos percebidos pelos ativistas como ameaças ou oportunidades para a ação. A intensa mediatização dos escândalos de corrupção envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores (que esteve na chefia do Executivo federal por quase quatro mandatos consecutivos, entre 2003-2016) e as alianças deste partido com setores mais institucionalizados

dos movimentos LGBTQIA+, foram interpretados como evidência de uma cooptação do segundo pelo primeiro. Esta geração de ativistas identificou no campo político da direita discursos, valores e propostas mais compatíveis com as suas aspirações de consumo, empreendedorismo e sucesso individual (componente discutida anteriormente por Alonso & Mische, 2016), e passaram a questionar a imprescindibilidade dos movimentos LGBTQIA+ na medida em que direitos civis como o casamento e a adoção foram judicialmente reconhecidos. Os discursos antigênero (Kuhar & Paternotte, 2018), formatados para deslegitimar a ação coletiva dos movimentos feministas e LGBTQIA+ e a agenda por igualdade de gênero, cidadania sexual e direitos reprodutivos, aprofundaram as cisões entre apoiantes e não apoiantes destes movimentos. Se antes os inimigos eram todos os dissidentes sexuais e de gênero (“pecadores”, “doentes” e “pervertidos”) (Wielowiejski, 2020), a política antigênero subverteu essa lógica ao focalizar seus esforços na demonização das esquerdas, dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Esse cenário permitiu que indivíduos LGBTQIA+ com preferências políticas à direita pudessem estabelecer uma distinção entre “militantes LGBTQIA+” – supostamente interessados na deturpação dos valores morais dominantes – e indivíduos LGBTQIA+ “normais” e “não militantes da causa”, construindo pontes de diálogo com atores conservadores, liberais, laicos e religiosos à direita. Finalmente, a eleição do jornalista e professor Jean Wyllys, à época membro do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, legenda de oposição de esquerda ao petismo, sinalizou uma ameaça para este público, inspirando diversos atores a romperem com o armário político e mostrarem que “também havia gays do outro lado”.

Para que estas oportunidades fossem percebidas, os participantes se valeram de recursos culturais e cognitivos adquiridos ou potencializados a partir do engajamento prévio em redes de mobilização liberais e conservadoras. Em alguns casos, os ativistas vieram de experiências de ativismo frustradas no campo político da esquerda, da socialização política na família ou de forma autônoma na internet ou pelos meios de comunicação social. Beneficiaram-se tanto de um clima de contestação dos ideais “de esquerda” quanto do ambiente político e cultural de maior aceitação das identidades LGBTQIA+ na sociedade brasileira. E adaptaram para a realidade local os repertórios de ação, enquadramentos interpretativos e estilos de ativismo LGBTQIA+ à direita em circulação na arena política nacional e transnacional, acessíveis sobretudo a partir da internet e das redes sociais online. Nota-se, nesse sentido, uma considerável influência do debate político anglo-saxônico, particularmente dos Estados Unidos. Em alguns casos, esta relação vai muito além das trocas simbólicas *online*, como

demonstram as trajetórias de ativistas com passagem pela organização internacional Students for Liberty ou dos programas de formação de lideranças (que não se restringem ao campo político da direita) como aquele frequentado pelo vereador Fernando Holiday.

As minhas análises macrosociológicas podem contribuir com uma literatura que vem tentando dar conta do processo político brasileiro recente (Singer, 2013; Santos & Szwako, 2016; Alonso, 2017; Tatagiba, 2018; Solano, 2018). Em primeiro lugar, adicionando complexidade às interpretações que apontam tão somente o caráter “repressivo”, “homofóbico” e “anti-LGBTQIA+” das direitas emergentes no cenário brasileiro — concepção presente em trabalhos relevantes e que contribuíram para as minhas análises, como os de Alonso (2019) e Miguel (2021) — e evidenciando a plasticidade dos discursos antigênero, a disseminação de estratégias renovadas de oposição aos direitos sexuais e reprodutivos como o “secularismo estratégico” (Vaggionne, 2012) e os modos pelos quais estes setores têm interpelado uma população LGBTQIA+ cada vez mais descontente com as “políticas de minorias”. O caso da família Bolsonaro e de organizações conservadoras como o Direita São Paulo/Movimento Conservador revela que estes atores têm investido intensivamente na positivação de suas identidades (Taylor e Bernstein, 2019) por meio de estratégias que vão desde o recrutamento de lideranças LGBTQIA+ até ao reenquadramento de discursos discriminatórios como exercício da “liberdade de expressão”. A eficácia destas estratégias pode ser plenamente questionada, mas a preocupação destes atores em contrapor o rótulo de “homofóbicos” revela que, em alguma medida, os movimentos LGBTQIA+ parecem ter sido bem-sucedidos em promover uma mudança de comportamento social suficientemente relevante a ponto de seus adversários precisarem alterar suas estratégias de ação.

Em segundo lugar, acredito que as minhas análises sobre o contexto político brasileiro conferem maior centralidade ao debate de gênero se comparadas a outras interpretações sobre o mesmo período, que tendem a atribuir à corrupção o papel de variável aglutinadora central para as elites políticas e setores de oposição à direita do PT (ex.: Santos & Szwako, 2016; Tatagiba, 2018). Neste trabalho, optei por uma interpretação sensivelmente diferente, demonstrando como a percepção de “degradação moral” generalizada naquela conjuntura esteve relacionada tanto à corrupção institucional quanto às questões de gênero, em diferentes níveis da vida social. Particularmente no ciclo eleitoral de 2018, quando os setores de oposição à direita do petismo acabaram por convergir em direção à campanha de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, a agenda moral foi tão decisiva para este processo de aglutinação quanto a agenda anticorrupção, ao menos no segundo turno.

Entre novos e antigos dilemas

Como parte de uma tendência comum à política contemporânea, particularmente após os protestos globais contra os efeitos da crise econômica de 2008 (ex.: Occupy Wall Street, Indignados, Juventude à Rasca) a internet e as redes sociais online se impuseram como o palco e a vitrine principal dos ativismos analisados ao longo desta tese. Combinando o uso intensivo das plataformas digitais com o protesto de rua, a visibilidade midiática e a política institucional, os ativistas mobilizaram-se para obter prestígio e visibilidade, mantendo as redes sociais online como espaço de intervenção central mesmo nos casos em que foram verificados o estabelecimento de organizações formais *offline*. Os media tradicionais desempenharam um papel fundamental neste processo, introduzindo os ativistas no debate público, elegendo aqueles que se tornariam seus interlocutores habituais e relegando outros ao segundo plano. Foi o caso dos ativistas liberais que, num contexto marcado pela ascensão política de Jair Bolsonaro, acabaram recebendo menor atenção ou mesmo sendo confundidos com os conservadores, muito em função das alianças estabelecidas entre estes dois setores no período que antecedeu as eleições de 2018.

Por meio da análise comparativa de dois grupos LGBTQIA+ à direita organizados a partir de *fanpages* hospedadas no Facebook, “Gay de Direita” (representante do estilo conservador) e “Boteco Liberal LGBT” (representante do estilo liberal), foi possível verificar como os ativistas se apropriam das plataformas digitais enquanto estruturas conectivas e como estas mesmas plataformas acabam por moldar, em alguma medida, os repertórios de ação, organização, construção identitária e produção de sentido. Os grupos analisados funcionam como *redes conectivas mistas* descentralizadas, maleáveis e relativamente incipientes, mas suficientemente adaptadas aos propósitos, convicções e dilemas identitários que perpassam os debates internos destes agrupamentos. O meme político foi mobilizado nestas análises para conferir visualidade a este universo *online* e discutir os modos por meio dos quais os atores comunicam os seus valores e crenças, combinam símbolos LGBTQIA+ com outros associados às ideologias liberal e conservadora, opõem-se esteticamente às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+ e disseminam modelos de ativismo generificados. O *kitsch*, a política do choque (Rocha & Medeiros, 2020) e a “estética da zoeira” (Vrydagh, 2020) funcionam como veículos para a expressão deste descontentamento.

Dois estilos de ativismo (Alonso, 2015) emergem dessa combinação entre diferentes modelos organizativos, construções identitárias, repertórios de ação (*coletiva* e *conectiva*) e

enquadramentos interpretativos: um estilo *conservador*, orientado para a busca de visibilidade externa, a inserção em uma narrativa nacional fundada na ideia da “cordialidade” e a produção de enquadramentos interpretativos assentes na reivindicação de um “direito à privacidade em público” (Duggan, 2002); e um estilo *liberal*, voltado para a criação de redes locais e transregionais de ação coletiva, ancorado nos discursos de “diversidade”, multiculturalismo neoliberal e moralização empreendedora dos debates de gênero e sexualidade, que apresenta o sucesso econômico individual como chave para a superação das desigualdades sociais. Estes dois estilos se constroem principalmente contra as esquerdas e os movimentos LGBTQIA+, mas também uns contra os outros, o que não impede que compartilhem um certo número de semelhanças. Destaca-se, nesse sentido, a defesa do sistema capitalista como “aquele que mais contribuiu para a liberdade das pessoas LGBTQIA+”, as apropriações dos discursos antigênero e a defesa de certos valores e tradições das sociedades ocidentais em oposição a um oriente percebido como “homofóbico” e ameaçador”.

Observados em perspectiva histórica, estes estilos de ativismo podem ser percebidos, ao mesmo tempo, como “novidade” e como reedição de antigos dilemas enfrentados pelos movimentos LGBTQIA+, pelo menos desde os seus primórdios. Esta espécie de confusão entre o velho e o novo aparece nos próprios discursos dos ativistas. No caso dos conservadores, enquanto alguns se percebem como pioneiros, outros reconhecem no antigo movimento homófilo estadunidense dos anos 1950, ou mesmo no movimento uranista alemão do final do século XIX, modelos de um ativismo LGBTQIA+ mais “respeitáveis” e “cooperantes” e menos radicalizados. Rejeitam, portanto, as heranças mais combativas do movimento pós-Stonewall, nomeadamente o questionamento às ordens de gênero e sexualidade, em nome de um direito à privacidade que, nos dias de hoje, pode ser vivido silenciosamente em público, como nos lembra Duggan (2002). No caso dos liberais, a exaltação do mercado, o discurso de autonomia em relação ao Estado e a valorização da livre iniciativa e do voluntariado remete aos debates do antigo movimento gay e lésbico dos anos 1990, quando o enfraquecimento do Estado e as políticas neoliberais favoreceram a atuação por meio de Organizações Não-Governamentais, as alianças com o mercado e a inserção em redes transnacionais de Direitos Humanos. Nesse sentido, o “ativismo comunitário” não configura uma novidade na literatura sobre o movimento LGBTQIA+ brasileiro — o trabalho de Bortolozzi (2021) sobre a memória das respostas comunitárias à epidemia de HIV e Aids em São Paulo, demonstra a relevância histórica da ideia de “comunidade” para as ações do movimento.

O que me parece “novo”, por assim dizer, nestes dois estilos de ativismo é o fato de assumirem-se tão francamente ideológicos, mesmo que alguns de seus ativistas demonstrem aversão à noção de “ideologia”, como se este fosse um atributo exclusivo das esquerdas. Essa necessidade de vinculação ideológica foi verificada anteriormente à esquerda (como demonstram os trabalhos de Green, 2003; De La Dehesa, 2010; Cruz, 2015 sobre os ativismos LGBTQIA+ socialistas), mas raramente à direita (à exceção de Cruz, 2020; e Melo, 2022), e pode ser interpretada, nesta tese, como uma maneira de se contrapor aos valores, crenças e ideias percebidas como “de esquerda”, como um dado contextual relacionado ao ambiente de intensas disputas e deslocamentos no campo político ou como expressão de uma geração de ativistas mais inclinada a reconhecer os aspectos ideológicos em jogo no debate público. De certo modo, essa “honestidade ideológica” acaba por expor algumas fraturas nos discursos dos próprios movimentos LGBTQIA+, que nem sempre reconhecem as alianças com o mercado, as ações de voluntariado e os projetos de empreendedorismo individual como expressão de uma política liberal, ou mesmo os discursos de lideranças homossexuais que condenam a “abordagem de gênero”, mas não percebem as semelhanças com os discursos de seus adversários mais conservadores. E o que dizer da celebração de Israel como baluarte da igualdade LGBTQIA+ em contraposição a um Oriente Médio supostamente intolerante, tão recorrente nas Paradas do Orgulho LGBTQIA+ mundo afora? Em última instância, essas fraturas parecem contradizer o discurso dos meus interlocutores de que os movimentos LGBTQIA+ seriam fundamentalmente “esquerdistas” e sectários. É provável que este jogo de representações esteja repleto de imagens distorcidas, projetadas por espelhos de difícil identificação e atravessado por mudanças geracionais e modos de mediatização do debate político que merecem ser melhor investigados, incluindo o ativismo *online* e suas articulações com os media tradicionais.

Rearticulando esferas da vida

Quando observadas as trajetórias dos ativistas e as contribuições biográficas para a construção dos referidos estilos de ativismo, verificou-se um quadro complexo caracterizado por diferentes formas de reflexividade, modos de incorporação do social, lógicas de ação e pluralidade disposicional. Em articulação com a teoria das práticas, o ativismo foi analisado como uma prática social, gerada por “práticas de movimentos estruturados” e geradora de “movimentos estruturados de práticas” (Crossley, 2003, 51). Nesse sentido, os ativistas tanto reconheceram nos movimentos liberais e conservadores alguma compatibilidade com suas

disposições incorporadas como também contribuíram para moldar estes ativismos e ainda tiveram os seus patrimônios de disposições profundamente alterados pela experiência do engajamento militante. A opção por uma sociologia de tradição disposicionalista (Lahire, 2002; 2004), articulada com as teorias dos movimentos sociais (Crossley, 2003) e os estudos de gênero e sexualidade (Eribon, 2012) permitiu analisar os efeitos das socializações múltiplas (entre família, escola, igreja, mundo do trabalho e o ativismo) para além das normativas identitárias, que tendem a confinar os atores sociais a uma dimensão única da experiência social. As experiências de descoberta da sexualidade e os modos de subjetivação relacionados à orientação sexual e ao gênero não foram negligenciadas — ao contrário, os episódios de “saída do armário” sexual e político ganharam relevo na reconstrução das narrativas dos meus interlocutores, tendo sido posicionados como momentos de crise, reflexão e ajustamento das disposições previamente incorporadas. Reconheço que, neste percurso, a dimensão da masculinidade foi muito pouco explorada para além da questão do *bullying* homofóbico de caráter “corretivo”, lacuna esta que precisará ser colmatada em oportunidades futuras de investigação. Por outro lado, marcadores sociais de classe, raça e religiosidade foram densamente articulados com o objetivo de elucidar como as intersecções, arranjos e conexões entre diferentes identidades podem produzir situações de assujeitamento, mas também de resistência, reconstrução subjetiva e reinvenção de si.

Embora se mobilizem por outras formas de reconhecimento, os meus interlocutores não anseiam pela anulação, mas pela ressignificação de suas orientações sexuais. Por meio da associação entre a identidade “gay” e uma identidade política “de direita”, procuram conferir um sentido estabilizador à primeira, apresentando-se como pessoas LGBTQIA+ “inofensivas”, “não combativas” e “sem mimimi”, engajada na defesa e reprodução dos valores dominantes. Trata-se de uma forma de *gestão do estigma*, também verificada na maneira como estes atores procuram ressignificar os marcadores sociais da diferença relacionados à classe, raça e religiosidade na medida em que pavimentam uma trajetória de mobilidade social ascendente. Esta estratégia permite aos atores um sem-número de negociações possíveis em contextos sociais que se apresentam como significativos para as suas existências, particularmente a família, a igreja e os meios ativistas e favorece a construção de grupos específicos de ativismo LGBTQIA+ à direita. Estes grupos, sejam eles *online*, *offline* ou mistos, funcionam como círculos de reconhecimento (Mische, 1997) onde os atores têm a oportunidade de expressar simultaneamente a multiplicidade de papeis sociais que acumulam (ex.: gay, religioso, nacionalista, conservador de direita), superar a experiência do isolamento, do *habitus* cindido

e da compartimentalização de si mesmos. Por meio da rearticulação de esferas da vida (Lahire, 2002), um trabalho de si sobre si mesmo (Eribon, 2019). Sob esta perspectiva, a ação coletiva e conectiva pode ser interpretada como um fim em si mesmo, na medida em que possibilita aos indivíduos a criação de “uma autoimagem positiva”, a incorporação de “papéis sociais desejáveis” (Pérez, 2019, p.163) e, principalmente, a oportunidade de exprimirem publicamente o sentimento de rejeição às esquerdas e aos movimentos LGBTQIA+

Ao reconstruir as narrativas biográficas dos meus interlocutores, procurei evitar explicações puramente estruturais, abordagens focadas exclusivamente nos constrangimentos produzidos pela heteronormatividade ou mesmo a reprodução involuntária do senso comum assente na percepção de que ativistas “gays de direita” são movidos unicamente por uma suposta homofobia internalizada e vergonha da própria sexualidade. Estes discursos servem apenas para reiterar oposições analiticamente infrutíferas, que dividem as pessoas LGBTQIA+ entre as “orgulhosas” e, portanto, “esclarecidas”, e as “envergonhadas” e, por isso, portadoras de uma falsa consciência de si mesmas. O discurso político do orgulho, como uma narrativa de “tomada de consciência” construída pelos movimentos LGBTQIA+, deve ser encarado de forma crítica no âmbito da análise sociológica, pois tende a mascarar a onipresença da heteronormatividade nos nossos processos de construção subjetiva. Como argumenta Halperin (2012, p. 456): “A cultura heterossexual é sempre a primeira que nós experimentamos e as nossas subjetividades, nossos modos de sentir e de se expressar, assim como nosso senso de diferença, estão fadados a tomar forma dentro do contexto e estrutura da cultura heterossexual”. Talvez por este motivo, em vários momentos desta investigação, tive a sensação de não estar mais a escrutinar as especificidades que caracterizam os ativismos LGBTQIA+ à direita, mas de tentar perceber o que estes ativistas, a partir de suas particularidades, tem a dizer sobre o mundo social e sobre os nossos tempos.

Medos privados em lugares públicos

Finalmente, os meus dados empíricos indicam que os ativistas LGBTQIA+ à direita em estudo não se limitam a reproduzir discursos preexistentes sobre e gênero e sexualidade historicamente atribuídos às direitas, participando ativamente de um processo de validação de novas de novas estratégias discursivas (ex.: “ideologia de gênero”) e reestruturação de antigas concepções (ex.: a negociação de modelos generificados de ativismo homossexual). Essa experiência acaba por converter-se na produção de uma nova *política sexual* (Weeks, 1981),

que se diferencia tanto da agenda de *direitos sexuais* (Carrara, 2015) institucionalizada pela atuação dos movimentos LGBTQIA+ quanto das políticas abertamente heterossexistas geralmente associadas às direitas. As análises que apresentei nos capítulos 4 e 5 permitem esboçar os contornos desta política, a meu ver alicerçadas em uma tentativa de redefinir as noções de público e privado que atravessam as políticas de igualdade. Não se trata, portanto, de um debate a ser esgotado nesta tese, mas de um apontamento que pode ser mais bem explorado em futuras investigações. Os meus achados empíricos permitem afirmar, entretanto, que entre a igualdade formal defendida pelos movimentos LGBTQIA+ e a radicalidade dos movimentos *queer*, de um lado, e os discursos abertamente heterossexistas que se opõem integralmente à cidadania sexual, de outro, os ativistas LGBTQIA+ liberais e conservadores parecem ter encontrado uma avenida relativamente larga.

Em resumo: os liberais propõem a substituição de uma agenda por “igualdade de direitos” (todos conquistados, em suas percepções) por “igualdade de oportunidades”, recusam a “agenda comportamental” e a “militância cultural” em nome de uma esfera privada livre da intervenção estatal e do escrutínio público, prescrevem o sucesso individual receita para o reconhecimento e reivindicam a força da “livre iniciativa” e da sociedade civil organizada contra um Estado agigantado, ineficiente e invasivo. Os conservadores preconizam a artificialidade das políticas de igualdade ao mesmo tempo em que defendem o acesso a um conjunto restrito de direitos de caráter familista, reivindicam o “direito à privacidade em público” (Duggan, 2002), uma liberdade “moralmente moderada” e a impunidade dos discursos discriminatórios sob o manto da “liberdade de expressão”, tudo isso enquanto promovem o apagamento das desigualdades sociais por meio dos discursos de “unidade nacional” e constroem um “cordão sanitário das sensibilidades públicas” (Duggan, 2002) contra a “devassidão” do “meio” LGBTQIA+.

Em comum, estas duas vertentes políticas compartilham a tendência à moralização (neoliberal e conservadora) do debate LGBTQIA+ e o desejo de redefinir quem são os sujeitos políticos que possuem legitimidade para falar em nome das pessoas LGBTQIA+ no debate público, disputar o acesso aos recursos e instituições que determinam as políticas públicas e reforçar a desresponsabilização do Estado (e a responsabilização dos indivíduos) face às situações de desigualdade provocadas pela desigualdade sexual e de gênero. Contra o temor de serem percebidos como “ameaçadores” em suas interações cotidianas, propõem soluções individuais a serem negociadas “caso a caso”, nos terrenos cinzentos da vida privada. Esta política sexual apresenta desafios relevantes para os movimentos LGBTQIA+, colocando em

causa as noções de representatividade mais descritivas e expondo os riscos de uma abordagem meramente identitária. Do ponto de vista sociológico, estes resultados permitem discutir questões igualmente desafiadoras como as possibilidades de articulação entre identidade, ideologia e ação coletiva nas teorias dos movimentos sociais, sem essencialismos, reificação de lugares comuns e relativizações que tendem a obscurecer, em vez de desvelar, as tramas complexas da realidade social.

Para colmatar um último ponto: quais seriam os efeitos de longo prazo desta estratégia de deslegitimação pública dos movimentos LGBTQIA+ enquanto representantes legítimos dos interesses das pessoas LGBTQIA+? Haveria nesta política de articulação da *moral e do mercado* (como proposto por Hayek, 2012; 2013), uma progressiva corrosão do terreno que torna possível a articulação, enunciação e expressão das demandas por justiça social, como sugeriu Brown (2019)? Seria o objetivo dos ativismos LGBTQIA+ à direita promover a privatização das demandas por igualdade de gênero e cidadania sexual como forma de esvaziar o campo do confronto político? Os meus resultados parecem apontar, de fato, para uma disputa acirrada em torno deste campo de ação e enunciação, mas tendo em vista os recentes desdobramentos da política brasileira, nomeadamente a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro em outubro de 2022, creio que investigações posteriores poderão explorar esta hipótese com maior profundidade. Não me parece, entretanto, que todos os atores envolvidos nessas disputas se coloquem como detratores deste espaço de expressão política — pelo menos não de forma declarada ou consciente. Como disse um dos meus interlocutores, o ativista João Paulo, do grupo “Gays com Bolsonaro”: “*O que nós queremos é fazer parte do debate*”. Sobre este tema, recorro às palavras de Didier Eribon:

Se como insiste toda a obra de Foucault, do primeiro Foucault, em todo o caso, uma sociedade ou uma época se definem por aquilo que é dizível ou visível, e portanto pelo que é pensável, podemos afirmar que a visibilidade gay e lésbica teve o efeito de transformar a sociedade em seu conjunto uma vez que ela modificou profundamente tudo aquilo que é possível dizer, ver e pensar. A mobilização homossexual, a saída em plena luz do dia e a intensificação da vida “subcultural” representam certamente (com tudo o que se seguiu e tudo o que a partir de então se propagou) algumas das mais intensas questões da ordem instituída, sexual e, portanto, social, mas também epistemológica, do mundo contemporâneo (Eribon, 2012, p. 45, tradução minha).

REFERÊNCIAS

- Abidin, C. (2015). Communicative Intimacies: Influencers and Perceived Interconnectedness. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology* (8).
- Adelman, M., Franco, C. B., & Pires, A. F. (2015). Intersected ruralities: “Campeiro” youth and narratives of self and other in social media. *Cadernos Pagu*, 44, 141–170. <https://doi.org/10.1590/1809-4449201500440141>
- Adorno, T., Frenkel-Brenswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (2019). *The authoritarian personality*. Verso Books.
- Agrikoliansky, R., & Collovald, A. (2014). Mobilisations conservatrices : comment les dominants contestent ? *Politix*, N° 106(2), 7. <https://doi.org/10.3917/pox.106.0007>
- Agrikoliansky, É. (2017). Chapitre 6 - Les « carrières militantes »: Portée et limites d’un concept narratif. In O. Fillieule (Ed.), *Sociologie plurielle des comportements politiques: Je vote, tu contestes, elle cherche...* (pp. 167-192). Paris: Presses de Sciences Po. <https://doi.org/10.3917/scpo.filli.2017.01.0167>
- Alain, B., & Anne, G. (1992). *L’enquête et ses méthodes: l’entretien*. Nathan.
- Almeida, L. A. D. (2008). A Cohab de Carapicuíba, sua implantação e mudanças: Notas para uma pesquisa histórica. *Revista da ASBRAP*, 14, 79-108.
- Almeida, R. D. (2011). Dossiê: Religião e desigualdade urbana. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 13(1), 126-135.
- Almeida, R. D. (2019). Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos - Cebrap*, 38(1), 185–213. <https://doi.org/10.25091/s01013300201900010010>
- Almeida, R. D. (2020). Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, 26(58), 419–436. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832020000300013>
- Alonso, A., Costa, V., & Maciel, D. (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos - CEBRAP*, 79, 151–167. <https://doi.org/10.1590/s0101-33002007000300008>
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 76, 49–86. <https://doi.org/10.1590/s0102-64452009000100003>
- Alonso, A. (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, 2(3), 21–41. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- Alonso, A. (2015). *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. Companhia das Letras.
- Alonso, A., & Mische, A. (2016). Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, 36(2), 144–159. <https://doi.org/10.1111/blar.12470>
- Alonso, A. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos - CEBRAP*, 37(1), 49–58. <https://doi.org/10.25091/s01013300201700040006>

- Alonso, A. (2019). A comunidade moral bolsonarista. In Vários Autores. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil Hoje*. (pp. 52-70). Companhia das Letras.
- Amândio, A. S. L., Abrantes, P., & Lopes J. T. (2016). In _____ *A Vida Entre Nós: Sociologia em Carne Viva*. Deriva.
- Amaya, J. F. S. (2017). La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud Y Sociedad* (Rio De Janeiro), 27, 149–171. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.27.09.a>
- Amit, V. (1999). *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. Routledge.
- Andersen, E. A. (2006). *Out of the closets and into the courts: Legal opportunity structure and gay rights litigation*. University of Michigan Press.
- Anderson, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso books.
- Andrade, V. L. (2015). Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. *Travessia - Revista do Migrante*, 77, 29-48. <https://doi.org/10.48213/travessia.i77.73>
- Antonio, G. H. B. D., & Lahuerta, M. (2014). O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 57-82. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141403>
- Arce, R. S. (2000). La entrevista en el trabajo de campo. *Revista De Antropología Social*, 9(9), 105–126. https://doi.org/10.5209/rev_raso.2000.v9.10805
- Associação Portuguesa de Sociologia – APS (2008). *Código Deontológico*. Acessado em 17 de abril de 2017. Disponível em: <https://aps.pt/pt/codigo-deontologico/>
- Avanza, M. (2019). Using a Feminist Paradigm (Intersectionality) to Study Conservative Women: The Case of Pro-life Activists in Italy. *Politics & Gender*, 16(2), 552–580. <https://doi.org/10.1017/s1743923x18001034>
- Avishai, O., Gerber, L., & Randles, J. (2013). The Feminist Ethnographer’s Dilemma: Reconciling Progressive Research Agendas with Fieldwork Realities. *Journal of Contemporary Ethnography*, 42(4), 394–426. <https://doi.org/10.1177/0891241612458955>
- Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. Todavia.
- Avritzer, L., Kerche, F., & Marona, M. (2021). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Autêntica Editora.
- Ayoub, P. M., & Chetaille, A. (2020). Movement/countermovement interaction and instrumental framing in a multi-level world: Rooting Polish lesbian and gay activism. *Social Movement Studies*, 19(1), 21-37. <https://doi.org/10.1080/14742837.2017.1338941>
- Baele, S., Brace, L., and Coan, T. (2020). “Uncovering the Far-Right Online Ecosystem: An Analytical Framework and Research Agenda.” *Studies in Conflict & Terrorism*. <https://doi.org/10.1080/1057610x.2020.1862895>.

- Bahia, A. G. M. F., & dos Santos, D. M. (2014). O longo caminho contra a discriminação por orientação sexual no Brasil no constitucionalismo pós-88: igualdade e liberdade religiosa. *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, 1(1).
- Balieiro, F. D. F. (2018). “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, 53. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>
- Banaszak, L. A., & Ondercin, H. (2010) Explaining Movement and Countermovement Events in the Contemporary U.S. Women's Movement. *Available at SSRN 1668884*.
- Barbosa e Silva J. F. (1958). *Homossexualismo em São Paulo: Estudo de um grupo minoritário* [Monografia não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Barbosa e Silva, J. F. (1959). Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo. *Sociologia*, São Paulo, 21(4), 350-360.
- Barbosa, A. É. N. G. (2018). *Aspectos do neopentecostalismo na igreja mundial do poder de Deus* [Trabalho de Conclusão de Curso não publicado]. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barton-Kriese, P. (1998). Private Lives, Public Conflicts: Battles over Gay Rights in American Communities. *Perspectives on Political Science*, 27(1), 36. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/private-lives-public-conflicts-battles-over-gay/docview/194694103/se-2>
- Baym, N. K. (2010). *Personal Connections in the Digital Age*. Polity Press.
- Beaubatie, E. (2016). Psychiatres normatifs vs. Trans' subversifs ? Controverse autour des parcours de changement de sexe. *Raisons politiques*, 2(62), 131-142. <https://doi.org/10.3917/rai.062.0131>
- Beaubatie, E. (2021). *Transfuges du sexe : Passer les frontières du genre*. La Découverte.
- Beaud, S., & Pialoux, M. (2009). *Retorno à condição operária: Investigação em fábricas da Peugeot na França*. Boitempo.
- Beaulieu, A. (2010) Research note: from co-location to co-presence shifts in the use of ethnography for the study of knowledge. *Social Studies of Science*, 40(3), 453–470. <https://doi.org/10.1177/0306312709359219>
- Becker, Howard S. (1977). De que lado nós estamos? In.: *Uma Teoria Da Ação Coletiva* (pp. 123-136). Zahar.
- Belizário, F. (2016). Por uma teoria queer pós-colonial: colonialidade de gênero e heteronormatividade ocupando as fronteiras e espaços de tradução. In *Gênero, direitos humanos e ativismos: Atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp. 385-391). Grácio Editor.
- Belmonte, L. A. (2021). *The International LGBT rights movement: A History*. Bloomsbury Academic.
- Benford, R. D., & Hunt, S. A. (1992). Dramaturgy and social movements: The social construction and communication of power. *Sociological inquiry*, 62(1), 36-55.

- Benford, R. (1997). An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective. *Sociological Inquiry*, 67, 409-430.
- Bennett, L. W., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15, 739-768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Bennett, L. W., & Segerberg, A. (2013). *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge University Press.
- Bento, B. (2015). Escutar vozes e falar em línguas. *Cadernos Pagu*, 45, 551-566. <https://doi.org/10.1590/18094449201500450551>
- Benzecri, J.-P. (1976). *L'analyse des données*. Dunod.
- Béraud, C. (2013). Les catholiques contre le genre. L'épisode des manuels de SVT. In F. Rochefort; & M. E. Sanna (dir.). *Normes religieuses et genre: Mutations, résistances et reconfiguration* (XIXe-XXIe siècle). Armand Colin/Recherches.
- Bereni, L., Chauvin, S., Jaunait, A., Revillard, A., Dézé, A., & Aucante, Y. (2020). *Introduction aux études sur le genre* (3rd ed.). De Boeck Sup.
- Bernstein M. (2002). Identities and politics: toward a historical understanding of the lesbian and gay movement. *Social Science History*, 26(3), 531-581. <https://doi.org/10.1215/01455532-26-3-531>
- Bertoncello, E. (2016). O uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos. *Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS*, 1-25.
- Blee, K. M. (2007). Ethnographies of the Far Right. *Journal of Contemporary Ethnography*, 36(2), 119-128. <https://doi.org/10.1177/0891241606298815>
- Blee, K. M., & Creasap, K. A. (2010). Conservative and Right-Wing Movements. *Annual Review of Sociology*, 36(1), 269-286. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102602>
- Blevins, K. R., & Holt, T. J. (2009). Examining the Virtual Subculture of Johns. *Journal of Contemporary Ethnography*, 38(5), 619-648. <https://doi.org/10.1177/0891241609342239>
- Boellstorff, T., Nardi, B., Pearce, C., Taylor, T. L., & Marcus, G. E. (2012). *Ethnography and Virtual Worlds: A Handbook of Method*. Princeton University Press.
- Bortolozzi, R. M. (2021). *Entre trapos e colchas: vestígios da memória LGBT sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/Aids* [Tese doutoral não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Boschi, R. (1987). *A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil*. Iuperj/Vértice.
- Bourdieu, P. (1979). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. Editora Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. (1992). *Réponses (Vol. 4)*. Seuil.

- Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Papirus Editora.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Fim de Século.
- Bourdieu, P. (2006). O Camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 83-92. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007>
- Bourdieu, P. e Bourdieu, M. C. (2006). O Camponês e a fotografia. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 31-39. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100004>
- Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Editora Zouk.
- Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Brace, L. (2022) Investigating the far-right online: Using text data to understand online subcultures. In Mair, M., Meckin, R. and Elliot, M. (Eds.) *Investigative Methods: An NCRM Innovation Collection*. Southampton: National Centre for Research Methods, pp. 54-65.
- Bracke, S. (2011). Subjects of debate: Secular and sexual exceptionalism, and Muslim women in the Netherlands. *Feminist review*, 98(1), 28-46.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Brandao, Z., & Carvalho, C. P. D. (2011). Processos de produção das elites escolares. *Educação & Sociedade*, 32, 507-522. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000200015>
- Brás, C. (2018). “Eu já tenho nome”: Itinerários de homens trans em busca de respeito. *Habitus*, 16(1), 162-176. <https://doi.org/10.18224/hab.v16i1.6367>
- Brasil, A. (2016). Improvisações orquestradas. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 31(91), 1-5. <https://doi.org/10.17666/319112/2016>
- Brewer, P. R. (2002). Framing, Value Words, and Citizens' Explanations Their Issue Opinions. *Political Communication*, 19, 303 – 16. <https://doi.org/10.1080/01957470290055510>
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Filosófica Politeia.
- Bulgarelli, L. (2018). Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In Solano, E. (Ed.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.
- Bulgarelli, L. (2018). Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: Notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In James G., Renan Q., Márcio C., & Marisa F. (Ed.), *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 487-500). Alameda Editorial.
- Burdick, J. (2002). Negra and Mestiça: Emergent Racial Meanings in Brazil's Black Pastoral. *Luso-Brazilian Review*, 39, 95-101.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.

- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para um teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.
- Butterman, S. (2012). *Invisibilidade Vigilante: representações midiáticas da maior parada LGBT do planeta*. nVersos.
- Caetano, A. (2012). A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista. In J. T. Lopes. (Ed.), *Registos do Actor Plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa* (15-29), Edições Afrontamento.
- Caiani, M. & Parenti, L. (2009). The Dark Side of the Web: Italian Right-Wing Extremist Groups and the Internet. *South European Society and Politics*, 14 (3), 273-294. <https://doi.org/10.1080/13608740903342491>
- Caiani, M. & Parenti, L. (2011). The Spanish extreme right and the Internet. *Análise Social*, 46 (201), 719-740.
- Caiani, M., & Della Porta, D. (2018). The radical right as social movement organizations. In J. Rydgren (Ed.), *The Oxford handbook of the radical right* (pp. 327–347). Oxford University Press.
- Calhoun, C. (1995). “New social movements’ of the early nineteenth century”. In Mark T. (Ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Duke University Press.
- Câmara, C. (2002). Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Academia Avançada.
- Campos, R., Simões, J. A., & Pereira, I. (2018). Digital media, youth practices and representations of recent activism in Portugal. *Communications – The European Journal of Communication Research*. 43(4), 489–507. <https://doi.org/10.1515/commun-2018-0009>
- Campos, R. (2021). A parede é uma coisa política por excelência. In M. Bogalheiro, I. Babo e J. Sousa Cardoso. (Eds.), *Expressões Virtuais Disruptivas no Espaço Público* (pp. 138-166). CICANT – Edições Universitárias Lusófonas.
- Cannon, B. (2016). *The Right in Latin America: Elite Power, Hegemony, and the Struggle for the State*. Routledge.
- Cannold, L. (2002). Understanding and Responding to Anti-choice Women-centred Strategies. *Reproductive Health Matters*, 10(19), 171-179. [https://doi.org/10.1016/s0968-8080\(02\)00011-3](https://doi.org/10.1016/s0968-8080(02)00011-3)
- Cardoso, R. (1984). Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In Bernardo S., & Maria Hermínia T. A. (Eds.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. Brasiliense.
- Cardoso, C. F. (2012). O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. *Psicologia e saber Social*, 1(1), 40-52.
- Caria, T. (1999). A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 5-36.
- Carrara, S. (2010). Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05), 131-148.

- Carreirão, Y. (2007). A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. *Revista Política & Sociedade*, 10, 91-116.
- Casado, L. C. (2020). *Pânico moral e seus profetas: a moralização do projeto “Escola Sem Homofobia” nas eleições presidenciais de 2018* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Castelli Gattinara, P., & Pirro, A. L. (2019). The far right as social movement. *European Societies*, 21(4), 447-462. <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494301>
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* Vol. 1 - O Poder da Identidade. Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Castro, A. L. D. (2022). Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre grupos dominados. *Tempo Social*, 34, 31-45.
- Chadwick, A. (2007). Digital network repertoires and organizational hybridity. *Political Communication*, 24(3), 283-301.
- Chakrabarty, D. (1998). Minority histories, subaltern pasts. *Scrutiny*, 3(1), 4-15. <https://doi.org/10.1080/18125441.1998.10877327>
- Chappel, L. (2006). Contesting Women’s Rights: Charting the Emergence of a Transnational Conservative Counter-network. *Global Society*, 20(4), 491–520. <https://doi.org/10.1080/13600820600929853>
- Chauvin, S., & Lerch, A. (2013). *Sociologie de l’homosexualité*. La Découverte.
- Cherven, K. (2013). *Network graph analysis and visualization with Gephi*. Packt Publishing Ltd.
- Childers, C. C., Lemon, L. L., & Hoy, M. G. (2019). # Sponsored# Ad: Agency perspective on influencer marketing campaigns. *Journal of Current Issues & Research in Advertising*, 40(3), 258-274. <https://doi.org/10.1080/10641734.2018.1521113>
- Chouinard, M. S. (2015). *“He Leans to the Right”: The Personal and Political Identities of Gay Republicans* [Tese de doutoramento não publicada] Florida State University.
- Cimino, K. W. (2007). *Gay Conservatives: Group Consciousness and Assimilation*. Routledge.
- Cleaver, H. M. (1998). The Zapatista effect: the internet and the rise of an alternative political fabric. *Journal of International Affairs*, 51(2), 621–640.
- Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil. *Análise Social*, 53(229 (4), 870-897.
- Coelho, S. L. (2012). A organização e os seus agentes: análise das trajetórias biográficas de voluntários de uma associação de Comércio Justo. In Teixeira Lopes, J. (Ed.). *Registos do Actor Plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Edições Afrontamento.

- Cohn, G. (2006). Apresentação: O sentido da ciência. In Max W. *A “objetividade” do conhecimento científico nas ciências sociais*. Editora Ática.
- Colaço, R. (2012). *De Daniele a Chrysóstomo - Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena* [Tese de doutoramento não publicada] Universidade Federal Fluminense.
- Colleoni, E., Rozza, A., & Arvidsson, A. (2014). Echo chamber or public sphere? Predicting political orientation and measuring political homophily in Twitter using big data. *Journal of Communication*, 64(2), 317–332. <https://doi.org/10.1111/jcom.12084>
- Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and Empowerment*. Unwin Hyman.
- Coleman, G. (2010). Ethnographic Approaches to Digital Media. *Annual Review of Anthropology*, 39, 487–505. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104945>
- Combessie, J. C. (2004). *O método em Sociologia*. Edições Loyola.
- Comissão Europeia. (2005). *EUR 21620 — Carta Europeia do Investigador*. Office des publications officielles des Communautés européennes.
- Copelli, A. L. (2020). Gays de Direita e a Nova Onda Conservadora: a negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBTQ+. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 6(1), 102-124.
- Corrêa, S. (2018). A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 53.
- Corrêa, S.; & Kalil, I. O. (2019) Brasil - ¿La catástrofe perfecta?”. In Sonia C. (Ed.). *Género y Política en América Latina*. Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA. <https://sxpolitics.org/GPAL>.
- Costa, A. F. e Lopes, J. T. (Eds.). (2009). How do higher education students deal with social and academic inequalities? A multi-level sociological analysis. *Proceedings of the 2nd International RESUP Conference*. Réseau d'Étude sur l'Enseignement Supérieur and Observatoire Science, Politique et Société of UNIL-Université de Lausanne
- Costa, H. (2018). *Entre o lulismo e o ceticismo: Um estudo com bolsistas do Prouni de São Paulo*. Alameda Editorial.
- Costa, H. (2020). Entre o ‘home office’ e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, Reflexões na Pandemia, 1-19.
- Contins, M. (2008). Religião, etnicidade e globalização: uma comparação entre grupos religiosos nos contextos brasileiro e norte-americano. *Revista de Antropologia*, 67-106. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012008000100003>
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-1300.
- Crossley, N. (2002). *Making Sense of Social Movements*. Open University Press.
- Crossley, N. (2003). From Reproduction to Transformation: Social Movement Fields and the Radical Habitus. *Theory, Culture & Society*, 20(6), 43–68.

- Cruz, R. (2015). *Do protesto às urnas: o movimento homossexual na transição política (1978-1982)* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de São Paulo.
- Cruz, R., & Rezende, P. J. (2020). Conservadorismo(s)? Reflexões a partir das mobilizações antigênero. *Anais do 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS* (Online).
- Cruz, R. (2021). “I am gay, and the LGBTQI+ movement does not represent me”: Mapping the emergence of right-wing gay activism in Brazil. *Cahiers des Amériques latines*, (98). <https://doi.org/10.4000/cal.14433>
- Cruz J. F. (2020). *A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Currier, A. e Cruz J. M. (2017). The Politics of pre-Emption: Mobilisation Against LGBT Rights in Liberia. *Social Movement Studies*, 19(1), 82-96.
- Cutaia, Nicolas (2013). Mouvements islamophobes et Charles Martel : Quelle réappropriation ? Cas d'étude sur le Bloc identitaire et l'affaire de la mosquée de Poitiers. *Cahiers Mémoire et Politique*, 1, 11-27. <https://doi.org/10.25518/2295-0311.69>
- Dagnino, E., Olivera, A. J. e Panfichi, A. (2006). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In E. Dagnino, A. J. Olivera & A. Panfichi, (Eds.), *A disputa pela construção democrática na América Latina* (13-91). Paz e Terra.
- Dalton, R. J. (1996), Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies. *Chatham House Publishers*.
- Danet, T. H. A. T. (1997). “SMOKE COMING FROM?” Writing, play and performance on internet relay chat. *Journal of Computer-Mediated Communication*, (2).
- Daniliauskas M. (2017). Grupos organizados de jovens LGBT em São Paulo e Paris: contexto de emergência, práticas e visões de política. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress – Transformações, Conexões, Deslocamentos*. http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518174375_ARQUIVO_Artigo_FazendoGenero-LGBT_MarceloDaniliauskas.pdf
- Dantas, B. S. D. A. (2011). *Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal* [Tese de doutoramento não publicada]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Da Silva, L. N. (2018). O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Teoria e Cultura*, 13(2). <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12430>
- Dombrowski, O. (2020). Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. *Revista Katálisis*, 23, 223-234. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>

- Dowbor, M., & Szwako, J. (2013). Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estudos CEBRAP*, 97, 43-55. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- Deakin, H. e Wakefield, K. (2014). Skype interviewing: Reflections of two PhD researchers. *Qualitative Research*, 14 (5), 603–16. <https://doi.org/10.1177/1468794113488126>
- De Barros, M. (2022). Être évangélique et de gauche, c'est possible : Les pasteurs et mouvements évangéliques mobilisés pour la démocratie au Brésil. *La Revue Nouvelle*, 7, 65-71. <https://doi.org/10.3917/rn.225.0065>
- DeCook, J. R. (2018). Memes and symbolic violence: #proudboys and the use of memes for propaganda and the construction of collective identity. *Learning, Media and Technology*, 43(4), 485-504.
- De La Dehesa, R. (2010). *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: sexual rights movements in emerging democracies*. Duke University Press.
- De Lauretis, T. (1987). *Technologies of gender: Essays on theory, film, and fiction*. Indiana University Press.
- De Lima, S. P. (2016). *As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise socioantropológica do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Della Porta, D. e Mosca, L. (2005). Global-net for Global Movements? A Network of Networks for a Movement of Movements. *Journal of Public Policy*, 25(1), 165-190. [doi:10.1017/S0143814X05000255](https://doi.org/10.1017/S0143814X05000255)
- Della Sudda, M. (2022). *Les nouvelles femmes de droite*. Hors d'atteinte.
- Demo, P. (2007). Escola pública e escola particular: semelhanças de dois imbróglis educacionais. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 15, 181-206. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000200002>
- Denzin, N. K. (1978). *The Research Act*. Aldine.
- Descombes, V. (2015). Les embarras de l'identité, *L'Information psychiatrique*, 91, 61–5. <https://doi.org/10.1684/ipe.2014.1293>
- Diani, M. (1992). The concept of social movement. *Sociological Review*, 40: 1–25. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>
- Diani, M., & McAdam, D. (Eds.). (2003). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford University Press.
- Dickey, B., Spierings, N., & van Klinger, M. (2022). Constructing homonationalist identities in relation to religious and LGBTQ+ outgroups: a case study of r/RightWingLGBT. *Identities*, 29(4), 518-537. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2022.2054568>
- Donath, J. S. (1999). Identity and deception in the virtual community. In P. Smith e M. Kollock (Eds.), *Communities in Cyberspace*, Routledge, pp. 29-59.

- Dove, E. S. (2018). The EU General Data Protection Regulation: Implications for International Scientific Research in the Digital Era. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 46, 1013-1030. <http://doi.org/10.1177/1073110518822003>
- Dreifuss, R. A. (1981). *1964: A conquista do Estado*. Vozes.
- Duarte, T. (2009). *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*. CIES E-Working Papers, 60.
- Duffy, B. E., & Hund, E. (2015). "Having it all" on social media: Entrepreneurial femininity and self-branding among fashion bloggers. *Social media+ society*, 1(2), <https://doi.org/10.1177/2056305115604337>
- Duggan, L. (2002). The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In Russ C. & Dana D. N. *Materializing Democracy: Towards a Revitalized Cultural Politics*. Duke University Press.
- Durand, M. (2018). Une mobilisation « contre-nature » ? Le cas d'homosexuels opposés au mariage pour tous en France. *Genre, sexualité & société*, 18. <https://doi.org/10.4000/gss.4069>
- Durand, P. (2007). *Les nouveaux mots du pouvoir. Abécédaire critique*. Aden.
- Eco, U. (2007). *História da feiúra*. Record.
- Eder, K. (1985). The New Social Movements: Moral Crusades, Political Pressure Groups or Social Movements. *Social Research*, 52(4): 869–90.
- Eisenstein, E. (1986). On revolution and the printed word. In R. Porter & M. Teich, *Revolution in history* (pp. 186-205). Cambridge University Press.
- Elder, C. D., & R. W. Cobb (1983). *The Political Uses of Symbols*. Longman.
- England, Kim V. L. (1994). Getting personal: Reflexivity, positionality, and feminist research. *Professional Geographer*, 46, 80–89. <https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1994.00080.x>
- Eribon, D. (2012). *Réflexions sur la question gay*. Fayard.
- Eribon, D. (2014). *La société comme verdict : Classes, identités, trajectoires*. Fayard.
- Eribon, D. (2019). *Regresso à Reims*. Dom Quixote, 2019.
- Estevão-Rezende, Y. A. (2021). "Gay de Direita deveria nascer hétero": Essencialização identitária e discursos LGBTQ+ no Facebook. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 33, 358-379. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2021.30786>
- Evers, T., Muller-Plantenberg, C., & Spessart, S. (1985). Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. *Cidade, povo e poder*, 2.
- Eyerman, Ron. (2006). Performing opposition or, how social movements move. Alexander, Jeffrey C. et al. (Eds.), *Social performance symbolic action, cultural pragmatics, and ritual* (pp. 193-217). Cambridge University Press.

- Fabre, C., & Fassin, Eric. (2003). *Liberté, égalité, sexualités*. Belfond.
- Facchini, R. (2005). *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Garamond.
- Facchini, R., & Simões, J. A. (2009). *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Facchini, R. (2011). Histórico da luta LGBT no Brasil. *Cadernos Temáticos do CRP-SP*, 11, 10-19.
- Falcão, T. (2017). *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual de Campinas.
- Fallon, D. (2013). 'They're gonna think it now': Narratives of shame in the sexual health experiences of young people. *Sociology*, 47(2), 318-332.
- Fanon, F. (1979). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (2015). *Peau noire, masques blancs*. Éditions du Seuil.
- Favareto, A.; Galvanese, C.; Menino, F.; Coelho, V.S.P.; Kawamura, Y. (2010). How styles of activism influence social participation and democratic deliberation. In *Mobilising for Democracy: Citizen Action and the Politics of Public Participation*. Vera S.P. C. & Bettina V. L. (Eds.). Zed Books.
- Fernandes, F. (1976). *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar.
- Fernandes, D. C., & Vieira, A. M. (2019). A direita mora do mesmo lado da cidade: especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos estudos CEBRAP*, 38, 157-182. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010005>
- Ferreira, V. (2014). Artes e manhas da entrevista compreensiva. *Saúde e Sociedade*, 23(3): 979-992. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300020>
- Fico, C. (2014). Introdução. In: James N. G. & Renan Q. (Eds.). *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, resistência e a busca pela verdade*. EdUFSCar.
- Fillieulle, O., & Duyvendak J. W. (1999). Gay and Lesbian Activism in France: Between Integration and Community-Oriented Movements. In Barry D. A., Jan W. D. & André K. (Eds.), *The Global Emergence of Gay and Lesbian Politics* (pp. 184 –213). Temple University Press.
- Fillieulle, O. (2010). Some elements of an interactionist approach to political disengagement. *Social Movement Studies*, 9(1), 1-15. <https://doi.org/10.1080/14742830903442436>
- Flaxman, S., Goel, S., & Rao, J. M. (2016). Filter bubbles, echo chambers, and online news consumption. *Public Opinion Quarterly*, 80(S1), 298–320. <https://doi.org/10.1093/poq/nfw006>
- Flick, U. (2009). *An Introduction to Qualitative Research*. Sage.
- Fominaya, C. F. (2018). Collective identity in social movements: Assessing the limits of a theoretical framework. In D. A. Snow, S. A. Soule, H. Kriesi, & H. J. McCammon (Eds.). *The Wiley Blackwell companion to social movements* (pp. 429-445), Blackwell Publishing.

- Foucault, M. (1986). *Microfísica do Poder*. Graal.
- França, I. L. (2006). *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de São Paulo.
- França, I. L. (2007). Sobre ‘guetos’ e ‘rótulos’: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu*, 28, 227-255.
- Franzke, A. S., Bechmann, A., Zimmer, M., Ess, C. & the Association of Internet Researchers (2020). *Internet Research: Ethical Guidelines 3.0*. <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 15(14-15), 231-239.
- Freeden, M. (2003). *Ideology: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.
- Froio, C., & Ganesh, B. (2019). The transnationalisation of far-right discourse on Twitter. *European Societies*, 21(4), 513-539. <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494295>
- Froio, Caterina, Castelli Gattinara, P., Bulli, G., & Albanese, M. (2020). *Casapound Italia: Contemporary extreme-right politics*. Routledge.
- Fry, P. (1982). *Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira*. Zahar.
- Garbagnoli, S.; Prearo, M. (2017). *La croisade anti-genre. Du Vatican aux manifs pour tous*. Editions Textual.
- Gamson, W., Fireman, B. & Rytina, S. (1982). *Encounters with Unjust Authorities*. The Dorsey Press.
- Gamson, W., & Modigliani, A. (1989). Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, 95(1), 1-37. <https://doi.org/10.1086/229213>
- Gamson, W. A. (1992). The social psychology of collective action. In C. McClurg Mueller & A. D. Morris (Eds.). *Frontiers in social movement theory* (pp. 53-76). Yale University Press.
- Gamson, W. A., & Meyer, D. S. (1996). Framing Political Opportunity. In D. McAdam, J. McCarthy, & M. N. Zald. (Eds.) *Comparative Perspectives on Social Movements* (pp. 275-90). Cambridge University Press.
- Garcia, J. L. (2000). Informar y narrar: el análisis de los discursos en las investigaciones de campo. *Revista de Antropología Social*, 9, 75-104. https://doi.org/10.5209/rev_raso.2000.v9.10796
- Garcia, J. N. C. (2008). *Philippine Gay Culture: Binabae to Bakla, Silahis to MSM*. The University of the Philippines Press.
- Gahyva, H. (2012). De Boulainvilliers a Tocqueville: da liberdade como defesa de privilégios à liberdade como defesa de diferenças. *Sociologias*, 14(31), 168-190. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300008>
- Gasquet, B. (2015). Que fait le féminisme au regard de l’ethnologue? La réflexivité’ sur le genre comme connaissance située. *SociologieS*, 26.

- Gattinara, P. C., & Froio, C. (2018). Quand les identitaires font la une. *Revue française de science politique*, 68(1), 103-119. <https://doi.org/10.3917/rfsp.681.0103>
- Gibson, J. J. (1977). The theory of affordances. In R. Shaw & J. Bransford (Eds.), *Perceiving, acting and knowing* (pp. 67-82). Lawrence Erlbaum.
- Gillespie, T. (2010). The politics of platforms. *New Media & Society*, 12(3), 347-364. <https://doi.org/10.1177/1461444809342738>
- Giorgi, A. (2016). Gender, Religion and Political Agency: Mapping the Field. *Revista Critica de Ciencias Sociais* 110, 51-72. <https://doi.org/10.4000/rccs.6371>
- Goodwin, J. & Jasper, J. (1999). Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory. *Sociological Forum*, 14, 27-54.
- Goffman, E. (1982). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Zahar.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Vozes.
- Gohn, M. D. G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 20-31.
- Gomes, L. G. F. F., & Leitão, D. K. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, 42(1), 41-65.
- Gontijo, F. (2014). Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. *Cadernos Pagu*, 299-319.
- Green, J. N. (2000). *Além do carnaval - A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Editora da Unesp.
- Green, J. N., & Trindade, R. (2005). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. Editora da Unesp.
- Green, J. N. (2003). A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL*, 10(18), 17-39.
- Green, J. N., & Quinalha, R. (2014). Introdução. In: *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. EdUFSCar.
- Guenther, L., Ruhrmann, G., Bischoff, J., Penzel, T., & Weber, A. (2020). Strategic framing and social media engagement: Analyzing memes posted by the German Identitarian Movement on Facebook. *Social Media + Society*, 6(1). <https://doi.org/10.1177/2056305119898777>
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso*. Principia Editora.
- Guha, R; Spivak, G. C. (1988). *Selected Subaltern Studies*. Oxford University Press.
- Gunter, B. (2000). *Media research methods: measuring audiences, reactions, and impact*. Sage.

- Habermas, J. (1987). A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, (19), 77-102.
- Habermas, J. (2003). Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. *Tempo Brasileiro*.
- Haenfler, R. (2013). *Subcultures: The Basics*. Routledge.
- Hair, J. F. J., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2013). *Multivariate data analysis*. Pearson Higher Editions.
- Halperin, D. M. (2012). *How to be gay*. Harvard University Press.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2000). *Ethnography. Principles in Practice*. Routledge.
- Hancock, E. (1998). Only the Real, the True, the Masculine Held Its Value: Ernst Röhm, Masculinity, and Male Homosexuality. *Journal of the History of Sexuality*, (8)4, 616-641.
- Hancock, A.M. (2007). Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm. *Politics & Gender* 3 (2): 248–54. [doi:10.1017/S1743923X07000062](https://doi.org/10.1017/S1743923X07000062)
- Hannerz, U. (1992). *Cultural complexity: Studies in the social organization of meaning*. Columbia University Press.
- Harlow, S. (2012). Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline. *New media & society*, 14(2), 225-243.
- Hawkins, S. (2016). *The British Pop Dandy: Masculinity popular music and culture*. Routledge.
- Hawley, G. (2017). *Making Sense of the Alt-Right*. Columbia University Press.
- Hayek, F. A. (2012). *Law, legislation and liberty, volume 2: The mirage of social justice*. University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (2013). *The fatal conceit: The errors of socialism*. Routledge.
- Herbert, S. (1998). Police Subculture Reconsidered. *Criminology*. 36(2), 343-370.
- Hine, C. (2000). *Virtual Ethnography*. Sage.
- Hine, C. (2009). How Can Qualitative Internet Researchers Define the Boundaries of Their Projects? In A. N. Markham & N. K. Baym. *Internet inquiry: Conversations about method*. Sage.
- Hine C. (2015). *Ethnography for the internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Bloomsbury.
- Hine, C. (2000). A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos De Campo*, 29(2), 1-42.
- Hoggart, R. (1973). Molas deslassadas: uma nota sobre as desenraizadas e os ansiosos. In R. Hoggart. (Ed.), *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora* (pp. 159-190), Editorial Presença.

- Holanda, F. U. X. D. (2001). *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Edipucrs.
- Holt, T. J., & Copes, H. (2010). Transferring Subcultural Knowledge On-Line: Practices and Beliefs of Persistent Digital Pirates. *Deviant Behavior*, 31(7), 625–654. <https://doi.org/10.1080/01639620903231548>
- Howard, P. N. (2002). Network ethnography and the hypermedia organization: New media, new organizations, new methods. *New Media & Society*, 4(4), 550–574.
- Hughes, T. P. (1986). The seamless web: Technology, science, etcetera, etcetera. *Social Studies of Science*, 16, 281–292.
- Huntington, S. P. (1957). Conservatism as an ideology. *The American Political Science Review*, 51, (2), 454-473.
- Iamamoto, S. A., Mano, M. K., & Summa, R. (2021). Brazilian far-right neoliberal nationalism: family, anti-communism and the myth of racial democracy. *Globalizations*, 1-17. <https://doi.org/10.1080/14747731.2021.1991745>
- Ingold, T. (2007). Anthropology is not ethnography. *Proceedings of the British Academy*, 154, 69-92. <https://doi.org/10.5871/bacad/9780197264355.003.0003>
- Irineu, B. A. (2014). Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Em Pauta*, 34, 155-178.
- Irineu, B. (2018). Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos 2010 e 2014. In J. Naylor Green, R. Quinalha, M. Caetano, M. Fernandes. (Eds.), *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 471-486). Alameda Editorial.
- James, N. (2007). The use of email interviewing as a qualitative method of inquiry in educational research. *British Educational Research Journal*. 33(6), 963–976.
- James, N., & Busher, H. (2009). *Online Interviewing*. Sage.
- Jamin, J. (2020). Marxisme culturel. *La Revue Nouvelle*, 5, 59-63. <https://doi.org/10.3917/rn.205.0059>
- Janghorban, R., Roudsari, R. L., & Taghipour, Ali. (2014). Skype interviewing: The new generation of online synchronous interview in qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 9, 1-3.
- Jasper, J. M. (1997). *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. The University of Chicago Press.
- Jasper, J. M. (2014). *Protest: A cultural introduction to social movements*. John Wiley & Sons.
- Jaunait, A., Le Renard A. & Marteu, É. (2013). Nationalismes Sexuels ? Reconfigurations contemporaines des sexualités et des nationalismes. *Raisons politiques*, 49, 5-23. <https://doi.org/10.3917/rai.049.0005>
- Jiménez-Castillo, D., & Sánchez-Fernández, R. (2019). The role of digital influencers in brand recommendation: Examining their impact on engagement, expected value and purchase intention.

- International Journal of Information Management*, 49, 366-376.
<https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2019.07.009>
- Johnston, H., & Klandermans, B. (2013). The cultural analysis of social movements. In *Social movements and culture* (pp. 3-24). Routledge.
- Kaufmann, J. C. (1996). *L'entretien compréhensive*. Éditions Nathan.
- Kelle, U. (2001), Sociological Explanations between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung*, 95-117.
- Kelle, U., & Christian E. (2005). Qualitative and Quantitative Methods: Not in Opposition. In Flick, U., E. V. Kardorff e I. Steinke (Eds.), *A Companion to Qualitative Research* (pp. 172-177). Sage.
- Kerche, F. (2018). Ministério Público, Lava Jato e mãos limpas: uma abordagem institucional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 255-286. <https://doi.org/10.1590/0102-255286/105>
- Khosravini, M. (2017). Right. Wing Populism in the West: Social Media Discourse and Echo Chambers. *Insight Turkey*, 19(3), 53-68. <https://doi.org/10.25253/99.2017193.04>
- Klandermans, B. (1997). *The social psychology of Protest*. Blackwell.
- Klüger, E. (2018). Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (86), 68-97. <https://doi.org/10.17666/bib8604/2018>
- Kotsios, A., Magnani, M., Veja, D., Rossi, L., & Shklovski I. (2019). An analysis of the consequences of the general data protection regulation on social network research. *ACM Transactions on Social Computing*, 2(3):1-22. <https://doi.org/10.1145/3365524>
- Kozinets, R. (2010). *Netnography. Doing Ethnographic Research Online*. Sage.
- Krinsky, J., & Crossley, N. (2014). Social movements and social networks: Introduction. *Social Movement Studies*, 13(1), 1-21.
- Kuhar, R., & Paternotte, D. (Eds.). (2020). *Campagnes anti-genre en Europe: des mobilisations contre l'égalité*. Presses universitaires de Lyon.
- Kulick, D. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Fiocruz.
- Lahire, B. (2002). *Homem Plural: Os determinantes da ação*. Editora Vozes.
- Lahire, B. (2004.) *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Artmed.
- Lahire, B. (2005a). Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, problemas e práticas*, 49, 11-42.
- Lahire, B. (2005b). Distinctions culturelles et lutte de soi contre soi : « détester la part populaire de soi ». *Hermès, La Revue*, 42, 137-143. <https://doi.org/10.4267/2042/8995>
- Lamont, M. (2000). *The Dignity of Working Men*. Harvard University Press.

- Lange, P. (2014). *Kids on YouTube: technical identities and digital literacies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Laterza, V. (2018). Cambridge analytica, independent research and the national interest. *Anthropology Today*, 34(3), 1-2. <https://doi.org/10.1111/1467-8322.12430>
- Laterza, Vito. (2021). Could Cambridge Analytica have delivered Donald Trump's 2016 presidential victory? An anthropologist's look at Big data and political campaigning. *Public Anthropologist* 3(1): 119-47. <https://doi.org/10.1163/25891715-03010007>
- Latzko-Toth, G. (2014). Users as Co-Designers of Software-Based Media: The Co-Construction of Internet Relay Chat. *Canadian Journal of Communication*, 39(4). <https://doi.org/10.22230/cjc.2014v39n4a2783>
- Lebaron, F. (2010). L'analyse géométrique des données dans un programme de recherche sociologique: le cas de la sociologie de Bourdieu. *Revue Modulad*, 102(42), 102-109.
- Lerbach, B. C. (2014). *Abordando itinerários de ativistas a partir da sociologia das carreiras militantes*. Em Tese, 11, 59-78. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2014v11n2p58>
- Lerner, C. (2019). *A Mentalidade Conservadora no Brasil: Uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012 - 2018)*. [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade Federal do ABC.
- Lima, P., & Massi, L. (2015). Retratos sociológicos: uma metodologia de investigação para a pesquisa em educação. *Ciência & Educação*, 21(3), 559-574. <https://doi.org/10.1590/1516-731320150030003>
- Lind, B., & Stepan-Norris, J. (2011). The relationality of movements: Movement and countermovement resources, infrastructure, and leadership in the Los Angeles Tenants' Rights mobilization (1976–1979). *American Journal of Sociology*, 116(5), 1564–1609.
- Lins, B. A., Parreiras, C., & de Freitas, E. T. (2020). Estratégias para pensar o digital. *Cadernos de Campo*, 29(2), 1-10.
- Lo, C. Y. H. Countermovements and Conservative Movements in the Contemporary U.S. *Annual Review of Sociology*, 8, 107-134, 1982.
- Lopes, J. T., Boia, P. D. S., Ferro, L.; Guerra, P. (2010). *Gênero e Música Eletrônica de Dança. Experiências, percursos e 'retratos' de mulheres clubbers*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Lopes, J. T. (Ed). (2012). *Registros do Actor Plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Edições Afrontamento.
- Lopes, J. T., Gomes, R.; Cerdeira, L., Vaz, H., Brites, R., Cabrito, B., Machado-Taylor, M. D. L., Magalhães, D., Patrocínio, T., Peixoto, P., Ganga, R., & Silva, S. (2014). Retratos Sociológicos: orientações gerais. *Coleção Working Papers Bradramo*, 1-15.
- Lopes, J. T., Silva, J. P., Ganga, R., Gomes, R. M., Magalhães, D., Vaz, H., Cerdeira, L., Silva, S., Peixoto, P., Machado-Taylor, M. D. L., Brites, R., Patrocínio, T., & Cabrito, B. G. (2016). A

decisão de emigrar: um estudo a partir da perspectiva da pluralidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (81), 37-56.

Lopes, R. F. F., & Brandão, E. R. (2018). Não é competência do professor ser sexólogo: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas*, 18(1), 100-23. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>

Louis, É. (2014). *En finir avec Eddy Bellegueule*. Éditions du Seuil.

Lovink, G. (2011). *Networks Without a Cause: A Critique of social media*. Polity.

Luna, Na. (2010) Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: Ciência e ética no ensino da Igreja. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. 25, 91-192.

Luna, J. P., & Kaltwasser, C. R. (2014). *The Resilience of the Latin American Right*. JHU Press.

Maciel, D. A., & Koerner, A. (2002). Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 113-133.

Madeira, R., & Tarouco G. (2010). A ‘direita envergonhada’ no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?. *Anais do V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, (Online). <https://cdsa.aacademica.org/000-036/804.pdf>

Madeira, R., & Tarouco, G. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>

Madeira, P. M. F., Silva, K. S. D. N., & Malheiros, J. S. M. (2021). A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente. *Cadernos Metrópole*, 23(51), 469-498.

Maes, R., & Paternotte, D. (2020). Les nouveaux lieux communs de la droite. *La Revue nouvelle*, 20(5), 34-37.

Malini, F. (2016). Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede. In *Anais do XXV Encontro Anual da Compós* (pp. 1-30).

Mangeot, P. (2003). Communautarisme. In L. G. Tin (Ed.), *Dictionnaire de l'homophobie* (pp. 99-103). PUF.

Mann, C., & Stewart, F. (2000). *Internet Communication and Qualitative Research: A Handbook for Researching Online*. Sage.

Mariano, R. (1996). Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos estudos CEBRAP*, 44(44), 24-44.

Mariano, R. (2008). Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. *Revista de Estudos da Religião*, 4, 68-95.

Mariano, R. (2013). Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, 14(24), 119-137.

- Mariz, C.L. (1994). *Coping with poverty: pentecostals and christian base communities in Brazil*. Temple University Press.
- Marmura, S. (2008). A Net Advantage? The Internet, Grassroots Activism and American Middle Eastern Policy. *New Media & Society*, 10 (2): 247–71.
- Marques, Â. C. S., & Nogueira, E. C. D. (2012). Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. *Comunicação Midiática*, 7(2), 138-161.
- Martello, L. (2016). Conflitos e pontes intergeracionais nas resistências feministas autonomistas translocais latino-americanas. *Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS*.
- Martin, D. (1990). *Tongues of fire: the explosion of protestantism in Latin America*. Blackwell.
- Martinez-Torres, M. E. (2001). Civil society, the internet, and the Zapatistas. *Peace Review*, 13(3), 347–355. <https://doi.org/10.1080/13668800120079045>
- Marwick, A., & Boyd, D. (2011). To see and be seen: Celebrity practice on Twitter. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 17(2), 139-158. [doi:10.1177/1354856510394539](https://doi.org/10.1177/1354856510394539)
- Massad, J. A. (2002). Re-Orienting Desire: The Gay International and the Arab World. *Public Culture*, 14(2), 361-385.
- Massi, L. (2013). Relação aluno-instituição: o caso da licenciatura do Instituto de Química da UNESP/Araraquara [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Mazzilli Pereira, M. (2018). Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró família (2003-2014) [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mazzilli Pereira, M., & Silva, C. F. D. (2020). Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. *Sociologia & Antropologia*, 10, 615-645. <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10212>
- McAdam, D. (1999). *Political process and the development of black insurgency, 1930-1970*. University of Chicago Press.
- McAdam, D. 1996. The Framing Function of Movement Tactics: Strategic Dramaturgy in the American Civil Rights Movement. In D. McAdam, J. D. McCarthy & M. N. Zald. (Eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings* (pp. 338-355), Cambridge University Press.
- McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 76, 11-48. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>
- McAdam, D. (2012). *Freedom Summer. Luttres pour les droits civiques*. Agone.
- McCarthy, Mayer; Zald, John. (1977). Resource Mobilization and Social Movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, 82(6), 1212-1241. <https://doi.org/10.1086/226464>

- McDonald, K. (2004). Oneself as another: from social movement to experience movement. *Current Sociology*, 52(4), 575-593.
- McKlintock, A. (1995). *Imperial leather, Race, gender, and sexuality in the colonial context*. Routledge.
- McLellan, J. (2012). Glad to be gay behind the wall: Gay and lesbian activism in 1970s East Germany. In *History Workshop Journal* (Vol. 74, No. 1, pp. 105-130). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/hwj/dbs017>
- McNair, B. (2017). *Fake news: Falsehood, fabrication, and fantasy in journalism*. Routledge.
- McRae, E. (1990). *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Editora da Unicamp.
- Melo, B.L.R. (2022). *Direitas LGBTI: pluralidade política e identitária nas eleições 2020*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Melucci, A. (1980). The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, 19(2), 199-226.
- Melucci, A. (1994). Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales. *Zona Abierta*, 69, 153-180.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge University Press.
- Mendonça, R. F., Abreu, M., & Sarmiento, R. (2021). Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. *Novos estudos CEBRAP*, 40, 33-54.
- Mercklé, P. (2016). *Sociologie des réseaux sociaux*. La Découverte.
- Metz, J., Calvo, R., Seno, E. R. M., Romero, R. A. F., & Liang, Z. (2007). *Redes Complexas: conceitos e aplicações*. ICMC-USP.
- Meyer, D. S.; Minkoff, D. C. (2004). Conceptualizing Political Opportunity. *Social Forces*, 82(4), 1457–1492. <https://doi.org/10.1353/sof.2004.0082>
- Miguel, L. F., & Coutinho, A. D. A. (2007). A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião pública*, 13, 97-123. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000100004>
- Miguel L. F., & Biroli, F. (2009). Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa, *Opinião Pública*, 15(1), 55-81.
- Miguel, L. F., Biroli, F., & Mariano, R. (2017). O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Revista Opinião Pública*, 23(1). <https://doi.org/10.1590/1807-01912017231230>
- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, 62. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>

- Milan, S. (2013). WikiLeaks, Anonymous, and the exercise of individuality: Protesting in the cloud. In B. Brevini et al. (Eds.), *Beyond Wikileaks: Implications for the future of communications, journalism, and society* (pp. 191-208), Palgrave MacMillan.
- Milan, S. (2015). When Algorithms Shape Collective Action: Social Media and the Dynamics of Cloud Protest. *Social Media + Society*, 1(2). <https://doi.org/10.1177/2056305115622481>
- Milkman, R. (2017). A New Political Generation : Millennials and the Post-2008 Wave of Protest. *American Sociological Review*, 82(1), 1-31. <https://doi.org/10.1177/0003122416681031>
- Miller, D., & Slater, D., (2004). Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, 10 (21), 41-65. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>
- Miller, D. (2011). *Tales from facebook*. Polity.
- Mische, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, (5)6,134-150.
- Mische, A. (2001). Juggling multiple futures: personal and collective project formation among Brazilian youth leaders. In C. Barkev & A. Johnson. (Eds), *Leadership and social movements* (pp. 137-159), Manchester University Press.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21, 150-182. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>
- Miskolci, R. (2009b). O armário ampliado: Notas sobre sociabilidade homoerótica na internet. *Revista Gênero*, 9(2), 171-190. <https://doi.org/10.22409/rg.v9i2.88>
- Miskolci, R. (2005). Do desvio às diferenças. *Teoria e Pesquisa*, 1(47), 9-41. <https://doi.org/10.4322/tp.v1i47.43>
- Miskolci, R. (2016). Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea*, 6(2), 275-297. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.014>
- Montero, P. (2009) Secularização e espaço público: A reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, 13(1), 7-16. <https://doi.org/10.4000/etnografica.1195>
- Morando, L. (2014). Por debaixo dos panos: Repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In J. Green & R. Quinalha. (Eds.), *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade* (pp. 53-81). Editora EdUFSCar.
- Morgan, S. J., & Symon, G. (2004). Electronic interviews in organizational research. In C. Cassell & G. Symon. (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 23-33). Sage.
- Morris, A. (2000). Reflections on Social Movement Theory: Criticism and Proposals. *Contemporary Sociology*, 29(3), 445–454. <https://doi.org.10.2307/2653931>
- Morris, A., & Staggenborg, S. (2004). Leadership in Social Movements. In D. A. Snow, S. A. Soule, & H. Kriesi. (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements* (pp. 171-196). Blackwell Publishing.

- Mudimbe, V. Y. (1998). *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Indiana University Press.
- Mueller, C. M. (1992). Building social movement theory. In A. D. Morris, & C. M. Mueller (Eds.). *Frontiers in social movement theory* (pp. 3-25). Yale University Press.
- Nagle, A. (2017). *Kill All Normies: Online Culture Wars From 4Chan And Tumblr to Trump and The Alt-Right*. John Hunt Publishing.
- Nishimura, K. M. (2004). Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. *Opinião Pública*, 10(2), 339-367. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000200007>
- Noakes, J.A., & Johnston, H. (2005). Frames of Protest: A Road Map to a Perspective. In H. Johnston & J.A. Noakes. (Eds.), *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Nogueira, O. (1979). *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. T. A. Queiroz.
- Norman, D. A. (2008). The way I see IT signifiers, not affordances. *interactions*, 15(6), 18-19.
- Nunes, J. A. (1992). As teias da família: a construção interaccional das solidariedades primárias [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Nunes, N., Ávila, R. C., Raposo, O., Ferreira, D., & Do Carmo, R.M. (2016). Ação coletiva à escala individual: Perfis e Retratos Sociológicos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 95-113.
- Oakeshott, M. Ser Conservador (2016). In M. Oakeshott, *Conservadorismo* (pp. 176-235). Editora Âyné.
- Olesen, T. (2015). *Global injustice symbols and social movements*. Springer.
- Oliveira, R. C. (2000). *O trabalho do antropólogo*. Paralelo.
- Oliveira, J. M. (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neoliberais de uma cidadania de consolação. *Psicologia & Sociedade*, 25(1): 68-78. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>
- Olson, M. (1971). *The logic of collective action*. Harvard University Press.
- Olson, M. (1999). *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Ortellado, P., & Ribeiro, M. M. (2018). Mapping Brazil's political polarization online. *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434>
- Pais, J. M. (2014). As tramas da criatividade na produção artesanal da sociologia. In L. M. D. S. Blass. (Ed.), *Imaterial e construção de saberes*, (pp. 45-66), Educ/Fapesp.
- Panizza, Francisco. (2006). La marea rosa. *Análise de Conjuntura OPSA*, 8.

- Pannain, R. N. (2021). A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes. *Sociologias*, 23(57), 300-325. <https://doi.org/10.1590/15174522-104561>
- Parkin, F. (1968). *Middle Class Radicalism*. Manchester University Press.
- Parreiras, C. (2008). *Sexualidades no pontocom: espaços e (homo)sexualidades a partir de uma comunidade online* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual de Campinas.
- Parreiras, C. (2009). Fora do armário... dentro da tela: notas sobre avatares, (homo)sexualidades e erotismo a partir de uma comunidade virtual. In M. E. Díaz-Benítez & C. E. Figari (Eds.), *Prazeres Dissidentes*, Garamond.
- Parreiras, C. (2012). Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. *Cadernos Pagu*, 38, 197-222. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000100007>
- Paternotte, D. (2019). EUrope: The Ups and Downs of Sexual Exceptionalism. *SexPolitics: Trends and Tensions in the 21st Century-Contextual Undercurrents*, 2, 72-93.
- Parker, C. S., & Barreto, M. A. (2014). Change they can't believe in. In *Change They Can't Believe In: The tea party and reactionary politics in America*. Princeton University Press.
- Perez, Marcos E. (2018). Becoming a Piquetero: Working-Class Routines and the Development of Activist Dispositions. *Mobilization: An International Quarterly*, 23(2), 237-253. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-23-2-237>
- Perreau, B. (2003). L'égalité inavouable. Homosexualité et adoption en France, une politique jurisprudentielle. *Nouvelles Questions Féministes*, 22(3), 32-46. <https://doi.org/10.3917/nqf.223.0032>
- Pedroni, M. (2016). Meso-celebrities, fashion, and the media: How digital influencers struggle for visibility. *Film, fashion & consumption*, 5(1), 103-121. https://doi.org/10.1386/ffc.5.1.103_1
- Peeters A. M. (2013). *Le Gender, une norme mondiale? Pour un discernement*. Mame.
- Pereira, C. F. (2016). Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 4(1), 115-137.
- Pereira, C. F., & Santos, E. S. (2016). Participação Social da População LGBT: o conselho nacional de combate à discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 9(2), 175-205.
- Pereira, C. F. (2017). Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 121-132. <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.23799>
- Pereira, C. F. (2018). "A participação social nos 40 anos do movimento LGBT brasileiro". In: James Green; Renan Quinalha; Márcio Caetano; Marisa Fernandes. (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1ed. São Paulo: Alameda Editorial: 435-448.
- Pereira, C. F. (2021). Diversidade sexual e partidos políticos: Uma análise da temática LGBTI+ nos estatutos partidários brasileiros. *Revista Feminismos*, 9(2), 215-238. <https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.41956>

- Pereira, C. F. (2021). Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cad. Gên. Tecnol. Tecnol.*, 14(43), 74-89. <https://doi.org/10.3895/cgt.v14n43.11487>
- Pereira, I. (2022). Criatividade, humor e política nos memes da esquerda portuguesa. In A. D. Sarrouy, J. A. Simões & R. Campos (Eds.), *A arte de construir cidadania* (pp. 323-344), Tinta da China.
- Perlongher, N. (2008). *O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. Perseu Abramo.
- Pessoa, E. R. D. A. (2020). *Encarnando a Europeia: biografias corporais, (i)mobilidades e subjetividades de trabalhadoras do sexo trans e travestis brasileiras em Lisboa* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Petrarca, F. R., & Ribeiro, M. R. (2015). Carreiras militantes, redes de sociabilidade e formas de engajamento na luta contra AIDS em Sergipe. *Tomo - Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia*, 27, 169-203. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.4646>
- Pichardo, N. A. (1997). New social movements: A critical review. *Annual Review of Sociology*, 23, 411-30. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.23.1.411>
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- Polletta, F. (1999). Snarls, quacks, and quarrels: culture and structure in political process theory. *Sociological Forum*, 14(1), 63-70. <https://doi.org/10.1023/A:1021688711790>
- Polletta, F., & Jasper, J. M. 2001. Collective identity and social movements. *American Review of Sociology*, 27(1), 283–305. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.283>
- Praxades, R. R. (2010). Classe média negra de Maringá. *Espaço Acadêmico*, 10(109), 116-128.
- Preciado, P. (2014). *Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual*. N-1 Edições.
- Preciado, P. (2019). *Un appartement sur Uranus*. Grasset & Fasquelle.
- Puar, J. (2012). *Homonationalisme : La politique queer après le 11 septembre 2001*. Éditions Amsterdam.
- Puar, J. (2013a). Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, 8(2), 343-370. <https://doi.org/10.46560/meritum.v8i2.2171>
- Puar, J. (2013b). Rethinking homonationalism. *International Journal of Middle East Studies*, 45(2), 336-339. <https://doi.org/10.1017/S002074381300007X>
- Puglia, L. S. (2018). Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, 13(2). <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12432>
- Quadros, J. W., Gimenez, D. M., & Antunes, D. (2013). Afinal, Somos um País de Classe Média? Mercado de Trabalho, Renda e Transformações Sociais no Brasil dos anos 2000. *Munich Personal RePEc Archive*, 32-42.

- Quinalha, R. (2017). *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985)* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Rabasa, J. (1993). *Inventing America: Spanish Historiography and the Formation of Eurocentrism*. University of Oklahoma Press.
- Raby, R., Caron, C., Théwissen-LeBlanc, S., Prioletta, J., & Mitchell, C. (2018). Vlogging on YouTube: The online, political engagement of young Canadians advocating for social change. *Journal of Youth Studies*, 21(4), 495-512. <https://doi.org/10.1080/13676261.2017.1394995>
- Rahman, M. (2010). Queer as intersectionality: Theorizing gay muslim identities. *Sociology*, 44(5), 944-961. <https://doi.org/10.1177/0038038510375733>
- Reilly, P., & Trevisan, F. (2016). Researching protest on Facebook: developing an ethical stance for the study of Northern Irish flag protest pages, *Information, Communication & Society*, 19(3), 419-435. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1104373>
- Reina, M. (2019). La dimension religieuse des élections de 2018 et l'obscurantisme chrétien de Bolsonaro, *IdeAs*, 13, 2019. <https://doi.org/10.4000/ideas.5385>
- Reis Filho, D. A. (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Zahar.
- Reis, L., & Teixeira, J. M. (2022). Dossiê Religiões e Raça. *Religião & Sociedade*, 41, 11-23. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3editorial>
- Reuillard, P. C. R., Lahire, B., Rosenfield, C. L., Queiroz, A. S., Blanco, D. M., & Mondon Navazo, M. (2015). Entrevista: Bernard Lahire. *Sociologias*, 38, 280-302.
- Rezende, P. J. (2016). *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de São Paulo.
- Rich, A. (1993). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In H. Abelow, M. A. Barale & D. M. Halperin. (Eds.), *Lesbian and Gay Studies Reader* (pp. 227-254), Routledge.
- Rieder, B. (2013). Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. *Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference*, 346-55.
- Rocha, C. (2017). Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, publicado em 02 de outubro de 2017.
- Rocha, C., & Medeiros, J. (2020). Vão todos tomar no...': a política de choque e a esfera pública. *Horizontes ao Sul*, publicado em 27 de abril de 2020.
- Rodrigues, A. R., & Leão, T. (2012). Ao encontro das práticas culturais dos estudantes do ensino superior. Exercício de revisitação assente na análise dos factores de variação intra-individuais. In J. T. Lopes. (Ed.), *Registos do Actor Plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa* (pp. 117-148), Edições Afrontamento.
- Rodrigues, J. C. (2014). Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In J. N. Green & R. Quinalha. (Eds.), *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (pp. 83-124), EdUFSCar.

- Rodríguez, I. S., & Domínguez, G. R. (2004). Nodo 50: territorio virtual para los movimientos sociales y la acción política. In V. Mari Sáez. (Ed.), *La red es de todos: cuando los movimientos sociales se apropian de la red* (pp. 195-234), Editorial Popular.
- Rogers, M. F., & Lott, P. B. (1997). Backlash, the Matrix of Domination, and Log Cabin Republicans. *The Sociological Quarterly*, 38(3), 497-512.
- Rosier, L. (2020). Politiquement correct. *La Revue Nouvelle*, 5, 64-69. <https://doi.org/10.3917/rn.205.0064>
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Paz e Terra.
- Sales, T. (2017). Aspectos jurídicos do impeachment, dos crimes de responsabilidade e das “pedaladas fiscais”. *Revista de Direito Brasileira*, 16(7), 57-78. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2017.v16i7.3008>
- Sales, L., & Mariano, R. (2019). Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. *Religião e Sociedade: Rio de Janeiro*, 39(02), 09-27. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2editorial>
- Sallum Jr., B. (1996). *Labirintos. Dos generais à Nova República*. Hucitec.
- Sallum Jr., B. (2003). Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 18(52), 35-55.
- Santos, F., & Szwako, J. (2016). Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde em Debate*, 40, 114-121. <https://doi.org/10.1590/0103-11042016S10>
- Santos, G. G. D. C. (2006). *Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual de Campinas.
- Santos, G. G. D. C. (2016a). Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 6, 179-212. <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.005>
- Santos, G. G. D. C. (2016b). Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 21, 147-186. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162105>
- Santos, G. G. D. C., & Melo, B. R. D. (2018). The opposition to LGBT rights in the Brazilian national congress (1986-2018): actors, dynamics of action and recent developments. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia*, 4(1), 80-108. <http://dx.doi.org/10.20336/sid.v4i1.93>
- Santos, G. G. D. C. (2022). Droits LGBTQI+ sous Bolsonaro: revers et résistance. *La Revue nouvelle*, 225(7), 40-46. <https://doi.org/10.3917/rn.225.0040>
- Santos, J. G., & Chagas, V. (2018). Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal no MBL. *Matrizes*, 12(3), 189-214. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p189-214>
- Santos, H. M., da Silva, S. M., & Menezes, I. (2018). From liberal acceptance to intolerance: discourses on sexual diversity in schools by portuguese young people. *JSSE-Journal of Social Science Education*, 17(1), 55-65. <https://doi.org/10.4119/jsse-866>

- Santos, H. (2020). ‘Só masculinos, bichas abstenham-se’: O Grindr como espaço de (re)produção da homonormatividade. *Sociologia online*, 22, 11-29. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2020.22.1>
- Sarmiento, R. (2012). ‘Ouvir o desrespeito (?)’: Pensar o lugar do conflito discursivo enquanto oportunidade política para os movimentos sociais. *SINAIS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. 12(1), 50-68. <https://doi.org/10.25067/s.v1i12.5851>
- Saunders, C. (2007). Using social network analysis to explore social movements: a relational approach. *Social Movement Studies*, 6(3), 227-243. <https://doi.org/10.1080/14742830701777769>
- Sawicki, F., & Siméant, J. (2011). Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, 13, 200-255. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300008>
- Scott, J. (1991). *Social network analysis: A handbook*. Sage Publications.
- Scott, J. W. (2007). Gender as a useful category of historical analysis. In R. Parker & P. Aggleton. (Eds.), *Culture, society and sexuality* (pp. 77-97), Routledge.
- Sedgwick, E. K. (1998). *Epistemología del armario*. Ediciones de la tempestade.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>
- Sehgal, M. (2009). The veiled feminist ethnographer: fieldwork among women of India's Hindu right. In M.K. Huggins & M.L. Glebbeek. (Eds), *Women Fielding Danger: Negotiating Ethnographic Identities in Field Research* (pp. 353-78), Rowman & Littlefield.
- Siegel, R. (2008). The right's reasons: constitutional conflict and the spread of woman- protective antiabortion argument. *Public Law Working Paper*, 160.
- Silva, G. H. D. (2022). *Raça, gênero, sexualidade e interseccionalidade: a potência da bixa preta* [Dissertação de mestrado não publicada] em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Silva, M. K., & Ruskowski, B. D. O. (2016). Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 187-226. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162106>
- Silva, M. K., Cotanda, F. C., & Mazzilli Pereira, M. (2017). Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de sociologia e política*, 25, 143-164. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256102>
- Silva, M. K., & Mazzilli Pereira, M. (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, 8(20), 26-49. <https://doi.org/10.20336/rbs.647>
- Simões, J. A. V. (2010). *Entre a Rua e a Internet. Um Estudo sobre o Hip-Hop Português*. Imprensa de Ciências Sociais.

- Simões, J. A. V. (2012). Investigando a rua através da internet (e vice-versa): considerações teórico-metodológicas sobre um itinerário etnográfico. *Análise Social*, 47 (205): 792-817.
- Simões, J. A. V., & Campos, R. M. D. O. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 13(38), 130-150. <https://doi.org/10.18568/cmc.v13i38.1159>
- Simões, J. A. V., & Campos, R. (2020). Digital Media, Youth, and the New Grammars of Activism in Portugal. *Protest, Youth and Precariousness: The Unfinished Fight against Austerity in Portugal*, 27, 163.
- Simões, J. A., França, I. L., & Macedo, M. (2010). Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. *Cadernos Pagu*, 37-78. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000200003>
- Simões, M. J., & Augusto, F. R. (2019). Expostos e duplamente vigiados. *Análise social*, 54(230 (1), 131-153. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019230.06>
- Silva, M. K. (2018). A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?. *Lusotopie*, 17, 88-111. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341713>
- Silveira, S. A., Avelino, R., & Souza, J. (2016). A privacidade e o mercado de dados pessoais|. *Liinc em Revista*, 12(2). <https://doi.org/10.18617/liinc.v12i2.902>
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras.
- Singer, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*, (97): 23-40, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- Singer, A., & Loureiro, I. (2017). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. Boitempo Editorial.
- Singer, A. (2018). *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016)*. Companhia das Letras.
- Skidmore, T. (1988). *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Paz e Terra.
- Skocpol, T., & Williamson, V. (2016). *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism*. Oxford University Press.
- Slater, D. (2002). Social relationships and identity online and offline. In L. Lievrouw & S. Livingstone. (Eds.), *The Handbook of New Media* (pp. 533-546), Sage.
- Slavina, A., & Brym, R. (2020). Demonstrating in the internet age: a test of Castells' theory. *Social Movement Studies*, 19(2), 201-221. <https://doi.org/10.1080/14742837.2019.1627866>
- Soares, G. A. Di. (1989). A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(10), 21-43.
- Solano, E. (2018). Introdução. In E. Solano (Ed.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.

- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Snelson, C. (2015). Vlogging about school on YouTube: An exploratory study. *New Media & Society*, 17(3), 321-339. <https://doi.org/10.1177/1461444813504271>
- Snow, D. A., Rochford Jr, E. B., Worden, S. K., & Benford, R. D. (1986). Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, 51(4), 464-481. <https://doi.org/10.2307/2095581>
- Snow, D.A., & Benford, R.D. (1988). Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. *International Social Movements Research*, 1, 197-218.
- Snow, D. A., Benford, R. D. (1992). Master frames and cycles of protest. In A. Morris & C. Mueller. (Eds.), *Frontiers in social movement theory*, Yale University Press.
- Snow, D. A., & Benford, R. D. (2000). Framing Process and social movements: An overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, 611-39.
- Snow, D. A., & Moss, D. M. (2014). Protest on the fly: toward a theory of spontaneity in the dynamics of protest and social movements. *American Sociological Review*, 79(6), 1122-1143. <https://doi.org/10.1177/0003122414554081>
- Souza, B.M. D. (1969). *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. Duas Cidades.
- Souza, Q. R., & Quandt, C. (2008). Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: F. Duarte; C. Quandt; & Q. Souza. (Eds.). *O Tempo das Redes*. (pp. 31-63), Perspectiva.
- Souza, R. (2013). *Saindo do gueto: O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Squicciarini A. C., Shehab, M. & Wede, J. (2010). Privacy policies for shared content in social network sites. *The VLDB Journal*, 19, 777–796. <https://doi.org/10.1007/s00778-010-0193-7>
- Stein, A. (2001). *The Stranger Next Door: The Story of a Small Community's Battle Over Sex, Faith, and Civil Rights*. Beacon.
- Stein, M. (2012). *Rethinking the gay and lesbian movement*. Routledge.
- Steinberg, M. (1995). The roar of the crowd: repertoires of discourse and collective action among the Spitafields Silk Weavers in nineteenth century London. In M. Traugott. (Ed.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp. 57-88). Duke University Press.
- Stier, S., Posch, L., Bleier, A. & Strohmaier, M. (2017). When populists become popular: comparing Facebook use by the right-wing movement Pegida and German political parties. *Information, Communication & Society*, 20(9): 1365-1388. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1328519>
- Schwarcz, L. M. (2014). Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociologia & Antropologia*, 4, 391-431. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014V425>
- Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Vozes.

- Tarrow, S. (2013). *The Language of Contention: Revolutions in Words (1688-2012)*. Cambridge University Press.
- Tatagiba, L. (2018). Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17(1), 112-135. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341714>
- Taylor, M. J., & Bernstein, M. (2019). Denial, deflection, and distraction: Neutralizing charges of racism by the tea party movement. *Mobilization: An International Quarterly*, 24(2), 137-156. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-24-2-137>
- Taylor, M. J., & Bernstein, M. (2019). Denial, deflection, and distraction: neutralizing charges of racism by the Tea Party movement. *Mobilization: An International Quarterly*, 24(2), 137-156. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-24-2-137>
- Teixeira, A. (2016). Análise dos dados de inquéritos sociológicos : Estatísticas univariada, bivariada e multivariada.. In M. Lisboa (Ed.), *Metodologias de investigação sociológica: Problemas e soluções a partir de estudos empíricos* (pp. 167-242). Húmus.
- Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Random House.
- Tilly, C. (1994). Social movements as historically specific clusters of political performances. *Berkeley Journal of Sociology*, 38, 1-30.
- Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In M. Traugott. (Ed.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp. 15-42), Duke University Press.
- Tilly, C. (1998). Social movements and (all sorts of) other political interactions – local, national, and international – including identities. *Theory and Society*, 27, 453–480. <https://doi.org/10.1023/A:1006857416146>
- Tilly, C. (2008). *Contentious performances*. Cambridge University Press.
- Tilly, C., Tarrow, S., & McAdam, D. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, 76, p. 11-48. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>
- Tilly, C., & Tarrow, S. (2015). *Contentious Politics*. Oxford University Press.
- Tourraine, A. (1989). *Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos*. Lua Nova, 17, 5-18. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200002>
- Treré, E. (2019). *Hybrid Media Activism: Ecologies, Imaginaries, Algorithms*. Routledge.
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil Colônia à atualidade*. Editora Objetiva.
- Tricou, J. (2016). Combat culturel, Nouvelle évangélisation ou auto-prosélytisme? Des prêtres à l'épreuve de la Manif pour Tous. In F. Kaoues & M. Laakili. (Eds.), *Prosélytismes religieux* (pp. 29–59), CNRS Editions.
- Trigueiro, G. R. L. (2015). Conservadorismo: perspectivas conceituais. *Revista Estudos Políticos*, 6(11), 86-107. <https://doi.org/10.22409/rep.v6i11.39782>

- Tufekci, Z. (2013). “Not this one” social movements, the attention economy, and microcelebrity networked activism. *American Behavioral Scientist*, 57(7), 848-870. <https://doi.org/10.1177/00027642134793>
- Vaggione, J. M. (2012). La ‘cultura de la vida’. Desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. *Religião e Sociedade*, 32, 02: 57-80. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000200004>
- Vale de Almeida, M. (2009). Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. *Working Paper CRIA 1*.
- Valenzuela, S., Correa, T., & Gil de Zuniga, H. (2018). Ties, likes, and tweets: Using strong and weak ties to explain differences in protest participation across Facebook and Twitter use. *Political communication*, 35(1), 117-134.
- Van Laer, J., & Van Aelst, P. (2010). Internet and social movement action repertoires. *Information, Communication & Society*, 13 (8), 1146-1171. <https://doi.org/10.1080/13691181003628307>
- Vayena, E. (2019). *How the General Data Protection Regulation changes the rules for scientific research*. European Parliamentary Research Service.
- Velho, G. (1978). Observando o Familiar. In E. D. O. Nunes. (Ed.), *A Aventura Sociológica* (pp. 121-132), Zahar.
- Velho, G. (2003). *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Zahar.
- Venturini, T., e Rogers, R. (2019). “API-based research” or how can digital sociology and journalism studies learn from the Facebook and Cambridge Analytica data breach. *Digital Journal.*, 7 (4), 532-540. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1591927>
- Vigoya, M. V., & Rondón, M. A. R. (2017). Hacer y Deshacer la Ideologia de Gênero. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 27, 118-241. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.27.07.a>
- Vrydagh, F. (2020). *Gagner les corps, les cœurs et les esprits : Comprendre l’engagement dans le mouvement brésilien pro-déstitution (2014-2016)* [Tese de doutoramento não publicada]. Université Libre de Bruxelles.
- Zald, M. N., & McCarthy, J. D. (Eds.). (1987). *Social movements in an organizational society: Collected essays*. Transaction Publishers.
- Zald, M. N. (1996). Culture, Ideology, and Strategic Framing. In D. McAdam, J. D. McCarthy & M. N. Zald. (Eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings* (pp. 261-274), Cambridge Univ. Press.
- Zhao, Y., Liu, J., Tang, J., & Zhu, Q. (2013). Conceptualizing perceived affordances in social media interaction design. In *Aslib Proceedings*, 65(3). Emerald Group. <https://doi.org/10.1108/00012531311330656>
- Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

- Wacquant, L. J. D. (2006). Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 13-29.
- Wacquant, L. J. D. (2007). Esclarecer o habitus. *Educação & Linguagem*, 10(16), 63-71.
- Warner, M. (1991). Fear of a Queer Planet. *Social Text*, 29, 3-17.
- Wasser, N., & França, I. L. (2021). O medo de voltar para casa: revisitando o nexo entre (homo) sexualidades e deslocamentos a partir do conceito de sexílio. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 37, 2-22. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21217a>
- Wasserman, S., & Faust, K. (1999). *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge University Press.
- Weber, M. (2006). *A “objetividade” do conhecimento científico nas Ciências Sociais*. Editora Ática.
- Weeks, J. R. (1981). *Sex, politics, and society: the regulation of sexuality since 1800*. Longman.
- Weffort, F. (1978). *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra.
- Wielowiejski, P. (2020). Identitarian gays and threatening queers, or: How the far-right constructs new chains of equivalence. In G. Dietze & J. Roth. (Eds.), *Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond* (pp. 135-146), Transcript.
- Winchester, D. (2008). Embodying the Faith: Religious Practice and the Making of a Muslim Moral Habitus. *Social Problems*. 86(4): 1753-80. <https://doi.org/10.1353/sof.0.0038>
- Winters, M. S. e Weitz-Shapiro R. (2014). Partisan Protesters and Nonpartisan Protests in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 6(1), 137–150. <https://doi.org/10.1177/1866802X1400600105>

FILMES:

- Holanda, K. (Diretora). (2013). *Kátia* [Filme]. Em Foco Multimídia.

APÊNDICE 1

Guião de Entrevistas

Nome do entrevistado: _____
Grupo(s) ao que pertence: _____
Data da entrevista: __/__/____
Local de realização da entrevista: _____
Informações adicionais: _____

Obs.: Começar com um agradecimento. Tentar perceber nos momentos iniciais da entrevista quais são as categorias que os interlocutores utilizam para se referir a si próprios quando falam sobre orientação sexual, identidade de gênero e preferência política. Caso não perceba, perguntar como o interlocutor se identifica.

BLOCO 1: Biografia

- 1) Pode falar um pouco sobre você e sobre o seu percurso até aqui (**onde nasceu, estudou, origens familiares, trajetória escolar, profissão** etc.)? Como foi a sua infância?
- 2) Pode falar um pouco sobre os seus **gostos e hobbies**? Quando não está no trabalho e/ou na universidade, quando não está ocupado com o ativismo político, o que faz no tempo livre? Quais são os seus interesses?
- 3) **Perguntar sobre o envolvimento em outros círculos sociais que possam ter sido mencionados de maneira breve neste bloco (Igreja, desporto, atividade cultural, formas de associativismo)** e que possam ser importantes para a trajetória individual do entrevistado (Ex.: *Você se considera uma pessoa religiosa? Pode falar mais sobre a sua experiência na Igreja?*).
- 4) Como e quando ocorreu a sua saída do armário? Como esse episódio repercutiu na sua família? A orientação sexual é uma questão importante na sua vida?
- 5) Teve algum contato ou experiência com isso que chamamos de “comunidade LGBT”? Tem um grupo de amigos gays, lésbicas ou trans com o qual costuma ir a festas e lugares destinados ao público LGBT? Já participou de grupos de ativismo LGBT?
- 6) Como entrou em contato com a política/o ativismo político? Você tinha pais ou parentes ativistas? Com que tipo de ativismo eles eram envolvidos?

BLOCO 2: Contexto Político e Ativismo *online* e *offline*

- 1) Na minha pesquisa online, eu percebi que as páginas sobre as questões LGBT “de direita” no Facebook surgiram nos últimos cinco, seis anos. Por que você acha que essas iniciativas têm se multiplicado recentemente?
- 2) Como e quando entrou em contato com páginas, canais ou fóruns dedicados ao tema?
- 3) Encontrar páginas e fóruns online com outras pessoas LGBT que partilham dos mesmos valores e ideias foi algo importante para você? Como isso te afetou? Por que é importante estar nesses espaços?

Rompendo o armário político

- 4) Que páginas, fóruns ou canais dedicados às discussões LGBT “de direita” você conhece ou acompanha na internet? Pode citar alguns?
- 5) Qual plataforma digital você considera mais importante ou que mais reúne/mobiliza pessoas LGBT “de direita” na sua opinião?
- 6) Você é criador ou moderador de alguma dessas páginas ou grupos? Em qual plataforma? Quando foi criada e com que objetivo? Quem são os demais moderadores? Quantas pessoas moderam? Quais as influências/inspirações?
- 7) O que se faz nesses espaços (discussão, produção de memes, difusão de informações, marcar encontros ou protestos, conhecer pessoas)? Como vocês se organizam?
- 8) Você encontra pessoalmente com outros membros das páginas e grupos virtuais (de LGBT “de direita”) dos quais participa? Que tipos de atividade são realizadas?
- 9) Há interesse em formar grupos fora da internet? Se não, por que manter esses espaços apenas no domínio da internet?
- 10) Existem outras páginas, grupos ou canais “de direita” na internet que você goste e que sejam importantes na sua formação ou prática política? Quais você recomendaria?
- 11) Você faz parte de algum grupo de ativismo da direita liberal e/ou conservadora? Se sim, qual? Desde quando? Como o conheceu?
- 12) Sendo este grupo uma organização não exclusivamente LGBT, como é a sua experiência de ativismo nesse espaço? As pessoas sabem da sua orientação sexual? Como lidam com isso? Esse tema faz parte das discussões e conversas?
- 13) Quais as diferenças entre o ativismo na sua organização política e a sua atuação nos grupos *online* e páginas virtuais voltadas exclusivamente para pessoas homossexuais ou LGBT que se reivindicam “de direita”?
- 14) Sente-se de alguma forma excluído em algum espaço de atuação política por conta da sua orientação sexual ou identidade de gênero?
- 15) Você teve a experiência de participar de vários protestos recentes de oposição ao antigo governo do PT? Como foi a sua experiência nesses protestos? Que tipo de participação? Participou enquanto membro de alguma organização?
- 16) Você participou dos protestos de junho de 2013? O que achou daquele momento?
- 17) O que você achou dos governos do PT?
- 18) Quais são as suas principais referências teóricas no mundo da política? Que autores liberais ou conservadores você recomenda?

BLOCO 3: Reflexividade, agência e opiniões políticas

Rompendo o armário político

- 1) Eu sei que esta pergunta consta no questionário socioeconômico aplicado anteriormente, mas se você não se importar, gostaria de saber: como você se define politicamente?
- 2) O que significa, para você, ser LGBT e liberal (ou conservador)? Ser liberal (ou conservador) influencia na forma como vive a sua sexualidade (ou identidade de gênero)?
- 3) Quando o assunto é preconceito, ouvimos críticas dos dois lados do espectro político, mas historicamente me parece que a direita no Brasil tem sido recorrentemente acusada de ser preconceituosa. No entanto, hoje vemos pessoas LGBT atuando em partidos e movimentos de direita, ocupando posições de destaque. O que você acha que mudou?
- 4) Você se considera um defensor dos valores da pátria ou da nação? O que é ser patriota, na sua opinião? Nas redes sociais online, vejo alguns usuários usando o termo “homonacionalista”. Você conhece este termo?
- 5) Gostaria de saber as suas opiniões sobre alguns temas relacionados aos direitos LGBT:
 - a) Criminalização da homofobia;
 - b) Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo;
 - c) Adoção de crianças por casais do mesmo sexo;
 - d) Educação sexual e combate à discriminação nas escolas;
 - e) Direitos das pessoas trans (visão geral);
- 6) O que acha da situação política atual do Brasil? Quais as suas expectativas? Enquanto cidadão, o que é prioridade para você?
- 7) Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar antes de irmos para a última pergunta?
- 8) Para encerrar, como você se vê daqui a quinze, vinte ou trinta anos? Quais são os seus sonhos e projetos futuros?

Questão adicional: Conhece outro(a) ativista que talvez tenha interesse em contribuir para esta investigação ou que você acha que eu deveria entrevistar?

Agradecimento

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO SÓCIOECONÔMICO

Título Provisório: *Gays Conservadores: O ativismo homossexual na direita brasileira*

Pesquisador Responsável: Rodrigo Rodrigues da Cruz

Orientador: Prof. Dr. José Alberto de Vasconcelos Simões

Instituição: Universidade Nova de Lisboa

Unidade de Investigação: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Entidade Financiadora: Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT)

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Cidade: _____ UF: _____

Zona / Bairro em que reside: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

1. Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Idade: _____ anos completos.

3. Estado Civil:

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Separado(a) / Divorciado(a)

☐ Viúvo(a)

☐ Em uma união civil

4. Em relação a sua orientação afetiva e/ou sexual, como prefere se identificar?

☐ Homossexual

☐ Heterossexual

☐ Bissexual

☐ Indiferente / Não me defino

☐ Prefiro não informar

☐ Outro. Qual? _____

5. Naturalidade:

☐ Brasileiro(a)

☐ Estrangeiro. Qual país? _____

5. Estado de origem: _____ **6. Município de origem:** _____

7. Em relação a cor da pele (nos termos levantados pelo censo do IBGE), você se considera:

☐ Branco

☐ Negro

Rompendo o armário político

- ☐ Pardo
- ☐ Indígena
- ☐ Outro. Qual? _____
- ☐ Prefiro não declarar

8. Em relação à religião, você diria que é:

- ☐ Ateísta
- ☐ Agnóstico
- ☐ Acredito em Deus mas não sigo nenhuma religião
- ☐ Católico
- ☐ Católico não praticante
- ☐ Protestante (evangélico, batista, mórmon, calvinista, luterano, testemunha de Jeová ou outro)
- ☐ Espírita kardecista
- ☐ Praticante de religião afro-brasileira (umbanda, candomblé)
- ☐ Budista
- ☐ Muçulmano
- ☐ Judeu
- ☐ Tenho outra religião. Qual? _____
- ☐ Prefiro não declarar

9. Politicamente, você se considera (ex.: de direita; direita liberal; extrema-direita):

10. Qual é o seu trabalho ou ocupação principal?

11. No seu trabalho principal, você é:

- ☐ Empregado assalariado (exceto empregado doméstico)
- ☐ Empregado doméstico mensalista ou diarista
- ☐ Empregado que ganha por produção (comissão)
- ☐ Estagiário remunerado
- ☐ Bolsista
- ☐ Trabalha por conta própria, é autônomo
- ☐ É dono de negócio, empregador
- ☐ Trabalha em negócio familiar sem remuneração
- ☐ Presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.
- ☐ Não trabalho.

12. Atualmente você:

- ☐ Apenas estuda
- ☐ Trabalha e estuda
- ☐ Apenas trabalha
- ☐ Está desempregado (a)
- ☐ Está de licença ou incapacitado de estudar / trabalhar
- ☐ Está aposentado (a)
- ☐ Não trabalha nem estuda

13. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-Doutorado

14. Você cursou ensino médio e fundamental em:

- ☐ escolas públicas em sua totalidade;
- ☐ a maior parte (mais de 55%) em escolas públicas;
- ☐ metade em escolas públicas, metade em escolas privadas;
- ☐ a maior parte (mais de 55%) em escolas privadas;
- ☐ em escolas privadas inteiramente;

15. Você cursou ou cursa o ensino superior em universidade pública?

- ☐ Sim
- ☐ Não

16. Você cursa ou cursou ensino superior em Universidade privada?

- ☐ Sim, sem bolsa;
- ☐ Sim, com bolsa;
- ☐ Não

17. Qual é a sua renda **individual** mensal?

- ☐ Menos de 1 salário mínimo (até R\$ 998)
- ☐ De um a menos de dois salários mínimos (entre R\$ 998 e R\$ 1995)
- ☐ De dois a menos de três salários mínimos (entre R\$ 1996 e R\$ 2993)
- ☐ De três a menos de quatro salários mínimos (entre R\$ 2994 e R\$ 3991)
- ☐ De quatro a menos de cinco salários mínimos (entre R\$ 3992 e R\$ 4989)
- ☐ De cinco a menos de seis salários mínimos (entre R\$ 4990 e R\$ 5977)
- ☐ De seis a menos de sete salários mínimos (entre R\$ 5988 e R\$ 6975)
- ☐ De sete a menos de oito salários mínimos (entre R\$ 6976 e R\$ 7963)
- ☐ De oito a menos de nove mínimos (entre R\$ 7964 e R\$ 8951)
- ☐ De nove a dez salários mínimos (entre R\$ 8952 e R\$ 9939)
- ☐ Acima de dez salários mínimos

18. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos (Marque apenas uma resposta)

- ☐ Moro sozinho
- ☐ Uma a três
- ☐ Quatro a sete
- ☐ Oito a dez
- ☐ Mais de dez

☐ Estou morando em uma habitação provisória

19. Com quem você mora? (Mais de uma opção poderá ser marcada)

- ☐ Pais
- ☐ Cônjuge
- ☐ Companheiro (a)
- ☐ Filhos
- ☐ Sogros
- ☐ Parentes
- ☐ Amigos
- ☐ Empregados domésticos
- ☐ Outros
- ☐ (ou) Sozinho (a)

20. Qual é renda **familiar** mensal (considerando a soma da renda daqueles que moram e contribuem para o sustento do lar)?

- ☐ Menos de 1 salário mínimo (até R\$ 998)
- ☐ De um a menos de dois salários mínimos (entre R\$ 998 e R\$ 1995)
- ☐ De dois a menos de três salários mínimos (entre R\$ 1996 e R\$ 2993)
- ☐ De três a menos de quatro salários mínimos (entre R\$ 2994 e R\$ 3991)
- ☐ De quatro a menos de cinco salários mínimos (entre R\$ 3992 e R\$ 4989)
- ☐ De cinco a menos de seis salários mínimos (entre R\$ 4990 e R\$ 5977)
- ☐ De seis a menos de sete salários mínimos (entre R\$ 5988 e R\$ 6975)
- ☐ De sete a menos de oito salários mínimos (entre R\$ 6976 e R\$ 7963)
- ☐ De oito a menos de nove mínimos (entre R\$ 7964 e R\$ 8951)
- ☐ De nove a dez salários mínimos (entre R\$ 8952 e R\$ 9939)
- ☐ Acima de dez salários mínimos

21. Qual o grau máximo de escolaridade do seu pai?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-Doutorado
- ☐ Desconheço

22. Qual o grau máximo de escolaridade da sua mãe?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização

- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Desconheço

23. A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)

- ☐ Própria
- ☐ Alugada
- ☐ Cedida

24. Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)

- ☐ Zona rural.
- ☐ Zona urbana
- ☐ Comunidade indígena.
- ☐ Comunidade quilombola.

APÊNDICE III

Data de realização das entrevistas, Modalidade, Entrevistado e Duração

Data	Modalidade	Entrevistado	Duração
15/11/2019	Presencial (São Paulo)	Febo Werneck*	1:37:12
22/11/2019	Presencial (São Paulo)	Fernando Holiday*	1:34:08
24/11/2019	Presencial (São Paulo)	William	3:21:56
26/11/2019	Presencial (São Paulo)	Douglas Garcia*	1:20:46
17/02/2020	Online (Videoconferência)	Marcelo	2:25:18
31/03 e 03/04/2020	Online (Videoconferência)	Alexandre	2:11:37 / 1:51:06
21 e 22/04/2020	Online (Videoconferência)	Juliano	3:48:38 / 0:29:45
01/05/2020	Online (Videoconferência)	Mateus	3:20:43
22/05/2020	Online (Videoconferência)	Bernardo	01:18:00 / 01:06:26
29 e 30/05/2020	Online (Videoconferência)	Tiago Pavinatto*	1:23:33 / 1:13:18
02/06/2020	Online (Videoconferência)	Felipe	1:40:47
04/06/2020	Online (Videoconferência)	Marcos	1:37:00
Recebido p/ e-mail 23/06/2020	Online (E-mail)	Bruno	36 páginas
30/06/2020	Online (Videoconferência)	Ricardo	2:46:30
05/12/2020	Online (Videoconferência)	Daniel	2:05:07
11/12/2020	Online (Videoconferência)	Adriano	2:26:34
20/12/2020	Online (Videoconferência)	Eduardo	2:22:31
29/01/2021	Online (Videoconferência)	João Paulo	5:18:43

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE IV

Lista de fanpages (Facebook) consideradas para a Análise de Redes Sociais (ARS)
apresentada no Capítulo 4:

Título da <i>Fanpage</i>	Data de Criação	Tipo de <i>Fanpage</i>	Orientação	Alcance/ Audiência
Direita Agora	18/10/2012	Temática	Política - Conservadora	AI
Heitor	6/05/2013	Figura Pública	Política - Liberal	AI
Gay de Direita	29/06/2013	Temática	Política - Conservadora	AI
Respeitamos Gays contra LGBTerroristas	22/11/2013	Temática	Política - Conservadora	BA
Blog Gays de Direita	4/06/2014	Temática	Política - Conservadora	BA
Smith Hays	19/09/2014	Figura Pública	Política - Conservadora	GA
Fernando Holiday	22/01/2015	Figura Pública	Política – Liberal	SP
Movimento Liberdade & Diversidade	10/02/2015	Temática	Política – Liberal	GA
Karol Eller	6/03/2015	Figura Pública	Política - Conservadora	SP
Gays de Direita	27/07/2015	Temática	Política - Conservadora	AI
Smith Hays 2.0	2/10/2015	Figura Pública	Política - Conservadora	AI
A Feminista, Jessição	4/11/2016	Temática	Política - Conservadora	SP
Sou Gay de Direita	15/01/2017	Temática	Política - Conservadora	BA
Douglas Garcia	14/04/2017	Figura Pública	Política - Conservadora	SP
Boteco Liberal LGBT	5/01/2018	Temática	Política – Liberal	GA
Gays de Direita do Brasil	26/03/2018	Temática	Política - Conservadora	BA
Emerson Zocchi	6/04/2018	Figura Pública	Política – Conservadora	GA
Direita Gay de São Paulo	3/08/2018	Temática	Política - Conservadora	BA
Gays Fechados com Bolsonaro	13/09/2018	Temática	Política - Conservadora	BA
Gays que apoiam Bolsonaro	19/09/2018	Temática	Política - Conservadora	AI
Gay Reação	4/10/2018	Temática	Política - Conservadora	AI
Gays de Direita (Princeso de Direita)	14/01/2019	Temática	Política - Conservadora	BA
Clodovil Presente	21/01/2019	Temática	Política - Conservadora	AI
Lésbicas de Direita - LDD	2/05/2019	Temática	Política - Conservadora	BA
Liga Liberal LGBT	15/04/2020	Temática	Política – Liberal	BA
Elias Soares	16/04/2020	Figura Pública	Política - Conservadora	AI

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE V

Glossário da Análise de Correspondências Múltiplas (Identificando variações estilísticas)

Obs.: Somente constam no glossário as variáveis utilizadas na versão final da análise e que se mostraram relevantes para os cálculos estatísticos após tentativas preliminares.

Questões (Variáveis)	Código da Categoria	Significado do Código
Contexto, Redes de Mobilização e Percepções sobre a política		
Autodeclaração política	Conservador	Considera-se Conservador
	Liberal	Considera-se liberal
Considera-se nacionalista?	SimNAC	Considera-se Nacionalista
	NãoNAC	Não se considera nacionalista
Posição em Relação ao Governo Jair Bolsonaro	ApoianteGovJB	Apoiante
	OpositorRessGovJB	Opositor, com acordos pontuais
	OpositorGOVJB	Opositor
Prioriza o ativismo LGBTQIA+ à direita?	SimAtivLGBTQI	Prioriza o ativismo LGBTQI+ à direita
	NãoAtivLGBTQI	Não prioriza o ativismo LGBTQI+ à direita
	ParcialAtivLGBTQI	Dedicação parcial o ativismo LGBTQI+ à direita
Repertório preferencial	AtivOnline	Ativismo online
	AtivInstitucional	Ativismo parlamentar, partidário ou acadêmico
	AtivComunitário	Ativismo em movimento social ou projeto comunitário
	AtivMúltiplo	Ativismo multisituado
Possui múltiplas filiações?	SimMF	Transita entre partido, movimentos e outras iniciativas de ativismo no campo da direita
	NãoMF	Não atua em mais de uma organização
Espaço de socialização política	SOCPInternet	Foi introduzido no ativismo político pela internet
	SOCPEscola	Foi introduzido no ativismo político via escola
	SOCPUiversidade	Foi introduzido no ativismo via universidade
	SOCPBairroFamVizinhos	

Rompendo o armário político

	SOCPMedia	Foi introduzido no ativismo por meio de familiares, vizinhos ou associações de bairro Foi introduzido no ativismo político via meios de comunicação social
Papel do Estado na economia	SemInterf EstMinMercFor EstMinSocFor EstMinMercProt	Estado não deve interferir na economia Estado mínimo com foco no livre mercado Estado mínimo com foco na livre iniciativa (sociedade civil forte) Estado mínimo com protagonismo de atores econômicos nacionais
Recurso ao termo “ideologia de gênero”?	SimIDgên NãoIDgên	Não utiliza o termo Utiliza o termo
Posição quanto à abordagem do “gênero”	ContraABGênero CríticoABGênero PoucoCríticoABGGênero	É contrário à abordagem do “gênero” e muito crítico às demandas dos movimentos trans É crítico à abordagem do gênero e reticente a algumas demandas dos movimentos trans É pouco crítico à abordagem do gênero e bastante favorável às demandas dos movimentos trans
Posição sobre casamento civil	CASAMFav CASAMFavComR CASAMCont	É favorável É favorável com ressalvas É contrário
Posição sobre adoção	ADOFav ADOFavComR ADOCCont	É favorável É favorável com ressalvas É contrário
Posição sobre Criminalização da Homofobia	CriHomofFav CriHomofFavComR CriHomofCont	É favorável É favorável com ressalvas É contrário
Foco das preocupações políticas individuais	QuestõesMorais QuestõesRedistribut QuestõesMoraisERedistribut	Foco em questões morais Foco em questões redistributivas Foco em ambas as questões
Variáveis Suplementares – Características Sociodemográficas		
Trajetória de mobilidade social ascendente	SimPol SimEst SimTrab	Trajetória de mobilidade social relacionada ao ingresso na política Trajetória de mobilidade social relacionada aos estudos Trajetória de mobilidade social relacionada ao trabalho

Rompendo o armário político

Renda individual mensal	RENDMaisBaixa RENDIntermediária1 RENDIntermediária2 RENDAlta	Renda até 1 salário-mínimo Renda de 2 a 5 SM Renda de 6 a 10 SM Renda acima de 10 SM
Situação Profissional	EmpregAssalariado EmpregAssalariadoServPub EstudanteOuBolsita AutônomoOuInformal Desempregado	Trabalhador formal (setor privado) Trabalhador formal (setor público) Estudante ou Bolseiro Trabalhador autônomo ou informal Encontra-se desempregado
Coabitação	MORAFam MORASozinho MORAAmigos MORACompanheiro	Mora com a família (pais, irmãos e outros familiares) Mora sozinho Partilha morada com amigos Mora com o companheiro
Religião	Católico Protestante Judeu ReligiãoPagã SincréticoOuSemReligDef Ateísta	Católico (inclui os chamados “católicos não praticantes”) Protestante (Evangélicos de várias denominações) Judeu Inclui religiões nórdicas e da África Setentrional Possui múltiplas crenças ou nenhuma bem definida Ateu
Relação com espaços de sociabilidade LGBTQIA+	MEIOLGBTQIFreq MEIOLGBTQINãoFreq	Frequenta ou já frequentou espaços de sociabilidade LGBTQI+ Não frequenta espaços de sociabilidade LGBTQI+

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE VI

Quantificações da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) apresentada no Capítulo 6, Gráficos e 1 e 2 (Sumarização do modelo, Histórico de iteração, Variáveis de correlação e Medidas de discriminação)¹⁰⁶

Resumo de processamento de casos	
Casos ativos válidos	16
Casos ativos com valores omissos	2
Casos complementares	0
Total	18
Casos utilizados na análise	18

Histórico de iteração			
Número de iteração	Variância contabilizada para		Perda
	Total	Aumentar	
29 ^a	6,334825	0,000007	7,665175

Sumarização do modelo			
Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para	
		Total (autovalor)	Inércia
1	0,948	8,380	0,599
2	0,826	4,289	0,306
Total		12,670	0,905
Média	,907 ^a	6,335	0,452

a. A Média de Alfa de Cronbach tem como base o autovalor médio.

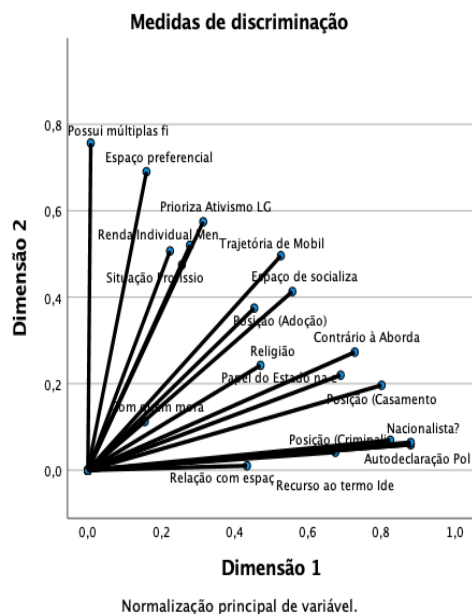
¹⁰⁶ Tabelas e gráficos produzidos com recurso ao SPSS Statistics 28.0.

Rompendo o armário político

Dimensão:	Variáveis transformadas de correlações																			
	Autodeclaração Política	Nacionalista?	Prioriza Ativismo LGBTQI à Direita	Possui múltiplas filiações	Espaço preferencial de ativismo	Espaço de socialização política à direita	Posição em relação ao governo atual (Jair Bolsonaro)	Papel do Estado na economia	Recurso ao termo Ideologia de Gênero	Contrário à Abordagem do Gênero	Posição (Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo)	Posição (Adoção)	Posição (Criminalização da Homofobia)	Foco das Preocupações Políticas	Religião	Trajetória de Mobilidade Social Ascendente	Situação Profissional	Com quem mora	Renda Individual Mensal	Relação com espaços de sociabilidade LGBTQI
Autodeclaração Política	1,000	1,000	0,436	-0,100	0,366	0,663	1,000	0,749	0,693	0,894	0,750	0,405	1,000	0,500	0,622	0,522	0,419	0,344	0,277	0,663
Nacionalista?	1,000	1,000	0,436	-0,100	0,366	0,663	1,000	0,749	0,693	0,894	0,750	0,405	1,000	0,500	0,622	0,522	0,419	0,344	0,277	0,663
Prioriza Ativismo LGBTQI à Direita	0,436	0,436	1,000	-0,251	0,154	0,448	0,436	0,279	0,456	0,455	0,457	0,541	0,436	0,531	0,221	0,073	0,137	0,204	0,340	0,436
Possui múltiplas filiações	-0,100	-0,100	-0,251	1,000	0,103	-0,202	-0,101	0,348	0,305	-0,009	0,229	0,400	-0,100	0,393	0,401	0,117	0,060	0,034	0,303	0,025
Espaço preferencial de ativismo	0,366	0,366	0,154	0,103	1,000	0,388	0,366	0,325	0,143	0,335	0,319	0,181	0,366	0,109	0,451	-0,029	0,061	0,408	0,115	0,292
Espaço de socialização política à direita	0,663	0,663	0,448	-0,202	0,388	1,000	0,664	0,398	0,520	0,561	0,675	0,486	0,663	0,597	0,265	0,328	0,459	0,330	0,367	0,270
Posição em relação ao governo atual (Jair Bolsonaro)	1,000	1,000	0,436	-0,101	0,366	0,664	1,000	0,750	0,693	0,893	0,751	0,405	1,000	0,500	0,620	0,524	0,422	0,343	0,278	0,661
Papel do Estado na economia	0,749	0,749	0,279	0,348	0,325	0,398	0,750	1,000	0,725	0,623	0,815	0,660	0,749	0,568	0,680	0,496	0,388	0,418	0,503	0,601
Recurso ao termo Ideologia de Gênero	0,693	0,693	0,456	0,305	0,143	0,520	0,693	0,725	1,000	0,620	0,764	0,616	0,693	0,720	0,639	0,538	0,572	0,348	0,443	0,523
Contrário à Abordagem do Gênero	0,894	0,894	0,455	-0,009	0,335	0,561	0,893	0,623	0,620	1,000	0,652	0,351	0,894	0,445	0,729	0,423	0,248	0,093	0,210	0,798
Posição (Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo)	0,750	0,750	0,457	0,229	0,319	0,675	0,751	0,815	0,764	0,652	1,000	0,789	0,750	0,714	0,622	0,643	0,634	0,358	0,570	0,515
Posição (Adoção)	0,405	0,405	0,541	0,400	0,181	0,486	0,405	0,660	0,616	0,351	0,789	1,000	0,405	0,873	0,461	0,267	0,476	0,295	0,717	0,366
Posição (Criminalização da Homofobia) ^a	1,000	1,000	0,436	-0,100	0,366	0,663	1,000	0,749	0,693	0,894	0,750	0,405	1,000	0,500	0,622	0,522	0,419	0,344	0,277	0,663
Foco das Preocupações Políticas	0,500	0,500	0,531	0,393	0,109	0,597	0,500	0,568	0,720	0,445	0,714	0,873	0,500	1,000	0,455	0,330	0,510	0,298	0,608	0,251
Religião ^b	0,622	0,622	0,221	0,401	0,451	0,265	0,620	0,680	0,639	0,729	0,622	0,461	0,622	0,455	1,000	0,458	0,421	0,276	0,226	0,689
Trajetória de Mobilidade Social Ascendente ^b	0,522	0,522	0,073	0,117	-0,029	0,328	0,524	0,496	0,538	0,423	0,643	0,267	0,522	0,330	0,458	1,000	0,686	0,154	-0,033	0,193
Situação Profissional ^b	0,419	0,419	0,137	0,060	0,061	0,459	0,422	0,388	0,572	0,248	0,634	0,476	0,419	0,510	0,421	0,686	1,000	0,160	0,187	0,144
Com quem mora ^b	0,344	0,344	0,204	0,034	0,408	0,330	0,343	0,418	0,348	0,093	0,358	0,295	0,344	0,298	0,276	0,154	0,160	1,000	0,152	-0,053
Renda Individual Mensal ^b	0,277	0,277	0,340	0,303	0,115	0,367	0,278	0,503	0,443	0,210	0,570	0,717	0,277	0,608	0,226	-0,033	0,187	0,152	1,000	0,200
Relação com espaços de sociabilidade LGBTQI ^c	0,663	0,663	0,436	0,025	0,292	0,270	0,661	0,601	0,523	0,798	0,515	0,366	0,663	0,251	0,689	0,193	0,144	-0,053	0,200	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14						
Autovalor ^c	8,403	2,008	1,222	0,911	0,518	0,370	0,258	0,162	0,077	0,051	0,018	0,000	0,000	0,000						
a. Os valores omissos foram imputados com o modo da variável quantificada.																				
b. Variável complementar.																				
c. Autovalores da matriz de correlações com exclusão de variáveis complementares.																				

Rompendo o armário político

Medidas de discriminação				
	Dimensão		Média	
	1	2		
Autodeclaração Política	0,881	0,059	0,470	
Nacionalista?	0,881	0,059	0,470	
Prioriza Ativismo LGBTQI à Direita	0,315	0,575	0,445	
Possui múltiplas filiações	0,008	0,757	0,382	
Espaço preferencial de ativismo	0,160	0,691	0,425	
Espaço de socialização política à direita	0,558	0,413	0,486	
Posição em relação ao governo atual (Jair Bolsonaro)	0,881	0,064	0,472	
Papel do Estado na economia	0,689	0,220	0,455	
Recurso ao termo Ideologia de Gênero	0,675	0,041	0,358	
Contrário à Abordagem do Gênero	0,728	0,273	0,501	
Posição (Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo)	0,801	0,197	0,499	
Posição (Adoção)	0,454	0,375	0,414	
Posição (Criminalização da Homofobia)	0,825	0,069	0,447	
Foco das Preocupações Políticas	0,526	0,496	0,511	
Religião ^a	0,471	0,242	0,357	
Trajetoória de Mobilidade Social Ascendente ^a	0,278	0,520	0,399	
Situação Profissional ^a	0,256	0,475	0,366	
Com quem mora ^a	0,155	0,112	0,134	
Renda Individual Mensal ^a	0,224	0,507	0,366	
Relação com espaços de sociabilidade LGBTQI ^a	0,434	0,010	0,222	
Total ativo	8,380	4,289	6,335	



ANEXO I – Os gays e a direita

Artigo originalmente publicado na Revista Sexy Boys em Novembro de 2008

Cedido por: João Filipe Cruz (Universidade de São Paulo)

Os gays e a direita

Qual o interesse dos partidos conservadores em nós?

por Ferdinando Martins - jornalista

Findas as eleições municipais, pode-se dizer que a base aliada do governo federal foi numericamente a grande vencedora. Juntos, PT e PMDB venceram na maior parte das capitais e cidades importantes. Entretanto, a oposição também avançou – e levou a maior cidade, São Paulo (DEM).

Algo que chamou a atenção, porém, foi perceber, nessas eleições e um pouco antes, que partidos considerados de direita colocaram o combate à homofobia em suas propostas de governo. Para muitos militantes LGBTs, o fenômeno causa estranhamento.

Isso porque a luta pelos direitos dos homossexuais e pelo respeito à diversidade sexual era, até recentemente, uma bandeira exclusiva de certas tendências de esquerda. A desconfiança é de que a "direita" estaria sendo oportunista, interessada somente em angariar votos. Será verdade?

Esquerda, volver

Não é correto dizer que a homossexualidade tenha sido um assunto plenamente tranquilo para a esquerda. A diversidade sexual apenas recentemente passou a ser considerada nas vertentes socialistas e comunistas.

Um levantamento realizado pela Convergência Socialista no final da década de 1970 revela a face anti-homossexual dos revolucionários de então. O jornal Hora do Povo, que abrigava representantes do movimento MR-8, afirmava que a homossexualidade era "uma doença, se doença é desvio da natureza". O jornal chega a afirmar que o homossexual é "produto da decadência do capitalismo".

O autor, não identificado, diz que "em todas as sociedades em decadência, no nazismo, por exemplo, o que se verifica é a reprodução do homossexualismo (sic) nas classes dominantes". Raciocínio semelhante foi usado para justificar atos homofóbicos empreendidos por Fidel Castro em Cuba.

No entanto, realmente foi no bojo das reivindicações da esquerda que a militância cavou seu espaço, há 30 anos. Em 1980, surgia o grupo de Gays e Lésbicas do PT, que se manteve presente em todas as campanhas, ainda que minoritário.

Além disso, foram duas então deputadas federais pelo PT as responsáveis pelos dois principais projetos em defesa de gays e afins: o de parceria civil, de autoria de Marta Suplicy; e o de criminalização da homofobia (hoje, PLC 122/2006), de Iara Bernardi.

Ventos da direita

Tudo isso inevitavelmente levou à associação da esquerda com o combate à homofobia. Estaria havendo alguma mudança? Aparentemente, sim. "Defendemos a liberdade de expressão", diz Walter Souza, ex-coordenador da campanha de Gilberto Kassab (DEM) à prefeitura de São Paulo. "Por isso, o partido abraça a defesa dos LGBTs". Segundo Souza, essa é uma orientação nacional e casa-se com os princípios liberais do DEM.

Não é um caso isolado. Nos Estados Unidos, o grupo *Log Cabin Republicans*, formado por gays e afins, atua junto aos políticos conservadores há mais de 20 anos. "A luta política do movimento LGBT amadureceu [...]. Isso claramente despertou o interesse de lideranças políticas, algumas bem-intencionadas e outras oportunistas, claro", diz Wagner "Gui" Tronolone, presidente do grupo Diversidade Tucana, do PSDB.

E os evangélicos?

Um dos desafios da direita gay é o notório apoio dos evangélicos aos partidos de direita – o que coloca severos obstáculos à aprovação de medidas pró-LGBT.

No entanto, até isso pode estar mudando. Em um encontro de religiosos realizado em setembro/2008, Gilberto Kassab foi convidado a assinar um documento contrário à aprovação do PLC 122. Ele recusou.

De acordo com Amélia Toledo, consultora do DEM para assuntos que envolvam religiosidade, a decisão provocou uma reviravolta na maneira com que o partido, nacionalmente, se relaciona com os evangélicos. "Parlamentares de todo o País que escreveram projetos contrários aos LGBTs começaram a rever suas propostas". Bom sinal, embora a prudência recomende uma dose de desconfiança.

Crise de paradigmas

A aproximação da direita com os LGBTs indica, também, uma crise de modelos. Segundo Inês Minardi, cientista política e professora do Instituto Presbiteriano Mackenzie, as categorias "direita" e "esquerda" sofreram modificações nos últimos anos. "Os argumentos apresentados pelos defensores da esquerda guardam similitudes com o discurso neoliberal (tradicionalmente de direita), por representar ideais de uma sociedade mais igualitária e menos injusta".

Para Gui Tronolone, "os conceitos de direita e esquerda, no Brasil, ficaram diretamente ligados aos apoiadores da ditadura e aos opositores, respectivamente [...]. Por isso, hoje, dizer que alguém é de 'direita' virou uma espécie de xingamento [...], e muitos se dizem de 'esquerda' como se fosse um certificado de boas intenções".